IX Encontro Internacional de Direitos Culturais

9th International Meeting on Cultural Rights

Anais
IX Encontro Internacional de Direitos Culturais

5 a 9 de outubro de 2020

ANAIS DO IX ENCONTRO INTERNACIONAL DE DIREITOS CULTURAIS – EIDC

Copyright © 2020 by GEPDC

Todos os direitos desta publicação estão reservados ao GEPDC

Publicado no Brasil / Published in Brazil

Impressão digital

ISSN-e 23169982

COMISSÃO CIENTÍFICA

Dr. Francisco Humberto Cunha Filho (UNIFOR – Presidente - Brasil)
Dr. Alexandre de Almeida Barbalho (UECE – Brasil)
Dr. Allan Carlos Moreira Magalhães (FST – Faculdade Santa Teresa – Brasil)
Dra. Anita Mattes (CERDI - Centre d'Études et Recherches en Droit de l'Immatériel – França)
Dra. Benedetta Ubertazzi (UNIMIB – Universidade de Milão – Bicocca - Itália)
Dr. Carlos Magno de Souza Paiva (UFOP – Brasil)
Dr. David Barbosa de Oliveira (UFC – Brasil)
Dra. Gina Vidal Marcílio Pompeu (UNIFOR - Coordenadora do PPGD)
Dra. Inês Virgínia Prado Soares (TRF3 - Brasil)
Dr. Leonardo Figueiredo Costa (UFBA – Brasil)
Dr. Luiz Gonzaga Silva Adolfo (UNISC – ULBRA – Brasil)
Dr. Marcos Wachowicz (UFPR – Brasil)
Dr. Marcus Pinto Aguiar (Faculdade Alencarina – Brasil)
Dr. Mário Ferreira de Pragmácio Telles (UFF – Brasil)
Dr. Paulo Cesar Miguez de Oliveira (UFBA – Brasil)
Dr. Rafael Marcílio Xerez (UNIFOR – Brasil)
Dr. Rodrigo Vieira Costa (UFERSA – Brasil)
Dr. Thiago Anastácio Carcará (UESPI – Brasil)

Sumário

ST1 - RELAÇÕES JURÍDICAS ATINENTES ÀS ARTES

A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS CULTURAIS AOS BLOCOS AFRO NO CARNAVAL DE SALVADOR
(Lis de Almeida Felix, Julie Lourau)

A EXPORTAÇÃO DA MÚSICA BRASILEIRA
(Cristina Baum da Silva, Luiz Gonzaga Silva Adolfo)

A PROTEÇÃO SOCIAL DO ARTISTA BRASILEIRO EM TEMPOS DE PANDEMIA COMO GARANTIA PARA O DESENVOLVIMENTO
(Raíssa Maria Falcão Costa)

ARTISTAS NA CONSTITUIÇÃO DE PERNAMBUCO: PROTEÇÃO OU DISCRIMINAÇÃO?
(Artur de Morais Cavalcante)

CULTURA "DENDICASA", AVALIAÇÃO DO PRIMEIRO EDITAL PARA AÇÕES VIRTUAIS DE ARTE E CULTURA DA SECULT-CE
(Camila Maria Guerra Camelo, Thyago De Araujo Ribeiro)

DA NÃO INCIDÊNCIA DO IR, CSLL, PIS E COFINS SOBRE VALORES OBTIDOS VIA LEI FEDERAL DE INCENTIVO À CULTURA (LEI ROUANET): UM CASO PRÁTICO
(Cecilia Nunes Rabelo, Katia Bizinotto Macedo Soares)

(DES)RESPEITÁVEL PÚBLICO: OS DESAFIOS DO CIRCO NO BRASIL EM TEMPOS DE PANDEMIA
(Caio Gustavo de Almeida, Glaydson Cabral Cezar de Souza Júnior, João Gabriel Dias Arruda Vieira Dantas)

DIÁLOGO ENTRE O ARTÍSTICO E O JURÍDICO EM TEMPOS DE PANDEMIA
(Diane Adelaide Medeiros, Nathálya Lins da Silva)

DIREITOS AUTORAIS E A ISENÇÃO TRAZIDA PELO PROJETO DE LEI 3.968/97
(Liz Novais da Silva)

DIVERSIDADE CULTURAL: O USO DOS MEIOS DIGITAIS NA PANDEMIA
(Fabiola Bezerra de Castro Alves Brasil)

EDITAL "CULTURA DENDICASA" DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ: AVANÇOS E DESAFIOS
(Roberta Filizola Custodio Barroso, Bruna Ketllyn Pereira de Farias, Ana Carolina Nunes de Macedo Sales)

IMPACTOS DO COVID-19 NA ESTRUTURA DOS EQUIPAMENTOS CULTURAIS DO CEARÁ E NO ACESSO À CULTURA
(Mariana Dionísio de Andrade, Beathriz Garcia Candido Florêncio)

O PROJETO CULTURA DENDICASA COMO MEIO DE PRESERVAÇÃO DA CULTURA CEARENSE DURANTE AS MEDIDAS SANITÁRIAS DE ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DO COVID-19
(Lívia Maria Xavier Santiago da Silva, Eduardo Régis Girão de Castro Pinto)

POLÍTICA CULTURAL DA REPRESSÃO: O caso do Brega-funk na cidade do Recife
(José Vitor Pereira Neto)

REFLEXO DA PANDEMIA NA ARTE URBANA: DIREITOS CULTURAIS E SEU EFEITO NA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS
(Carolina Cristina Santos de Carvalho Rezende, Edson Roberto Leite)

TRIBUTO SOBRE O LIVRO NO BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA ILUSTRAÇÃO DE FAHRENHEIT 451
(Mateus Rodrigues Lins)

USOS LIVRES DE OBRAS INTELECTUAIS E INSERÇÕES NO AUDIOVISUAL
(Cheyenne de Oliveira Alencar, Rodrigo Vieira Costa)

ST2 - RELAÇÕES JURÍDICAS ATINENTES ÀS MEMÓRIAS COLETIVAS

A “COMENDA DE CULTURA POPULAR CHICO ANTÔNIO” COMO POLÍTICA CULTURAL DE PROMOÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL EM GOIANINHA (RN)
(João Lucas do Nascimento Neto, Francisco Irajan Bezerril Júnior, Gilmara Benevides Costa Soares Damasceno)

A INTERSECÇÃO DOS CAMPOS DA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA E DA PAISAGEM CULTURAL: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA
(Henrique Budal Arins, Patricia de Oliveira Areas)

A MEMÓRIA DO CANGAÇO NA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DE SERGIPE E O DIREITO CULTURAL AO LUGAR DE MEMÓRIA
(Amanda Marcela Simão da Silva)

ADEQUAÇÃO ÉTICA EMPRESARIAL À CONCRETIZAÇÃO DA TUTELA DO PATRIMÔNIO CULTURAL
(Patricia Silva de Almeida)

CEARÁ INDÍGENA EM ALDEIAS VIRTUAIS: A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19
(Lethicia Pinheiro Machado, Lívia Maria Xavier Santiago da Silva)

DESAFIOS DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: MUSEOLOGIA E INTERVENÇÕES DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL
(Ravennya Muara Oliveira Silveira Moreira, Thiago Anastácio Carcará)

DESTRUIÇÃO DE MONUMENTOS HISTÓRICOS ASSOCIADOS À OPRESSÃO
(Juliana Rodrigues Barreto Cavalcante)

DIREITOS CULTURAIS COMO VIÉS DE CIDADANIA EM TEMPO DE PANDEMIA
(Stela Gleide Oliveira Santana, Julie Lourau)

DO MONUMENTO HISTÓRICO AO ANTIMONUMENTO: O QUE MUDOU NO CAMPO DO PATRIMÔNIO CULTURAL?
(José Ricardo Oriá Fernandes)

INVESTIMENTOS PARA A CULTURA NO CEARÁ: IMPACTO PARA OS EIXOS DAS POLÍTICAS CULTURAIS DURANTE A PANDEMIA DO CORONAVIRUS
(Marina Castelo Branco Leite Jucá, Mariana Dionísio de Andrade)

MEMÓRIA ESQUECIDA: AS INGERÊNCIAS DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO MUSEU EM MEIO À PANDEMIA
(Gabriel Luna Rodrigues de Ataide, Lucas Gabriel Costa do Nascimento, Bruno Cavalcanti Rocha)

MUSEUS ALTERNATIVOS COMO RESPOSTA AO ISOLAMENTO E FORMA DE CONCRETIZAÇÃO DOS DIREITOS À MEMÓRIA E DE ACESSO À CULTURA
(Mariana Luvizutti Coiado Martinez)

NOVOS CONTORNOS DA NARRATIVA DO BIBLIOCAUSTO NA ERA CIBERCULTURAL
(MATHEUS VICTOR SOUSA SOARES, THALIA FERREIRA CIRILO)

O CARTÓRIO EXTRAJUDICIAL COMO ALIADO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
(Juliana Friedrich Faraj Romagna Grasso)

O RACISMO ESTRUTURAL E A DERRUBADA DE MONUMENTOS DE ESCRAVOCRATAS
(Sabrina dos Santos Brito, Marcus Vinícius Nogueira Rebouças)

OS IMPACTOS DA PANDEMIA NA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS MUSEUS NO CENTRO HISTORICO DE MANAUS
(Allan Carlos Moreira Magalhães, Maria Eduarda de Menezes Falcão)

PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DIGITAL: UM ESTUDO SOBRE DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA DA UNESCO
(Maria Elena Medeiros Marcos, Fernando César Sossai)

RESISTÊNCIA EM MEIO À GUERRA: AS VIOLAÇÕES DE DIREITOS NAS COMUNIDADES INDÍGENAS DO MATO GROSSO DO SUL
(Andrei Domingos Fonseca)

“SIARÁ QUILOMBO”: PROPAGAÇÃO DA CULTURA PRETA CEARENSE EM TEMPOS DE COVID-19
(Karla Soraya da Costa Felipe, Ana Beatriz de Mendonça Barroso)

ST3 – RELAÇÕES JURÍDICAS ATINENTES AOS FLUXOS DE SABERES

A CAPOEIRA E A LEI ALDIR BLANC: POSSIBILIDADES PARA A SALVAGUARDA
(José Olímpio Ferreira Neto)

A HIPÓTESE DO CRIME AUTÔNOMO DE GENOCÍDIO CULTURAL NA JURISPRUDÊNCIA INTERNACIONAL
(Adriano Selhorst Barbosa, Luana de Carvalho Silva Gusso)

AS LIVES COMO INSTRUMENTO DE SALVAGUARDA DA CAPOEIRA NO CEARÁ
(Joel Alves Bezerra, Robson Carlos da Silva, José Olímpio Ferreira Neto)

AS RELAÇÕES FEDERATIVAS ATINENTES AO AMPARO À CULTURA DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19
(Bianca Mota do Nascimento Brasil Muniz)

"CULTURA DENDICASA": HÁ ACESSO À CULTURA PELA INTERNET DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 NO CEARÁ?
(Lethicia Pinheiro Machado, Beathriz Garcia Candido Florêncio)

DILAPIDAÇÃO IMATERIAL: A DEGRADAÇÃO DA CULTURA INDÍGENA EM MEIO À PANDEMIA
(Bruno Cavalcanti Rocha, Lucas Gabriel Costa do Nascimento, João Gabriel Dias Arruda Vieira Dantas)

ENSINO JURÍDICO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NAS PÓS-GRADUAÇÕES STRICTO-SENSU EM DIREITO NO BRASIL
(Claudia Borgheti, Luana de Carvalho Silva)

INTERCULTURALIDADE E JUSTIÇA INDÍGENA NO EQUADOR: UM OLHAR SOBRE O CASO LA COCHA
(Amanda Oliveira de Sousa, Diana Melissa Ferreira Alves Diniz, Magna Rodrigues Oliveira)

OS FÓSSEIS COMO OBRAS DE ARTE: TRANSVERSALIDADE ENTRE DIREITO, PALEONTOLOGIA E ARTE
(Felipe Torres Vasconcelos)

PATRIMÔNIO CULTURAL E DESENVOLVIMENTO: AS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS DE SANTA CATARINA/BRASIL
(Patrícia de Oliveira Areas, Felipe Borborema Cunha Lima)

A IMPLEMENTAÇÃO DO PORTO SÃO LUÍS E O CORONAVÍRUS: A DUPLA REALIDADE COM A COMUNIDADE DO CAJUEIRO
(Alexandre Moura Lima Neto, Klautenys Dellene Guedes Cutrim)

CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS NAS AULAS REMOTAS EM TEMPOS DE PANDEMIA
(Matheus Carneiro Cardoso Da Fonseca, Allana Carolina De Castro Crisóstomo)

DIREITO CONSTITUCIONAL, PRODUÇÃO CULTURAL E POESIA: DIÁLOGOS POSSÍVEIS EM TEMPOS DE PANDEMIA
(Jorge André Paulino da Silva, André Oliveira da Silva)

O AVANÇO DA INDÚSTRIA CULTURAL SOBRE A CULTURA POPULAR BRASILEIRA DURANTE A PANDEMIA
(Ana Clara Carvalho dos Santos, Thiago Anastácio Carcará)

O IMPACTO DA PANDEMIA DA COVID-19 NOS RITUAIS FUNERÁRIOS INDÍGENAS À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS
(Ana Maria D´Ávila Lopes, Luis Haroldo Pereira dos Santos Junior)

O PAPEL DO NOVO CONSTITUCIONALISMO LATINO-AMERICANO NA INCLUSÃO CULTURAL DOS POVOS INDÍGENAS
(Rafael Façanha Marques)

O RESGATE À CULTURA: A LEI 'ALDIR BLANC' E O IMPACTO DA PANDEMIA NO DIREITO CULTURAL BRASILEIRO
(Dibiss Cassimiro Ximenes, João Ricardo Holanda do Nascimento)

OS CONFLITOS SOCIOCULTUARAIS COM (FOCA) LIZAÇÃO NA NEGOCIAÇÃO: (META) COGNIÇÃO
(Natália Santos Machado, Danilo Barbosa Neves)

PLANO MUNICIPAL DE CULTURA: ANÁLISE CRÍTICA DA LEGISLAÇÃO CULTURAL DE CRATO-CE
(Márcia Eduarda de Sousa Cavalcanti, Maria Nátiley Nascimento Ribeiro, Lidiane Laise Cosmo Costa)

ST4 - DIREITOS CULTURAIS E TRANSVERSALIDADES

AS CAPITUS DO SÉCULO XXI: O LUGAR DA MULHER EM TEMPOS DE PANDEMIA SOB A ANÁLISE DA OBRA DE MACHADO DE ASSIS
(Beatriz Frota Moreira, José Victor Ibiapina Cunha Morais)

COMO SONHAR UM NOVO CORPO POLÍTICO PÓS-PANDEMIA POR INTERMÉDIO DA ARTE NO BRASIL?
(Lavitta Almeida Brito, Ricardo Oliveira Rotondano)

INCENTIVOS À CULTURA CIRCENSE NO ESTADO DO CEARÁ DURANTE A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS
(Amanda Rodrigues Lavôr)

INSTRUMENTAL JURÍDICO DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL
(Terezinha Antonia de Albuquerque Gomes, Daiane de Queiroz)

O PARADOXO ENTRE AS MÍDIAS SOCIAIS E A ECONOMIA CRIATIVA CEARENSE DURANTE A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS
(Marina Castelo Branco Leite Jucá, Amanda Rodrigues Lâvor)

OS RASTROS DA PANDEMIA NA BUSCA PELA CULTURA DURANTE E APÓS A QUARENTENA
(Artur Kennedy Aragão Paiva, Antônio Germano Sousa Costa, Marcos Augusto Ximenes Filho)

PRODUÇÃO CULTURAL EM TEMPOS DE PANDEMIA: DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO A CULTURA OU MARKETING?
(Natalia Pinto Costa, Mateus Natanael Targino Maurício)

SECRETARIA DA CULTURA DO ESTADO DO CEARÁ (SECULT) E O APOIO ÀS QUADRILHAS JUNINAS EM PERÍODO DE COVID-19
(Beatriz Frota Moreira, Ana Beatriz de Mendonça Barroso)

SOB OS ENTULHOS DO CASTELO DO PLÁCIDO: NARRATIVA DEMOLITÓRIA E APELO MODERNIZADOR EM FORTALEZA
(Vladia Marques Monteiro, Rafael Lamera Giesta Cabral)

VIRTUALIZAÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS EM TEMPOS DE ISOLAMENTO SOCIAL
(Artur Kennedy Aragão Paiva, Luiz Henrique Lopes Rodrigues, Raissa Carly Fernandes Macêdo Osterno)

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA E O MEIO AMBIENTE CULTURAL ENQUANTO DIREITO FUNDAMENTAL
(Daniel Moura Borges)

*****A CULTURA COMO UM DIREITO NA CIDADE DO RECIFE (1955 – 1964)**
(Rosana Maria dos Santos)

*****AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS NA CIDADE DE CURITIBA EM RELAÇÃO AOS BLOCOS DE CARNAVAL ENTRE OS ANOS DE 2012 E 2020**
(Carolina de Castro Wanderley, VALÉRIA KOTACHO LOPES)

INCIDÊNCIA INFANTIL NO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DE SALVADOR – QUESTÕES DE REPRESENTAÇÃO
(Isabela Fernanda Azevedo Silveira, Maria Isabel Carvalho Vasconcellos)

JANELAS CASA COR: ABERTURA PARA INOVAÇÃO, CULTURA E REPASSE DE SABERES EM TEMPOS DE PANDEMIA
(Marcelo Dias Ponte)

O DIREITO CULTURAL À ALIMENTAÇÃO E OS IMPACTOS DA PANDEMIA
(Renata Lucia Marques)

OS JOGOS COMO BENS CULTURAIS: BREVES APONTAMENTOS SOBRE A IMPORTÂNCIA DOS JOGOS PATRIMONIAIS PARA A ECONOMIA CRIATIVA
(Albano Francisco Schmidt, Bárbara Berger)

PROJETO "LITERATURA EM FOCO" COMO POLÍTICA CULTURAL DE FOMENTO À LEITURA DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19
(Karla Soraya da Costa Felipe, Eduardo Régis Girão de Castro Pinto)

ST1 - RELAÇÕES JURÍDICAS ATINENTES ÀS ARTES

IX Encontro Internacional de Direitos Culturais
9th International Meeting on Cultural Rights
Direitos Culturais: Impactos da Pandemia
Cultural Rights: Impacts of the Pandemic
05 A 09 DE OUTUBRO
ISSN-e 23169982

A EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS CULTURAIS AOS BLOCOS AFRO NO CARNAVAL DE SALVADOR

THE EFFECTIVENESS OF CULTURAL RIGHTS TO BLOCOS AFRO FROM CARNIVAL OF SALVADOR

Lis de Almeida Félix[1]
Julie Lourau[2]

RESUMO

A pesquisa tem o escopo de analisar a mudança que veem ocorrido no carnaval de Salvador por conta da falta de patrocínio e apoio adequado do governo do estado, empresas privadas e demais entidades aos blocos Afro. A escolha do tema justifica-se pela sua relevância em âmbito nacional, especificamente no campo de manifestações culturais de matriz africana presente na cidade de Salvador tendo em vista que esta contribuiu fortemente para estruturação do carnaval soteropolitano que conhecemos. Adotou-se para o trabalho a metodologia de estudo de casos a partir de relatos de representantes dos blocos Ilê Aiyê, Malê Debalê e Olodum, revisão bibliográfica sobre a criação do carnaval no Brasil e análise documental dos editais de fomento a cultura, da legislação brasileira e tratamentos internacionais. Este artigo sinaliza que, apesar de um quadro de políticas culturais que contemplam a dimensão dos direitos culturais, existem ameaças a cultura afro brasileira no contexto carnavalesco que precisam ser analisadas e combatidas.

Palavras-chave: Direitos culturais. Blocos Afro. Carnaval. Salvador Bahia.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

This research has the purpose of analyzing the change that has occurred in Carnival of Salvador because of the lack of sponsorship and adequate support state government, private companies, and other entities to the *Blocos Afro*. The choice of the theme is justified by the relevance at the national level, specifically in the field of cultural manifestations of an African matrix present in the city of Salvador bearing in mind that this contributed strongly to the structuring of the *Soteropolitano* Carnival that we know. We adopted for this work the case study methodology from reports of *Blocos* Ilê Aiyê, Malê Debalê e Olodum representatives, an bibliographic review on the creation of Carnival in Brazil, and brief documentary analysis of edicts to promote culture, Brazilian legislation,

[1]Lis Felix, Acadêmica de direito na Universidade Católica do Salvador. Acadêmica do Bacharelado Interdisciplinar em Humanidades na Universidade Federal da Bahia. Bolsista e pesquisadora PIBIC/CNPq. Membro do grupo de pesquisa Antropologia, Fronteiras, Espaços e Cidadania (AFEC - UCSAL/CNPq) lis.felix03@gmail.com

[2] Julie Lourau, Doutora em Etnologia e Antropologia Social pela EHESS/França. Professora e Coordenadora do PPG de Políticas Sociais e Cidadania na Universidade Católica do Salvador. Líder do grupo de pesquisa Antropologia, Fronteiras, Espaços e Cidadania (AFEC - UCSAL/CNPq). julie.lourau@pro.ucsal.br

and international treatments. This article signals that despite a framework of cultural public policies that include the dimension of cultural rights, there are threats to Afro Brazilian culture in the carnival context that need to be analyzed and combated.

Palavras-chave: Cultural rights. *Blocos Afro.* Carnival. Salvador Bahia

INTRODUÇÃO

A cultura de matriz africana sofreu preconceitos, desde o início do Brasil colônia. Entre os séculos XVI e XIX, enquanto a classe europeia escravocrata estava nos clubes formando o carnaval de salão, a população afro-descendente e às demais camadas populares construíram o carnaval de rua nas vielas da cidade (QUEIROZ, 1992)

Segundo Achille Mbembe (2018), a morte física, política e simbólica da população negra é um projeto eurocêntrico arquitetado para apagar e criminalizar suas manifestações culturais. Entretanto, enquanto as artes soarem comerciáveis, o processo se dará de forma reversa tornando a dor e luta preta em simples mercadorias turística e de interesse econômico (SANSONE, 2000).

Conforme Risério (1981, p. 43), o bloco afro Ilê Aiyê, criado por moradores da Liberdade em 1974, teve pouco apoio no início por conta da desconfiança da comunidade negra de possíveis repressões. Hoje ele é um bloco internacionalmente reconhecido. Já o bloco Olodum, criado pelos moradores do Pelourinho, em 1979, só conseguiu espaço nos desfiles carnavalescos quando inovou inserindo projetos socioculturais impactantes nas suas apresentações. Participaram, inclusive, de parcerias em álbuns e singles internacionais, como Paul Simon, Michael Jackson e Jimmy Cliff. O Malê Debalê nasce em 1979, lançado por jovens de bairros periféricos de Salvador que decidiram investir o bairro de Itapuã. O Malê se destacou ao longo dos anos pelas danças e o trabalho social e educativo realizado no bairro junto às crianças e jovens, lhe proporcionando uma repercussão local.

Em 2001, a partir das discussões propostas pela ONU na 3ª Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e formas correlatas de Intolerância, iniciou-se a criação e imposição de ações afirmativas no Brasil, na tentativa de reparar o processo de marginalização dos povos afrodescendentes.

Portanto, neste trabalho objetiva-se debater sobre os direitos culturais e a importância das manifestações culturais afro brasileiras, para analisar qual mudança na realidade do carnaval soteropolitano e a difusão da cultura e manifestações afro brasileira através dos desfiles e

cortejos dos blocos afro acontecerá pela falta de patrocínio adequado do governo do estado, empresas privadas e demais entidades.

METODOLOGIA

Se trata de uma pesquisa de natureza qualitativa com perspectiva interdisciplinar. São mobilizadas algumas técnicas de investigação tais como: a revisão bibliográfica, a análise documental, e o levantamento de dados. Buscamos compreender a importância histórica do carnaval para a cidade de Salvador e a população afrodescendente e dar luz sobre a dimensão étnico racial dos direitos culturais. Analisamos as políticas de amparo a cultura (perspectiva internacional e nacional) e efetuamos um levantamento de notícias expostas nos veículos de imprensa para documentar as denúncias dos representantes de blocos afro de grande notoriedade no carnaval de Salvador esses últimos anos (2017-2020).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É evidente a existência de diversos meios de amparos jurídico nacionais e internacionais criados com o intuito de preservar a cultura mãe de todos os povos. A Carta Magna (1988) garante os direitos culturais ao possuir no seu ordenamento artigo sobre direito à preservação do patrimônio histórico e cultural, direito à diversidade e identidade cultural, direito de acesso à cultura e o direito à liberdade de expressão da atividade intelectual, artística e de comunicação. Os direitos sociais, culturais e econômicos estão, também, positivados como direitos humanos de 2ª geração (PIOVESAN, 2009). Ainda no âmbito internacional, a UNESCO (2001) busca no artigo 1º da Declaração Universal Sobre a Diversidade Cultural consolidar a importância que a cultura possui ao longo do tempo e do espaço, visto que, constitui-se como um património comum da Humanidade.

A partir de 1990 o carnaval de Salvador se tornou um dos maiores desejos e anseios dos soteropolitanos, sendo, então, um novo alvo de investimentos econômicos do país por se tratar de uma festa com alto índice de recompensa comercial e turística. Segundo Cadena (2014, p.65), a proporção de indivíduos que apoiavam ou não os grupos de raízes africana eram equivalentes, de forma que a permissibilidade dos desfiles sempre fossem postos em questão. Os indivíduos que subestimavam as apresentações afro apontavam o contraste de civilização versus barbárie (NOVAES, 2004), julgando erroneamente todas às manifestações culturais de raízes negras e africanas como movimentos de rebeldia e revelia.

Aos poucos todos os blocos, não só os afro, foram criados baseados no vínculo e semelhança cultural. Entretanto, todos os grupos carnavalescos transportaram surdos, timbaus, repiques, agogôs ou xequerês (DANTAS, 1994, p. 28), que eram instrumentos utilizados no repertório do som feito pela população afro brasileira, deixando evidente a existência da cultura de matriz africana na estruturação geral do carnaval de Salvador, ainda que fora dos blocos afro.

> Até os anos 1960, as entidades carnavalescas eram mantidas basicamente por doações feitas a seus organizadores. Estes batiam de porta em porta para capturar recursos com o "Livro de Ouro", numa estrutura amadora. (SALOMÃO...., 1987, p. 17).

No século XX o cenário internacional da expansão da soul music dos Jackson Five e do reggae de Bob Marley (Guerreiro, 1994) fez empresários e investidores constatarem que a consciência étnica e a luta racial poderiam ser mercadorias lucrativas. No Brasil, em 1970, o início de uma "reafricanização" do país com a inserção legalizada da influência africana e afro brasileira em suas festas (RISÉRIO, 1981) fez aumentar o investimento interno e externo aos blocos afro e suas manifestações carnavalescas.

O IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) divulgou em 2010 o decreto estadual que reconheceu o Desfile de Afoxés ou Cortejo de Afoxé[3] como patrimônio cultural imaterial da bahia, por se tratar de manifestações culturais que representam as raízes da cidade. Entretanto, relatos de representantes de grandes blocos afro já apontam um desamparo econômico e a insuficiência dos editais quando comparado ao valor necessitado.

Em 2017 Cláudio Araújo, presidente do Malê Debalê, bloco de cortejo afro que costumava ir às ruas em 3 dias de carnaval, denunciou a desproporcionalidade entre às despesas que o bloco possui e os investimentos propostos. Também em 2017, o presidente do bloco Ilê Aiyê, vovô do Ilê, enfatizou o pouco investimento do setor privado nos desfiles que reafirmam a cultura negra e expôs uma enorme dívida da Petrobras em cumprimento do projeto de amparo "Ilê construindo o futuro". Em 2018 João Jorge, presidente do bloco afro Olodum, discutiu sobre o cancelamento e substituição de acordos antigos firmados entre grandes blocos afro e a empresa Saltur (Salvador Turismo, da prefeitura da cidade de Salvador), apontando o drama que os cortejos passariam no carnaval futuro.

[3] O Afoxé é um ritmo de combinações culturais musicais de raízes afro brasileiras. O cortejo de Afoxés mais famoso em Salvador é o Afoxé Filhos de Gandhi. Os Afoxés se distinguem dos blocos afro pelo ritmo tocado (os blocos afro são marcados pelo samba reggae), mas compõem a mesma categoria de manifestações afro-brasileiras durante o carnaval.

Neste ano, 2020, os blocos Olodum e Ilê Aiyê completaram, respectivamente, 40 e 45 anos, mas, foram inabilitados pelo maior edital de fomento cultural baiano, Carnaval Ouro Negro. Fundado pela Secretaria da Cultura do Estado da Bahia (SECULT/Ba) em 2008, este edital busca financiar e amparar fundações carnavalescas tradicionais de blocos afro e afoxés, blocos de índio, de reggae e de samba. No fim, tamanha falta de recursos levou o Olodum à entrar com um recurso no edital até que fosse considerado apto e o Ilê Aiyê fora contemplado pelo edital do programa Fazcultura que, ainda que possua um porte menor, apoia inúmeros projetos de segmentos culturais diversos.

CONCLUSÃO

Este artigo sinaliza que, apesar de um quadro de políticas culturais que contemplam a dimensão dos direitos culturais, as denúncias dos cortejos afro se tornaram frequentes esses últimos anos. O motivo encontrado é a escassez do auxílio de entidades governamentais e das empresas privadas no setor. Os blocos afro se enquadram nas diretrizes de movimentos culturais que devem ser contemplados pelos direitos culturais não somente por serem a memória viva da cultura afro brasileira, mas também pela sua notoriedade artística no mundo musical e cultural.

A forma negligente com que os órgãos públicos vêm tratando as denúncias e pedidos dos maiores blocos afro e afoxés da bahia levam ao risco das entidades carnavalescas afro não conseguirem mais desfilar. Isso resultaria em uma perda significativa para a cultura afro-brasileira carnavalesca que moldou, estruturou e elevou o carnaval de Salvador a níveis internacionais e marcaria um descumprimento dos direitos à memória e a cultura afro-brasileira por parte do Estado Brasileiro.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 30 abril 2020.

CADENA, Varón Nelson. **História do carnaval da Bahia:** 130 anos do carnaval de Salvador. 1884-2014. Salvador: Assembléia Legislativa do Estado da Bahia, 2014. 268p

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas.** Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

GUERREIRO, Goli. **História do carnaval da Bahia: o mito da democracia racial.** Bahia Análise e Dados, Salvador, v.3, n.4, p.100 -105, mar.1994.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018.

NOVAES, Adauto (org). **Civilização e Barbárie.** São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

OLIVEIRA, Thiago. **Carnaval de Salvador: O processo de camarotização como desdobramento da arquitetura afro-elétrico-empresarial.** Salvador: Dissertação (Faculdade de Economia), Universidade Federal da Bahia, 2015.

ONU. **Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e formas correlatas de Intolerância.** 2001. Disponível em: http://dhnet.org.br/dados/conferencias/internacionais/manual_gddc_racismo.pdf. Acesso em: 01 jun. 2020.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de direitos humanos.** 5ª ed. São Paulo: Saraiva, 2012. .

QUEIROZ, Maria Isaura.. **Evolução do carnaval latino-americano".** Ciência e Cultura, ed 32, p. 1477-86, 1980.

RISÉRIO, Antônio. **Carnaval Ijexá.** Salvador: Corrupio, 1981. (Baianada , n. 2).

SANSONE, Livio. **Os objetos da identidade negra: consumo, mercantilização, globalização e a criação de culturas negras no Brasil.** Rio de Janeiro: Mana vol.6 n.1, 2000.

SANTANA, Stela. **Irmandade do Rosário dos pretos Pelourinho - Salvador: Quilombismo como viés de resistência cultural.** Salvador: Dissertação (Mestrado em políticas Sociais e Cidadania), Universidade Católica do Salvador, 2020.

UNESCO. **Declaração Universal sobre Diversidade Cultural**. Paris: Unesco, 2001. Disponível em: http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf. Acesso em: 23 jun. 2019.

VERGER, Pierre. **Procissões e carnaval no Brasil.** Salvador: Centro de Estudos AfroOrientais, (Ensaios. Pesquisas, n. 5), 1980.

ARTIGOS DE JORNAIS CONSULTADOS

“No mês da Consciência Negra, bloco afro revivem incertezas e o drama da falta de apoio”. Bahia Notícias, Jamile Amine, nov 2018.

“Carnaval: Em busca de recursos, blocos afro alteram tradições e criticam edital de financiamento”, Jõao Souza e Eric Luis Carvalho, G1 BA fevereiro 2020.

“Malê Debalê e Muzenza correm risco de não sair no Carnaval”. iBahia, Roberto Midlej, fev 2017.

“Tradicional caminhada Curuzu-Pelô não aconteceu esse ano”. Sociedade, Felipe Oliveira nov 2018.

“Em entrevista, Vovô do ilê lamenta pouco investimento em blocos afro”. Varela Notícias, fev 2019.

“Desfile dos Afoxés é patrimônio cultural da Bahia”. IPHAN, dez 2010.

IX Encontro Internacional de Direitos Culturais
9th International Meeting on Cultural Rights
Direitos Culturais: Impactos da Pandemia
Cultural Rights: Impacts of the Pandemic
05 A 09 DE OUTUBRO
ISSN-e 23169982

A EXPORTAÇÃO DA MÚSICA BRASILEIRA.

THE EXPORT OF BRAZILIAN MUSIC

Cristina Baum da Silva[4]
Luiz Gonzaga Silva Adolfo[5]

RESUMO

Hoje, graças à tecnologia, a exportação da música brasileira já não sofre mais com a burocratização, que ocorria na época dos discos de vinil e CD-ROM. , como impostos, tempo de espera, custos e faturamento Em razão disso, será abordada a história evolutiva dos *ringtones*, que modificaram, por completo, a maneira de consumir música e o custo de aquisição. Diante da facilidade em fazer *downloads* de quaisquer fonogramas que o consumidor quisesse, através de sites gratuitos, houve um embate entre os donos desses sites, consumidores e companhias telefônicas *versus* artistas, por conta de direitos autorais. Ao observar que a lei não seria o bastante para cessar os inúmeros *downloads* e reaver os milhares de dólares perdidos, os artistas e gravadoras americanas aderiram ao ambiente digital, que, além de facilitar a arrecadação de direitos autorais, beneficia os artistas na divulgação do seu trabalho, através das redes sociais.

Palavras-chave: exportação, direitos autorais, ringtones, música.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

Today, thanks to the technology, the export of Brazilian music is no longer suffering from such bureaucratisation that occurred was happening at the period of vinyls records and CD's such as taxes, waiting estimated latency, costs and billing. During the evolution of and the history of the ringtones polyphonic have been approached, which completely and entirely changed the way of consuming and using music in our everyday life with the cost of acquisition. Given the ease in downloading any phonograms that the consumer yearn for a long time wanted, through free sites, the artists and musicians have immediately found themselves in a constant struggle and

[4]Advogada. Bacharel em Direito (Estácio de Sá). Especialista em Direito Internacional Público e Privado e Direito da Integração com extensão em Propriedade Intelectual (UFRGS). Pós-graduada em Direito Eletrônico (Universidade Estácio). MBA em Gestão Jurídica Aduaneira e Internacional (ABRACOMEX). E-mail: contato@cristinabaum.adv.br.

[5] Doutor em Direito pela Unisinos (2006); pós-doutorado em Direito pela PUC/RS (2018); professor do Programa de Pós-graduação em Direito pela Universidade de Santa Cruz do Sul (Mestrado e Doutorado). E-mail: adolfo@unisc.br

confrontative behaviour with the site owners and companies of telephone businesses there was a clash between the owners of these sites, consumers and telephone companies versus artists due because of to copyright. In Conclusion the law itself will not provide enough help to stop the countless online pirating to recover the thousands of dollars loss. The American artists and record companies labels have joined the digital environment that hopefully in addition going to provide and facilitating the collection of copyrights, besides benefits the artists in the dissemination of their work through social media.
Keywords: export, copyright, ringtones, music.

INTRODUÇÃO

O presente texto abordará os reflexos dos compartilhamentos de músicas pelos usuários de celular na balança comercial do país. Inicialmente, será apontado o conceito de exportação e como os custos desse processo repercutem na compra e venda de uma obra musical. Em seguida, narrar-se-ão as mudanças havidas na maneira de consumir a música com a expansão dos *ringtones* em aparelhos telefônicos e revelar-se-á que os lucros obtidos pelas companhias telefônicas foram decisivos para que produtores e artistas mudassem sua visão de comercialização das suas composições. O avanço da tecnologia fez com que os *ringtones* se transformassem em músicas completas, fazendo com que as pessoas pudessem escolher como e quais músicas ouvir, alterando o cenário musical e a economia local de países que veem a cultura como uma porta de acesso ao comércio internacional.

METODOLOGIA

Observa-se, com o decorrer do tempo, que a indústria da música vem sofrendo alterações, tanto na maneira de divulgá-la, quanto na comercialização. Serão apresentados, inicialmente, no presente trabalho, conceitos de exportação física, juntamente com as implicações relacionadas as músicas brasileiras e como a utilização desta alterou seu cenário com a expansão de *downloads* em sites.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A exportação envolve a saída temporária ou definitiva, em território nacional, de bens corpóreos ou serviços originários ou procedentes do país, a título oneroso ou gratuito, podendo esta ser direta ou indireta. A exportação é direta, na indústria da música, quando ocorre o controle da margem de lucro;

porém, isso resulta em custo unitário elevado de reposição, que desequilibra a formação de preço do importador, além de riscos significativos de cobrança e/ou necessidade de acompanhamento constante da situação financeira dos clientes. Já, as exportações indiretas ocorrem, quando a venda de produtos fonográficos acabados, como o CD-ROM, por exemplo, tem expedição física no Brasil e faturamento em moeda nacional para uma empresa sediada em território nacional, que se encarrega do envio dos discos ao seu destino final, no exterior. Embora sempre houvesse benefícios tributários aos artistas, para as lojas de compra e venda desses produtos, impostos como ICMS, ISS, IOF, Cofins incidiam sobre o negócio. Logo, lançar um Disco de Vinil, por exemplo, de forma independente, era impossível (SALAZAR, 2015).

Em 1997, a Radiolinja lançou um serviço de *download* de *ringtones*, chamado Harmonium, onde continha ferramentas para criar *ringtones* monofônicos e o mecanismo para os usuários enviarem via SMS (LOSSO, 2008, p. 169). Em 2004, novos formatos de *ringtones* apareceram, com várias nomenclaturas, como: *truetones*, *mastertones* e *realtones*. Diferentemente dos anteriores, os *truetones* permitiam uma gravação completa, com alta definição, que inclui os vocais da música (LOSSO, 2008, p. 170).

Após 2006, usavam-se o formato de downloads de faixas completas, MP3, AAC, ou WMA, em sites como *megaupload, rapidshare, 4shared* e, com esse formato, onde o usuário poderia baixar uma música em seu computador ou celular (FRANCISCO; VALENTE, 2016). Todavia, com os lucros obtidos pelas vendas dos *ringtones*, por meio dos sites de pirataria e das operadoras telefônicas, vieram as disputas por direitos autorais diante dessa nova modalidade de utilização de obras musicais.

A disponibilização de um fragmento de determinada obra musical como toque de celular não configurava uma violação à integridade da obra artística. A reprodução de parte de uma obra está longe de implicar violação à Lei de Direito Autoral, pois trata-se de execução pública. Logo, não há respaldo sólido na legislação autoral vigente, para a cobrança de direitos de exibição pública sobre toques telefônicos musicais por parte do ECAD.

Hoje, para ter acesso a uma música, não há a necessidade de se adquirir o CD ou o disco de vinil. A maneira de consumir música é por meio dos aplicativos como Spotify, Deezer, iTunes e Google Music, Tidal e Youtube, o que tornou mais econômico para os artistas produzirem, distribuírem e lançarem suas canções.

Conforme apontado anteriormente, quando se desejava um CD ou Disco de Vinil, era necessário fazer a exportação desse produto, seguindo os trâmites aduaneiros, o que implicava desafios legais, tributários e financeiros. Hoje, com uma boa equipe de marketing e divulgação do artista, é possível vender um *single* nas plataformas digitais. O recebimento dos *Copyright Royalties* é feito através de repasse das porcentagens líquidas oferecidas pelos serviços de distribuição digital. O portal de venda retém sua porcentagem estipulada no preço de venda final, a empresa gerenciadora de conteúdo faz jus a um percentual sobre o total líquido, e o restante é repassado para a editora, que administra o fonograma (FRANCISCO; VALENTE, 2016). Segundo a Revista Forbes, o número de empresas financeiras que formam fundos alternativos em apoio a artistas independentes e emergentes vem crescendo como uma nova classe de ativos lucrativos. À medida que serviços pagos de *streaming* continuam a direcionar o valor agregado em receita das músicas gravadas, integrantes da indústria estão investindo em *royalties* de performance, que são pagos a autores e compositores de canções toda vez que o trabalho é "ouvido" em público, incluindo os serviços de *streaming*.[6] Todo fonograma deriva de uma obra composta por alguém e, a utilização dessa obra sujeita-se à observância dos direitos morais e patrimoniais do autor. Nos direitos morais, incluem-se as seguintes prerrogativas: identificação e crédito, modificação e preservação da obra retirada. Já, os direitos patrimoniais encerram todas as formas de aproveitamento econômico da obra pelo titular. Portanto, o sistema de proteção dos direitos autorais se baseia na tutela do autor, permitindo a utilização de sua obra mediante expressa autorização. O ordenamento jurídico faz um elo entre o direito do autor e os direitos conexos; contudo, ambos funcionam de forma separada. Os direitos do autor protegem o autor e o vínculo com sua obra enquanto que, os direitos conexos protegem os artistas intérpretes, executantes, produtores musicais e organismos de radiodifusão. Ambos os direitos são exercidos quando há a exploração comercial de um fonograma, como na venda de discos para exportação física, no *download* de música via internet ou celular e no licenciamento de faixas para o mercado externo.

Licenciamento é a permissão de exploração comercial de um determinado fonograma ou conjunto de fonogramas; por exemplo, as faixas de um disco, para fins diversos, estipulados por contrato, durante um período de tempo, acordado entre o produtor fonográfico e o

[6] Fonte: Revista Forbes. Disponível em: < https://forbes.com.br/negocios/2018/01/por-que-agora-e-o-momento-de-investir-em-royalties-de-musica/> Acesso em 22 de fevereiro de 2020.

licenciante (CASADO FILHO, 2012, p. 162). Diante da formação das licenças internacionais, suas cláusulas e características peculiares devem ser observadas com especial atenção acerca dos chamados "*Incoterms*" (*International Commercial Terms*), nos contratos de adesão das plataformas digitais.

CONCLUSÃO

Com a popularização do compartilhamento de músicas na internet, foi possível uma transformação nas relações entre produção, circulação, consumo e apropriação dos produtos musicais. Tais mudanças se refletem, positivamente, na balança comercial do Brasil, apresentando benefícios a curto prazo. Hoje, artistas e bandas são dependentes de aplicativos específicos para divulgar suas obras, buscando outras formas alternativas de rentabilizar sua carreira, ficando para trás os gastos com fabricação dos CDs, a produção em grande escala e os custos voltados à logística, causando um reflexo no setor cultural, comercial e turístico, por exemplo. Porém, os artistas brasileiros ainda esbarram em obstáculos em relação à venda digital, com a divulgação da música brasileira, pois ela ainda é rotulada como "*latin music*" no exterior.

REFERÊNCIAS

Associação Brasileira de Arte Contemporanea. **Manual de Importação e Exportação de Obras de Arte**. 1ª Ed. São Paulo: Latitude Brasil, Maio de 2013. Disponível em:<http://latitudebrasil.org/media/uploads/publicacoes/issuu/manualexportaca_1.pdf>. Acesso em: 27 de Fevereiro de 2020.

AMARAL JÚNIOR, Alberto do. **Curso de direito internacional público**. São Paulo: Saraiva, 2013.

BRASIL. **Ministério da Economia. Receita Federal.** Disponível em: <http://receita.economia.gov.br/orientacao/aduaneira.>. Acesso em 20 de Março de 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF.

BRASIL. **Decreto Lei n° 9.610/98, de 19 de fevereiro de 1998**. Fonte: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm

CASADO FILHO, Petrúcio Lopes. **ECAD E GESTÃO COLETIVA DE DIREITOS AUTORAIS NO BRASIL: A necessidade de supervisão estatal**. Maceió: Universidade Federal de Alagoas. p. 162, 2012.

FRANCISCO, Pedro Augusto Pereira; VALENTE, Mariana Giorgetti. **Da rádio ao streaming : ECAD, direito autoral e música no Brasil.** Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2016.

GUMES, Nadja Vladi Cardoso. **O Admirável mundo da tecnologia musical - Do fonógrafo ao MP3, a funcionalidade do gênero para a comunicação da música**. Ciberlegenda. Niterói, v. 2, n. 24, 2011. p. 37-49.

LOSSO, Fabio. Malina. **Os Direitos Autorais no Mercado da Música**. São Paulo, 2008.

MALLMANN, Querino. **O direito do autor sobre a exploração econômica.** PIDCC, Direito Contemporanêo e Constituição. out/dez, 2012. p. 302-313.

PAIVA, José Eduardo Ribeiro. **Direito autoral, MP3 e a nova indústria da música**. LOGOS. v. 18, n. 2, 2011. p. 31-42.

PEREIRA, Camila Rodrigues; SILVA, Sandra Rubia. **"Com ou sem fones": jovens de classe popular e sua ligação com a música.** ALCAR, 10º Encontro Nacional de História da Mídia, 03-05 de julho de 2015. p. 1-14.

PIRES, Eduardo; ADOLFO, Luiz. Gonzaga Silva. **Do Vinil ao Streaming: As mudanças no mercado musical e nas relações entre direitos autorais e acesso à música**. XII Congresso de Direito de Autor e interesse público. 2019. p. 1128-1155.

Revista Forbes. Disponível em: < https://forbes.com.br/negocios/2018/01/por-que-agora-e-o-momento-de-investir-em-royalties-de-musica/> Acesso em 22 de fevereiro de 2020.

SALAZAR, Leonardo. **Música Ltda: O negócio da música para empreendedores**. Recife: Sebrae-PE, 2015.

WERNECK, Paulo. **Comércio Exterior e Despacho aduaneiro.** Curitiba: Juruá, 2015.

IX Encontro Internacional de Direitos Culturais
9th International Meeting on Cultural Rights
Direitos Culturais: Impactos da Pandemia
Cultural Rights: Impacts of the Pandemic
05 A 09 DE OUTUBRO
ISSN-e 23169982

A PROTEÇÃO SOCIAL DO ARTISTA BRASILEIRO EM TEMPOS DE PANDEMIA COMO GARANTIA PARA O DESENVOLVIMENTO

THE SOCIAL PROTECTION OF THE BRAZILIAN ARTIST IN PANDEMIC TIMES AS A GUARANTEE FOR DEVELOPMENT

Raíssa Maria Falcão Costa[7]

RESUMO

A relação imbricada entre Direito e Arte tem sido cada vez mais objeto de estudo por aqueles que se dedicam a tais searas de conhecimento. Além disso, os que se dedicam à expressão artística, nas suas mais variadas nuances, também necessitam da proteção social prestada pelo Estado para que, em momentos de necessidade, tenham o mínimo existencial garantido. Nesse sentido, o objetivo desse artigo é analisar como está sendo efetuada a proteção social do artista brasileiro no cenário da pandemia. Para tanto, formulou-se o seguinte problema: o Estado brasileiro oferece uma proteção social adequada ao artista brasileiro no contexto da pandemia? Como hipótese desse trabalho, tem-se que para se alcançar uma proteção social efetiva, deve-se levar em consideração que o artista integra o processo de desenvolvimento do país. De modo à construção desse trabalho, será utilizado o método de abordagem hipotético-dedutivo, partindo-se da premissa de que o artista brasileiro integra o processo de desenvolvimento do país e, para tanto, deve ser garantida àquele a proteção social no presente contexto pandêmico.
Palavras-chave: Proteção social. Pandemia. Artista brasileiro. Desenvolvimento.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

The interwoven relationship between Law and Art has been increasingly studied by those who dedicate themselves to such fields of knowledge. In addition, those who dedicate themselves to artistic expression, in its most varied nuances, also need social protection provided by the State so that, in times of need, they have the minimum existential guaranteed. In this sense, the objective of this article is to analyze how the social protection of the Brazilian artist in the pandemic scenario is being carried out. Therefore, the following problem was formulated: does the Brazilian State offer adequate social protection to the Brazilian artist in the context of the pandemic? As a hypothesis of this work, it is necessary to take into account that the artist is part of the country's development process in order to achieve effective social protection. In order to construct this work, the hypothetical-deductive approach method will be used, starting from the premise that the Brazilian artist integrates the country's development process and, therefore, social protection must be guaranteed in the present pandemic context.

Keywords: Social protection. Pandemic. Brazilian artist. Development.

[7]Doutoranda em Ciências Jurídicas pelo PPGCJ/UFPB. Mestre em Direito Econômico pelo PPGCJ/UFPB. Especialista em Direito Previdenciário (RGPS e RPPS) e em Direito Material e Processual do Trabalho. Advogada. Email: raissamariafalcao@gmail.com

INTRODUÇÃO

De início, a Arte se relacionava mais com uma necessidade de expressão das subjetividades do indivíduo, sendo uma verdadeira forma de comunicação humana. No entanto, quando assumiu a face de labor, a Arte exigiu que seu principal sujeito, o artista, firmasse relações no tecido social, o que demanda, por conseguinte, direitos e garantias para sua segurança, bem como o amparo do Estado. De acordo com os ensinamentos de Cunha Filho e Almeida (2012), foi a partir do período do Renascimento que ofício do artista passou a ser encarado de modo não puramente artesanal, mas seccionado do trabalho artístico, em atenção à liberdade intelectual e profissional.

Nesse sentido, o presente trabalho tem por objetivo analisar a proteção social do artista brasileiro, sobretudo no cenário da pandemia. Dessa forma, elaborou-se o seguinte questionamento: o Estado oferece uma proteção social adequada ao artista brasileiro no contexto da pandemia? Para tanto, formulou-se como hipótese deste estudo a tese de que para se alcançar uma proteção social efetiva, deve-se levar em consideração que o artista integra o processo de desenvolvimento do país.

Inicialmente, para se definir a figura do artista, utilizou-se a definição da Recomendação do Status do Artista, de 1980 (UNESCO, 1980) que fixou 4 (quatro) critérios para designar o artista, podendo este ser: quem cria ou dá expressão criativa ou recria obras de arte; quem considera sua criação artística uma parte essencial de sua vida; quem contribui dessa maneira para o desenvolvimento da arte e da cultura; quem é ou pede para ser reconhecido como artista, independentemente de estar ou não vinculado a alguma relação de emprego ou associação.

Posto isso, cumpre registrar que o direito à manifestação do pensamento, a liberdade de expressão artística e a comunicação são assegurados pela Constituição de 1988 e não podem ser suprimidos, pois integram o rol de direitos e liberdades fundamentais, nos termos do art. 5º, incisos IV, VI e IX (BRASIL, 1988). Por outro lado, é dever do Estado promover o acesso à cultura, além de proteger documentos, obras e outros bens de valor cultural, de acordo com o art. 23, incisos III e V (BRASIL, 1988).

Vale dizer, a cultura já aparecia na Constituição brasileira de 1934, mas com a Carta Cidadã foi elevada a direito, pois somente a partir do movimento do constitucionalismo social que os direitos sociais, como a educação e a cultura, passaram a integrar os textos das

Constituições - sobretudo na segunda metade do século XX, quando os direitos culturais passaram a ser entendidos como direitos fundamentais (DORNELES E LOPES, 2016, p. 176).

A propósito, a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, ratificada pelo Brasil por meio do Decreto Legislativo nº 485/2006 (BRASIL, 2006), estabeleceu como um dos seus princípios diretores o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais, como forma de proteger e promover a diversidade cultural, assegurando assim os direitos e liberdades fundamentais inerentes à pessoa humana.

Importante mencionar ainda sobre o Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC), regulamentado no Brasil pelo Decreto nº 591/1992 (BRASIL, 1992), o qual preconiza que a dignidade da pessoa humana também depende de condições criadas para que o indivíduo possa gozar de seus direitos econômicos, sociais e culturais.

No que se refere, especificamente, à proteção previdenciária do artista no Brasil, deve-se registrar que o artista pode ser um segurado empregado ou um segurado contribuinte individual, de acordo com a legislação previdenciária. Assim, pode o artista prestar serviços a uma empresa ou trabalhar de forma autônoma.

Ocorre que, infelizmente por questões de desigualdades regionais e sociais, má distribuição de renda, dentre outros entraves, muitos artistas se enquadram na categoria de trabalhadores informais, dependendo da sensibilidade do seu público (o que se vê muito no caso dos artistas que trabalham na rua) ou de auxílio estatal. Dessa forma, não podem ter acesso aos benefícios previdenciários ofertados pelo Estado, o que os deixam em situação de vulnerabilidade e totalmente desprovidos de segurança social.

Tal situação se agravou ainda mais com a corrente pandemia do Covid-19, que desnudou as diferenças sociais e deixou claro quais seriam os mais afetados pelos efeitos nefastos do avanço do coronavírus. Nesse horizonte, abordando sobre as mudanças sociais na pandemia, Boaventura de Sousa Santos (2020), afirma claramente que o vírus possui alvos privilegiados e que por mais que haja alguns recursos que possam incutir uma sensação de segurança, como cuidados médicos, serviços de seguro, terapia, nem todos terão acesso a tais ferramentas, aprofundando ainda mais o cenário de desigualdade no país.

Em que pese tais imbróglios, é mister relembrar que os artistas não podem ser relegados a último plano, eis que integram uma classe, ainda que desfavorecida em alguns pontos, que

proporciona inclusão social e profissional, auxiliando inclusive na geração de renda e emprego no país. Desta feita, pode-se concluir que a proteção social ao artista é imprescindível para fomentar e garantir o desenvolvimento nacional.

Assim, diante da pressão social por tal auxílio, o que despertou o início das discussões acerca do Projeto de Lei nº 1.075/2020, que ensejou a edição da Lei nº 14.017/2020 (BRASIL, 2020), a qual dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural durante o estado de calamidade pública decretado perante a pandemia do Covid-19, que prevê um auxílio financeiro de R$ 600,00 (seiscentos reais) para os trabalhadores da cultura com atividades interrompidas, bem como para os espaços de produção cultural, de no mínimo R$ 3.000,00 (três mil reais) e máximo de R$ 10.000,00 (dez mil reais).

Nesse sentido, analisando a questão por uma perspectiva macroeconômica, vê-se que a proteção social ao artista promove também o desenvolvimento enquanto pessoa, entendido na perspectiva Amartyana, "como um processo de expansão de liberdades reais que as pessoas desfrutam" (SEN, 2000, p. 52).

METODOLOGIA

De modo a alcançar os objetivos deste artigo, utilizou-se o método de abordagem hipotético-dedutivo, partindo-se da premissa de que o artista brasileiro integra o processo de desenvolvimento do país e, para tanto, deve ser garantida àquele a proteção social no presente contexto pandêmico. Como métodos de procedimento, foram manejados o histórico e o monográfico. Ademais, adotou-se como técnicas de pesquisa a bibliográfica e a documental

Com vistas ao desenvolvimento da temática, dividiu-se o artigo em 2 (duas) seções: a primeira, abordando sobre o panorama da proteção social ao artista brasileiro e como ela contribui para o desenvolvimento do país, mediante a inclusão social e profissional; e a segunda, tratando das questões atinentes às medidas efetivas de proteção social na pandemia e se são adequadas a garantir o desenvolvimento do artista na perspectiva de expansão de liberdades e, consequentemente, para o desenvolvimento do país (ótica macroeconômica).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em que pese as diversas medidas de urgência estabelecidas pela Lei nº 14.017/2020, não se pode negar que tais medidas possuem cariz de urgência, mas que podem servir de protótipo para maiores investimentos no segmento cultural do país, fomentando assim que a carreira artística não seja vista como um labor de menor importância, mas que contribui para o desenvolvimento nacional, inclusive na busca pela redução das desigualdades sociais e regionais, um dos objetivos fundamentais da República inscritos no art. 3º, da Constituição (CRFB/88).

Desse modo, deve-se pensar em outros meios para efetiva proteção social ao artista brasileiro em tempos de pandemia, como é o caso da economia criativa, credenciamento de costureiras e cooperativas para produção de máscaras de proteção, promoção de concursos para a educação pública que fomentem a expressão artística como a poesia, a literatura, o teatro, a música, a pintura.

Além disso, não se pode olvidar que o cenário atual é de mundo digital e que o acesso ao público através de plataformas virtuais e redes sociais é indiscriminada e possui grande alcance. Dessa forma, cumpre ao Estado investir no talento dos artistas nacionais, promovendo cursos online para os artistas e eventos, ainda que virtuais, que promovam o acesso do artista ao público e, em contrapartida, das pessoas mais carentes à cultura, já que é direito constitucional assegurado a todos.

CONCLUSÃO

A liberdade de expressão e manifestação artística é direito fundamental assegurado pela Carta Magna de 1988 e que, nessa condição, deve constituir não apenas uma mera abstração normativa, mas um direito capaz de promover outros – como o direito ao trabalho artístico –, na perspectiva Amartyana do desenvolvimento como expansão de liberdades do indivíduo.

Ademais, a atividade artística contribui notadamente para o processo de desenvolvimento do país, eis que gera inclusão profissional e social, contribuindo para a redução das desigualdades e geração de renda e emprego. Sendo assim, é imprescindível que o Estado não se aparte de oferecer proteção social aos que laboram nos mais diversos segmentos culturais.

Nesse sentido, no contexto atual, o Estado brasileiro tem implementado medidas, como as previstas pela Lei nº 14.017/2020, que se referem a ações emergenciais destinadas ao setor cultural durante o estado de calamidade pública decretado perante a pandemia do Covid-19.

Medidas como as insertas na mencionada Lei auxiliam na manutenção do mínimo existencial do artista, mas não garantem um padrão ideal de dignidade humana.

Sendo assim, a proteção social do Estado não pode se resumir à concessão de renda emergencial, pois deve-se muito mais investir na qualificação profissional desses artistas e em meios de divulgação do seu trabalho para a sociedade, através do incentivo à economia criativa, promoção de concursos para educação pública, fomentando a expressão artística, cursos online para os artistas, credenciamento de profissionais, como costureiras, para a produção de máscaras de proteção, dentre outras medidas eficazes para o alcance do desenvolvimento, sobretudo no contexto da pandemia.

Desse modo, garante-se não apenas a realização do trabalho artístico como forma de sobrevivência, mas de instrumento de realização do trabalhador artista que, compartilhando sua sensibilidade cultural com outros, permite-se o seu desenvolvimento como pessoa (expansão de liberdades) e contribui para o desenvolvimento nacional, com a geração de renda.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 11 ago. 2020.

BRASIL. **Lei 8.213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8213cons.htm. Acesso em: 11 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto 591, de 6 de julho de 1992**. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Promulgação. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D0591.htm. Acesso em: ago. 2020.

BRASIL. **Decreto 3.048, de 06 de maio de 1999**. Aprova o Regulamento da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3048.htm. Acesso em: 11 ago. 2020.

BRASIL. **Decreto 485, de 20 de dezembro de 2006**. Aprova o texto da Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, celebrada em Paris, em 20 de outubro de 2005. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/2006/decretolegislativo-485-20-dezembro-2006-548645-convencao-63819-pl.html. Acesso em 14 ago. 2020.

BRASIL. **Lei 14.017, de 29 de junho de 2020**. Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. Brasília, DF: Presidência da República, [2020]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14017.htm. Acesso em 13 ago. 2020.

CUNHA FILHO, F. H. ALMEIDA, Saulo Nunes de Carvalho. Evolução histórica da arte e o processo de regulamentação jurídica do trabalho artístico. **Sistema Jurídico e Direitos Fundamentais Individuais e Coletivos**. XXI ed. Uberlândia: CONPEDI, 2012, p. 8004-8033. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/137229518/EVOLUCAO-HISTORICA-DA-ARTE-E-O-PROCESSO-DE-REGULAMENTACAO-JURIDICA-DO-TRABALHO-ARTISTICO>. Acesso em: 13 ago. 2020.

DORNELES, P. S. LOPES, R. E. Cidadania e diversidade cultural na pauta das políticas culturais. **Cadernos de Terapia Ocupacional UFSCar**. São Carlos: 2016, v. 24, n. 1, p. 173-183. Disponível em: <http://www.cadernosdeterapiaocupacional.ufscar.br/index.php/cadernos/article/view/1295/697>. Acesso em: 13 ago. 2020.

UNESCO. (1980). ***Recommendation concerning the Status of the Artist***. Disponível em: http://un-documents.net/artist.htm. Acesso em: 14 ago. 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Edições Almedina, 2020.

SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. Trad. Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

IX Encontro Internacional de Direitos Culturais
9th International Meeting on Cultural Rights
Direitos Culturais: Impactos da Pandemia
Cultural Rights: Impacts of the Pandemic
05 A 09 DE OUTUBRO
ISSN-e 23169982

ARTISTAS NA CONSTITUIÇÃO DE PERNAMBUCO: PROTEÇÃO OU DISCRIMINAÇÃO?

ARTISTS IN PERNAMBUCO'S CONSTITUTION: PROTECTION OR DISCRIMINATION?

Artur de Morais Cavalcante[8]

RESUMO

O incentivo à produção artística local, bem como a proteção do patrimônio cultural regional, é missão de estados e municípios, no que concerne à sistematização de seus direitos culturais. O art. 197, § 9º da Constituição Estadual de Pernambuco aparenta ser uma norma válida que concretiza esses objetivos postulados pela Constituição Federal. Entretanto, desperta polêmica ao delimitar o incentivo para pernambucanos ou artistas radicados no estado há pelo menos 2 anos. Tal delimitação pode significar uma contradição com o disposto no art. 19, III da Carta Magna, que veda a qualquer ente da federação criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si. Desse modo, o presente trabalho se dedica a explorar o cenário conflituoso descrito, bem como discutir a eventual inconstitucionalidade do disposto no mencionado dispositivo da Constituição Pernambucana.

Palavras-chave: Igualdade. Discriminação. Constituição Pernambucana

ABSTRACT

Encouraging local artistic production, as well as protecting regional cultural heritage, is a mission of states and municipalities, with regard to the systematization of their cultural rights. Art. 197, § 9º of the State Constitution of Pernambuco appears to be a valid rule that achieves these objectives postulated by the Federal Constitution. However, it arouses controversy by delimiting the incentive for people from Pernambuco or artists living in the state for at least 2 years. Such delimitation may mean a contradiction with the provisions of art. 19, III of the Federal Constitution, which prohibits any entity of the federation to create distinctions between Brazilians or preferences among themselves. Thus, the present work is dedicated to exploring the described conflictive scenario, as well as discussing the possible unconstitutionality of the mentioned provision of the Pernambuco's Constitution.

Key-words: Equality. Discrimination. Pernambuco's Constitution

INTRODUÇÃO

A Constituição Federal de 1988 estabelece no caput de seu art. 215 que é dever do Estado (aqui tratado de forma genérica, alcançando as instituições de poder público em qualquer esfera federativa), promover o pleno exercício dos direitos culturais, acesso a fontes de cultura, bem

[8] Estudante de Direito da Universidade de Fortaleza. Trabalho desenvolvido na Cadeira Direitos Culturais, na Graduação em Direito da UNIFOR, sob a orientação do Professor Dr. Francisco Humberto Cunha Filho.

como o apoio, valorização e difusão a manifestações culturais diversas. O § 3º do mesmo artigo estabelece as diretrizes gerais a serem seguidas pelo Plano Nacional de Cultura, de modo que prevê, em seus incisos I e V, respectivamente, a necessidade de integração das políticas de produção, promoção e descentralização de bens culturais, bem como nas de valorização da diversidade étnica regional. Desse modo, cabe aos órgãos legislativos de toda a Federação construir normas que assegurem tais instruções, para que sejam concretizados e protegidos os direitos culturais da população.

Com isso, os estados da federação têm obrigação de proteger manifestações culturais de diversos gêneros, com mais atenção às de aspecto local e regional. Para tanto, cada estado, em sua Constituição Estadual estabelece dispositivos normativos que reafirmam os valores da Carta Magna e instituem seus próprios mecanismos de proteção ao seu patrimônio cultural. Vale ressaltar que cada estado busca estabelecer mecanismos amplos, de modo a abarcar desde a produção, passando pela promoção até o acesso, bem como na Constituição Federal, em seu art. 215, incisos II e IV.

Para tanto, na Constituição do Estado de Pernambuco está estabelecido um mecanismo normativo voltado para o incentivo à produção e difusão artística local. Tal mecanismo está previsto no art. 197, § 9º e tem a seguinte redação:

> Os Municípios com população superior a vinte mil habitantes, quando da elaboração do Plano Diretor Urbano, deverão observar a obrigatoriedade de constar em todos os edifícios ou praças públicas com área igual ou superior a mil metros quadrados, obra de arte, escultura, mural ou relevo escultório de autor pernambucano ou radicado no Estado há, pelo menos, dois anos. (PERNAMBUCO, 1989, p. 106).

A intenção do constituinte era de criar um mecanismo para apoiar a produção artística do estado, expondo obras de autores pernambucanos em prédios e praças públicas. A princípio, parece um instituto válido e que gera resultados concretos, mas acaba por se desdobrar em uma discussão importante. Por favorecer o artista pernambucano perante os demais, a norma pode entrar em conflito com a vedação ao favorecimento de brasileiros entre si, estabelecida no art. 19, III da Constituição Federal.

Para além disso, a discussão sobre essa norma se expande de sua constitucionalidade à sua aplicação. As legislações ordinárias de alguns municípios do estado de Pernambuco não têm previsão da obrigação estabelecida na Constituição do Estado (PETROLINA, 2001), e as que preveem o fazem em termos diversos aos postos na norma em análise (RECIFE, 1990).

Desse modo, a análise do art. 197, § 9º da Constituição do Estado de Pernambuco é ampla e importante para a compreensão de como os direitos culturais são sistematizados na Federação.

METODOLOGIA

O presente trabalho desenvolveu-se por pesquisa bibliográfica e legislativa, de modo que avalia tanto textos acadêmicos quanto documentos normativos para o levantamento de material. A partir disso, prossegue um raciocínio dedutivo, uma vez que reúne perspectivas diferentes e singulares para se chegar a uma conclusão geral.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na Antiguidade, a justiça, como uma forma de materializar a igualdade, era pressuposto e elemento definitivo das práticas jurídicas. Entretanto, o Direito na contemporaneidade toma forma de puro tecnicismo, sem muita preocupação com o significado de seus institutos tornando-se mero "objeto de labor na Modernidade" (BITTAR;ALMEIDA, 2019, p. 600). Desse modo, primordialmente, a igualdade era objetivo essencial da prática jurídica

Nesse sentido, é importante ressaltar que na Constituição Federal de 1988 existem algumas normas que protegem a liberdade individual, em diversas esferas, mas de maneira geral elas se articulam para atender a duas espécies de igualdade: a formal e a material. A igualdade formal é o que se chama de igualdade perante a lei, efetivada na aplicação equânime da lei em diversos casos, sem qualquer forma de distinção, devendo-se aplicar uma lei só a todos os casos da mesma maneira. Ou seja, o referencial de igualdade é a norma em si. Por outro lado, a igualdade material pode ser descrita como a igualdade na lei, de modo que tanto a elaboração quanto a aplicação da lei levarão em consideração as desigualdades naturais dos seres humanos, portanto, o principal parâmetro de igualdade passa a ser o caso concreto (BULOS, 2020, p. 561).

Apesar de parecerem excludentes, os conceitos expostos são complementares e vitais um para o outro. Enquanto a igualdade perante a lei é fundamental para a construção de qualquer ordenamento, uma vez que institui uma das concepções mais primordiais de justiça, a igualdade na lei uma mudança no paradigma de justiça pela incorporação de desigualdades de inúmeras esferas. Portanto, a igualdade formal não se contrapõe à material, mas constitui um pressuposto dela (GRAMSTRUP, 2010, p. 84).

A importância da distinção feita se concretiza na preferência entre brasileiros estabelecida na Constituição de Pernambuco, em seu art. 197, § 9º. Nessa norma, delimita-se um limite ao incentivo dado a artistas, de modo que só serão privilegiados aqueles que forem nascidos no estado ou estiverem lá erradicados a pelo menos 2 anos. Por mais que pareça um instituto que concretiza a igualdade material por incentivar artistas locais, o caso não é exatamente esse. A igualdade material é importante no debate jurídico para que a aplicação da lei se faça levando em consideração eventuais desvantagens entre as pessoas no caso concreto, mas o local de nascimento ou de residência de um artista não representa qualquer desvantagem ou privilégio para ele.

Para além disso, a aplicação dessa norma é precária e lacunosa. Cada município pernambucano deveria dispor da obrigação em debate em seu plano diretor. Para efeitos de análise, toma-se por grupo amostral os cinco municípios mais populosos do estado de acordo com a estimativa populacional feita pelo IBGE em 2019: Recife, Jaboatão dos Guararapes, Olinda, Caruaru e Petrolina (IBGE, 2019). Duas das cidades analisadas não têm qualquer previsão e as outras têm essa obrigação posta com a preferência mais gravosa ou com lacunas importantes.

Os municípios de Jaboatão dos Guararapes e Petrolina não têm em seus planos diretores (JABOATÃO DOS GUARARAPES, 2008) (PETROLINA, 2006) ou em suas Leis Orgânicas (JABOATÃO DOS GUARARAPES, 1990) (PETROLINA, 2001) qualquer previsão como a determinada na Constituição Pernambucana. Isso pode demonstrar tanto a compreensão da inadequação da norma, quanto uma mera omissão do legislador. Recife trata a obrigação de maneira um pouco mais branda, apesar de não possuir determinação em seu plano diretor, a norma está presente em seu Código de Edificações (RECIFE, 1997). Nesse contexto, nos outros dois municípios há a obrigação posta em suas Leis Orgânicas, não em seu plano diretor, mas de maneira mais gravosa que a posta na Constituição do Estado (OLINDA, 1990) (CARUARU, 1990).

Em Olinda e Caruaru, os artistas que serão alvo do benefício devem ser preferencialmente destes municípios. Em ambas as Leis, a preferência é estabelecida textualmente. O art. 170 da Lei Orgânica de Olinda prevê a obrigação em discussão nos seguintes termos:

> Na elaboração do Plano Diretor, deverá obrigatoriamente constar todos os edifícios ou praças públicas, com área igual ou superior a mil metros quadrados, obra de arte, escultura, mural ou relevo escultório, de autor Pernambuco,

> preferencialmente, olindense ou radicado no Estado, há pelo menos 02 (dois) anos. (OLINDA, 1990).

Nessa norma se agrava a distinção entre os artistas que têm interesse em ter sua obra exposta em prédios públicos, uma vez que objetivamente dá preferência aos que nasceram em Olinda. A mesma coisa acontece no art. 152 da Lei Orgânica de Caruaru, quando afirma que

> O Município, quando da elaboração do seu plano diretor, fará constar à obrigatoriedade de conter, em todos os edifícios ou praças públicas com área igual ou superior a mil metros quadrados, obra de arte, escultura, mural ou relevo escultório de autor radicado em seu território há, pelo menos, cinco anos. (CARUARU, 1990).

Desse modo, concretiza-se a reafirmação de uma distinção feita entre brasileiros da Constituição do Estado de Pernambuco em legislações de dois dos maiores municípios do Estado.

Ao analisar como o município mais populoso do estado lida com o art. 197, § 9º da Carta Pernambucana, depara-se com uma característica comum a todos os municípios abordados no presente trabalho. A Lei Orgânica de Recife (1990) prevê a obrigação em discussão de maneira mais branda em seu art. 137, § 6º, no qual afirma que os autores das obras a serem expostas deve ser preferencialmente brasileiro, de modo que elimina a distinção em debate. No plano diretor do município não há qualquer previsão relativa a esta obrigação, mas no art. 129 do seu Código de Edificações estabelece-se que "toda edificação, com área igual ou superior a 1.000m² (um mil metros quadrados), deverá conter, em lugar de destaque, obra de arte executada em escultura, pintura, mural ou relevo escultórico" (RECIFE, 1997).

No que diz respeito à forma como se concretiza a obrigação colocada pela Constituição Pernambucana, Recife a concretiza de maneira mais branda, mas de maneira mais adequada, por oferecer a oportunidade de ter sua obra exposta em prédio ou praça pública a todos, sem distinção por origem. Entretanto, a característica que a capital do estado compartilha com os outros municípios abordados é o quão essa norma é vaga, sem qualquer reguamentação de sua aplicação.

Apesar das diferenças na forma de abordar a incumbência da Constituição de Pernambuco, todos os municípios pesquisados compartilham entre si a falta de previsão sobre como ocorrerá a seleção de obras, de modo que não há qualquer determinação sobre o processo de inscrição ou avaliação delas. Essa é uma lacuna gravíssima, que torna nebulosa

a aplicação da lei e gera diversas polêmicas na classe artística pernambucana, representadas pelo movimento de 1991 liderado pelo artista plástico Paulo Bruscky, que lutava pela aplicação e alteração do dispositivo legal (CUNHA FILHO; COSTA, 2010, p. 1823).

CONCLUSÃO

O art. 197, § 9º da Constituição do Estado de Pernambuco possui uma série de falhas, desde a distinção e preferência que promove entre artistas brasileiros até a falta de aplicação efetiva em nível municipal. O argumento de que tal distinção é feita em prol da concretização da igualdade material é falacioso, pois o critério de preferência dos artistas para que se enquadrem no dispositivo em análise é simplesmente sua origem, o que não representa em si qualquer desvantagem perante outros artistas brasileiros.

A inserção de tal distinção em uma constituição estadual representa de maneira clara a tendência moderna à destituição da igualdade como objetivo do Direito, de modo a torná-lo vazio em significado. É importante que a prática e a retórica jurídica se volter ao resgate da ideia de preeenchimento semântico do Direito, mesmo em discussões teóricas ou abstratas.

Mesmo sendo um problema de dimensão teórica, visto que sua aplicação é abstrata e desregulamentada, é de suma importância tanto por que linguagem e retórica são elementos fundamentais ao Direito, como ciência e instituição, quanto para que se compreenda melhor a aplicação e a sistematização dos direitos culturais no Brasil.

REFERÊNCIAS

BITTAR, Eduardo C. B.; ALMEIDA, Guilherme Assis de. **Curso de Filosofia do Direito.** 14. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988.

BULOS, Uadi Lammêgo. **Curso de Direito Constitucional**. 13. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2020.

CARUARU. **Lei Orgânica do Município de Caruaru**. Caruaru, PE, 05 abr. 1990.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto; COSTA, Rodrigo Vieira. **Qual o Lugar da Arte?** Análise Sócio-jurídica da lei municipal de Fortaleza sobre a colocação de obras de arte em espaços públicos. In: ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI, 19, 2010, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: EDITORA, 2010. p. 1822-1825.

GRAMSTRUP, Erik Frederico. O Princípio da Igualdade. **Revista Brasileira de Estudos Jurídicos**, Montes Claros, v. 5, n. 2, p. 69-86, jul./dez. 2010.

IBGE. **Estimativas da População Residente no Brasil e Unidades da Federação**. 2019. Com data de referência a 1º de julho de 2019.

JABOATÃO DOS GUARARAPES**. Lei Orgânica do Município de Jaboatão dos Guararapes. Jaboatão dos Guararapes**, PE, 05 abr. 1990.

JABOATÃO DOS GUARARAPES. Lei Complementar nº 2, de 11 de janeiro de 2008. **Plano Diretor do Município de Jaboatão dos Guararapes**. Jaboatão dos Guararapes, PE, 2008.

OLINDA. Lei Orgânica, de 3 de abril de 1990. **Lei Orgânica do Município de Olinda.** Olinda, PE, 1990.

PERNAMBUCO. **Constituição do Estado de Pernambuco**. Recife, 06 out. 1989.

PETROLINA. **Lei Orgânica do Município de Petrolina**. Petrolina, PE, 20 dez. 2001.

PETROLINA. Lei nº 1875, de 14 de novembro de 2006. **Plano Diretor Participativo do Município de Petrolina**. Petrolina, PE, 14 nov. 2006.

RECIFE. Lei nº 16.292, de 1997. **Código de Edificações de Recife**. Recife, PE.

RECIFE. **Lei Orgânica do Município de Recife**. Recife, PE, 04 abr. 1990.

RECIFE. Lei nº 17.511, de 29 de dezembro de 2008. **Plano Diretor do Município de Recife. Recife**, PE, 2008.

IX Encontro Internacional de Direitos Culturais
9th International Meeting on Cultural Rights
Direitos Culturais: Impactos da Pandemia
Cultural Rights: Impacts of the Pandemic
05 A 09 DE OUTUBRO
ISSN-e 23169982

CULTURA "DENDICASA", AVALIAÇÃO DO PRIMEIRO EDITAL PARA AÇÕES VIRTUAIS DE ARTE E CULTURA DA SECULT-CE.

"DENDICASA" *CULTURAL POLICIES, AN EVALUATION OF THE FIRST PUBLIC EDICTS FOR VIRTUAL ART AND CULTURE ACTIVITIES OF CEARÁ, BRAZIL.*

Camila Maria Guerra Camêlo[9]

Thyago de Araújo Ribeiro[10]

RESUMO

Este estudo busca refletir sobre as políticas culturais da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará - SECULTCE em meio à pandemia, através da análise do I Edital "Cultura Dendicasa" e suas percepções pelos beneficiários diretos desta ação, os proponentes contemplados no referido edital. Verificou-se que, apesar de algumas divergências quanto a dinâmica deste edital, ele é uma ação valiosa que precisa ser continuada e deve servir de base para outras ações neste período de isolamento social, porém, precisa ser avaliada mediante diálogos entre a SECULTCE e a sociedade civil, sobretudo com os atores da cadeia produtiva da cultura, para que, através das modificações necessárias realizadas de forma conjunta, possa tornar-se mais democrática e incluir todos os integrantes da cadeia criativa da cultura, como produtores, técnicos e demais profissionais criativos do âmbito cultural.

Palavras-chave: Políticas públicas. Políticas culturais. Pandemia.

RESUMO EM LINGUA ESTRANGEIRA

This article seeks to reflect on SECULTCE's cultural policies during the pandemic period, through the analysis of the "Cultura Dendicasa" edicts and the perceptions of the direct beneficiaries of this one. Despite some divergences about details of this edicts, This one is a valuable action that needs to be continued and should serve as a model for other actions at the Isolation period. However, it needs to be evaluated through dialogues between SECULTCE and civil society, especially with the Cultural Production chain. That necessary changes can be made together, and in a more democratic way, including all members of the Cultural Production chain.

Keywords: Public policies. Cultural policies. Pandemic.

[9] Mestranda em Avaliação de Políticas Públicas pela Universidade Federal do Ceará – UFC. Sócia da Casa das POC-Produções Criativas, Produtora e Gestora Cultural, integrante do Fórum de Produtores Culturais do Ceará: camilaguerrabra@gmail.com;

[10] Graduado em Gestão da Qualidade pela Universidade Federal do Ceará-UFC. Sócio da Casa das POC-Produções Criativas, Produtor e Gestor Cultural, integrante do Conselho Municipal de Políticas Culturais (CMPC) e do Fórum de Produtores Culturais do Ceará: thyagoproducao@gmail.com;

INTRODUÇÃO

Em março de 2020 o Governo do Estado do Ceará através do Decreto n° 33.510 de 16 de março de 2020, decretou a situação de emergência de isolamento social e do Decreto n° 33.519 de 19 de março de 2020 intensificou as medidas para o enfrentamento da pandemia do COVID 19, especificamente em seu Art. 1°, inciso III, que suspende o funcionamento de museus, cinemas e outros equipamentos culturais, públicos e privados[11].

Após a publicação desses decretos, uma mobilização mediada pelo Fórum Cearense de Teatro e demais instâncias do âmbito artístico cultural reivindicou medidas emergenciais para diminuir o impacto ocasionado pela estagnação das atividades que movimentam a Economia da Cultura no Ceará[12]. Dentre as medidas adotadas pela Secretaria da Cultura do Estado do Ceará - SECULTCE, foi apresentado o Edital Cultura Dendicasa, lançado em 27 de março de 2020, em live realizada pelo secretário Fabiano Piúba através do Facebook da SECULTCE[13], cujas inscrições iniciaram em 31 de março de 2020.

O referido edital foi apontado pela Secretaria da Cultura do Estado do Ceará - SECULTCE, como uma resposta às reivindicações da classe artística. Em carta-retorno publicada em seu sítio eletrônico, a Secretaria cita também outras ações tomadas para amenizar, no campo da cultura, os impactos advindos da crise global da saúde ocasionada pelo coronavírus.

Em seu texto, o edital supracitado assume uma função social e econômica no fomento da economia artística criativa e cultural, e diz considerar a elevada informalidade do setor cultural, porém, representantes dos trabalhadores da cultura elencaram alguns pontos passíveis de crítica ao referido edital.

Estas críticas eram direcionadas, principalmente, aos trâmites burocráticos, como a existência de anexo obrigatório intitulado “Anexo I - Plano de Trabalho”, as especificidades sobre a contrapartida, que podendo ser em bens ou serviços, corresponderia a 20% dos recursos direcionados a cada proposta vencedora e a cessão de licença do material digital

[11] Texto do Decreto disponível em: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/leis2013/lc119.htm;

[12] Texto da carta do Fórum Cearense de Teatro disponível em: https://www.facebook.com/permalink.php?story_fbid=4377201455639040&id=1088370777855474;

[13] Material disponível em: https://www.facebook.com/watch/live/?v=210628963368521&ref=watch_permalink;

enviado no ato da inscrição (itens 7 e 8), bem como o item 16 que, tratando do cadastro de parceiros da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado, impunha a regularidade cadastral e adimplência quanto à regularidade fiscal e tributárias com as esferas públicas, além da exigência de nota fiscal e o envio do produto a ser veiculado já no ato da inscrição.

Estas exigências, comuns a editais cotidianos desta secretaria, não contemplam o caráter emergencial proposto pelo referido edital, tampouco o entendimento descrito de reconhecimento da informalidade do setor. Ademais, estas exigências também são inconsistentes com o valor praticado para cada proposta, assim como o é a nota fiscal, referente a um serviço que foi realizado antes da inscrição e que só seria valorado/pago no ato de aprovação no edital. Importante destacar que esta exigência específica de nota fiscal para pagamento de serviço realizado antes da inscrição vai de encontro à Lei Complementar nº 119 de 28 de dezembro de 2012, atualizada em 10 de maio de 2018 que, em seu Art. 41, nos informa que o pagamento das despesas previstas no Plano de Trabalho deve ser realizado durante a vigência do instrumento.

Em 03 de abril de 2020, a SECULTCE publica o 1º Termo aditivo ao I Edital "Cultura Dendicasa - Festival Arte em Casa para o Mundo" em atenção às críticas manifestadas pela classe artística, através de carta advinda do Fórum Cearense de Teatro, Grupo Trabalhadores da Cultura do Ceará, Grupo Trabalhadores da Cultura do Cariri, Fórum de Produtores Culturais do Ceará, Sindicato dos Músicos do Estado do Ceará e Movimento Todo Teatro é Político, onde são oficializadas modificações na intenção de desburocratizar o acesso ao edital e ao recurso em caso de aprovação. Assim, podemos destacar as seguintes alterações: A inexigência da adimplência junto à Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado, assim como do "Anexo I - Plano de Trabalho", nota fiscal e recibo para recebimento do recurso e sua prestação de contas, sendo solicitado apenas envio de relatório de elaboração e veiculação das ações realizadas pelo proponente, a simplificação da contrapartida, que é agora incorporada ao próprio objeto do edital, sendo também retirado do texto do instrumento a exigibilidade de licenças sobre a exibição do conteúdo digital.

Partindo de nossa atuação como produtores culturais e membros do Fórum de Produtores Culturais do Ceará, relatamos neste artigo nossas impressões a partir de conversas informais com outros integrantes da cadeia produtiva da cultura, nossa experiência durante a submissão de projetos para o I Edital "Cultura Dendicasa Festival Arte de Casa para o Mundo" na linguagem circo, bem como a experiência relatada por dois dos cinco proponentes

cuja inscrição e produção do material foi mediada por nós, sendo um integrante dos circos de lona e outro, das artes do circo fora da lona.

Desta forma, objetivamos trazer neste trabalho, diferentes pontos de vista, que podem convergir, advindos de diversos atores da cadeia produtiva da cultura, no intuito de apresentar, a partir da perspectiva dos beneficiados pelo edital como os trabalhadores da cultura estão enfrentando este período de isolamento e como as ações da SECULTCE, a partir do I Edital "Cultura Dendicasa Festival Arte de Casa para o Mundo", parte do objeto deste estudo, são percebidas por estes beneficiados, neste recorte temporal.

METODOLOGIA

Como direcionamento metodológico, esta pesquisa se deu através de análise documental, das leis, Lei Complementar n° 119/2012, Lei Complementar n° 213/2020, os decretos, Decreto n° 33.510/2020 e Decreto n° 33.519/2020, análise das postagens integrantes do grupo do Fórum Cearense de Teatro, no Facebook e de notícias relevantes do período, sobre as cartas produzidas pela classe artística e a resposta a estas críticas, pela SECULTCE, através de suas redes sociais e sítio oficial, além de entrevista semiestruturada realizada com os dois proponentes eleitos para o estudo e também nossas próprias percepções como produtores culturais e participantes deste edital. Destacamos que este estudo foi construído após o início das veiculações dos projetos aprovados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As entrevistas foram realizadas de modo remoto, pois foram feitas durante o período de isolamento social, através de ligações gravadas e autorizadas pelos respectivos entrevistados.

Na entrevista que estruturamos, intencionamos extrair dos indivíduos informações sobre os principais pontos discutidos pela classe artística sobre o edital e suas orientações, com a finalidade de investigar se estas questões percebidas na divulgação da convocatória se apresentaram como obstáculos durante a realização da inscrição e na execução dos projetos propostos pelos entrevistados.

No papel de produtores culturais, corroboramos com os relatos dos entrevistados 01 e 02 e entre eles observamos algumas convergências de pensamento, sobretudo em questões como o envio do produto pronto antes da certeza de ser contemplado, a longa espera entre o

período inicial de inscrição e aprovação com consequente pagamento, além de questionamentos acerca do valor oferecido como pagamento para esses trabalhos.

O período de pandemia impactou negativamente na renda dos trabalhadores e trabalhadoras da cultura neste período de isolamento social, trazendo à tona a realidade de incertezas dos profissionais do setor que se encontrou em desamparo e impulsionou a abertura de diálogos e reivindicações da classe de trabalhadores da cultura frente a Secretaria de Cultura do Estado do Ceará.

Os valores praticados pela Secretaria, advindos deste edital, R$ 2.500,00 (Dois Mil e Quinhentos Reais) não se comportam como emergenciais, por conta do trâmite burocrático necessário para o recebimento deste recurso e a demora entre as etapas do próprio edital e tampouco levam em consideração outros atores integrantes da cadeia produtiva da cultura, como profissionais das áreas técnicas e produtores, pois trata-se de uma ação que busca remunerar o artista, mas não valora o trabalho conjunto de outros profissionais que operam luz, som, edição e criação de arte gráfica, por exemplo, componentes decisórios no ato de avaliação curatorial do material a ser veiculado.

Porém, é mister salientar que este foi um momento de aprendizagem e que todas as ações foram experimentais, sobretudo as advindas da Secretaria, que em diálogo com instâncias consultivas, considerou algumas das questões colocadas, apesar de terem mantido pontos mais controversos inflexíveis, como o envio de material já finalizado no ato de inscrição.

Atualmente, no mês de julho, a SECULTCE segue publicando os materiais contemplados em sua plataforma e, em suas redes sociais e, de acordo com a última nota lançada por esta secretaria em seu sítio eletrônico, em 16 de junho de 2020, dos 400 projetos aprovados, 370 termos foram formalizados, 211 com parcela priorizada, 170 estão empenhados, mas apenas 88 haviam sido pagos[14].

CONCLUSÃO

[14] Informação disponível em: https://www.secult.ce.gov.br/2020/06/16/dendicasa-nota-sobre-pagamentos-e-formalizacao-dos-termos-de-cooperacao-financeira-do-edital-15-de-junho/

Neste momento de pandemia e isolamento social, onde aos poucos os comércios e mercados estão reabrindo, o setor cultural encontra-se ainda fora do plano de retorno às atividades e seus profissionais estão buscando readequar-se à nova realidade de construção de produtos artísticos de forma virtual, porém, a realidade do acesso não abarca a todos e, também, muitos trabalhadores da cultura, sobretudo aqueles que integram as áreas técnico-criativas, ainda não encontram lugar nesta virtualização.

Como produtores culturais, entendemos que as políticas públicas culturais, publicadas pela SECULTCE, precisam ser inclusivas e democráticas no âmbito da discussão destes processos e no ato de abarcar toda a cadeia produtiva da cultura, composta por técnicos, produtores, artistas e demais profissionais criativos envolvidos no contexto cultural.

Por fim, é salutar não só a manutenção destas ações, a exemplo do I Edital "Cultura Dendicasa", mas a sua avaliação e a continuidade destas propostas, cuja abrangência se faz necessária, entendendo que é dever do Estado a democratização e manutenção de políticas mais propositivas, principalmente nestas incertezas advindas deste período de pandemia, mas que estas ações devem ser pensadas de forma mais participativa com a sociedade civil e, principalmente, com todos os setores que englobam a cadeia criativa da cultura.

REFERÊNCIAS

CEARÁ. **Lei complementar n° 119, de 28 de dezembro de 2020**. Dispõe sobre regras para convênios, instrumentos congêneres, termo de colaboração, termo de fomento e acordo de cooperação celebrados em regime de mútua cooperação pelos órgãos e entidades do poder executivo estadual. Disponível em: https://www2.al.ce.gov.br/legislativo/legislacao5/leis2013/lc119.htm

CEARÁ. **Lei complementar n° 213, de 27 de março de 2020.** Acrescenta dispositivo à Lei complementar n° 119, de 28 de dezembro de 2020.Disponível em: https://www.cge.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/20/2020/04/LEI-COMPLEMENTAR-N%C2%BA213-27-de-mar%C3%A7o-de-2020.-1.pdf

CEARÁ. **Decreto n° 33.510, de 16 de março de 2020**. Decreta situação de emergência e saúde e dispõe sobre medidas de enfrentamento e contenção de infecção humana pelo novo coronavírus. Disponível em: https://www.cge.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/20/2020/03/DECRETO-N%C2%BA33.510-de-16-de-mar%C3%A7o-de-2020..pdf

CEARÁ. **Decreto n° 33.519, de 19 de março de 2020**. Intensifica as medidas para enfrentamento da infecção humana pelo novo coronavírus. Disponível em:

https://www.cge.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/20/2020/03/DECRETO-N%C2%BA33.519-de-19-de-mar%C3%A7o-de-2020.pdf

IX Encontro Internacional de Direitos Culturais
9th International Meeting on Cultural Rights
Direitos Culturais: Impactos da Pandemia
Cultural Rights: Impacts of the Pandemic
05 A 09 DE OUTUBRO
ISSN-e 23169982

DA NÃO INCIDÊNCIA DO IR, CSLL, PIS E COFINS SOBRE VALORES OBTIDOS VIA LEI FEDERAL DE INCENTIVO À CULTURA (LEI ROUANET): UM CASO PRÁTICO

THE NO INCIDENCE OF IR, CSLL, PIS AND COFINS ON VALUES OBTAINED BY MEANS OF THE FEDERAL LAW OF INCENTIVE TO CULTURE (ROUANET LAW): A PRACTICAL CASE

Cecília Nunes Rabelo[15]
Katia Bizinotto Macedo Soares[16]

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo analisar os fundamentos jurídicos da não incidência do Imposto de Renda, CSLL, PIS e COFINS sobre os valores recebidos pelos proponentes via Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet). A justificativa é a autuação ilegal e abusiva da Receita Federal do Brasil em relação a tais valores, o que vêm gerando danos aos artistas e produtores culturais. Diante disso, os proponentes precisaram recorrer ao Poder Judiciário para, a partir compreensão dos direitos culturais como direitos fundamentais e da ordem jurídico-tributária, esclarecer que tais recursos se caracterizam como recursos públicos, motivo pelo qual sobre eles não incidem tais tributos. Como conclusão da pesquisa, foi observado que a incompreensão acerca dos fundamentos e do funcionamento da Lei Rouanet podem causar grandes prejuízos à efetivação dos direitos culturais.

Palavras-chaves: Lei federal de Incentivo à Cultura; Lei Rouanet; Direito Tributário; Direitos Culturais.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

The purpose of this article is to analyze the legal basis for the non-incinding of the Income Tax, CSLL, PIS and COFINS on the amounts received by the proponents via the Federal Culture Incentive Law (Rouanet Law). The justification is the illegal and abusive assessment by the Federal Revenue of Brazil in relation to such values, which can cause damage to artists and cultural producers. Therefore, proponents had to resort to the Judiciary to, from the understanding of cultural rights as fundamental rights and the legal-tax order, clarify that such resources are characterized as public resources, which is why such taxes do not incur on them. As a conclusion of the research, it was observed that the lack of understanding about the foundations and the functioning of the Rouanet Law can cause great damages to the realization of cultural rights.

Keywords: Federal Culture Incentive Law; Rouanet Law; Tax law; Cultural Rights.

INTRODUÇÃO

[15] Advogada no escritório Saraiva & Rabêlo Advocacia, especializado em Economia Criativa; Mestre em Direito; Especialista em Gestão e Políticas Culturais; Especialista em Direito Público.

[16] Advogada e atriz cofundadora do Grupontapé, com especialização em Direito Tributário e Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho e fundadora e atual Presidente da Comissão de Cultura da 13ª subseção da OABMG.

O caráter de direito humano e de direito fundamental dos direitos culturais já é matéria consolidada no âmbito interno e internacional. Seja em relação aos direitos culturais previstos expressamente no art. 5º da Constituição Federal, seja nos elencados na seção específica destinada à Cultura (artigos 215, 216 e 216-A), é certo que tais direitos devem ocupar especial posição no ordenamento jurídico.

Nessa compreensão da fundamentalidade dos direitos culturais, o art. 23 estabeleceu que proporcionar os meios de acesso à cultura é tarefa de competência comum dos entes federados, devendo cada um deles estabelecer incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais (Art. 216, §3º). Segundo Humberto Cunha (2018, p. 48), a lei 8.313/91, a famosa Lei Rouanet, é uma concretização desse dever de incentivo via mecanismo de renúncia fiscal, como outros que podem vir a ser criados para incrementar esse papel estatal fomentador.

Não obstante, é certo que, ainda hoje, a Lei Federal de Incentivo à Cultura[17] (Lei Rouanet) é o principal mecanismo de fomento à cultura no país. Considerando a relevância da Lei Rouanet para a concretização dos direitos culturais no país, gerando, de 1993 a 2018, um impacto econômico de R$ 49.782.447.591,20 (FGV, 2018), o presente estudo tem por objetivo demonstrar os fundamentos jurídicos para a não incidência de determinados tributos[18] nos valores recebidos pelos proponentes de projetos culturais apoiados via Lei Rouanet.

Tendo como referencial teórico a Constituição Federal, o Código Tributário Nacional (CTN), a Lei 8.313/91, bem como a legislação infralegal tributária e a doutrina acerca dos direitos culturais e do direito tributário, buscou-se demonstrar a ilegalidade de tais cobranças, partindo da análise da natureza jurídica do recurso advindo do incentivo fiscal via Lei Rouanet para, após, compreender como tais tributos não incidem sobre esses valores.

[17] O atual governo federal, em uma tentativa pífia de fazer com que acreditassem que a lei teria mudado (o que não aconteceu), deixou de utilizar a nomenclatura famosa e apenas utiliza o nome "oficial" lei federal de incentivo à cultura, como se fosse uma nova lei. O fato é que a lei continua a mesma.

[18] A justificativa para tanto são as autuações realizadas pela Receita Federal do Brasil em relação aos valores recebidos via incentivo fiscal pelos proponentes de projetos culturais, determinando, de forma ilegal, o pagamento de Imposto de Renda, PIS, COFINS e CSLL sobre tais recursos, alegando que a isenção tributária da Rouanet seria somente dada ao incentivador do projeto e não ao proponente, demonstrando uma total incompreensão acerca do funcionamento da norma.

METODOLOGIA

Do ponto de vista metodológico, quanto ao tipo de pesquisa, optou-se pela pesquisa bibliográfica ou teórica. Como procedimento metodológico, considera-se relevante, de início, o emprego do método histórico com o intuito de contextualizar no tempo a Lei Rouanet, em função dos benefícios que ela pode canalizar para o desenvolvimento da cultura brasileira. Quanto ao procedimento técnico, por se tratar de pesquisa puramente teórica, procedeu-se à leitura analítica dos textos identificados, coligidos e fichados. Para o desenvolvimento da pesquisa, além dos textos doutrinários e da Lei, foi necessário ainda, recorrer a artigos e sentenças jurídicas acerca do tema.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Lei Rouanet estabeleceu o Programa Nacional de Apoio à Cultura, o PRONAC, criando três mecanismos distintos de fomento: o Fundo Nacional de Cultura (capítulo II), os Fundos de Investimento Cultural e Artístico – FICART (capítulo III) e o Incentivo Fiscal (capítulo IV). Quanto ao último mecanismo citado, o Incentivo Fiscal, este se dá através da renúncia fiscal, por parte da União Federal, de parte do Imposto de Renda (até 6% do IR devido para pessoas físicas e até 4% para pessoas jurídicas) para o apoio a projetos culturais, previamente aprovados pelo órgão federal de cultura.

Em suma, o procedimento se dá nas seguintes etapas: uma pessoa física ou jurídica propõe um projeto via sistema SALIC; o projeto é analisado pelo órgão federal de cultura e, uma vez aprovado, recebe autorização para captar junto ao mercado o valor necessário para realizar seu projeto; captado o recurso, o valor é depositado em uma conta bancária exclusiva para o projeto e em relação à qual o órgão federal de cultura tem total acesso e controle; o projeto é executado, devendo gastar o recurso exclusivamente com as rubricas previstas no projeto, aprovadas pela Secretaria; ao final, são prestadas as contas e, caso haja qualquer irregularidade, haverá imposição de multa ou devolução de valores.

Conforme é possível concluir pela simples leitura do resumo acima, é evidente o fato de que o recurso recebido e executado pelos proponentes não é, de forma alguma, seu. Trata-se de tributo que deveria, como regra, ser destinado aos cofres públicos. No entanto, por uma disposição legal (lei nº 8.313/91), a União Federal permite que o contribuinte destine parte desse tributo para apoiar um projeto cultural. É um caso claro de benefício fiscal via renúncia de receita, por meio do qual o Estado permite que parte de um tributo devido (ou

seja, há uma obrigação tributária constituída, nos termos do art. 113, §1º do CTN) seja destinado a um fim social específico (fomento à cultura, obrigação estatal definida no art. 215 da Constituição Federal).

Ora, se o tributo é devido, aquele valor apurado é, em sua inteireza, um recurso público, sobre o qual incidem todos os privilégios e prerrogativas inerentes a essa natureza jurídica. Tanto é assim que, caso o apoiador não queira se utilizar do benefício fiscal da Rouanet, ele terá que pagar o valor total do IR devido para a União normalmente, destinando-o aos cofres públicos federais. Não é, portanto, a entrada do recurso no cofre estatal que o torna um recurso público. Esse caráter se dá a partir do momento em que ocorre um fato gerador, criando uma obrigação tributária que deve ser cumprida. O caráter público desse recurso decorre, portanto, da lei.

Reforça a natureza jurídica de recurso público do valor recebido via Lei Rouanet, em relação ao qual os proponentes são meros depositários e executores, o fato de que todo o seu gasto é fiscalizado diretamente pelo Estado (pela Secretaria Especial da Cultura-SEC e pelo Tribunal de Contas da União-TCU), devendo os proponentes prestar contas de todo o valor recebido (art. 29 da lei 8.313/91) bem como comprovar todas as ações culturais que se comprometeram a executar com tal recurso. Ademais, todo o rendimento auferido (o recurso fica em aplicação financeira enquanto o projeto é executado, por força legal) somente pode ser utilizado no projeto, além do que todo recurso que não for executado deve ser devolvido aos cofres públicos, exatamente pelo fato de ser um recurso público.

A fim de fulminar a discussão acerca da natureza jurídica do recurso captado via Lei Rouanet, o art. 1º, §6º e §7º e art. 47 da IN 02/2019, que atualmente regula os procedimentos da referida norma, foi cristalino ao afirmar que tais recursos tem natureza pública, não sendo computados, portanto, como base de cálculo de IR, CSLL, PIS ou COFINS, além do ISS. Essa é a compreensão, inclusive, da própria SEC[19] e do TCU, por meio do acórdão nº 1285/2008, no qual o Tribunal analisou a natureza jurídica das doações e patrocínios recebidos via Lei Rouanet, entendendo-os como recursos públicos oriundos de renúncia fiscal (e não de subvenções, natureza jurídica distinta).

[19] Protocolo 71004000567202046

Compreendida a natureza pública do recurso recebido pelos proponentes via Lei Rouanet, fica fácil entender por que esse recurso não integra a base de cálculo do IR, CSLL, PIS e COFINS. É que, de acordo com o art. 43 do CTN, o IR tem como fato gerador a aquisição de disponibilidade econômica ou jurídica de renda, assim entendido o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos; ou de proventos de qualquer natureza, assim entendidos os acréscimos patrimoniais não compreendidos no conceito de renda. Observa-se, portanto, que para haver fato gerador é necessário que haja, antes de tudo, renda ou proventos, que são, segundo a simples leitura do referido dispositivo legal, acréscimos patrimoniais. Segundo Hugo de Brito Machado (2010, p. 333): "não há renda, nem provento, sem que haja acréscimo patrimonial, pois o CTN adotou expressamente o conceito de renda como acréscimo".

Ora, como é possível entender a doação ou patrocínio recebidos via Lei Rouanet como "acréscimo patrimonial" se eles são recursos públicos? Não há qualquer acréscimo patrimonial no patrimônio da proponente ao receber um recurso via Lei Rouanet, vez que todos os valores daí derivam devem ser gastos única e exclusivamente com as rubricas aprovadas pelo órgão federal de cultura, sendo qualquer sobra devolvida ao FNC. Hugo de Brito Machado (2010, p. 333), ao tratar sobre o tema, é firme ao entender que:

> [...] o que não se admite é a tributação de algo que na verdade em momento algum ingressou no patrimônio, implicando incremento do valor líquido deste. Como acréscimo se há de entender o que foi auferido, menos parcelas que a lei, expressa ou implicitamente, e sem violência à natureza das coisas, admite sejam diminuídas na determinação desse acréscimo.

Ademais, também é clara a ausência de disponibilidade, econômica ou jurídica, sobre esses recursos, vez que os proponentes não tem em nenhum momento, livre disposição sobre tais valores, mas apenas uma permissão de utilização condicionada à exata execução do projeto aprovado pelo órgão federal de cultura. Ora, segundo MACHADO (2010, p. 334), disponibilidade é a capacidade de poder utilizar algo de forma livre, sem qualquer restrição ou obstáculo de fato ou de direito. Não há, portanto, disponibilidade jurídica ou econômica sobre os valores recebido via Lei Rouanet, vez que os proponentes não podem utilizá-los de forma livre, mas sim condicionados à execução de um orçamento previamente aprovado pelo órgão federal de cultura. Em relação à CSLL, o fato gerador e a base de cálculo dessa contribuição social é a mesma do IR, ambos incidindo sobre a receita bruta, entendida esta como o resultado da venda de mercadorias e/ou serviços, acrescido dos "ganhos de capital,

demais receitas e seus resultados positivos" (RIR/1999, art. 224, art. 225, art. 518, art. 519 e art. 521).

Sobre o PIS e a COFINS, a compreensão vai no mesmo sentido. Em decisão prolatada no âmbito do processo RE 357.950-9 RS em 2005, o Supremo Tribunal Federal entendeu pela inconstitucionalidade do §1º, art. 3º da lei 9.178/98, que atribuía como base de cálculo dessas contribuições a receita bruta, concluindo que a única base de cálculo possível e aceitável para o PIS e a COFINS é o faturamento e, sendo este compreendido exclusivamente pelo produto das vendas de mercadorias e da prestação de serviços, independentemente da emissão de fatura, também não há qualquer coincidência entre as doações e patrocínios recebidos via Lei Rouanet com o conceito de faturamento, vez que não se trata de recurso advindo de venda de mercadoria ou de serviços.

Esse é, inclusive, o entendimento exarado pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região ao analisar um dos casos de tributação ilegal aqui referidos. No caso que deu ensejo a essa pesquisa[20], o juiz da 3ª Vara Federal Cível e Criminal da SSJ de Uberlândia-MG seguiu o precedente e, acatando os argumentos aqui levantados, sentenciou pela não incidência dos referidos tributos, entendendo que *"o valor percebido para efeito de incentivo ou patrocínio no âmbito da Lei Rouanet não se confunde com a ideia de acréscimo patrimonial inerente ao fato gerador do imposto de renda e, tampouco, assemelha-se a faturamento."*

CONCLUSÃO

A partir da pesquisa realizada, é possível concluir que os valores recebidos pelos proponentes via Lei Rouanet não são passíveis de tributação de IR, CSLL, PIS e COFINS pelo simples fato de não se enquadrarem no conceitos de renda, proventos, receita ou faturamento, sendo simplesmente recursos públicos executados para fins de realização de um projeto cultural, aprovado, acompanhado e fiscalizado pelo Poder Público.

REFERÊNCIAS

BRASIL**.** Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil de 05 de Outubro de 1988. Diário Oficial da União. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 01 de fevereiro de 2020.

[20] Processo nº 1003721-14.2020.4.01.3803.

BRASIL. Código Tributário Nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 31 out. 1966. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172compilado.htm. Acesso em 01 de fevereiro de 2020.

BRASIL. Lei nº 8.313. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1991. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8313cons.htm. Acesso em 01 de fevereiro de 2020.

BRASIL. MINISTÉRIO DA CIDADANIA. Instrução normativa nº 02. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 24 abr. 2019. Disponível em: https://www.in.gov.br/web/dou/-/instru%C3%87%C3%83o-normativa-n%C2%BA-2-de-23-de-abril-de-2019-84797797. Acesso em 01 de fevereiro de 2020.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. **Teoria dos Direitos Culturais:** Fundamentos e Finalidades**.** São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2018.

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS – FGV. **Impactos Econômicos da Lei Rouanet**. 2018. Disponível em: http://antigo.cultura.gov.br/documents/10883/1544705/Lei_Rouanet_Metrica_de_Avaliacao.pdf/266725c7-c3b0-4c88-8ac0-79bf5f8a5642. Acesso em: 10 ago. 2020.

MACHADO, Hugo de Brito. **Curso de Direito Tributário**. 31 ed. São Paulo: Malheiros, 2010.

TRF-1. 7ª Turma. APELAÇÃO CÍVEL: 2010.33.00.004075•6/BA. Relator: Luciano Tolentino Amaral. DJ: 24/04/2012. **JusBrasil,** 2020. Disponível em: https://www.jusbrasil.com.br/diarios/82932986/trf-1-09-01-2015-pg-417. Acesso em: 10 ago. 2020.

TRF-1. 3ª Vara Federal Cível e Criminal da SSJ de Uberlândia-MG. Processo 1003721-14.2020.4.01.3803. Decisão de: 07/07/2020.

IX Encontro Internacional de Direitos Culturais
9th International Meeting on Cultural Rights
Direitos Culturais: Impactos da Pandemia
Cultural Rights: Impacts of the Pandemic
05 A 09 DE OUTUBRO
ISSN-e 23169982

(DES)RESPEITÁVEL PÚBLICO: OS DESAFIOS DO CIRCO NO BRASIL EM TEMPOS DE PANDEMIA

DISTINGUISHED MEMBERS OF THE STAGE: CHALLENGES OF CIRCUS IN BRAZIL DURING PANDEMIC TIMES

Caio Gustavo de Almeida [21]
Glaydson Cabral Cezar de Souza Júnior [22]
João Gabriel Dias Arruda Vieira Dantas [23]

RESUMO

Partindo de uma observação que leva em conta os desafios da atividade circense no Brasil, faz-se um estudo que pretende discutir o acesso dessa população a direitos básicos, apontando os entraves que existem para que haja a sobrevivência dessa manifestação artística e cultural. Fundamentando-se no pressuposto que a atividade circense é parte da tradição social e da construção da identidade nacional, destaca-se a falta de prioridade do Poder Público na promoção de políticas que contribuam para o funcionamento dos circos itinerantes, fruto da invisibilização dos artistas desde muito tempo. Tais problemas foram consideravelmente agravados com o cenário de pandemia, o que leva a concluir que o momento delicado em que a arte no geral passa pode comprometer seriamente o futuro dos circos no Brasil, evidenciando a necessidade de se dar atenção especial a esse grupo de pessoas.

Palavras-chave: Brasil. Circo. Direito. Pandemia.

ABSTRACT

Based on an observation of the challenges of circus activity in Brazil, a study that discusses the access of its population to basic rights is realized by pointing out the obstacles for the survival of this artistic and cultural manifestation. Assuming that the circus is part of the social tradition and construction of national identity, the lack of priority of the Government in the promotion of policies that contribute to the functioning of itinerant circuses stands out as a result of the invisibility of their artists. Such problems were considerably aggravated by the pandemic scenario, which leads to the conclusion that this delicate moment for art in general can seriously compromise the future of circuses in Brazil thus highlighting the special attention that this group of people demands.
Keywords: Brazil. Circus. Law. Pandemic.

INTRODUÇÃO

[21]Graduando em Direito pela Universidade Federal da Paraíba. http://lattes.cnpq.br/6658024356235131.E-mail: caio.gustavo@academico.ufpb.br.

[22]Graduando em Direito pela Universidade Federal da Paraíba. http://lattes.cnpq.br/4370418206007923. E-mail: glaydson.cabral@academico.ufpb.br.

[23] Graduando em Direito pela Universidade Federal da Paraíba. http://lattes.cnpq.br/4695169760128246. E-mail: joaodavd@gmail.com.

Como forma de manifestação artística que existe há milênios, o circo é responsável, no caso brasileiro, por propiciar a oportunidade de lazer às mais variadas classes sociais, desde a população que não tem condições financeiras de frequentar cinemas, teatros e atividades afins até aquelas situadas nos grandes centros urbanos. Dessa forma, o objetivo central deste estudo é discutir os problemas que acabam por comprometer a atividade circense, destacando, também, impactos da pandemia por coronavírus no funcionamento dos circos.

Para tanto, em primeiro momento optou-se por trazer o surgimento do circo no Brasil, destacando a cultura da tradição circense entre as famílias, de geração em geração. Em seguida, elenca-se tanto a estigmatização social a qual estão submetidos os circenses, quanto a carência de proteção jurídica e estatal aos mesmos, ambos potenciais fatores às condições minimamente favoráveis ao desenvolvimento desta atividade.

Por fim, volta-se a atenção aos tempos de coronavírus, pontuando quais medidas - de iniciativa da sociedade civil e governamentais - vêm sendo tomadas para atenuar os danos em decorrência da impossibilidade de realização de espetáculos. Assim, comentários críticos são feitos tendo como ponto de partida a defesa da continuidade da atividade circense no Brasil.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa exploratória que se vale da bibliografia disponível acerca do tema e de dados que tenham relação direta com o problema apresentado. O procedimento utilizado, portanto, é de abordagem indireta. As análises feitas a partir dos materiais encontrados e da observação da realidade estudada permitem obter, assim, uma abordagem crítica e sociológica, não completamente submetida ao conteúdo jurídico dogmático das normas que regulam a proteção jurídica dos artistas de circo.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1 ERGUE-SE A LONA: O DESENVOLVIMENTO DO CIRCO E A CONSTRUÇÃO DO SEU PAPEL NA CULTURA BRASILEIRA

Ao falar dos modos pelos quais a arte impacta todo o globo, destaca-se a atividade circense como forma genuína de manifestação cultural. Em que pese sua importância, a falta de proteção jurídica e de atenção dos mais diversos atores sociais evidencia um cenário de ameaça a uma das mais antigas formas de expressão artística do mundo.

Embora as raízes do circo tenham sido desenvolvidas no Império Romano por volta do Séc. VI a.C, foi na Inglaterra do Séc. XVIII, com Philip Astley, considerado o pai do circo moderno, que essa forma de arte aglutinou as performances de acrobatas, cavalheiros e palhaços sob uma estrutura cercada por arquibancadas, nos moldes que conhecemos hoje (CASTRO, 1997; HENRIQUES, 2006).

Alçando novos voos, existem registros de que o circo havia chegado ao continente americano, especificamente nos Estados Unidos, em 1830 (TORRES, 1998), incorporando, como nova e principal característica, a exibição de figuras marginalizadas como a mulher barbada e os anões. Contudo, há quem defenda que, mesmo antes, já havia manifestações similares no Brasil, sendo estas desenvolvidas por ciganos e saltimbancos europeus que apresentavam seus "truques" viajando pelas cidades (HENRIQUES, 2006).

À época, diversas famílias vieram do Velho Continente ao Brasil com a aproximação entre a cidade do Rio de Janeiro e o calendário cultural da Europa (TORRES, 1998). Com a assimilação dos diferentes costumes locais e atendendo às demandas do público brasileiro, núcleos familiares uniram-se para garantir sustento através dessa arte, transmitindo o legado de geração em geração por meio da oralidade e da tradição intrínsecas ao seu modo de viver, igualmente reverberando no processo de formação da cultura popular brasileira.

Além de partícipe da memória nacional, deve ser levado em conta que, em decorrência de sua complexidade, os seios familiar e profissional se confundem no ambiente circense.

> O circo constitui-se como um espaço de convivência social e laboral, não permitindo uma distinção clara entre tempo livre e de trabalho, relações sociais, profissionais e familiares. Este modo de (con)viver permite, apesar das dificuldades, a perspectiva de, pelo trabalho, dar continuidade à "magia do circo" (WERNER; DAL MAGRO; GIRELLI, 2017, p. 456)

Isso posto, o circo não se limita a mero espaço de garantia do sustento, como também está relacionado a uma gama de outros direitos, tais quais moradia, vida digna e acesso à educação e saúde, por exemplo. Partindo deste ponto de vista, frise-se a necessidade de voltar a atenção a essa camada da população, especialmente em tempos de incertezas e crises, a fim de fomentar não só a preservação dessa manifestação cultural, mas também a garantia de padrões de vida minimamente dignos para os artistas.

2 NA CORDA BAMBA: O DESCASO PARA COM A POPULAÇÃO CIRCENSE

A inegável marginalização à qual encontram-se sujeitos os artistas de circo é resultante de muitos outros fatores que apenas empecilhos relacionados a condições de trabalho. De fato, considerando a multiplicidade de facetas anteriormente mencionadas, a dignidade que lhes é devida exige uma percepção expandida das adversidades desde sempre enfrentadas.

Para configurar tal invisibilização, primeiramente, destaca-se o fato de não haver sequer estatísticas oficiais quanto ao número de circos em atividade em território nacional, tampouco o número dos indivíduos deles dependentes. Embora não haja um censo das famílias circenses no Brasil, tem-se a estimativa de que existam 2.500 circos itinerantes no país (MAVRUDIS, 2011), não sendo ela suficiente para abarcar a vastidão do meio em questão.

Sob uma perspectiva social, o exercício da arte circense é marginalizado em todos os seus aspectos, sobretudo em decorrência de discriminação e intolerância. Popularmente, nas localidades em que o circo se instala, é perceptível o preconceito enfrentado pelos artistas, encontrando-se ele baseado no receio de que esta atividade possa se apoderar dos recursos que deveriam ser despendidos na economia local (MAVRUDIS, 2011). Não se pode esquecer da falta de apoio, em muitas situações, das prefeituras municipais, que acabam por não disponibilizar espaços para o funcionamento dos circos. Dados apontam que apenas 34,8% dos municípios brasileiros possuíam locais destinados a esta atividade cultural (IBGE, 2015).

No que concerne ao caráter itinerante do circo, diversos impasses ao pleno gozo dos direitos fundamentais são evidenciados, tais quais: a inexistência do direito ao voto em trânsito, dificultando-lhes o apoio a candidatos que suportem o seu meio; e a dificuldade de acesso à educação e saúde. Nessa perspectiva, o PL 3.486/19, ainda em tramitação, intenta a implementação da PNAC (Política Nacional de Apoio ao Circo), que tem como um de seus pilares a efetivação das garantias individuais e dos direitos sociais aos quais têm direito todos os circenses enquanto cidadãos do país (BRASIL, 2019).

Outrossim, ainda que o circo seja indiscutivelmente um importante local de entretenimento e cultura e não obstante a própria realidade fática supra se demonstrar de complexo enfrentamento, acrescente-se não parecer que a proteção jurídica da população circense seja condizente à relevância de seu papel. Portanto, significa dizer que o árduo sustento das famílias em pauta perpassa não unicamente por obstáculos palpáveis, bem como carece da atenção do próprio Direito, falhando este em lhes servir de instrumento de amparo.

3 VIVENDO DE MALABARISMOS: OS IMPACTOS DA COVID-19 NO CIRCO

A periclitante realidade apresentada não poderia sofrer outro efeito que não se acentuar em decorrência da pandemia de Covid-19. Todas as esferas culturais sofreram impactos consideráveis resultantes do isolamento social, que impede que os espetáculos possam acontecer presencialmente. O circo, como atividade que se mantém essencialmente por meio da venda de ingressos, viu-se sem saída, tendo em vista que até mesmo o Cirque du Soleil, a maior companhia circense atuante no mundo, encontra-se em situação de insolvência, o que acarretou o seu pedido de auxílio financeiro para evitar falência (REDAÇÃO, 2020).

Em verdade, as exigências e recomendações das autoridades sanitárias inerentes à necessidade de quarentena e distanciamento social atingem diretamente os espetáculos de circo. Dessa maneira, afasta-se, acertadamente, o público do espaço em que ocorrem os shows; no entanto, consequentemente, gera-se também o afastamento da fonte de renda de seus artistas. Vale ressaltar que, ainda em condições normais, de acordo com o IBGE (2003), citado por Cunha (2010), as famílias brasileiras, em média, gastavam 0,5% do total do orçamento cultural com circo, porcentagem que, em contextos mais recentes, tende a ser ainda menor frente às alterações digitais do mercado do entretenimento.

Diante de tal conjuntura, a subsistência deste grupo já anteriormente marginalizado tornou-se dependente da solidariedade coletiva, aflorada em períodos como o que vivemos. Sobrevivendo mediante doações de alimentos básicos, ainda enfrentam problemas financeiros diversos, como o atraso de contas e o cancelamento de contratos de serviço. Marlene Querubim, presidente da União Brasileira dos Circos Itinerantes (UBCI), ao ser questionada sobre o atual cenário, afirmou que: “temos um universo de 30 mil pessoas que vivem do circo no Brasil, entre artistas, técnicos e funcionários. É uma grande força de trabalho que está desprovida de qualquer recurso, tendo de se virar como pode” (SOUZA, 2020).

No que tange ao modo como o Governo Federal tem respondido a essas questões, destaque-se que apenas na data de 29 de junho do presente ano - isto é, quase quatro meses após a decretação da pandemia pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 11 de março -, com a Lei federal nº 14.017/2020 (BRASIL, 2020), ou Lei Aldir Blanc, o auxílio emergencial de R$ 600,00 (seiscentos reais) foi estendido a artistas, coletivos e empresas do setor cultural, dentre os quais encontra-se a população circense. Através de medidas meramente paliativas, evidencia-se, portanto, profundo descaso - ou, no mínimo, falta de prioridade -, estando ele indiscutivelmente atrelado à marginalização que os subjuga.

CONCLUSÃO

De antemão, o estudo ora realizado evidencia as raízes históricas através das quais a arte circense encontra seu respaldo no processo de formação da cultura popular da sociedade brasileira. Torna-se inquestionável que suas atividades não representam apenas ferramenta de trabalho, mas um complexo estilo de vida referente a um grupo muito singular de indivíduos.

Evidenciou-se, também, a incontestável marginalização à qual, ironicamente, encontram-se submetidas as famílias circenses. Isso pois, embora inerentes à memória tupiniquim, também a partir de outra gama de "costumes" – na verdade, preconceitos – nela arraigados, o próprio meio social se demonstra desfavorável às mesmas.

Dessarte, impede-se o reconhecimento e a valorização que são devidos ao circo, sendo eles substituídos por um sentimento de repulsa completamente incondizente ao verdadeiro significado dessa arte. Não bastassem os infortúnios fáticos, a arte circense também perpassa por dificuldades quanto à proteção jurídica que, deveras, demonstra-se escassa.

Tais adversidades, de longa data constatadas, são consideravelmente intensificadas diante do contexto da pandemia provocada pelo Coronavírus. Nota-se que, mais do que nunca, o circo e seus artistas se encontram dependentes da sociedade à qual costumam trazer fascínio e sorrisos. Contudo, lamentavelmente, sobretudo no que se refere ao Governo Federal, são submetidos a um plano secundário que lhes provoca incertezas quanto ao futuro do ramo e dos demais aspectos da vida a ele vinculados.

A importância da solidariedade da sociedade civil e das ações concretas das instituições governamentais a fim de dar o devido valor que a arte circense detém para o Brasil é indiscutível. Todavia, embora o presente momento demonstre tal dependência, certo é que, tomando por base a trajetória da arte circense ao longo da história, naquilo que lhe couber exclusivamente haverá renovação e projeção de que o show, de fato, nunca pare.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei 3.486**, de 12 de junho de 2019. Institui a Política Nacional de Apoio ao Circo (PNAC). Disponível em: <https://cutt.ly/Ls8hZn8>. Acesso em: 20 jul. 2010

BRASIL. **Lei N° 14.017**, de 29 de junho de 2020. Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública. Disponível em: <https://cutt.ly/9s8kt8O>. Acesso em: 23 jul. 2020.

CASTRO, Alice Viveiros. **O circo conta sua história**. Museu dos Teatros. Rio de Janeiro: FUNARJ, 1997.

CUNHA, Lúcio Érico Soares. **O Show Não Pode Parar: Um Retrato Sobre a Arte Circense.** 2010. 51 f. Memorial (Bacharel em Jornalismo) - Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2010. Disponível em: <https://cutt.ly/Hsculvt>. Acesso em: 18 jul. 2020.

GIRELLI, Scheila; DAL MAGRO, Márcia Luiza Pit; WERNER, Leticia. **Bem-vindos ao espetáculo: sentidos do trabalho para artistas circenses**. Revista de Ciências Humanas, Florianópolis, v. 51, n. 2, p. 456-476, dez. 2017.

HENRIQUES, C. H. **Picadeiro, palco, escola: a evolução do circo na Europa e no Brasil**. Revista Digital EF Deportes, Buenos Aires, a. 11, n. 101, out. 2006. Disponível em: <https://www.efdeportes.com/efd101/circo.htm>. Acesso em: 21 jul. 2020.

IBGE. **Estadic/Munic Cultura: Em 2014, estados e municípios apoiaram a produção de 1.849 filmes**. Disponível em: <https://cutt.ly/Nscpmsv>. Acesso em: 20 jul. 2020.

MAVRUDIS, Sula Kyriacos. **Encircopédia: Dicionário Crítico Ilustrado do Circo no Brasil**. Belo Horizonte: Mútua Comunicação, 2011.

REDAÇÃO. **Cirque du Soleil entra em programa de auxílio econômico para evitar falência.** Estadão, São Paulo, 29 jun. 2020. Disponível em: <https://cutt.ly/Psco3RG>. Acesso em: 19 jul. 2020.

SOUZA, Eliana Silva de. **Circos itinerantes procuram soluções para sobreviver em tempos de covid-19**. Estadão, São Paulo, 16 jul. 2020. Disponível em: <https://cutt.ly/NscuOZv>. Acesso em: 19 jul. 2020.

TORRES, Antonio. **O circo no Brasil**. São Paulo: Atração, 1998.

DIÁLOGO ENTRE O ARTÍSTICO E O JURÍDICO EM TEMPOS DE PANDEMIA

DIALOGUE BETWEEN THE ARTISTIC AND THE LEGAL IN TIMES OF PANDEMIC

Diane Adelaide Medeiros[24]
Nathalya Lins da Silva[25]

RESUMO

O presente artigo nasce do diálogo entre o direito e a arte em um cenário pandêmico. Mais uma observação à arte que um estudo dogmático e teórico, o artigo acompanhou as inovações do constitucionalista e cartunista Francisco Balaguer Callejón. Os cartoons em "50 cartoons para uma quarentena" e "50 cartoons para retomada" trazem desde críticas políticas a governos populistas, como de Donald Trump, de Boris Johnson e de Jair Bolsonaro, remetendo a violações constitucionais, a uma reflexão sobre a "normalidade" - o que seria essa normalidade e quem a definirá. Assim, o direito e a procura pela felicidade (Estados Unidos) ou a luta pela liberdade (França), facetas do constitucionalismo moderno, quando postas em análise na nova realidade mundial, durante e pós pandemia do Coronavírus, trazem diversas reflexões para o mundo social, político e jurídico, sendo capaz de transformar um constitucionalista em cartunista.

Palavras-chave: Arte. Cartoon. Pandemia. Constitucionalismo.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

This article arises from the dialogue between law and art in a pandemic scenario. More an observation of art than a dogmatic and theoretical study, the article followed the innovations of the constitutionalist and cartoonist Francisco Balaguer Callejón. The cartoons in "50 cartoons for quarantine" and "50 cartoons for resumption" range from political criticism to populist governments, such as Donald Trump, Boris Johnson and Jair Bolsonaro, referring to constitutional violations, and a reflection on "normality"- what would that normality be and who will define it. Thus, the law and the search for happiness (United States) or the struggle for freedom (France), facets of modern constitutionalism, when put into analysis in the new world reality, during and after Coronavirus, bring several reflections to the social, policial and legal world, being able to transform a constitutionalist into a cartoonist.

Keywords: Art. Cartoon. Pandemic. Constitutionalism**.**

INTRODUÇÃO

[24] Pesquisadora-bolsista CNPQ/PIBIC do Laboratório Internacional de Investigações em Transjuridicidade, o LABIRINT. Graduanda da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). E-mail: medeirosadiane@gmail.com.

[25] Pesquisadora do Laboratório Internacional de Investigações em Transjuridicidade, o LABIRINT.

Graduanda da Faculdade de Direito da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Pesquisadora-bolsista CNPQ/PIBIC do Grupo de Pesquisa Política Criminal, Sistema Prisional e Direitos Humanos da UFPB.E-mail: nathalyalinss@hotmail.com.

Considerando-se o direito e a arte como produções socioculturais (JUNIOR, 2009), isto é, como manifestação e própria consequência daquilo que os rodeiam, os seus pontos de interseção são dos mais variados possíveis, dentre eles o próprio uso da linguagem, a improvisação, a inovação, e a possibilidade de serem influenciadores de comportamentos. Não apenas isso, recortes históricos nos mostram que a relação entre o artístico e o jurídico possui raízes ainda na era antiga "quando uma tragédia grega de Sófocles trazia a contraposição entre direito natural e direito positivo, ou então a tão discutida representação feminina da justiça." (MEDEIROS; FRANCA FILHO, 2019, 568).

Tomando assim como ponto de partida as infinitas possibilidades de relação entre direito e arte, a fim de melhor entendimento, Marcílio Toscano Franca Filho (2011) esquematiza os pontos de diálogo entre os campos em questão em cinco: a arte do direito, o direito da arte, o direito como uma arte, a arte como um direito, e a arte que pode falar ao direito, e sobre esse último campo cabem considerações específicas.

A arte que pode falar ao direito, muitas das vezes se mostra de maneira sutil, sem uma menção direta a temas jurídicos que trazem uma relação mais óbvia entre os dois campos. As referências sutis, muitas vezes, aquelas que vão trazer maiores discussões, ou até mesmo uma maior carga de complexidade. "Romances, poemas, peças de teatro, pinturas, gravuras, esculturas, cinema e arquitetura podem, também, criar argumentos e conteúdos jurídicos novos, ao pôr em desordem as convicções, ao suspender as certezas, ao liberar os possíveis, ao antecipar o futuro (FRANCA FILHO, 2011, p.22)."

Há ainda muitos estudiosos que se ocupam dos dois campos de estudo, e que nas suas criações encontram novas possibilidades de intercessão, como o célebre caso do jurisconsulto renascentista Andreas Alciatus (1492-1550), que publicou o livro mais antigo "sobre a eloquencia muda das imagens" (FRANCA FILHO, 2011, p.22) chamado "Livro dos Emblemas", considerado referência inicial para a disciplina da emblemática.

Inicia-se, assim, um aprofundamento sobre a relação e a importância que a imagem pode ter para representar qual relação ou fenômeno. Não só isso, observa-se a força e o poder da imagem, que consegue, de forma mais simples e até de fácil assimilação, transmitir uma mensagem que palavras por si só não expressariam.

É possível observar ainda mais a força da visualidade na cultura contemporânea, que consome sem parar todo tipo de conteúdo, expresso das mais variadas formas, seja por revistas, jornais, sites, redes sociais, filmes, séries, canais de YouTube, desenhos e cartoons.

Além de já crescente onda de visualidade contemporânea, que nos enche de arte sem mesmo nos darmos conta, a atual crise sanitária mundial, a qual toda a humanidade foi submetida frente ao inimigo invisível, o COVID-19, a arte se mostra como um refúgio para as pessoas, e muitos artistas têm se utilizado dessa premissa para, através de manifestações artísticas, transmitir mensagens e até mesmo a sua visão sobre a pandemia.

Nesse sentido, o grande constitucionalista europeu do século XXI, Francisco Balaguer Callejón, traçou ideais da quarentena na arte com as representações em cartoons 50 viñetas para una quarentena e 50 viñetas para la desescalada, disponíveis de forma gratuita, em várias línguas inclusive na versão em português, no site da Galeria Ginko . Buscou trazer, através dos seus Cartoons, discussões descontraídas, mas muito importantes sobre violações constitucionais, e os impactos do Coronavírus não só no mundo jurídico, mas também político e social, de forma uma leve, exatamente o que a sociedade mundial precisa em termos tão imprevisíveis.

METODOLOGIA

O artigo foi desenvolvido por método qualitativo-fenomenológico, em que se preocupou em descrever e interpretar uma realidade socialmente construída. Foi uma pesquisa com viés explicativo e com base bibliográfica (técnica teórica). Houve também um estudo analítico da arte em cartoon.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Paco Balaguer, com é conhecido, já lecionou em diversas universidades europeias, sendo Catedrático de Direito Constitucional da Universidade de Granada, Catedrático Jean Monnet ad personam de Derecho Constitucional Europeo y Globalización e professor visitante em importantes instituições ao redor do mundo, como na Itália, nos Estados Unidos e em Portugal. No Brasil, em 2011, Balaguer recebeu o importante título de Doutor "Honoris Causa" pela Universidade Federal do Maranhão.



No epílogo do livro, o autor relata que contemplava os cartoons produzidos por El Roto, publicado no periódico El País, sendo talvez o que se referia a crise sanitária, "sabemos tudo sobre o vírus e nada sobre o que significa", fonte de sua inspiração. Embora o epílogo auxilie os leitores na interpretação dos cartoons, ou melhor, na tentativa de descobrir o universo traçado através do olhar do artista, o constitucionalista assegura que há um leque de interpretações possíveis, além de estabelecer como intenção o entretenimento durante este período de quarentena, "provocar, ao mesmo tempo, sorrisos e pensamentos" .

A pandemia do Coronavírus trouxe uma mudança no cenário mundial: a vida agora está virtual. Com essa nova conexão, on-line, o mundo físico muda de endereço. É assim que o constitucionalista começa seus cartoons, em 50 viñetas para una quarentena, "Hemos destrozado vuestro mundo real para poder hacer caja con el virtual" .

Os cartoons contemplam pautas políticas, sanitárias e sociais. As críticas aos presidentes Bolsonaro e Trump, em relação às estratégias de combate ao vírus e seus efeitos, no Brasil e nos Estados Unidos, respectivamente, marcam seus desenhos, como por exemplo as linhas distorcidas de controle da doença no cartoon número 11, Coerências dos líderes, e ainda o número 13, Intenção de voto, entre outros.

Não seria a primeira vez que o professor europeu faz ponderações sobre a situação política do Brasil e a Constituição Federal. Em entrevista à revista Consultor Jurídico (ConJur), ele afirmou que nem sempre o interesse dos grandes grupos econômicos seria o melhor para a democracia ou estaria de acordo com as constituições, conjuntura em que o Brasil se encaixa atualmente. O constitucionalista alerta "Não podemos estabelecer uma fronteira entre texto constitucional e a realidade social e política. Se a realidade social e política não é boa, isso quer dizer que a Constituição não funciona como deveria funcionar" (COELHO, 2018).



Quando tudo terminar, nas praças e nos parques das cidades, escreveremos seus nomes, para ninguém esqueça suas passagens pela vida.

A instabilidade causada pelo novo vírus e o desconhecimento de soluções efetivas veio com a difusão do medo, em Gestão de medo, o artista também destaca "Nos dedicamos à gestão de medo. Até agora aos estrangeiros e aos diferentes, Agora estamos propagando o medo em todo mundo, para ampliar negócios"; em Sonhos e pesadelos "Antes vendiam-nos sonhos. Agora nos presenteiam pesadelos"; em Controlar os pensamentos, "Desenvolvemos aplicativos para controlar a epidemia que depois servirão para controlar pensamento".

Não só a crítica política veio afiada pelos traços do cartunista, mas também a desaprovação do comportamento litigioso das pessoas. A existência de julgamentos contra a vida do outro pela varanda (literalmente) é retratada em Dicionário de insultos, Fiscal dos vizinhos, A título póstumo, Dor de garganta, Vacina contra o cinismo, Redes sociais.

Encerrando o livro 50 viñetas para una quarentena, o autor também dedicou alguns de seus cartoon às vítimas desta crise, almejando uma futura justiça na honra de sua memória e recompensa ao adeus sem despedidas e às lágrimas sem testemunhas.

O outro livro de cartoons publicado por Paco Balaguer, “50 viñetas para la desescalada” - 50 cartoons para a retomada, o autor segue com o mesmo caráter crítico e sarcástico, mas com foco na possibilidade de retomada das atividades normais, e começa com o questionamento que aos poucos, vai sendo respondido através de diferentes pontos de vista.



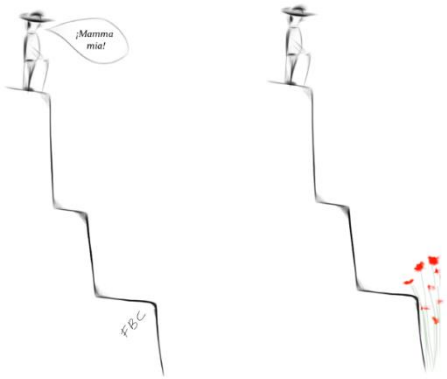
Intitula-se como “a grande pergunta” porque de fato, a resposta para tal questionamento trará novos rumos para uma realidade pós pandemia. Realidade essa que intervém em todos os campos da vida de ser humano, inclusive no próprio mundo jurídico.

Apesar de mostrar mais a sua faceta artística, o jurista europeu deixa à imaginação dos seus leitores indagações jurídicas, que são colocadas tanto de maneiras sutis, quanto levantam a discussão sobre a inteligência artificial no cartoon nº 35, ou de forma mais direta no cartoon nº 32, ao escrever “consideramos inaceitável que alguém limite os seus direitos. Nós é que queremos fazer isso, como sempre!”, trazendo assim a tona a tão discutida restrição de direitos imposta pelas autoridades durante a pandemia.

CONCLUSÃO

Um constitucionalista que escreve cartoons é mais uma faceta do cenário da pandemia do coronavírus. Com o uso da linguagem visual (por vezes acompanhada de legendas), junto à improvisação e à inovação, o professor Francisco Balaguer Callejón analisou e criticou comportamentos, incitando a interpretação avaliativa do seu leitor (que agora pode ser ou não jurídico).

Não obstante todas as questões políticas, sociais e sanitárias, por vezes incertas e/ou inseguras, trazidas no cartoon, o autor demonstra a esperança em um novo mundo, um mundo de uma nova normalidade mais inclusiva, e que poderá levar até mesmo a algo belo, o que pode ser concluído ao comparar a primeira e a última imagem do livro de cartoons sobre a retomada.



Assim, as obras são, como descreve Andrés Sopeña Monsalve, no prológo do livro 50 viñetas para una quarentena,“Uma brilhante coleção ilustrada de aforismas, e reflexões, e conjecturas, e denúncias... Tudo, superando a aparência com que a realidade se mostra; tudo ressaltando a lucidez do olhar do professor Balaguer [...]”.

REFERÊNCIAS

CALLEJÓN, Francisco Balaguer**. 50 cartoons para retomada**. Disponível em: <http://www.galeriaginkgo.com/> Acesso em 13 de junho de 2020.

_____. 50 cartoons para quarentena. Disponível em: <http://www.galeriaginkgo.com/> Acesso em 13 de junho de 2020.

_____. **Epílogo *in* 50 cartoons para uma quarentena**. Disponível em: http://www.galeriaginkgo.com/e. Acesso em 15 de junho de 2020.

COELHO, Gabriela. “**Temos que fazer a Constituição retornar ao centro da vida política do país”.** Consultor Jurídico (ConJur). Publicado em 21 de outubro de 2018. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-out-21/entrevista-francisco-balaguer-constitucionalista-professor?fbclid=IwAR0Ueb-9f2nNnHJenFETq4z-2HsDxxru4PJwSiEQsUT17s_m5Wiop0Ca4mw> Acesso em 15 de junho de 2020.

FRANCA FILHO, Marcílio Toscano. **A cegueira da justiça: diálogo iconográfico entre arte e direito.** Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Ed. 2011.

JUNIOR, Roberto Ernani Porcher**. Direito e arte**: Intersubjetividade e emancipação pela linguagem. Disponível em: <http://www3.pucrs.br/pucrs/files/uni/poa/direito/graduacao/tcc/tcc2/trabalhos2006_2/roberto_ernani.pdf> . Acesso em: 29 mar. 2018.

MEDEIROS, Diane Adelaide; FRANCA FILHO, Marcílio Toscano. **O Direito da Arte: Uma Cartografia Bibliográfica**. Anais do CIDIL - Narrativas e Desafios de Uma Constituição Balzaquiana. Belo Horizonte: RDL. 2019. p. 567-582.

9th International Meeting on Cultural Rights
ISSN-e 23169982

DIREITOS AUTORAIS E A ISENÇÃO TRAZIDA PELO PROJETO DE LEI 3.968/97

COPYRIGHT AND THE EXEMPTION BROUGHT BY BILL 3.968/97

Liz Novais da Silva[26]

RESUMO

No ordenamento jurídico brasileiro os direitos autorais são protegidos tanto no texto constitucional quanto em legislação específica. O presente trabalho acadêmico pretende abordar essa proteção a partir da restrição pretendida pelo Projeto de Lei 3.968/97. O referido projeto de lei visa isentar órgãos públicos e entidades filantrópicas do pagamento devido pela utilização de direitos autorais musicais em eventos promovidos por essas instituições. Nota-se a inconstitucionalidade clara no disposto pelo projeto de lei analisado, uma vez que os direitos autorais não podem sofrer restrições injustificadas. A inconstitucionalidade do texto trazido pelo projeto reside, ainda, no desincentivo que tal isenção representa aos que dependem do retorno econômico gerado pelas obras que produzem. No mais, é dever do Estado proteger os direitos autorais, o que por certo não se efetiva com o prejuízo individual aos autores.

[26] Graduanda em Direito pela Faculdade Ieducare, Tianguá, Ceará, Brasil. E-mail: lizznovais@hotmail.com.

Palavras-chave: Direitos autorais. Projeto de Lei 3.968//97. Inconstitucionalidade.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

In the Brazilian legal system, copyright is protected both in the constitutional text and in specific legislation. The present academic work intends to address such protection based on the restriction brought by Bill 3,968/97. The referred Bill aims at exempting public agencies and philanthropic entities from the payment due to the use of musical copyright in events promoted by such institutions. It is noticeable unconstitutionality in the provisions of the analyzed bill since the copyright cannot suffer unjustified restrictions. The unconstitutionality of the text brought by the bill also resides in the disincentive that such exemption represents to those who depend on the economic return generated by the works they produce. Moreover, the State must protect the copyright which certainly is not effective with the individual damage to the authors.

Keywords: Copyright. Bill 3.968//97. Unconstitutionality.

INTRODUÇÃO

Conforme a atual legislação pátria cujo trato versa sobre os direitos autorais, verificam-se, no que atine à natureza jurídica, duas matizes principais as quais se relacionariam, como aduz o Prof. Humberto Cunha Filho (2000, p. 88), tanto ao campo dos direitos patrimoniais quanto ao campo dos direitos da personalidade. Projeções que implicam, ou antes mesmo presumem, uma especial atenção quanto à regulamentação de referidos direitos no/pelo ordenamento jurídico brasileiro. Além do mais deve-se lembrar que a existência mesma de previsões constitucionais, e mesmo de legislação específica, acerca do tema reforçam a confirmação desta necessária e cuidadosa atenção à disciplina jurídica desses direitos.

Observada a importância do papel da legislação na garantia da proteção aos direitos autorais e a sua positivação no ordenamento jurídico pátrio, pode-se inferir que uma lei que venha a limitar tais direitos deve ser cuidadosamente observada, a fim de não se provocar grave ofensa às disposições constitucionais pertinentes. Neste viés, o presente trabalho tem por objetivo abordar alguns aspectos da discussão central trazida ao ordenamento jurídico brasileiro pelo Projeto de Lei 3.968/97, de modo a ater-se sobretudo ao primeiro artigo do referido projeto de lei que dispõe acerca da pretensa isenção conferida aos órgãos públicos e às entidades filantrópicas quanto ao pagamento dos direitos autorais musicais que venham a ser utilizados em eventos promovidos pelas citadas instituições. Pretende-se, assim, abordar os principais motivos que tornam o Projeto de Lei 3.968/97inconstitucional e o "colocam" em desconformidade com o ordenamento jurídico pátrio naquilo que pertine aos direitos autorais.

METODOLOGIA

O trabalho acadêmico ora desenvolvido tem por metodologia a pesquisa exploratória na medida em que se tenciona realizar um levantamento das informações relativas à temática

a ser trabalhada, de modo a estabelecer uma maior aproximação com o tema que figura como objeto de estudo. No que diz respeito ao método, utiliza-se a pesquisa bibliográfica, vez que se pretende coletar os dados de materiais já tornados públicos em relação ao tema a ser estudado. Outrossim, vale destacar que a pesquisa bibliográfica abrange não só os meios escritos, mas também os meios de comunicação orais e, conforme afirmam Marina de Andrade Marconi e Eva Maria Lakatos (2018, p. 63), "a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem".

Quanto à técnica de coleta de dados e à técnica de análise dos dados a serem utilizados, estas são, respectivamente, a documentação indireta e a análise qualitativa, tendo em vista o método e metodologia escolhidos e o modo como se pretende desenvolver a temática.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para que se possa adentrar a problemática e compreender a "restrição" contida no Projeto de Lei (PL) 3.968/97, faz-se necessário, primeiramente, que se considere o conceito mesmo de direitos autorais bem como a proteção albergada pelo ordenamento jurídico pátrio a esses direitos.

Acerca da conceituação, Carolina Raquel Leite Diniz Panzolini aduz que os direitos autorais

> [...] seriam os direitos exclusivos ao autor da obra intelectual ou seu titular de direitos, durante um lapso temporal, de receber uma contraprestação patrimonial por seu labor, de ser atribuído como criador da obra (no caso da pessoa física) e de compelir a sociedade a demandar uma autorização prévia, expressa e formal para a utilização da obra. (PANZOLINI, 2018, p. 25).

É importante aclarar que no campo dos direitos autorais encontram-se abarcados pela proteção que lhes é concedida também os direitos que lhes são conexos. Nesse sentido há, conforme indicam Paranaguá e Branco (2009, p. 24). quatro requisitos para que a propriedade intelectual seja juridicamente protegida, quais sejam: as obras devem encaixar-se no domínio das letras das artes ou das ciências; devem ser originais; devem ter sido exteriorizadas; e devem estar dentro do período de proteção legalmente conferido.

No que concerne à proteção disposta pelo ordenamento jurídico brasileiro, a Constituição Federal de 1988 dispõe, em seu artigo 5º, inciso XXVII, que "aos autores

pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar". Detendo-se ainda na Constituição, são previstos o direito de fiscalizar o aproveitamento econômico das obras sobre as quais possuam direitos autorais e às respectivas representações sindicais e associativas; o privilégio temporário sobre a utilização dos inventos industriais; a proteção às criações industriais, à propriedade das marcas, nomes de empresas, demais símbolos usados como forma de distinção, à reprodução da imagem e da voz humanas, inclusive nas atividades desportivas e às participações individuais em obras coletivas; todos assegurados em conformidade com a redação dos incisos XXVIII e XXIX do artigo 5º da Constituição Federal.

Além das disposições constitucionais supracitadas, a Lei 9.610/98 disciplina de forma mais específica os direitos autorais. A referida lei aduz, em seus artigos 28 e seguintes, que a obra só poderá ser utilizada, em quaisquer modalidades, mediante autorização prévia e expressa do autor, a quem cabe direito exclusivo sobre a obra literária artística e científica que produziu. Regulamente, ainda, dentre outros, os conceitos atinentes a esses direitos, quais obras encontram-se protegidas pelo ordenamento jurídico, conceitos ligados à autoria, registro da propriedade intelectual e direitos morais do autor.

Ademais, o Código Penal institui, em seu artigo 184, o crime por violação de direitos autorais, prevendo pena privativa de liberdade de 03 (três) meses a 01 (hum) ano de detenção ou multa.

Estabelecido, brevemente, o conceito dos direitos autorais e expostas algumas das principais proteções legais concedidas a esses direitos no ordenamento jurídico brasileiro, analisa-se agora o que dispõe o Projeto de Lei 3.968/97 a fim de fomentar a discussão que se pretende evidenciar.

Nesse sentido, o PL 3.968/97 foi proposto pelo então Deputado Federal Serafim Venzon e contém quatro artigos dos quais o primeiro - ao qual se aterá a presente pesquisa - , aduz que "Os órgãos públicos e as entidades filantrópicas ficam dispensados do pagamento dos direitos autorais, devidos pela execução pública de obras musicais e lítero-musicais em eventos por eles promovidos".

A justificação trazida para a proposição do Projeto de Lei do qual ora se ocupa consiste, em síntese, no fato de que os órgãos públicos e entidades filantrópicas não possuiriam fins lucrativos, além de que estas últimas auxiliariam o Estado no desempenho de sua missão

social. Ter-se-ia, ainda a título de justificação, também o fato de que a lei confere proteção vitalícia aos direitos autorais, de modo que a isenção disposta no PL 3.968/97 seria uma espécie de "retorno" ao Estado em decorrência desta "concessão e proteção vitalícia".

Vale ressaltar que ao PL 3.968/97 há mais outros quase cinquenta projetos apensados, projetos estes que, com mesmo intuito do principal, propõem a extensão da isenção do devido pagamento por direitos autorais musicais a diversos estabelecimentos, desde emissoras de rádio comunitárias à clínicas, academias de ginástica, corpos de bombeiros, igrejas, dentre outros.

No curso do processo legislativo formou-se, em 15 de setembro de 2015, uma comissão especial para que se procedesse à análise do PL 3.968/97 e dos demais projetos a esse apensados. Foram realizadas diversas audiências públicas destinadas a "ouvir" os setores da sociedade interessados e que guardem relação com o tema discutido.

No voto emitido pela relatora, a então Deputada Federal Renata Abreu, esta manifestou-se pela constitucionalidade do projeto principal e de todos os projetos de lei apensos, excetuado o PL 1.766/2011, o qual não se destina à limitação dos direitos ora tratados, mas ao caso de pagamento de direitos autorais por emissora inadimplente e a suspensão de concessão pública de radiodifusão relativas a esta, temática não pertinente ao tema aqui desenvolvido.

Não obstante o parecer ofertado pela deputada relatora quando das realizações das audiências públicas pela comissão especial, foram levantadas fortes argumentações acerca da inconstitucionalidade das disposições trazidas pelo projeto, de forma a tornar possível visualizar uma clara ofensa à proteção constitucional dos direitos autorais contida no Projeto de Lei 3.968/97. Alguns dos principais argumentos expostos firmam-se nos custos advindos da produção da propriedade intelectual e pela impossibilidade de utilizá-la sem a devida e justa contraprestação pecuniária, uma vez que os músicos vivem da percepção destes valores; ou seja, tratando-se de esfera não apenas patrimonial, mas atinente à própria personalidade do artista, não poderia o Estado decretar a isenção de receitas que não lhe pertençam.

A Lei 9.610/98 traz, em seus artigos 46 a 48, algumas limitações aos direitos autorais, portanto, vale ressaltar que esses direitos só podem sofrer limitações quando se tratar de casos especiais, quando as limitações impostas não configurarem atentado contra a exploração normal da obra e desde que não venham a causar prejuízos injustificados aos autores, desta

forma é possível perceber que o texto do PL 3.968/97 não se adequa a estes requisitos e inobserva as prerrogativas conferidas aos autores com relação à utilização de suas obras. No mais, é dever do Estado proteger os direitos autorais uma vez que, como registrado anteriormente, projetam-se não apenas as esferas patrimoniais do indivíduo, mas sobretudo a esfera da própria personalidade a qual, por certo, não pode ser suprimida.

CONCLUSÃO

Percebe-se, então, que os direitos autorais possuem relevante proteção na ordem jurídica brasileira – constitucional, especialmente - contudo, encontram-se ameaçados por projetos de lei que buscam restringi-los de forma injustificada. Faz-se, assim, de primordial importância as discussões que aqui foram levantadas, pois fomentam o posicionamento em favor do não cerceamento dos direitos postos em pauta.

Infere-se, ainda, que o Projeto de Lei 3.968/97 possui grave vício quanto à sua "constitucionalidade" na medida em que pretende disposições que constituem ofensa às proteções conferidas aos direitos autorais, no sentido de que tenta isentar órgãos públicos e entidades filantrópicas do pagamento correspondente à utilização dos direitos autorais musicais em eventos que venham a promover. É certo que tais instituições têm, por tautologia constitucional senão a valorização e promoção dos direitos autorais, ao menos a sua proteção; mas jamais a sua supressão ou qualquer forma de restrição.

Deve-se notar, por fim, que a ofensa aos preceitos constitucionalmente estabelecidos reside também na diminuição do incentivo aos autores, os quais possuem o direito de receber pela obra que produziram. Vista pela perspectiva privada dos direitos autorais, não pode o Estado ingerir-se de modo a isentar o pagamento de receitas que não lhe pertençam, isto é, lesar (injustificadamente) na seara patrimonial ou da personalidade mesma, os autores. Da perspectiva social, por sua vez, cabe ao Estado sobretudo a promoção, incentivo e valorização dos direitos culturais – o que por certo não se efetiva com o prejuízo individual aos autores.

REFERÊNCIAS

_____. Comissão especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 3968, de 1997, do sr. Serafim Venzon, que "isenta os órgãos públicos e as entidades filantrópicas do pagamento de direitos autorais pelo uso de obras musicais e lítero-musicais em eventos por eles promovidos", e apensados. **Parecer do Relator**. Relatora: Deputada Renata Abreu. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1535906#:

~:text=O%20Projeto%20de%20Lei%20n,em%20eventos%20por%20eles%20promovidos>. Acesso em: 15 de ago. de 2020.

BRASIL. Congresso Nacional. **Projeto de Lei Ordinária 3.968/1997**. Isenta os órgãos públicos e as entidades filantrópicas do pagamento de direitos autorais pelo uso de obras musicais e lítero-musicais em eventos por eles promovidos. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=349E20D8E896DF24836C38197B3768F9.proposicoesWeb2?codteor=1387221&filename=Avulso+-PL+3968/1997>. Acesso em: 15 de ago. de 2020.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, 05 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 15 de ago. de 2020.

BRASIL. **Decreto-Lei n. 2.848 de 7 de dezembro de 1940**. Código Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 7 dez. 1940. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/de creto-lei/del2848compilado.htm>. Acesso em: 15 de ago. de 2020.

BRASIL. **Lei n.º 9.610, de 19 de fevereiro de 1998**. Altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 19 fev. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm>. Acesso em: 15 de ago. de 2020.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. **Direitos culturais como direitos fundamentais no ordenamento jurídico brasileiro**. Brasília: Brasília Jurídica, 2000.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. Técnicas de pesquisa. *In*: MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2018. p. 53-124.

PANZOLINI, C. R. L. D. **Direitos autorais: aspectos essenciais e tendências**. 2018. 111 f. Dissertação (Mestrado em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação) – Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação (PROFNIT), Universidade de Brasília, Brasília, 2018. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/34485/1/2018_CarolinaRaquelLeiteDinizPanzolini.pdf>. Acesso em: 15 de ago. de 2020.

PARANAGUÁ, Pedro; BRANCO, Sérgio. **Direitos autorais**. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/2756/Direitos%20Autorais.pdf>. Acesso em: 15 de ago. de 2020.

DIVERSIDADE CULTURAL: O USO DOS MEIOS DIGITAIS NA PANDEMIA

CULTURAL DIVERSITY: THE USU OF DIGITAL MEDIA IN PANDEMIA

Fabíola Bezerra de Castro Alves Brasil[27]

RESUMO

Na esteira da Declaração Universal para a Diversidade Cultural de 2001, foi adotada em 2005, a Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, a fim de compelir os Estados signatários a protegerem as manifestações culturais dos seus povos a partir de ações concretas. Em reconhecimento a propagação das ações culturais nos meios digitais, as Partes aprovaram em 2013, Diretrizes Operacionais para a implementação da Convenção nesses ambientes. No Brasil, a edição do Marco Civil da Internet representou iniciativa legal a fim de fazer cumprir a diretriz 14, na medida em pontua o acesso à internet como um instrumento essencial ao exercício da cidadania e da liberdade de expressão. Nesse cenário, objetiva-se avaliar a repercussão da pandemia do Covid 19, pela qual todos os povos do planeta atravessam, na diversidade cultural, no que toca às aplicação das Diretrizes Operacionais no ambiente digital, especificamente, a diretriz 14 que determina que as Partes devem apoiar as novas formas de criatividade no meio digital. Quanto à metodologia, a pesquisa é bibliográfica e documental, notadamente a análise das Diretrizes aos meios digitais na Pandemia do Covid 19 no Brasil, com foco na diretriz 14. Assim, conclui-se pela verificação da utilização das Diretrizes Operacionais da diversidade cultural na Pandemia do Covid 19, na medida os meios digitais proporcionaram manifestações das expressões culturais, apesar de apontar para medidas mais contundentes e inclusivas.

Palavras-chave: Diversidade Cultural. Meios digitais. Pandemia.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

In the Wake of the 2001 Universal Declaration for Cultural Diversity, the Convention on the Protection and Promotion of the Diversity of Cultural Expressions was adopted in 2005 in order to compel signatory states to protect the cultural manifestations of their peoples through concrete actions. In recognition of the spread of cultural actions in digital media, the Parties approved in 2012, Operational Guidelines for the implementation of the Convention in these environments. In Brazil, the edition of Marco Civil da Internet represented a legal initiative in order to enforce guideline 14, as it punctuates internet access as na essential instrument for the exercise of citizenship and freedom of expression. In this scenario, the objective is to assess the repercussion of the Covid 19 pandemic, by which all the peoples of the planet go through, in cultural diversity, with regard to the application of the Operational Guidelines in the digital environment, specifically, guideline 14 which determines that the Parties they must support new forms of creativity in the digital environment. Regarding the methodology, the research is bibliographic and documnetary, notably the analysis of the Guidelines to digital media in Covid Pandemia 19 in Brazil, with a focus on guideline 14. Thus, it concludes by verifying the use of Operational Guidelines for cultural diversity in Covid Pandemic 19, as digital media provided manifestations of cultural expressions, despite pointing to more forceful and inclusive measures.

Keywords: *Cultural diversity. Digital media. Pandemic.*

[27]Doutoranda em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza – UNIFOR. Mestre em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza – UNIFOR. Especialista em Direito do Consumidor pela Universidade de Fortaleza – UNIFOR. Professora do Curso de Direito da UNIFOR. E-mail: fabiolabezerra@unifor.br.

INTRODUÇÃO

No ano em que a Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais alcança seus 15 anos de existência, com todos os desafios até então experimentados, a humanidade vivencia uma pandemia sem precedentes nas últimas gerações, causada por um vírus letal, o COVID 19, que põe a prova autoridades científicas, governantes e todos os povos do planeta, no intuito de equacionarem a preservação das vidas com a sobrevivência das atividades econômicas.

E por qual motivo relacionar a Convenção de Diversidade de 2005 à pandemia? Falar de diversidade cultural, pressupõe falar do humano, das pessoas, suas interações e diferenças, construídas historicamente no relacionamento do homem e da mulher no meio social em que vivem. Por conseguinte, eis o antagonismo atual: correlacionar o instinto gregário do ser humano e suas manifestações culturais, com uma moléstia que o obriga ao afastamento social.

Diante do cenário de transmissão desenfreada da doença, uma das medidas eficazes para impedir a sua propagação é o isolamento social, o que repercute diretamente em todos os setores sociais e econômicos, notadamente, na educação e na cultura. Nesse contexto, surgem novas formas de expressão da criatividade, as pessoas buscam diversas estratégias a fim de manterem os vínculos de comunicação e propagação das suas atividades profissionais, pessoais e de lazer, oportunidade em que os meios digitais são alçados a protagonistas nessa empreitada.

Em 2013 foram aprovadas pela Conferência das Partes, Diretrizes Operacionais sobre a implementação da Convenção da Diversidade Cultural ao ambiente digital, visando aparelhá-la às mudanças que a tecnologia vem empreendendo, sem no entanto, modificá-la, considerando que o texto original apenas fez referência a rápida evolução da tecnologia de comunicação e informação, bem como a diversidade de mídia, sem contudo, adentrar nessa seara.

Neste artigo objetiva-se avaliar a repercussão da pandemia do Covid 19 na diversidade cultural, no que toca às aplicação das Diretrizes Operacionais da Convenção de 2005 no ambiente digital, especificamente, a diretriz 14 que determina que as Partes devem apoiar as novas formas de criatividade no meio digital.

Desta forma, diante do cenário de mudanças, busca-se responder ao seguinte questionamento: Como a pandemia do Covid 19 acelerou a aplicação das Diretrizes Operacionais da implementação da Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais no meio digital?

METODOLOGIA

Para a consecução deste artigo utilizou-se pesquisa bibliográfica e documental, notadamente a análise das Diretrizes Operacionais de Implementação da Convenção da Diversidade Cultural de 2005 aos meios digitais na Pandemia do Covid 19 no Brasil, com foco na diretriz 14 em que as Partes devem apoiar as novas formas de criatividade no ambiente digital. A abordagem da pesquisa é qualitativa, ressaltando-se a compreensão do que foi questionado e a interpretação dos instrumentos legais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Convenção sobre a Proteção e a Promoção da Diversidade das Expressões Culturais foi adotada em 20 de outubro de 2005 pelos países membro da UNESCO. Entrou em vigor em março de 2007 após a ratificação de mais de 50 países, dentre eles, o Brasil. Resultou de estudos de especialistas e proposta de seus membros no sentido da criação de um instrumento jurídico mais contundente, que redundasse em direitos e obrigações para os Estados quanto a proteção da diversidade cultural, na esteira da já adotada Declaração para a Diversidade Cultural de 2001.

Para os fins propostos pela Convenção, diversidade cultural foi definida como a multiplicidade de formas pelas quais as culturas dos grupos e sociedades se manifestam. Sendo estas transmitidas entre e dentro daqueles, a partir não só das formas de expressão, mas também pelas criação, produção, difusão, distribuição e fruição das expressões culturais, independentemente dos meios e tecnologias utilizadas (BARROS, 2008).

Nas palavras de Barros (2008, p. 18) “a Diversidade Cultural é cultural e não natural, ou seja, resulta das trocas entre sujeitos, grupos sociais e instituições a partir de suas diferenças, mas também de suas desigualdades, tensões e conflitos”.

Por conseguinte, a Convenção elencou objetivos, dentre eles, o de proteger e promover a diversidade das expressões culturais, bem como princípios diretores, sendo o primeiro o respeito aos direitos humanos e às liberdades fundamentais. Nesse sentido, traçou uma série

de outros aspectos determinantes para alcançar o propósito de uma convenção na escala hierárquica dos documentos internacionais.

Diante do contínuo e célere avanço da tecnologia nos meios de comunicação e da constatação de que representam uma oportunidade para a manifestações da expressões culturais, considerando que cada vez mais pessoas aderem a essa possibilidade, foram adotadas Diretrizes Operacionais para implementação da Convenção de 2005 aos meios digitais, cujo objetivo é orientar os países signatários e a União Europeia como atuar na proteção de suas manifestações culturais cada vez mais difundidas na internet.

As Diretrizes foram aprovadas na VI Conferência das Partes da Convenção da Diversidade Cultural, realizada na sede da UNESCO, em Paris, de 12 a 15 de Junho de 2017, fruto de intenso debate e estudos acerca da temática. Referido documento mantém a estrutura da Convenção, reformula os princípios para adequá-los ao ambiente digital e reconhece que os bens e serviços culturais têm natureza econômica e cultural, quaisquer que sejam os meios e tecnologias utilizados (UNESCO, 2017).

Uma série de outras medidas foram previstas no documento que contém 27 diretrizes inseridas em 8 seções, introduzidas pelas considerações gerais, seguidas dos princípios diretores, perpassando pelo fortalecimento das partes, dos sistemas de governança da cultura no ambiente digital, coleta e compartilhamento de informações e boas práticas, integração da cultura nas estruturas de desenvolvimento sustentável, até o papel da sociedade civil e o da UNESCO na consecução das diretrizes (UNESCO, 2017).

O documento adotado em 2017 estabelece que mencionadas diretrizes são dirigidas prioritariamente aos poderes públicos, o que lhes impõe a adoção de políticas públicas e medidas legais sobre a temática. Entretanto, designa que tais medidas devam ser entabuladas também por organizações governamentais, indústrias culturais e criativas dos setores público e privado, incluindo as plataformas mundiais digitais, os fornecedores de acesso à internet e os demais atores desse ambiente, a segui-las (UNESCO, 2017).

A diretriz 14 estabelece que as Partes devem se esforçar para apoiar as novas formas de criatividade no ambiente digital a partir de políticas públicas que proporcionem acesso banda à larga necessária, a proteção dos direitos de propriedade intelectual e o sistema legal de depósito eletrônico (UNESCO, 2017). Nesse sentido, em 2016, entrou em vigor no Brasil, após dois anos de sua aprovação, a Lei 12.965/14, conhecida como o Marco Civil da Internet,

que pontua o acesso à internet como um instrumento essencial ao exercício da cidadania e da liberdade de expressão, alçando-o a condição de garantia constitucional (BRASIL, 2014).

Referida norma representa uma contribuição brasileira para a diversidade cultural no campo digital, visto que organiza princípios, garantias, direitos e deveres dos usuários e provedores para o uso da internet no país, tendo como fundamentos a pluralidade e a diversidade, o respeito à liberdade de expressão, os direitos humanos, o desenvolvimento da personalidade e o exercício da cidadania em meios digitais (BRASIL, 2014).

A despeito da importância do Marco Civil da Internet no Brasil, por considerar o ineditismo do regulamento na matéria, assim como por determinar a neutralidade, privacidade, proteção e liberdade de expressão nas áreas profissional e pessoal, imperioso pontuar que referida norma ainda carece de socialização entre os brasileiros, seja em razão da infinitude do alcance da internet, e até mesmo por desconhecimento da regulamentação.

Não obstante esse cenário fático e legal, as transformações perpetradas pelo uso da tecnologia consubstanciam oportunidade para a diversidade cultural no sentido de proporcionarem novas opções de realização e divulgação das expressões culturais. Dessa maneira é que diante do isolamento social compulsório causado pela pandemia do Covid 19, artistas do mundo inteiro passaram a produzir e proporcionar interação cultural e entretenimento por meios digitais, como uma forma de sobrevivência da sua arte e de si próprio.

O isolamento das pessoas em suas casas, ressignificou o modo de estar junto, possibilitou socialização e apropriação da cultura como formas de manifestação. Verificou-se a valorização e busca pelos livros, filmes e séries, da mesma maneira em que as redes sociais serviram de meio para realização de shows de artistas, nacionais e internacionais, a possibilidade de visitas virtuais a renomados museus, óperas de cantores famosos, espetáculos de dança e tudo o mais que pôde ser manifestado nas conhecidas *lives*.

Contudo, a cadeia da produção cultural, que engloba a criação, circulação e consumo, não se resume apenas ao resultado final da expressão cultural, há que considerar todo o contingente de pessoas que atua anonimamente para que ela aconteça, sem desmerecer a parcela de artistas que depende da presença física do público para atuar, como atores de teatro, circo, dançantes de quadrilhas juninas, dentre outros, que nessa crise sanitária, estão impossibilitados de trabalhar, pondo em xeque sua subsistência e a continuidade da própria manifestação.

Verifica-se que essas pessoas estão à margem da inclusão nos meios digitais, pela própria essência de sua expressão ou pela atividade que executa na cadeia cultural. Dessa forma, para a cultura no Brasil, a Pandemia do Covid 19 maximizou a crise já vivenciada por ausência de políticas públicas que incentivem e financiem as expressões culturais permanentemente, e assim, resguardem a sobrevivência da arte manifestada, e a própria essência da diversidade.

CONCLUSÃO

A Convenção de 2005 foi adotada a fim de concretizar o já disposto pela Declaração de 2001 acerca da Diversidade Cultural, por reconhecer a sua importância para as Partes. Diante do avanço dos meios digitais restou necessário a consecução de Diretrizes Operacionais de adequação da Convenção aos novos cenários tecnológicos. A Lei que tratou do Marco Civil da Internet é a contribuição legislativa do Brasil à Diretriz 14, no que pertine a regulação do exercício da cidadania e da liberdade de expressão através da internet.

Contudo, diante da Pandemia do Covid 19 que obriga ao isolamento social, verifica-se a fragilidade da proteção à diversidade cultural no Brasil, tendo em vista a ausência de políticas públicas sólidas de financiamento, que alcancem e resguardem as expressões culturais, considerando que nem todas encontraram nos meios digitais de comunicação possibilidades de manifestação e sobrevivência, pela própria essência e necessidade de aproximação física com o público.

REFERÊNCIAS

BARROS, José Márcio. **Cultura, diversidade e os desafios do desenvolvimento humano.** In: José Marcio de Barros (org). Diversidade Cultural: da proteção à promoção. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BRASIL. **Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais.** Brasília, 2006. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001502/1500224POR.pdf.>. Acesso em: 11 jul 2020.

BRASIL. **Declaração universal sobre a diversidade cultural.** Brasília, 2002. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>. Acesso em 11 jul 2020.

BRASIL. **Lei 12.965, de 23 de abril de 2014**. Marco civil da Internet. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/ l12965.htm. Acesso em: 14 de jul 2020.

OBSERVATÓRIO DA DIVERSIDADE CULTURAL (2020). **“Cultura, pandemia e a crise do que já estava em crise”**. Maria Carolina Oliveira. Disponível em: http://observatoriodadiversidade.org.br/site/noticias/cultura-pandemia-crise/acesso em 29 de julho 2020.

OBSERVATÓRIO DA DIVERSIDADE CULTURAL (2017). **“Diversidade cultural no ambiente digital”.** Giselle Dupin. Disponível em: http://observatoriodadiversidade.org.br/site/wp-content/uploads/2017/07/ODC_BOLETIM_julho_2017.pdf. Acesso em: 20 jul 2020.

OBSERVATÓRIO DA DIVERSIDADE CULTURAL (2016). **“Sobre acessibilidade, redes sociais digitais e diversidade cultural”**. Vinícius Lacerda. Disponível em: http://observatoriodadiversidade.org.br/site/wp-content/uploads/2016/06/ODC_BOLETIM_2016_06.pdf. Acesso em: 20 jul 2020.

OBSERVATÓRIO ITAÚ CULTURAL (2014). **“Para entender a Convenção”**. Giselle Dupin. Disponível em: https://www.itaucultural.org.br/revista-observatorio-ic-n-8-2. Acesso em: 25 jul 2020.

PAULO MIGUEZ. **Diversidade cultural: políticas, visibilidades midiáticas e redes**/Paulo Miguez, Organizadores. – Salvador: EDUFBA, 2015. 273 p. 35 – (Coleção Cult).

UNESCO. **Operational guidelines on the implementation of the Convention in the Digital Environment** [Diretrizes Operacionais da Convenção no Ambiente Digital], 2017. Disponível em: https://en.unesco. org/creativity/sites/creativity/files/sessions/digital_operational_guidelines_ en.pdf. Acesso em: 14 de julho de 2020.

UNESCO. **“ResiliAt: Artists and Creativity beyoun Crisis”**, 2017. Disponível em:http://en.unesco.org/creativity/news/resiliart-artists-creativity-beyound-crisis> Acesso em:29 jul 2020.

IX Encontro Internacional de Direitos Culturais
9th International Meeting on Cultural Rights
Direitos Culturais: Impactos da Pandemia
Cultural Rights: Impacts of the Pandemic
05 A 09 DE OUTUBRO
ISSN-e 23169982

EDITAL "CULTURA DENDICASA" DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ: AVANÇOS E DESAFIOS

PUBLIC CALL "CULTURA DENDICASA" FROM THE GOVERNMENT OF CEARÁ: IMPROVEMENTS AND CHALLENGES

Ana Carolina Nunes de Macedo Sales [28].
Bruna Ketllyn Pereira de Farias [29]
Roberta Filizola Custodio Barroso [30]

RESUMO

O presente trabalho objetivou compreender a necessidade do financiamento pelo poder público durante a pandemia de COVID-19, mediante a análise do Edital "Ceará Dendicasa" e de suas limitações, com base nas condições atuais dos trabalhadores da cultura. Realizou-se pesquisa bibliográfica, além de análise crítica e qualitativa dos dados lançados pelo Governo do Estado do Ceará acerca dos beneficiários finais de tal política pública. Por fim, identificou-se a necessidade por um Estado que forneça assistência ao campo da Cultura, por ser essa o meio pelo qual diversos brasileiros conseguem trabalho e sustento. As políticas públicas voltadas ao setor cultural devem, contudo, observar as especificidades locais, a fim de reduzir as desigualdades sociais e regionais.

Palavras-chave: Profissionais da cultura. COVID-19. Edital "Cultura Dendicasa".

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

This work aimed to understand the need of public funding during the COVID-19 pandemic, through an analysis of the public call named "Ceará Dendicasa" and its limits, based on the current conditions of cultural workers. We conducted a bibliographic research, and, also, a critical qualitative analysis of the data about the selected workers, which was released by the Government of Ceará. Finally, we identified that the State needs to provide assistance on the cultural field, since it turns out to be the means by which several Brazilians can work and earn

[28]Mestranda em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará e graduada em Direito pela Universidade Federal do Ceará.
[29]Pós-graduanda em direito do trabalho e previdenciário pela PUC Minas e graduada em direito pela UFC.
[30]Pós-graduanda em Escrita e Criação na Universidade de Fortaleza e graduada em Direito pela Universidade Federal do Ceará.

a living. Public policies aimed at the cultural sector must, however, observe local specificities, in order to reduce social and regional inequalities.
Keywords: Culture professionals. COVID-19. Public Call “Cultura Dendicasa”.

INTRODUÇÃO

O Edital Ceará “Dendicasa” gerou intensa repercussão nas redes sociais no momento de seu lançamento, em meio a pandemia de COVID-19, notadamente pela campanha publicada pelo Sindicato dos Médicos do Ceará[31]. Em síntese, a entidade defendia que os recursos relativos a tal política pública fossem destinados à saúde, contudo a verba advém de previsão orçamentária designada para o setor: o Fundo Estadual de Cultura do Ceará, regulamentado pela Lei Estadual 13.811, de 2006.

O presente trabalho objetivou examinar o referido edital e sua efetiva aplicação, trazendo uma análise crítica. Não se buscou, assim, fazer uma hierarquização entre saúde e cultura, tendo em vista que tais áreas não se contrapõem. Pretendeu-se compreender a necessidade do financiamento pelo poder público no presente momento, com base na realidade atual dos trabalhadores da cultura, bem como as limitações da mencionada política pública. Para se empreender tal análise, realizou-se, de modo sucinto, pesquisa bibliográfica e levantamento de dados sobre a realidade cearense. Ressalta-se que o trabalho trata de pontos bastante recentes, havendo poucos artigos acadêmicos sobre a temática. Deste modo, as medidas de órgãos para amparar o setor da cultura foram acessadas em artigos de jornais eletrônicos e nos *sites* das secretarias de cultura estaduais.

Diante dos estudos realizados, concluiu-se que os profissionais da cultura se encontram em situação de muita instabilidade e fragilidade jurídica, intensificada pela pandemia. Torna-se, portanto, um dever imediato do Estado proteger, não só o emprego celetista, mas também o trabalho atípico e informal, realizando políticas públicas que objetivem a redução das desigualdades, reconhecendo a heterogeneidade desses trabalhadores.

METODOLOGIA

[31] SINDICATO DOS MÉDICOS DO CEARÁ (Ceará). **Campanha cobra prioridade no uso de recursos públicos em meio à pandemia**. Disponível em: <https://www.sindicatodosmedicosdoceara.org.br/noticias/763-campanha-cobra-prioridade-no-uso-de-recursos-publicos-em-meio-a-pandemia>. Acesso em: 20 jul. 2020.

A partir da campanha realizada pelo Sindicato dos Médicos do Ceará, buscou-se analisar a importância, ou não, do edital “Cultura Dendicasa”, da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará (SECULT/CE), no contexto da pandemia de COVID-19. Para tanto, efetuou-se pesquisa bibliográfica, mediante o uso de trabalhos científicos, no intuito de se traçar o perfil do profissional da cultura no país. Em seguida, empreendeu-se uma análise crítica e qualitativa acerca dos beneficiários do Edital analisado, informação divulgada pela SECULT/CE, assim como as limitações desta política pública, com base na realidade local e no recente estudo divulgado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A situação instável estabelecida devido a pandemia do COVID-19 afetou severamente o mercado de trabalho e acarretou enormes desafios para a economia mundial. Em âmbito global, trabalhadores enfrentaram a introdução massiva do trabalho remoto, políticas restritivas e da retração econômica, a perda de emprego ou a exposição a situações de risco de contágio (SILVA, 2020, p. 67). Entre aqueles que por intermédio da cultura garantem sua subsistência, há uma predominância do trabalho por conta própria (RIZEK, 2010, p. 32), em um regime que se assemelha ao dos pequenos empreendedores que trabalhavam em seus negócios com autonomia e liberdade na escolha de trabalho (SILVA *et al*., 2020, p.322). Ainda de acordo com Risek (2010, p. 32), a maioria dos profissionais da cultura são trabalhadores informais, ou seja, fazem parte da classe se encontra à margem da legislação que assegura direitos sociais e muitas vezes são absorvidos pelas formas de trabalho precário (SILVA *et al*., 2020, p. 332).

Sabe-se que o trabalho de artistas e profissionais da cultura se realiza com forte engajamento subjetivo, inexistência de vínculos formais de trabalho, pouca ou nenhuma presença de direitos trabalhistas assegurados pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), inseguranças financeiras, além da não compreensão do fazer artístico como um trabalho (NASCIMENTO; DELLAGNELO, 2017, p. 9). De modo global, este setor apresenta muita diversidade, desde seu financiamento e modalidades contratuais, até as atividades propriamente realizadas pela classe artística (INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, 2020a, p.1).

Dados recentes revelaram que trabalhadores dos países em desenvolvimento, em especial aqueles sem vínculos formais de trabalho, foram mais afetados nesta crise do que

nas anteriores. Nestes países, dentre os quais está incluso o Brasil, as oportunidades de trabalho remoto são menores e as medidas de isolamento estão acentuando a situação de vulnerabilidade dos trabalhadores informais (INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, 2020b, p. 3). De fato, com as restrições da circulação, trabalhadores, formalizados ou não, perceberam-se impossibilitados de sair para executar suas atividades remuneradas por conta do risco de contaminar a si mesmo e a outras pessoas (SILVA, 2020, p.68).

Neste contexto, as medidas sanitárias e administrativas da quarentena em decorrência da pandemia da COVID-19 colocaram em xeque a possibilidade de exercer o ofício para grande parte dos trabalhadores do meio artístico e cultural. Vale destacar que as atividades desta classe são tradicionalmente praticadas em circunstâncias proibidas no contexto de pandemia, isto é, em espaços públicos abertos (como ruas e praças) ou em espaços fechados com grande aglomeração de pessoas (como cinema, teatro etc.), o que causou a perda da fonte de renda destes trabalhadores (DAMASCENO *et al.*, 2020, p. 89).

A Lei 6.533, de 1978, indica a natureza *sui generis* do trabalho artístico, trazendo uma definição que, apesar de limitada, reconhece o artista como trabalhador titular de direitos profissional**.** Considerando, também as garantias aos direitos culturais no artigo 215 da Constituição Federal, percebem-se que é fundamental implementação de políticas públicas e leis de caráter emergencial, que intentam dar suporte à sustentabilidade econômica e social de artistas e demais profissionais da cultura (DAMASCENO *et al.*, 2020, p. 92).

Nesse sentido, o Edital "Cultura Dendicada" já reflete um avanço, por reconhecer as vulnerabilidades intrínsecas a este setor, no presente cenário. Entretanto, vale lembrar o lugar periférico que as políticas culturais ocupam e o desmonte que vem ocorrendo no setor desde 2016, como a extinção do Ministério da Cultura (MOREIRA, 2020, p. 38), e retirada de direitos trabalhistas na nova reforma instituída (SILVA, 2019, p. 253). No Ceará, o orçamento destinado à Secretaria da Cultura é bem menor em relação a outras Secretarias[32], levando a reprodução de desigualdades, pré-existentes no corpo social, quando da execução de políticas públicas.

[32]Essa informação pode ser encontrada na página "Ceará Transparente", iniciativa da Controladoria e Ouvidoria Geral do Estado do Ceará.

Por exemplo, dos dez primeiros bairros de Fortaleza com maior porcentagem de trabalhos selecionados, cinco (Centro, Aldeota, Papicu, Dionísio Torres e Meireles) pertencem, apenas, à Regional II, única regional que apresenta maioria de bairros com IDH muito alto e alto. A referida área corresponde a, somente, 21 bairros, dos 117 existentes na capital. Ademais, metade dos projetos selecionados se destinam apenas à capital, e o restante, a todo o interior e região metropolitana. Somente três dos municípios contemplados possuem IDH baixo[33]. No aspecto de gênero, 65% dos escolhidos foram homens e somente 30%, mulheres – essas apresentam, contudo, maiores taxas de desemprego[34].

Dessa forma, pode-se dizer que grande parte dos trabalhos selecionados não vieram de bairros periféricos da cidade, que mais necessitam de políticas públicas relacionadas à renda. Tal recorte de classe, gênero e território pode derivar, dentre outros fatores, do próprio formato da política pública: a seleção, ao buscar projetos culturais que possuam condições de serem transportados para o online, acaba por excluir as camadas mais vulneráveis da cidade, que não possuem pleno acesso à Internet[35], além de regiões mais precárias do interior do Estado[36]. Dessa forma, além da efetiva participação, a própria divulgação da política, pelos meios virtuais, pode restar prejudicada para tais públicos.

Nesse sentido, estudo recente da OIT aponta a necessidade de investimento em qualificação e tecnologia, especialmente para os grupos já previamente excluídos do mercado de trabalho, como minorias étnicas, mulheres, LGBTQ+, portadores de HIV e pessoas com deficiência (INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION, 2020a, p. 6). Tais

[33]FUNDAÇÃO DEMÓCRITO ROCHA (Ceará). **Anuário do Ceará**. 2019-2020. Disponível em: https://www.anuariodoceara.com.br/indice-bairros-fortaleza/. Acesso em: 26 jul. 2020.

[34]DIÁRIO DO NORDESTE. **Desemprego alcança mais mulheres, negros e jovens no Ceará**. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/negocios/desemprego-alcanca-mais-mulheres-negros-e-jovens-no-ceara-1.2171158>. Acesso em: 26 jul. 2020.

[35]JORNAL O POVO (Ceará). **Fortaleza é uma das capitais com menos acesso à internet, diz IBGE**. 2018. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/fortaleza/2018/12/fortaleza-e-uma-das-capitais-com-menos-acesso-a-internet.html>. Acesso em: 26 jul. 2020.

[36]IBGE Educa. **USO DE INTERNET, TELEVISÃO E CELULAR NO BRASIL**. 2018. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/materias-especiais/20787-uso-de-internet-televisao-e-celular-no-brasil.html#subtitulo-0>. Acesso em: 26 jul. 2020.

especificidades devem ser consideradas no planejamento e na elaboração de políticas públicas.

CONCLUSÃO

Como no resto do mundo, os trabalhadores informais no Brasil são os mais desprotegidos às repercussões da crise provocada pela pandemia da COVID-19. Além destes, microempreendedores e profissionais liberais, ainda que com algum grau de formalidade, pela necessidade de prestar serviços de modo presencial, viram-se sem a possibilidade de trabalhar e arrecadar recursos necessários para a sobrevivência. Estas são também dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores que têm sua renda básica garantida por meio de bens, serviços, espaços e manifestações culturais, geralmente empreendidos em circunstâncias que, em uma pandemia como a que se vive no ano de 2020, devem ser evitadas ou proibidas. Portanto, faz-se necessário um Estado ativo que dê assistência ao campo da Cultura, pois, considerando sua dimensão econômica e sua prerrogativa constitucional, é o meio em que diversos brasileiros conseguem trabalho e sustento. As políticas públicas voltadas ao setor cultural devem, contudo, observar as especificidades locais, a fim de reduzir as desigualdades sociais e regionais. O orçamento bastante reduzido destinado a essa área, ao contrário, acaba por acentuá-las, por selecionar áreas já privilegiadas em termos de renda e de capital cultural.

REFERÊNCIAS

BOURDIEU, Pierre. **Les trois états du capital culturel**. In: Actes de la recherche en sciences sociales, Paris, n. 30, p. 3-6, nov. 1979.

BRASIL. **Lei nº 6533**, de 24 de maio de 1978. Brasília, DF.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasi**l. 5 de outubro de 1988. Brasília, DF.

CEARÁ. **Lei nº 13.811**, de 22 de agosto de 2006. Fortaleza, CE.

_____. SECRETARIA DE CULTURA DO ESTADO DO CEARÁ. **Edital Festival Cultura DendiCasa: Secult divulga resultado final**. 2020. Disponível em: https://www.secult.ce.gov.br/2020/04/29/edital-cultura-dendicasa-com-89-358-projetos-de-proponentes-que-nao-haviam-sido-selecionados-por-editais-da-secult-desde-a-implantacao-do-mapa-cultural-do-ceara-como-mecanismo-de-inscricao-em-201/. Acesso em: 20 jul. 2020.

DAMASCENO, Gilmara Benevides C. S. *et al*. A CANTORIA DA CIGARRA EM TEMPOS DE COVID-19: o desmonte das políticas culturais no brasil e o pl 1.075/2020 (lei nacional de emergência cultural). In: MELO, Ezilda; BORGES, Lize; SERAU JÚNIOR, Marco Aurélio (org.). **COVID-19 e direito brasileiro**: mudanças e impactos. São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2020. p. 86-99.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **COVID-19 and the media and culture sector**. [S.I.]: Ilo, 2020a. Disponível em: <https://www.fim-musicians.org/covid-19-ilo-brief/amp/>. Acesso em: 10 ago. 2020.

_____. **ILO Monitor**: covid-19 and the world of work. 5. ed. [S.I.]: ILO, 2020b.

MOREIRA, Guilherme Eugênio. **Por uma antropologia do desmonte e da resistência**: impactos e alternativas à transição conservadora nas fabricações dos patrimônios imateriais em minas gerais, brasil. Aceno, [S.I.], v. 6, n. 11, p. 35-50, 20 abr. 2020.

NASCIMENTO, Monique; DELLAGNELO, Eloise Helena Livramento. **Prazer e sofrimento em organizações da cultura**: uma análise psicodinâmica a respeito do trabalho artístico. In: ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA (ENECULT), 13., 2017, Salvador. **Anais [...] .** Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2017. v. 1, p. 1-15.

RIZEK, Cibele Saliba. O artista: trabalhador e cidadão. In: GREINER, Christine; SANTO, Cristina Espírito; SOBRAL, Sonia (org.). **Cartografia rumos itaú cultural DANÇA 2009-2010**. São Paulo: Rumos Itaú Cultural, 2010. p. 28-34.

SILVA, Mauri Antônio da. **The impact of the economic crisis on labor rights in Brazil**. Revista Katálysis, [S.L.], v. 22, n. 2, p. 252-272, maio 2019. FapUNIFESP (SciELO). http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592019v22n2p252.

SILVA, Pedro Henrique Isaac. **O mundo do trabalho e a pandemia de covid-19**: um olhar sobre o setor informal. Caderno de Administração, Maringá, v. 28, p. 66-70, jun. 2020.

SILVA, Wellem Ribeiro da *et al*. **O direito constitucional social e o trabalho informal**. **Revista Psicologia & Saberes**, [S.I.], v. 9, n. 18, p. 314-325, 27 maio 2020.

IX Encontro Internacional de Direitos Culturais
9th International Meeting on Cultural Rights
Direitos Culturais: Impactos da Pandemia
Cultural Rights: Impacts of the Pandemic
05 A 09 DE OUTUBRO
ISSN-e 23169982

IMPACTOS DO COVID-19 NA ESTRUTURA DOS EQUIPAMENTOS CULTURAIS DO CEARÁ E NO ACESSO À CULTURA

IMPACTS OF COVID-19 ON THE STRUCTURE OF CEARÁ'S CULTURAL EQUIPMENT AND ACCESS TO CULTURE

Mariana Dionísio de Andrade[37]
Beathriz Garcia Candido Florêncio[38]

RESUMO

O estudo tem o objetivo de responder ao seguinte problema de pesquisa: os equipamentos culturais da Secretaria do Estado do Ceará (SECULT) têm estrutura para garantir o acesso à cultura durante a pandemia de Covid-19? Inicialmente, a proposta consiste em identificar o nível de impacto gerado pelo isolamento social para a produção cultural local, além de sugerir formas de assegurar o direito de acesso à cultura para população. A pesquisa possui abordagem quali-quantitativa, exploratória e descritiva, com base em revisão de literatura e análise do Relatório Estudo de Impacto da Pandemia de COVID-19 na Economia da Cultura Cearense. Conclui-se que, com relação às atividades culturais contínuas, a maior parte dos equipamentos culturais da SECULT (56,2%), conseguiu dar continuidade sem promover nenhum cancelamento das ações, mas 81,3% suspenderam entre 1 a 20 atividades, o que pode significar que houve equipamentos que, mesmo ao não cancelar a programação contínua, tiveram de suspendê-las parcialmente. Com relação às atividades culturais eventuais, 56,2% dos equipamentos cancelaram e 50%, suspenderam ou cancelaram entre 1 a 10 atividades. Assim, é possível inferir que os equipamentos culturais da SECULT podem não ter estrutura suficiente para proporcionar amplo acesso à cultura e promover continuidade das ações culturais, durante a pandemia de Covid-19, como, por exemplo, através da internet e da aplicação de Tecnologias de Informação e Comunicação.

Palavras-chave: Estudo de Impacto da Pandemia de COVID-19; Equipamentos culturais; Produções culturais cearenses; Direito de acesso à cultura.

[37] Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco. Mestre em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza – UNIFOR. Especialista em Direito Processual Civil pela UNIFOR. Professora do Curso de Pós-Graduação lato sensu em Direito e no Curso de Graduação em Direito na Universidade de Fortaleza. Coordenadora do Projeto Pesquisa Empírica em Direito (Cnpq/UNIFOR). Advogada. Email: mariana.dionisio@unifor.br

[38] Graduanda em Direito na Universidade de Fortaleza. Monitora Institucional da Disciplina de Direito Processual Civil III. Pesquisadora Voluntária do Projeto Pesquisa Empírica em Direito (Cnpq/UNIFOR). E-mail: beathriz_1881@hotmail.com

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

The study aims to answer the following research problem: the cultural facilities of the Secretariat of the State of Ceará (SECULT) have a structure to guarantee access to culture during the Covid-19 pandemic? Initially, the proposal consists on identifying the level of impact generated by social isolation for local cultural production, in addition to suggesting ways to ensure the right of access to culture for the population. The research has a qualitative, exploratory and descriptive approach, based on a literature review and analysis of the COVID-19 Pandemic Report Impact Study. It is concluded that, in relation to continuous cultural activities, most of SECULT's cultural facilities (56.2%) managed to continue without promoting any cancellation of actions, but 81.3% suspended between 1 and 20 activities, the which may mean that there were equipments that, even when not canceling the continuous programming, had to partially suspend them. Regarding occasional cultural activities, 56.2% of the equipment canceled and 50%, suspended or canceled between 1 and 10 activities. Thus, it is possible to infer that SECULT's cultural equipment may not have enough structure to provide broad access to culture and promote continuity of cultural actions, during the Covid-19 pandemic, such as, for example, through the internet and application of Information Technologies. Information and Communication.

Keywords: COVID-19 Pandemic Report Impact Study; Cultural Equipment; Cultural productions from Ceará; Right of access to culture.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como objetivo analisar a continuidade das ações culturais promovidas pelos equipamentos culturais da Secretaria do Estado do Ceará (SECULT). Assim, busca-se responder o seguinte problema de pesquisa: os equipamentos culturais da Secretaria do Estado do Ceará (SECULT) têm estrutura para garantir o acesso à cultura durante a pandemia de Covid-19?

O trabalho aborda na seguinte ordem: o Direito de Acesso à Cultura, a análise do Relatório Estudo de Impacto Pandemia de Covid-19 na Economia da Cultura Cearense e traz sugestões iniciais para a ampliação do acesso à cultura durante a pandemia, considerando o isolamento social. O trabalho adota metodologia qualitativa com referencial teórico composto por Cunha Filho (2000), Pinto (2009), Lima (2018) e Seixas (2020) e quantitativa por meio dos dados do referido relatório.

A pesquisa é relevante porque estuda como os equipamentos culturais da Secult do Estado do Ceará exerceram suas atividades culturais e de promoção da arte durante o primeiro mês de isolamento social em decorrência do Covid-19, uma vez que são essenciais para a garantia do acesso à cultura e principalmente para a promoção das ações culturais e artísticas locais. Além disso, apresenta sugestões iniciais para a ampliação do acesso à cultura, considerando inclusive o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC).

METODOLOGIA

A pesquisa possui abordagem quali-quantitativa, descritiva e exploratória, com base em revisão de literatura e utilização das informações disponibilizadas pelo Relatório Estudo de Impacto Pandemia de Covid-19 na Economia da Cultura Cearense, elaborado pela Coordenadoria de Economia da Cultura e Observatório de Políticas Culturais, em parceria com o Instituto Dragão do Mar, Secretaria de Cultura do Ceará - SECULT e Governo do Estado do Ceará, divulgado em 29 de junho de 2020.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Direito de Acesso à Cultura, previsto no artigo 215 da Constituição Federal de 1988, foi limitado e a Cultura no país prejudicada, em muitos casos, em virtude do isolamento social e das medidas de combate ao coronavírus, pois gerou o fechamento permanente de museus, cinemas e outros locais que garantiam o acesso às manifestações artísticas, principalmente em virtude de desorganização quanto ao orçamento de manutenção (SEIXAS, 2020). Em casa, o acesso à cultura, para muitas famílias, foi limitado apenas à TV, ao Rádio e a livros, como veiculadores desse acesso, ou mecanismos que dependem de banda larga, o que expõe a exclusão digital decorrente do abismo social.

Aborda-se a necessidade de garantir de forma equitativa o acesso à cultura e ao lazer, a todas as classes e em qualquer situação, a fim de garantir a fruição desse Direito a pessoas com capacidade material prejudicada (PINTO, 2009, p.102). Isso deve ser pensado e garantido em momentos de crise, como o da pandemia de Covid-19, pois o acesso à cultura é considerado um direito fundamental e pode promover conversas e debates capazes de colaborar na garantia de outros direitos.

Os direitos culturais são considerados fundamentais porquanto relacionados aos princípios que sustentam a existência dos direitos fundamentais constitucionalmente previstos. (CUNHA FILHO, 2000, p.41). Diante da necessidade de garantir o acesso à cultura à população durante a pandemia é essencial que sejam analisados os efeitos do COVID-19 nos equipamentos e atividades culturais do Estado do Ceará, o que justifica o presente estudo.

A análise se baseia no Relatório Estudo de Impacto Pandemia de Covid-19 na Economia da Cultura Cearense que dividiu os dados abordados em duas fases. A primeira contou com a resposta de 59 participantes e a segunda fase com 21 respostas, sendo todas as perguntas acerca do período de 19/03/2020 a 19/04/2020. Em ambas as fases foi considerado

insatisfatório o número de participantes, mas de modo geral o relatório é importante por ser o primeiro a tratar do tema e contribuirá para o direcionamento de políticas públicas. Dentre os participantes 54,2% residem em Fortaleza e 44,1% residem no interior do Estado do Ceará. A maior parte é composta por artistas e produtores culturais, 31,5% e 24,4%, respectivamente (CEARÁ, 2020, online).

Para o período estudado estava previsto que 35,6%, dos equipamentos culturais promoveriam de 2 a 5 atividades. Em 25,4% dos casos, não estavam previstas atividades culturais para o período. Ao considerar a situação das atividades culturais, inicialmente, 35,6% ficaram indefinidas, 27,1% foram adiadas, 20,3% foram canceladas e 13,6% foram reduzidas. O restante, 3,4%, não soube informar a situação. As três linguagens artísticas mais afetadas pelo isolamento social no Ceará foram a música com percentual de 18,5%, seguida da produção cultural com índice de 12,1% e cultura popular com 10,5% (CEARÁ, 2020, online).

Os equipamentos mais utilizados para a promoção de ações culturais, durante o período da pesquisa, que foram listados individualmente foram: Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, Escola Porto Iracema das Artes e Cineteatro São Luiz. Entretanto, no total participaram da pesquisa 16 equipamentos culturais. Fora os equipamentos já mencionados integraram a pesquisa: Casa de Juvenal Galeno, Casa de Saberes Cego Aderaldo, Centro Cultural Bom Jardim, Escola de Artes e Ofícios Thomaz Pompeu Sobrinho, Escola de Gastronomia Social Ivens Dias Branco, Museu da Imagem e do Som, Museu do Ceará, Museu Sacro São José de Ribamar, Porto Dragão/HUB Criativo do Ceará, Sobrado Dr. José Lourenço, Teatro Carlos Câmara, Theatro José de Alencar e Vila da Música Monsenhor Ágio Augusto Moreira. Do total, 75% são do eixo que fornece formação e conhecimento e 56,2% participam do eixo de políticas para as artes. Logo, compreende-se que os equipamentos podem ocupar mais de um eixo (CEARÁ, 2020, online).

Passa-se a analisar a continuidade das ações culturais nos referidos equipamentos culturais durante o primeiro mês de isolamento social. Não houve cancelamentos de ações culturais contínuas no Ceará em 9 dos 16 equipamentos que compõem a SECULT, ou seja, 56,2% não cancelaram qualquer atividade cultural e 3 deles, 18,7%, não realizaram qualquer suspensão das atividades. Entretanto, 7 equipamentos culturais (43,8%), cancelaram atividades culturais contínuas e 13 (81,3%) suspenderam atividades contínuas que variaram

de 1 até mais de 20 atividades sendo suspensas em cada equipamento (CEARÁ, 2020, online).

Apesar disso, o relatório em análise considerou que a maior parte dos equipamentos procurou alternativas para manter a programação fixa e para dar continuidade à promoção cultural às pessoas, mesmo diante dos percentuais apresentados. Embora 56,2% das ações culturais contínuas não tenham sido canceladas, pelo menos 81,3% dos equipamentos suspenderam parte das atividades culturais contínuas. Logo, houve equipamentos que, mesmo não cancelando a programação fixa, tiveram de suspendê-las. A quantidade de 1 a 5 atividades contínuas suspensas foi a mais frequente e foi visualizada em 5 equipamentos (CEARÁ, 2020, online).

Com relação aos cancelamentos de ações culturais eventuais, 7 equipamentos (43,7%) não cancelaram nenhuma atividade e 8 (50%) não suspenderam nenhuma das atividades no primeiro mês de isolamento social. Dentre as ações eventuais, 9 equipamentos (56,2%) cancelaram e suspenderam atividades eventuais, respectivamente, que variaram de 1 até mais de 10 atividades sendo suspensas ou canceladas em cada equipamento. Assim, visualiza-se que o cancelamento das atividades culturais eventuais ocorreu na maioria dos equipamentos e a suspensão das atividades na metade dos equipamentos (CEARÁ, 2020, online).

Além disso, um agravante diante do contexto de cancelamento e suspensão de atividades culturais no Ceará é que 13 dos equipamentos culturais (81,3%), cancelaram ou suspenderam de 1 até mais de 20 produções culturais cearenses eventuais e contínuas em cada equipamento. Apenas 3 equipamentos culturais (18,7%) cancelaram ou suspenderam ações culturais e artísticas que não se referiam a produções locais do Estado. (CEARÁ, 2020, online).

Ao considerar esse contexto e a necessidade de garantir o acesso à cultura e à arte, principalmente a local, entende-se que a manutenção das atividades durante o isolamento social depende em grande parte da tecnologia e do acesso à *internet*. Segundo Lima (2018, p. 85), as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) devem ser ampliadas para garantir democratização da cultura, para promover a diversidade cultural, apesar do acesso à internet não ser acessível a todos e poder ser um fator que limita a utilização das TIC como forma de ampliar o acesso à cultura.

Por isso, sugere-se ampliação da disponibilização por parte dos equipamentos culturais cearenses das produções e atividades culturais cearenses, de forma online, com ampliação da

banda larga gratuita, sobretudo para bairros periféricos, utilização dos CUCAs, Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura ou espaços de educação pública para democratizar o acesso à banda larga para o acesso às produções culturais locais. Além disso, o monitoramento para identificar os impactos gerados pela pandemia consiste em uma forma adequada para diagnosticar o problema, evidenciando a necessidade pela adoção de meios efetivos para democratizar o acesso à cultura, como a viabilização inicial de acesso à internet à população, aos artistas e produtores culturais que necessitam, para a inclusão e garantia da presença remota em manifestações artísticas, audiência e formação de público.

CONCLUSÃO

Em resposta ao problema de pesquisa, conclui-se que, com relação às atividades culturais contínuas, a maior parte dos equipamentos culturais da SECULT (56,2%), conseguiu dar continuidade sem promover nenhum cancelamento das ações, mas 81,3% suspenderam entre 1 a 20 atividades, o que pode significar que houve equipamentos que, mesmo ao não cancelar a programação contínua, tiveram de suspendê-las parcialmente. Com relação às atividades culturais eventuais, 56,2% dos equipamentos cancelaram e 50%, suspenderam ou cancelaram entre 1 a 10 atividades. Assim, é possível inferir que os equipamentos culturais da SECULT podem não ter estrutura suficiente para proporcionar amplo acesso à cultura e promover continuidade das ações culturais, durante a pandemia de Covid-19, como, por exemplo, através da *internet* e da aplicação de Tecnologias de Informação e Comunicação.

Por isso, sugere-se ampliação do acesso *online* às produções e atividades culturais cearenses, a partir da disponibilização de banda larga gratuita e utilização, com base em protocolos de segurança e higiene, de equipamentos sociais como CUCAs, Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura, centros comunitários ou espaços de educação pública identificados pelas Regionais para democratizar o acesso à banda larga para o acesso às produções culturais locais, durante e após o período de isolamento social.

REFERÊNCIAS

CEARÁ. Secretaria de Cultura. **Estudo de Impacto da Pandemia de COVID-19 na Economia da Cultura Cearense**. 2020. Disponível em: https://www.secult.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/43/2020/06/coordenadoria-impacto-pandemia-documento.pdf. Acesso em: 23 de jul. 2020.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. **Direitos culturais como direitos fundamentais no ordenamento jurídico brasileiro**. Brasília: Brasília Jurídica, 2000.

LIMA, Luciana Piazzon Barbosa. Práticas culturais on-line e plataformas digitais: desafios para a diversidade cultural na internet. **Revista do Centro de Pesquisa e Formação**, São Paulo, n. 7, nov. 2018.

PINTO, Eduardo Régis de Castro. **Princípios culturais na Constituição Federal de 1988**. 2009. Dissertação (Mestre em Direito Constitucional) – Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2009.

SEIXAS, Antônio. O patrimônio cultural em tempos de pandemia: o direito à cultura para além da arte e do entretenimento. **Revista da SJRJ**, v. 24, n. 48, mar/jun. 2020, p. 24-58.

IX Encontro Internacional de Direitos Culturais
9th International Meeting on Cultural Rights
Direitos Culturais: Impactos da Pandemia
Cultural Rights: Impacts of the Pandemic
05 A 09 DE OUTUBRO
ISSN-e 23169982

O PROJETO CULTURA DENDICASA COMO MEIO DE PRESERVAÇÃO DA CULTURA CEARENSE DURANTE AS MEDIDAS SANITÁRIAS DE ENFRENTAMENTO À PANDEMIA DO COVID-19

THE CULTURA DENDICASA PROJECT AS A WAY TO GUARANTEE CEARÁ'S CULTURE DURING COVID-19 PANDEMIC HEALTH MEASURES

Eduardo Régis Girão de Castro Pinto[39]
Lívia Maria Xavier Santiago da Silva[40]

RESUMO

O estudo busca responder a seguinte questão: quais são os efeitos do projeto *Cultura Dendicasa: Arte de Casa para o mundo*, desenvolvido pelo Governo do Estado do Ceará, sobre a preservação da memória cultural cearense e redução do impacto econômico causado pela pandemia de Covid-19? O projeto surge como mecanismo facilitador da democratização do acesso à cultura local, pois utiliza plataforma digital para disseminar os trabalhos artísticos, evidenciando a importância da cultura como direito fundamental e incitando a criação de vínculos de pertencimento. Além disso, a promoção cultural em período de pandemia é tida como meio para reduzir o impacto econômico às classes artísticas. A metodologia é qualitativa, com base na revisão de literatura e análise de dados secundários referentes à cultura enquanto meio de movimentação da economia local. Sob essa perspectiva, é válido salientar que o projeto é essencial à preservação da garantia constitucional do acesso à cultura e à atenuação dos impactos econômicos advindos da pandemia. Conclui-se que houve um maior engajamento pela consolidação dos direitos culturais, a partir da utilização de meios tecnológicos, em meio à pandemia, potencializando o vínculo entre a arte e a população, além da manutenção da cadeia produtiva dos artistas.

Palavras-Chave: Projeto *Cultura Dendicasa*. Memória coletiva. Covid-19.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

The study aims to answer the following question: what are the effects of *Dendicasa Culture Project: Art from Home to world*, developed by Ceará State Government, on preservation of Ceará's cultural memory and

[39]Doutorando em Direito Constitucional e Mestre em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza. Professor do Curso de Pós-Graduação lato sensu em Processo Civil da Escola Superior da Magistratura do Estado do Ceará. Professor dos Cursos de Pós-Graduação lato sensu em Direito Empresarial, Direito dos Contratos e Responsabilidade Civil e Direito do Consumidor, e do Curso de Graduação em Direito na UNIFOR. Pesquisador do Projeto de Pesquisa Empírica em Direito (Cnpq/UNIFOR). Assessor jurídico da 2ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Endereço Eletrônico: eduardorg@unifor.br
[40]Graduanda em Direito pela Universidade de Fortaleza. Monitora Institucional de Introdução à Ciência do Direito. Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Ciências Criminais e do Projeto de Pesquisa Empírica em Direito (Cnpq/UNIFOR). ORCID: https://orcid.org/0000-0001-8135-7498. Endereço eletrônico: liviamariaxavier@hotmail.com

reduction of the economic impact caused by the Covid-19 pandemic? The project emerges as a facilitating mechanism of democratization of local access to culture, as it uses a digital platform to disseminate artistic works, highlighting the importance of culture as a fundamental right and inspiring the creation of bonds of belonging. In addition, cultural promotion in a period of pandemic is seen as a path of reducing the economic impact on artistic classes. The methodology is qualitative, based on literature review and secondary data analysis related to culture as a means of moving the local economy. From this perspective, it is worth noting that the project is essential to preserve the constitutional guarantee of access to culture and the mitigation of the economic impacts arising from the pandemic. It is concluded that there was a great engagement for consolidation of cultural rights, from the use of technological means, on pandemic times, strengthening the link between art and the population, beside to economic rights of the artists.

Keywords: Cultura Dendicasa Project. Collective Memory. Covid-19.

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente estudo consiste em elucidar o seguinte questionamento: quais são os efeitos do projeto *Cultura Dendicasa: Arte de casa para o mundo* sobre a preservação da memória cultural cearense e sobre a redução do impacto econômico frente à pandemia do COVID-19? Para responder ao problema, é preciso o esclarecimento de elementos essenciais como a natureza do evento, a fundamentalidade do direito de acesso à cultura, e a vulnerabilidade da classe artística frente à pandemia.

Em 2020, o COVID-19 adquiriu notoriedade no cenário mundial. Desse modo, tendo em vista o cenário de amplas modificações decorrentes do contexto em questão, foi criado, através da Secretaria da Cultura do Estado do Ceará o projeto *Cultura Dendicasa* com o precípuo objetivo de fornecer subsídio econômico à classe artística cearense. Além disso, sobreleva-se a valorização da cultura cearense, por meio da virtualização e divulgação dos conteúdos produzidos.

Com a finalidade de responder o problema em questão se utilizou da abordagem qualitativa, mediante o aproveitamento do suporte teórico oferecido por meio de autores como Inês Soares e Ingo Sarlet, além da análise de dados concernentes ao projeto em questão e à realidade socioeconômica da classe artística, em âmbito estadual.

A pesquisa foi realizada com o intuito de investigar os efeitos do *projeto Cultura Dendicasa: Arte de casa para o mundo* sobre a democratização das práticas culturais dos artistas cearenses, com a manutenção da sustentabilidade da produção cultural dos profissionais da cultura, no contexto social da pandemia do COVID-19.

A relevância da pesquisa em questão reside na importância da valorização da cultura cearense, em especial durante a pandemia, como meio para a preservação da identidade e construção da memória coletiva. O esforço para manutenção da cadeia produtiva cultural, em

meio à crise econômica instaurada pelas medidas sanitárias, demanda atenção especial por parte do Governo do Estado do Ceará, visto possibilitar a criação de uma rede de apoio importante aos produtores culturais.

METODOLOGIA

Utiliza-se como metodologia, em primeiro momento, pesquisa do tipo bibliográfica, por meio da análise de livros, artigos jurídicos e da legislação. Em continuidade, a metodologia quantitativa, com observação de dados referentes ao estudo da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), feito com base em estatísticas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Além disso, procurou-se explorar dados fornecidos pela Secretaria de Cultura do Estado do Ceará acerca do projeto *Cultura Dendicasa: Arte de Casa para o mundo*.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O processo de desenvolvimento humano está intrinsecamente relacionado ao desenvolvimento cultural, à medida que sempre houve meios de transmissão de cultura entre as gerações, aperfeiçoando-se ao longo do tempo. Tal fato relaciona-se ao ideal do vínculo de pertencimento nas gerações subsequentes.

A determinação de cultura como intrinsecamente ligada aos valores humanitários, denota na identificação destes no resultado e no processo cultural, uma vez que, a partir dessa análise é possível vislumbrar a participação dos atores na dinâmica proposta pelo ordenamento social (CUNHA FILHO, 2004, p.41). Logo, o cerne da denominação cultura encontra-se ligado, em sentido abrangente, às relações interpessoais, residindo no aperfeiçoamento no trato entre os indivíduos (JAGUARIBE, 1986, p.192).

Para a realização a efetivação do direito à cultura, torna-se imprescindível a concretização de uma política cultural clara e democrática, constituída por meio de ações governamentais e elaboração de políticas públicas, objetivando a efetivação das normas jurídicas que asseguram os direitos culturais (GARCIA, 2012, p.160).

A preservação das expressões culturais, por não ser ponto estritamente político, é visto, em muitos casos, como área de menor importância em seara governamental. Contudo, a postulação de um projeto de fomento e proteção à cultura e às manifestações culturais permite a consolidação da garantia à liberdade de expressão, elemento basilar à sociedade plural (CAMURÇA, COSTA, MAURÍCIO, 2018, p.201).

Entretanto, no ano de 2020, o agente etiológico da COVID-19 ou SARS-CoV-2 adquiriu evidência em cenário mundial (HUANG, 2020, p. 420). A restrição do contato físico entre os indivíduos se revelou a opção mais eficaz à redução dos impactos da doença (CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE, 2020, *online*).

Nessa perspectiva, com o isolamento social, a paralisação de determinados setores gera sério impacto na manutenção da renda das famílias e, dentre as classes afetadas, artistas e produtores culturais se notabilizam; mesmo com museus, teatros e espaços culturais físicos sem atividades, precisam buscar meios alternativos de promoção da cultura, a fim de gerar renda para subsistência familiar e aliviar a tensão inerente ao isolamento social, permeado pela incerteza. Assim, mídias alternativas, dispositivos móveis, televisão e radiodifusão tornam-se essenciais para a manutenção da produção cultural.

A partir da necessidade de meios alternativos para difusão das produções artísticas locais, a Secretaria de Cultura do Estado do Ceará lançou, no dia 23 de março, o projeto "Cultura Dendicasa: Arte de Casa para o mundo" com a finalidade de virtualizar conteúdos produzidos por artistas cearenses, de modo a reduzir os efeitos econômicos danosos às classes artísticas e potencializar o acesso democrático aos trabalhos produzidos.

As manifestações culturais viabilizam a expressão dos direitos fundamentais relacionados à liberdade e à criação da memória, sendo, assim, representativas da dignidade humana. Vale ressaltar que podem sempre ser objeto de ponderação com outros direitos de igual valor e importância para o sistema jurídico (SOARES 2011, p.11).

Conforme Sarlet (2005, p. 37), a qualidade inerente à totalidade dos indivíduos os faz merecer a devida consideração por parte do Estado e da comunidade, ocasionando a sistematização de direitos e deveres fundamentais que os proteja de arbitrariedades, garantindo-lhes condições mínimas de existência. Nesse sentido, a conjuntura exige a efetivação de direitos que garantam qualidade de vida aos indivíduos, dentre eles a cultura (SOARES, 2011, p. 8).

A diversificação de momentos, em perspectiva histórica, vividos pelos diversos grupos sociais é responsável por moldar práticas culturais, simbolizando as ações e os ideais de um povo (CUNHA FILHO, 2004, p. 50).

Desse modo, a partir de iniciativa do Governo do Estado do Ceará, a plataforma *Cultura Dendicasa: Arte de Casa para o mundo* é lançada em formato digital com a

finalidade social e econômica do incentivo à produção artística, cultural e garantia do acesso continuado à cultura durante as medidas sanitárias de enfrentamento do Covid-19, concretizando o direito fundamental.

A partir do I Edital *Cultura Dendicasa: Festival Arte de casa para o mundo* existe ação que visa amenizar os efeitos das restrições estabelecidas pelo Decreto nº 33.510, de 16 de março de 2020, que intensifica as medidas sanitárias para enfrentamento da infecção humana pelo coronavírus, estabelecendo o fechamento de equipamentos culturais públicos e privados e, assim, interferindo diretamente na garantia do acesso à cultura para a população cearense.

O Edital previu o investimento de R$1.000.000,00 (um milhão de reais) do Fundo Estadual de Cultura e cada projeto fixo recebe R$2.500,00 (dois mil e quinhentos reais). O conteúdo aprovado na seleção é disponibilizado, em plataforma online e de maneira gratuita, para o acesso da população. Em sua totalidade, são mais de 7 mil 399 minutos de conteúdo, ou 123 horas de material produzido pelos participantes. Foram escolhidos proponentes de 51 municípios cearenses, assegurando, conforme o Edital, que 50% das propostas sejam provenientes do interior do Estado. Em Fortaleza, projetos provenientes de 81 bairros. Também foram selecionadas 30 propostas a partir da cota de acessibilidade, objetivando ampliar a diversidade dos artistas (SECRETARIA DE CULTURA, 2020, *online*).

A plataforma é destinada exclusivamente à cultura cearense, prestigiando reflexão, identidade e pertencimento, bem como dando continuidade à formação e difusão cultural e artística local. Nota-se iniciativa favorável tanto à preservação dos direitos culturais, quanto à sustentabilidade da cadeia produtiva artística, amenizando o impacto negativo no setor cultural diante do cenário de enfrentamento a pandemia.

Em espectro nacional, a cultura gera um milhão de empregos, movimentando 239 mil empresas e instituições, além de gerar 10,5 bilhões de impostos e representar cerca 2,62% do PIB, de acordo com o estudo da Federação das Indústrias do Rio de Janeiro (FIRJAN), feito com base em dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Grande parte dos profissionais da indústria cultural, cerca de 40%, são autônomos, trabalhando por projeto. O Sistema de Informações e Indicadores Culturais do IBGE registrou, em 2018, a existência de 5,2 milhões de pessoas ocupadas em atividades culturais e criativas no Brasil.

Fazendo um recorte regional, o Ceará apresentou crescimento do PIB Criativo no período de 2015 a 2017, enquanto entre as 27 Unidades da Federação, outras 14 apresentaram

recuo. A participação estimada do PIB Criativo na economia estadual foi de 1,6% dentro do mesmo lapso temporal. Em termos de participação dos profissionais da cultura na indústria criativa, o Ceará possui um percentual de 11,4%, superior à média nacional de 7,7%, denotando a importância desses profissionais na sustentação da economia regional.

CONCLUSÃO

Conclui-se que a criação do projeto *Cultura Dendicasa: Arte de casa para o mundo*, teve efeitos importantes na valorização da cultura local, fomentando a preservação da memória e a criação de vínculo com a arte, e garantindo direitos culturais da população na sua forma de expressar e de se reconhecer em bens culturais e artísticos durante o período de enfrentamento da pandemia do Covid-19. Além disso, a política pública em evidência contribuiu para a manutenção da dinâmica da produção e sustentabilidade econômica e social de artistas e demais profissionais da cultura do estado do Ceará.

A diversificação dos meios de divulgação dos trabalhos de artistas cearenses, através de mecanismos tecnológicos, expõe a modificação advinda do cenário adverso enfrentado no ano de 2020, propondo maior reflexão e alcance do material de trabalho dos artistas. Logo, houve maior engajamento pela efetivação dos direitos culturais, por meio de mecanismos que aproximem a cultura local da população.

A cultura é construída por diversos fazeres e saberes, a partir da perspectiva sociocultural dos atores sociais, portanto, a diversificação dos mecanismos de propagação cultural, viabilizada pela virtualização dos conteúdos durante as medidas sanitárias de enfrentamento da pandemia, desempenhou papel importante na preservação da cultura cearense. Logo, a política pública estadual revelou-se imprescindível para o fomento e acesso.

REFERÊNCIAS

CAMURÇA, Wagneriana Lima Temoteo; COSTA, Natália Pinto; MAURÍCIO, Mateus Natanael. Operação cidade linda: um retrato da descriminação da cultura de rua. Humberto Cunha Filho (org.). A Tutela do Patrimônio Cultural: Identidade e Diversidade. 1ª ed. Fortaleza: Instituto Brasileiro de Direitos Culturais, p.198-217, 2019.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. Recomendação 027, de 22 de abril de 2020. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/. Acesso em 30 de julho de 2020.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. **Cultura e democracia na Constituição Federal de 1988: representação de interesses e sua aplicação ao Programa Nacional de Apoio à**

Cultura. 2004. Tese (Doutor em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

GARCIA, Jairdes Carvalho. O direito à cultura como um direito fundamental do cidadão brasileiro. **Revista de Direito da ADVOCEF**, Belo Horizonte, ano VII, n.14, p. 149-177, 2012.

HUANG, Lei; SHI, Lei; XU, Zhe; WANG, Yijin; ZHANG, Jiyuan. Pathological findings of COVID-19 associated with acute respiratory distress syndrome, **The Lancet Respiratory Medicine**, Toronto v.8, n.4, p. 420-422, 2020.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Secretaria da Cultura do Estado do Ceará. Disponível em: culturadendicasa.secult.ce.gov.br/. Acesso em: 29 de junho de 2020.

IBGE. Características gerais dos moradores e dos domicílios 2017. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/. Acesso em: 28 de junho de 2020.

IBGE. Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil, 2019. Disponível em: https://www.firjan.com.br/. Acesso em 28 de junho de 2020.

JAGUARIBE, Hélio. **Sociedade e Cultura**. São Paulo. Vértice, 1986.

SARLET, Ingo Wolfgang. As dimensões da dignidade da pessoa humana: construindo uma compreensão jurídico-constitucional necessária e possível. Dimensões da Dignidade: ensaios de Filosofia do Direito Constitucional. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005.

SOARES, Ines Virgínia Prado. Direito Fundamental Cultural na Visão do Supremo Tribunal Federal. Direitos Fundamentais no Supremo Tribunal Federal: balanço e crítica. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2011.

POLÍTICA CULTURAL DA REPRESSÃO: O CASO DO BREGA-FUNK NA CIDADE DO RECIFE

CULTURAL REPRESSION POLICY: THE CASE OF BREGA-FUNK IN RECIFE

José Vitor Pereira Neto[41]

RESUMO

A pesquisa investiga o caso do brega-funk do recife e como se dá a gestão dessa manifestação cultural em específica pelo estado. Analisa os casos de criminalização e repressão e a produção legislativa estadual, no caso a PL 494/19, afim de censurar o ritmo. Denuncia as formas do racismo que atravessa essa gestão cultural e na formulação de políticas públicas de cultura. Por fim propõe a radicalização democrática, representada pela democracia cultural como horizonte de solução para as questões levantadas, bem como meio eficaz de construção de uma política pública de cultura efetivamente inclusiva e que contemple as diversas dimensões da cultura. O marco teórico passou por Sílvio Almeida, na análise das relações raciais, Nilo Batista, no estudo criminológico e Isaura Botelho, para as políticas públicas culturais.

Cultura. Criminalização. Brega-funk. Racismo. Democracia Cultural.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

The research investigates the case of the brega-funk of the reef and how it manages this specific cultural manifestation by the state. It analyzes the cases of criminalization and repression and the state legislative production, in this case PL 494/19, in order to censor the pace. It denounces the forms of racism that cross this cultural management and in the formulation of public cultural policies. Finally, it proposes democratic radicalization, represented by cultural democracy as a solution horizon for the issues raised, as well as an effective means of building a public policy of culture that is effectively inclusive and that contemplates the different dimensions of culture. The theoretical framework went through Sílvio Almeida, in the analysis of race relations, Nilo Batista, in the criminological study and Isaura Botelho, for cultural public policies.

Culture. Criminalization. Brega-funk. Racism. Cultural Democracy.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa pretendeu investigar como se organiza na cidade do Recife os mecanismos de violência estatal que ameaçam jovens praticantes do passinho do brega-funk recifense. Nossa hipótese é que através de uma herança autoritária de um pensamento eugênico travestido de um suposto discurso de elitização cultural e profundamente marcado pelo racismo, sob a justificativa de preservação da moral de dos bons costumes, o estado

[41] Advogado, graduado pela UFPE, membro do coletivo Além das Grades e pesquisador associado do Instituto de Direito, Economia Criativa e Artes.

desenvolve um processo mascarado de perseguição a manifestações culturais periféricas (NASCIMENTO, 2016), entre elas, o brega-funk.

Essa repressão extremamente sofisticada se efetiva inicialmente por mecanismos "sutis", ou seja sem violência física expressa, como o processo de estigmatização dos sujeitos periféricos e praticantes da dança (BECKER,2008). Associa-se o ritmo à criminalidade, obscenidade, e até a aumento dos casos de violência contra a mulher e estupros , de maneira minar a percepção da sociedade sobre a manifestação cultural, em geral colocando-a no espaço da marginalidade, como uma "arte menor" se comparada a manifestações ditas mais eruditas.

Assim, desenvolve-se uma perspectiva de subvaloração dessa cultura, tornando a dança, bem como os praticantes dela, alvos aceitáveis da perseguição e repressão estatal e censura, seja por meio da violência física praticada pelos agentes da segurança pública nas abordagens ao jovens dançarinos em locais públicos, seja através da atuação institucional do estado no poder legislativo com a recente proposição do Projeto de Lei nº 494/19.

Esta pesquisa teve como objetivo geral analisar os mecanismos utilizados pelo estado na repressão às manifestações culturais periféricas. Entre os objetivos específicos, buscamos estudar em quais bases se fundamenta tal perseguição e compreender os discursos que a justificam, revelar e entender as razões da continuidade desse processo que se apresenta como histórico uma vez que se repetiu ao longo da trajetória política do país com outras manifestações culturais periféricas como o samba, a capoeira, o frevo e mais recentemente o funk carioca. Também procuramos desenvolver, através da crítica a esse processo uma solução pela saída democrática, repensando as estruturas do estado numa perspectiva de maior integração cultural através da radicalização da democracia cultural.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada inicialmente foi a análise bibliográfica a partir de uma pré-seleção de autores referência em estudos sobre políticas públicas culturais, criminologia crítica e relações raciais. Após, pesquisa documental, com análise do projeto de lei nº 494/19 da Assembleia Legislativa de Pernambuco, além de outras normativas repressivas emitidas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As instituições estatais de policiamento, ensino, jurídicas e legislativas são mecanismos do poder dirigidas por aqueles que dominam a produção do discurso (FOCAULT, 2010). Na atualidade brasileira tais discursos estão impregnados de doutrinações teocráticas fundamentalistas e fascistas, sendo a censura às diversas expressões culturais uma das formas mais frequente de coibir aqueles que propõem um discurso insurgente.

É importante ressaltar que esta política de perseguição e repressão a cultura periférica não é recente, e sim, tem a continuidade histórica de um projeto de estado que atravessou diversas fases da República brasileira, do autoritarismo ditatorial à democracia cidadã da constituição de 88.

A criminalização do samba, camdomblé, da capoeira e do frevo, todas elas de matrizes africanas, sempre foram alvo de repressão estatal (BATISTA, 2011). Traçando um paralelo, todas essas manifestações têm muitas semelhanças seja nas suas origens negras e periféricas, seja nos seu agentes sujeitos e, mesmo que ao longo do tempo tenham sido descriminalizadas e alçadas ao posto de patrimônio cultural brasileiro, as estruturas de poder ainda persistem em seu âmago reproduzindo o racismo estrutural, direcionando seus esforços repressores para o silenciamento dos mesmos corpos de outrora: os pretos, pobres e periféricos; sob a mesma justificativa infundada e pseudo-científica: preservação dos interesses comuns da sociedade e da família no combate a criminalidade.

Nesse sentido, analisamos projeto de lei pioneiro, diretamente voltado para restrição do brega-funk, um ensaio para futuras legislações de criminalização. Observando-se os arts. 1º e 4º do PL 494/19 da ALEPE temos:

Art. 1º No âmbito das escolas do Estado de Pernambuco ficam proibidas:

I - A realização de danças em eventos e manifestações culturais cujas coreografias sejam obscenas, pornográficas, ou exponham as crianças e adolescentes à erotização precoce.

II - A promoção, ensino e permissão pelas autoridades da rede de ensino da prática de danças cujos conteúdos ou movimentos sujeitem a criança e ao adolescente a exposição sexual.

Parágrafo único. Considera-se pornográfico ou obsceno, coreografias que aludam a prática de relação sexual ou de ato libidinoso.

Art. 4º Qualquer pessoa física ou jurídica, inclusive pais ou responsáveis, poderão representar à Administração Pública e ao Ministério Público quando houver violação ao disposto nesta lei. (PERNAMBUCO, 2019)

A princípio a norma se restringe ao âmbito escolar em razão da popularização do ritmo entre os adolescentes de escolas públicas, majoritariamente negros, o que inclusive desenvolveu uma estética própria do ritmo que assimila as tradicionais fardas das escolas do estado como roupas de apresentação dos dançarinos

Do teor do projeto percebe-se evidentemente o significado a qual se quer imputar a manifestação quando a associa a termos como "exposição sexual" e "ato libidinoso" característicos de tipificações criminais. Além, a possibilidade ampla de qualquer pessoa poder representar ao ministério público, contrariando até vontade dos próprios pais, toma proporções que aparentam fazer a simples prática da dança ser uma gravíssima violação de ordem pública.

O sentido de criminalização do brega-funk se torna ainda mais visível quando analisando as justificativas do projeto de lei, observamos a seguinte associação direta da "erotização" da dança com a prática do crime de estupro:

A erotização precoce de crianças e adolescentes é fator responsável diretamente pelo aumento da violação da dignidade sexual de mulheres e também dos casos de estupro de vulnerável [...] (PERNAMBUCO, 2019)

Temos, então, evidenciado mais um processo em que uma manifestação artística negra e periférica, a qual deveria ser tratada pela ótica das políticas culturais, é tratada enquanto política de segurança pública.

Assim retomamos a importância do debate sobre o aspecto estrutural do racismo que se articula diretamente com a Cultura. Como se sabe, o racismo é elemento fundador da modernidade de modo tal que atravessa toda a construção da civilização em suas diversas sociabilidades (ALMEIDA, 2019) e pode ser definido enquanto forma de pensamento

intrínseco à retórica liberal de igualdade na qual classifica hierarquicamente sujeitos tratando alguns como "menos iguais que outros". Pode se apresentar em diversas categorias dentre elas o racismo institucional o qual se caracteriza especificamente por influir nas decisões estatais sobre gestão e promoção de políticas públicas.

Partindo desta premissa, temos uma gestão cultural alimentada pelo racismo institucional que se organiza a partir de falsas hierarquizações culturais cuja classificação irá definir o acolhimento pelas políticas públicas de cultura ou não.

Nesse cenário desponta a necessidade do debate sobre a radicalização dos instrumentos democráticos afim de permitir acesso ao poder por aqueles historicamente alijados da participação política. Do ponto de vista da Cultura, podemos falar na radicalização da Democracia Cultural, definida por Isaura Botelho:

democracia cultural [...] tem por princípio favorecer a expressão de subculturas particulares e fornecer aos excluídos da cultura tradicional os meios de desenvolvimento para eles mesmos se cultivarem, segundo suas próprias necessidades e exigências. (BOTELHO, 2001, p. 81)

Temos então a democracia cultural e o processo de inclusão ativa dos produtores culturais do brega-funk como horizonte para solução das questões apresentadas, porquanto o acesso aos instrumentos políticos democráticos possibilitam, a partir do olhar do próprio sujeito excluído, a construção de novas narrativas insurgentes sobre o fazer cultural do brega-funk e desenvolvendo novas políticas culturais mais inclusivas.

CONCLUSÃO

A pesquisa objetivou demonstrar como a gestão da cultura ainda no período democrático reproduz práticas desenvolvidas ao longo do século XX, de perseguição e repressão às manifestações culturais negras e periféricas.

A partir do caso específico do Brega-funk recifense observamos como se dá esse processo. Articulado com o racismo institucional, denunciamos uma política cultural que hierarquiza e classifica toda uma diversidade de manifestações artísticas, selecionando algumas para apoio e incentivo do estado, enquanto outras são tratadas como questão de segurança pública, reprimindo sua prática e estigmatizando seus praticantes e produtores.

Assim, concluímos pela urgência da radicalização da democracia cultural afim de construir um novo marco de políticas públicas culturais efetivamente inclusivas e que dê conta das múltiplas dimensões da cultura.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural.** São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

AMARAL, Augusto Jobim do, Nazário, Ana Luiza Teixeira. **Cultura e criminalização: um estudo de caso sobre o funk na cidade de Porto Alegre**. In Revista de Direito da Cidade, vol. 09, nº 1. ISSN 2317-7721 pp. 50-77.

BATISTA, Vera Malaguti. **Introdução Crítica à Criminologia Brasileira**. Rio de Janeiro: Revan, 2011

BECKER, Howard Saul. **Outsiders: estudo de sociologia do desvio**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

BOTELHO, Isaura. **Dimensões da Cultura e Políticas Públicas**. Revista São Paulo em Perspectiva, nº 2, v.15, p 73-83, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392001000200011>

FOCAULT, Michel. **O nascimento da biopolítica** - 1 ed. - São Paulo: EDIÇÕES 70, 2010.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado** - 3.ed. - São Paulo: Perspectivas, 2016

PERNAMBUCO. Assembleia Legislativa. **Projeto de lei ordinária PLO 494/19. Dispõe sobre a proibição de exposição de crianças e adolescentes no âmbito escolar, a danças que aludam a sexualização precoce e inclusão de medidas de conscientização, prevenção e combate à erotização infantil nas escolas do estado de Pernambuco.** Disponível em: <http://www.alepe.pe.gov.br/proposicao-texto-completo/?docid=4966&tipoprop=p>. Acesso em: 01 jul. 2020. Texto Original

IX Encontro Internacional de Direitos Culturais
9th International Meeting on Cultural Rights
Direitos Culturais: Impactos da Pandemia
Cultural Rights: Impacts of the Pandemic
05 A 09 DE OUTUBRO
ISSN-e 23169982

REFLEXO DA PANDEMIA NA ARTE URBANA: DIREITOS CULTURAIS E SEU EFEITO NA DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS

REFLECTION OF THE PANDEMIC IN URBAN ART: CULTURAL RIGHTS AND ITS EFFECT ON HUMAN RIGHTS DEFENSE

Carolina Cristina Santos de Carvalho Rezende[42]
Edson Roberto Leite[43]

RESUMO

Fruto da combinação entre arte e cidade, a arte urbana, por meio das suas cores e tintas é capaz de veicular importantes mensagens. Prática artística de caráter popular, provoca indagações, propaga culturas e faz emergir a diversidade cultural. Em nosso tempo, num momento em que a pandemia da COVID-19 se espalhou pelo mundo, as manifestações artísticas concernentes à arte urbana alastram-se ao redor do planeta, e se convertem em meio para a defesa de direitos humanos, porquanto chamam a atenção para questões sociais de relevância e urgência, expõem a necessidade da efetivação do princípio da dignidade humana e fomentam o exercício da cidadania - sustentáculos do Estado Democrático de Direito, gerando reflexões. Abarcada pela proteção dos direitos culturais, tal arte, ainda que efêmera, constitui relevante registro do contexto atual, contribuindo com a reconstituição da história para as gerações futuras, sendo possível ver, nas suas criações, o *zeitgeist* (o espírito do tempo).

Palavras-chave: Arte urbana. Pandemia. COVID-19. Direitos Culturais. Direitos Humanos.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

Fruit of the combination between art and city, the urban art, through its colors and paints, can transmit relevant messages. This artistic practice with popular character provokes inquiries, propagates cultures, and makes cultural diversity emerge. Currently, when the COVID-19 pandemic has spread throughout the world, the street

[42] Mestranda no Programa de Pós-Graduação Interunidades em Estética e História da Arte da USP (PGEHA-USP). Tem pós-graduação *lato sensu* em Jornalismo e graduação em Ciências Jurídicas. E-mail: carolinarezende@usp.br.

[43] Professor Titular do Museu de Arte Contemporânea da USP (MAC-USP) e do PGEHA-USP, possui graduação em Direito, mestrado em Comunicação Social, doutorado em Ciências da Comunicação, pós-doutorado em Ciências da Comunicação e livre-docência na área de patrimônio cultural. Foi coordenador do Programa de Pós-Graduação Interunidades em Estética e História da Arte (PGEHA-USP) (2017-2020), Vice-Diretor da EACH-USP (2010-2013) e Diretor da Orquestra Sinfônica da USP, OSUSP (2010-2016). E-mail: edsonleite@usp.br.

art spreads across the planet and becomes a means of defending human rights, because it calls attention to social issues of relevance and urgency, exposes the need to implement the principle of human dignity and encourage the exercise of citizenship - foundations of the Democratic State of Law, generating reflections. Embraced by the protection of cultural rights, this art, although ephemeral, constitutes a relevant record of the actual context, contributing to the reconstruction of history for future generations, and making possible to see, in its pieces, the *zeitgeist* (the spirit of the time).

Keywords: Urban art. Pandemic. COVID-19. Cultural Rights. Human Rights.

INTRODUÇÃO

Atual, colorida e intensa, a arte urbana alcançou destaque no cenário artístico e na sociedade contemporânea. Com a pandemia da COVID-19, decretada em 11 de março de 2020, sobrevieram mudanças sociais, destarte, como reflexo do seu contexto, a arte vem respondendo a esse surto epidêmico que transformou o cotidiano e a existência de milhares de pessoas.

Arte e doenças infecciosas já se encontraram em outros tempos. A Peste Negra assombrou a Europa Ocidental, no século XIV, repercutindo na arte, por meio de temas como "a dança macabra"; o Cólera, no século XIX, trouxe à tona graves questões sociais, que refletiram nas manifestações artísticas de tal tempo - como em gravuras de ironia e humor criadas pelo artista inglês Robert Cruikshank; nos anos 1980 e 1990, a AIDS vitimizou artistas como Keith Haring, representante da arte urbana internacional, que trouxe, para as suas obras, significativas mensagens atreladas à doença, sem deixar de destacar a relevância do amor e do sexo. Hoje, a pandemia que nos intimida reverbera, também, na produção dos artistas urbanos pelo mundo.

Mensagens sociais e políticas, de ágil comunicação visual, explodem da conexão entre arte e espaço público. Despontam-se obras capazes de propagar culturas, levantar indagações e vivificar a luta pelos direitos humanos. Porque como prática social de valioso teor cultural, a arte urbana evoca questões de alteridade, englobando formas de ver e se relacionar com o outro. Em reflexão sobre o significado de cultura na atualidade, Zygmunt Bauman (2011, p. 28-29, tradução nossa) pontuou que esta constitui-se "em ofertas, não em proibições; proposições, não normas". Para o aludido autor, a cultura de nosso tempo busca atrair e o grande papel desta "não é a conservação do estado atual, mas a demanda avassaladora por mudanças constantes".

Segundo Carvalho (2018, p. 37), no âmbito do Direito, pensa-se em cultura de forma mais restrita do que na antropologia. Logo, para o universo jurídico, cultura pode ser "a

produção humana juridicamente protegida, relacionada às artes, à memória coletiva e ao repasse de saberes, e vinculada ao ideal de aprimoramento, visando à dignidade da espécie como um todo, e de cada um dos indivíduos [...]". (CUNHA FILHO, 2004 apud CARVALHO, 2018, p. 37)

Já direitos culturais, em consonância com Cunha Filho (2000, p. 34), consistem naqueles "[...] afetos às artes, à memória coletiva e ao repasse de saberes, que asseguram a seus titulares o conhecimento e uso do passado, interferência ativa no presente e possibilidade de previsão e decisão de opções referentes ao futuro, visando sempre à dignidade da pessoa humana".

A Magna Carta brasileira elevou a nível constitucional os direitos humanos culturais. Daí que, com base no estabelecido pelo seu artigo 215, *caput* e parágrafo 1º, enquanto manifestação artística e popular, que reflete características culturais, a arte urbana enquadra-se na proteção elencada no parágrafo 1º do artigo supramencionado. Ainda, merece ter o seu exercício e acesso garantido pelo Estado, a quem também incumbe, com fulcro no *caput* do dispositivo constitucional em questão, apoiar, incentivar e difundir tal prática artística.

Em época de pandemia são diversas as manifestações artísticas de arte urbana que se espalham pelas cidades. E, impregnadas do *zeitgeist* (termo em alemão, para o espírito do tempo), constituem registros dos acontecimentos de nosso tempo, podendo auxiliar a reconstituição da história no futuro. Ademais, sob outros prismas, arte urbana e direitos humanos se encontram, funcionando a arte como um potencial meio de difusão de direitos.

METODOLOGIA

Essa pesquisa teve cunho bibliográfico centrado em estudo de caso, com o exame de exemplos de produções nacionais e internacionais que tratam da arte urbana e sua relação com os direitos culturais e humanos; leitura de livros, artigos, publicações e da legislação em vigor.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Adotada em 1948, a Declaração Universal dos Direitos Humanos pretende aniquilar barreiras, para promover uma sociedade em que se opere a equidade, desprovida de preconceitos, como os de cunhos racial, religioso e de gênero. Para Flores (2002, p. 26-27), os direitos humanos "são os meios discursivos, expressivos e normativos que pugnam por

reinserir os seres humanos, no circuito de reprodução e manutenção da vida, permitindo-lhes abrir espaços de luta e de reivindicação". Ora, a arte de rua pode contribuir para a elevação de uma sociedade mais justa, exatamente porque está no espaço público e, faz-se, assim, acessível a variados grupos sociais. Ainda, é capaz de mergulhar no imaginário da população, fazendo emergir sensibilidades, pensamentos, questionamentos, ações, esperança etc.

A arte urbana pode ser conceituada como uma evolução do graffiti, este surgiu como maneira de marcar território, um meio de expressão não autorizado no espaço urbano - com o objetivo de comunicação direta do praticante com a sociedade. Para Manco e Neelon (2005, p. 10, tradução nossa) "o graffiti no Brasil está interligado com a sua própria história e a sociedade, história e cultura do país". Tida, por alguns autores, como movimento pós-graffiti, a arte urbana abrange diversas técnicas, das quais são exemplos: pinturas, estênceis, instalações, colagens.

Em maio de 2020, um mural, na Grécia, captou olhares mundiais. Criado pelo artista de rua grego, conhecido por S.F. (de 16 anos), trazia uma figura feminina de olhar expressivo, como que com medo, os cabelos escorriam pela face machucada e o dedo indicador pedia por silêncio. A eclosão da violência doméstica, reflexo da quarentena, serviu de referência para a obra. No mesmo mês, o artista urbano Cris Rodrigues pintou, num imóvel em São Paulo, uma cena que remete ao caso do adolescente João Pedro, morto na comunidade do Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo, Rio de Janeiro, durante a pandemia. As paredes pintadas pelo artista trazem no centro a imagem alusiva ao estudante, negro, que, sorrindo, veste uma camiseta com nuvens desenhadas na cor azul. Nas laterais, figuras de homens de preto, armados, tiros disparados, manchas vermelhas. Acima, a frase: "João Pedro Presente". Estes são exemplos de encontros entre a arte nas ruas e os acontecimentos sociais que a circundam e propagam questões de ordem humanitária quando o surto da COVID-19 aterroriza o mundo.

Ainda nesse período de pandemia, no Chile, o artista urbano de codinome Caiozzama criou uma obra onde anjos desnudos (que parecem saídos do Barroco) seguram a faixa que diz: "Não vá ao shopping" (tradução nossa). Como que formando um triângulo (lembrando pinturas da Renascença), estão um casal, com várias sacolas nas mãos, uma figura com a máquina de cartões e outros personagens nus ou seminus que imploram por ajuda. Todos na cena usam máscaras protetivas contra o vírus. É perceptível o sofrimento dos humildes, como também o consumo e a desigualdade social. O trabalho não foi produzido nos muros, diante

do coronavírus, mas, foi divulgado via Internet. Face o isolamento social, proporcionar o acesso à arte, por via digital, pode ser um modo para a efetivação e proteção de direitos. Aliás, para Anesa (2020, p. 253, tradução nossa), a irradiação da Internet e das novas tecnologias "disponibilizaram a realização dos direitos culturais por meio de novas formas de acessar a cultura" e a Internet "durante a pandemia de 2020 tem sido particularmente significante, da perspectiva tecnológica, social e cultural". Em abril de 2020, o artista Kobra pintou - e divulgou digitalmente - cinco crianças de variadas culturas e religiões. Que, apesar das diferentes crenças e de usarem escudos faciais, estavam uma ao lado da outra e exteriorizavam fé.

CONCLUSÃO

A arte que vociferou com o escopo de sublinhar a existência individual dos que não eram percebidos, pode, em nosso tempo, transitar, com mais facilidade, ao redor do mundo, especialmente diante da Internet. A arte urbana tem o condão de destacar sérios problemas que afligem a humanidade, expor, à superfície, desconfortos imersos e, nesse contexto, pode destacar a emergência de se efetivar o princípio da dignidade humana, propulsar o exercício da cidadania e aquilatar as necessidades dos cidadãos, alicerces do Estado Democrático de Direito nos moldes do artigo 1º, incisos II e III, da Constituição brasileira de 1988. (BRASIL, 1988) Pode humanizar e inspirar, porque dá, através do potencial criativo, possibilidades de sentir a urgência do outro, de ser uma esfera de combate contra a violência e desigualdades. Além disso, notadamente nesse momento de pandemia, é importante que a arte urbana seja preservada, através de instrumentos, como fotografias e vídeos - porque efêmera, para que seja possível transmitir, às gerações posteriores, acontecimentos decorrentes do surto da aludida enfermidade infecciosa, bem como possibilitar a compreensão de caminhos que contribuíram para a moldura da sociedade atual e futura. Também relevante, é possibilitar o acesso, digital, à produção dos artistas urbanos. Em abril de 2020, o diretor geral adjunto de Cultura da Unesco Ernesto Ottone Ramírez, asseverou que a COVID-19 enfatizou "a necessidade de cultura para as pessoas e comunidades". E ressaltou: "precisamos implementar medidas de apoio aos artistas e ao acesso à cultura, tanto a curto quanto a longo prazo. [...] A cultura nos torna resilientes. Ela nos dá esperança. Ela nos lembra que não estamos sozinhos". (RAMÍREZ, 2020, tradução nossa)

Em 2005, Banksy, famoso artista urbano e defensor dos direitos humanos, pintou no muro de segregação, que divide Palestina e Israel. Ali, evocou direitos humanos, como paz,

igualdade e liberdade. Para Banksy (2012, p. 136), a Palestina é "a maior prisão ao ar livre do mundo e o destino ideal para férias agitadas de artistas grafiteiros". Em meio à pandemia, o artista pintou os seus conhecidos ratos ligados à máscaras faciais de proteção, estimulando o respectivo uso[44], o que se destaca é que, com o imenso alcance que possui, Banksy, por meio de estêncil e das tintas que jorram do spray, pode ter provocado indagações e destacado a necessidade de proteção da saúde e do direito à vida. Baseado em Gorsdorf (2014, p. 65), a "arte rompe com os ditames do Direito reificado ao apelar para os elementos do mundo da paixão, da valoração, da imaginação, devolvendo aos direitos humanos, a humanidade que havia perdido".

Se é certo que a pandemia da COVID-19 alterou, significativamente, as relações e protocolos da arte com o público, não menos exato que a arte urbana, de apelo e aproximação popular, sofreu reflexos. Todavia, intensificou, por vezes fazendo uso dos meios digitais, sua discussão em torno dos direitos culturais e seu impacto na defesa dos direitos humanos, trazendo, em suas linguagens, matizes humanitários, na edificação de um futuro melhor.

REFERÊNCIAS

ANESA, Patrizia. The right of access to culture in crisis contexts. In: BURINI, Federica (Ed.). **Tourism facing a pandemic: from crisis to recovery**. Bergamo: Università degli Studi di Bergamo, 2020. p. 251-260. Disponível em: <https://www.academia.edu/43499550/Tourism_Facing_a_Pandemic_From_Crisis_to_Recover>. Acesso em: 4 ago. 2020.

BANKSY. **Banksy Guerra e Spray**. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2012.

BAUMAN, Zygmunt. **Culture in a Liquid Modern World**. BAUMAN, Zygmunt. **Culture in a Liquid Modern World**. 1st ed. Cambridge: Polity Press, 2011.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 19 jul. 2020.

CARVALHO, Marcella. Cultura, Constituição e Direitos Culturais. In: CUNHA FILHO, Francisco Humberto; BOTELHO, Isaura; SEVERINO, José Roberto (Org.). **Direitos culturais**. Salvador: EDUFBA, 2018. p. 35-55. Disponível em: <http://pnc.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/16/2018/07/DireitosCulturais_CulturaPensamento-EDUFBA-2018.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2020.

[44] Não é intenção deste texto discutir eventual proibição da ação, ocorrida no metrô londrino.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. **Direitos Culturais como Direitos Fundamentais no Ordenamento Jurídico Brasileiro**. Brasília: Brasília Jurídica, 2000. Disponível em: <https://goo.gl/4Ka5mo>. Acesso em: 18 jul. 2020.

FLORES, Joaquin. Direitos humanos, interculturalidade e racionalidade de resistência. **Sequência**, Florianópolis, v. 23. n. 44, p. 9-29, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/15330/13921>. Acesso em: 1 ago. 2020.

GORSDORF, Leandro. Direitos Humanos e Arte: dialógos possíveis para uma Episteme. In: SILVA, Eduardo; GEDIEL, José Antônio; TRAUCZYNSKI, Silvia (Org.). **Direitos humanos e políticas públicas**. Curitiba: Universidade Positivo. 2014. p. 51-66. Disponível em: <http://www.dedihc.pr.gov.br/arquivos/File/2015/livro_direitoshumanosepoliticaspublicas.pdf>. Acesso: 1 ago. 2020.

MANCO, Tristan; NEELON, Caleb. **Graffiti Brasil**. Londres: Thames & Hudson, 2005.

RAMÍREZ, Ernesto. In moments of crisis, people need culture. **Unesco**, 2 abr. 2020. Disponível em: <https://whc.unesco.org/en/news/2096>. Acesso em: 14 ago. 2020.

TRIBUTO SOBRE O LIVRO NO BRASIL: UMA ANÁLISE A PARTIR DA ILUSTRAÇÃO DE FAHRENHEIT 451

BOOK TAX IN BRAZIL: AN ANALYSIS THROUGH FAHRENHEIT 451

Mateus Rodrigues Lins[45]

RESUMO

A partir de uma análise à Constituição Federal e ao corpo legislativo que afasta a incidência tributária sobre o livro, o presente trabalho estuda os reflexos do PL 3887/2020 o qual prevê a criação da Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS), além de alterar a legislação tributária Federal. Para isso, o artigo desenvolveu metodologia de caráter bibliográfico e documental, pautando-se, principalmente nos dados da última pesquisa Retratos da Leitura no Brasil levantada pelo Instituto Pró-Livro. Como resultados, verificou-se que a alteração legislativa é constitucional, vez que não cria imposto sobre o livro e que a aprovação do PL 3887/2020 altera a Lei Nº 10.865 e resulta na aplicação da alíquota de 12% (doze por cento) sobre a comercialização desse produto. Conclui-se que a criação da CBS encare o livro enquanto produto final, tornando o seu acesso mais difícil para camadas sociais mais baixas e, com isso, mostra-se capaz de elevar a desigualdade social e transformar o acesso ao conhecimento em uma percepção cada vez mais elitizada.

Palavras-chave: Tributos sobre o livro. PL 3887/2020. Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

Based on an analysis of the Federal Constitution and the legal body that rules out the tax incidence on the book, this paper studies the effects of PL 3887/2020, which provides the creation of the Social Contribution on Transactions with Goods and Services (CBS), in addition to amending the Federal tax legislation. This paper developed a bibliographic and documentary methodology, based mainly on data from the latest *Retratos da Leitura no Brasil* (Portraits of Reading in Brazil) survey conducted by *Pró-Livro* Institute. As a result, the CBS is constitutional, since it does not create a tax on the book. The conclusion is that the creation of CBS views the book as a final product, making it more difficult for lower social classes to access it, and thus proving capable of raising social inequality and transforming access to knowledge into an increasingly elitist perception.

Key-words: Taxes on the book. PL 3887/2020. Social Contribution on Operations with Goods and Services.

INTRODUÇÃO

O artigo 150 da Constituição Federal, inciso VII, alínea “d”, dispõe que sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios a instituição de impostos livros, jornais, periódicos e o papel destinado a sua impressão.

Observa-se que a norma constitucional é taxativa quanto ao termo “imposto”, possibilitando, ainda, a incidência de alíquotas referente à comercialização de livros no que

[45] Mestrando em Direito Constitucional e Teoria Política pela Universidade de Fortaleza (PPGD/UNIFOR). Pesquisador bolsista da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Direitos Culturais (GEPDC/UNIFOR).

toca as contribuições sociais para o PIS (Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público) e a COFINS (Contribuição para Financiamento da Seguridade Social).

Somente em 2004, por meio da Lei Nº 10.865, foi reduzido à zero as alíquotas da contribuição para o PIS e da COFINS sobre a venda deste produto, tanto no mercado interno (art. 28, VI) quanto no mercado externo (art. 12, XII), em casos de importação.

A referida legislação, com apoio do art. 2º da Lei Nº 10.753/03, considera como livro a publicação de textos escritos em fichas ou folhas, não periódica, grampeada, colada ou costurada, em volume cartonado, encadernado ou em brochura, em capas avulsas, em qualquer formato e acabamento, além de suas possíveis equiparações.

Durante a pandemia do coronavírus, em 21 de julho de 2020, o Poder Executivo submeteu à apreciação da Câmara dos Deputados o Projeto de Lei nº 3887/2020, o qual prevê a criação da Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS), além de alterar a legislação tributária Federal. Esse projeto faz parte da proposta de Reforma Tributária do Poder Executivo Federal, o qual verifica na criação dessa nova contribuição a substituição do PIS e da COFINS, propondo alíquota única de 12% (doze por cento), a qual possui como fato gerador o auferimento da receita bruta[46] e receitas decorrentes de acréscimos à receita bruta.

A problemática que surge desse contexto é que o PL 3887/2020 não excluí os livros da aplicação da alíquota de 12% e altera expressamente a Lei Nº 10.865, passando a tributar este produto.

METODOLOGIA

A pesquisa classifica-se como bibliográfica e documental. Foram utilizados livros que analisam, ilustrativamente, os impactos da taxação dos livros no Brasil e o comportamento do mercado livreiro. Os documentos consubstanciam-se em legislações, nos dados da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil levantada pelo Instituto Pró-Livro e no Projeto de Lei 3887/2020, o qual sugere a criação da Contribuição Social sobre Operações com Bens e

[46] Definição em acordo com o art. 12 do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977.

Serviços (CBS). Quanto à aplicação dos resultados, a pesquisa é pura e qualitativa. Quanto aos objetivos, o estudo é classificado como descritivo e exploratório, uma vez que se busca analisar fenômenos jurídicos a fim de promover o aprimoramento de ideias e discussões sobre as implicações da tributação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Fahrenheit 451 é a temperatura em que os livros são queimados na distopia de Ray Bradbury e é a mesma que dá título à obra. Na história, enquanto as pessoas vivem em função das telas e a literatura está em extinção, os livros são objetos proibidos e seus portadores são considerados criminosos (BRADBURY, 2013).

A construção de *Fahrenheit 451* a partir da relação que o protagonista Guy Montag, um bombeiro que trabalha ateando fogo aos livros, desenvolve com Clarisse, simboliza que a queima do material não é simplesmente um ato de característica autoritária, mas uma privação de conhecimento. É a partir dessa ilustração que este trabalho analisa a proposta de tributação aos livros no Brasil por meio do PL 3887/2020.

A proposta de alteração legislativa é constitucional, vez que não se refere à criação de um imposto, mas de uma nova Contribuição Social, outra espécie de tributo, a qual não é vedada pelo art. 150 da Constituição Federal diante de incidência sobre livros. A aplicação da alíquota sobre a comercialização deste produto era afastada pela Lei Nº 10.865, a qual será alterada caso o PL 3887/2020 seja aprovado.

Diante disso, observa-se que mercado do livro no Brasil, tanto editorial quanto livreiro, enfrenta crises econômicas que se desdobraram em pedidos de recuperação judicial por parte das duas das maiores redes de livrarias do País, quais sejam a Livraria Cultura e a Livraria Saraiva (GENTILE, MOLINERO, 2020). Essa crise possui vários desdobramentos, inclusive a concorrência com comércios virtuais e a facilidade de adquirir o livro em outro formato que não o físico. Mas, o ponto a ser observado é que o tributo sobre o livro surge em um momento extremamente delicado para o mercado livreiro, o qual também busca recuperação em meio à pandemia no Brasil, responsável por uma queda inicial de 47,6% no faturamento durante o mês de abril (G1, 2020).

A quarta edição – e mais recente[47] – da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, levantada pelo Instituto Pró-Livro em 2016 aponta que o brasileiro lê em média 2,43 livros por ano (FAILLA, 2016). A pesquisa considera leitor como todo aquele que "leu, inteiro ou em partes, pelo menos um livro nos últimos três meses" (FAILLA, 2016, p. 185).

A referida pesquisa trabalhou com a amostra de 5.012 (cinco mil e doze) entrevistados domiciliares em 317 (trezentos e dezessete) municípios. Foram considerados a evolução da população brasileira, gênero e idade, regiões e municípios, escolaridade, condição atual de estudo (em comparação aos dados da pesquisa anterior), religião, renda individual e familiar e classe.

Desse modo, de acordo com os dados, 56% (cinquenta e seis por cento) da amostra entrevistada se apresenta como parte da categoria de leitores no Brasil. A pesquisa também aponta que de acordo com a renda familiar, 76% (setenta e seis por cento) das famílias pertencente à classe A são leitores, 70% (setenta por cento) pertencente à classe B são leitores, 57% (cinquenta e sete por cento) pertencente à classe C são leitores e 40% (quarenta por cento) pertencentes às classes D e E são leitores.

Constata-se, portanto, que quanto menor a renda familiar, menor é o acesso ao livro. Nesse sentido, o Instituto Pró-Livro avaliou que na parcela da amostra que se enquadra como leitora, apenas 43% (quarenta e três por cento) possui o hábito de comprar livros em lojas físicas ou virtuais, os demais acessam livros por outros meios, como o empréstimo em bibliotecas. Em desdobramento, observou-se também que apenas 26% (vinte e seis por cento) dos leitores adquiriram livros nos últimos três meses.

De tal modo, a tributação do livro afeta não apenas o mercado, mas, principalmente, como ilustrado pela obra *Fahrenheit 451* e reforçado pelos dados da pesquisa mais recente do Instituto Pró-Livro, o acesso ao conhecimento pelas camadas sociais menos favorecidas.

CONCLUSÃO

[47] O Instituto realiza levantamentos a cada quatro anos e prevê nova pesquisa para o ano de 2020.

A tributação de livros por meio da criação da Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços (CBS) através do PL 3887/2020, altera a Lei Nº 10.865 e resulta na aplicação da alíquota de 12% (doze por cento) na comercialização desse produto.

Essa alteração legislativa é constitucional, vez que não cria imposto sobre o livro, o que seria vedado pelo art. 150, VII, "d" da Constituição Federal e, portanto, é possível de ser implementada, caso aprovada pelo Congresso Nacional dentro dos trâmites formais.

Todavia, a criação da CBS encare o livro enquanto produto final, tornando o seu acesso mais difícil para camadas sociais mais baixas e, com isso, mostra-se capaz de elevar a desigualdade social e transformar o acesso ao conhecimento em uma percepção cada vez mais elitizada.

REFERÊNCIAS

BRADBURY, Ray. **Fahrenheit 451**. Tradução de Cid Knipel. Globo Livros: São Paulo, 2013.

BRASIL. **Constituição da República de 1988**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 14 ago, 2020.

BRASIL. **LEI Nº 10.753 de 30 de outubro de 2003**. Institui a Política Nacional do Livro. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2003/L10.753.htm#art2. Acesso em: 14 de ago, 2020.

BRASIL. **LEI Nº 10.865 de 30 de abril de 2004**. Dispõe sobre a Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social incidentes sobre a importação de bens e serviços e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.865.htm. Acesso em 14 ago, 2020.

BRASÍLIA. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei PL 3887/2020**. Institui a Contribuição Social sobre Operações com Bens e Serviços - CBS, e altera a legislação tributária federal. Disponível em> https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2258196. Acesso em 14 ago, 2020.

G1. **Mercado de livros tem queda de 48% no faturamento em abril após fechamento de livrarias por causa da pandemia do coronavírus**. G1, 6 maio, 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2020/05/06/mercado-de-livros-tem-queda-de-48percent-no-faturamento-em-abril-apos-fechamento-de-livrarias-por-causa-da-pandemia-do-coronavirus.ghtml. Acesso em 15 ago, 2020.

GENTILE, Rogério; MOLINRO, Bruno. **Livrarias Saraiva e Cultura acumulam perdas mesmo após recuperação judicial**. Folha de São Paulo, 24 jan, 2020. Disponível em:

https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/01/livrarias-saraiva-e-cultura-acumulam-perdas-mesmo-apos-recuperacao-judicial.shtml. Acesso em 15 ago, 2020.

FAILLA, Zoara. **Retratos da leitura no Brasil 4**. Rio de Janeiro: Sextante, 2016.

IX Encontro Internacional de Direitos Culturais
9th International Meeting on Cultural Rights
Direitos Culturais: Impactos da Pandemia
Cultural Rights: Impacts of the Pandemic
05 A 09 DE OUTUBRO
ISSN-e 23169982

USOS LIVRES DE OBRAS INTELECTUAIS E INSERÇÕES NO AUDIOVISUAL

FREE USES OF INTELLECTUAL WORKS AND AUDIOVISUAL INSERTIONS

Cheyenne de Oliveira Alencar[48]

Rodrigo Vieira Costa[49]

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo discutir as limitações e exceções aos direitos autorais presentes na Lei nº. 9.610/98 (LDA), a fim de investigar as possibilidades dos usos livres de obras intelectuais no audiovisual. Não é novidade que na era da informação há um maior acesso a obras intelectuais protegidas. No entanto, nem sempre os limites entre os usos legais e ilegais de obras em outras, como filmes e documentários, são bem definidos, principalmente tendo como parâmetro normativo a lei brasileira de direitos autorais, uma das mais restritivas do mundo. Assim, para analisar os conflitos de interesses jurídicos entre titulares de obras e produtores audiovisuais, que vezes inserem em suas películas trechos de obras de terceiros, esta pesquisa adotou o método qualitativo com foco nos limites e exceções legais aos direitos autorais, a partir de revisão de literatura e estudo de caso jurisprudencial.

Palavras-chaves: Direitos Autorais. Audiovisual. Obras Intelectuais.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

The present work seeks to discuss the restrictions that the copyright brings present in audiovisual works in Brazil from the copyright law, (LDA) Law nº. 9,610 / 98. It is not new the great repercussion of access to information resulting from the digital age, which increasingly makes it easier to access intellectual works, based on the Brazilian copyright law, which was considered in Brazil as one of the most restrictive laws in the world , for bringing in its legislation peculiarities about the limitation of intellectual works by third parties. Its methodology is qualitative in nature, based on a literature review based on the analysis of conflicts of interest.

[48] Bacharel em Direito, pós graduanda em Direito Penal e Criminologia- URCA, Pesquisadora no Grupo de Estudos e Pesquisas em Direitos Culturais- GEPDC. Cheyenne_alencar@hotmail.com

[49] Professor do Curso de Direito da UFERSA, Centro de Ciências Sociais Aplicadas e Humanas – CCSAH, Doutor em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Mestre em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Rodrigo.vieira@ufersa.edu.br

Keywords: Copyright. Audio-visual. Intellectual Works.

INTRODUÇÃO

Apesar de a Lei de Direitos Autorais no Brasil ser utilizada em diversas áreas nas particularidades nas quais se tratam os direitos intelectuais ainda existe uma grande discussão sobre as restrições que a lei apresenta como a possibilidade de uso de obra intelectual de terceiro em produção de uma obra audiovisual.

A Lei de Direitos Autorais no Brasil trata sobre a proteção de seus intérpretes. É notória a grande relevância cultural e econômica que o cinema tem trazido ao país. Com a chegada da internet nos anos 90, veio a explosão do audiovisual e suas ferramentas que passaram a ser diariamente utilizadas no cotidiano das pessoas, fossem através de computadores, tablets e celulares que basearam sua comunicação em uma linguagem multimídia. Em 1895, os irmãos franceses Louis e Auguste Lumière projetaram seu primeiro filme, dando força à difusão da informação através da fotografia em movimento. O fenômeno da tela em movimento ficou conhecido como "obra cinematográfica". Posteriormente, essa nomenclatura veio a ser adotada pelas convenções internacionais e pelas legislações brasileiras da época.

No entanto, atualmente se observa que apesar de termos uma lei regulamentando a autoria de cada profissional intelectual, ainda existem grandes conflitos de interesse em relação a sua autonomia diante da obra produzida, sobretudo de seus autores, coautores e terceiros. É possível perceber um limite quanto à liberdade de uso dessas obras intelectuais a partir de obras audiovisuais. Até que ponto uma obra pode ser utilizada no audiovisual sem prévia autorização do titular da obra?

METODOLOGIA

Essa pesquisa é uma atividade voltada para a discussão de uma problemática envolvendo um conflito de interesses entre as restrições do direito autoral versus a liberdade de uso de obras intelectuais no audiovisual. Para tanto, foi realizada uma revisão de literatura em obras jurídicas e artigos científicos, sendo classificada como pesquisa qualitativa.

Segundo Goldenberg (1997), a pesquisa qualitativa não permeia sua finalidade numérica, mas o aprofundamento da difusão e organização da compreensão de suas ideias. Buscando métodos com a finalidade de explicar o porquê das coisas. Ainda sobre a perspectiva da pesquisa qualitativa, MINAYO (2001) qualifica o trabalho como um

procedimento repleto de significados, crenças e valores que corresponde a simbologia de determinado assunto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Segundo Branco (2009), na Antiguidade não existia discussões sobre o reconhecimento do direito autoral. Assim também, as civilizações grega e romana não reconheciam os direitos de autor, concebia-se na época, que o criador da obra não deveria ser mero comerciário da sua inteligência. É com essa dificuldade de reconhecimento autoral que surgem as primeiras inquietações sobre o tema abordado. Em 1886, em Berna, na Suíça, é que surge a primeira regulamentação internacional sobre direitos autorais. BRANCO (2009)

A obra audiovisual é a que mais se familiariza com os meios de comunicação e seus formatos multimediáticos, criando assim um conteúdo intelectual voltado às obras audiovisuais. Em 1895, os irmãos Lumière pioneiramente reúnem a primeira plateia frente a uma obra cinematográfica. Posteriormente essa nomenclatura veio a ser adotada pelas convenções internacionais e pelas legislações brasileiras da época. Diferentemente do audiovisual, a obra cinematográfica tem sua finalidade voltada para a exibição de obras em salas de cinema. Enquanto obra audiovisual, pode utilizar-se de outras ferramentas para perpetuar o conhecimento desta.

> No Brasil, os extintos Conselhos Nacional de Cinema procuravam dar, juntamente com a doutrina, uma interpretação de equivalência funcional entre as diversas técnicas de assemelhadas, equivalentes ou análogas à obra cinematográfica, que aos poucos, de gênero, passou à espécie do que veio a se consolidar como obra audiovisual. (BITELLI, 2003, p. 41)

O audiovisual pode ser classificado como uma obra complexa. No pensamento de BITELLI (2003), a obra complexa é uma obra em que se dissolvem suas combinações entre si. Sob essa perspectiva, o pesquisador BITELLI (2003) afirma que um filme é um conjunto complexo de imagens, história, música, elementos e tudo aquilo que é necessário para se transformar em obra audiovisual, pois se assim não for, não há no que se falar em obra audiovisual. Neste sentido, ainda acentua: “um filme não será exibido mutilado; sem uma música que o integrou, um fonograma, uma imagem cênica, um diálogo, sem uma interpretação artística e assim por diante.” (BITELLI, 2003, p. 41)

Chaves (1987) já criticava a antiga LDA sobre sua falta de clareza em especificar a quem pertencia o direito de autor de uma obra audiovisual. No seu pensamento classificava três categorias de autores dentro da obra audiovisual tal e qual: Os autores de contribuições

alheias à obra cinematográfica, o autor da obra cinematográfica, e o realizador, tendo esses direitos a serem considerados. A Lei nº 9.610/98, que rege os direitos autorais no Brasil, traz em seus dispositivos os principais responsáveis sobre a obra audiovisual. Segundo o Art. 11 da LDA: "Autor é a pessoa física criadora de obra literária, artística ou científica." Diante disto, há uma grande discussão sobre quem possui todos os direitos resguardados de uma obra audiovisual.

A legislação ainda traz em sua redação um artigo que dispõe sobre os coautores das obras audiovisuais: "Art. 16. São coautores da obra audiovisual o autor do assunto ou argumento literário, musical ou líbero-musical e o diretor." Sendo assim, com a estima de esclarecer melhor os direitos autorais presentes nas obras audiovisuais, sabe-se que tais direitos se dividem em direitos patrimoniais/econômicos e direitos morais.

A princípio é necessária a aquisição contratual da história que será filmada, podendo esta ser criada ou adaptada a uma obra intelectual já existente, com a finalidade de se transformar em uma obra audiovisual. Posteriormente, é realizado o argumento cinematográfico, com a descrição dos personagens, diálogos, por roteiristas. Esses profissionais precisam dispor da regularidade dos direitos autorais sobre o roteiro. É relevante ressaltar que a legislação especial brasileira que versa sobre direitos autorais presume a exploração comercial do filme, uma vez que a sua produção é autorizada.

Branco (2009) explica que os direitos econômicos da obra são aqueles que autorizam o seu titular a explorar a obra de forma econômica. Já os direitos morais são aqueles que se referem à personalidade do autor, sendo assim, independente de quem exerça o direito patrimonial, os direitos morais pertencem exclusivamente ao criador da obra.

No ano de 2013, a produtora Edições Euterpe Ltda. propôs ação em face da GLOBO comunicação e Participações S/A- Globo Filmes e Comunicação Alternativa Ltda, com a finalidade de cancelar a exibição do documentário "Alô, Alô, Terezinha" por utilizarem a trilha sonora sem a devida autorização da produtora. Neste caso, trata-se de uma ação proposta em que a empresa ré deveria ser obrigada a retirar as músicas configuradas como objeto no processo, ou incorreria na pena de indenização no valor de 18.000,00, além do pagamento das custas e honorários (TJRJ, 2009).

Ao se falar em obra musical é possível que o direito autoral desta obra seja transferido ou licenciado a terceiros, seja pessoa física ou pessoa jurídica, neste caso ficando o titular deste direito responsável pelos direitos econômicos da obra. Sendo assim, um compositor pode vender sua música para um intérprete por um percentual sobre os lucros, uma quantia

fixa ou simplesmente doá-la. Caso o intérprete adquira a totalidade da obra, os direitos patrimoniais se tornam dele. Os criadores podem autorizar ou proibir atos relacionados à exploração desta música, como sua reprodução e distribuição. Tais direitos patrimoniais nascem no momento da divulgação da obra através do público.

A autora da ação ainda afirmou que foi procurada pela segunda ré, Comunicação Alternativa Ltda, para a elaboração de um orçamento, quanto ao uso devido das músicas. São elas: “Quem é”, “Esta noite eu queria que o mundo acabasse”, “Arigatô Flamengo”, da qual detém ainda 50% dos direitos autorais. Essas músicas foram utilizadas na obra audiovisual sem o consentimento da produtora detentora dos direitos. Ocorreu uma proposta da mesma ré sobre o pagamento de 1.500 por cada música, o que não foi aceito. A primeira ré, configurada no processo, apresentou contestação afirmando que não tinha responsabilidade sobre o uso indevido das músicas, por ser apenas sócia ao projeto para ajudar na divulgação e promoção da obra audiovisual, por isso alegou que não havia o que se falar em termos de solidariedade.

No caso em tela, as músicas utilizadas no documentário “Alô, Alô, Terezinha” não foram executadas em sua totalidade, configurando apenas pequenos trechos das músicas descritas anteriormente. Atualmente no Brasil a produção de tais obras sem a devida autorização fica evidente a violação dos direitos patrimoniais do autor seja a utilização da sua totalidade ou não, em virtude do que dispõe o art. 29, inciso I, da LDA. Na sentença proferida foi considerado que a utilização dos trechos das músicas no documentário era lícita, não ocasionando prejuízo algum para a produtora da obra, com forte reflexão sobre o conteúdo cultural, político e econômico que a obra possui, trazendo um grande acerto da culturalidade do nosso país.

Percebe-se que o documentário acima mencionado aplicou o inciso VIII do art. 46 da LDA. Verifica-se que é possível a reprodução de trechos de músicas sem que constitua ofensa e nem ocasione prejuízos aos titulares, pois a reprodução em si não é o objetivo principal da obra nova, de acordo com o dispositivo mencionado. Pontuando ainda que as músicas utilizadas no documentário não fazem parte da trilha sonora do filme, o que justifica o uso permitido das obras sem autorização prévia. Desta forma, o pedido da autora da ação foi julgado improcedente e extinto o processo com resolução de mérito.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa baseia-se nas discussões acerca das limitações e liberdades do uso de obras intelectuais por obras audiovisuais frente à legislação direitos autorais. A Lei de Direitos Autorais no Brasil traz uma série de proteções e obrigações em decorrência do tema, não esquecendo de esclarecer que as obras audiovisuais são complexas e têm seu direito patrimonial/ econômico exercido de maneira coletiva como a sua produção. Já os direitos morais são reservados apenas em regra pelo autor da obra, não correndo o risco de perder a titularidade de tal direito.

Ainda é possível perceber no estudo do caso "Alô, Alô, Terezinha", a existência de diversas exceções quanto ao uso de obras intelectuais por audiovisual. Sendo assim, a utilização dessas obras ainda que sem a autorização de seu titular é possível. Apenas a lei na sua literalidade não é suficiente para prever as limitações aos direitos autorais.

REFERÊNCIAS

BITELLI, Marcos Alberto Sant'anna, **O Direito de Autor e as Obras Audiovisuais**. Conferência proferida no "Seminário sobre Direito Autoral", no Centro Cultural Justiça Federal, Rio de Janeiro- RJ. 40 R. CEJ, Brasília, n. 21, abr./jun. 2003 Disponível em: <https://docplayer.com.br/5048645-O-direito-de-autor-e-as-obras-audiovisuais-marcos-alberto-sant-anna-bitelli.html> Acesso 24 jul 2020.

BRANCO, Sérgio. **A lei autoral brasileira como elemento de restrição à eficácia do direito humano à educação**, Sur-Revista internacional de direitos humanos, 2007, nº 06, ano 04, Edição em português. Disponível em: https://sur.conectas.org/lei-autoral-brasileira-como-elemento-de-restricao-eficacia-direito-humano-educacao/. Acesso em 24 jul 2020.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei de direitos autorais. Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.** Planalto. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9610.htm. Acesso 24 jul 2020.

BRASIL. Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Cartório da 22º Vara Cível. Sentença. Processo: 0397336-11.2009.8.19.0001. **Procedimento Ordinário - Dano Material - Direito Civil/ Indenização Por Dano Material.** Edições Euterpe Ltda. Globo Comunicação E Participações S/A - Globo Filmes. Comunicação Alternativa Ltda. Ana Lucia Vieira do Carmo - Juiz de Direito. Rio de Janeiro, 21/08/2013. P. 752. Disponível em: <http://www1.tjrj.jus.br/gedcacheweb/default.aspx?GEDID=00048B5D41588BF6652D686B64105B1ECBCBC5023B4C0C50>. Acesso 24 jul 2020.

CHAVES, Antônio. **Direito de Autor- Princípios fundamentais.** Rio de Janeiro: Forense, 1987

GOLDIM, J.R. **Bioética e interdisciplinaridade. Educação, Subjetividade e Poder,** v. 4, p.24-8,1997.

MINAYO, M. C. S (org.). **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2001.

PARANAGUÁ, Pedro. BRANCO, Sérgio. **Direitos Autorais**, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

ST2 - RELAÇÕES JURÍDICAS ATINENTES ÀS MEMÓRIAS COLETIVAS

IX Encontro Internacional de Direitos Culturais
9th International Meeting on Cultural Rights
Direitos Culturais: Impactos da Pandemia
Cultural Rights: Impacts of the Pandemic
05 A 09 DE OUTUBRO
ISSN-e 23169982

A "COMENDA DE CULTURA POPULAR CHICO ANTÔNIO" COMO POLÍTICA CULTURAL DE PROMOÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL EM GOIANINHA (RN)

THE "CHICO ANTÔNIO POPULAR CULTURE COMMENDATION" AS A CULTURAL POLICY TO PROMOTE INTANGIBLE CULTURAL HERITAGE IN GOIANINHA (RN)

João Lucas do Nascimento Neto[1]

Francisco Irajan Bezerril Júnior[2]

Gilmara Benevides Costa Soares Damasceno[3]

RESUMO

O presente estudo relata como a proposta de criação da Comenda da Cultura Popular Chico Antônio, servirá como um instrumento político-jurídico de proteção da memória coletiva cultural, no Município de Goianinha, Rio Grande do Norte, Brasil. Tomou-se como objeto de estudo, o canto do poeta Francisco Antônio Moreira, Chico Antônio. A arte de Chico Antônio é de grande importância para a região, sobretudo para o Município de Goianinha, no tocante à cultura, tomando a criação da honraria em seu nome, por base e estudos já realizados, além dos relatos de Mário de Andrade em O "Turista Aprendiz" e suas crônicas. Após a análise de dados, percebeu-se que prestar homenagem ao cantador, garantiria a perpetuação de seu nome e sua arte entre as novas gerações do Município. Constatou-se que, o fato de rememorar o encontro etnográfico entre Chico e Mario de Andrade em uma comenda, condiz com o disposto no artigo 216 da CF/1988, no que tange aos direitos culturais como forma de proteção do patrimônio cultural brasileiro imaterial.

Palavras-chave: Cultura Popular. Direitos Culturais. Chico Antônio. Mario de Andrade. Turista Aprendiz.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

This study reports how the proposal to create the Comenda da Cultura Popular Chico Antônio, will serve as a political-legal instrument to protect the collective cultural memory, in the city of Goianinha, Rio Grande do Norte, Brazil. The object of study was the song of the poet Francisco Antônio Moreira, Chico Antônio. The art of Chico Antônio is of great importance for the region, especially for the Municipality of Goianinha, regarding culture, taking the creation of the honor in his name, based on and studies already conducted, in addition to the reports of Mário de Andrade in The "Tourist Apprentice" and his chronicles. After the data analysis, it was realized that paying homage to the singer would guarantee the perpetuation of his name and his art among the new generations of the city. It was found that the fact of remembering the ethnographic meeting between Chico and Mario de Andrade in a commendation, is in accordance with the provisions of article 216 of the CF/1988, regarding cultural rights as a form of protection of the Brazilian intangible cultural heritage.

Keywords: Popular Culture. Cultural Rights. Chico Antônio. Mario de Andrade. O Turista Aprendiz.

INTRODUÇÃO

A cana de açúcar, oriunda do continente africano e trazida para o Brasil fez e faz parte da nossa história. No passado foi que se deu a formação de muitas cidades, sobretudo na costa do Nordeste, onde até hoje é cultivada. O Município de Goianinha no Agreste Potiguar, surge justamente no contexto da plantação baseada na mão de obra escravizada. No início do século XVIII, o território indígena era chamado Goiana ou Viajana, se encontrava entre os seis maiores territórios indígenas da capitania do Rio Grande, habitada pelos índios Janduís. Porém, o início da exploração da região aconteceu de fato a partir das datas de sesmarias, concedidas a comerciantes vindos de Goiana Grande, em Pernambuco, movimentado a economia da época. Os comerciantes chegaram à aldeia no final do século XVIII e a chamaram de Goianinha, em referência à Goiana Grande, como afirma Grilo (1998).

Goianinha é elevada à categoria de Município através do Projeto de Lei do Dr. Antônio Bento de Araújo Lima (1902-1988), colecionador de obras de arte e, à época, Deputado Estadual. A família de Antônio Bento era proprietária do Engenho Bom Jardim, quando acontece a visita do pesquisador paulistano Mário de Andrade (1893-1945), acompanhado pelo escritor potiguar Luís da Câmara Cascudo (1898-1986), em 9 de novembro de 1928. Ali Mário de Andrade ficaria hospedado pelos próximos 10 dias, onde teve contato direto com a arte da cantoria de coco de embolada do mestre Chico Antônio (1904-1993), por quem fica fascinado. Mário fazia visita etnográfica por todo o Brasil, a fim de catalogar as variantes das manifestações da cultura popular, naquele momento em que havia uma necessidade de construção de uma identidade nacional com o olhar para a formação da cultura de massas. Mario impressionou-se com a obra de Chico Antônio e esse fato, ocorrido no município rende escritos, catalogação, fotografias, preservando e dando conhecimento ao Brasil da obra do mestre Chico Antônio (ANDRADE, 1929).

Mario foi sensível a necessidade de proteção do patrimônio cultural, umbilicalmente atrelada à formação dos Estados Nacionais. A proteção do patrimônio cultural, política cultural estatal aplicada desde fins do século XIX tem como finalidade preservar as identidades nacionais, no imaginário popular, como afirma Choay (2006), Poulot (2009) e Cavalcante (2014). A propositura da Comenda da Cultura Popular Chico Antônio, se dispõe a homenagear a arte do cantador de coco de embolada Chico Antônio, expressão cultural artística que envolve canto e dança com suas raízes na região agreste do Estado do Rio

Grande do Norte, em suas raízes e os elementos afro-indígenas, tocado com um instrumento chamado ganzá.

Diante do exposto, objetivando preservar os direitos humanos inerentes à cultura e à identidade cultural (CUNHA FILHO, 2018), o presente estudo se dedica a explicitar a proposta de criação da Comenda da Cultura Popular Chico Antônio, como um instrumento jurídico-político de proteção e expansão do conhecimento de sua obra, rememorar a presença e sensibilidade de Mário de Andrade no município e como instrumento de reconhecimento e proteção do patrimônio imaterial do passado e presente.

METODOLOGIA

A proposta inicial deste trabalho, consiste em uma revisão bibliográfica sistemática da literatura, bem como relatar a proposta de criação da Comenda da Cultura Popular Chico Antônio, com finalidade de preservação da memória coletiva, que envolve trabalhos publicados a respeito do tema a "comenda de cultura popular chico antônio" como política cultural de promoção do patrimônio cultural imaterial em Goianinha (RN). Foram rastreados artigos, trabalhos, livros, relatos, revistas e jornais, que tenham as palavras-chaves pesquisadas no título ou resumo nas bases de dados eletrônicas, jornais e sites governamentais: *Scientific Eletronic Library On Line – SciELO*. Utilizando-se dos seguintes descritores na busca: "Direitos Culturais", " Chico Antônio", "Cultura Popular" "Turistas Aprendiz" e " Mario de Andrade ", em Português e Inglês. Em seguida foram selecionados os manuscritos que se encaixaram nos seguintes critérios de inclusão: o tipo de estudo (ensaios) e estudos que abordassem direito à cultura e identidade cultural, proteção do patrimônio imaterial e conservação do imaginário popular, bem como, o encontro do poeta Chico Antônio com Mario de Andrade, no Município de Goianinha, importância, contraindicações, entre outros. Logo, após a análise dos trabalhos e conteúdos pré-selecionados, foram selecionados trabalhos de acordo com critérios usuais na área científica, se destacando por serem de plataforma com boas indicações e de impacto na área, levando em consideração os termos discutidos e os autores mais comuns.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O encontro de Mário de Andrade com o poeta Chico Antônio se deu no cenário do plantio cana de açúcar, e nas viagens etnográficas realizadas por Andrade na década de 20, no intuito de catalogar as diversas expressões culturais e sociais do Brasil. Na intenção de conhecer o país e suas realidades, Mário de Andrade empreendeu duas grandes viagens, a

primeira no ano de 1925, no Norte do Brasil, seguindo pelo rio Amazonas até o Peru, e pelo Madeira até a Bolívia. A segunda, realizada de novembro de 1928 a fevereiro de 1929, onde passou pelos estados de Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Norte, Paraíba. As experiências vividas na viagem culminaram em um dos mais consagrados livros da literatura brasileira, O Turista Aprendiz, publicado no ano de 1976, trinta e um anos após sua morte e quarenta e um anos depois do encontro com Chico Antônio (LOPEZ, 1983).

Francisco Antônio Moreira, nasceu no ano 1908 no povoado de Corte, na cidade de Vila Nova, atual município de Pedro Velho, quando criança teve contato com diversos cantadores da região, que entoavam seus cocos por Vila Nova e regiões vizinhas, citadas por ele em diversas "emboladas". O coco de embolada, é um ritmo muito comum no nordeste brasileiro.

Chico relata que seu pai insistiu em sua formação e o matriculou na escola primária, porém suas vontades eram outras, causando diversos problemas a seu pai no período de seis anos, em que passou na escola. Apesar de sua agilidade na rima e no emprego das palavras, não conseguiu se interessar pelos estudos, como ele narra no documentário: Chico Antônio, o herói com caráter (1983), desde muito jovem acabou se encantando pela boemia, onde tomou gosto pela vida noturna, a cachaça, as mulheres e o coco. Indagado sobre como adquiriu a habilidade de rimar, Antônio conta a seu entrevistador sobre o caráter autodidata de sua arte, não mencionando mestres com qual teria aprendido embolar: "O coco eu não aprendi a cantá com ninguém, fui aprendendo mais fui puxando na cabeça, do juízo" (1983). Sua rima é fruto das experiências cotidianas.

Quando jovem, foi convidado a trabalhar e morar em Goianinha, por Antônio Bento, no Engenho Bom Jardim. Nos horários livres de trabalho, Chico tirava o seu coco e alegrava todos aqueles que o ouviam. Dentre eles o nobre visitante, Mário de Andrade, que em janeiro de 1929, fazia visita ao município e era o mais ilustre hóspede de Bento:

> Chico Antônio é novo ainda. Tem 27 anos espigados, duma simpatia apaixonante, com a cara vívida falando "Está bom", "não faz mal" e frases assim perdoadoras para todos os erros gostosos dessa vida. Cobre tudo um sapê luzido, castanho escuro, cujo pente mais possível é mesmo o chapelão. A voz de canto é magnífica, um bocado estragado já por noites inteiras de abuso. Mas nos dias em que Chico Antônio está "de voz" não é possível a gente imaginar timbre mais agradável (ANDRADE, 1929, p. 03).

Os cocos retratavam a vida e o cotidiano, do homem trabalhador rural, especificamente o que era vivido nos engenhos do Litoral Sul e Agreste Potiguar, sob a ótica de quem vivenciava a vida do potiguar pobre, que àquela época resumia a sua renda a trabalhar nas fazendas e engenhos com o gado, ou com o açúcar, como é possível observar no coco Usina Brasileira.

Após a volta de Mário de Andrade ao Estado de São Paulo, foram publicadas crônicas suas sobre o encontro com Chico Antônio. Nos anos 70, Chico foi redescoberto pelo folclorista Deífilo Gurgel em uma das suas idas à Pedro Velho em contato com o Professor Genar Bezerril. Chico ainda lúcido recorda-se do " Dotô Mário " a quem tocou um cocô no Engenho Bom Jardim despedindo-se solenemente. Uma expedição veio do Rio de Janeiro e gravou o documentário, Chico Antônio o herói com caráter (1983), o trazendo ao Bom Jardim, onde reencontra Maneco Lima e canta seu coco " Luquinha da Lagoa " para Antônio Bento, em gravação que lhe foi exibida em sua casa no Rio de Janeiro.

> Chico Antônio tem um valor social formidável. É a expressão mais pura que encontrei da musicalidade litorânea do Nordeste. E o povo reconhece a superioridade de Chico Antônio. Pelas bandas de Goianinha e Penha, por ali tudo ninguém ignora o nome dele. Todos o amam e até os discípulos de outros coqueiros conhecem e imitam o jeito “de Chico Antônio vadiá”. Talqualmente sucedeu com Manuel do Riachão, já corre a lenda que Chico Antônio tem parte com o Maioral (ANDRADE, 1929, p. 03).

A obra de Chico para além do que Mário de Andrade registrou, ficou preservada em sua memória até o encontro com a expedição no Bom Jardim. Chico vivia apenas da agricultura, cantoria apenas nas feiras ou quando lhe era solicitado. Mas após a sua redescoberta, sua voz foi eternizada em uma gravação de seus cocos acompanhado de seu amigo de embolada Paulírio. Apresentou-se em São Paulo e recebeu pensão vitalícia pela sua manutenção, enquanto grande artista para o Rio Grande do Norte, pela fundação José Augusto. Chico morreu no município de Canguaretama no dia 15 de outubro de 1993, eternizado nos escritos do modernismo brasileiro, no imaginário e em seus cocos, muitas vezes lembrados na música popular brasileira, sobretudo na música popular do Nordeste, como o famoso “Boi-Tungão”. No centenário de aniversário de Chico Antônio, em 2004, seria publicado um livro etnográfico com intenção biográfica “O canto sedutor de Chico Antônio” (COSTA, 2004).

A proposta de criação da Comenda da Cultura Popular Chico Antônio resulta da visita do discente de direito João Lucas ao município de Pedro Velho a convite de Francisco Bezerril, discente de história. Ambos, entendendo a necessidade de preservar a obra de Chico Antônio, tanto no município do seu nascimento, quanto no município que ocorreram as catalogações etnográficas de Andrade, preparam um relatório e o submetem à Câmara Municipal, através do mandato legislativo do então Vereador Luiz Alves e após sustentação oral, o Projeto de Lei é aprovado por unanimidade em 21 de novembro de 2019, seguindo para aprovação do Executivo Municipal, para assim reconhecer legalmente a arte de Chico e das gerações presentes e garantir ao povo de Goianinha um instrumento de preservação da identidade cultural como direito inalienável.

CONCLUSÃO

Por entender importância desse grande artista, conclui-se que a criação da Comenda da Cultura Popular Chico Antônio, traz de imediato o reconhecimento de um grande mestre, que nas terras de Goianinha foi eternizado e revelado ao mundo, por um dos maiores artistas brasileiros, Mário de Andrade. A honraria que recebe o nome de Chico Antônio é muito relevante para o município reconhecer aquelas e aqueles que lutam pela conservação e valorização da cultura, sobretudo a cultura popular de rua e pertencentes às massas, como lideranças das quadrilhas, dos pastoris, dos folguedos, de grupos de carnaval de rua e "*la ursas*", cultura afro-brasileira, capoeira, bois e as comunidades indígenas, manifestações que fizeram e fazem parte do imaginário dos munícipes.

Imediatamente não só valorizar os artistas populares, que já torna a honraria gigante, a comenda trará a público o reconhecimento de um ilustre artista popular pelos filhos da terra, o resgate da nossa história e se insere na temática da educação pública municipal. O encontro do mestre modernista com o mestre popular pode ser trabalhado nas disciplinas de literatura, língua portuguesa e história, pois quando se refere de construção da identidade e cultura nacional, é impossível não se falar do Movimento Modernista no Brasil. A comenda se propõe a reconhecer aqueles e aquelas que lutam para manter viva a chama da cultura popular e de massas, é um instrumento de proteção legal da memória de um povo e do direito à cultura.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. **O turista aprendiz.** São Paulo: Duas Cidades, p. 51, 1976.

ANDRADE, M. **Os cocos.** Introdução e notas de Oneyda Alvarenga, v. 2, 1984.

CAVALCANTE, J. E. R. Direitos culturais e direitos humanos: uma leitura à luz dos tratados internacionais e da constituição federal. **THEMIS:** Revista da Esmec, v. 12, p. 243-267, 2016.

EMBRAFILME, TELE-CINE MARUIM. Chico Antônio: O Herói com Caráter. **Disponivel em:** https://www.youtube.com/watch?v=-Evo1q9OY8U**. Acesso em 10 de JUL**, 2020 v. 16.

GRILO, M. S. G. **Goianinha no contexto histórico da província**. Natal: Departamento Estadual de Imprensa, 1998.

LOPEZ, T. P. A. A crônica de Mário de Andrade: impressões que historiam. In: SETOR de filologia da FCRB (Org.). **A crônica**: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Campinas: Unicamp, 1992. p. 165-188.

POULOT, D. **Uma história do patrimônio no Ocidente.** Séculos XVIII-XXI: do monumento aos valores. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

CHOAY, F. **A alegoria do patrimônio.** 4. Ed. São Paulo: UNESP, 2006.

CUNHA FILHO, F. H. **Teoria dos direitos culturais**: fundamentos e finalidades. São Paulo: Edições SESC São Paulo, 2018.

COSTA, G. B. **O canto sedutor de Chico Antônio.** Natal: EDUFRN, 2004.

ANDRADE, M. Chico Antônio, por Mário de Andrade. **A República**, Natal-RN, 27 jan. 1929, p. 03.

IX Encontro Internacional de Direitos Culturais
9th International Meeting on Cultural Rights
Direitos Culturais: Impactos da Pandemia
Cultural Rights: Impacts of the Pandemic
05 A 09 DE OUTUBRO
ISSN-e 23169982

A INTERSECÇÃO DOS CAMPOS DA INDICAÇÃO GEOGRÁFICA E DA PAISAGEM CULTURAL: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA

INTERSECTION BETWEEN OF GEOGRAPHICAL INDICATION AND CULTURAL LANDSCAPE: A BIBLIOMETRIC ANALYSIS

Me Henrique Budal Arins[50]
Dra. Patrícia de Oliveira Areas[51]

RESUMO

Esta pesquisa objetiva estruturar uma análise bibliométrica[52] na intersecção dos campos de estudo entre indicação geográfica, como uma proteção de mercado no direito, com paisagem cultural na perspectiva de patrimônio. Este método é um recorte da pesquisa de doutoramento enquanto justificativa de originalidade no marco teórico da pesquisa. A tese estrutura-se em três campos de abordagem teórica interdisciplinar. Esta análise levantou as publicações que abordam a relação entre os temas e a percepção dos hiatos teóricos existentes no período de cinco anos (2014 a 2019). O procedimento de coleta de dados aconteceu em banco de indexação de periódicos EBSCO e levantamento de artigos científicos revisados por pares. A análise dos dados ocorre nas intersecções dos campos de pesquisa com levantamento do volume de publicações, construção de nuvem de palavras a partir dos títulos das pesquisas, nuvem de palavras a partir dos campos dos periódicos e análise volumétrica das palavras chaves dos artigos. Como conclusão é possível explanar que não há uma construção da indicação geográfica como bem patrimonial em uma visão crítica, em que a comunicação é utilizada como instrumento de mercado, separando o produto das pessoas e da construção da identidade coletiva.

Palavra chaves: Patrimônio Cultural. Paisagem Cultural. Indicação Geográfica. Comunicação.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

This research aims to structure a bibliometric analysis at the intersection of the fields of study between geographical indication, as a market protection in law, with a cultural landscape in the perspective of heritage. This method is a doctoral research excerpt as a justification of originality in the theoretical framework. The thesis is structured in three fields of interdisciplinary theoretical approach. This analysis brought up publications that describe the relationship between themes and the perception of theoretical gaps in the five-year period (2014 to 2019). The data collection procedure took place in an EBSCO journals indexing bank and a survey of peer-reviewed scientific articles. Data analysis occurs at the intersections of the research fields with a survey of the volume of publications, construction of a cloud tag from the research titles, cloud tag from the fields of the journals and volumetric analysis of the keywords of the articles. As a conclusion, it is possible to explain that there is no construction of the geographical indication as a patrimonial asset in a critical view, in which

[50] Professor, Publicitário, Mestre em Administração (UFSC) e Doutorando em Patrimônio Cultural, Univille – Universidade da Região de Joinville, henriquearins@univille.br

[51] Advogada, Mestre e Doutora em Direito, e Professora no Programa de Pós-graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade na Univille – Universidade da Região de Joinville, patricia.areas@univille.br

[52] Parte desses resultados foram apresentados no VII Workshop Catarinense de Indicação Geográfica.

communication is used as a market instrument, separating the product from people and the construction of collective identity.

Key words: Cultural Haritage. Cultural Landscape. Geographical Indication. Communication.

INTRODUÇÃO

A tese, da qual este recorte pertence, discute um processo participativo na construção da comunicação da Indicação Geográfica (IG) a partir da análise das tensões nas narrativas de (des)usos da paisagem cultural. A IG, enquanto instrumento proteção de no direito, conduz a comunicação, que ativa o bem patrimonial no mercado. Ao relacionar a IG com paisagem cultural, assume um papel de resguardo da identidade local e memória dos indivíduos participantes, pois patrimônio é uma prática de memória, um projeto de afirmação em si mesmo. Um grupo pode ter os mesmos marcos memoriais sem que por isso compartilhe as mesmas representações do passado, mas são importantes para delimitar uma área de circulação das lembranças (CANDAU, 2016). Essa área da circulação das lembranças não deve ter ação predatória da lógica do consumo, quando orientada ao mercado.

Para as comunidades ligadas à IG, o patrimônio permite a manutenção da autenticidade, como uma reivindicação dos saberes do território historicamente desenvolvidos, pois sua tipicidade induz à propriedade intelectual os ganhos sobre as práticas culturais representadas como especificidades culturais locais (BORTOLOTTO, 2017). Ao garantir a exclusividade de mercado com a Indicação de Procedência (IP) ou Denominação de Origem (DO), o patrimônio cultural pode sofrer a precarização ao se submeter às lógicas de mercado, imobilizar a memória ou desconfigurar a identidade, desvinculando de sua dinâmica cultural.

Para conduzir os estudos, avalia-se as produções científicas existentes que abordam a relação entre os campos de paisagem cultural e indicação geográfica; de paisagem cultural e comunicação; de indicação geográfica e comunicação; e de paisagem cultural, indicação geográfica e comunicação.

METODOLOGIA

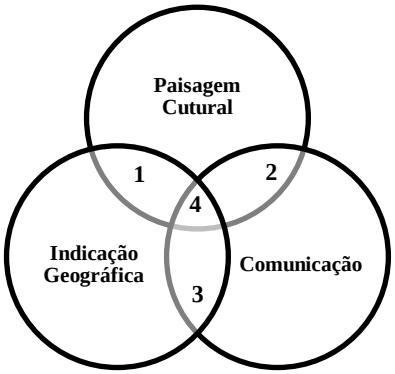
O procedimento de coleta de dados é bibliométrico (VANTI, 2002) em banco de indexação de periódicos e levantamento de artigos científicos revisados por pares. A análise dos dados ocorre nas intersecções dos campos de pesquisa com levantamento do volume de publicações, construção de nuvem de palavras a partir dos títulos das pesquisas, nuvem de palavras a partir dos campos dos periódicos e análise volumétrica das palavras chaves dos artigos. Este procedimento bibliométrico possibilita identificar os principais trabalhos de um

meio e as fronteiras do conhecimento com a mensuração dos processos de resultado científico por instrumentos quantitativos e qualitativos de análise e servir como uma leitura dos campos teóricos levantados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para se estruturar esta trilha de análise através dos 3 campos descritos e representados na **Figura 1**, iniciou-se uma busca mais ampla, através do Google Acadêmico, com os termos "bibliometria" AND "indicação geográfica" AND “patrimônio”. O objetivo foi levantar produções científicas similares a esta pesquisa, possibilitando legitimar o ineditismo. A busca retornou com 6 resultados pertinentes no período 2014-2019 e todos os artigos tinham como escopo perceber as orientações dentro de propriedade intelectual ou conhecimentos tradicionais, não colaborando com o objetivo da pesquisa.

Figura 1: Principais Campos Teóricos



Fonte: Primária (2019)**.**

Na etapa seguinte buscou-se a intersecção 4 da **Figura 1**, caracterizada pelo encontro dos 3 campos principais. Assim, com uma busca simples na plataforma indexadora de base de dados periódicos EBSCO, e com os termos (“indicação geográfica” AND “paisagem cultural” AND “comunicação”) ocorreram 136 resultados no período 2014-2019 em textos revisados por pares. Em todos os 136 artigos, analisou-se o nome, palavras-chaves, resumo e periódico para identificar os campos interdisciplinares que articulavam, representado na **Tabela 1**. Nenhum artigo apresentou as intersecções 4 e 1 da **Figura 1**. Evidencia-se uma predominância dos estudos em paisagem no patrimônio (32%) e na

geografia (20%). A busca apresentou um volume significativo de trabalhos que não articulavam o conceito de paisagem cultural, apresentando estudos disciplinares na geografia.

Tabela 1: Áreas Disciplinares dos Artigos

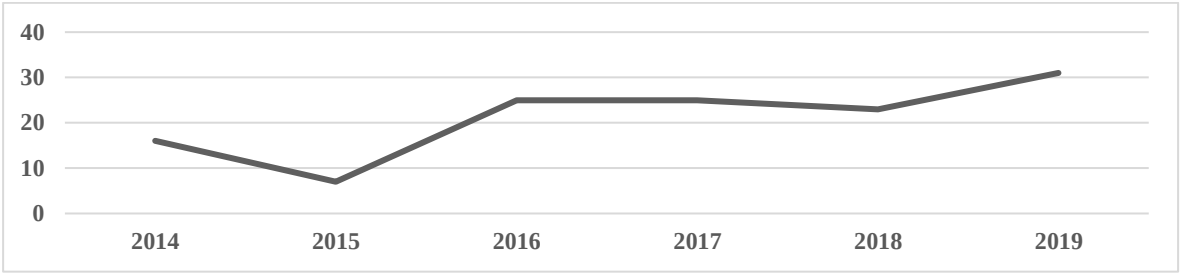
Área 1	Área 2	Qde.
Paisagem Cultural	Patrimônio Cultural	44
Paisagem Cultural	Geografia	28
Paisagem Cultural	Turismo	14
Paisagem Cultural	Comunicação	10
Paisagem Cultural	Sustentabilidade	4
Paisagem Cultural	Desenvolvimento	5
Sem relação com paisagem cultural		31

Fonte: Primária (2020)**.**

A etapa seguinte de análise ampliou os termos de pesquisa partindo as expressões ("heritage"+"geographical indication"+"marketing") com busca na plataforma indexadora de base de periódicos da Coordenação para Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior, vinculada ao Ministério de Educação do Brasil (CAPES/MEC), e com o termo ocorreram 109 resultados no período 2014-2019, em textos revisados por pares.

Enquanto base de formatação, planilhou-se os seguintes dados dos artigos: nome; ano; periódico; autores; e universidade de origem. O **Gráfico 1** apresenta o número de publicações por ano, na qual se percebe um incremento a partir de 2016, estabilizando em 2017 e ascendente em 2018 e 2019, mostrando atenção de pesquisas aos temas.

Gráfico 1: Volume de Publicações por Ano



Fonte: Primária (2019)**.**

Como as palavras chaves não foram apresentadas em grande parte dos artigos, construiu-se uma nuvem de palavras a partir do título, percebendo a incidência de termos e esclarecimento a respeito dos campos de discussão dos trabalhos, conforme destacado na **Figura 2**.

Figura 2: Nuvem de Palavras dos Títulos dos Artigos.



Fonte: Primária (2019)**.**

A análise da imagem, juntamente com a leitura dos títulos dos trabalhos, permite sugerir que as fontes dos trabalhos estão ligadas à inovação pela propriedade intelectual, campo prioritário dos estudos de indicação geográfica, como também a análise da perspectiva de patrimônio ligados à alimentação, à agricultura, ao território ou ao turismo. Evidencia-se que a tese busca fazer uma análise crítica da construção de valor do bem patrimonial, pois ao garantir a exclusividade de mercado com a DO, a paisagem cultural pode sofrer a

precarização ao se submeter às lógicas de mercado, imobilizar a memória ou desconfigurar a identidade, descaracterizando a paisagem cultural. Essa perspectiva crítica não é percebida a partir da análise dos títulos dos trabalhos.

Após, analisou-se o campo dos periódicos, pelo nome das revistas, que estão em temas de alimentação, agricultura, paisagem, desenvolvimento e do direito, indicando as principais áreas de estudo que desenvolvem o tema. Não se encontrou, então, publicações em revistas da comunicação ou do patrimônio, como campos prioritários, mesmo considerando como temas transdisciplinares.

Aprofundou-se a análise sobre 5 artigos que tinham no título a palavra marketing, com leitura dodocumento original, incluindo resumo e conclusões para entender a abordagem realizada pelos autores. Os artigos utilizam o campo do marketing aplicando a sistemas locais, a produtos tradicionais ou à DO como um mecanismo de ganho de mercado, sem as discussões de bem patrimonial e paisagem cultural para estruturar uma posição crítica ao marketing num outro viés de desenvolvimento, que se propõe na tese. É importante salientar que nos periódicos inscritos, os trabalhos são da área de alimentação, agricultura ou geografia.

Outras conclusões são possíveis ao se pensar que o campo originário desses trabalhos não está no marketing ou comunicação mercadológica, não é estruturada uma visão crítica das teorias para a construção de um outro tipo de processo em comunicação que seja aplicado à paisagem cultural nas indicações geográficas. Soma-se a esta linha, que não estando no campo do patrimônio essas publicações, não há uma construção da IG como bem patrimonial, ainda estruturando uma visão crítica, assim, o marketing é utilizado como instrumento de mercado, simplesmente, separando o produto das pessoas e da construção da identidade coletiva ligada ao lugar.

Na busca dos trabalhos com termo "*heritage*" em seu título, somente 4 trabalhos apareceram. Analisando seus resumos e conclusões, as ações de marketing são percebidas como ferramenta pelo campo do patrimônio, com problematização de olhar fora do campo do marketing e sem a construção de um processo que salvaguarde a paisagem cultural, objetivo da tese.

Os artigos selecionados exploram a IG com diferenciação de mercado (intersecção 3 na figura 1), assim, tem na comunicação como um propulsor de negócios e

desenvolvimento dos territórios. Quando da perspectiva do patrimônio (intersecção 2 na figura 1) para a comunicação de mercado, tem uma abordagem pelo turismo ou com viés crítico pela salvaguarda do bem patrimonial.

CONCLUSÃO

Esta resumida análise bibliométrica apresenta justificativa de originalidade aos objetivos da tese que se preocupa em ocupar uma área teórica pouco explorada, a intersecção dos três campos (ponto 4 na figura 1). Os trabalhos levantados, mesmo que a partir das palavras-chaves dos três campos, sempre apresentou uma inclinação de relação entre dois campos (pontos 1, 2 ou 3 da figura 1), sem percorrer o objetivo de construir um processo participativo de comunicação para conduzir um desenvolvimento sustentável para a IG enquanto paisagem cultural.

Como conclusão é possível explanar que não há uma construção da IG como bem patrimonial em uma visão crítica, que a comunicação não seja utilizada como instrumento de mercado, separando paisagem cultural das pessoas e da construção da identidade coletiva.

REFERÊNCIAS

BORTOLOTTO, Chiara. **Patrimônio e o futuro da autenticidade**. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Brasília, n. 36, p. 23-37, 2017.

CANDAU, Joël. **Memória e Identidade**. São Paulo: Contexto, 2016.

VANTI, N. **Da bibliometria à webometria: uma exploração conceitual dos mecanismos utilizados para medir o registro da informação e a difusão do conhecimento**. Ciência da Informação, v. 31, n. 2, p. 152-162, maio/ago. 2002.

IX Encontro Internacional de Direitos Culturais
9th International Meeting on Cultural Rights
Direitos Culturais: Impactos da Pandemia
Cultural Rights: Impacts of the Pandemic
05 A 09 DE OUTUBRO
ISSN-e 23169982

A MEMÓRIA DO CANGAÇO NA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DE SERGIPE E O DIREITO CULTURAL AO LUGAR DE MEMÓRIA

CANGAÇO'S MEMORY IN THE STATE CONSTITUTION OF SERGIPE AND THE CULTURAL RIGHT TO THE PLACE OF MEMORY

Amanda Marcela Simão da Silva[53]

Francisco Humberto Cunha Filho[54]

RESUMO

O presente artigo investiga a razão pela qual o povo de Sergipe conferiu proteção constitucional, por meio de um tombamento constitucional, a todos os documentos referentes ao cangaço e à gruta de Angicos, local da morte de Lampião e seu bando. Parte-se da hipótese, que ao final da pesquisa foi confirmada, de que o constituinte do estado de Sergipe pretendeu oferecer ao seu povo a possibilidade de aprender com o seu passado, através da garantia do seu direito cultural à memória, possibilitando-lhe extrair lições dos defeitos sociais geradores de violência, como os que deram origem a fenômenos sociais a exemplo do cangaço.

Palavras-chave: Direitos Culturais. Lugar de Memória. Direito à memória. Cangaço.

ABSTRACT

This article investigates the reason why the people of Sergipe conferred constitutional protection, through a constitutional overturn, to all documents referring to the cangaço and the grotto of Angicos, the place where Lampião and his band died. It starts from the hypothesis, which at the end of the research was confirmed, that the constituent of the state of Sergipe intended to offer its people the possibility to learn from its past, by guaranteeing its cultural right to memory, enabling it to extract lessons from social defects that generate violence, such as those that gave rise to social phenomena such as cangaço.

Keywords: Cultural Rights. Place of Memory. Right to memory. Cangaço.

INTRODUÇÃO

[53] Aluna do 8º semestre de Direito na Universidade de Fortaleza.

[54] Doutor em Direito Constitucional.

Esse estudo será dedicado a analisar a proteção que a Constituição do Estado de Sergipe oferece ao patrimônio cultural referente ao cangaço, através da observação histórica desse movimento no Nordeste brasileiro, focando na perspectiva jurídica dos direitos culturais, especialmente o direito cultural à memória coletiva.

Ao longo do texto busca-se responder às seguintes perguntas: por que o Estado de Sergipe constitucionalizou a memória do cangaço através do tombamento de todos os documentos referentes ao mencionado fenômeno e a gruta de Angicos? Qual a relação disso com os direitos culturais e com os Lugares de Memória? O que essa proteção busca resguardar?

METODOLOGIA

A natureza metodológica do artigo é bibliográfica, adotando referências teóricas fundamentadas em artigos, livros, jornais e legislação. Com o objetivo de responder essas indagações, elegeu-se a abordagem qualitativa, através de pesquisas documentais especializadas; e histórica, com a finalidade compreender o fenômeno para analisá-lo juridicamente.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1- Comparação entre a seção de Cultura na Constituição Federal de 1988 e na Constituição Estadual de Sergipe

A Constituição Federal de 1988 foi a primeira Carta brasileira a utilizar o termo "direitos culturais", positivando tais direitos principalmente nos artigos 215 a 216-A. Já na Constituição Estadual de Sergipe, a seção de cultura corresponde aos artigos 225 a 229. Os artigos 225, 227 e 228 da Carta de Sergipe trazem o mesmo ideal e semelhante conteúdo transmitido de acordo com a Constituição Federal, justamente garantindo que o Estado irá proteger as manifestações culturais.

Em seu artigo 226, a Constituição Estadual repete o artigo 216, os incisos, e os parágrafos 1º ao 4º da Carta Magna. Porém, o aspecto mais singular está no artigo 229, quando o texto expressamente diz que "ficam tombados todos os documentos referentes ao cangaço e o sítio histórico da gruta de Angicos, localizada no Município de Poço Redondo" (Sergipe, 1989).

A partir desse último artigo, percebe-se um cuidado de constitucionalizar o tombamento tanto dos documentos quanto da gruta. A importância desse ato pode ser percebida a partir da lembrança de que o tombamento consiste em uma intervenção estatal no patrimônio, com a intenção de preservá-lo, impondo limitações e regras sobre o uso e manutenção do bem (CARVALHO, 2018, p.1063). No presente caso, há uma segurança adicional: como a gruta constitucionalmente tombada está localizada numa propriedade privada, assim o tombamento garante uma maior proteção à história cultural do país.

2- Breve histórico do Cangaço e suas reflexões sociais:

O tombamento em apreço impõe algum entendimento sobre o Cangaço, que foi um fenômeno ocorrido no século XIX e que se estendeu até meados do século XX. Durante esse período, o cenário brasileiro acabara de passar pela recente Proclamação da República, e o nordeste do país enfrentava a seca nos sertões, a miséria, o coronelismo, as brigas entre famílias, os códigos de honra, a fome, e as injustiças sociais, jurídicas e políticas. (DOMINGUES, 2017, p. 04)

Os cangaceiros, como eram chamados os membros desses grupos armados, viviam do crime. Havia diversos bandos, alguns mais conhecidos que outros, porém, o mais famoso cangaceiro era Lampião (Virgulino Ferreira da Silva), até hoje um personagem quase lendário e simbólico do fenômeno. Tamanha era a dimensão de sua figura, que a sua morte constitui o marco inicial da decadência do cangaço.

Ele foi morto em 28 de julho de 1938, na gruta de Angicos, localizada no Município de Poço Redondo, no estado de Sergipe. Com Lampião, foi também fuzilado o seu bando e sua parceira, Maria Bonita (RAMOS FILHO, 2018, p. 240).

Como o movimento do cangaço entrou para a história principalmente através da narrativa popular, há, de fato, uma duplicidade interpretativa a partir da qual muitos vêem não apenas bandos de criminosos, mas grupos de resistência, enquadrando-os inclusive na teoria do "banditismo social" do historiador inglês Eric Hobsbawm. Segundo ele,

> O principal com relação aos bandidos sociais é que são proscritos rurais que o senhor e o Estado encaram como criminosos, mas que continuam a fazer parte da sociedade camponesa, que os considera heróis, campeões, vingadores, pessoas que lutam por justiça, talvez até mesmo vistos como líderes da libertação e, sempre, como homens a serem admirados, ajudados e sustentados. [...] (HOBSBAWM, 2015, p. 29)

Hobsbawm citou o cangaço como uma forma desse fenômeno manifesto no Brasil, porém, na visão de alguns, o historiador sujeita-se a comete um equívoco, pois, conforme ele mesmo menciona, “para um bandido social, seria impensável apossar-se da colheita dos camponeses (mas não a do senhor) no próprio território em que ele vive, e talvez também não o fizesse em outro lugar. [...]” (HOBSBAWM, 2015, p. 29). Isso acontece porque, se esse fora da lei atacar a população comum, a questão social seria descaracterizada). Não é consensual, no âmbito da historiografia, que o cangaço tivesse o objetivo social e ideológico de defender a população pobre contra os proprietários de terra ou políticos. Independente disso, é imperioso reconhecer as motivações sociais para o seu surgimento.

3- O Direito Cultural à memória e o Lugar de Memória

A Constituição de 1988 assegura a todos o acesso e exercício dos direitos culturais, sendo eles aqueles relacionados às artes, à memória coletiva e ao fluxo de saberes (CUNHA FILHO, 2018, p. 28). O direito à memória é um direito cultural, e garante que o indivíduo ou o grupo tenha referências sobre sua própria natureza e história. Assim, direitos culturais possuem *status* de direitos fundamentais, devendo ter, como regra, eficácia e aplicabilidade imediata (CUNHA FILHO, 2018, p. 47). Do mesmo modo deve ser interpretado o direito cultural à memória.

3.1. Lugar de Memória

Fica nítido que os sergipanos optaram por constituir os bens mencionados em Lugares de Memória, assim compreendidos por Soares e Quinalha:

> são veículos de transmissão da ideia do Nunca Mais e simbolizam a importância dos valores democráticos e do respeito incondicional aos direitos humanos no Estado Democrático brasileiro. Por isso, a importância de preservar os elementos que remetem ao que não pode se repetir. Assim, os visitantes de um Lugar de Memória devem ter acesso aos suportes que lembram o horror, a tortura e o desrespeito à vida e à integridade física. (p. 272)

A gruta dos Angicos é um Lugar de Memória, portanto, é a materialização do direito à memória. É um bem cultural. Por isso, a preservação desse local resguarda parte da história social e cultural daquele povo, possibilitando-o alcançar algo ainda mais precioso: a identidade. Assim, a simbologia da gruta é abrigar a história do cangaço, uma era memorável para o Nordeste.

Para o historiador francês Le Goff, “há pelo menos duas histórias e voltarei a este ponto: a da memória coletiva e a dos historiadores” (1990, p.30). Ele faz essa diferenciação porque acredita que a primeira é mítica, sendo preciso ir bem além disso. Consequentemente, a segunda seria mais próxima da “verdade”, pois os profissionais analisariam os fatos. Ou seja, por mais que exista em parte do imaginário popular e na literatura um certo encantamento quanto ao cangaço, a história documentada apresenta outras versões. A exemplo disso, pode-se citar as observações do historiador Petrônio Domingues, quando ele afirma que Lampião “vivia da violência, intimidando, roubando fazendas, povoados e vilas; praticando “justiçamento”, estuprando mulheres e fazendo prisioneiros, pelos quais extorquia dinheiro em troca do resgate. [...]” (2017, p.04).

Verifica-se, portanto, a importância da preservação da memória, especialmente do Lugar de Memória, uma vez que a gruta dos Angicos permite uma experiência intensa. Lá é possível refazer o caminho que os próprios cangaceiros faziam, aprender mais sobre eles, observar de perto a vegetação sertaneja e visitar as cruzes que foram posteriormente colocadas em simbologia à morte de Lampião e seu bando. Uma imersão histórica com detalhes vívidos.

Os Lugares de Memória guardam o compromisso de transparecer a história que os envolve, ligando o passado ao presente e impactando as pessoas, e a busca por maiores informações é fundamental em sua preservação. Essa proposta de aproximação à realidade, transmite ao povo o acesso à cultura e a identidade, efetivando o direito à memória.

CONCLUSÃO

O cangaço esteve presente em todo o Nordeste, distribuindo pelos sertões suas lendas e cicatrizes. Mas a intenção do legislador constituinte sergipano foi de maximizar a proteção de eventos que moldaram culturalmente o Nordeste, trazendo seus impactos inclusive na literatura regionalista, como os romances de José Lins do Rego, “Pedra Bonita” e “Cangaceiros”. Para isso, o tombamento dos documentos sobre o cangaço e a gruta dos Angicos não foi positivado em uma lei comum, mas na Constituição do Estado.

Ao constitucionalizar a memória do cangaço, buscou-se preservar a identidade cultural do povo, tendo em vista os impactos sociais causados por esse movimento. Assim, a constitucionalização da memória do cangaço na Constituição do Estado de Sergipe se

relaciona aos direitos culturais, pois corresponde ao compromisso do Estado de manter viva a memória de um período da história do Nordeste, a responsabilidade de resguardar o direito cultural à memória: as raízes da identidade cultural do povo.

Dessa forma, o tombamento de um Lugar de Memória seria uma ferramenta ao alcance do Estado para aproximar pessoas à sua realidade histórica, resguardando o direito à memória -um direito cultural fundamental.

REFERÊNCIAS

BULOS, Uadi Lammêgo. **Curso de Direito Constitucional**. 11ª ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2017.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Constituição (1989). **Constituição do Estado de Sergipe.** Aracajú, 1989.

CARNEIRO, Gabriel de Campos. **No Rastro dos Cangaceiros**: Em busca de novas trilhas para a apreensão de um movimento social. Brasília, UnB, 2010. Dissertação (Mestrado em História) Universidade de Brasília. Disponível em <https://repositorio.unb.br/handle/10482/7848 >. Acesso em 03 de junho de 2020.

CARVALHO, Matheus. **Manual de Direito Administrativo**. 5ª ed. Bahia: Juspodivm, 2018.

CUNHA FILHO, Humberto. **Teoria dos Direitos Culturais:** fundamentos e finalidades. São Paulo: Edições Sesc, 2018.

DOMINGUES, Petrônio. **O "Corisco Preto"**: Cangaço, raça e Banditismo no Nordeste Brasileiro. rev. hist. (São Paulo), n.176, a06716, 2017. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/119973 >. Acesso em 03 de junho de 2020.

HOBSBAWM, Eric John Ernest. **Bandidos**. 4ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

RAMOS FILHO, Vagner Silva. **O tombamento da Gruta de Angicos**: disputas da memória do cangaço no sertão nordestino. CLIO: Revista de Pesquisa Histórica -CLIO (Recife. Online), ISSN: 2525-5649, n. 36, Jul-Dez, 2018

REGO, José Lins do. **Cangaceiros.** 14ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

REGO, José Lins do. **Pedra Bonita. 7**ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2011.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas, SP, Editora da UNICAMP, 1990.

PERICÁS, Luiz Bernardo. **Os cangaceiros**: Ensaio de interpretação histórica. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

SOARES, Inês Virgínia Prado; QUINALHA; Renan Honório. **A memória e seus abrigos:** considerações sobre o lugar de memória e seu valor de referência. Disponível em <http://www.corteidh.or.cr/tablas/r30002.pdf>. Acesso em 31 de março de 2020.

IX Encontro Internacional de Direitos Culturais
9th International Meeting on Cultural Rights
Direitos Culturais: Impactos da Pandemia
Cultural Rights: Impacts of the Pandemic
05 A 09 DE OUTUBRO
ISSN-e 23169982

ADEQUAÇÃO ÉTICA EMPRESARIAL À CONCRETIZAÇÃO DA TUTELA DO PATRIMÔNIO CULTURAL

PROPERTY BUSINESS ETHICS TO THE CONCRETIZATION OF CUSTODY OF CULTURAL HERITAGE

Patrícia Silva de Almeida[55]

RESUMO

A presente pesquisa visa apresentar a questão da salvaguarda da tutela do patrimônio cultural através de práticas de responsabilidade social corporativa, partindo da necessária adequação ética-cultural e de valores sustentáveis de acesso à cultura, valor social protegido pela ordem constitucional brasileira. A análise acerca da mudança comportamental das corporações, na pós-modernidade, percorre a passagem do crescimento econômico ao desenvolvimento sustentável ético-cultural relacionado à proteção do direito ao patrimônio cultural - elemento fundamental à inserção social corporativa -, um fenômeno recorrente nos países Europeus.

Palavras-chaves: Ambiente corporativo. Dimensão ética-cultural. Tutela do patrimônio cultural Responsabilidade social corporativa.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

This essay aims to present the question of the protection of cultural heritage through corporate social responsibility practices, starting from the necessary ethical and cultural adaptation to new sustainable values for the purpose of guaranteeing access to culture, one of the fundamental social value according to the constitutional order. The analysis of the behavioral change of the company in postmodernity, a description that traverses the transition from economic growth to sustainable development, results in the importance of ethical-cultural sustainability related to the protection of the right to cultural heritage - a fundamental element to the insertion social phenomenon - a recurring phenomenon in European countries.

Key-words: Corporate environment. Custody of cultural heritage. Ethical-cultural dimension. Social corporate responsibility.

INTRODUÇÃO

O ambiente corporativo apresentasse em constantes transformações. De caráter afirmativo, a necessária adequação empresarial aos parâmetros éticos contribui não apenas

[55] Doutoranda e Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Direito pela Universidade de Marília - UNIMAR/SP. Especialista em Direito Público pela Escola de Magistratura Federal do Rio Grande do Sul - ESMAFE/RS. Oficiala Registradora de Pessoas Naturais e Tabeliã de Notas do Município de Santa Salete, Estado de São Paulo. E-mail: patriciadealmeida3110@gmail.com; CV Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5522757486165755>.

para fins de permanência da empresa em um ambiente concorrencial mas, também, por representar a participação social corporative na concretização do direito fundamental social à cultura, através desse paradigma instaurado, isto é, a preservação e a promoção da salvaguarda do patrimônio cultural a presente e as futuras gerações.

No entanto, falar em responsabilidade social parece insuficiente uma vez que, culturalmente, a plenitude da tutela do patrimônio cultural carrega o estigma de pertencer sua responsabilidade exclusivamente da administração pública.

Como o previsto, em vários ordenamentos jurídicos no mundo, inclusive ínsita na ordem social constitucional brasileira, a preservação da consciência histórica cultural fica a cargo não apenas ao poder público, mas constitui dever a toda uma coletividade seu processo de resguardo.

Então, tecer uma abordagem sobre tais desafios e, analisando a mudança paradigmática da verdadeira responsabilidade social corporativa, requer um olhar acurado, voltado aos desafios da harmonização das relações sociais e ao respectivo equilíbrio econômico-social.

A sugestiva temática percorre o apriorístico papel que as corporações desempenham, para além de representar um agente mercadológico de crescimento econômico, um desafio a implementação da cultura da sustentabilidade ética-cultural, elo de conscientização à aplicação da responsabilidade na proteção da tutela do patrimônio histórico cultural, através da prática recorrente no âmbito empresarial europeu sob a forma de doações – mecenato - e os patrocínios culturais.

A problemática posta, sobrevém a indagar: a empresa que congrega valores como a responsabilidade social ética-cultural corporativa, desenvolve critérios os multidimensionais de sustentabilidade quando da prática de responsabilização social de proteção e salvaguarda do patrimônio cultural? Quais os ganhos que isso representa ao meio corporativo e à coletividade?

A partir desses questionamentos, a pesquisa visa por objetivo analisar a importância da sustentabilidade ética dentro do ambiente empresarial e a sua ligação com a tutela de preservação e promoção do patrimônio cultural, uma vez que as empresas que culturalmente desenvolvem e se preocupam com tais valores são mais competitivas, firmam estratégias de

marketing qualificada, em razão da conscientização de sua função social perante o *staff* social interno corporativo e o público externo.

METODOLOGIA

Como metodologia geral, optou-se pelo método hipotético-descritivo e, quanto ao procedimento técnico, trata-se de um apanhado essencialmente bibliográfico, realizado com base em descrição de alguns casos exemplificativo no ambiente europeu, precipuamente necessária compreensão e justificação ao tema do trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

As empresas e a sociedade vêm passando por constantes transformações políticas, sociais e econômicas, sendo imprescindível a realização de adequações. A agregação de paradigmas atuais vem modificar tradicionais conceitos sobre o que se conhece como a função social empresarial e a sua participação junto as comunidades nas quais estão inseridas.

Ao construir novas premissas sobre o papel que as empresas, na era pós-moderna, desempenham junto à sociedade, numa perspectiva de reconhecimento do abandono do interesse individualista do empresariado (antropocentrismo) à convergência de interesses da coletividade, baseado em critérios evolutivos sob o alcance da almejada sustentabilidade em sua dimensão ética.

Sob essa nova ótica, a questão da sustentabilidade extrapola o campo da economia (SOARES, 2017), e, também, encontra-se para além dos aspectos ambientais, comportando aspectos geográfico-culturais, político-institucionais, científico-tecnológicos e jurídico-legais, construindo mudança comportamental e cultural no meio corporativo, aliados aos critérios de competitividade, equidade, governabilidade e eficiência.

No entanto, apesar dos esforços contínuos, não se trata apenas implantar qualquer filosofia sobre práticas positivas de desenvolvimento sustentável dentro do meio corporativo, sem deixar de lado toda ação produção externalidades, positivas ou negativas, a depender da forma como a abordagem da sustentabilidade vem sendo interpretada e disposta no meio social.

Quando se pensa no termo desenvolver um ambiente saudável, este é representativo de estimativas de crescimento em todos os setores da economia (inclusive a cultural), o que pretende é a melhora das condições presentes e futuras gerações envolvidas nesse processo de crescimento.

Formula-se, a partir dessa constatação, acerca da construção de um conceito de sustentabilidade, a exigência de conscientização dos problemas não apenas regionais, porém globais, à medida que o tempo (a curto, a médio e em longo prazo) influencia na adequação de todos os envolvidos na implantação desses novos valores de preservação e promoção dos valores e de identidade nacional.

Nesse sentir, justificável a premissa desse estudo, ao fazer referência à concreção da ética como elemento essencial à concretização da responsabilidade social das empresas, um agir comunicativo social vertido a uma resposta objetiva, pois, todo agir humano deve ser direcionado a uma ação voltada as relações sociais.

Em geral, uma corporação ética e ao mesmo tempo ser sustentável vai além da conquista do respeito adquirido junto aos grupos denominados "*stakeholders"*, bem como apresentar uma moderna gestão de governança – *compliance* – *(*FERNÁNDEZ, 2012); é de se apresentar de forma condizente com valores de respeito a sua consciência histórica, determinado êxito e permanência de uma empresa no mercado.

Percebe-se, o crescimento nos últimos anos relativo à importância de se trabalhar os propósitos evolutivos de tutela ao patrimônio cultural, tem encontrado sua efetividade no enfoque da necessidade de valorização de proteção e de conservação, não apenas a cargo da esfera pública, buscando apoio significativo no âmbito privado (ASSIS, 2011).

Logo, utiliza-se para tais objetivos, mecanismos a subsidiar a sua função social de proteção a memória, a cultura e as artes, através da participação ativa de incentivos do meio empresarial, atitudes recorrentes em países da Europa - Itália e Espanha -, bem como sendo apresentando o crescimento positivo em outros países ao redor do mundo.

Um exemplo paradigmático, a citar, na Itália, a indústria da moda tem contribuído com importantes patrocínios convertidos em uma bandeira de recuperação de importantes espaços culturais, em troca de importantes benefícios na imagem e promoção das marcas, o que para muitos vêm sendo condenável pelo uso do espaço público, porém uma excelente saída a preservação e promoção dos espaços culturais em declínio por ausência de conservação (MENDES; AUGUSTO, 2018).

O caso mais significativo e emblemático, a conhecida *Fontana de Trevi* foi recentemente restaurada em razão do aporte financeiro da marca *Fendi* que, em troca de 2,5 milhões de euros, obteve uma visibilidade internacional frente a milhares de turistas que

visitam a Itália; outro exemplo, o *Templo de Vênus* com a espera de 30 longos anos para sua restauração, encontrou no estilista e empresário Valentino os 200.000 mil euros necessários para sanar com a sua deterioração, em contrapartida, a utilização do espaço para realizar uma festa inaugural no espaço, com o intuito de celebrar os 45 anos da referida marca (BOLAÑOS, 2015).

Na Espanha, o uso das redes sociais e do *crowdfunding* tem sido grandes aliados a salvar os deteriorados patrimônios cultural, assim como meio utilizado a angariar o financiamento necessário a evitar o desaparecimento de marcos históricos, em destaque a restauração da *Capela de San Miguel*, no *Monastério de Santa María de Pedralbes*, com o aporte de donativos entre 20 e 6.000 mil euros solicitados aos privados (BOLAÑOS, 2015).

Recentemente, o grande exemplo de sucesso, em tempo recorde, a plataforma "*Todos a una*", conseguiu 50.000 mil euros, em virtude de das 312 doações de particulares, empresas e estímulo da administração pública, necessários ao restauro do *Palácio de Boadilla del Monte*, em Madrid (BOLAÑOS, 2015).

Como visto, todo o êxito nesses singulares exemplos de responsabilidade social e de comportamento ético, ao solicitar o uso dos espaços públicos para fins de divulgação dos patrocínios dispendidos, firma o propósito da cultura do patronato, crescente na Europa, proporcionando a conscientização da espera pública em parceria com o corporativo.

CONCLUSÃO

A missão que a moderna empresa enfrenta, para além da importância histórica que os três pilares de sustentabilidade (ambiental, econômica e social), direciona-se a uma visão multidimensional concretizada através de práticas de maior alcance e eficácia direcionadas, por exemplo, a conservação e a promoção do patrimônio cultural.

Esse novo paradigma conceitual de valorização e de feição de tutela jurídica do patrimônio cultural, contribui a tutela de preservação das identidades culturais e na compreensão de que a defesa dos bens culturais, apresenta relevância de preservação coletiva, amplitude pluralística de preservação de uma sociedade que respeita a sua identidade nacional.

O domínio do patrimônio cultural transcende os limites da participação exclusiva do poder público e requer imediata participação do empresariado no mundo todo, por exemplo,

as experiências exitosas ocorridas nos países europeus, muito embora existam alguns parcos movimentos em prol dos valores de preservação do patrimônio histórico no Brasil.

Apesar do nosso ordenamento jurídico oferecer suporte a conscientização da preservação dos valores culturais destinados à coletividade, concluímos que a verdadeira conscientização quanto a suma importância de preservação, requer um olhar acurado do empresariado nacional acerca da ausência de contrapartida, benefícios ou incentivos fiscais, um esforço que nos direciona a um legítimo dever ético, muito próximo a moderna tendência europeia de patronato corporativo.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Wilson Rocha. O patrimônio cultural e a tutela jurídica das identidades. In: CUREAU, Sandra; *et all*. *Olhar multidisciplinar sobre a efetividade da proteção do patrimônio cultural.* Belo Horizonte: Fórum, 2011, p. 66-78.

BOLAÑOS, Suzana Muñoz. El patrimonio cultural y su mantenimiento em tempos de crisis: patrocínio, mecenazgo y crowdfunding: la solución? *Revista PH do Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico,* Andaluz: Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, n. 87, p. 5-7, abr. 2015.

CARDOSO, Alenilton da Silva. *Princípio da solidariedade:* o paradigma ético do direito contemporâneo. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2010.

CHAVES, Vinicius Figueiredo; SANT'ANNA, Leonardo da Silva. Harmonização dos interesses privados e públicos na empresa: o paradigma da sustentabilidade. *SCIENTIA IURIS*, Londrina, v. 20, n. 2, p. 234-265, jul. 2017.

FERNÁNDEZ, Rosario Valpuesta. La responsabilidade social corporativa: uma reflexión. *Revista de Direito Econômico e Socioambiental,* Curitiba, PUCPR, v.3, n.1, p. 169-202, jan./jun. 2012.

FREITAS, Juarez. *Sustentabilidade - direito ao futuro*. 3. ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2016.

HABERMAS, Jüngen. *O discurso filosófico da modernidade:* doze lições. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MARTIN, Nilton Cano; SANTOS, Lilian Regina dos; DIAS FILHO, Maria José. Governança empresarial, riscos e controles internos: a emergência de um novo modelo de controladoria. *Revista Contabilidade & Finanças,* São Paulo, v. 15, n. 34, p. 23-45, jan./abr. 2004.

MENDES, Priscila; AUGUSTO, Leonardo. *Patrimônio histórico vive abandonado pelo país: de 423 ações previstas no PAC Cidades Históricas desde 2013, somente 38 foram entregues; restrição de verba e burocracia atinge a igreja em Ouro Preto a Vila Inglesa em Paranapiacaba*. Disponível em :< https://brasil.estadao.com.br/noticias/geral,patrimonio-historico-vive-abandono-pelo-pais,70002130406 >. Acesso em: 04 jan. 2018.

MORIN, Edgar. *A via para o futuro da humanidade*. 2.ed. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2015.

SILVA, Sabrina Soares da; REIS, Ricardo Pereira; AMÂNCIO, Robson. Environmental paradigms in sustainability reports of energy sector organizations. *RAM, Rev. Adm. Mackenzie (online)*, São Paulo, v.12, n. 3, jun. 2011.

SOARES, Josemar. *A dimensão ético-existencial da sustentabilidade.* Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br>. Acesso em: 08 jun. 2017.

“CEARÁ INDÍGENA EM ALDEIAS VIRTUAIS”: A PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19

“CEARÁ INDÍGENA EM ALDEIAS VIRTUAIS”:THE PRESERVATION OF COLLECTIVE MEMORY DURING THE COVID-19 PANDEMIC

Lethicia Pinheiro Machado[56]

Lívia Maria Xavier Santiago da Silva[57]

RESUMO

O presente estudo busca elucidar o seguinte questionamento: O evento “Ceará Indígena em aldeias virtuais” oferece mecanismos para a preservação do patrimônio cultural imaterial dos indígenas durante a pandemia de COVID-19 no Ceará? O evento contribui para a minoração dos impactos do Covid-19 frente às populações indígenas do Estado, visto que objetiva arrecadar equipamentos sanitários e fundos para subsidiar custos relacionados às necessidades básicas. A metodologia utilizada é qualitativa, a partir da revisão bibliográfica com base na leitura de conceitos expostos por Forno e Morigi (2020), Andrade e Maia (2016) e Wucher (2000), além da análise de dados referentes à vulnerabilidade dos povos indígenas cearenses, em especial ante à pandemia, e à viabilização do projeto. Conclui-se que a ação é essencial à preservação da garantia constitucional concernente à cultura, valorizando as tradições e práticas culturais dos povos em questão, além de possibilitar a redução dos impactos do COVID-19 para os indígenas.

Palavras- Chave: Cultura; COVID-19; Povos Indígenas.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

This study seeks to elucidate the following question: Does the event " Ceará Indígena em aldeias virtuais" offer mechanisms for the preservation of the intangible cultural heritage of indigenous peoples during the COVID-19 pandemic in Ceará? The event contributes to the reduction of the impacts of Covid-19 on the indigenous populations of the State, since it aims to collect sanitary equipment and funds to subsidize costs related to basic needs. The methodology used is qualitative, based on the literature review based on the reading of concepts exposed by Forno e Morigi (2020), Andrade e Maia (2016) e Wucher (2000), in addition to the analysis of data related to the vulnerability of indigenous peoples of Ceará, especially in the face of the pandemic, and the feasibility of the project. It is concluded that the action is essential to the preservation of the constitutional guarantee concerning culture, valuing the traditions and cultural practices of the peoples concerned, besides enabling the reduction of the impacts of COVID-19 on the indigenous.

Keywords: Culture; COVID-19; Indigenous Peoples.

[56] Mestranda em Direito Constitucional na Universidade Federal do Ceará (UFC). Pós-graduanda em Direito e Processo penal (UNI7). Pesquisadora do Projeto Pesquisa Empírica em Direito - PROPED (PROBIC/UNIFOR). Orcid: https://orcid.org/0000-0003-4992-5111. E-mail:lethiciapinheiromachado@hotmail.com

[57] Graduanda em Direito pela Universidade de Fortaleza. Monitora institucional de Introdução à Ciência do Direito. Pesquisadora do Núcleo de Estudos em Ciências Criminais (UFC) e do Projeto de Pesquisa Empírica em Direito – PROPED (Cnpq/UNIFOR). ORCID: https://orcid.org/0000-0001-8135-7498. E-mail: liviamariaxavier@hotmail.com

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente estudo consiste em responder o seguinte problema de pesquisa: O evento "Ceará Indígena em aldeias virtuais" oferece mecanismos para a preservação do patrimônio cultural imaterial dos indígenas durante a pandemia de COVID-19 no Ceará? Diante da pandemia, a Secretaria da Cultura do Estado do Ceará e a Federação dos Povos Indígenas do Ceará realizaram o evento "Ceará Indígena em aldeias virtuais", com o objetivo de fornecer subsídios aos indígenas para enfrentar a conjuntura vivenciada.

Além do objetivo central do evento de fornecer materiais para suprimento de necessidades básicas e equipamentos de proteção aos indígenas no contexto de enfrentamento ao COVID-19, busca-se compreender se o evento também pode ser considerado como ferramenta para o alcance de maior democratização das práticas culturais dos povos indígenas. Para tanto, o trabalho desenvolve metodologia qualitativa de revisão de literatura, utilizando como fontes livros e artigos científicos já publicados sobre o assunto, a exemplo das obras de Forno e Morigi (2020), Andrade e Maia (2016) e Wucher (2000).

O desenvolvimento do trabalho se deu a partir da compreensão dos conceitos de patrimônio cultural imaterial e a importância deste para a preservação das tradições e da memória coletiva, em meio ao contexto histórico-cultural, o qual releva assimetria nas relações culturais. Sob essa perspectiva, apresentou-se o evento "Ceará Indígena em aldeias virtuais" e sua a finalidade deste, compreendendo sua efetividade na preservação do patrimônio cultural imaterial e das tradições dos povos indígenas cearenses.

A assimetria entre os povos que compõem a identidade coletiva brasileira reflete a situação de vulnerabilidade dos indígenas, a qual é agravada no contexto de pandemia. A relevância do tema decorre, portanto, da compreensão de evento com potencial de preservação da memória coletiva indígena mediante a disseminação de seus costumes e práticas culturais.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada é qualitativa do tipo bibliográfica, com abordagem exploratória. Por meio de revisão de literatura foram utilizados como fontes livros, teses e artigos científicos sobre os assuntos pesquisados, assim como dados quantitativos referentes

à vulnerabilidade dos povos indígenas no Brasil ao COVID-19 de Carvalho *et al.* (2020) e Oliveira *et al.*, bem como dados disponibilizados pelo Governo do Estado do Ceará.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme o artigo 216 da Constituição Federal de 1988, o patrimônio cultural brasileiro é constituído por bens de natureza material e imaterial, tomados de modo isolado ou em conjunto, detentores de referência à identidade, à ação ou à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (BRASIL, 1988, on-line). Para que haja perspectiva de subsistência das tradições dos povos, no que concerne a preservação e continuidade das tradições, protege-se o patrimônio cultural, seja ele corpóreo ou incorpóreo, material ou imaterial (CUNHA FILHO, 2004, p. 49).

A Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) define o patrimônio cultural imaterial como aquele transmitido com o decurso do tempo, sendo constantemente recriado pelos grupos sociais a partir das inovações na interação com a natureza e a história, preservando valores e ritos fundamentais (UNESCO, 2006, on-line).

A cultura indígena é parte do multiculturalismo originário do povo brasileiro, caracterizado pela mescla de elementos dos diversos povos que o compõem. (WUCHER, 2000, p.40). As práticas culturais indígenas tidas, portanto, como patrimônio imaterial possuem caráter basilar na construção da memória coletiva. Nesse sentido, devem ser pautadas na especialidade, na qual tempo e lugar se homogeneízam e se transformam em espaço de preservação do patrimônio cultural imaterial, a partir da realidade sociocultural de cada povo (FORNO, MORIGI, 2020, p. 19).

A identidade nacional, construída ao longo da história do Brasil desde a colonização, foi formada por um processo assimétrico caracterizado, muitas vezes, pela violência (SILVA JÚNIOR, MELLO NETO, 2020, p. 11). Frente ao poderio europeu, a cultura indígena, em especial, seu patrimônio cultural imaterial, foi suprimido, resultando em uma instável solidariedade social, potencializando a fragilidade desse grupo social.

A globalização modifica aspectos da vida econômica, social e política e, em decorrência das tecnologias de informação e comunicação, promove a homogeneidade das culturas, agravando a integridade cultural e antropológica do povo indígena (GONZÁLEZ,

2008, p.12). Logo, em consequência da descaracterização das práticas tradicionais dos povos indígenas pautadas na oralidade, frente ao panorama histórico evidente, e do processo de midiatização, os meios convencionais de manutenção da memória se rompem, havendo a necessidade de criação de mecanismos que busquem a preservação do patrimônio imaterial, contribuindo à formação da memória coletiva (FORNO, MORIGI, 2020, p. 22).

Toda memória individual possui sua dimensão coletivista, construída a partir das relações interpessoais, o que a torna, portanto, memória social. Ela diz respeito às tradições dos sujeitos, não apenas sob a ótica individual, mas também firmada sobre as percepções do coletivo (HALLBWACHS, 2004, p. 75). O desmonte histórico-cultural do patrimônio imaterial indígena gera um clima de insegurança e sentimento de ameaça, os quais são reafirmados por meio da valorização da identidade coletiva, fortalecendo o agrupamento como mecanismo de defesa contra sentimentos de ameaça e de valorização das tradições (WUCHER, 2000, p.63).

A medida de isolamento social adotada pela Governo do Ceará como medida de enfrentamento à pandemia de COVID-19, apesar de necessária, constitui uma nova barreira às práticas culturais indígenas. Além disso, conforme Oliveiroa *et al*, (2020, p. 4), os povos indígenas tornam-se mais suscetíveis a epidemias tendo em vista os fatores sociais e econômicos defasados, ampliando o potencial de letalidade da doença. A insuficiência de equipes de saúde para atender as demandas e a precária ou inexistente infraestrutura de saúde nas comunidades indígenas são fatores particulares que inviabilizam a universalidade do serviço de saúde

Em municípios localizados em Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIS), em Caucaia, São Benedito, Itarema, Crateús e Monsenhor Tabosa, áreas de maior concentração e circulação de residentes indígenas, o Ceará apresentou, até o dia 17 de abril de 2020, 162 casos nos municípios integrados e 8 óbitos decorrentes do COVID-19, exigindo ações por parte do Governo do Estado do Ceará para proteger os povos indígenas e amenizar a condição de vulnerabilidade social (CARVALHO *et al.* 2020, p.21). A taxa de vulnerabilidade em relação ao Covid-19 no Estado do Ceará é igual ou maior que 50% comparado aos outros TI’s, em 6 reservas e terras indígenas: Tremembé de queimadas, Tremembé da Barra de Mundaú, Taba do Anaus, Lagoa Encantada e Tapeba (OLIVEIRA, *et al.* 2020, on-line).

Em atenção à especial situação de vulnerabilidade dos indígenas, a Federação dos Povos e Organizações Indígenas do Ceará (FEPOINCE), deu início, no mês abril, a uma campanha solidária com a finalidade de assistir famílias indígenas em situação de fragilidade social, no período da pandemia COVID-19. A rede de solidariedade busca garantir qualidade de vida das famílias indígenas, por meio de doações financeiras destinadas à aquisição de alimentação, materiais de higiene, além de aparato objetivando minorar a incidência do COVID-19, como máscaras, luvas e equipamentos de proteção individual (CEARÁ, 2020, on-line).

No intuito de ampliar o alcance da campanha e valorizar a cultura indígena, a Secretaria da Cultura transmitiu, dia 27 de junho, evento criado pela FEPOINCE, protagonizado por indígenas, cuja programação apresentava a diversidade dos modos de expressão por meio de diversas linguagens artísticas. A apresentação de documentários, depoimentos de mestres da cultura, ensaios fotográficos, apresentações musicais, de pesquisas, rodas de conversas, incluído recursos de acessibilidade, como interpretação de libras. A ação objetiva estimular a campanha de doação, além de valorizar as práticas culturais dos povos indígenas no Ceará. O evento, com mais de 7 horas de duração, foi retransmitido pelo Teatro José de Alencar e Porto Dragão (CEARÁ, 2020, on-line).

Com o advento das tecnologias de informação e a possibilidade de perpetuar registros que traduzam costumes e tradições, os povos indígenas, em alguns casos, adaptaram-se à nova realidade, sem suprimir a ritualística tradicional. A ampla utilização das ferramentas audiovisuais, em especial durante o período de pandemia, nas aldeias concretizou um universo simbólico, configurando-se como um essencial na preservação da cultura e do cotidiano das aldeias, que não possuíam espaço, tendo em vista a cultura hegemônica predominante em cenário nacional (ANDRADE; MAIA, 2016, p. 10).

Portanto, com a realização do evento “Ceará Indígena em aldeias virtuais” é possível vislumbrar avanços no estímulo à manifestação da cultura das comunidades indígenas cearenses por meio da divulgação de suas práticas artísticas, reforçando o sentimento de valorização das tradições locais e fortalecendo o vínculo de pertencimento. Além disso, o evento possibilita o auxílio às comunidades vulneráveis frente à pandemia, angariando elementos que são essenciais à proteção individual e a subsistência em período de isolamento social.

CONCLUSÃO

Conclui-se, em resposta ao problema de pesquisa proposto, que a ação Ceará Indígena em Aldeias Virtuais impacta diretamente na proteção do patrimônio imaterial indígena, visto que promove a valorização da cultura indígena cearense, fomentando práticas artísticas de modo a divulgar saberes e tradições próprias do determinado povo. Desse modo, há fortalecimento da memória dos povos originários, assumindo, de certa forma, caráter de justiça, visto que é responsável por resgatar as experiências que, ao longo do desenvolvimento da nação brasileira foram suprimidas, possibilitando, assim, uma reconciliação com o presente.

A promoção da cultura, através da valorização do patrimônio imaterial, fortalece o reconhecimento e a valorização dos diversos grupos sociais, em especial, os indígenas, ampliando a visão de mundo e potencializando a memória coletiva, mantendo vivos seus costumes e cultivando suas tradições. O estudo possui resposta de médio alcance, uma vez que se trata de um evento recente, não possibilitando a análise das situações advindas em sua completude. É pertinente sobrelevar o caráter contínuo da pesquisa científica, sendo aprimorada ao longo do tempo. A partir do problema de pesquisa em questão, existe a possibilidade de concretização de uma sociedade plural, que valorize o diálogo entre os diversos atores sociais, de maneira a proteger os grupos vulneráveis e valorizar as tradições que compõe o Brasil.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Andriza Teodolino; MAIA, Marta Regina;. A memória coletiva ressignificada por meio das narrativas audiovisuais**. Revista Extraprensa**, v. 9, n. 2, 2016, p. 4-17.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, Senado, 1988.

CARVALHO, Max. *et al*. **Risco de espalhamento da COVID-19 em populações indígenas: considerações preliminares sobre vulnerabilidade geográfica e sociodemográfica**, 2020. Disponível em: https://agencia.fiocruz.br/sites/agencia.fiocruz.br/files/u91/relatorios_tecnicos_-_covid-19_procc-emap-ensp-covid-19-report4_20200419-indigenas.pdf. Acesso em: 03 de julho de 2020.

CEARÁ. Secretaria da Cultura**. Ceará Indígena em Aldeias Virtuais || Secult, Rede de Equipamentos e a FEPOINCE realizam programação online, neste sábado (27/6), em apoio aos indígenas e aldeias**, 2020. Disponível em:

https://www.secult.ce.gov.br/2020/06/24/ceara-indigena-em-aldeias-virtuais-secult-rede-de-equipamentos-e-a-fepoince-realizam-programacao-online-neste-sabado-27-6-em-apoio-aos-indigenas-e-aldeias/. Acesso em: 03 de julho de 2020.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. **Cultura e democracia na Constituição Federal de 1988: representação de interesses e sua aplicação ao Programa Nacional de Apoio à Cultura.** 2004. Tese (Doutor em Direito) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

FORNO, Ana Maria Giovanoni; MORIGI, Valdir José. Direito à memória: a comissão nacional da verdade brasileira e as narrativas dos povos indígenas na construção da cidadania. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v. 30, n. 2, 2020, p. 1-25.

GONZALÉZ, Nila Leal. Patrimonio Cultural Indigena y su reconocimento intistitucional**. Revista de Ciências Humanas e Sociales.** Macaraibo, ano XXVI, n. 56, 2008, p. 11-28.

HALLBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo: Centauro, 2004.

OLIVEIRA, Ubirajara, *et al*. **Modelagem da vulnerabilidade dos povos indígenas no Brasil ao covid-19**, 2020. Disponível em: https://www.socioambiental.org/sites/blog.socioambiental.org/files/nsa/arquivos/nota_tecnica_modelo_covid19.pdf. Acesso em: 03 de julho de 2020.

SILVA JÚNIOR, Mauricio Cardoso da; MELLO NETO, Gustavo Adolfo Ramos. Que país é este? Um estudo psicanalítico da realidade brasileira. **Brazilian Journal of Development.** Curitiba, v.6, n.5, 2020, p.893- 911.

UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial** - Paris, 2003. Tradução Ministério das Relações Exteriores. Brasília, 2006.

WUCHER, Gabi. **Minorias: Proteção Internacional em Prol da Democracia.** São Paulo. Editora Juarez Lima, 2000.

DESAFIOS DA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: MUSEOLOGIA E INTERVENÇÕES DA EDUCAÇÃO PATRIMONIAL

CHALLENGES OF PRESERVING CULTURAL HERITAGE: MUSEOLOGY AND INTERVENTIONS IN HERITAGE EDUCATION

Ravennya Muara Oliveira Silveira Moreira[58]
Thiago Anastácio Carcará[59]

RESUMO

O presente trabalho tem o escopo de refletir sobre o patrimônio cultural, material e imaterial, no intento de construir uma reflexão sobre a sua preservação e proteção, bem como seu fomento. Os poderes públicos do mundo inteiro viram a importância de ter uma identidade para se auto afirmar enquanto sociedade, pois aqueles que tinham sua identidade muito bem desenhada eram os que mais demonstravam seu poder. Com isso se torna explícita a ambiguidade que essa busca por uma identidade, feita pelo Estado, ocasiona: de um lado o Estado atuando como gerenciador nessa busca para ajudar sua própria nação a ter uma identidade, e do outro, a partir do momento que o Estado consegue resgatar essa identidade de sua população, ele exerce o seu poder sobre ela. Dessa forma a museologia e a educação patrimonial se mostram como mecanismos passíveis de contribuir para essa concretização. Utiliza-se de uma metodologia crítica reflexiva, com revisão literária para aprofundar a discussão.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Museologia. Educação Patrimonial.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

The present work aims to reflect on cultural, material and immaterial heritage, in an attempt to build a reflection on its preservation and protection, as well as its promotion. Public authorities around the world saw the importance of having an identity to assert themselves as a society, as those who had their identity very well designed were the ones who most demonstrated their power. With this, the ambiguity that this search for an identity, made by the State, makes explicit: on the one hand, the State acting as manager in this search to help its own nation to have an identity, and on the other, from the moment that the State manages to rescue this identity from its population, it exercises its power over it. In this way, museology and heritage education are shown as mechanisms that can contribute to this achievement. It uses a critical reflexive methodology, with literary revision to deepen the discussion.

Keywords: Cultural Heritage. Museology. Patrimonial Education.

INTRODUÇÃO

O patrimônio possui uma literatura vasta, trazendo diversas teorias e significados em torno de si. O patrimônio material é aquele que pode ser nitidamente visualizado e exposto a exemplo de objetos, já o imaterial é aquele que apesar de não poder ser nitidamente visualizado, caracteriza muito bem uma determinada sociedade ou grupo. Portanto, percebe-se que hoje o conceito de patrimônio possui um valor inflacionário. Com isso gera-se inúmeras indagações e problemáticas em tudo que envolve as discussões sobre esse assunto.

[58] Mestranda, Advogada, Secretária Geral Adjunta da Caixa de Assistência dos Advogados do Piauí(CAAPI/OAB)

[59] Doutor e Mestre em Direito Constitucional pela UNIFOR. Professor Adjunto e Coordenador do Curso de direito da UESPI, Conselheiro Federal e presidente da comissão de direito à educação do Conselho Federal da OAB, sócio fundador do Instituto Brasileiro de Direitos Culturais, pesquisador do Grupo de Pesquisa em Direitos Culturais da UNIFOR, Conselheiro e Secretário Geral Adjunto do Conselho Municipal de Cultura de Teresina. Advogado e Consultor Jurídico.

Ante essa inflação no sentido e conceito do patrimônio, permeia-se algumas indagações a esse respeito: Por que o seu sentido é tão amplo? Por que há tanta importância em torno de seu propósito e objetivo? O que se busca alcançar ou preservar?

Os patrimônios, sejam eles materiais ou imateriais, buscam expressar a identidade de um determinado grupo social. Assim, defender, preservar e lutar pelo reconhecimento público desse patrimônio, é, senão, lutar pela própria origem e existência do grupo. Pensando nisso é que os poderes públicos do mundo inteiro viram a importância de ter uma identidade para se auto afirmar enquanto sociedade, pois aqueles que tinham sua identidade muito bem desenhada eram os que mais demonstravam seu poder. Com isso se torna explícito o duplo sentido que essa busca por uma identidade, feita pelo Estado, ocasiona: de um lado o Estado atuando como gerenciador nessa busca para ajudar sua própria nação a ter uma identidade, e do outro, a partir do momento que o Estado consegue resgatar essa identidade de sua população, ele exerce o seu poder sobre ela.

Considerando que, para os ocidentais modernos, a preservação de seu patrimônio está diretamente associada à sua própria origem e existência, ou seja, à sua identidade, tais patrimônios são, até os dias atuais, exageradamente preservados. Assim, torna-se nítido o medo em perder esses patrimônios para catástrofes naturais ou humanas.

Desta maneira, para os ocidentais, perder seu patrimônio, é, senão, perder sua própria existência. Daí se explica a preservação exagerada sobre o patrimônio. Para esses ocidentais modernos, a preservação do passado se faz necessária para que no futuro entendamos nossa própria história e também para exercer seu poder perante os outros grupos. Porém é preciso entender que a real noção de patrimônio deve ser entendida como uma relação simétrica entre passado, presente e futuro, como um sistema progressivo de relações sociais e simbólicas.

No contexto da pandemia, diversos são os desafios para a proteção e preservação dos patrimônios materiais e imateriais, neste sentido, o presente trabalho, busca refletir sobre a importância dos museus para a preservação do patrimônio e da educação popular patrimonial.

METODOLOGIA

Utilizou-se método crítico reflexivo para a construção do presente trabalho com a perspectiva de revisão de literatura como melhor forma de construção do pensamento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os povos não ocidentais não estão tão ligados à concepção nativa de patrimônio. Eles estão mais preocupados em interagir com as diversas entidades do universo como por exemplo deuses, antepassados, parentes, plantas, animais, entre outros. Destarte para os povos não ocidentais a preservação da identidade não é um problema. Entretanto a preservação e a política do patrimônio são preocupações dos estudiosos quando se busca sua preservação como patrimônio cultural.

No Brasil, tem-se um exemplo desse tipo de patrimônio, são as baianas do acarajé. Estas foram reconhecidas pela Unesco como patrimônio cultural da humanidade. Os locais escolhidos para montar suas barracas são consequências de uma interação divina e com a própria rua. Sua atividade não está ligada somente ao produto ou mesmo ao ofício, mas sim a uma dádiva e contra-dádiva concedida pela divindade religiosa que as inspiram. Para essas baianas o que importa é a obrigação divina que elas têm e não a preservação do seu patrimônio no tempo. Elas não estão preocupadas em deixar seu registro no tempo e na história, mas isso é senão uma consequência lógica de sua atividade divina executada.

Com todo o dinamismo e rapidez das relações atuais, verifica-se a inegável crise de identidade sofrida pelas comunidades, já que culturas dominantes tentam impor totalmente às demais. Nesse diapasão o autor José Reginaldo Santos Gonçalves (2015) em seu artigo "O Mal Estar do patrimônio: Identidade, Tempo e Destruição",diz que o debate sobre patrimônio "não deve se limitar a defender, descobrir e preservar identidades supostamente dadas, mas também discutir a noção de patrimônio" (p. 213).

Portanto, as organizações culturais têm um papel desafiador, o de formar comunidades e atores sociais críticos que sejam capazes de contestar e /ou dialogar sobre patrimônio, cultura, e identidade. Pedro Leite (2018) afirma que de um lado tem-se o liberalismo econômico e de outro o Estado com suas políticas públicas, afirmando ser esse último o detentor da maioria das ações culturais, já que ele é, até então, o maior patrocinador dessas ações. O autor ainda aponta que os órgãos governamentais devem ter em seu meio representantes dessas comunidades para que assim seja sensível às reais necessidades, anseios e mudanças dessas comunidades. Ora, mas os representantes governamentais não foram escolhidos democraticamente pelo povo? Eles não são capazes de garantir e expressar a vontade de uma comunidade?

Há de se convir que a ideia do autor seria erigir um representante de comunidade para que ele tenha assento e voz ao lado daqueles representantes do Estado que democraticamente

foram escolhidos pelo povo. Com isso, faz-se refletir do risco desse novo representante ter desenhado à sua frente a sua vontade e não a da comunidade. Quem garante que o que será levado em conta não será o desejo individual desse ator social e não o da maioria? É de se pesar que a política tem suas artimanhas para deixar transparecer a vontade do povo e camuflar a vontade dos representantes governamentais. Cabe destacar, nesse contexto, as palavras de Michel Foucault:

> a identidade é uma das primeiras produções do poder, desse tipo de poder que conhecemos em nossa sociedade. Eu acredito muito, com efeito, na importância constitutiva das formas jurídico-político-policiais de nossa sociedade. Será que o sujeito, idêntico a si mesmo, com sua historicidade própria, sua gênese, suas continuidades, os efeitos de sua infância prolongados até o último dia de sua vida etc., não seria o produto de certo tipo de poder que se exerce sobre nós nas formas jurídicas e nas formas policiais recentes? É necessário lembrar que o poder não é um conjunto de mecanismos de negação, de recusa, de exclusão. Mas, efetivamente, ele produz. Possivelmente produz até os próprios indivíduos. (2006. p. 84)

Com esse pensamento conclui-se que essa maneira de representação da comunidade através de apenas um ator social seja ineficaz, haja que o Estado, enquanto agência do poder, amoldure essa nova dinâmica para reverter isso a seu próprio favor, deixando assim, a comunidade mais uma vez sem voz. Com isso, é preciso sempre questionar e não aceitar "verdades" impostas. Sobre esse tema o autor traz a definição e ideia da museologia nômade, sendo ela, aquela que olha o real de inúmeras formas e que está em constante mudança, não sendo estática, que se situa fora do campo das ideias. O autor diz que a museologia nômade é a museologia da prática, é aquela que vê mudanças e analisa os processos de transição, afirmando que a verdade é relativa. Ele extrai essa nomenclatura da ideia de pensamento nômade de Foucault e Nietchzen. A ideia de Nietechzen é que para haver mudança, é preciso um processo criativo, sendo este singular e que não tenta se enquadrar em nada pré-estabelecido.

A educação patrimonial pode realmente ser transformadora para a formação de indivíduos mais críticos e inconformados com "verdades" impostas. Assim a museologia é uma grande aliada nessa função de educar, já que o museu é um instrumento perfeito para que isso ocorra. Quando as ações voltadas ao território e à comunidade são desenvolvidas pelos museus, há um despertar daqueles indivíduos do local para o conhecimento, gerando neles um sentimento de pertencimento e consequentemente de identidade. Nesse sentido que o Alonso Fernández (1999) desenvolve o capítulo 4 de seu livro La Nueva Museologia.

Falar de educação patrimonial então, é falar de algo praticamente anônimo. Atualmente esta educação é considerada um dos objetivos da museologia. Cabe ressaltar que há ainda bastante incertezas e polêmicas entre diversos autores e intelectuais da área, já que não há um consenso de qual é o campo da museologia e se ela é uma ciência ou não. Tal problemática é bastante debatida em dois livros, um de Alonso e outro de Hernandez. Pedro Leite (2018) coloca que o museu deve ser independente, educando para gerar atores sociais críticos, que desenvolvam e que controlem suas próprias comunidades de forma coletiva, defendendo que para isso os museus também desenvolvam determinadas atividades econômicas. Ora, como ter tudo isso se nem mesmo há um consenso e um entendimento pacífico de qual é a área da museologia.

Pedro Leite (2018) afirma ainda que a cultura deve ser um processo de afirmação dos Direitos dos sujeitos e que se possa criar transformações a partir das normativas. Aqui devo discordar, pois não se cria mudanças a partir de normas, mas sim ao contrário. As normas surgem para assegurar e legislar sobre algo novo, que ainda não foi legislado, mas que se tornou habitual e uma situação aceitável socialmente, necessitando ser legislada para dar uma segurança jurídica para esse fato. Portanto, o que deve acontecer primeiro é o fato social, para só depois nascer o Direito. Cabe repisar que é necessário que haja ações no sentido de despertar o sentimento de conhecimento e pertencimento, através dos museus, para se gerar as identidades definidas.

CONCLUSÃO

Percebe-se, pois, que as políticas relacionadas ao patrimônio e consequentemente à identidade passaram a contar com outros atores sociais engajados, tendo o Estado, então, que reconhecê-los. Ademais, ocorre uma fragmentação na produção de patrimônio, sendo criados patrimônios ligados a diversos movimentos sociais, reivindicados, reconhecidos e contestados. Tal fragmentação da reprodução do patrimônio desperta uma extensa rede de mercado: o turismo, comércio, restaurante, visitações, festivais, entre outros. Com esse mercado surge uma preocupação dos intelectuais quanto à preservação, pois muitos veem esse processo como perda e destruição do próprio patrimônio. Para os discursos modernistas o turismo sempre foi visto como um perigo à preservação. Eles entendem que os patrimônios preservados são objetos de desejo pelo amor ou pelo ódio.

Para os intelectuais modernos a destruição é vista como um espectro externo, como algo que vem de fora. Mas pergunta-se: em que medida a destruição não convive

internamente com as próprias práticas de preservação? Para responder tal pergunta é necessário observar o que é destruído ou esquecido e é necessário saber que existe uma espécie de destruição domesticada onde a noção de perda não atinge mais o papel central.

Os Batamalibas, têm uma arquitetura singular e por isso foram declaradas como patrimônio histórico pela Unesco. As suas casas são baseadas no próprio corpo humano, tendo suas partes divididas como cabeça, braços, pernas e até mesmo partes destinadas ao sexo. Os Batamalibas entendem suas casas como seres humanos que nascem, se formam e que morrem. Desta maneira quando o membro mais velho da família falece, a casa deve ser destruída, podendo ficar apenas algumas partes dela para que os descendentes do falecido construam novas casas.

Essa é uma tradição típica de seu povo. Portanto verifica-se que esses africanos não estão preocupados com a preservação de suas casas, mas sim com uma conexão universal com os deuses. Eles entendem que, assim como o corpo, o bem dele deve ser destruído. Tal prática social caracteriza-se como patrimônio imaterial, mas como se preservar tudo isso? Eis essa uma intrigante discussão e preocupação dos estudiosos.

Noutro plano, percebe-se que a destruição também pode ser feita pela hostilidade e pelo ódio. Tal característica se verifica mais fortemente relacionada a religião. Isso pode ser muito bem visualizado nos confrontos religiosos de destruição entre a Síria e o Iraque, onde eles destroem objetos e centros religiosos uns dos outros. Tal prática ocorre porque eles se sentem ameaçados por determinadas imagens. Isto posto verifica-se uma ambivalência, pois os mesmos que destroem as imagens são os mesmos que se sentem ameaçados por elas, reconhecendo assim o seu poder. Logo, a destruição está diretamente ligada à concepção de poder. Nesta concepção a permanência desses objetos levaria necessariamente à permanência da memória e da identidade, enquanto a destruição ao esquecimento. Analisando toda a prolixidade e o contexto político-social da contemporaneidade, a chave de tudo está: primeiro na educação patrimonial e segundo na gestão adequada desses espaços culturais. Esses dois pontos estão indissociáveis da economia e do Estado.

REFERÊNCIAS

FERNÁNDEZ, Luiz Alonso. **Introducción a la nueva museología**. Madrid: Alianza Editorial S.A, 1999.

FOUCAULT, Michel. Sou um pirotécnico. IN: POL-DROIT, Roger (org.). **Michel Foucault: entrevistas**. Rio de Janeiro: Graal, 2006, p 67-102.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **O Mal-Estar no Patrimônio: Identidade, Tempo e Destruição**. Rio de Janeiro: Estudos Históricos, 2015, vol.28, nº 55, p. 211-228.

HERNÁNDEZ, Francisca Hernández. **Plantiamentos teóricos de la museologia**. Espanha: Ediciones Trea, S.L.,2006.

VARINE, Hugues de. **As raízes do Futuro: o patrimônio a serviço do desenvolvimento local**. Porto Alegre: Medianiz, 2012, 256 pp.

LEITE, Pedro Pereira. **Museología Nómada y Economía Solidaria: Sobre el acto de educación popular patrimonial.** Colômbia: Conferência XIX MINOM -II Catedra Latinoamericana de museologia Social - I Jornada latinoamericanas de Museologia Social, 2018.

IX Encontro Internacional de Direitos Culturais
9th International Meeting on Cultural Rights
Direitos Culturais: Impactos da Pandemia
Cultural Rights: Impacts of the Pandemic
05 A 09 DE OUTUBRO
ISSN-e 23169982

DESTRUIÇÃO DE MONUMENTOS HISTÓRICOS ASSOCIADOS À OPRESSÃO

DESTRUCTION OF HISTORICAL MONUMENTS ASSOCIATED WITH OPPRESSION

Juliana Rodrigues Barreto Cavalcante[60]

RESUMO

Durante o cenário de pandemia ocasionada pela COVID-19 movimentos antirracistas foram reavivados em vários lugares do mundo, com o objetivo de denunciar o racismo estrutural e expor a maneira agressiva que agentes públicos tratam vidas e corpos negros. Dessa forma, o sentimento de repugnância e revolta dos manifestantes se materializou na destruição de monumentos de figuras históricas associadas à opressão de negros e índios. O presente trabalho objetiva analisar a problemática a partir de uma reflexão envolvendo a derrubada das estátuas e sua consequência sobre as memórias coletivas que representam a formação e a preservação da cultura e da identidade de um povo. A metodologia utilizada consiste em pesquisa bibliográfica e documental quanto ao tipo. Conclui-se que é preciso pensar com criticidade na manutenção da memória que deverá ser preservada para as gerações futuras.

Palavras-chave: Destruição de monumentos históricos. Racismo. Memórias coletivas.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

During the pandemic scenario caused by COVID-19, anti-racist movements were revived in various parts of the world, with the objective of denouncing structural racism and exposing the aggressive way that public agents treat black lives and bodies. Thus, the feeling of disgust and revolt of protesters materialized in the destruction of monuments of historical figures associated with the oppression of blacks and indians. The present work aims to analyze the problem from a reflection involving the overthrow of statues and their consequence on the collective memories that represent the formation and preservation of the culture and identity of a people. The methodology used consists of bibliographic and documentary research as to the type. It is concluded that it is necessary to think critically about maintaining the memory that should be preserved for future generations.

Keywords: Destruction of historical monuments. Racism. Collective memories.

INTRODUÇÃO

A temática do racismo tem ocupado a centralidade das discussões e manifestações mais recentes como um problema moral ou cultural que requer enfrentamento. Diante do episódio envolvendo a morte de George Floyd, cidadão negro e norte-americano, na cidade de Minneapolis, nos EUA, uma onda de protestos se espalhou pelo mundo com o objetivo de

[60] Mestranda em Teoria Política e Direito Constitucional. Advogada

questionar o uso da força bruta de policiais contra populações negras, bem como lutar contra as inúmeras situações de racismo existentes.

Aos 25 de maio de 2020, George Floyd foi algemado e colocado sob a pressão do joelho de um dos policiais brancos que o abordavam. Após informar diversas vezes que não conseguia respirar, enquanto era filmado por transeuntes e observado pelos policiais, perdeu os sentidos, e veio a óbito[61]. No mesmo mês, João Pedro, um jovem brasileiro de 14 anos, foi morto dentro de sua própria casa, em situação semelhante, durante uma operação policial. Os episódios de violência ostensiva geraram imediata revolta e retomaram o movimento ativista, internacional e antirracista "Black Lives Matter" (em português: vidas negras contam, importam), que teve início no ano de 2013, com origem na comunidade afro-americana, cujo objetivo consiste em "denunciar o racismo estrutural e mostrar a maneira agressiva que policiais americanos tratam vidas e corpos negros, reivindicando por justiça" (DINIZ, 2020).

Um dos principais desdobramentos desta retomada ativista foi a destruição de monumentos históricos associados à escravidão de negros e índios, o que ocasionou a derrubada da estátua de Edward Colston (1636-1721), comerciante inglês que investiu na exploração de escravos em Bristol, na Inglaterra. A estátua foi arrancada de seu pedestal, atirada em um rio, e, posteriormente, substituída por uma obra que representava a figura de uma manifestante antirracista: Jen Reid, com seu punho erguido[62].

Outras estátuas ligadas ao colonialismo e ao tráfico de escravos também foram derrubadas, pichadas e quebradas nos EUA, como as de Cristóvão Colombo (1451-1506), localizadas em Baltimore, Boston, Richmond e Houston[63]. Na Bélgica, bustos do rei Leopoldo II (1835-1909), que teve participação direta no processo de colonização da África e estipulou a escravidão como principal forma de trabalho em seus domínios, foram pichados.

---

[61]BBC NEWS MUNDO. **Caso George Floyd.** On-line, 2020. Disponível em: https://bbc.in/2P3wvNE. Acesso em 18 jul. 2020.

[62] A estátua de **Jen Reid** foi recentemente retirada do pedestal que ocupava por falta de autorização da prefeitura de Bristol. Contudo, de acordo com as autoridades locais, a obra será levada a um museu para que o autor possa recuperá-la ou doá-la à coleção municipal.

[63] GUIMÓN, Pablo. **Estátuas de Colombo são o novo alvo do movimento revisionista nos EUA**. El PAÍS, 2020. Disponível em: https://bit.ly/2Ckg8d4. Acesso em 18 jul. 2020.

Diversos pedidos de remoção de estátuas de Juan Ponce de Léon (1474-1521), conquistador espanhol, foram feitos ao governo de Porto Rico[64], incluindo o do Conselho de Defesa dos Direitos Indígenas, objetivando dar um primeiro passo para a derrubada dos símbolos de opressão. No Brasil, um projeto de lei foi protocolado por uma deputada do Estado de São Paulo, para propor a retirada de monumentos que prestem homenagem a bandeirantes.

Inúmeras manifestações eclodiram em outros países no mundo todo, mesmo em meio ao período de pandemia ocasionado pelo avanço da transmissão da COVID-19. Ocorre que materializar o sentimento de repugnância na destruição das estátuas impõe reflexões acerca da ideia proteção do patrimônio cultural, e, consequentemente, de direitos culturais, que se relacionam "às artes, à memória coletiva e ao fluxo dos saberes assegurando a seus titulares o conhecimento e uso do passado, interferência ativa no presente e a possibilidade de previsão e decisão de opções referentes ao futuro, visando sempre à dignidade da pessoa humana" (CUNHA FILHO, 2018, p. 28). Assim, é necessário compreender, antes, que o contexto destes monumentos tematiza passados sensíveis e memórias traumáticas de nossa História.

METODOLOGIA

Metodologicamente, a pesquisa caracteriza-se como bibliográfica e documental quanto ao tipo, pois se construiu com base na análise de notícias, obras e artigos científicos relacionados à temática. Buscou-se compreender melhor a problemática da derrubada de monumentos históricos que simbolizam opressão, no contexto no movimento "Black Lives Matter".

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O episódio ocorrido com George Floyd reavivou movimentos antirracistas que despejaram todo o seu sentimento de revolta e repugnância em estátuas de escravocratas e colonizadores ao redor do mundo. De acordo com Djamila Ribeiro (2019, p. 06), "movimentos de pessoas negras há anos debatem o racismo como estrutura fundamental das

[64] CNB. Porto Rico - **Manifestantes pediram aos líderes a retirada dos monumentos que representam opressão**. Online, 2020. Disponível em: https://bit.ly/3995Eci. Acesso em 18 jul. 2020.

relações sociais, criando desigualdades e abismos. O racismo é, portanto, um sistema de opressão que nega direitos". Com isso, é necessário reconhecer seu caráter estrutural.

Em uma sociedade como a brasileira, o racismo estrutural pode determinar a forma como pensamos. Assim, a cor da pele passa a ter um significado diferente, relacionado a capacidades físicas, intelectuais e sexuais. Sobre este aspecto, é fundamental rememorar uma perspectiva histórica que se inicia pela relação direta que há entre escravidão e o racismo, e como tudo isso causa impactos, até os dias hodiernos, na forma como a sociedade se organiza.

Em países como EUA e Brasil a abordagem de policiais contra negros possui tendência a ser mais agressiva, e isso constitui uma forma de racismo institucional, um dos pilares do racismo estrutural. Trata-se de uma manifestação do preconceito por parte de instituições públicas ou privadas do estado e das leis, ou de agentes públicos, que, de forma direta ou indireta, promovem a exclusão racial.

O racismo estrutural é uma decorrência da própria estrutura social, no âmbito da normalidade em que são constituídas as relações políticas, econômicas, jurídicas e familiares. Provém de um processo histórico, manifestando-se em momentos decisivos e específicos em circunstâncias determinadas, mas notando-se também na manifestação de práticas racistas em conexão com as transformações da sociedade. Assim, os processos históricos, em movimentos de ruptura social ou não, carregam em si os símbolos que fomentam o racismo (ALMEIDA, 2018).

Feitas tais considerações, parte-se para a análise da derrubada das estátuas, que por sua vez, não se tratam de simples monumentos, mas trazem à tona figuras de personalidades históricas que protagonizaram processos violentos de opressão a certos povos, como negros e indígenas. Em primeiro lugar, é importante compreender que o campo cultural vive em constante mutação que instiga a prática dialógica com diferentes grupos em busca de uma identidade. O patrimônio histórico e cultural de um povo se mantém, portanto, vivo graças às práticas de memória que o revestem. Assim, sua história dá-se justamente àquela que a sociedade constrói, e sua compreensão deriva dessas construções sociais no tempo.

Uma das implicações levantadas com relação à destruição dos monumentos culturais é a consequência sobre as memórias coletivas que representam a formação e a preservação da cultura e da identidade de um povo. **Para tanto, entende-se como monumento, uma "**obra

criada pela mão do homem e edificada com o propósito preciso de conservar presente e viva, na consciência de gerações futuras, a lembrança de uma ação ou destino" (RIEGL, 2006, p. 43), podendo "evocar o passado e perpetuar a recordação" (LE GOFF, 1990, p. 536).

Etimologicamente, o termo "monumento" possui origem latina e provém do verbo *monere*, que significa recordar, perpetuar uma determinada memória**. De acordo com a definição do Dicionário Larousse (2006, p. 1781):**

> **1. obra de arquitetura ou de escultura destinada a transmitir ou a perpetuar para a posteridade a lembrança de um grande vulto ou de um acontecimento; 2. Mausoléu, sepultura suntuosa; 3. edifício público notável pela sua grandeza ou pela sua magnificência; 4. qualquer obra intelectual ou material que, pelo seu alto valor passa à posteridade; 5. Documentos diversos que constituem acervo para estudo.**

A própria definição da palavra carrega a incumbência de transmitir às gerações futuras o significado da obra ou, no contexto desta abordagem, o que representa aquele personagem, quem ele foi e o que fez. Assim, questiona-se: há sentido em perpetuar obras de figuras históricas que possuíam privilégios em relação a outros grupos, em razão da raça, e que se utilizavam da dominação destes povos para alcançar poder? Qual mensagem será transmitida às futuras gerações? Existe outra alternativa, que não seja a derrubada das estátuas, tendo em vista que não há como apagar sua existência e importância em um dado contexto histórico?

O professor Allan Carlos Moreira Magalhães defende a necessidade de uma ressignificação da narrativa histórica, tendo em vista que "a destruição dos monumentos afeta a própria capacidade de ressignificação do passado, pois consiste na eliminação definitiva de peças que compõem o grande mosaico das memórias coletivas", e cita exemplos ocorridos na Rússia, na Alemanha e na Polônia, onde se optou por proteger monumentos que tratavam sobre o holocausto e o poder de czares, sem, contudo, objetivar o culto ao nazismo ou ao absolutismo, mas preservar o passado (MAGALHÃES, 2020).

Há de se rememorar, nesse sentido, a ideia de antimonumentos que contestaram a violência estatal perpetrada durante os regimes de exceção. Os memoriais e museus do Holocausto, por exemplo, teorizam o trauma e transformam os campos de concentração em testemunhos de memórias.

Nesse aspecto, uma alternativa viável para amenizar o problema inicialmente lançado, seria, aparentemente, o enfrentamento do passado para propiciar uma reconstrução

semântica; e, nesse sentindo, a remoção dos monumentos dos espaços públicos, por exemplo, seria mais aceitável do que sua destruição, que constitui dano ao patrimônio público, retirando assim, a ideia de enaltecimento e glorificação de figuras que representam uma história de opressão sobre pessoas.

Na legislação brasileira, por exemplo, não há previsão expressa que corrobore com a ideia de destruir ou remover bens patrimoniais. Pelo contrário: o art. 215 da CF/88 estabelece que o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e o acesso às fontes da cultura nacional, incentivando e valorizando a cultura; e o art. 216, §1º, da CF/88 dispõe que o Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação.

Ocorre que a inquietação que parte da perspectiva da proteção do patrimônio cultural também deve interligar-se ao processo de construção histórica da memória coletiva, e isso diz muito sobre o nosso passado, podendo reabrir feridas nas pautas de lutas sociais que perduram até hoje. Recentemente, o professor Silvio Almeida, jurista, filósofo e escritor, concedeu entrevista relatando que a pandemia pode fazer com que prevaleçam novas formas de desigualdades, e muitas pessoas choraram pelas estátuas, mas foram incapazes de chorar pela morte de um negro. Assim, como é possível ressignificar uma obra no contexto do racismo e da opressão? Qual é a manutenção de memória que deverá ser preservada para as gerações futuras? A raça como critério de dominação que perpetua a supremacia branca ou o respeito e o reconhecimento à luta de povos negros e indígenas e seus ancestrais?

CONCLUSÃO

A memória coletiva representa a formação e a preservação da cultura e da identidade de um povo. Verificou-se que, a partir de manifestações antirracistas em vários países do mundo, monumentos de colonizadores e escravocratas foram destruídos, pichados e derrubados, gerando um campo de reflexões acerca da esfera da proteção do patrimônio histórico e cultural.

A ideia trazida no **PL 404/SP é de retirar os monumentos das vias públicas e armazená-los em museus estaduais, para fins de preservação do patrimônio histórico,**

de modo a estabelecer uma política de combate ao racismo no que diz respeito ao reconhecimento do direito à verdade e à memória da população negra.

Nesse contexto, Paul **Ricoeur (**2007, p. 505) **assinala que** é por meio da crítica histórica que a memória encontra o sentido da justiça. Assim, há um privilégio que não pode ser recusado à história: não apenas o de estender a memória coletiva além de toda lembrança efetiva, mas o de corrigir, criticar, e até mesmo desmentir a memória de toda uma comunidade determinada, quando ela se retrai e se fecha sobre seus sofrimentos próprios a ponto de se tornar cega e surda aos sofrimentos das outras comunidades.

Contudo, há de se levar em consideração que o simbolismo das estátuas marca aquilo pelo qual se luta contrariamente, ou seja, o racismo e a supremacia branca nos lugares de poder, e, talvez, a tentativa de ressignificação das obras não seja eficiente no contexto do racismo, haja vista que a opressão deve ser combatida, e a luta do povo negro diz respeito ao combate diário e histórico de segmentos que tentam invalidar a existência do racismo. Por outro lado, estátuas e patrimônios históricos são pontos de memória, e muito do seu significado dependerá da história que contamos. Assim, uma alternativa que não seja a destruição das obras é a sua retirada dos locais públicos, que, de certa forma exaltam-nas, e posterior remoção para museus de história, sendo colocadas em uma narrativa histórica de memória que ensine que o contexto delas e de seus personagens era de opressão e violação de direitos humanos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BBC NEWS MUNDO. **Caso George Floyd: o que se sabe de Derek Chauvin, policial acusado pela morte que abalou os EUA**. On-line, 2020. Disponível em: https://bbc.in/2ClHb7P. Acesso em 18 jul. 2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. **Teoria dos Direitos Culturais: fundamentos e finalidades**. São Paulo: Sesc, 2018.

CNB. **Porto Rico - Manifestantes pediram aos líderes a retirada dos monumentos que representam opressão**. On-line, 2020. Disponível em: https://bit.ly/3995Eci. Acesso em 18 jul. 2020.

DINIZ, Yasmine. **O que está acontecendo no mundo: movimento Black Lives Matter.** Imaginie, 2020. Disponível em: https://bit.ly/2ZFZahR. Acesso em 18 jul. 2020.

LAROUSSE. **Dicionário Enciclopédico**. vol. 16. São Paulo: Abril, 2006.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990

FOLHA DE S.PAULO. **Caso George Floyd: quem era o americano negro morto sob custódia**. On- line, 2020. Disponível em: https://bit.ly/3jkoXnO. Acesso em 18 jul. 2020.

GUIMÓN, Pablo. **Estátuas de Colombo são o novo alvo do movimento revisionista nos EUA**. EL PAÍS, 2020. Disponível em: https://bit.ly/2Ckg8d4. Acesso em 18 jul. 2020.

MAGALHÃES, Allan Carlos Moreira. **Monumentos opressivos: destruir ou ressignificar?** IBDCult, 2020. Disponível em: https://bit.ly/3fOkFCR. Acesso em 20 jul. 2020.

PRESSE, France. **Estátua que representava manifestante do 'Black Lives Matter' é retirada da cidade de Bristol.** Portal G1 de notícias, 2020. Disponível em: https://glo.bo/3fIEdIY. Acesso em 19 jul. 2020.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RIEGL, Alois. **O Culto Moderno dos Monumentos. A sua essência e a sua origem**. 1ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2014.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento.** 6ª edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 2007.

ROBIN, Régine. 2016. **A Memória Saturada**. Campinas, São Paulo: UNICAMP.

IX Encontro Internacional de Direitos Culturais
9th International Meeting on Cultural Rights
Direitos Culturais: Impactos da Pandemia
Cultural Rights: Impacts of the Pandemic
05 A 09 DE OUTUBRO
ISSN-e 23169982

DIREITOS CULTURAIS COMO VIÉS DE CIDADANIA EM TEMPO DE PANDEMIA

CULTURAL RIGHTS AS A WAY FOR CITIZENSHIP IN PANDEMIC TIME

SANTANA S. G. O[65]. LOURAU J.[66]

RESUMO

Este trabalho traz os Direitos Culturais num viés emancipatório do processo de cidadania, neste momento em que a pandemia pelo COVID – 19, desafia a humanidade a encontrar novas formas de relações sociais e manifestações culturais, entendendo que o efetivo exercício dos direitos culturais, do acesso às fontes da cultura nacional e a liberdade das manifestações culturais, é dever do Estado no âmbito de sua competência garantí-los, inclusive em tempos de pandemias, vez que, enquanto direitos de segunda geração, estão intimamente ligados a concepção dos direitos humanos. Assim, o presente trabalho inscrito sob o eixo temático "Relações jurídicas atinentes às memórias coletivas" tem como objetivo analisar, à luz da situação pandêmica, a questão dos direitos culturais sob uma perspectiva estrutural, observando a diversidade de cenários, a oportunidade de relações interativas no bojo da Sociedade e o direito à informação e a cultura, através de uma pesquisa bibliográfica e documental.

Palavras chaves: Direitos culturais, cidadania, pandemia

RESUMO EM INGLÊS

This work brings Cultural Rights in an emancipatory bias of the citizenship process, at a time when the pandemic by COVID - 19, challenges humanity to find new forms of social relations and cultural manifestations, understanding that the effective exercise of cultural rights, access to the sources of national culture and the freedom of cultural manifestations, it is the duty of the State within the scope of its competence to guarantee them, even in times of pandemics, since, as second generation rights, they are closely linked to the conception of human rights. Thus, the present work, inscribed under the thematic axis "Legal relations related to collective memories" aims to analyze, in the light of the pandemic situation, the issue of cultural rights from a structural perspective, observing the diversity of scenarios, the opportunity for

[65] Assistente Social, advogada, Mestre em Políticas Sociais e Cidadania, membro do grupo de pesquisa Antropologia, fronteiras, espaços e cidadania (AFEC).

[66] Doutora em Etnologia e antropologia social (EHESS/França), professora e coordenadora do PPG de Políticas Sociais e Cidadania, Universidade Católica do Salvador, líder do grupo de pesquisa Antropologia, fronteiras, espaços e cidadania (AFEC).

interactive relationships at the heart of society and the right to information and culture, through bibliographic and documentary research.

Keywords: Cultural rights, citizenship, pandemic

INTRODUÇÃO

No esteio de direitos de 2ª geração, como são os direitos sociais e econômicos, os direitos culturais trazem a necessidade da figura do Estado como garantidor da prestação de políticas públicas a todos cidadãos. Sua importância ganhou força no século XIX, com a Revolução Francesa e após a IIª Grande Guerra Mundial, junto com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, momento em que em todo o mundo e em seus regramentos, a preocupação com o ser humano e com a sua dignidade, introduziu em suas políticas públicas o acesso aos bens culturais, a proteção ao patrimônio cultural o reconhecimento e proteção dos direitos de propriedade intelectual bem como o de livre expressão e criação.

Direitos Culturais são aqueles afetos às artes, à memória coletiva e ao repasse de saberes, que asseguram a seus titulares o conhecimento e uso do passado, interferência ativa no presente e possibilidade de previsão e decisão de opções referentes ao futuro, visando sempre à dignidade da pessoa humana (CUNHA FILHO, 2000, p. 34).

A Declaração de Viena de 1993, recepcionado na Carta Magna de 1988, sob o título de liberdades e direitos fundamentais, traz a noção da indivisibilidade dos direitos humanos, sejam os direitos civis e políticos ou direitos econômicos, sociais e culturais ou de forma ampliada outros direitos afeitos a natureza humana, como à solidariedade, à paz, ao desenvolvimento e aos direitos ambientais.

A questão inicial que se coloca é como um Estado Democrático de Direito, historicamente ausente na efetivação de direitos de segunda geração, pode garantir a eficácia social ao texto Constitucional, sobretudo em tempo de Pandemia? Percebe-se lacunas entre o direito posto e a realidade fática, onde o artigo 215 traz um Estado garantidor na valorização, difusão da cultura e manifestações culturais e um Plano Nacional de Cultura, ambos inseridos num projeto neoliberal.

METODOLOGIA

A natureza da nossa pesquisa é qualitativa com perspectiva interdisciplinar. São utilizadas as técnicas de revisão bibliográfica, análise documental (boletins epidemiológicos,

Diário Oficial do Município, jornais de grande circulação, textos legais), e relato de experiência e testemunho ocular (uma das autoras atua na logística da rede de saúde em Salvador, BA).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A maneira como os Direitos Culturais são entendidos na prática e até onde seus propósitos são menos mercadológicos e mais emancipatórios (do ponto de vista da cidadania) estão no centro do nosso estudo pelo qual observamos como se deu o processo de formação sócio-política e econômico-cultural na Sociedade Brasileira. Segundo Carvalho (2001, 229):

> A cultura do consumo dificulta o nó que torna tão lenta a marcha da cidadania entre nós, qual seja, a incapacidade do sistema representativo de produzir resultados que impliquem a redução da desigualdade e o fim da divisão dos brasileiros em castas separadas pela educação, pela renda, pela cor.

O novo século desponta inquietações de Governos signatários de tratados que asseguram direitos humanos. A própria Constituição de 1988 ampliou o leque de direitos e os elevou ao patamar de fundamentais, mas a realidade não materializa estes Direitos.

A doutrina considera espécies de direitos culturais a saber: o **direito autoral** (artigo 5º, XXVII e XXVIII), o **direito à liberdade de expressão** da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação (artigos 5º, IX, e 215, §3º, II), o **direito à preservação do patrimônio** histórico e cultural (artigos 5º, LXXIII, e 215, §3º, inciso I); o **direito à diversidade** e **identidade cultural** (artigo 215, *caput*, § 1º, 2º, 3º, V, 242, § 1º); e o **direito de acesso à cultura** (artigo 215, §3º, II e IV).

Consoante dispositivos supra, os direitos culturais dizem respeito à valorização e proteção do patrimônio cultural; à produção, promoção, difusão e acesso democrático aos bens culturais, à proteção dos direitos autorais e à valorização da diversidade cultural e por fim, acesso a cultura. Direitos intrinsecamente relacionados ao protagonismo do Estado, à consolidação da democracia e dos ideais de cidadania propícios ao desenvolvimento.

Por meio da Emenda Constitucional n. 48/2005 foi acrescentado o §3º ao art. 215, dispondo a obrigatoriedade da elaboração do Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, objetivando ações integradas entre as três esferas de governo em prol da cultura do país.

A cultura reflete o modo de agir da sociedade e a identidade de um povo, mostrando-se necessário para a garantia da dignidade humana e das liberdades fundamentais, postulado como direito universal, indissociável e interdependente. Numa visão antropológica, segundo a definição de Clifford Geertz, trata-se de um:

> [...] padrão de significados transmitidos historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de concepções herdadas expressas em formas simbólicas por meio das quais os homens comunicam, perpetuam e desenvolvem seu conhecimento e suas atividades em relação a vida. (CLIFFORD GEERTZ, 2008, p. 66).

A definiçao antropologica da cultura nos ajuda a pensar o Brasil na sua dimensão plural e multicultural. O protagonismo de sujeitos e a complexidade da realidade sócio-histórica desafiam as sociedades modernas a trabalharem proativamente questões de diversidade e participação da população no processo de criação cultural.

A Declaração Universal sobre a diversidade cultural (UNESCO, 2001) traz em seu artigo 1º uma definição para diversidade cultural, a saber:

> **Artigo 1º: Diversidade cultural: um patrimônio comum da Humanidade**
> A cultura assume diversas formas ao longo do tempo e do espaço. Esta diversidade está inscrita no caráter único e na pluralidade das identidades dos grupos e das sociedades que formam a Humanidade. Enquanto fonte de intercâmbios, inovação e criatividade, a diversidade cultural é tão necessária para a Humanidade como a biodiversidade o é para a natureza. Neste sentido, constitui o patrimônio comum da Humanidade e deve ser reconhecida e afirmada em benefício das gerações presentes e futuras.

A diversidade cultural trabalha os conflitos entre as identidades, levando em conta as diferenças, enquanto patrimônio coletivo, que devem estar presentes nas políticas culturais e nos regramentos, bem como nos acordos internacionais, ampliada no tocante a garantias fundamentais, aos direitos humanos.

Quando a Organização Mundial da Saúde decretou a situação pandêmica pelo COVID 19, em março de 2020, uma nova realidade despontava, preconizando o isolamento social diante um inimigo desconhecido e um sistema de saúde, frágil frente a uma possível evolução dos números de infectados, além do crescimento da demanda por leitos e materiais de penso.

Este isolamento trouxe consequências sócio econômicas, onde setores da sociedade, foram afetados. Neste cenário, o setor cultural que tem o público como protagonista, sofreu com a impossibilidade da abertura de suas salas de espetáculos, comprometendo o

funcionamento de estabelecimentos presenciais como teatros, cinemas, museus, galerias de arte e mesmo produções das espécies de direitos culturais, que é um mercado grande e que envolve muitos trabalhadores.

A tutela do bem da vida, é necessário, estando ou não em situação pandêmica e requer mudança de foco ou um olhar ampliado do Governo e da Sociedade, para garantir a vida, sem preterir direitos fundamentais, vez que são responsáveis pela vida numa perspectiva emancipatória, com dignidade e respeito.

A pandemia afetou a normalidade do setor cultural, mas preservou a sua importância, sobretudo no confinamento, pois mesmo no isolamento prescrito, a arte se fez presente com recursos tecnológicos como a internet, a mídia audio e televisiva, em noticiários que no escárnio da doença, revelava oasis em forma de apresentações artísticas, de artistas desconhecidos, nos palcos da vida, seja nos leitos hospitalares ou em condomínios residenciais, nas varandas, ou áreas comuns, reafirmando sua presença no gesto de aproximação e solidariedade.

A tutela aos Direitos Culturais presente na CF/88 traz um conteúdo de redemocratização pela livre expressão e acesso à cultura e do Estado como garantidor de políticas públicas a este fim. Até a Constituição de 1988, o que tínhamos eram ações que logo se tornavam marco, como as empreendidas por Mário de Andrade, ícone do Modernismo e da Semana de Arte Moderna de 1920. Muitos governos, inclusive populistas ou ditadores como o de Getúlio Vargas, utilizavam essas ações como estratégia de unidade e identidade nacional.

Neste diapasão os direitos culturais invocam o direito a memória, onde a história de um povo e o seu patrimônio cultural, aparecem como essenciais a um Estado Democrático de Direito. Em tempos de Pandemia, invocam os direitos humanos, a dignidade e a cidadania cultural como ampliação do já referido bem da vida, na sua concepção macro.

Outrossim, a EC nº 048/2005 nasce na perspectiva de uma política de cultura democratizante, por espaços socioculturais acessíveis a todos, da cidadania cultural e da identidade de um povo, que agregue e integre às políticas públicas, dando visibilidade ao protagonismo de sujeitos historicamente preteridos.

Segundo a filósofa Marilena Chauí:

> [...] a política cultural definida pela idéia de cidadania cultural […] se realiza como direito de todos os cidadãos, direito a partir do qual a divisão social das classes, ou luta de classes, possa manifestar-se e ser trabalhada porque, no exercício do direito à cultura, os cidadãos, como sujeitos sociais e políticos, se diferenciam, entram em conflito, comunicam e trocam suas experiências, recusam formas de cultura, criam outras e movem todo o processo cultural. (CHAUÍ, 2006, p. 238).

O Plano Nacional de Cultura sem dúvida é um marco observado a partir da Emenda Constitucional supra, que trouxe diretrizes a política cultural, introduzindo mudanças no tratamento às questões da identidade e da valorização da diversidade étnica e regional. Demonstra a posição do Estado como garantidor, numa postura democrática do Ministério da Cultura, reconhecendo a diversidade e o pluralismo das práticas culturais, além de viabilizar incentivos públicos para ações que envolvam Patrimônio Cultural.

Segundo o MinC:

> "o Plano Nacional de Cultura tem por finalidade o planejamento e implementação de políticas públicas de longo prazo para a proteção e promoção da diversidade cultural brasileira . Diversidade que se expressa em práticas, serviços e bens artísticos e culturais determinantes para o exercício da cidadania, a expressão simbólica e o desenvolvimento socioeconômico do País."

Para o fortalecimento da Cidadania Cultural, há que se criar condições sustentáveis ao desenvolvimento da cultura local; investir em políticas de diversidade cultural; a interculturalidade e a cultura em Rede; a arte e o protagonismo dos artistas nos contextos socioculturais; a democratização da comunicação e da informação, protegendo a memória coletiva, enquanto patrimônio cultural.

CONCLUSÃO

Com a declaração da Pandemia do COVID 19, o mundo passou a conviver com um inimigo que não se sabe muito a respeito e do isolamento social como uma das formas de proteção. Situação que tem impactado consideravelmente a economia mundial e muitos setores como o cultural, que tem um protagonismo coletivo, tem se reinventado nas suas formas de apresentação a este público, tendo a tecnologia como um grande aliado.

Situações pandêmicas como a então vivenciada é um desafio para Governo e Sociedade Civil, pois o mundo globalizado que já era virtual, tem se conectado na perspectiva de reduzir as consequências do referido isolamento. Mudam as relações sociais de produção, o Mercado e a mercadoria; surgem novas demandas e novas ofertas, sendo necessário repensar o direito.

A proposição é que os dispositivos constitucionais tenham efetividade e valorize o desenvolvimento humano e solidário, que incentive políticas culturais democráticas, iniciativas culturais inovadoras e o diálogo entre sociedade civil e o governo, capazes de enfrentar as adversidades

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **"Constituição da República Federativa do Brasil":** promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. (Série Legislação Brasileira).

BRASIL. Ministério da Cultura (MinC). www.cultura.gov.br. Acesso em 25 fev. 2009 **PLANO NACIONAL DE CULTURA (PNC): Diretrizes Gerais.** Disponível em www.cultura.gov.br. Acesso em 25 fev.2009.

CALABRE, Lia. Políticas Culturais no Brasil: balanço & perspectivas. *In:* RUBIM, A.; BARBALHO, A. (Org.) **Políticas Culturais no Brasil**. Salvador: EDUFBA, 2007.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil:** o longo caminho. 15. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

CHAUÍ, Marilena. **"Cidadania cultural: O direito à cultura".** São Paulo: Editora da Fundação Perseu Abramo, 2006.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

MORAES, Alexandre de. **"Direito Constitucional"**. São Paulo: Atlas, 2008. Silva, José Afonso. Curso de Direito Constitucional Positivo. 15ª ed. São Paulo: Ed Malheiros, 1998

SANTOS, Tânia Maria dos. **Direito à Cultura na Constituição Federal de 1988**, Editora: Verbo Jurídico, 1ª edição, 2007, Porto Alegre.

IX Encontro Internacional de Direitos Culturais
9th International Meeting on Cultural Rights
Direitos Culturais: Impactos da Pandemia
Cultural Rights: Impacts of the Pandemic
05 A 09 DE OUTUBRO
ISSN-e 23169982

DO MONUMENTO HISTÓRICO AO ANTIMONUMENTO: O QUE MUDOU NO CAMPO DO PATRIMÔNIO CULTURAL?

FROM HISTORICAL MONUMENT TO ANTIMONUMENT: WHAT HAS CHANGED IN THE FIELD OF CULTURAL HERITAGE?

..

José Ricardo Oriá Fernandes[67].

RESUMO

A temática dos monumentos está na ordem do dia, sobretudo após os protestos e demolição de estátuas que evocavam, em várias partes do mundo, figuras relacionadas ao colonialismo e à escravidão, na esteira da luta contra o racismo estrutural. Nos últimos anos, temos observado, nos centros urbanos do país, uma mudança de paradigma no que se refere à construção de novos monumentos e estátuas que interagem com o transeunte, de modo a despertar nele uma maior atenção. Nesse contexto, eis que emerge a figura do "antimonumento" que, diferentemente do monumento histórico tradicional colocado em pedestais e com a finalidade de exaltação a determinados fatos e personagens de nossa História, procura evidenciar a existência de uma memória traumática relacionada a um passado sensível de nossa História. O texto dará ênfase a essas mudanças no campo da memória nacional e das políticas públicas de patrimônio cultural no Brasil.

PALAVRAS-CHAVE

Memória Nacional. Monumentos. Antimonumento. Patrimônio Cultural

ABSTRACT

The theme of monuments is the order of the day, especially after the protests and demolition of statues that in various parts of the world evoked figures related to colonialism and slavery, in the wake of the fight against structural racismIn recent years, we have observed, in the urban centers of the country, a paradigm shift regarding the construction of new monuments and statues that interact with passersby, in order to attract greater attention. In this context, the figure of the "antimonument" emerges, which, unlike the traditional historical monument placed on pedestals and with the purpose of exaltation to certain facts and characters in our history, seeks to evidence the existence of a traumatic memory related to a sensitive past of our history. The text will emphasize these changes in the field of national memory and public policies of cultural heritage in Brazil.

KEY WORDS

National Memory. Monuments. Antimonument. Cultural Heritage

INTRODUÇÃO

A presente comunicação pretende fazer uma reflexão acerca dos monumentos existentes nas praças públicas do país que tematizam os passados sensíveis e memórias traumáticas

[67] Mestre em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará (UFC). Doutor em História da Educação pela Universidade de São Paulo (USP), realizou estágio de pós-doutorado em História na Universidade Federal Fluminense (UFF). Foi professor do Departamento de História da UFC. Atualmente, é Consultor Legislativo da área de educação e cultura da Câmara dos Deputados.

de nossa História. Em outras palavras, queremos entender a mudança de paradigma que tem se verificado no campo da memória nacional e do patrimônio cultural, sobretudo no que se refere à construção de novos monumentos presentes no espaço urbano. A comunicação se reveste de importância capital, no momento em que vivenciamos, por parte do atual governo, discursos negacionistas acerca de nosso passado ditatorial recente. Assim, os antimonumentos servem para mostrar e denunciar que houve um período de nossa história, marcado pela censura, repressão, tortura, mortes e desaparecimentos políticos.

Sabemos que a proliferação de monumentos se deu, em grande parte do mundo ocidental, a partir da segunda metade do século XIX, momento de afirmação do estado-nação (HOBSBAWN, 1990). Tratava-se de eleger alguns fatos e personagens históricos dignos de registro à posteridade, cujo objetivo básico era promover uma "pedagogia cívica da nação". Maurice Agulhon (1988) chegou a cunhar a expressão "estatuamania" ao descrever a obsessão dos franceses com o desenvolvimento de uma escultura cívica a serviço do fortalecimento do estado nacional francês.

Com o fim da 2ª Guerra Mundial (1939-1945) e a constatação do genocídio praticado pelo nazifascismo que resultou no Holocausto, surge a ideia de antimonumento, para se contrapor aos monumentos celebrativos que exaltavam fatos e efemérides históricas. O antimonumento serve como instrumento de contestação à violência do Estado, perpetrada durante os regimes de exceção e em genocídios (SELIGMANN, 2015). Exemplo de antimonumentos são os diversos memoriais e museus do Holocausto em diversos países, bem como a transformação dos campos de concentração e extermínio que são hoje testemunhos de memórias traumáticas e que tem sido objeto de um processo de patrimonialização.

METODOLOGIA

Usou-se basicamente a metodologia da pesquisa bibliográfica, bem como uma investigação exploratória aos locais onde se encontram os monumentos e antimonumentos referidos no presente texto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Monumentos Históricos: pedras que falam!

Tradicionalmente, os monumentos surgiram como instrumento de afirmação do estado nacional, que emergiu com maior intensidade no século XIX. Etimologicamente, a palavra "monumento" é de origem latina e provém do verbo *monere*, que significa lembrar, recordar, perpetuar uma determinada memória. Assim, seguindo a clássica definição do historiador da arte Aloïs Riegl, monumento "é uma obra criada pela mão do homem e edificada com o propósito preciso de conservar presente e viva, na consciência de gerações futuras, a lembrança de uma ação ou destino" (RIEGEL, 2006, p. 43). Para Rieghl, os monumentos históricos são quase sempre "monumentos intencionais", pois objetivam promover uma homenagem a algum fato ou personagem histórico.

Sempre existiu, desde a mais remota Antiguidade, o interesse em edificar monumentos por parte das diferentes sociedades. No entanto, o culto e o sentido de preservação dos monumentos históricos e artísticos estão relacionados à construção do Estado-nação, longo processo histórico que se inicia por volta do século XV, passa pela Revolução Francesa, já no século XVIII e se consolida, sobretudo, a partir do século XIX, conhecida como a era dos nacionalismos.

Neste sentido, a edificação de monumentos cívicos e históricos foi uma constante no século XIX, na medida em que a construção da identidade nacional exigia a evocação do passado histórico, pautado nos feitos e fatos protagonizados pelos "heróis" e "filhos ilustres" da nação. Surgia o fenômeno social da *estatuamania* (AGULHON, 1988), ou seja, o desenvolvimento da escultura em praças públicas a serviço da cultura cívica.

O século XIX na França foi marcado pela construção de inúmeras estátuas, cujo objetivo maior era o fortalecimento do Estado-nação francês através do culto cívico aos heróis da nacionalidade. Tal postura também foi seguida por outros países ocidentais, a exemplo do Brasil que teve, em comemoração aos quarenta anos de sua independência (1862), a inauguração de nosso primeiro monumento histórico. Estamos nos referindo à estátua equestre do imperador D. Pedro I, no Rio de Janeiro, então capital do Império.

Pretendia-se, pois, através da edificação de estátuas e monumentos, construir a "memória da nação", onde eram selecionados os personagens e fatos dignos de registro à posteridade, que serviriam de instrumento de legitimação ao estado nacional e ao desenvolvimento de uma consciência cívico-patriótica da população.

Os monumentos em praça pública nos permitem fazer uma leitura da história do país. Eles evocam e consagram em "mármore", "granito" ou "pedra e bronze" diferentes tipos de personagens, contribuindo, assim, para a construção de um panteão cívico do país.

No altar da Pátria, os “heróis”, também chamados de “vultos nacionais” ou “filhos ilustres da nação”, são representados e exaltados em bustos, estátuas e monumentos. Segundo Ribeiro (1999, p. 18), “apenas reis, imperadores ou personagens de grande destaque histórico são apresentados em estátuas equestres”. São os homens de ação que costumam receber esse tipo de homenagem em escultura pública. Já os homens de razão, representados por escritores, artistas e intelectuais, são mostrados em estátuas sedestres.

O Antimonumento: passados sensíveis e memórias traumáticas

Determinados fatos históricos ocorridos na história da civilização ocidental, hoje são conceituados e abordados como passados sensíveis e, até mesmo, representam memórias traumáticas, sobretudo para aqueles que sobreviveram a práticas de genocídio. O exemplo mais contundente é o Holocausto, considerado um verdadeiro crime contra a humanidade.

O genocídio perpetrado contra os judeus e outras minorias sociais durante a segunda guerra mundial provocou uma mudança de paradigma na construção de monumentos e na escultura pública presente nas cidades. Surgiu o que se convencionou chamar de antimonumento. O monumento celebrativo à figura ao herói nacional ou a alguma efeméride histórica foi substituído por uma escultura que se pretende instrumento não mais de glória ou exaltação de personalidades, mas à denúncia a alguma arbitrariedade cometida pelo Estado a determinados segmentos da sociedade.

A partir das últimas décadas do século XX, houve uma mudança de paradigma no que se refere à construção de monumentos, com o advento da ideia de antimonumento. Quem melhor explicita a noção de antimonumento é o teórico e crítico literário Márcio Seligmann-Silva. Diz ele: “Desde a Antiguidade, a tradição de construção de monumentos esteve ligada mais à comemoração (de vitórias bélicas) do que à ideia de advertir. Foi depois da Segunda Guerra Mundial e, sobretudo no contexto do processo de memorialização de Auschwitz, que se desenvolveu uma estética do que se tornou conhecido como antimonumento, que, de certa maneira, funde a tradição do monumento com a da comemoração fúnebre. Desse modo, o sentido heroico do monumento é totalmente modificado e deslocado para um local de lembrança (na chave da admoestação) da violência e de homenagem aos mortos. Os antimonumentos, na medida em que se voltam aos mortos, injetam uma nova visão da história na cena da comemoração pública e, ao mesmo tempo, restituem práticas

antiquíssimas de comemoração e rituais de culto aos mortos" (SELIGMANN, 2015, p. 246).

Houve, também, segundo ele, uma mudança na representação dos monumentos e uma nova postura estética na apresentação da arte pública. Abandonou-se a retórica da "memória escrita em pedra para sempre" e optou-se por materiais mais leves e rituais mais efêmeros. O antimonumento aposta muito mais na força das palavras e dos gestos do que no poder das representações bélicas (generais sobre seus cavalos, espadas, tanques e canhões) ou triunfais (arcos do triunfo, altar da pátria, obeliscos, etc.).

O antimonumento corresponde à narrativa visual de passados sensíveis e memórias traumáticas. Além de serem "lugares de memória", na célebre acepção de Nora (1993), eles expressam o desejo de recordar de modo ativo o passado doloroso, mas levam em conta também as dificuldades do "trabalho de luto". O antimonumento interessa à história da arte e à história geral, mas tem estreita ligação com a psicanálise, em uma era de catástrofes e de teorização do trauma.

No Brasil, por conta do regime de exceção recente (1964-1985), iremos encontrar alguns exemplos de antimonumentos que foram construídos como resposta às arbitrariedades e violações aos direitos humanos. O primeiro deles foi edificado em Recife, Estado de Pernambuco, em 1993 e tem como título *Monumento Tortura Nunca Mais*, em homenagem aos mortos e desaparecidos políticos. Sua concepção coube aos artistas Demétrio Albuquerque, Alberico Paes Barreto, Eric Perman e Luiz Augusto Rangel. Além de antimonumentos que passaram a ser construídos, sobretudo no ano do cinquentenário do golpe civil-militar, ocorreu no Brasil, em alguns locais, uma patrimonialização de lugares de memória que foram usados durante o regime militar como espaços de tortura e repressão. O exemplo mais emblemático foi a criação do *Memorial da Resistência de São Paulo (*2008), resultado da transformação de parte do antigo prédio que foi sede do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS-SP) em um centro de memória.

Com os lemas *Lembrar para não esquecer!* e *Para que nunca mais aconteça!*, esse espaço museológico realiza, além de mostras e exposições, cursos, palestras e oficinas pedagógicas direcionadas sobretudo aos professores da educação básica, com o objetivo de que os mesmos levem para a sala de aula o conhecimento de nosso passado traumático.

CONCLUSÃO

No tempo presente, em meio aos discursos de negacionismo histórico por parte do governo federal, o passado é, novamente, alvo de disputas simbólicas que, muitas vezes, se materializam na discussão sobre o que deve ser preservado ou não para a posteridade. O questionamento aos monumentos históricos tradicionais por parte de alguns segmentos sociais e, mais recentemente, a construção de antimonumentos nos revelam a dimensão exata de como se dá a disputa simbólica e a narrativa visual de passados sensíveis e memórias traumáticas de nossa história.

Como tão bem afirmou a historiadora Regine Robin, "O passado não é livre. Nenhuma sociedade deixa à mercê da própria sorte. Ele é regido, gerido, preservado, explicado, contado, comemorado ou odiado. Quer seja celebrado ou ocultado, permanece uma questão fundamental do presente (ROBIN, 2016, p. 31).

REFERÊNCIAS

AGULHON, Maurice. 1988. **Histoire Vagabonde, v. I: Etnologie et politique dans la France contemporaine.** Paris: Galimard.

CARVALHO, José Murilo. 1990. **A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras.

HOBSBAWN, Eric. 1990. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

NORA, Pierre. 1993. "Entre Memória e História: a problemática dos lugares" In: **História e Cultura**. Projeto História (Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História do Departamento de História da PUC-SP). São Paulo, nº 10.

_____. 2009. "Memória: da liberdade à tirania". **MUSAS- Revista Brasileira de Museus e Museologia**, nº 4. Rio de Janeiro: IBRAM.

RIBEIRO, Maria Eurydice de Barros. 1999. "Memória em Bronze- Estátua Equestre de D. Pedro I" In: Knauss, Paulo (coord.). **Cidade Vaidosa: imagens urbanas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Sette Letras

RIEGHL, Aloïs. 2006. **O Culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese**. Goiânia: Editora da Universidade Católica de Goiás.

ROBIN, Régine. 2016. **A Memória Saturada**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. 2015. "Antimonumentos: a memória possível após as catástrofes" In: SOARES, Inês Prado e CUREAU, Sandra (orgs.). **Bens Culturais e Direitos Humanos**. São Paulo: Edições SESC São Paulo.

SOUZA, Alice Costa. 2016. "Entre Arte e História: "cultura da memória na Argentina e

no Brasil". Disponível em http://conti.derhuman.jus.gov.ar/2016/11/seminario/mesa_28/costasouza_mesa_28.pdf (acesso em 15.06.2020)

IX Encontro Internacional de Direitos Culturais
9th International Meeting on Cultural Rights
Direitos Culturais: Impactos da Pandemia
Cultural Rights: Impacts of the Pandemic
05 A 09 DE OUTUBRO
ISSN-e 23169982

INVESTIMENTOS PARA A CULTURA NO CEARÁ: IMPACTO PARA OS EIXOS DAS POLÍTICAS CULTURAIS DURANTE A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS.

CULTURE INVESTMENTS IN CEARÁ: IMPACT ON THE CENTER LINES OF CULTURAL POLICIES DURING THE CORONAVIRUS PANDEMIC.

Mariana Dionísio de Andrade[68]

Marina Castelo Branco Leite Jucá[69]

RESUMO

A pesquisa pretende responder o seguinte problema: qual objetivo estratégico dos eixos das políticas culturais sofreu o maior impacto decorrente da pandemia do coronavírus no Ceará? No Estado do Ceará os investimentos para os setores culturais foi tardio, evidenciando que a escolha estatal com políticas públicas de incentivo à cultura precisou de reformulação e adequação aos prejuízos sofridos por artistas devido à pandemia. A metodologia é quali-quantitativa, com base em dados secundários e revisão bibliográfica. Conclui-se o segundo objetivo estratégico dos eixos das políticas culturais foi mais impactado pela pandemia, pois ocorreu uma grande descontinuidade das atividades formativas, prejudicando a formação e qualificação de profissionais da cultura

Palavras-chave: Coronavírus. Cultura. Eixos das Políticas Culturais no Ceará.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

The research aims to answer the following problem: which strategic objective of the center lines of cultural policies suffered the greatest impact resulting from the coronavirus pandemic in Ceará? In the State of Ceará, investments in the cultural sectors were delayed, showing that the state choice with public policies to encourage culture needed reformulation and adaptation to the losses suffered by artists due to the pandemic. The

[68] Doutora em Ciência Política pela Universidade Federal de Pernambuco. Mestre em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza – UNIFOR. Especialista em Direito Processual Civil pela UNIFOR. Professora do Curso de Pós-Graduação lato sensu em Direito Processual Civil na UNIFOR, UNI7 e Escola Superior da Magistratura do Ceará – ESMEC. Professora do Curso de Graduação em Direito na Universidade de Fortaleza. Formação em Leadership and Conflict Management pela Stanford University. Formação em Métodos Quantitativos pela UERJ. Pesquisadora do Grupo Epistemologia e Método na Ciência Política Comparada (Cnpq/UFPE). Coordenadora do Projeto Pesquisa Empírica em Direito - PROPED (Cnpq/UNIFOR). Advogada.

[69] Graduanda em Direito na Fundação Edson Queiroz - Universidade de Fortaleza. Monitora voluntária da disciplina de Direito Civil I- Parte Geral, da UNIFOR. Pesquisadora bolsista do Projeto de Pesquisa Empírica em Direito (PROPED), vinculado ao curso de Direito da UNIFOR.

methodology is quali-quantive based on secondary data and literature review. It is concluded that the second strategic objective of the axes of cultural policies was more impacted by the pandemic, as there was a great discontinuity of training activities, hindering the training and qualification of cultural professionals.

Keywords: Coronavírus. Culture. Center Lines of Cultural Policies in Ceará

INTRODUÇÃO

O problema de pesquisa do referido trabalho consiste em identificar qual objetivo estratégico dos eixos das políticas culturais sofreu o maior impacto decorrente da pandemia do coronavírus no Estado do Ceará. O primeiro capítulo versa sobre os investimentos destinados à cultura cearense a partir de uma análise histórica e política da atuação do Governo do Estado do Ceará no âmbito da disponibilização de verbas para a arte regional. O segundo capítulo trata dos eixos das políticas culturais e examina os programas e objetivos estratégicos dispostos no plano de gestão da SECULT de 2019-2022. O terceiro capítulo investiga quais trabalhadores foram mais impactados pela pandemia, fazendo uma contextualização crítica das precárias condições que a classe artística vivência. O setor cultural apenas foi percebido pelo governo cearense quando passou a ser visto como um reforçador do desenvolvimento econômico do Estado, logo a implementação de verbas para essa área se pautou em questões políticas e financeiras, o que desvalorizou o trabalho artístico e inviabilizou o lucro dos artistas com menores recursos ou pouca visibilidade. Com a quarentena, os indivíduos que já eram desvalorizados sofreram um impacto muito maior com uma renda ainda mais limitada. O método escolhido se baseia em um estudo quali-quanti, com dados secundários e apoio em revisão de literatura. O tema é bastante pertinente porque a identificação dos impactos auxilia na visualização dos prejuízos sofridos e permite a elaboração de iniciativas específicas para amparar os eixos mais comprometidos pela pandemia.

METODOLOGIA

Estudo comparativo, com base em análise de série temporal, a partir da identificação dos investimentos na área de fomento à cultura antes e depois da pandemia, utilizando como unidade de análise o Estado do Ceará. Análise quali-quanti, porque além de pautar o estudo em revisão de literatura, a resposta ao problema de pesquisa depende da compilação de dados disponibilizados pelo (identificar qual órgão/setor/secretaria).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Cap. 01. INVESTIMENTO LOCAL NA CULTURA CEARENSE

O investimento estatal em políticas culturais se iniciou por meio dos Governos de Mudanças, no momento em que o apoio às artes passou a ser visto como reforço ao desenvolvimento econômico do Ceará. Violeta Arraes assumiu o cargo de secretária da cultura e executou diversas ações de grande visibilidade no Estado, dentre as quais destacam-se a recuperação dos espaços físicos da SECULT, como a reforma do Theatro José de Alencar e a promoção de eventos de grande porte que atraíram a atenção local para a cultura cearense. Em seguida Paulo Linhares assumiu e a programação da SECULT foi amparada com maiores investimentos estatais e passou a ocupar um local estratégico politicamente e economicamente. (BARBALHO, 2007). As reparações realizadas na SECULT possibilitaram uma melhora nítida nos benefícios estatais concedidos à esse órgão, com destaque à Lei estadual n. 16.026/16 que tem como meta a ampliação no orçamento destinado à cultura em pelo menos 1,5% ao ano, resultando no crescimento dos investimentos culturais de R$ 81 milhões em 2014 e de R$ 150 milhões em 2018. (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2018).

De acordo com o IBGE (2019), em 2018, o setor cultural empregava 52 milhões de brasileiros e conforme o FIRJAN (2018), gerou aproximadamente 2,6% do PIB nacional em 2017. No entanto, apesar da notória importância da arte brasileira e da existência de órgãos que protegem o setor cultural, os trabalhadores dessa área não têm visibilidade para todas as suas demandas. Com o início da pandemia do coronavírus essa situação se agravou ainda mais, principalmente com as medidas de segurança no combate à proliferação do vírus os trabalhadores da cultura, muitas vezes negligenciados pelo Poder Público, passaram a enfrentar um desafio ainda maior, uma vez que muitos trabalhos artísticos dependem da aglomeração de pessoas.

Logo no início do período de isolamento social os próprios artistas fizeram uma rede de colaboração aos trabalhadores artísticos mais vulneráveis, com campanhas de arrecadação de fundos e alimentos e, posteriormente, a produção independente do “Festival Quarentena” que durou 15 dias e foi composto por *lives* nos ambientes virtuais com a apresentação remota de artistas o PL n. 873/20, que objetiva expandir o auxílio emergencial aos profissionais da cultura que foi sancionado pelo presidente da república e se mostra como um amparo financeiro temporário, mas não soluciona a necessidade de investimentos de incentivo ao trabalho artístico (HOLANDA E LIMA, 2020). Entretanto, essas medidas não foram

suficientes e os profissionais dessas áreas se mobilizaram para pedir iniciativas públicas que auxiliassem aqueles que vivem da cultura. Em resposta, o Governo do Estado do Ceará disponibilizou R$ 1 milhão ao "Festival Cultura DendiCasa: Arte de Casa para o Mundo" que tem como objetivo oferecer entretenimento aos que estão em quarentena e amparar os artistas afetados pela pandemia. O edital buscou ser o mais simples possível bem como abranger as mais variadas demonstrações artísticas, buscando incluir todos os trabalhadores culturais. Além do referido projeto, destacam-se também outras iniciativas, como o "XXII Edital Ceará Junino" que teve um financiamento de cerca de R$ 3 milhões e o "Edital Cultural Infância 2020, com investimento de R$ 1,5 milhão (DIÁRIO DO NORDESTE, 2020).

Cap. 02. EIXOS DAS POLÍTICAS CULTURAIS E OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

Em novembro de 2019 a SECULT lançou seu plano de gestão referente aos anos de 2019 a 2022, e foi feito de maneira sincronizada com outros instrumentos governamentais, como o plano plurianual. O referido órgão definiu 4 desafios prioritários e a partir deles delineou eixos das políticas públicas e seus respectivos objetivos estratégicos. O primeiro eixo, "economia da cultura", tem por fito estimular e potencializar as alternativas de sustentabilidade e geração de renda, destacando a arte como um dos vetores estratégicos. O segundo, "política para as artes", estabelece como meta o fortalecimento da profissionalização no campo artístico, por meio da formação de bens simbólicos que promovam a universalização do acesso à arte. "Diversidade e cidadania", terceiro eixo, busca estabelecer políticas públicas de forma cidadã, considerando a diversidade. Em seguida há o "livro, leitura e literatura" que visa desenvolver políticas de ações que aumentem os índices de leituras. O quinto, "patrimônio cultural e memória", tem por fim implementar e gerir os sistemas estaduais de patrimônio cultural. "Conhecimento e formação", o sexto, almeja a disponibilização de forma descentralizada das ferramentas necessárias para a ampliação e qualificação dos bens simbólicos. O último, "gestão, governança e institucionalidade" visa consolidar uma gestão ágil com tecnologias inovadoras que garantam o acesso à cultura (SECULT, 2019).

Para que os eixos sejam cumpridos, o Governo traçou 3 objetivos estratégicos, o primeiro, "promoção e desenvolvimento da arte e cultura cearense", deve ser utilizado para os 4 primeiros objetivos. Sua meta é incentivar o desenvolvimento da cultura no Estado, para tanto é necessário potencializar os recursos legais de incentivo e desenvolver com o setor privado meios de financiamento da produção de bens simbólicos. O segundo é o programa

de “promoção e desenvolvimento da política de conhecimento e formação” e é utilizado para os eixos 1,2,5 e 6. Trata sobre a formação e qualificação de profissionais da cultura, atentando ao fato de que para transformações efetivas são necessários projetos e planejamentos mais estratégicos. É importante também a descentralização local já que as regiões metropolitanas carecem dessas formações. O terceiro, versa sobre a “promoção do patrimônio cultural cearense” e é utilizado para os 4 últimos eixos, ele atenta para a importância de programas que preservam o patrimônio cultural, para tal o Governo propõe a reorganização dos atrativos turísticos (SECULT, 2019).

Cap. 03. QUEM SOFREU O MAIOR IMPACTO COM A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS?

A Coordenadoria de Economia da Cultura e o Observatório de Políticas Públicas (2020), a partir de questionários online, fizeram um relatório referente ao período de 19 de março à 19 de abril de 2020 analisando a interferência que a pandemia do coronavírus causou na produção da cultura local. A pesquisa se dividiu em duas fases, na primeira foram consultados os próprios artistas e na segunda os gestores da SECULT. Entretanto, os resultados da primeira fase foram insatisfatórios em termos quantitativos constando apenas 59 respostas, sendo considerado uma pesquisa piloto e em razão disso neste capítulo será analisado apenas os dados da segunda fase do relatório.

A pesquisa constou a resposta de 16 dos 19 equipamentos vinculados à SECULT, 4 desses se associam ao primeiro eixo cultural, 9 ao segundo, 7 ao terceiro, 4 ao quarto, 7 ao quinto e 12 ao sexto. Observa-se que a maioria dos equipamentos que integram a SECULT realiza ações de formação de forma descentralizada para a ampliação e qualificação dos bens simbólicos. O relatório questionou (com opções de múltipla escolha) quais as contratações para atividades de apoio que são mais utilizadas pelos órgãos, as mais citadas foram: Arte-educadores (8), Designer gráfico (5), Curador (4), Assistente de Produção (4) (COORDENADORIA DE ECONOMIA DA CULTURA; OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS CULTURAIS, 2020). É possível perceber que as ações de formação são realizadas amplamente pelos equipamentos culturais da SECULT e com as medidas de isolamento social há a descontinuidade de atividades formativas o que denota uma grande dificuldade para o segundo objetivo estratégico que foi fortemente impactado pela pandemia do coronavírus.

CONCLUSÃO

Foi evidenciado que o segundo objetivo estratégico foi o mais afetado pela pandemia já que grande parte dos equipamentos culturais vinculados à SECULT antes do início da quarentena realizavam ações de formação artística, o que foi inviabilizado em razão das medidas de isolamento social, ocorrendo o cancelamento e a suspensão da maioria dessas ações. O estudo oferece respostas de médio alcance, sendo imprescindível para solucionar a situação problemática trazida pelo texto a continuidade de investigações nesse sentido, uma vez que a pesquisa é um processo contínuo.

REFERÊNCIAS

BARBALHO, Alexandre. **Modernos e distintos:** política cultural e distinção nos Governos das Mudanças (Ceará, 1987-1998). **Revista do Programa de Pós-Grad. em Comunicação e Práticas de Consumo da ESPM**, São Paulo, v. 4, n. 10 , p. 111-123. 2007

DIÁRIO DO NORDESTE. **Governo do Estado cria edital voltado para cultura cearense com investimento de R$1 milhão**. 2020. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/verso/governo-do-estado-cria-edital-voltado-para-cultura-cearense-com-investimento-de-r-1-milhao-1.2226040>. Acesso em: 16 jul. 2020

FIRJAN. **Economia Criativa:** Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil. 2019.Disponível em:

<https://www.firjan.com.br/EconomiaCriativa/downloads/MapeamentoIndustriaCriativa-Firjan2014.pdf>. Acesso em: 16 jul.2020

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. **A política cultural que transita por todos os setores do Ceará.** 2018. Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/2018/04/30/a-politica-cultural-que-transita-por-todos-os-setores-do-ceara/>. Acesso em: 16 jul. 2020.

HOLANDA, Neto; LIMA, Valesca. **Movimentos e ações político-culturais do Brasil em tempos de pandemia do Covid-19**. **Journal of the Royal Society Interface.** Inglaterra, v.12, n.1, p.333 – 338, julho 2020.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais uma análise das condições de vida da população brasileira**. 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2020

SECULT. **Plano de gestão 2019-2022.** 2019. Disponível em: <https://www.secult.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/43/2019/11/0111Secult-Planejamento_MIOLO_v7-web4.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2020.

COORDENADORIA DE ECONOMIA DA CULTURA; OBSERVATÓRIO DE POLÍTICAS CULTURAIS. **Estudo de Impacto:** pandemia de Covid-19 na economia da cultura cearense. 2020. Disponível em: <https://www.secult.ce.gov.br/wp-

content/uploads/sites/43/2020/06/coordenadoria-impacto-pandemia-documento.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2020

IX Encontro Internacional de Direitos Culturais
9th International Meeting on Cultural Rights
Direitos Culturais: Impactos da Pandemia
Cultural Rights: Impacts of the Pandemic
05 A 09 DE OUTUBRO
ISSN-e 23169982

MEMÓRIA ESQUECIDA: AS INGERÊNCIAS DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO MUSEU EM MEIO À PANDEMIA

FORGOTTEN MEMORY: MISMANAGEMENT OF CULTURAL HERITAGE IN MUSEUMS DURING THE PANDEMIC

Bruno Cavalcanti Rocha[70]

Gabriel Luna Rodrigues de Ataíde[71]

Lucas Gabriel Costa do Nascimento[72].

RESUMO

As questões relativas à preservação e à fiscalização do patrimônio cultural em museus e galerias adquiriram protagonismo em meio à pandemia provocada pelo Covid-19 e as suas consequências para os ambientes cultural e artístico; a previsão de diminuição das receitas, o crescimento da criminalidade contra o patrimônio cultural, e a redução das ações preventivas são alguns dos fatores que desafiam a plena integridade das obras artísticas e alertam para a necessidade de intervenção do Poder Público em um setor que reclama medidas urgentes mesmo antes da deflagração do estado pandêmico. A atuação dos órgãos responsáveis pela fiscalização, no Brasil, é estudada na medida em que não incluíram, nos seus instrumentos normativos publicados no período, ações eficazes de proteção aos bens culturais.

Palavras-chave: Pandemia. Museus. Patrimônio. Cultural.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

Issues related to the preservation and inspection of cultural heritage in museums and galleries took center stage in the midst of the pandemic caused by Covid-19 and its consequences for the cultural and artistic environments; the forecast of decreased revenues, the growth of criminality against cultural heritage, and the reduction of preventive actions are some of the factors that challenge the full integrity of artistic works and alert to the need for intervention by the Government in a sector that demands measures urgent even before the outbreak of the pandemic state. The performance of the

[70]Graduando em Direito pela Universidade Federal da Paraíba. http://lattes.cnpq.br/3987277534158021.Email: brunocavalcantirocha@gmail.com

[71]Graduando em Direito pela Universidade Federal da Paraíba. Email: mjlataide@hotmail.com

[72]Graduando em Direito pela Universidade Federal da Paraíba. Email: lucasgbrcosta@gmail.com

bodies responsible for inspection in Brazil is studied to the extent that they did not include, in their normative instruments published in the period, effective actions to protect cultural assets.

Keywords: Pandemic. Museums. Heritage. Cultural.

INTRODUÇÃO

Com o condão de evidenciar a posição de relevância que ocupam os museus e sua missão de guarda do patrimônio cultural ante à sociedade, a presente pesquisa se compromete, de início, a expor a relação entre essas entidades e o patrimônio cultural, assim como os elementos que caracterizam o conceito jurídico desse último. Em seguida, buscou-se demonstrar os impactos causados pela atual pandemia na realidade museológica, nas perspectivas financeira e estrutural, quanto à fiscalização e à preservação do patrimônio cultural, e o desafio das autoridades no Brasil para reverter o agravo de sua situação vulnerável.

Por fim, é analisada a atuação dos órgãos responsáveis pela manutenção do patrimônio cultural no Brasil, dos instrumentos normativos publicados durante o período pandêmico e como eles se mostram insuficientes para cumprir a proteção ao patrimônio cultural nos museus.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada consiste na pesquisa bibliográfica, pautada pela revisão da literatura que aborda a inserção do patrimônio cultural nas legislaturas e o papel dos museus na sociedade, assim como pela coleta de informações, obtidas por veículos de mídia, que evidenciam a vulnerabilidade de tais instituições em meio ao atual cenário.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

MUSEUS: O PATRIMÔNIO CULTURAL E A MISSÃO DE MEMORIZAR

A compreensão da relevância que assume a figura dos museus ante à sociedade demanda a visualização do objeto de seu ofício. O patrimônio cultural é conceito jurídico cuja caracterização foi construída com o perpassar do tempo e formulada, principalmente, na seara do Direito Internacional.

A despeito de instruções normativas anteriores, compromissadas com a proteção do patrimônio cultural, o conceito de patrimônio cultural somente foi veiculado, de forma expressa, em 1972, pela Convenção do Patrimônio Cultural e Natural, adotada pela Organização das Nações Unidas para a Cultura, Ciência e Educação (UNESCO) que, em seu

artigo 1°, traz a definição de patrimônio cultural como sendo “os monumentos, os conjuntos e os locais de interesse arqueológico, com um valor universal do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico.” (SILVA, 2007)

Após um amplo lapso de tempo, o conceito de patrimônio cultural foi ampliado, dadas as novas formas de se perceber a cultura em âmbito global, apreendendo, também, sua concepção imaterial, expressa pela Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial (2003) em seu artigo 2°, que o caracteriza como “as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.” (UNESCO, 2003).

Em âmbito nacional, a ordem constitucional brasileira tutela a política dos museus trazendo a base legal das políticas públicas de cultura, o conceito de patrimônio cultural brasileiro como “os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” e também a competência comum dos entes federativos no que tange à proteção e conservação do patrimônio cultural, de acordo com o artigo 23, inciso III e IV, da Constituição Federal.

Não obstante a diversidade de entidades incumbidas com o fim de executar a missão de tutela do patrimônio cultural outorgada pelo Direito Internacional, os museus adquirem destaque nesse feito, pois, embora não consigam abarcar todas as expressões do patrimônio cultural de uma nação, essas instituições não se reduzem à mera vigília desses bens, em verdade, são os responsáveis “pela produção do conhecimento e a convergência dos saberes científicos” (CARLAN, 2007, pg.7), atuando em três campos básicos: na investigação, na preservação e na comunicação, se comportando como um local de culto à memória (CHAGAS, 1996, pg. 47).

UMA PANDEMIA DO ESQUECIMENTO

O contexto da atual pandemia de Covid-19, causada pelo vírus SARS-CoV-2 ou Novo Coronavírus, representa uma realidade que impacta sobremaneira diversos âmbitos da sociedade, estando incluso, como um dos mais prejudicados, o setor cultural/artístico. De acordo com a pesquisa nacional “Percepção dos Impactos da Covid-19 nos Setores Culturais

e Criativos do Brasil", entre março e abril, o faturamento desse setor caiu 34% quando comparado ao mesmo período do ano passado. Entre maio e julho, o número foi de 44,7%. A projeção para o período compreendido de agosto a outubro é de perda de quase 50%.

Somado a isso, segundo pesquisa realizada pelo Ibermuseus sobre os impactos da Covid-19 nos museus ibero-americanos, ficou evidenciado que uma das áreas mais afetadas pelas medidas restritivas adotadas foi a de conservação e de restauro das obras patrimonializadas.

Há que se falar, ainda que outro fator que obteve relevância no esteio da pandemia de coronavírus foi o impacto causado na criminalidade, através dos efeitos do isolamento social, do endurecimento da vistoria na circulação das mercadorias legais e da dificuldade para se trafegar no espaço aéreo. Esse contexto contribuiu para uma espécie de mudança de foco nas atividades criminosas, as quais passaram a visar o patrimônio cultural em museus e em outros ambientes responsáveis pela guarda e proteção desse patrimônio: o esvaziamento do interior desses espaços, a já conhecida falta de segurança nesses locais, aliado à falta de testemunhas para poder presenciar eventuais crimes são variáveis que facilitam a atuação dos criminosos nesse período pandêmico. Obras de Van Gogh, armazenadas em um museu, na Holanda, foram alvo de roubo, e, no Brasil, ocorreram incidentes nas cidades de João Pessoa e de Minas Gerais envolvendo o patrimônio cultural.

Os prejuízos ainda se estendem mais: um estudo da Fundação Catarinense de Cultura sobre os impactos da COVID-19 nas instituições museológicas catarinenses mostrou que 46,8% das instituições reduziram as ações de limpeza e de inspeção. A despeito de as atividades de exposição terem se adaptado às plataformas digitais, com o respectivo fechamento do espaço físico, os bens culturais ainda reclamam a tutela estatal, visto que permanecem em seus respectivos locais, sem a proteção adequada.

BRASIL: UMA MEMÓRIA DISTANTE DA CULTURA

No Brasil não tem sido diferente, além do infortúnio trazido pela pandemia, o que se observa nos últimos anos é a perpetuação do descaso sistêmico com as instituições museológicas, marcadas pela falta de recursos e investimentos, más gestões, problemas estruturais e ausência de planos de proteção e combate a incêndios.

Em virtude dos malefícios gerados pela pandemia, o Estado desenvolveu uma série de diretrizes e medidas que buscaram frear o avanço do vírus ao mesmo tempo em que tentava

manter alguns setores, considerados essenciais à sociedade, operantes, com a edição do Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020. Nesses setores, não foi inclusa a atividade fiscalizatória dos órgãos técnicos responsáveis pela proteção do patrimônio cultural, dificultando a manutenção das medidas de vigilância e segurança dos bens patrimoniais

Neste cenário, o Instituto do Patrimônio Histórico e Nacional (IPHAN) e o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), viram-se no dever de estabelecer, no âmbito dos museus, a adoção de medidas de contenção, como o trabalho remoto dos servidores e empregados, a suspensão do atendimento presencial ao público externo, a possibilidade de suspensão da execução dos contratos de obras e serviços de engenharia, bem como das ações presenciais de fiscalização relativas ao patrimônio cultural material, ressalvadas as situações em que seja identificado o andamento de obras ou ações capazes de gerar dano a bens materiais acautelados. Sem haver, contudo, qualquer menção à ação fiscalizadora dentre as portarias e circulares que as estabeleceram.

Nesse meio tempo, até o presente momento, a memória cultural brasileira segue sem ser lembrada, como deixa evidenciado Antônio Seixas:

> As medidas de enfrentamento da pandemia da Covid-19 deixaram à margem a tutela dos bens culturais, notadamente os de origem indígena e negra, os musealizados e os acautelados pelo tombamento e pelo registro. Afinal, a ação fiscalizadora dos órgãos de proteção não foi reconhecida pelo Estado brasileiro, como atividade essencial. [...] Deixadas à própria sorte, pelo Governo Federal, os bens culturais materiais e imateriais seguem, em tempos de pandemia, sem a ação fiscalizadora da Fundação Nacional do índio (FUNAI), da Fundação Cultural Palmares (FCP), do Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) e do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). (SEIXAS, 2020)

CONCLUSÃO

Do exposto, aduz-se que, não obstante a consolidação da importância do patrimônio cultural em âmbito mundial e o papel dos museus para sua salvaguarda e transmissão de sua memória para as gerações de hoje e de amanhã, o setor tornou-se invisível em decorrência da euforia causa pela sobrevinda inexorável da pandemia. E, no Brasil, os museus ficaram, verdadeiramente, relegados ao ostracismo, em face do já perene descaso das autoridades e da Administração Pública para com essas instituições, que remonta a um período anterior ao estado de emergência.

Embora, em alguns locais do mundo, os museus estejam se reconfigurando para que sua atividade continue a ser exercida de forma segura, no Brasil, essa ainda parece ser uma realidade distante e, à medida em que o tempo prossegue, nossa memória começa a se tornar apenas uma lembrança.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federal do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal,1988. Disponível em:http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 26 jul. 2020.

_____. Decreto nº 10.282, de 20 de março de 2020. Brasília, DF: Presidência da República, 2020b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10282.htm>. Acesso em: 26 jul. 2020

CARLAN, Claudio Umpierre. Os Museus e o Patrimonio Histórico: uma relação complexa. Revista de História, São Paulo, v. 27, n 2, pgs 75-88. 2008.

CHAGAS, Mário. Museália. Rio de Janeiro: J C Editora, 1996, p. 47

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. Fcc publica relatório de impacto da pandemia
em museus catarinenses. Disponível em: < http://www.cultura.sc.gov.br/noticias/patrimonio/22624-fcc-publica-relatorio-de-impacto-da-pandemia-em-museus-catarinenses>. Acesso em: 20 de julho de 2020.

MOYNIHAN, Colin. **Pandemia de coronavírus aumenta risco de furtos em museus agora fechados.** São Paulo. Folha de São Paulo. 2020. Disponível em: < https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/04/pandemia-de-coronavirus-aumenta-risco-de-furtos-em-museus-durante-o-confinamento.shtml>. Acesso em: 20 de julho de 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MUSEUS. Recomendações aos museus em tempos de Covid-19. 2020b. Disponível em: <https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2020/06/Recomendacoes_Museus.pdf >. Acesso em: 26 jul. 2020.

_____. Ofício Circular IBRAM nº 7, de 19 de março de 2020. Brasília, DF: Presidência do Instituto Brasileiro de Museus, 2020c. Disponível em: <http://museudarepublica.museus.gov.br/wp-content/uploads/2020/03/SEI_01415.000832_2020_79-4.pdf >. Acesso em: 26 jul. 2020.

Portaria IPHAN nº 174, de 17 de março de 2020. Diário Oficial da União, seção: 1, Brasília, DF: 19 mar. 2020c. Disponível em: < http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-174-de-17-%20de-marco-de-2020-248808514>. Acesso em: 26 jul. 2020.

_____. Portaria IPHAN nº 175, de 18 de março de 2020. Diário Oficial da União, seção: 1, Brasília, DF: 19 abr. 2020d. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-175-de-18-de-marco-de-2020-248809156>. Acesso em: 26 jul. 2020.

_____. Portaria IPHAN nº 205, de 15 de abril de 2020. Diário Oficial da União, seção: 1, Brasília, DF: 16 abr. 2020f. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-205-de-15-de-abril-de-2020-252724456>. Acesso em: 26 jul. 2020.

SEIXAS, Antônio. **O patrimônio cultural em tempos de pandemia: o direito à cultura para além da arte e do entretenimento**. Revista da Seção Judiciária do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, v. 24, ed. 48, p. 24-58, 2020. Disponível em: < https://doi.org/10.30749/2177-8337.v24n48p24-58>. Acesso em: 26 jul. 2020.

SILVA, Daisy Rafaela da. **A tutela do Patrimônio Cultural Imaterial no Direito Ambiental Brasileiro**. Dissertação de Mestrado em Direito. Santos: Universidade Metropolitana de Santos, 2007a.

UNESCO. Convenção para a Protecção do Património Mundial, Cultural e Natural. Paris, 1972. Disponível em: https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf. Acesso em: 20 de julho de 2020.

UNESCO. Setor de Cultura**. Recomendação referente à Proteção e Promoção dos Muse us e Coleções, sua Diversidade e seuPapel na Sociedade.** Brasília, 2017. Disponível em: < http://www.icom.org.br/wpcontent/uploads/2017/05/RecomendacaoProtecaoMuseuseColecoes.pdf>. Acesso em: 20 de julho de 2020.

UNESCO. Setor de Cultura. **Textos base:** Convenção de 2003 para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial. Paris, 2012. Disponível em: https://ich.unesco.org/doc/src/2003_Convention-Basic_texts_version_2012-PT.pdf. Acesso em: 20 de julho de 2020.

VASCONCELLOS, Camilo de Mello. Turismo e museus. São Paulo: Aleph, 2006.

IX Encontro Internacional de Direitos Culturais
9th International Meeting on Cultural Rights
Direitos Culturais: Impactos da Pandemia
Cultural Rights: Impacts of the Pandemic
05 A 09 DE OUTUBRO
ISSN-e 23169982

Museus alternativos como resposta ao isolamento e forma de concretização dos direitos à memória e de acesso à cultura

Alternative museums as an answer to isolation and a way to achieve the rights to memory and to culture

Mariana Luvizutti Coiado Martinez[73]

RESUMO

A presente pesquisa tem por fim analisar, em aspectos conceituais e teóricos, a efetividade dos museus alternativos, com enfoque em museus exclusivamente virtuais, enquanto forma de concretização dos direitos culturais nos escopos do direito (i) de acesso à cultura; e (ii) à memória. Pretende-se verificar se os modelos museológicos que fogem ao tradicional atendem aos requisitos e às finalidades dos museus previstos no Estatuto dos Museus (Lei nº. 11.904, de 2009) de forma a cumprir sua função social enquanto atendem à crescente reivindicação da memória da população. Para tanto, o problema de pesquisa foi investigado a partir (i) da caracterização dos direitos culturais enquanto direitos humanos e fundamentais e seus escopos; (ii) da averiguação da falta de espaços que visem o acesso a estes direitos no território nacional; (iii) da insurgência da reivindicação à memória e dos museus alternativos como resposta; (iv) do enquadramento destes enquanto museus; e (v) do museu digital como forma válida de garantia dos direitos culturais nos escopos abordados.

Palavras-chave: Direitos Culturais. Acesso à cultura. Direito à memória. Museu alternativo.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

This research aims to analyze, both conceptualy and theoreticaly, the effectiveness of alternative museums as a way to achieve cultural rights, focusing on virtual museums. Cultural rights will be analyzed in the scopes of (i) access to culture; and (ii) right to memory. This research aims to verify whether the museological models that deviate from the traditional ones meet the requirements and the purposes of the museums foreseen in the Museum Statute (Law No. 11.904, of 2009) while meeting the population's claim for their right to memory. The research problem was approached by (i) the characterization of cultural rights as human and fundamental rights and their scope; (ii) the investigation of the lack of spaces that aim for the access to these rights in the national territory; (iii) the insurgency of the claim to memory and the alternative museums in response; (iv) the framing of these as museums; and (v) the digital museum as a valid way of guaranteeing cultural rights in the scopes addressed.

Keywords: Cultural Rights. Acess to culture. Right to memory. Alternative museum.

INTRODUÇÃO

Como resposta às atrocidades cometidas no holocausto, surge, logo após a 2ª Guerra Mundial, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, instituída pela ONU em 1948. Os direitos humanos aí se originaram visando salvaguardar a dignidade da pessoa humana. A doutrina entende que direitos humanos e fundamentais diferem apenas em fonte normativa: ambos derivam da condição humana, mas os primeiros são tratados na esfera internacional;

[73] Aluna de graduação em Direito da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho" (UNESP). Pesquisadora na área de Direitos Culturais.

os segundos, na Carta Magna/Constituição de um ordenamento. Previstos na Declaração Universal de Direitos Humanos e na Constituição Federal de 1988, os direitos culturais são ambos.

Nas palavras de Meyer-Bisch (2011, p.30), os direitos culturais como direitos humanos tratam de direitos da pessoa, sozinha ou coletivamente, o que significa que seu sujeito é individual, mas seu objeto é partilhado, enquanto referência cultural (língua; religião; ciência). Embora o sujeito do direito seja individual, o objeto é um ponto de comunhão, de interação com o outro. O entendimento converge com outro desdobramento dos direitos culturais: o direito à memória. Alicerçado no princípio da identidade étnica e cultural e no direito dos homens de acesso aos bens materiais e imateriais que representem seu passado, sua tradição e sua História (disciplinado no Art. 216, caput, da CF/88), o direito à memória é direito cultural fundamental, e vem sendo crescentemente reivindicado (FERNANDES, 1995, p.199).

O antropólogo Andreas Huyssen (2000, p.16) corrobora com a tese de que estamos experimentando, em escala global, uma emergência da memória, caracterizando essa emergência como uma preocupação cultural e política das sociedades ocidentais; para ele, a memória se tornou uma obsessão cultural de proporções monumentais, presente em todos os pontos do planeta. A reivindicação dessa necessidade global é visível no espectro nacional pela emergência da demonstração mais expressiva de memória coletiva: os museus, cujos novos modelos comporão o objeto de pesquisa deste trabalho.

Apesar do *status*, os direitos culturais não são satisfatoriamente atendidos na esfera nacional. Espaços para o exercício desses direitos são escassos, pouco acessíveis à população e, no que tange aos museus, pouco acessados por, dentre outros motivos, não invocarem a identificação de todas as esferas da população com o processo histórico que exibem. Como resposta a esta escassez, e de forma a atender à necessidade das esferas sociais não contempladas pelos museus convencionais, surgem modelos alternativos na museologia. O objetivo da presente pesquisa é analisar a insurgência dos novos museus e sua eficácia como garantidores dos direitos humanos e fundamentais do direito acesso à cultura e do direito à memória, com enfoque especial no formato de museu digital, decorrente da situação de isolamento social em razão da pandemia do novo coronavírus.

METODOLOGIA

Por meio de referências bibliográficas e documentais, a presente pesquisa conceitua os direitos culturais, em uma análise de literatura e do embasamento teórico que os respalda, e os aborda nos escopos de (i) direito de acesso à cultura; e (ii) direito à memória. O cenário cultural brasileiro é ilustrado com a exposição de dados coletados por entidades governamentais e, então, breves estudos de caso de museus alternativos são apresentados, sobre os quais serão feitos apontamentos quando pertinente. Por fim, o instituto do museu digital será abordado, e será analisada sua eficácia enquanto garantidor de direitos culturais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A FALTA DE ESPAÇOS COLETIVOS DE ARTE E A INSURGÊNCIA DE MUSEUS ALTERNATIVOS COMO RESPOSTA

Este trabalho abordará direitos culturais sob dois aspectos: (i) o direito de acesso à cultura; e (ii) o direito à memória. Previamente à discussão, cumpre pincelar o conceito de "arte" para fins desta pesquisa: despindo o caráter subjetivo da percepção de arte de cada indivíduo, é adotado o conceito de "patrimônio cultural", definido na Constituição Federal (1988, Art. 216, *caput*) como os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos sociais.

Como pontuado, os direitos culturais não são atendidos de forma satisfatória no território nacional. Um levantamento do então Ministério da Cultura (2009, *online*) denuncia que 90% dos municípios brasileiros não possuem espaços culturais multiuso (museus, cinemas, teatros), e 92% da população nunca foi a um museu ou exposição de arte. A falta de adesão aos museus não se relaciona apenas ao hábito não construído do acesso à cultura, tampouco à negligência ao passado. Fato é que muitos museus perpetram e celebram um processo histórico cuja construção não incluiu boa parte das camadas da população. Paul Ricoeur (2008, p.452), filósofo francês, defende que traumas desenvolvidos ao longo do processo histórico de uma comunidade podem afetar a memória coletiva, tornando árdua e dolorosa a construção dos sentidos do passado.

No campo das relações de poder, Ricoeur (2008, p. 92) nos depara com a instrumentalização da memória, onde versões da memória e esquecimento são construídas e

forjadas. A problemática, aqui, reside na consideração de que a mobilização de memórias está a serviço da demanda e da reivindicação de identidades. A identidade é reivindicada, e a demanda é afastada das relações de poder e atendida, agora, por seus próprios protagonistas: o Museu de Favela, fundado em 2008 por lideranças culturais moradoras das favelas Pavão, Pavãozinho e Cantagalo, é um grande exemplo.

Primeiro museu territorial de favela do mundo, o museu a céu aberto conta com 27 casas-tela de arte urbana com curadoria do morador e ativista Acme, que contrata artistas para pintar o circuito. Segundo a ONG Museu de Favela, sua missão é realizar sua visão de futuro: transformar o morro em um monumento turístico-cultural, um roteiro que conte a história das favelas cariocas. Percebe-se não apenas uma reivindicação à memória da comunidade, mas a instrumentalização desta memória de forma a impulsiona-la.

Algo semelhante ocorre no Museu da Maré: inaugurado em 2006, o museu social criado por um grupo de jovens moradores integrantes do Centro de Ações Solidárias da Maré (CEASM) tem o objetivo declarado de criar uma auto representação da favela da Maré, fortalecendo uma imagem positiva da favela e a autoestima de seus moradores. Os museus alternativos, portanto, se apresentam como alternativa aos museus convencionais, e vem ganhando seu espaço.

MUSEUS ALTERNATIVOS: A VALIDADE DE CARAZTERIZÁ-LOS MUSEUS

Entretanto, podem estes espaços ser classificados como museus? O entendimento é que sim - derivado do mesmo marco regulatório que criou o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM), o Estatuto dos Museus (Lei nº. 11.904, de 2009) disciplina que:

> consideram-se museus as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer natureza cultural, aberto ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

Perceptivelmente, as propostas do Museu de Favela e do Museu da Maré convergem com a definição. São congruentes, ainda, com os princípios fundamentais de promoção da cidadania, cumprimento de função social, preservação do patrimônio cultural, acesso e

inclusão social, respeito e valorização da diversidade cultural que devem pautar o trabalho museológico e que estão presentes no referido Estatuto (Art. 2º).

Os museus são pautados de característica inerente à artes: construir a memória de um grupo enquanto lida com temas universais. O modelo de museu a céu aberto, proposto pelo Museu de Favela, cumpre com essa função enquanto afasta-se dos trâmites (compreensivelmente) custosos e burocráticos da museologia. O Museu, ainda, conta com uma significativa presença virtual. Na obra "Antropologia digital e experiências virtuais do Museu de Favela", Mônica Machado estuda como a arte e as favelas cariocas são construídas no uso de seus moradores das redes sociais.

Na obra, Machado (2017) evidencia que o momento de inclusão das classes populares no consumo de novas tecnologias digitais converge com o de ebulição criativa nas periferias e de reivindicação por direitos sociais dos moradores. Dessa forma, no tocante à presença virtual do Museu de Favela, a *fanpage* do Facebook vira ferramenta de estímulo à manutenção e construção da história local ao reunir memórias por meio das postagens; o Instagram, espaço para sublinhar a beleza das comunidades cariocas e de sua arte. Essa presença digital nunca fez tanto sentido - com a pandemia do novo coronavírus, impossibilitados de sair de casa, os cidadãos só têm acesso à arte pelo meio virtual. Nesse contexto, se inicia a insurgência de novos espaços museológicos: os museus virtuais.

O CASO @MUSEUDOISOLAMENTO

Primeiro museu *online* do Brasil, o Museu do Isolamento Brasileiro se apresenta com uma dupla proposta: aos artistas, um espaço de visibilidade para seus trabalhos; aos consumidores de arte, uma forma de acesso a ela nestes tempos de isolamento. A proposta é que os artistas submetam seus trabalhos para avaliação por meio de um formulário simplificado, e que os trabalhos aceitos sejam publicados no perfil do Museu no Instagram (@museudoisolamento), que, à data, conta com mais de 75 mil seguidores.

O crescimento do perfil demonstra o atendimento do museu de alguma necessidade de seus seguidores. A questão recairia, portanto, sobre a caracterização do espaço virtual como museu. Nosso entendimento, novamente, é que a caracterização se encaixa perfeitamente no disposto no Estatuto do Museu, à medida que expõe conteúdo de valor artístico a serviço da sociedade e seus cidadãos, preservando patrimônio cultural e permitindo inclusão social, uma

vez que o ambiente é plenamente acessível a qualquer um que possua internet, não impondo sequer barreiras geográficas.

Enquanto museu, o Museu do Isolamento é garantidor do direito de acesso à cultura e do direito à memória, e cumpre a função atinente às artes de registrar a memória de uma sociedade enquanto lida com um tema universal. O tema universal em questão nunca encontrou período mais apropriado ao termo: a construção da memória coletiva de um período de exceção que atingiu todo o globo, e teve por consequência a transferência das relações para o ambiente digital, encontra o produto perfeito em um museu exclusivamente virtual.

CONCLUSÃO

Caracterizados os direitos culturais, sob os espectros do (i) acesso à cultura; e do (ii) direito à memória como direitos humanos e fundamentais, entendemos que sua garantia deve ser salvaguardada de acordo com o status. Pelos dados apresentados é visível que a concretização dessa garantia não acontece de forma satisfatória no território nacional: a escassez de espaços culturais e a falta de acesso à produção cultural que represente todas as esferas da sociedade corroboram para o brasileiro tenha pouco ou nenhum contato com os museus, espaços de construção de memória coletiva e garantidores desses direitos.

A tendência mundial de reivindicação de memória, entretanto, culmina na insurgência de modelos alternativos de museus: é exemplo o Museu de Favela, cujo modelo a céu aberto, como analisado nesta pesquisa, cumpre tanto com os requisitos e propósitos museológicos quanto os museus convencionais. Na atual situação de pandemia, onde fomos obrigados - não apenas enquanto país, mas enquanto mundo - a ficar em casa, o consumo de arte foi limitado quase integralmente ao ambiente virtual. Nesse contexto, surge o Museu do Isolamento, primeiro museu virtual do Brasil.

Concluímos, portanto, pela grande efetividade dos novos modelos de museu, em especial, dos museus virtuais, como garantidores de acesso à cultura e do direito à memória da população, além de fazê-lo de forma, no nosso entendimento, mais democrática enquanto disponibiliza as artes no ambiente virtual: é o único museu do país 100% acessível a um clique de distância.

REFERÊNCIAS

Assembleia Geral da ONU. (1948). "**Declaração Universal dos Direitos Humanos**". Paris. Disponível em: <http://www.un.org/en/universal-declaration-human-rights/>. Acesso em 30.jun.2020.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 2016.

NORA, Pierre. 2009. **Memória: da liberdade à tirania**. MUSAS — Revista Brasileira de Museus e Museologia, nº 4, 2009. Rio de Janeiro: IBRAM.

FERNANDES, **José Ricardo Oriá. Direito à memória - a proteção jurídica ao patrimônio histórico-cultural brasileiro**. Fortaleza: UFC, 1995.

HUYSSEN, Andreas. 2000. **Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia**. Rio de Janeiro: Aeroplano.

RICOEUR, Paul. **Da interpretação – ensaio sobre Freud**. Rio de Janeiro: Imago, 1977.

MACHADO, M. **Antropologia digital e experiências virtuais do Museu de Favela**. Curitiba: Appris, 2017.

BRASIL. Lei nº 11.904, de 14 de Janeiro de 2009. **Institui o Estatuto de Museus e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Secretaria Especial da Cultura - Ministério do Turismo, 2020**. Página inicial. Disponível em: <cultura.gov.br>. Acesso em: 20 de jun. de 2020.

IX Encontro Internacional de Direitos Culturais
9th International Meeting on Cultural Rights
Direitos Culturais: Impactos da Pandemia
Cultural Rights: Impacts of the Pandemic
05 A 09 DE OUTUBRO
ISSN-e 23169982

NOVOS CONTORNOS DA NARRATIVA DO BIBLIOCAUSTO NA ERA CIBERCULTURAL

NEW OUTLINES OF THE BIBLIOCAUST'S NARRATIVE IN CYBERCULTURAL AGE

Matheus Víctor Sousa Soares[74]
Thalia Ferreira Cirilo[75]

RESUMO

Milenarmente vilipendiado ao dissabor dos ventos revolucionários da política, o *corpus* da criação intelectual tem sido apreendido e escatologicamente reduzido às cinzas. Desmaterializada a ideia, a perseguição alcança autores e leitores, indistinguíveis. Pela ação dos destruidores de livros ocorre o memoricídio: a destruição da memória através da supressão de signos culturais, ocorrência típica, mas não exclusiva, de regimes de viés totalitário. Analisa-se no presente trabalho o teor da narrativa do bibliocausto e sua perniciosidade de tal forma a demonstrar que até mesmo os Estados que se dizem "democráticos" e "de direito" e que se encontram em um contexto de avanços tecnológicos tais que parecem aproximar da utopia da indestrutibilidade dos bens culturais, podem ter subvertidos seus valores de proteção e guarda das obras autorais em uma ânsia por controle e repreensão culminante em acessos de destruição. Utilizam-se, como marcos teóricos, as reflexões de Piérre Lévy sobre a cena cibercultural e o teor reformista que deve alcançar a legislação, bem o pensamento de autores que discutem as repercussões das mudanças no *corpus mechanicum* que projetam novas possibilidades de captura das abstrações do *corpus misticum*

Palavras-chave: Bibliocausto, cibercultura, direito autoral.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

Millenially vilified at the dismay of the revolutionary winds of politics, the corpus of intellectual creation has been apprehended and eschatologically reduced to ashes. The dematerialized idea, the persecution reaches indistinguishable authors and readers. Through the action of the book destroyers, memoricide occurs: the destruction of memory through the

[74]Mestrando em Direitos no Programa de Pós Graduação em Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba (UFPB); graduado em Direito pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Email matheusmv200@hotmail.com

[75]Graduada em Direito pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG); pós-graduanda em Direito Tributário pela Faculdade Damásio. Email: thalia_ccrei@hotmail.com

suppression of exclusive cultural signs, a typical occurrence, but not, of totalitarian regimes. In the present work, the content of the narrative of the bibliocaust and its perniciousness are analyzed in such a way as to demonstrate that even the States that say “democratic” and “in law” and that are known in a context of technological advances such that seem to approximate the utopia of the indestructibility of cultural goods, they may have subverted their values of protection and custody of copyright works in a yearning for control and culminating reproof in attacks of destruction. Piérre Lévy's reflections on the cybercultural scene and the reformist content that should reach the legislation are used as theoretical frameworks, as well as the thoughts of authors who discuss the repercussions of changes in the *corpus mecanicum* that project new possibilities of capturing abstractions of the *corpus misticum*

Keywords: Bibliocaust, cyberculture, copyright.

INTRODUÇÃO

No presente trabalho, analisa-se o teor da narrativa do bibliocausto e seu aperfeiçoamento de tal forma que até mesmo os Estados que se dizem “democráticos” e “de direito” podem ter convertidos seus valores de proteção e guarda das obras autorais em uma ânsia por controle e repreensão culminante em acessos de destruição, caso não tracem estratégias que resguardem o patrimônio cultural, existente e vindouro.

Nem o suporte físico, nem a legislação a ele relacionada, sobrevivem sem que seja um resistente equilíbrio que se expressa na exata definição de quem ocuparia os lugares de protetor e protegido e em que momento esses papéis poderiam ser invertidos para permitir o avanço de um e de outro.

A indestrutibilidade, considerada neste trabalho como atributo da criação intelectual – surgida na lei em abstrato e realizada pelo suporte material –, se antes era uma utopia, por excelência inatingível, hoje, com a Internet e seus processos sofisticados de conversão do “real” em dados simultânea e amplamente acessíveis, com a possibilidade de pulverização destes de modo veloz mas catalogável, e destruição absoluta quase impossível em comparação com os métodos conhecidos pela História – papiro, papel, fitas magnéticas, discos *laser*, etc. – torna-se algo factual. Sobressai, então, como lidar com essa indestrutibilidade e, no âmbito jurídico, como perpetuá-la evitando deformações estruturais.

METODOLOGIA

Além de revestir-se essencialmente de natureza qualitativa, a presente pesquisa, para a obtenção dos resultados expostos a seguir, desenvolveu-se por meio do emprego do método de abordagem dedutivo, que, amparado em um percurso investigativo de cunho bibliográfico, contempla, em primeiro plano – e de forma breve – a contextualização histórica e conceitual de elementos-chave essenciais à compreensão da temática explorada, possibilitando, *a posteriori*, por meio de análise mais acurada e crítica, concluir pelo potencial "anticomburente" da tecnologia que, aliando-se a uma desejável legislação mais dinâmica e menos corruptível, permite que a Rede seja considerada como instrumento de indestrutibilidade e de disseminação democrática das criações intelectuais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

É da impaciência de um Poder que somente busca sua plena manutenção – ainda que ela seja manifestamente descabida – em atrito com a ansiedade de agentes revolucionários que surge a ferramenta dos bibliocastas, aqueles que vilipendiam os produtos do intelecto em nome de uma crença e em busca de um signo, para cometer seu memoricídio se representativa a censura (ZANINI, 2015). Esta se constitui na imposição de restrições – quanto mais bem fundamentas, mais bem recebidas e, portanto, acatadas – à circulação de certas expressões intelectuais que vão de Ideias concernentes à ciência, à religião e aos costumes morais até a mera manifestação de um olhar artístico para a natureza, esboçado em pinturas ou versos (FRAGOSO, 2012).

A queima de livros em praça pública feita pelo regime nazista como forma de desestímulo à leitura de certos textos que negavam os ideais do partido e também como estímulo propagandístico ao que se chamou de sincronização da cultura – prelúdio da consolidação de regimes totalitários – foi o mais representativo desses eventos (BAÉZ, 2004). Em uma sucessão de atos, a população, instigada pelas estruturas do Estado, em fogueiras de intensidades variadas, alimentava as chamas com o espírito de poetas, pensadores livres, cientistas políticos e todos que um dia, por desejo de desbravar o sentido da imortalidade, recorrerem à expressão da ideia em um suporte frágil como o livro.

Com a tecnologia, com a Internet permitindo democraticamente a digitalização, dificulta-se que o Poder Político ameaçado encontre "praças públicas" onde possa "queimar" a arte, como também não encontrará a própria arte como algo investido em um objeto; a ordem da pulverização dos dados acaba por desmanchar o arranjo da censura e, quando não impedindo, dificultando a extinção da personalidade (GANDELMAN, 2007).

Certamente, o campo dos direitos autorais foi abalado pela revolução cibercultural (LÉVY, 2010), muito em razão do despreparo da legislação (WACHOWICZ, 2008). A confusão entre Ideia e Obra, conteúdo e recipiente, se já existia em algumas criações artísticas, como na pintura, por

exemplo, tornou-se ainda mais preocupante na medida em que a Rede assumia um papel primordial nas relações sociais (FRAGOSO, 2009).

O legislador, no mais das vezes por omissão, optou por somente contornar os novos problemas, sem, contudo, definir quais parâmetros deveriam ser considerados, bambeando entre proteção e acesso, um dilema importante, mas que precisava ser analisado sob a lente da tecnologia: proteção no ambiente digital e acesso à obra para digitalização ou à obra digitalizada (WACHOWICZ, 2008).

Antes disso, porém, é preciso compreender os porquês dessa digitalização ser necessária, o que perpassa pelo mencionado acima: a recusa a permitir eventos como o bibliocausto nazista. Salienta-se que cataclismas similares podem acontecer mesmo em sociedades democráticas (BITTAR, 2013), bastando que se instale a seletividade das obras protegidas ou mesmo na criação de políticas públicas que não se utilizem das obras em domínio público, por exemplo, de maneira consistente ou prejudiquem através de outros meios a circulação e o acesso, como no caso de tributação onerosa.

Admite-se, porém, que o ciberespaço, como suporte da Ideia, cria uma série de questionamentos e, em definição, já suscita quebras consideráveis naquilo que se entende por criação protegida por direitos autorais. Permeado pela intensa liberdade, não se concebe qualquer relação de equilíbrio possível entre este ciberespaço e os direitos autorais, naturalmente limitadores. Isso se dá porque os direitos autorais se vincularam inapropriadamente e por tempo demais à noção de propriedade, repelida pela estrutura da Rede (TRIDENTE, 2009).

Assim, os direitos autorais devem retomar um preceito anterior, isto é, voltar a existir como incentivo à criação e como atribuidor de uma indestrutibilidade que não se confunde como blindagem excessiva (TRIDENTE, 2009). Pensar o direito autoral dessa forma menos debilitante de sua matriz cultural é o que fazem projetos como o *Creative Commons* que, considerando a rede e uma doutrina de Cultura Livre, criam instrumentos para promover voluntariamente adequação possível sem esfacelamentos, mas também sem considerar linhas divisórias excruciantes. O processo de licenciamento em lugar da cessão – figuras já previstas pela legislação autoral – perfaz uma transição gradual a um modelo que tem no ciberespaço um louvável suporte de fixação das criações intelectuais, apto a promover acesso amplo que prestigie igualmente autores e coletividade (BRANCO; BRITTO, 2013).

O paradoxo é sempre interpretativo. O quadro cibercultural não destrói, mas constrói; o tecnológico meramente torna o suporte mais resistente, menos propenso a ser reduzido a escombros, realiza as ambições primordiais da Ideia, dos meandros da criatividade, blinda em concreto o que a legislação precisa proteger e permitir acesso em abstrato sem, com isso, gerar teratologias, absurdos jurídicos. Uma legislação dinâmica é uma das chaves para esse processo.

Em se tratando da relação com bens autorais em ambiente digital, entretanto, já existe uma gama de restrições e permissões possíveis e certeiras que atualizam o binômio permitido/proibido, próprio do sistema jurídico, para as plataformas digitais. Resta assimilar isto no campo autoral: estabelecer quais as obras devem ser digitalizadas em razão do interesse público e quais outras quando julgar conveniente o autor; como isso deve ser feito; de que forma esse acesso pode comportar a reprodução em outras plataformas; como essas obras, agora dados, trafegam no ciberespaço; e, principalmente, a quem cabe gerir esses dados: o Estado, virtualmente onisciente, ou as plataformas digitais específicas onde as obras são fixadas sucedaneamente mediante seus contratos com o próprio autor-usuário.

O *Creative Commons*, apostando na disponibilização de licenças adaptadas à leitura pelas estruturas do ciberespaço e permitindo a toda sorte utilizações, inspira legisladores e estudiosos, autores e leitores, a potencializarem a disseminação das Ideias e, com isso, gerar novas Ideias, em um processo de indubitável benefício coletivo, do qual, expecta-se, surja um meio-termo.

CONCLUSÃO

Tornar a tecnologia anticomburente significa impedir o máximo possível a destruição das obras digitalizadas e ao mesmo tempo permitir que mais obras sejam inseridas no ciberespaço; é um mandamento de defesa que perpassa a legislação e repercute em todos os usuários, estejam eles cientes ou não dessa responsabilidade.

Para tornar o expediente efetivo, é preciso, porém valer-se de uma abordagem que transcenda o jurídico e consiga alcançar o indivíduo em sua concha: a educação é prática que o despertará para a natureza da relação autor-obra e a necessidade de se respeitá-la. Os demais entraves se mostrarão simplórios e facilmente solucionáveis caso se ponha a refletir sobre o acima colocado de maneira realizar um debate democrático. A Rede, permissiva por natureza, neutra a ponto de seu uso sugerir ambiguidades, é suporte que permite uma indestrutibilidade bruta das criações intelectuais que somente pode ser lapidada por uma legislação dinâmica.

Anote-se que não é buscada uma legislação nos moldes clássicos de lei e decisões judiciais, muito menos métodos pedagógicos tradicionais, hierarquizantes e inexpressivos, mas a transcendência – ou sucessivas transcendências – que começam pelo nivelamento inédito daquilo que é físico e daquilo que é tomado como espiritual – em uma dimensão virtual – a perturbarem-se reciprocamente criando desse choque a faísca da única imortalidade possível e suficiente: a artística.

REFERÊNCIAS

BAÉZ, Fernando. **História Universal da Destruição dos Livros**: das Tábuas Sumérias à Guerra do Iraque. São Paulo: Ediouro, 2004

BITTAR, Carlos Alberto. **Direito de autor.** 5ed. Rio de Janeiro: Forense, 2013.

BRANCO, Sérgio. BRITTO, Walter**. O que é creative commons:** novos modelos de direito autoral em um mundo mais criativo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013

CHAVES, Antônio Chaves. Direito de autor: Princípios Fundamentais: Rio de Janeiro: Forense, 1987

FRAGOSO, João Henrique da Rocha. **Direito Autoral:** da antiguidade à internet. São Paulo: Quartier Latin, 2009

FRAGOSO, João Henrique da Rocha. **Direitos do autor e copyright:** fundamentos históricos e sociológicos. São Paulo: Quartier Latin, 2012.

GALDEMAN, Henrique. **De gutenberg à internet:** direitos autorais na era digital. São Paulo: Record, 2007

LÉVY, Pierre. **Cibercultura.** São Paulo: Editora 34, 2010

TRIDENTE, Alessandra. **Direito Autoral:** paradoxos e contribuições para revisão da tecnologia jurídica no século XXI. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009

WACHOWICZ. Marcos. Reflexões sobre a revolução tecnológica e a tutela da propriedade intelectual. *In:* ADOLFO, Luiz Gonzaga Silva; MORAES, Rodrigo (org.). **Propriedade intelectual em perspectiva.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008

ZANINI, Leonardo Estevam de Assis. **Direito de autor.** 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

O CARTÓRIO EXTRAJUDICIAL COMO ALIADO DO PATRIMÔNIO CULTURAL.

NOTARY AND REGISTRY OFFICE AS ALLY OF CULTURAL HERITAGE.

Juliana Friedrich Faraj Romagna Grasso[76]

RESUMO

O presente trabalho visa apresentar como os cartórios extrajudiciais do Brasil podem contribuir para o patrimônio cultural previsto no art. 216 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Analisando as funções dos cartórios extrajudiciais, em especial a função de garantir a segurança jurídica dos atos ali praticados e a de conservação e guarda de documentos e livros, observa-se o surgimento de um rico acervo de documentos, um arquivo. Este arquivo tanto serve para legitimar os processos de patrimonialização quanto é um patrimônio em si, uma vez que ele prova documentalmente eventos históricos e culturais, ao mesmo tempo em que conta a sua própria história.

Palavras-chaves: Patrimônio Cultural. Documento. Arquivo. Cartório. Conservação.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

The present paper aims to present how the extrajudicial registry and nottary offices in Brazil can contribute to the cultural heritage provided in art. 216 of the Constitution of the Federative Republic of Brazil of 1988. Analyzing the functions of extrajudicial registries and nottaries, in particular the function of guaranteeing the legal security of the acts performed there and that of the conservation and custody of documents and books, the emergence of a rich collection of documents, an archive. This archive serves both to legitimize the patrimonialization processes and is a heritage in itself, since it documents historical and cultural events, while telling its own history.

Keywords: Cultural Heritage; Document; Archive; Registry; Conservation.

INTRODUÇÃO

Os cartórios extrajudiciais do Brasil contribuem para o patrimônio cultural previsto no art. 216 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Com o propósito de garantir segurança jurídica dos negócios e fatos jurídicos, se constituem como verdadeiros arquivos de documentos das mais diversas naturezas.

O patrimônio cultural para Cunha Filho (2019, p. 137-140) "é constitucionalmente adotado como gênero, integrado, entre outros, pelos patrimônios artístico e histórico" e

[76] Graduada em Direito (2008) e Letras (2010) pela Univille. Pós-graduada em LLM Direito Empresarial da FGV (2013) e Pós-graduada em Direito Público pela FURB (2014). Mestranda do Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille.

(2017, p.110) “é constituído pelos bens portadores de referência à identidade, à ação, à memória ‘dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira’”.

No sítio eletrônico do Ministério do Turismo, no link da Secretaria Especial de Cultura, a definição de patrimônio cultural é legado transmitido como uma herança, que remete à riqueza simbólica e tecnológica desenvolvida pelas sociedades, e que “ diz respeito aos conjuntos de conhecimentos e realizações de uma comunidade, acumulados ao longo de sua história, que lhe conferem os traços de sua identidade. A partir do patrimônio, nos tornamos únicos.”.

A história dos cartórios extrajudiciais no Brasil se confunde como a história registrada por eles. Os cartórios são antigos no país: o primeiro cartório do Brasil foi o do Rio de Janeiro que data de 20 de setembro de 1565, 1º Ofício De Notas da Capital, que existe até os dias de hoje. Ora é evidente que nessa época o Brasil ainda era uma colônia portuguesa pouco explorada e pouco conhecida, e mesmo assim já havia um cartório para certificar os atos praticados pelas pessoas. Cabe frisar que, houve atuação Notarial precedente em Salvador, desde 1549, mas por Notários Portugueses a serviço da Coroa, em atos pontuais de transmissão de Cartas Sesmarias e atas de guerra e defesa.

Em razão de serem entidades muito antigas no Brasil, os cartórios são vistos por muitas pessoas como um espaço de retrocesso e burocracia cuja prestação de serviço é apenas carimbar papel. Mas essa visão não está de acordo com a realidade, pois os cartórios no Brasil têm a função precípua de garantir a segurança jurídica dos atos praticados por eles. Este somente é possível com documentos probatórios tidos pelo ordenamento jurídico pátrio como autênticos. Carnelutti (2013 apud RODRIGUES e FERREIRA, p. 63) discorre que “o documento é prova histórica real, visto que representa fatos e acontecimentos pretéritos em um objeto físico, servindo, assim, de instrumento de convicção.” Daí se extrai duas funções secundárias dos cartórios, quais sejam: conferir autenticidade de documentos e arquivá-los.

Diniz (1998, p. 515) conceitua cartório como “Local onde são arquivados documentos importantes e onde funcionam os registros públicos, ofícios de notas e tabelionatos”.

Portanto, os cartórios são em verdade um espaço de conservação e manutenção de documentos, sendo dever dos notários e oficiais de registro, previsto no art. 30, inciso I, da Lei 8.935/1994 “manter em ordem os livros, papéis e documentos de sua serventia,

guardando-os em locais seguros". Esta guarda confere aos usuários dos serviços cartoriais segurança jurídica em seus atos civis e está intimamente relacionado com a função arquivística, que acaba criando uma interessante demanda para o campo do patrimônio cultural, apto a revelar muitos dos costumes, das fontes documentais e do direito de um povo em dado momento histórico. Dos documentos arquivados nos cartórios, é possível colher os atos e costumes de uma população em um determinado tempo, as marcas culturais desta população. A coletânea de documentos cria um arquivo. E arquivo para Farge (2017, p.14), em o Sabor do Arquivo, livro em que se baseou em documentos policiais do século XVIII da França, é:

> [...] uma brecha no tecido dos dias, a visão retraída de um fato inesperado. Nele, tudo se focaliza em alguns instantes de vida de personagens comuns raramente visitados pela história, a não ser que um dia decidam se unir em massa e construir aquilo que mais tarde se chamará de história. O arquivo não escreve páginas de história. Descreve com as palavras do dia a dia [...].

Para Ceneviva (2010, p. 101) uma das funções do cartório é a de arquivo e este "não consiste em depósito inerme e desordenado de papéis, mas em organismo vivo acionável a todo tempo, apto a assegurar publicidade fácil, rápida e segura do que nele se contém".

Dessa forma, o patrimônio cultural pode ser abstraído dos documentos arquivados no cartório, pois neles estão retratadas marcas culturais de um povo em um determinado tempo. Ao mesmo passo em que os documentos cartoriais constituem patrimônio cultural em si.

METODOLOGIA

A presente pesquisa será qualitativa, com base em conteúdos teóricos, pesquisa bibliográfica, e amostras de documentos colhidos em cartórios de acordo com acontecimentos históricos conhecidos em nosso país e de representações culturais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Este trabalho está em fase inicial de pesquisa.

Mas já é possível afirmar que os cartórios são aliados do patrimônio cultural, tanto pelo arquivo do cartório como um meio de legitimação de processos de patrimônio cultural como pelo arquivo ser o próprio patrimônio cultural.

Atualmente, passamos por um claro exemplo das marcas culturais que os cartórios deixam em seus documentos. O Brasil e o mundo estão enfrentando a maior pandemia dos últimos cem anos, e os documentos cartoriais estão plenos de referências a ela, a exemplo de óbitos cuja causa mortis é a COVID-19. Mas vai além, há diversas normativas especiais que devem ser seguidas pelos cartório para este período tão singular, como menção em registros de óbitos realizados tardiamente do atraso em razão da pandemia de COVID-19, contagem de prazo em dobro para os registros imobiliários, lavratura de escrituras a distância, pelo e-notariado, marcas estas que estão documentadas e que deixam para o leitor do futuro tentar reproduzir o que se vivenciou neste ano de 2020. São arquivos que irão remontar traços culturais vivenciados agora e que ao mesmo tempo são patrimônio em si.

Nos arquivos cartoriais é possível encontrar documentos que indicam compra e venda de humanos, no período da escravidão; o registro de óbito, tão controvertido na história, de Getúlio Vargas, em 1954; o registro de óbito daqueles aniquilados pela ditadura, com a Lei 9.140, de 04 de dezembro de 1995, reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979; entre outros tantos documentos históricos e culturais.

Então, os cartórios extrajudiciais, ao manterem seus acervos, em razão de suas funções, são grandes aliados da formação do patrimônio cultural, pois estes documentos são transmitidos como uma herança pelas gerações que os recebem, e ainda, servem como documento probatório para a análise de conhecimentos e realizações de uma comunidade em um determinado tempo.

CONCLUSÃO

O patrimônio cultural pode ser muito beneficiado ao se aproximar dos cartórios extrajudiciais, pois estes estão ricos de documentos que apresentam recortes de um tempo, do modo de viver da comunidade retratada. Os cartórios, portanto, são grandes aliados do patrimônio cultural, apresentando subsídios e provas para que estes possam se consolidar.

Nos documentos cartoriais é possível encontrar registros dos modos de criar, fazer e viver de uma comunidade, além de registros de conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 08 ago. 2020.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Lei 8.935 de 18 de novembro de 1994. Regulamenta o art. 236 da Constituição Federal, dispondo sobre serviços notariais e de registro. (Lei dos cartórios). Disponível em: http://www.planalto.gov.br /ccivil_03/Leis/L8935.htm. Acesso em: 01 ago. 2020.

BRASIL. Ministério do Turismo – Secretaria Especial da Cultura. **Patrimônio Cultural**. Disponível em: http://cultura.gov.br/patrimonio-cultural/. Acesso em: 10 ago. 2020.

CENEVIVA, Walter. Lei dos Registros Públicos Comentada. 20 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. A mutação do locus jurídico do tombamento: do direito administrativo para os direitos culturais. **Publicações da Escola da AGU**, Brasília, DF, v.9, n.3 , p. 101-117, jul. 2017.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. **Teoria dos direitos culturais**. Edições SESC, 2018. Disponível em https://play.google.com/books/reader?id=cIdjDwAAQBAJ&hl=pt&pg=GBS.PP1. Acesso em 14/08/2020.

DINIZ, Maria Helena. Dicionário Jurídico. Volume 1 A-C. São Paulo: Saraiva, 1998. p. 515.

FARGE, Arlette - tradução MURAD, Fátima. O Sabor do Arquivo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2017.

PINTO, Suely Lima de Assis. Museu e arquivo como lugares de memória. Revista do Programa de Pós Graduação em Ciências da Informação da Universidade de Brasília. p. 89-102.

RODRIGUES, Felipe Leonardo; FERREIRA, Paulo Roberto Gaiger. Tabelionato de Notas - Coleção Cartórios - coordenador Christiano Cassettari. São Paulo: Saraiva, 2013.

IX Encontro Internacional de Direitos Culturais
9th International Meeting on Cultural Rights
Direitos Culturais: Impactos da Pandemia
Cultural Rights: Impacts of the Pandemic
05 A 09 DE OUTUBRO
ISSN-e 23169982

O RACISMO ESTRUTURAL E A DERRUBADA DE MONUMENTOS DE ESCRAVOCRATAS

STRUCTURAL RACISM AND THE OVERTHROW OF SLAVE-OWNERS MONUMENTS

Sabrina dos Santos Brito[77]
Marcus Vinícius Nogueira Rebouças[78]

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a figura do racismo estrutural na perspectiva simbólica. Pautou-se, inicialmente, da análise do caso paradigma (assassinato de George Floyd) e da demonstração da repercussão do caso em todo o mundo, incluindo o Brasil, país, historicamente, marcado pelo racismo. Partindo dessa premissa, analisa-se a influência do movimento negro em relação ao rompimento de símbolos, estátuas e monumentos de influência escravocrata. Metodologicamente, a pesquisa é qualitativa, por meio da análise bibliográfica de estudiosos sobre o assunto. Na conclusão, entende-se por necessária a intervenção do Direito na luta contra o racismo estrutural e contra os símbolos que dele decorrem.

Paravras-chave: Black Lives Matter. Estátuas. Racismo estrutural.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

The present study aimed to analyze the structural racism in a symbolic perspective. Initially, it was based on the analysis of a paradigm case (murder of George Floyd) and the repercussion of the case worldwide, including Brazil, a country historically marked by racism. Based on this premise, it was analyzed the influence of the black movement in relation to the destruction of slavery symbols, statues and monuments. Methodologically, the research was qualitative, carried out through a bibliographic analysis on the subject. In conclusion, it was understood that the Law needs to intervene in the fight against structural racism and against the symbols that result from it.

Keywords: Black Lives Matter. Statues. Structural racism.

INTRODUÇÃO

No ano de 2014, os Estados Unidos passaram por um dos momentos mais marcantes no âmbito do movimento negro. O policial branco Darren Wilson, ao abordar o jovem negro Michael Brown, atirou, estima-se, seis vezes, mesmo a vítima estando desarmada. Com o óbito do rapaz, o policial foi submetido a um júri que decidiria pelo processamento, o que ficou conhecido como júri de *Saint Louis*. O resultado do júri foi concluído pelo não processamento em decorrência de ausência de provas. Tal caso foi emblemático, pois deu

77 Graduanda em Direito pela Universidade de Fortaleza

78 Graduando em Direito pela Universidade de Fortaleza

origem a uma expressão que se tornaria um grande marco na luta antirracista no mundo, Black Lives Matter, ou, em português, Vidas Negras Importam.

Desde então, episódios de violência policial, que outrora eram silenciados, tornaram-se expostos, sobretudo, nas mídias digitais e televisivas, de modo que passou-se a questionar, dentre outros pontos, a democracia racial, a meritocracia e a formação dos agentes de segurança pública. Um olhar mais atento foi lançado para os diversos episódios similares de violência contra a população negra que ocorriam para além do país norte-americano, de modo que o tema do racismo estrutural encontra-se no centro dos debates de raça e de democracia no mundo.

É possível afirmar que o racismo, na sociedade contemporânea, é gênero e possui três espécies/concepções. Nessa linha de argumentação, Guimarães (2012) e Almeida (2018) sustentam que o racismo pode ser institucional, compreendido como aquele relacionado à imposição das instituições que fomentam práticas racistas; individualista, por sua vez, interligado ao preconceito individual de cada um um, muitas vezes, enraizado pela cultura racista em que estamos imbuídos; e o racismo estrutural, aquele fruto de um conjunto de fatores, por exemplo, sociais e econômicos. Dessa forma, o racismo estrutural, objeto de discussão no presente trabalho, é nada mais do que a manifestação preconceituosa decorrente da raça por consequência direta de inferiorização dos negros e da inconsistência social e histórica na proteção minoritária dessa camada na sociedade.

Segundo o filósofo Silvio Almeida (2018), racismo estrutural é uma decorrência da própria estrutura social, no âmbito da normalidade em que são constituídas as relações políticas, econômicas, jurídicas e familiares, de forma que o racismo tal qual é apresentado não decorre de crises institucionais ou de uma situação socialmente patológica, mas é estrutural. Segundo o autor, também o racismo, sendo estrutural, pode ser entendido como um processo histórico, manifestando-se em momentos decisivos e específicos em circunstâncias determinadas, mas notando-se também a manifestação das práticas racistas em conexão com as transformações da sociedade. Assim, pode-se entender que os processos históricos, sejam em movimentos de ruptura social ou não, carregam em si os símbolos que fomentam o racismo.

Destarte o movimento Black Lives Matter já apresentasse grandes núcleos de ações contra o racismo estrutural desde o já citado júri de *Saint Louis*, em 2016 tornou-se uma rede

global, com vários países endossando o coro contra a violência policial, incluindo o Brasil. Em 2020, a rede mobilizou milhões de pessoas em todo o mundo após a morte de George Floyd, afro-americano morto em maio de 2020 por um policial branco que ajoelhou-se no seu pescoço durante quase nove minutos e gerou o sufocamento da vítima. Ao mesmo tempo, o Brasil vivia situação semelhante de violência estatal com a morte do adolescente João Pedro, de 14 anos, baleado dentro de casa durante uma operação policial, também em maio de 2020.

As mobilizações em torno desse caso emblemático promoveram a iniciativa de derrubada de estátuas de antigos escravocratas e de figuras históricas ligadas ao período da escravidão, como a estátua de Jefferson Davis, militar americano que defendia a manutenção da escravidão, nos EUA e Edward Colston, traficante de escravos, na Inglaterra.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada no presente estudo baseou-se em dados qualitativos, de forma que referências bibliográficas foram manejadas à análise da construção teórica da derrubada de estátuas no âmbito de movimentos antirracistas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir do entendimento que o racismo é estrutural, verifica-se que este se manifesta nas mais variadas formas, seja, por exemplo, em ditados populares, seja em monumentos alusivos a escravocratas. Portanto, nota-se que a promoção do revisionismo histórico e a busca pela democracia racial passa, também, pelo necessário rompimento com os símbolos do racismo estrutural e ressignificação da memória coletiva.

Como bem aponta Choay (2006) em uma análise conceitual dos monumentos, é possível considerá-los como aquilo construído pelos indivíduos para rememorar algo ou fazer tal agrupamento retornar a tempos passados, de forma a reviver etapas e momentos de uma vida as quais envolveram experiências coletivas, refletindo traços de uma cultura, modelos de vivência e sentidos políticos e sociais. Nesse sentido, legitima-se a retirada de estátuas que fomentam preconceitos, haja vista reviverem figuras tão marcantes para o apagamento da memória negra.

Dessa forma, tomando por base os exemplos dos Estados Unidos e da Inglaterra, no Brasil, atualmente, promove-se um levante para que as estátuas de antigos escravocratas presentes em seu território também sejam derrubadas. Presentemente correm dois projetos

de lei com essa finalidade, um no estado da Bahia e um no estado de São Paulo. No projeto legislativo tramitando na Bahia, estado com a maior população negra do país, dispõe-se que as estátuas, os monumentos, as placas ou qualquer outra forma de homenagem a figura ligadas ao comércio escravagista deverão ser removidas dos espaços e bens públicos. O projeto de lei em tramitação no estado sudestino também possui conteúdo semelhante, com, inclusive, a mudança de nomenclatura de prédios que homenageiem escravocratas.

Verifica-se, portanto, que o Direito, enquanto ciência social aplicada e por ter instrumentos para controle e regulação, bem como para assegurar a implementação das garantias sociais, também possui a função de rompimento com atos reflexos do racismo estrutural, além dos mecanismos previstos de criminalização, civil, administrativa e penal, como a inafiançabilidade e a imprescritibilidade do crime de racismo assegurada na Constituição Federal de 1988, por exemplo. Assim, a retirada dos monumentos e dos símbolos de escravocratas se mostra como uma medida necessária ao Direito enquanto lei e justiça, a fim de resguardar o princípio da dignidade da pessoa humana, tão caro à Carta Maior de 1988, e dar um passo à frente na mudança da memória coletiva, tão influenciada pelo racismo estrutural.

Assim, não se trata, somente, de endurecimento de penas ou reduzir a problemática ao abolicionismo penal, mas de mecanismos que amenizem a inconsistência e ineficiência do sistema jurídico moderno na proteção dos negros e de todos aqueles que tenham lugar de fala nessa mácula histórica, institucional e jurídica do racismo estrutural. Ademais, cumpre ressaltar que o combate ao racismo, em todas as suas nuances, deve ser um compromisso de toda a sociedade, razão pela qual o todos os Poderes da República, a Administração Pública, direta e indireta, as escolas e as ONGs devem, na proporção de suas funções, atuar na luta contra o racismo estrutural.

CONCLUSÃO

Diante do exposto, conclui-se pela necessária intervenção do Direito a fim de romper com símbolos e monumentos de ideais escravagistas. Tal intervenção mostra-se indispensável na construção do imaginário social e na luta contra o racismo estrutural,

coadunando com as latentes manifestações, como Black Lives Matter, e as urgências apresentadas pela sociedade.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

Alba recebe projeto que pede retirada de estátuas de escravocratas em espaços públicos. **Bahia.ba**, 28 de junho de 2020. Disponível em: https://bahia.ba/politica/alba-recebe-projeto-que-pede-retirada-de-estatuas-de-escravocratas-em-espacos-publicos/. Acessado em: 16 de julho de 2020.

CHOAY, François. **A alegoria do patrimônio.** 4. ed. São Paulo (SP): Estação Liberdade; UNESP, 2006.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Classes, raças e democracia**. 2.Ed. São Paulo: Editora 34, 2012.

OLIVEIRA, Caroline. O que significa retirar estátuas de escravocratas do espaço público? **Brasil de fato**, São Paulo, 15 de junho de 2020. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2020/06/15/o-que-significa-retirar-estatuas-de-escravocratas-do-espaco-publico. Acessado em: 15 de julho de 2020.

Projeto de lei propõe retirada de estátuas escravocratas das ruas de SP. **Catraca livre**, São Paulo, 25 de junho de 2020. Disponível em: https://catracalivre.com.br/cidadania/projeto-de-lei-propoe-retirada-de-estatuas-escravocratas-das-ruas-de-sp/. Acessado em:16 de julho de 2020.

OS IMPACTOS DA PANDEMIA NA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS MUSEUS NO CENTRO HISTORICO DE MANAUS

THE IMPACTS OF PANDEMIC ON THE ORGANIZATION AND FUNCTIONING OF MUSEUMS IN THE HISTORICAL CENTER OF MANAUS

Maria Eduarda de Menezes Falcão[79]
Allan Carlos Moreira Magalhães[80]

RESUMO

A pandemia que afligem o mundo pela disseminação do SARS-CoV-2, vírus que provoca a COVID-19, impõe como medida de profilaxia o isolamento social. Essa medida atinge severamente o setor cultural como os museus que são espaços de preservação e disseminação da memoria coletiva, pois tiveram suas atividades suspensas. A presente pesquisa almeja identificar os impactos da pandemia nas atividades de três museus situados no centro de Manaus: Museu da Cidade, Palacete Provincial e Museu Amazônico com o objetivo de identificar a natureza jurídica dos mesmos, suas principais fontes de receita, fluxo de visitantes, os riscos associados direta ou indiretamente à pandemia com reflexos na continuidade das suas atividades na preservação da memoria coletiva. Para atingir esses objetivos a presente pesquisa, que se encontra em fase inicial, se propõe a realizar uma investigação bibliográfica, documental e de campo. O estudo bibliográfico para a revisão de literatura sobre a temática. O estudo documental para o levantamento de informações quantitativas e qualitativas sobre a atuação dos referidos museus a partir dos respectivos planos museológicos. E um estudo de campo com visita a esses espaços e a realização de entrevistas semiestruturadas com agentes públicos encarregados da gestão destas instituições com o proposito de compreender o cotidiano do funcionamento destes museus e as dificuldades enfrentadas no contexto da pandemia. Como resultado da pesquisa espera-se identificar a natureza jurídica e a estrutura de funcionamento destes museus, bem como os impactos diretos e indiretos da pandemia a curto e médio prazo com base no plano museológico.

Palavras-chave: Museus. Pandemia. Memória coletiva. COVID-19. Plano museológico

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

The pandemic that afflicts the world for the spread of SARS-CoV-2, the virus that causes COVID-19, imposes social isolation as a prophylactic measure. This measure severely affects the cultural sector, such as museums, which are spaces for the preservation and dissemination of collective memory, as their activities have been suspended. This research aims to identify the impacts of the pandemic on the activities of three museums located in the center of Manaus: Museum of the City, Provincial Palace and Amazonian Museum with the objective of

[79] Acadêmica de Direito. Universidade do Estado do Amazonas - UEA

[80] Doutor em Direito Constitucional (UNIFOR). Mestre em Direito Ambiental (UEA). Advogado da União (AGU). Integra o GEPDC/UNIFOR e o IBDCult. Professor da Faculdade Santa Teresa (FST) e do Centro Universitário do Norte (UNINORTE).

identifying their legal nature, their main sources of revenue, flow of visitors, the risks associated directly or indirectly with the pandemic with consequences for the continuity of its activities in the preservation of collective memory. To achieve these objectives, the present research, which is in its initial phase, proposes to carry out a bibliographic, documentary and field investigation. The bibliographic study for the literature review on the subject. The documentary study to collect quantitative and qualitative information on the performance of these museums from the respective museological plans. And a field study with a visit to these spaces and the realization of semi-structured interviews with public agents in charge of the management of these institutions with the purpose of understanding the daily operation of these museums and the difficulties faced in the context of the pandemic. As a result of the research, it is expected to identify the legal nature and operating structure of these museums, as well as the direct and indirect impacts of the pandemic in the short and medium term based on the museological plan.

Keywords: Museums. Pandemic. Collective memory. COVID-19. Museological plan

INTRODUÇÃO

O Centro Histórico de Manaus possui um conjunto urbanístico e arquitetônico tombado em âmbito federal pelo IPHAN por fazer referência ao período de elevada efervescência econômica, política e cultural denominado *belle époque*. Nesse período áureo (1890-1910) os grupos que enriqueceram com a exploração da borracha puderam usufruir das obras de embelezamento da cidade. Com isso, Manaus que era vista como um local provinciano passa a ser vista como sendo uma cidade moderna e de ares europeus (MESQUITA, 2006, p. 146).

É neste espaço geográfico que se concentra atualmente o maior número de museus na cidade de Manaus. As edificações tombadas possuem o seu uso original alterado e atualmente acolhem o Museu da Cidade, o Palacete Provincial e o Museu Amazônico. Os museus de acordo com Manuelina Maria Duarte Cândido (2019, p. 108), criticando a definição do Icom de que são instituições permanentes, afirma que a dinâmica dos museus os fazem ser compreendidos como processo que se ressignifica e se reatualiza conceitualmente e em sua relação com a sociedade.

Neste aspecto merece destaque a Declaração de Santiago do Chile de 1972 que discutiu o papel dos museus na América Latina, pois revela a relação entre o museu e a sociedade, destacando a sua função social, pois essas instituições devem promover a conscientização dos problemas sociais, o desenvolvimento científico e técnico e a educação permanente:

> O museu é uma instituição a serviço da sociedade, da qual é parte integrante e que possui nele mesmo os elementos que lhe permitem participar da formação da consciência das comunidades que ele serve, bem como contribuir para o engajamento destas comunidades; (DECLARAÇÃO DE SANTIAGO, 2013, p. 101-102)

No Brasil, o Estatuto dos Museus (Lei n. 11.904, de 2009) impõe como dever a elaboração e implementação do plano museológico que é o instrumento de planejamento dos museus aonde deve ser definida a sua missão básica e a sua função específica na sociedade. Trata-se de um planejamento essencial e necessário, pois não é possível justificar a existência dessas instituições apenas no propósito abstrato da preservação da memória (CANDIDO, 2019, p. 119).

Deste feita, a presente pesquisa almeja identificar os impactos da pandemia nas atividades de três museus situados no centro de Manaus: Museu da Cidade, Palacete Provincial e Museu Amazônico com o objetivo de identificar a natureza jurídica dos mesmos, suas principais fontes de receita, fluxo de visitantes, os riscos associados direta ou indiretamente à pandemia com reflexos na continuidade das suas atividades na preservação da memoria coletiva

METODOLOGIA

Para atingir os seus objetivos a presente pesquisa que se encontra em fase inicial, se propõe a realizar uma investigação bibliográfica, documental e de campo. O estudo bibliográfico para a revisão de literatura sobre a temática para firmar o referencial teórico de sustentação da pesquisa tomando como referência os seguintes princípios enunciados no Estatuto dos Museus: promoção da cidadania, função social e universalidade de acesso.

O estudo documental para o levantamento de informações quantitativas e qualitativas sobre a atuação dos referidos museus a partir dos respectivos planos museológicos. Desta feita, o escopo deste tipo de pesquisa é traçar o histórico da criação dos referidos museus, avaliar a implementação dos respectivos planos museológicos no transcurso do tempo (2010 a 2020) e a observância dos princípios acima citados, inclusive para aferir eventuais impactos gerados pela pandemia (COVID-19).

E um estudo de campo com visita a esses espaços e a realização de entrevistas semiestruturadas com agentes públicos encarregados da gestão destas instituições com o proposito de compreender o cotidiano do funcionamento destes museus e as dificuldades enfrentadas no contexto da pandemia. A última etapa da pesquisa será as entrevistas cujos questionamentos aos gestores serão elaborados a partir da consolidação da pesquisa bibliográfica e documental.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Política Nacional de Museus (MINISTERIO DA CULTURA, 2003) é o marco inicial para uma mudança na gestão dos museus que no plano normativo se consolida com a edição da Lei n. 11.904, de 2009 que prevê a criação do plano museológico e apresenta a seguinte definição legal para os museus:

> Art. 1º Consideram-se museus, para os efeitos desta Lei, as instituições sem fins lucrativos que conservam, investigam, comunicam, interpretam e expõem, para fins de preservação, estudo, pesquisa, educação, contemplação e turismo, conjuntos e coleções de valor histórico, artístico, científico, técnico ou de qualquer outra natureza cultural, abertas ao público, a serviço da sociedade e de seu desenvolvimento.

É justamente para alcançar esses propósitos que se estabelece o plano museológico como marco da regulação da gestão museal no Brasil. E que conforme Cicero Almeida (2013, p. 28) se sustenta em dez pontos basilares:

> 1. Possibilitar o equilíbrio e a estabilidade na gestão do museu, independentemente de sua direção e de seu corpo de trabalhadores;
>
> 2. Implantar uma estrutura básica de funcionamento dentro da qual podem ser tomadas decisões estratégicas;
>
> 3. Assegurar a salvaguarda do acervo;
>
> 4. Tornar clara a missão e as ações do museu tanto para funcionários quanto para o público;
>
> 5. Definir com clareza as ações coletivas e individuais no interior do museu, estabelecendo as responsabilidades de cada área de trabalho;
>
> 6. Propiciar o uso mais eficaz dos recursos;
>
> 7. Pensar no museu como um organismo complexo e interdependente, a partir dos princípios estabelecidos no Estatuto de Museus e demais documentos normativos, e na importância de estabelecer um equilíbrio entre as suas partes;
>
> 8. Identificar situações emergenciais ou de risco iminente
>
> 9. Levar em consideração a capacidade de solução dos problemas, através dos recursos de pessoal e orçamentários disponíveis;
>
> 10. Preparar o museu para novas realidades.

A gestão eficiente dos museus é essencial para assegurar o pleno exercício dos direitos culturais que para Francisco Humberto Cunha Filho (2018, p. 28) são aqueles relacionados as artes, a memória coletiva e ao fluxo dos saberes. Neste estudo, que objetiva identificar os impactos da pandemia no Museu da Cidade, no Palacete Provincial e no Museu Amazônico que são instituições vinculadas aos poderes públicos municipal, estadual e federal respectivamente, terá sua análise acerca do plano museológico circunscritos aos seguintes pontos basilares citados de números 3. “salvaguarda do acervo”; “9. “capacidade de solução dos problemas, através dos recursos de pessoal e orçamentários disponíveis” e “10. Preparação do museu para novas realidades”.

A escolha desses três pontos basilares decorre de uma dos propósitos fundamentais dos museus que é a proteção do patrimônio cultural sob a sua guarda; do fato da pandemia ter provocado uma série de efeitos na economia impactando, consequentemente, na arrecadação dos entes públicos que mantem referidas instituições, e por fim, por considerar que a pandemia pela sua dimensão tem o potencial de inaugurar uma nova realidade com mudanças radicais na forma das pessoas se relacionarem em razão do distanciamento social, o que torna necessário aferir como está a preparação dos referidos museus para estas mudanças.

A investigação acerca da adequação desses três pontos basilares do plano muesológico, contudo, será norteada pela necessária observação por estas instituições dos princípios da promoção da cidadania, função social e universalidade de acesso, especialmente, quando se tem uma reabertura dos museus na cidade de Manaus com a necessidade de observância de regras de higiene e distanciamento social.

CONCLUSÃO

A pesquisa que se encontra na sua fase inicial espera delinear a natureza jurídica e o regime jurídico de cada uma das instituições pesquisadas, bem como fazer um diagnostico acerca da observância pelos referidos museus dos princípios da promoção da cidadania, da função social e da universalidade de acesso a partir do plano museológico e dos seus pontos basilares apontados anteriormente, de forma que seja possível aferir de forma quantitativa e qualitativa os impactos da pandemia no funcionamento desses museus e na concretização da proteção da memoria coletiva.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Cícero Antônio F. de. Plano museológico: marco de regulação da gestão museal no Brasil. In: **Gestão museológica**: questões teóricas e práticas. BARJA, Wagner (org.) Biblioteca Digital, 2013, p. 27-32. Disponível em: < https://www.escrbc.com/pdf/SeminarioInternacionalGestionMuseologicaBrasilia2013.pdf#page=190 >. Acesso em: 02 ago. 2020

CANDIDO, Manuelina Maria Duarte. **Gestão de museus, um desafio contemporâneo**: diagnóstico museológico e planejamento. 3 ed. Porto Alegre: Padula, 2019.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. **Teoria dos direitos culturais**: fundamentos e finalidades. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2018.

DECLARAÇÃO DE SANTIAGO. Mesa redonda de Santiago do Chile (1972). In: CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Legislação sobre museus**. 2 ed. Brasília: Câmara dos Deputados. Edições Câmara, 2013, p. 101-108.

MESQUITA, Otoni Moreira de. **Manaus**: história e arquitetura (1852-1910). 3 ed. Manaus: Valer, 2006.

MINISTÉRIO DA CULTURA. **Política nacional de museus**: memória e cidadania, 2003. Disponível em: < https://www.museus.gov.br/wp-content/uploads/2010/02/politica_nacional_museus_2.pdf >. Acesso em 01 ago. 2020

IX Encontro Internacional de Direitos Culturais
9th International Meeting on Cultural Rights
Direitos Culturais: Impactos da Pandemia
Cultural Rights: Impacts of the Pandemic
05 A 09 DE OUTUBRO
ISSN-e 23169982

PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DIGITAL: UM ESTUDO SOBRE DOCUMENTOS DE REFERÊNCIA DA UNESCO

PRESERVATION OF DIGITAL CULTURAL HERITAGE: A STUDY ON UNESCO REFERENCE DOCUMENTS

Maria Elena Medeiros Marcos[81]
Fernando Cesar Sossai[82]

RESUMO

O presente trabalho visa discutir a emergência do conceito de patrimônio cultural digital e a preservação deste tipo de patrimônio com base nas documentações publicadas pelas UNESCO a partir de 2003. Temos como ponto de partida a Carta de Preservação do Patrimônio Digital, publicada pela UNESCO em 2003, passando pelos conceitos de patrimônio e preservação digital presentes no sítio eletrônico da Instituição, analisando os objetivos do documento e as estratégias de propostas de preservação dos bens passíveis de patrimonialização e concluindo com a emergência da discussão deste conceitos no Brasil e o primeiro patrimônio cultural mundial imaterial (digital) reconhecido pela UNESCO. Este trabalho foi desenvolvido com base na análise de conteúdo dos documentos da UNESCO e pesquisa bibliográfica referente ao tema.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural Digital. Preservação do Patrimônio Cultural Digital. UNESCO.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

This paper aims to discuss the emergence of the concept of digital cultural heritage and the preservation of this type of heritage based on the documentation published by UNESCO since 2003. Our starting point is the Charter for the Preservation of Digital Heritage published by UNESCO in 2003, passing through the concepts of heritage and digital preservation present on the Institution's website, analyzing the objectives of the document and the strategies for the preservation of assets subject to heritage and concluding with the emergence of the discussion of these concepts in Brazil and the first immaterial world cultural heritage (digital) recognized by UNESCO. This work was developed based on the content analysis of UNESCO documents and bibliographic research related to the theme.

Keywords: Digital Cultural Heritage. Preservation of Digital Cultural Heritage. UNESCO.

[81] Maria Elena Medeiros Marcos, mestranda no Programa de Patrimônio Cultural e Sociedade pela UNIVILLE. Graduada em Direito pela UNESC, pós-graduada em Gestão Empresarial e de Recursos Humanos pela FUCAP, com MBA em Gestão de Projetos pelo SENAI/SC. Professora atuando no SENAI/SC e na UNIVILLE.
[82] Fernando Cesar Sossai, professor do curso de História e do PPG em Patrimônio Cultural e Sociedade da Univille.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo precípuo discutir os conceitos de patrimônio cultural digital e a sua preservação, tendo como ponto de partida a Carta de Preservação do Patrimônio Digital (UNESCO, 2003) e os demais os enunciados da UNESCO em relação a essas temáticas.

Segundo a UNESCO, a "herança digital é composta de materiais de computação de valor duradouro que valem a pena preservar para as gerações futuras e que vêm de diferentes comunidades, indústrias, setores e regiões", ainda segundo este enunciado "(...) nem todos os materiais digitais têm valor duradouro, mas aqueles que exigem metodologias ativas de conservação para manter a continuidade do patrimônio digital" (UNESCO, 2003). Frente a isso, este o conceito de patrimônio digital deriva da ideia de que o patrimônio é algo que é transmitido de geração em geração em razão do seu valor e por esse motivo deve ser preservado.

Segundo a Carta sobre a Preservação do Patrimônio Digital (UNESCO, 2013), o patrimônio (cultural) digital consiste em expressão do conhecimento humano criado digitalmente ou convertida para formato digital a partir de recursos analógicos já existentes, ou seja, pode ser nascido ou convertido em digital.

Esta Carta foi adotada na Conferência Geral da UNESCO em 17 de outubro de 2003, e vem reconhecer práticas já existentes relativas à cultura digital e a construção do patrimônio (cultural) digital, firmando sua importância, e consequentemente, a necessidade de preservação e recomendar algumas diretrizes de ação para sua salvaguarda. No âmbito nacional, em 2004, o Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ) lançou a Carta para a Preservação do Patrimônio Arquivístico Digital.

Rodrigues e Genari (2020) reforçam as definições de patrimônio digital tanto da UNESCO como do CONARQ e refletem que "tal concepção está inserida num novo paradigma em que as informações, com a possibilidade de sua realização na tela, passaram por um intenso processo de desterritorialização ao se desprenderem de seus suportes materiais" (CARVALHO (Org), 2020, p.165/166).

Como parte do conceito de patrimônio digital temos que a noção de preservação desta tipologia incentivada pela UNESCO com a intenção de fortalecer:

> [...] processos que garantem a acessibilidade permanente de objetos digitais. Para fazer isso, é necessário encontrar maneiras de representar o que foi originalmente apresentado aos usuários por meio de um conjunto de computadores e softwares que permitem o processamento dos dados. (UNESCO, 2003).

Em outras palavras, a preservação digital pode ter como definição o conjunto de processos que tem como finalidade a garantia da continuidade dos elementos do patrimônio digital pelo tempo que for considerado necessário. No patrimônio digital a maior ameaça à continuidade do bem digital é o desaparecimento dos meios de acesso em razão da obsolescência dos meios de suporte ao objeto, como por exemplo o desaparecimento do vídeo cassete para a reprodução do VHS.

Rodrigues e Genari salientam que "a natureza dos acervos que compõem o patrimônio digital é muito variada" uma vez que podem pertencer desde a esfera cultural, educacional, médica a quaisquer outros tipos de informação que forem criados digitalmente ou tenham sido convertidos da forma analógica para a digital (CARVALHO (Org), 2020, p.166).

Nessa direção, a UNESCO salienta que "o objetivo de preservar objetos digitais é manter sua acessibilidade, ou seja, a capacidade de acessar sua mensagem ou finalidade essencial e autêntica" (UNESCO, 2003) e isso pode acontecer, inclusive, com a mudança do suporte original para um digital, como o conteúdo do VHS ser convertido em outro formato exclusivamente digital e colocado em nuvem.

Para podermos compreender o patrimônio digital em sua complexidade precisamos conectá-lo ao conceito de cultura digital, um conceito associado às discussões sobre a era da informação, ou era digital, conforme proposto por Castells (2017). A Cultura Digital envolve, pois, a existência de interatividade, interconexão e inter-relação entre homens, informações e máquinas. Assim a cultura digital é marcada de forma expressa pela virtualidade, pelas relações fluídas, pela impermanência e pela imaterialidade - aquilo que não podemos tocar. E isso afeta a forma como estamos nos relacionando e comunicando com o outro e com o mundo, como estamos percebemos o outro e interpretamos o mundo.

Assim, o principal vetor dessa cultura digital, ou seja, a experiência que se caracteriza pelas mídias digitais estão no papel de reconfigurar o mundo e a forma como o vimos e como deixamos nossos registros, nossos patrimônios culturais imateriais. Barbosa nos traz a reflexão de que "o mundo digital, a rigor, confrontou a imersão de cada um de nós numa temporalidade marcada pela aceleração, em relações marcadas pela imaterialidade de um

tempo veloz" (BARBOSA, 2018, p. 40), onde a efemeridade do patrimônio digital fica evidenciada e em constante risco de desaparecimento.

METODOLOGIA

A investigação aqui trabalhada foi desenvolvida por meio dos seguintes procedimentos teórico-metodológicos: a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental.

Pesquisa bibliográfica, conforme indicado no estudo de Boccato (2006, p. 266), "a pesquisa bibliográfica busca a resolução de um problema (hipótese) por meio de referenciais teóricos publicados, analisando e discutindo as várias contribuições científicas".

Assim, a pesquisa bibliográfica bem como a documental e a histórica, realizada neste trabalho foi baseada nas documentações da UNESCO, disponíveis em seu sítio eletrônico, sobre a temática do patrimônio cultural digital, preservação digital e programa de preservação digital.

Utilizamos também a produção intelectual de Manuel Castells na perspectiva da cultura digital e explicitamos o reconhecimento do primeiro patrimônio cultural mundial imaterial (digital) reconhecido pela UNESCO, chamado Demoscene[83] .

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como forma de combatermos o desaparecimento do que construímos e deixamos de legado para as futuras gerações, a UNESCO enfatiza que seu objetivo é garantir o acesso do bem digital. E para isso é necessário promover políticas que garantam a acessibilidade destes materiais digitais, especialmente os de domínio público, para que possamos encontrar meios de acessar um conteúdo, seja de qualquer natureza eminentemente digital, que já tinha sido acessado de forma original por meio de mecanismos de software e hardware.

Para a instituição a maior ameaça em relação a preservação do patrimônio de cultura digital está relacionada à continuidade dos bens ao longo do tempo, essa preocupação se dá na medida em que o patrimônio pode ser alcançado pela obsolescência ou do seu suporte físico ou digital, ou seja, o bem ou o seu acesso é perdido e se torna impossível um novo acesso. Assim, o objetivo da preservação é manter a capacidade de acesso a mensagem ou a finalidade essencial e autêntica do bem tido como patrimônio.

[83] Link de acesso ao Demoscene: http://demoscene-the-art-of-coding.net/.

Rodrigues e Genari (CARVALHO (Org), 2020, p.166) refletem sobre essa questão ao nos dizer que " os inúmeros indicadores internacionais de tempo de vida se *sites*, *blogs* e outras formas de apresentação de conteúdo na internet apontam para um amplo grau de efemeridade de seu ciclo de vida online" e a UNESCO sugere que "os gerentes e responsáveis pelo desenvolvedores de programas conheçam as responsabilidades, funções e características de programas abrangente e confiável de preservação digital" (UNESCO, 2020), ou seja, a UNESCO alerta os detentores da tecnologia de que precisamos pensar em formas armazenar e garantir acesso a nossas memórias (culturais digitais) para que as mesmas não sejam perdidas na intangibilidade do mundo virtual.

A UNESCO nos dá uma pista conceitual de como preservar e nos convida a reflexão de como devemos pensar e planejar o armazenamento e o acesso a essas memórias quando nos provoca com a orientação:

> Programas abrangentes devem assumir o controle de materiais digitais apropriados e garantir que eles permaneçam compreensíveis e utilizáveis como cópias autênticas. Isso geralmente envolve levar os materiais, adequadamente preparados, juntamente com a documentação ou metadados associados, **para um sistema de armazenamento digital de arquivo de algum tipo**, onde eles podem ser gerenciados para lidar com as ameaças de perda de dados e mudança tecnológica (UNESCO, 2020, grifo do autor).

Neste trecho grifou-se "para um sistema de armazenamento digital de algum tipo" sem determiná-lo, uma vez que o objetivo da preservação é evitar a obsolescência e garantir a continuidade digital de acesso ao bem.

E como forma de preservação e proteção do patrimônio cultural digital a Carta sobre a Preservação do Patrimônio Digital (UNESCO, 2013) em seu artigo oitavo recomenda que "os Estados-Membros precisam de estruturas jurídicas e institucionais apropriadas para garantir a proteção do seu patrimônio digital", ou seja, os Estados-Membros precisam atuar de forma ativa e eficaz na salvaguarda de seus bens promovendo políticas públicas que garantam esse fim.

CONCLUSÃO

Com vista de tudo o que foi exposto e da emergência do tema aqui apresentado concluo este trabalho informando que não temos no Brasil nenhum único processo aberto no IPHAN de salvaguarda de patrimônio cultural digital, conforme pesquisa realizada pela autora.

No Mundo, em abril de 2020, tivemos o primeiro patrimônio cultural mundial imaterial (digital) reconhecido pela UNESCO chamado Demoscene. O reconhecimento do Demoscene se deu através de campanha promovida pela comunidade denominada *Art of Coding* que promoveu essa discussão na Finlândia, onde obteve o reconhecimento mundial e posteriormente na Alemanha que também passou a considerar o Demoscene um patrimônio cultural imaterial nacional.

O Demoscene é uma comunidade digital internacional focada na criação de *demos*, apresentações audiovisuais criativas em tempo real que combinam software, gráficos e áudio (DEMOSCENE, 2020) e, hoje é o primeiro patrimônio cultural mundial imaterial (digital) reconhecido pela UNESCO.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, Marialva. **Cultura digital e democracia**: um olhar histórico sobre um presente ultraveloz. Joinville, SC. Ed. Confluências Culturais, v.7, n.2 . 2018.

BOCATTO, V. R. C. Metodologia da pesquisa bibliográfica na área odontológica e o artigo científico como forma de comunicação. Rev. Odontol. Univ. Cidade São Paulo, São Paulo, v. 18, n. 3, p. 265-274, 2006. Disponível em: http://arquivos.cruzeirodosuleducacional.edu.br/principal/old/revista_odontologia/pdf/setembro_dezembro_2006/metodologia_pesquisa_bibliografica.pdf. Acesso em: 05/08/2020.

RODRIGUES, Aldair; GENARI, Elton. Patrimônio Digital e Memória na Internet. In: CARVALHO, Aline; MENEGUELO, Cristina. (Org). **Dicionário temático de patrimônio**: debates comtemporâneo. Campinas, SP. Editora da UNICAMP. 2020.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede.** 18. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017. 629 p. (A era da informação : economia, sociedade e cultura (Fundação Calouste Gulbenkian) ; 1). ISBN 9788577530366.

DEMOSCENE - Art of Coding. **Breakthrough of Digital Culture:** Finland accepts the Demoscene on its national UNESCO list of intangible cultural heritage of humanity. Disponível em: http://demoscene-the-art-of-coding.net/2020/04/15/breakthrough-finland-accepts-demoscene-on-their-national-list-of-intangible-cultural-heritage-of-humanity/. Acesso em: 05/08/2020.

UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION – UNESCO. **Carta para preservação do patrimônio arquivístico digital**. Parais, 2003.

_____. Digital Heritage. Disponível em: https://en.unesco.org/themes/information-preservation/digital-heritage. Acesso em 05/08/2020.

_____. Digital Heritage: Background. Disponível em: https://en.unesco.org/themes/information-preservation/digital-heritage/background. Acesso em 05/08/2020.

_____ . Concept of Digital Heritage Disponível em: https://en.unesco.org/themes/information-preservation/digital-heritage/concept-digital-heritage. Acesso em 05/08/2020.

IX Encontro Internacional de Direitos Culturais
9th International Meeting on Cultural Rights
Direitos Culturais: Impactos da Pandemia
Cultural Rights: Impacts of the Pandemic
05 A 09 DE OUTUBRO
ISSN-e 23169982

RESISTÊNCIA EM MEIO À GUERRA: AS VIOLAÇÕES DE DIREITOS NAS COMUNIDADES INDÍGENAS DO MATO GROSSO DO SUL

RESISTANCE IN THE MIDDLE OF WAR: VIOLATIONS OF RIGHTS IN THE INDIGENOUS COMMUNITIES OF MATO GROSSO DO SUL

Andrei Domingos Fonseca[84]

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo apresentar uma breve análise das violações de direitos dos povos indígenas do Estado do Mato Grosso do Sul. Assim, através de uma etnografia engajada em "aldeias arquivos" paralela ao método de revisão bibliográfica-documental, serão esmiuçados três acontecimentos pontuais veiculados pela imprensa digital sul-mato-grossense no ano de 2020 que irão denunciar formas recorrentes de extermínios destas minorias. Nessa perspectiva, ao longo das investigações, restou constatado que mesmo diante das trincheiras de guerras cotidianas da região essas comunidades seguem resistindo, e desafiando as facetas de dominação intrínsecas ao intitulado Estado Democrático de Direito, facetas estas caracterizadas pelo biopoder e necropoder.

Palavras-chave: povos indígenas, resistência, violação de direitos, minorias.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

This research aims to present a brief analysis of the violations of rights of indigenous peoples in the State of Mato Grosso do Sul. Thus, through an ethnography engaged in "archive villages" parallel to the method of bibliographic-document review, three specific events will be examined broadcast by the digital press of Mato Grosso do Sul in the year 2020 that will denounce recurrent forms of the extermination of these minorities. In this perspective, throughout the investigations, it was found that even in the face of the trenches of daily wars in the region, these communities continue to resist, and challenge the facets of domination intrinsic to the so-called Democratic State of Law, facets characterized by biopower and necropower.

[84]Graduando e Pesquisador (PIVIC/CNPq) de Direito da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Membro do grupo de pesquisa "¿ DiVerso ? : pesquis(ações) sob(re) resistências sociais" (CNPq/UFGD). E-mail: andreifonseca40@gmail.com.

Keywords: indigenous peoples, resistance, violation of rights, minorities.

I. INTRODUÇÃO

A Constituição Federal (CF/88) brasileira promulgou em seu artigo 215 a garantia do pleno exercício de Direitos Culturais. Ao longo do dispositivo há proteção expressa as manifestações culturais dos povos indígenas que dialoga com o artigo 22 da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Tais diplomas legais apresentam elementos importantíssimos para manutenção da harmonia social, no entanto, a realidade afronta o texto constitucional e internacional.

Neste contexto, ênfase ao Estado do Mato Grosso do Sul (MS) que destaca-se por sua particularidade de ser a segunda maior região em termos de população demográfica indígena no Brasil, reunindo em seu território as principais reservas de confinamento. A maior delas na esfera nacional é a Terra Indígena Francisco Horta Barbosa, conhecida como Reserva Indígena de Dourados (RID), cujas analogias com campos de concentração são imprescindíveis para que possamos considerar e dimensionar a situação de guerra cotidiana na região (FONSECA; BECKER, 2018). Nessa perspectiva, esta pesquisa tem como objetivo apresentar algumas das diversas constatações cotidianas de violações de Direitos Fundamentais destas minorias – violações estas que consequentemente afrontam os preceitos constitucionais do país.

Esta pesquisa caminha paralela ao aprofundamento da ferramenta analítica do Racismo de Estado (FOUCAULT, 2010). Já que sua institucionalização deixa cada vez mais explícita as articulações do Estado ao escolher quais vidas humanas são viáveis ou não ao "fazer viver, deixar morrer". Tal mecanismo utilizado pelo governo[85] foi denominado por este filósofo como biopolítica/biopoder.

Mais tarde as noções apresentadas por Foucault serão alvos de contribuições importantíssimas trazidas à baila por Achille Mbembe. Através da(o) necropolítica/necropoder este pensador expõe as formas contemporâneas que subjugam a vida ao poder da morte. "Mundos de morte" são criados para que determinadas populações tenham condições de vida sob o status de "mortos-vivos" (MBEMBE, 2016).

No entanto, ocorre que necropoder e biopoder - vida matável e vida vivível- são termos indissociáveis para se pensar a relação do Estado com os grupos humanos que habitaram e habitam o Estado-Nação (BENTO, 2018). Eis o necrobiopoder apresentado pela pensadora Berenice Bento que muito bem contempla as vivências/resistências dos povos indígenas do MS.

Desse modo, é evidente a importância de trazer à tona tais conexões, uma vez que serão expostos - ao longo desta breve discussão - três exemplos concretos de necrobiopoder ocorridos no MS durante o ano de

[85] Uso essa palavra como sinônimo de Estado meramente como recurso linguístico. Não há nenhuma tentativa de empregar outro significado ao termo.

2020. Isso permitirá que algumas das diversas facetas do intitulado Estado Democrático de Direito sejam apresentadas frente suas prerrogativas constitucionais quando em pautas minoritárias estão às populações indígenas.

II. METODOLOGIA

O recorte metodológico desta pesquisa - em processo de desenvolvimento – ocorre através de uma etnografia engajada em "aldeias arquivos" (BECKER, 2008) paralela ao aprofundamento de revisões bibliográficas-documentais. Além disso, atenção especial a interações sociais que inicialmente não eram, mas que acabaram se tornando trabalho de campo. Dentre elas, por exemplo, as virtuais com análise de discursos em diversos jornais/mídias.

Nesse sentido, através de ferramentas analíticas serão esmiuçadas as noções de Racismo de Estado (FOUCAULT, 2010), Necropolítica (MBEMBE, 2016) e Necrobiopoder (BENTO, 2018) para que a dimensão dos elementos mortificadores que compõem a realidade dos povos indígenas sul-mato-grossenses sejam compreendidas.

III. CONSTATAÇÕES DE EXTERMÍNIOS DE POVOS INDÍGENAS NO MS

No início do primeiro semestre de 2020 a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) através de um despacho, cessou o fornecimento de cestas básicas de alimentos às comunidades indígenas localizadas em regiões não demarcadas no Estado do MS atingindo principalmente – mas não só – os povos indígenas Guarani Kaiowá residentes na RID (MPF, 2020). Tal ação trouxe uma série de problemas às famílias que dependiam desta contribuição para sobreviver.

Neste episódio resta escancarada a utilização do necrobipoder de forma acentuada por parte do sistema Estatal ao adotar este mecanismo para driblar revoluções indígenas através da fome e da imposição do medo já que segue omisso frente suas obrigações (BENTO, 2018). Aqui não há nenhum auxílio mínimo para que estes sujeitos possam viver com dignidade, tampouco, existe demarcação de terras conforme preceitua a CF/88, por exemplo, em seu artigo 231.

Esse mesmo mecanismo vem sendo utilizado de forma recorrente no Estado depois de constatados dois possíveis incêndios criminosos em casas de rezas indígenas no ano de 2020 - sem falar daqueles ocorridos em períodos anteriores – (JARA, 2020). Situações como essas podem desencadear dentro da esfera cultural dessas comunidades inúmeras problemáticas para o clima, plantios, colheitas e saúde, uma vez que divergente de nós "não indígenas" que possuímos a terra sob a lógica da propriedade privada, para eles a terra é quem os possui, como sendo eles parte de um todo e não pretensiosamente dominando o todo (BECKER; MORAES, 2017). A casa de reza de uma comunidade é parte determinante dessa relação com a terra. Suas cinzas desmascaram o necrobiopoder que rima com o genocídio e as particularidades do etnocídio apresentado por Eduardo Viveiros de Castro (2016).

Recentemente após a eclosão do surto pandêmico que vem assolando o mundo, outro exemplo gravíssimo de extermínio aconteceu no MS. Após um evento promovido pelo governo estadual e pela prefeitura do município de Aquidauana, seis indígenas morreram vítimas de Covid-19 no território Terena. O episódio causou aglomeração desrespeitando as recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS) com aproximadamente duzentos membros da comunidade. Como se não bastasse, após os casos confirmados de Covid-19 entre os indígenas, passaram a circular digitalmente áudios de "não indígenas" sugerindo o aniquilamento da comunidade (BASSI, 2020).

Portanto, é indubitável que o cenário contemplado entre as aldeias indígenas do MS é de guerra havendo trincheiras por todas as partes (JOHNSON, 2019). O necrobiopoder e a violação de Direitos Fundamentais/Culturais seguem firmes diante dessas comunidades que resistem em meio a muita luta.

IV. CONCLUSÃO

Os apontamentos finais seguem com tons de reticências finais, uma vez que o processo de pesquisa segue seu ciclo em processo de desenvolvimento. No entanto, conforme as discussões esmiuçadas acima, há elementos importantíssimos que escancaram cotidianamente as ações mortificadoras do Estado do MS através do necrobiopoder.

Nesse sentido, os três exemplos concretos apresentados mostram o quão preocupante é a realidade dos povos indígenas do MS que possuem grande parte de seus Direitos

Fundamentais violados sejam através da suspensão do fornecimento de alimentos básicos, na omissão na apuração de incêndios criminosos, sejam não demarcando territórios tradicionais e/ou na propagação de doenças letais. Vale destacar ainda que esses são alguns dos inúmeros exemplos que integram a realidade dessas comunidades em *terra brasilis* há centenas de anos.

Embora o cenário seja de guerra, os povos indígenas sul-mato-grossenses respondem aos diversos processos de dominação com muita força nos sinalizando a grande resistência empreendida em seus trilhares.

REFERÊNCIAS

BASSI, Bruno Stankevicius. Seis Terena morrem com sintomas de Covid-19 após inauguração de estrada com prefeito e deputados. **De Olho nos Ruralistas: Observatório do Agronegócio do Brasil, 24 de jul. de 2020. Acesso em: https://deolhonosruralistas.com.br/2020/07/24/seis-terena-morrem-com-sintomas-de-covid-19-apos-inauguracao-de-estrada-com-prefeito-e-deputados/. Acesso em 28 jul. 2020.**

BECKER, Simone. **DORMIENTIBUS NON SOCURRIT JUS ! (O DIREITO NÃO SOCORRE OS QUE DORMEM):** um olhar antropológico sobre rituais processuais judiciais (envolvendo o pátrio poder/poder familiar) e a produção de suas verdades. 2008. 337 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

BECKER, Simone; MORAES, Valentin Ferreira. **O (re)torno da "guerra justa" (?):** os impactos das propostas da PEC 287 no tocante aos e às indígenas – incluindo da região da Grande Dourados/MS. Revista Publicum - Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, 2017, p. 166-192. Disponível: https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/publicum/article/view/29012. Acesso em: 01 ago. 2020.

BENTO, Berenice. Necrobiopoder: **Quem pode habitar o Estado-nação?** Cadernos Pagu, Campinas, n. 53, 2018. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332018000200405&lng=pt&nrm=iso . Acesso em: 01 maio. 2020.

FONSECA, Andrei Domingos; BECKER, Simone. "Esse ai, é um pobre coitado, só estava com um corotinho de pinga nas mãos e agora está com sangue em suas roupas!" Fazendo-os viver e deixando-os morrer: o Racismo de Estado diante dos povos indígenas no Mato Grosso do Sul. *In*: **Anais do ENEPEX**, 2018, Dourados. Dourados: UFGD, 2018. Disponível em: http://eventos.ufgd.edu.br/enepex/anais/arquivos/2560.pdf. Acesso em: 04 abr. 2020.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

JARA, Tainá. **Indígenas denunciam segundo incêndio em casa de reza em 2020.** Campo Grande News, Campo Grande, 01 de mar. de 2020. Acesso em: https://www.campograndenews.com.br/cidades/interior/indigenas-denunciam-segundo-incendio-em-casa-de-reza-em-2020. Acesso em 04 abr. 2020.

JOHNSON, Felipe Mattos. **PYAHU KUERA:** uma etnografia da resistência jovem Guarani e Kaiowá no Mato Grosso do Sul. 2019. 189f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2019.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Arte & Ensaios - Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, Rio de Janeiro, n. 32, dezembro, pp. 122-151, 2016. Disponível em: https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993. Acesso em: 12 out. 2018.

MPF – Ministério Público Federal. **Por ordem de Brasília, Funai interrompe distribuição de cestas básicas em MS**. Assessoria de Comunicação Social da Procuradoria da República em Mato Grosso do Sul, 03 de fev. de 2020. Acesso em: http://www.mpf.mp.br/ms/sala-de-imprensa/noticias-ms/por-ordem-de-brasilia-funai-interrompe-distribuicao-de-cestas-basicas-em-ms. Acesso em: 10 fev. 2020.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. **Sobre a noção de etnocídio, com especial atenção ao caso brasileiro**. Disponível em: https://www.academia.edu/25782893/Sobre_a_no%C3%A7%C3%A3o_de_etnoc%C3%ADdio_co m_especial_aten%C3%A7%C3%A3o_ao_caso_brasileiro. Acesso em: 31 jul.2020.

IX Encontro Internacional de Direitos Culturais
9th International Meeting on Cultural Rights
Direitos Culturais: Impactos da Pandemia
Cultural Rights: Impacts of the Pandemic
05 A 09 DE OUTUBRO
ISSN-e 23169982

"SIARÁ QUILOMBO": PROPAGAÇÃO DA CULTURA PRETA CEARENSE EM TEMPOS DE COVID-19

"SIARÁ QUILOMBO": PROPAGATION OF THE BLACK CULTURE OF CEARÁ IN COVID-19 TIMES

Ana Beatriz de Mendonça Barroso[1]
Karla Soraya da Costa Felipe[2]

RESUMO

O presente estudo, pautado nas relações jurídicas atinentes às memórias coletivas, especificamente conflitos culturais, tem como objetivo responder ao seguinte problema de pesquisa: Considerando os atuais debates sociais e culturais, alguma intervenção artística e/ou cultural, respeitando os parâmetros de saúde em razão da pandemia do covid-19, foi promovida no Ceará? Para responder ao problema de pesquisa, o trabalho aborda temas como a contextualização do momento e os embates raciais, a cultura preta cearense e o projeto "Siará Quilombo". Para isso, a pesquisa possui abordagem qualitativa, com base em artigos científicos, resumos expandidos, bem como notícias jornalísticas e informações presentes no site oficial do Governo do Estado do Ceará atinentes à intervenção artística e cultural preta e os acontecimentos ocorridos em junho de 2020 em razão da morte de George Floyd. Conclui-se que, mesmo diante de um cenário de pandemia do covid-19, manifestações culturais para propagação da cultura preta cearense foram desenvolvidas no Ceará, por meio do projeto "Siará Quilombo", promovido pelo grupo "Nóis de Teatro" e o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura.

Palavras-chaves: Siará Quilombo. Cultura preta cearense. Covid-19.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

The present study, based on legal relations related to collective memories, specifically cultural conflicts, aims to answer the following research problem: Considering the current social and cultural debates, some artistic and / or cultural intervention, respecting the health parameters due the covid-19 pandemic, was it promoted in Ceará? To answer the research problem, the work addresses topics such as the contextualization of the moment and racial clashes, black culture in Ceará and the "Siará Quilombo" project. In this context, the research has a qualitative approach, based on scientific articles, expanded abstracts, as well as journalistic news and information present on the official website of the Government of the State of Ceará regarding the black artistic and cultural intervention and the events that occurred in June 2020 in reason for George Floyd's death. Concludes that, even in the face of a pandemic scenario of the covid-19, cultural manifestations for the propagation of the black culture of Ceará were developed in Ceará, through the project "Siará Quilombo", promoted by the group "Nóis de Teatro" and the Dragão do Mar Center of Art and Culture.

Keywords: Siará Quilombo. Black culture of Ceará. Covid-19.

INTRODUÇÃO

O presente estudo visa discutir relações jurídicas atinentes às memórias coletivas, especificamente os conflitos culturais. Tem como propósito verificar se em meio aos atuais debates sociais e culturais, alguma intervenção artística e/ou cultural, respeitando os parâmetros de saúde em razão da pandemia do covid-19, foi promovida no Ceará.

Em junho de 2020, durante a pandemia do covid-19, um acontecimento nos Estados Unidos provocou debates sobre o racismo, à medida que um homem negro, George Floyd, foi morto por um policial branco com joelhos em seu pescoço. A partir desse acontecimento, muitos protestos ocorreram em todo o mundo, com mobilizações contra o racismo tanto presenciais, como no meio digital.

Nesse contexto, com a suspensão das atividades presenciais não essenciais para evitar a contaminação do coronavírus, as atividades artísticas e culturais presenciais foram interrompidas, fazendo com que se pensasse em meios alternativos para propagação da cultura.

No presente trabalho, em um primerio momento foi trabalhado a contextualização do momento e os embates raciais, principalmente em torno do caso George Floyd. Em seguida uma abordagem sobre a cultura preta cearense e, por fim, a resposta ao problema de pesquisa formulado, com o estudo de caso do projeto “Siará Quilombo”.

A metodologia adotada possui abordagem qualitativa, com base em artigos científicos, resumos expandidos, bem como notícias jornalísticas e informações presentes no site oficial do Governo do Estado do Ceará que tratam sobre intervenção artística e cultural preta, além dos acontecimentos no mês do junho de 2020 em razão da morte de George Floyd.

Dessa forma, a pesquisa é relevante, uma vez que pode contribuir para o desenvolvimento de outros projetos, fornecer mecanismos de atuação estatal para possibilitar a propagação da cultura preta, bem como o aprimoramento das atividades artísticas e culturais preta no Ceará.

METODOLOGIA

Para obtenção dos resultados, a metodologia desse estudo se volta para uma abordagem de cunho qualitativo, com base em artigos científicos de revistas indexadas, resumos expandidos publicados em anais de eventos, notícias jornalísticas e informações presentes no site oficial do Governo do Estado do Ceará que tratam do tema intervenção artística e cultural preta e dos fatos que ocorreram no mês de junho de 2020 no mundo em razão da morte de George Floyd, manifestações antirracistas e visibilidade da cultura preta. Como

complemento, contextualiza-se, mediante estudo de caso, o projeto “Siará Quilombo”, promovido pelo grupo “Nóis do teatro” e o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. Contextualização do momento e os embates raciais

Um acontecimento em Minneapolis, Estados Unidos, gerou indignação e aflorou os embates raciais no mundo, à medida que um homem negro, George Floyd, foi morto por um policial branco com joelhos em seu pescoço, não o deixando respirar. Tal caso também rememora a morte de Eric Garner, homem negro morto ao ser preso em 2014, em Nova York, o qual utilizou da frase “Não consigo respirar”, também dita por Floyd (EL PAÍS, 2020a, *on line*).

A partir do caso George Floyd, ativistas em todo o mundo realizaram protestos contra a brutalidade da polícia com os negros, bem como nas redes sociais, sendo a hashtag “*BlackLivesMatter”,* que significa “VidasNegrasImportam” uma das mais utilizadas. Com isso, o embate histórico entre branquitude e negritude, racismo e antirracismo ganhou força em tempos de pandemia do Covid-19 (EL PAÍS, 2020b, *on line*).

Conforme Silva, Tomé e Deocleciano (2016), a desigualdade existente entre brancos e negros é explicitada, principalmente, pelo sistema de justiça criminal, tanto na questão da vigilância policial, como na possibilidade de sofrerem punições mais severas, haja vista pretos e pardos serem os mais abordados pela polícia, de modo a reconhecer o racismo institucional existente.

Dessa forma, uma mudança cultural que vise a igualdade de direitos em um país desigual, passaria por um processo de transição entre a mentalidade formada pelo racismo, que separa as pessoas pela cor da pele, e a mentalidade de pessoas em igualdade humana, sem discriminação por cor, religião, gênero ou classe social (LIMA *et al*, 2019).

Concomitantemente, com a suspensão de todas as atividades presenciais não essenciais para evitar a propagação do coronavírus, as intervenções artísticas e culturais foram afetadas, haja vista as condições sanitárias impostas para o isolamento social e a necessidade de utilização de meios alternativos para a democratização da cultura.

Assim, com as manifestações culturais presenciais interrompidas, os profissionais da arte tiveram que repensar o modo como propagá-las em tempos de covid-19, sendo o meio

digital o mais utilizado. Todavia, a falta de investimento no setor faz com que os desafios para implementação de vias alternativas sejam ainda maiores (EL PAÍS, 2020c, *on line*).

2. Cultura preta cearense

A cultura preta no Ceará existe e é responsável por parcela significativa da cultura do Estado. Na época da escravidão a população negra representava 15%, número considerado alto, desmitificando a ideia da população cearense não ter sido escravizada e no Ceará não existir quilombo. No dia 25 de março, data magna do Ceará, é comemorado o fim da escravidão cearense, sendo a primeira província do Brasil a libertar os escravos, em 1884. (PORTAL GELEDÉS, 2019, *on line*).

Como patrimônio cultural, o Ceará possui manifestações e lugares que conferem identidade à cultura preta cearense, como o Museu Senzala Negro Liberto (Engenheiro Livramento, Redenção), a Igreja do Rosário (Centro, Fortaleza), o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura (Praia de Iracema) e o Maracatu Az de Ouro (Bom futuro), envolvendo toda a história do Estado (DIÁRIO DO NORDESTE, 2018, *on line*).

Igualmente, projetos como "Okupação" (movimentação criada em 2016 envolvendo o Sarau Okupação, a Biblioteca Comunitária Okupação e o Slam da Okupa), "Sarau da B1" (movimento com Poetas de Lugar Nenhum, na periferia de Fortaleza, com música, poesia, teatro, entre outras atividades) e "Siará Quilombo", explicitado no próximo capítulo, são considerados manifestações de resistência da cultura preta cearense (CEARÁ, 2020a, *on line*).

3. Considerando os atuais debates sociais e culturais, alguma intervenção artística e/ou cultural, respeitando os parâmetros de saúde em razão da pandemia do covid-19, foi promovida no Ceará?

Com o intuito de propagar a cultura preta cearense, o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura e o grupo "Nóis de Teatro" lançaram o projeto "Siará Quilombo", com objetivo de dar visibilidade aos artistas pretos do Ceará. Além disso, visa empoderá-los a partir do que chamam de "aquilombamento virtual", ou seja, utilizar a arte e a comunicação como mecanismo de enfrentamento ao racismo. Para isso, nas segundas-feiras do mês de julho de 2020, nos canais de comunicação do Dragão do Mar, serão apresentadas, por meio de programa de web tv online, ações de promoção da arte preta cearense, em que será discutido

temas como “Siará Quilombo: ocupação preta no Dragão”, “Roda de conversa dramaturgias pretas” e “4º alvoroço: microfone aberto online”, de acesso livre, gratuito e com intérprete de libras (CEARÁ, 2020b, *on line*).

O projeto homenageia Thina Rodrigues, cofundadora e ex-presidente da Associação de Travestis do Ceará (Atrac), que faleceu em junho de 2020, em decorrência do covid-19. Possui como coordenação de curadoria Altemar Di Monteiro (encenador e dramaturgo) e produção de Kelly Enne Saldanha (atriz, produtora, professora e diretora teatral) e Henrique Gonzaga (ator, produtor, professor de teatro e jornalista), sendo também apresentadores com a participação de Bruno Sodré (músico percussionista, ator e lutier) e Doroteia Ferreira (dançarina, atriz e coreógrafa). Além disso, o programa também conta com a interpretação de libras por Roberto Junior Negão e Grazi gomes, bem como Batuta na técnica de vídeo (CEARÁ, 2020b, *on line*).

Dessa forma, os meios de comunicação são aliados na construção de uma memória coletiva e na propagação da cultura preta cearense, mesmo diante de um momento de pandemia e com os desafios enfrentados pelo setor cultural no mundo.

CONCLUSÃO

Portanto, de acordo com o apresentado nesse estudo, no que toca às relações jurídicas atinentes às memórias coletivas, especificamente os conflitos culturais, é possível concluir que, mesmo diante da pandemia do covid-19 e respeitando os parâmetros de saúde estabelecidos, há manifestações artísticas e culturais sendo desenvolvidas no Ceará, a exemplo do projeto “Siará Quilombo”, promovido pelo grupo “Nóis de Teatro” e o Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura.

Nesse sentido, revela-se importante a pesquisa realizada quanto a necessidade de visibilidade e propagação da cultura preta cearense como identidade cultural, bem como pode contribuir para o desenvolvimento de outros projetos e fornecer mecanismos estatais para a divulgação e o aprimoramento das atividades artísticas e culturais preta no Ceará.

REFERÊNCIAS

BRASIL DE FATO. Ceará celebra os 136 anos da abolição da escravidão no estado nesta quarta-feira, 2020. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2020/03/24/ceara-celebra-os-136-anos-da-abolicao-da-escravidao-no-estado-nesta-quarta-25 Acesso em: 18 jul. 2020.

BRITO, André Luiz Vieira de; ARAÚJO, Felipe Monteiro Andrade. Estado novo e os direitos culturais: um estudo sobre a utilização dos meios de comunicação na criação de uma memória coletiva. 2016, p.723-739. In: CUNHA FILHO, Francisco Humberto (org.). **Conflitos culturais:** como resolver? como conviver? Fortaleza: IBDCult, 2016. Disponível em: http://www.direitosculturais.com.br/anais.php Acesso em: 17 jul. 2020.

CEARÁ. Nóis de Teatro realiza sarau aberto no canal do Dragão do Mar, na próxima segunda-feira. Governo do Estado do Ceará, julho de 2020a. On line. Disponível em: https://www.ceara.gov.br/2020/07/17/nois-de-teatro-realiza-sarau-aberto-no-canal-do-dragao-do-mar-na-proxima-segunda-feira/ Acesso em: 07 jul. 2020.

CEARÁ. Canais de comunicação e programação do Dragão do Mar são ocupados com celebração à arte preta no Ceará. Governo do Estado do Ceará**, julho de 2020b. On line. Disponível em:** https://www.ceara.gov.br/2020/07/03/canais-de-comunicacao-e-programacao-do-dragao-do-mar-sao-ocupados-com-celebracao-a-arte-preta-no-ceara/ **Acesso em: 07 jul. 2020.**

DIÁRIO DO NORDESTE. **Conheça lugares e manifestações que reforçam a cultura negra no Ceará**, 2018. Disponível em: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/verso/conheca-lugares-e-manifestacoes-que-reforcam-a-cultura-negra-no-ceara-1.2027930. Acesso em: 19 jul. 2020.

EL PAÍS. 8 minutos e 46 segundos: **um símbolo de protesto contra o racismo nos Estados Unidos**, 2020a. Disponível em: https://brasil.elpais.com/verne/2020-06-03/8-minutos-e-46-segundos-um-simbolo-de-protesto-contra-o-racismo-nos-estados-unidos.html Acesso em: 20 jul. 2020.

EL PAÍS. **'Vidas Negras Importam' chacoalha brasileiros entorpecidos pela rotina de violência racista**, 2020b. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-06/vidas-negras-importam-chacoalha-parcela-de-brasileiros-entorpecida-pela-rotina-de-violencia-racista.html Acesso em: 22 jul. 2020.

EL PAÍS. **Pandemia gera 'cataclisma' na cultura, e artistas passam fome em meio à falta de políticas do Governo**, 2020c. Disponível em: https://brasil.elpais.com/cultura/2020-05-30/pandemia-gera-cataclisma-na-cultura-e-artistas-passam-fome-em-meio-a-falta-de-politicas-do-governo.html Acesso em: 22 jul. 2020.

LIMA, Emanuel Fonseca et al. **Ensaios sobre racismos:** pensamentos de fronteira. Balão Editorial, 2019. Disponivel em: https://www.amazon.com.br/Ensaios-sobre-racismos-pensamentos-fronteira-ebook/dp/B07XZLYJ6V/ref=msx_wsirn_v1_1/131-3483032-8460813?_encoding=UTF8&pd_rd_i=B07XZLYJ6V&pd_rd_r=98f2217a-ce9c-4fd5-bec4-d81d25eb1215&pd_rd_w=uTv5E&pd_rd_wg=3wnfD&pf_rd_p=aa95a075-434b-4792-a0e7-ad359b176222&pf_rd_r=2M6RTW9GZ289W5Q9A0FG&psc=1&refRID=2M6RTW9GZ289W5Q9A0FG Acesso em: 18 jul. 2020.

PORTAL GELEDÉS. **A resistência da cultura negra no Ceará**, 2014. Disponível em: https://www.geledes.org.br/a-resistencia-da-cultura-negra-no-ceara/ Acesso em: 19 jul. 2020.

SILVA, Pedro Henrique da. TOMÉ, Semiramys Fernandes. DEOCLECIANO, Pedro Rafael Malveira. Filtragem racial: uma análise do racismo institucional no contexto da segurança pública no Brasil. 2017, p.854-866. In: CUNHA FILHO, Francisco Humberto (org.). Partilhas culturais: **responsabilidades e frutos. Fortaleza: IBDCult, 2017. Disponível em:** http://www.direitosculturais.com.br/anais.php **Acesso em: 18 jul. 2020.**

ST3 – RELAÇÕES JURÍDICAS ATINENTES AOS FLUXOS DE SABERES

IX Encontro Internacional de Direitos Culturais
9th International Meeting on Cultural Rights
Direitos Culturais: Impactos da Pandemia
Cultural Rights: Impacts of the Pandemic
05 A 09 DE OUTUBRO
ISSN-e 23169982

A CAPOEIRA E A LEI ALDIR BLANC: POSSIBILIDADES PARA A SALVAGUARDA

CAPOEIRA AND ALDIR BLANC LAW: POSSIBILITIES TO SAFEGUARD

José Olímpio Ferreira Neto[1]

RESUMO

Este artigo tem o objetivo de averiguar possibilidades da Lei Aldir Blanc para atender às demandas da Salvaguarda da Capoeira. Assim, partiu-se para análise do texto legal e o estudo das demandas previstas do Inventário da Capoeira. Essa pesquisa se caracteriza por sua natureza qualitativa, descritiva e exploratória. Justifica-se pelo papel pedagógico de orientação sobre o objeto da lei e socialmente por provocar a reflexão para que seja assegurado a manutenção dos bens culturais. Como resultado parcial, pode-se dizer que a Capoeira, por meio de seus articuladores, os capoeiristas e os espaços que administram pode ser objeto de benefício da lei em tela. Não restando dúvidas quanto ao seu papel social no fluxo dos saberes, tendo em vista que seus bens culturais, a Roda de Capoeira e o Ofício dos Mestres de Capoeira são Patrimônios Culturais do Brasil, cabendo ao Poder Público, em colaboração da comunidade, protegê-los.

Palavras-chaves: Capoeira. Salvaguarda. Lei Aldir Blanc.

ABSTRACT

This article aims to investigate the possibilities of the Lei Aldir Blanc (Law) to solve the demands of Safeguarding Capoeira. Thus, we started to analyze the legal text and study the demands exposed in the Capoeira Inventory. This is a qualitative, descriptive and exploratory research. It is justified by the pedagogical role of guidance on the object of the law and socially by provoking reflection for the maintenance of culture. As a partial result, it can be said that Capoeira, through its articulators, capoeiristas and the spaces they manage can be the object of the benefit of the law. There is no doubt about its social role in the flow of knowledge, considering that the Roda de Capoeira and the Ofício of Masters of Capoeira are Brazilian Cultural Heritage. Thus, the Government, in collaboration with the community, to protect them.

Key-words: Capoeira. Safeguard. Lei Aldir Blanc.

INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2019, surgiu um surto de COVID-19, em Wuhan na China. Em janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde – OMS declarou que o surto se constituiria em Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional. Pouco tempo depois, em março do mesmo ano, o surto foi caracterizado como uma pandemia (WUHAN…, 2020). Assim, Estados passaram a adotar medidas para amenizar os impactos da pandemia, entre elas, o

---

[1] Capoeirista, professor e advogado. Mestrando pelo Programa de Pós-graduação Profissional em Ensino e Formação Docente em associação Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Direitos Culturais da Universidade de Fortaleza (GEPDC/UNIFOR) e do Instituto Brasileiro de Direitos Culturais (IBDCult). Email: jolimpioneto@hotmail.com.

distanciamento social, dificultando a realização de atividades que precisam reunir pessoas, entre elas, a Roda de Capoeira, Patrimônio Cultural do Brasil e da Humanidade.

Os capoeiristas precisam se aglomerar para desenvolver suas atividades, a Roda de Capoeira se manifesta em coletividade, no qual o contato físico ou, pelo menos, com a aproximação corporal, com o toque no outro e no material físico, como os instrumentos, são imprescindíveis para realizá-la. No entanto, os Grupos de Capoeira, formais ou não, se reinventaram e passaram a promover ações virtuais, desenvolvendo aulas, palestras, entrevistas que tornaram possível sua continuidade.

Nesse contexto, a Lei 14.017, de 29 de julho de 2020, chamada de Lei Aldir Blanc, surge para fomentar ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública. Nesse sentido, propõe-se a seguinte questão: A Lei Aldir Blanc oferece possibilidades de auxiliar a Salvaguarda dos Bens Culturais da Capoeira[2]. Consequentemente, formulou-se o objetivo de averiguar possibilidades da Lei Aldir Blanc para atender às demandas da Salvaguarda da Capoeira.

METODOLOGIA

Essa pesquisa se caracteriza por sua natureza qualitativa, descritiva, analítica e exploratória. Assim, partiu-se para análise do texto legal e o estudo das demandas previstas da Salvaguarda da Capoeira. Lakatos e Marconi (1991) indicam que o material bibliográfico pode englobar o uso de vários tipos de fontes publicadas que são pertinentes ao tema, entre elas, publicações avulsas, revistas, livros, jornais, monografia, artigos acadêmicos além de meios de mídia e audiovisuais. Dessa forma, buscou-se analisar a estrutura normativa em estudo e averiguar suas possibilidades de fomento em relação à manutenção dos bens culturais da Capoeira, para que não haja descontinuidade durante o período de pandemia.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Partiu-se da hipótese de que os capoeiristas, como articuladores culturais da Roda de Capoeira, bem cultural do Brasil e da Humanidade, podem ser beneficiários do que trata a Lei Aldir Blanc, pois por meio de seus espaços permitem o fluxo dos saberes, processo no qual os praticantes entram em contato com a ancestralidade, memórias e identidades que permeiam

[2] A Roda de Capoeira e o Ofício dos Mestres de Capoeira foram reconhecidos como Patrimônio Cultural do Brasil em 2008, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Em 2014, a Roda de Capoeira é reconhecida como Patrimônio Cultural da Humanidade pela Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO.

essa manifestação. Em uma leitura *a priori* da estrutura normativa em análise, Lei nº 14.017/2020, identificou-se o termo "capoeira", no artigo 4º, que trata dos trabalhadores da cultura e no artigo 8º, que trata da definição e exemplificação dos espaços culturais (BRASIL, 2020), levando a confirmar a hipótese proposta, mas é preciso, ainda, analisar para compreender e identificar quais as ações possíveis de serem contempladas a partir da lei. Segundo o artigo 4º da Lei Aldir Blanc:

> Compreendem-se como trabalhador e trabalhadora da cultura as pessoas que participam de cadeia produtiva dos segmentos artísticos e culturais descritos no art. 8º desta Lei, incluídos artistas, contadores de histórias, produtores, técnicos, curadores, oficineiros e professores de escolas de arte e capoeira (BRASIL, 2020).

Por sua vez, o artigo 8º, citado no artigo 4º, traz as escolas de capoeira no rol dos espaços culturais, que são compreendidos como os "[…] organizados e mantidos por pessoas, organizações da sociedade civil, empresas culturais, organizações culturais comunitárias, cooperativas com finalidade cultural e instituições culturais, com ou sem fins lucrativos, que sejam dedicados a realizar atividades artísticas e culturais […]" (BRASIL, 2020).

No processo de reconhecimento da Capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil, foi realizado um inventário, na fase de identificação e descrição dos seus bens. Assim, em 2007, foi publicado o Dossiê intitulado *Inventário para Registro e Salvaguarda da Capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil*. O texto, além de descrever, brevemente, a história da capoeira, suas práticas e seus rituais, trazia os objetivos para o Plano de Salvaguarda da Capoeira, a saber:

> 1) a necessidade de aposentadoria especial para os velhos mestres de capoeira; 2) A importância dos mestres de capoeira como divulgadores da cultura brasileira no cenário internacional, o que torna necessário pensar alternativas para facilitar seu trânsito por outros países; 3) a necessidade de criar mecanismos que facilitariam o ensino da capoeira em espaços públicos; 4) o reconhecimento do ofício e do saber do mestre de capoeira, para que ele possa ensinar em escolas e universidades; 5) a criação de um Centro de Referências da Capoeira que centralizasse toda a produção acadêmica sobre a capoeira, realizada por estudiosos espalhados em diversas disciplinas; 6) um plano de manejo da biriba, madeira usada para

> confeccionar o berimbau e que pode ser extinta no correr dos anos (BRASIL, 2007, p. 10).

Essas demandas foram revisadas em contexto local, pois as espécies de madeira para fazer o berimbau, por exemplo, variam de acordo com a região. Em 2010, com a realização dos *Encontros Pró-Capoeira*, percebeu-se a diversidade que envolve sua manifestação nos vários estados do Brasil. Assim, o IPHAN passou a dialogar com os capoeiristas, por meio das Superintendências estaduais, promovendo, em alguns casos, parceria com outras entidades governamentais de nível estadual e municipal.

Pela leitura dos objetivos, pode-se inferir a preocupação com a manutenção do ensino da Capoeira, por meio de seus detentores, articuladores dos saberes. No contexto social hodierno, a Roda de Capoeira, que engloba materialidade e imaterialidade para sua expressão, teve que ser momentaneamente reinventada, fragmentando-se para continuar a existir temporariamente no mundo virtual. Vieira (2020) assinala que há muita divergência sobre o uso de ferramentas virtuais, para o ensino da Capoeira, pois os mais tradicionalistas rechaçam. No entanto, nesse período de distanciamento social, os capoeiristas tiveram que se reinventar para amenizar os impactos causados pela pandemia.

A Lei Aldir Blanc, oriunda do Projeto de Lei nº 1075/2020, dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública. Conforme, Silva (2020) nasce da demanda popular, fruto de um trabalho coletivo que reuniu agentes dos setores político, social e cultural. No entanto, não se pode desconsiderar os oportunismos políticos dessa crise. Conforme o seu artigo 2º, a União entregará aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, em parcela única, no exercício de 2020, um valor para aplicação, pelos Poderes Executivos locais, em ações emergenciais de apoio ao setor cultural. Cunha Filho (2020) adverte que pode ocorrer uma burocratização desnecessária nesse contexto, criado por "[…] um sistema de sucessivos repasses, primeiramente no âmbito dos entes da federação, depois, destes para os destinatários finais; além disso, possibilidades de estornos nos casos de incompetência operacional dos Municípios". Sendo assim, faz-se necessário a participação popular e o controle social.

São três mecanismos diretos, elencados em três incisos do artigo 2º, a saber:

> I - renda emergencial mensal aos trabalhadores e trabalhadoras da cultura;
> II - subsídio mensal para manutenção de espaços artísticos e culturais, microempresas e pequenas empresas culturais, cooperativas, instituições e

> organizações culturais comunitárias que tiveram as suas atividades interrompidas por força das medidas de isolamento social; III - e editais, chamadas públicas, prêmios, aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural e outros instrumentos destinados à manutenção de agentes, de espaços, de iniciativas, de cursos, de produções, de desenvolvimento de atividades de economia criativa e de economia solidária, de produções audiovisuais, de manifestações culturais, bem como à realização de atividades artísticas e culturais que possam ser transmitidas pela internet ou disponibilizadas por meio de redes sociais e outras plataformas digitais (BRASIL, 2020).

A Capoeira pode ser contemplada com os três mecanismos, desde que o beneficiário, pessoa natural ou jurídica, esteja de acordo com os critérios previstos da Lei Aldir Blanc. Em relação ao primeiro mecanismo, previsto no artigo 2º, inciso I, o artigo 5º informa que a renda emergencial para os trabalhadores da cultura será paga em três parcelas retroativas e com possibilidade de prorrogação. Os critérios estão elencados no artigo 6º, entre eles, o beneficiário não pode ter sido contemplado com o auxílio emergencial para trabalhadores.

O inciso II, do artigo 2º, é explicado no artigo 7º, trata do subsídio mensal para manutenção de espaços artísticos e culturais, em suas variadas formas (BRASIL, 2020). Os capoeiristas se organizam em grupos que são formalizados em associações, com CNPJ, ou apenas a reunião sem seguir os parâmetros burocratizantes do Estado. O artigo em tela não prevê a necessidade de CNPJ, mas é preciso a mínima organização como cadastro em bancos de dados e comprovação de existência e atuação no setor cultural.

Pode-se entender, a partir da análise da lei em estudo que a articulação dos recursos ter ênfase na dimensão local, dessa forma, conforme Canedo (2020), há uma possibilidade de exercício da cidadania cultural de forma mais ampla por meio da participação popular na cobrança dos gestores. A mobilização social, participação em conselhos, organização em fóruns são alguns exemplos de organização para exposição das demandas coletivas e cobrança da execução de ações. No entanto, Cunha Filho (2020) adverte que a lei ainda demanda uma série de regulamentações, sobretudo por conta dessa descentralização, que trará burocratizações locais. Assim, ainda há um caminho de luta a ser percorrido.

Na Lei Aldir Blanc, há a previsão de obrigatoriedade de contrapartida, para os beneficiários enquadrados no inciso II, do artigo 2º, que será executada, após o reinício de suas atividades, dirigidas, prioritariamente, aos alunos de escolas públicas ou de atividades

em espaços públicos de sua comunidade, gratuitamente, combinado com a gestão pública de cultura do local. Além da contrapartida, o beneficiário do subsídio, previsto no inciso II, do artigo 2º, deverá realizar uma prestação de contas, após o recebimento da última parcela, garantindo a publicidade e a transparência.

Na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, o conceito de Salvaguarda vem expresso no artigo 2º, entendendo que, além de identificar, documentar, investigar, preservar, proteger, valorizar, promover, e transmitir, também é preciso promover ações de revitalização do patrimônio, em seus diversos aspectos (UNESCO, 2003). Nesse contexto, observa-se o uso dos recursos de comunicação e interação virtuais são medidas que colaboram para a manutenção do bem cultural, coadunando com o que está expresso no texto da convenção. Assim, pode-se entender que a promoção de ações, como *Lives,* permitem o fluxo dos saberes, sobretudo durante o período de distanciamento social.

Como resultado parcial, pode-se dizer que a Capoeira, por meio de seus articuladores, os capoeiristas e os espaços que administram pode ser objeto de benefício da lei em tela. No entanto, na esteira no jurista alemão Ihering (2011), é preciso lutar por esses direitos, sob o risco da lei não se materializar de forma efetiva e equitativa.

CONCLUSÃO

É notório o papel social dos capoeiristas e espaços que administram para o fluxo dos saberes envolvidos na Capoeira, fortalecendo identidades, permitindo que memórias venham à tona e a ancestralidade africana se expresse. Mesmo diante dos impedimentos físicos capoeiristas se reinventaram a mantiveram a continuidade de suas atividades. A Roda de Capoeira e o Ofício dos Mestres de Capoeira são Patrimônios Culturais do Brasil, cabendo ao Poder Público, em colaboração da comunidade, protegê-los. A Lei 14.017/2020, conhecida como Lei Aldir Blanc, contempla de forma explícita a Capoeira em seu texto, podendo colaborar para viabilizar a manutenção de suas práticas relacionadas, no entanto é preciso mobilização social, sobretudo dos interessados, no caso em tela, dos capoeiristas, para que o alcance seja real, colaborando para sua salvaguarda.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020. Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. **D.O.U.** de 30.6.2020. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-14.017-de-29-de-junho-de-2020-264166628>. Acesso em: 20 jul. 2020.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. Me engana que eu gosto. **Diário do Nordeste**. 18 jul. 2020. Disponível em:< https://bit.ly/2GQJ4LJ >. Acesso em: 26 jul. 2020.

IHERING, Rudolf von. **A Luta pelo Direito**. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

IPHAN. **Dossiê**: Inventário para Registro e Salvaguarda da Capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil. Brasília, 2007.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

SILVA, Benedita da. **Cartilha, Memória e Análise da Lei Aldir Blanc**. 2020.

UNESCO. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. 2003.

VIEIRA, Luiz Renato. **Capoeira, Salvaguarda e Confinamento**. Disponível em: <https://berimblog.com.br/2020/04/03/capoeira-confinamento-e-salvaguarda/>.

Acessado em: 03 jul. 2020.

WUHAN, onde surgiu o novo coronavírus, é exemplo de ‘esperança’, diz OMS. 20 de março de 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/wuhan-onde-surgiu-o-novo-coronavirus-e-exemplo-de-esperanca-diz-oms/>. Acessado em: 08 jul. 2020.

CANEDO, Daniele (Instrutura Pimentinha). A Capoeira e a Lei Aldir Blanc: Dúvidas, sugestões e mobilizações (Entrevista concedida ao Mestre Macaco). **Salvaguarda da Capoeira na Bahia**. Instagram. 14 jul. 2020, Disponível em: < https://bit.ly/34NJlHw >. Acesso em: 26 jul. 2020.

IX Encontro Internacional de Direitos Culturais
9th International Meeting on Cultural Rights
Direitos Culturais: Impactos da Pandemia
Cultural Rights: Impacts of the Pandemic
05 A 09 DE OUTUBRO
ISSN-e 23169982

A HIPÓTESE DO CRIME AUTÔNOMO DE GENOCÍDIO CULTURAL NA JURISPRUDÊNCIA INTERNACIONAL

THE HYPOTHESIS OF AUTONOMOUS CRIME OF CULTURAL GENOCIDE IN INTERNATIONAL JURISPRUDENCE

Adriano Selhorst Barbosa[86]
Luana de Carvalho Silva Gusso[87]

RESUMO

O tema deste artigo versa sobre a responsabilidade internacional pela destruição do Patrimônio Cultural, a partir da análise da hipótese do genocídio cultural, que foi formulado como uma das faces do genocídio, contudo, acabou tendo sua inclusão obstada na Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio. Assim, o trabalho enfrenta o tema a partir do genocídio cultural, seu desenvolvimento e a hipótese de aplicação nas decisões judiciais do Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia, da Corte Internacional de Justiça, da Corte Interamericana de Direitos Humanos e do Tribunal Penal Internacional. Como resultado a jurisprudência confirmou que as Cortes Internacionais se posicionam de forma conservadora ante a ausência de positivação do genocídio cultural como crime autônomo. Apesar do estabelecimento de uma interpretação restritiva, a pesquisa jurisprudencial foi aprofundada para verificar as alternativas práticas no julgamento da destruição do patrimônio cultural. Em síntese, foi verificado nos tribunais pesquisados que apesar de não ocorrer a utilização do termo genocídio cultural, é utilizado seu critério cultural, desde um elemento intrínseco aos critérios físicos e biológicos, a um indício de sua prática e confirmação para responsabilização.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Direito Humanitário Internacional. Conflito Armado. Genocídio Cultural.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

The theme of this article is about international responsibility for the destruction of Cultural Heritage, based on the analysis of the cultural genocide hypothesis, which was formulated as one of the faces of genocide, however, it ended up having its inclusion impeded in the Convention for Prevention and Repression of the Crime of Genocide. Thus, the work addresses the theme from the cultural genocide, its development and the hypothesis of application in the judicial decisions of the International Criminal Court for the former Yugoslavia, the International Court of Justice, the Inter-American Court of Human Rights and the International Criminal Court . As a result, jurisprudence has confirmed that the International Courts are conservatively positioned in the absence of positivity of cultural genocide as an autonomous crime. Despite the establishment of a restrictive interpretation, research jurisprudential was deepened to verify practical alternatives on judgment for destruction of

[86] Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade (Univille), Especialista em Direito Público (FURB) e Direito Internacional (UCAM), e Advogado.

[87] Doutora e Mestre em Direito do Estado pela UFPR. Professora do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade do Curso de Direito da Univille.

cultural property. In summary, it was verified in the researched courts that although the term cultural genocide is not used, its cultural criterion is used, from an intrinsic element to physical and biological criteria, to an indication of its practice and confirmation for responsibility.

Keywords: Cultural Heritage. International Humanitarian Law. Armed Conflict. Cultural Genocide.

INTRODUÇÃO

O tema da pesquisa refere-se à responsabilidade internacional de um Estado e de seus agentes pela destruição do Patrimônio Cultural. Existem duas justificativas expressivas para escolha do presente tema. A primeira diz respeito a certa escassez de estudos que tratem deste tema no Brasil e o trato desta questão no seio dos conflitos armados, que apesar de afetar diretamente toda a sociedade internacional, tem ocorrido em outras partes do mundo. Um exemplo deste contexto foi a destruição ocorrida na Síria, na qual, conforme relatório do Instituto da Organização das Nações Unidas para Treinamento e Pesquisa (UNITAR, 2014), duzentos e noventa locais com patrimônio cultural foram afetados, com ao menos vinte e quatro destruídos completamente e mais de cem com danos severos. Contudo, essa referência não se trata de uma exceção, mas de situação recorrente em conflitos, e que merece atenção da sociedade internacional.

Então, justamente por essas duas questões que parecem se entrelaçar e apontar uma assimetria entre a importância internacional e o estudo local, foi realizada a presente pesquisa. Tendo em vista que a pesquisa foi originalmente realizada no formato de dissertação, para realização do presente resumo expandido optou-se pela parte da pesquisa que trata do enfrentamento da destruição do patrimônio cultural na hipótese do genocídio cultural. Inicialmente é observada a criação do termo genocídio, que permite interpretar como foi pensada sua dimensão cultural. Então é feito o entrelaçamento entre as questões teóricas e as hipóteses de aplicação da ideia de genocídio cultural em decisões judiciais. Por fim, é observada a abordagem prática da responsabilização pela destruição do patrimônio cultural do âmbito internacional.

METODOLOGIA

Para os fins desta pesquisa, foi utilizada a metodologia da pesquisa bibliográfica em que foram mobilizadas fontes do direito internacional e do direito humanitário, dentro da acepção do patrimônio cultural, além da pesquisa de jurisprudência de Cortes internacionais.

O artigo foi baseado na dissertação “A responsabilidade internacional do Estado e dos seus agentes pela destruição do Patrimônio Cultural em conflitos armados”, apresentada como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Patrimônio Cultural e Sociedade, e vinculada ao projeto de pesquisa PODE, Patrimônio Cultural, Direito, Desenvolvimento e Inovação da Univille.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Genocídio é um termo cunhado por Raphael Lemkin (LUCK, 2018), elencado pela primeira vez no livro “Axis Rule in Occupied Europe: Laws of Occupation, Analysis of Government and Proposals for Redress” (1944). O termo remete a destruição de uma nação ou grupo étnico, em que de forma sistematizada se visa a destruição de fundamentos essenciais de determinados grupos, a fim de causar sua aniquilação. Em 11 de dezembro de 1946 a Assembleia Geral da ONU apresentou a Resolução nº 96 (I) (NAÇÕES..., 1946), na qual decidiu por unanimidade que o Genocídio é um crime internacional e que deveria ser elencado em um instrumento internacional.

Ainda no projeto da Convenção, o Genocídio foi subdivido em Genocídio Cultural pelo Ad hoc intergovernamental, que o elencou no artigo terceiro como qualquer ato deliberado “[...] cometido com a intenção de destruir a língua, religião ou cultura de um grupo nacional, racial ou religioso com base na origem nacional ou racial ou na crença religiosa de seus membros” (NAÇÕES..., 1948, tradução nossa). Porém, o genocídio cultural foi vetado da versão final da Convenção para Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio.

Observada a potência do crime autônomo e sua adequação a destruição do patrimônio cultural, bem como, não satisfeito com a não utilização, a pesquisa prosseguiu na busca de alternativas. Deste modo, foi iniciada a análise da jurisprudência dos tribunais internacionais, a fim de entender na prática como é a responsabilidade dos Estados e seus agentes pela destruição do patrimônio cultural.

Num primeiro momento, a pesquisa se inclinou na hipótese de aplicação do genocídio cultural como crime autônomo. Após a busca de julgados, verificou-se que, os tribunais reconhecem a gravidade relacionada a destruição do patrimônio cultural, entretanto, é majoritária a intepretação legalista, na qual a falta de tipificação impossibilita uma interpretação extensiva do crime de genocídio. A partir da corrente que é contrária ao

Genocídio Cultural como crime autônomo, existem alguns argumentos que prevalecem no tema. Em primeiro lugar a questão da soberania dos Estados, na qual existe um grande entrave em mitigar os direitos estatais em favor dos direitos humanos em geral. (OLIVEIRA, 2016, p. 61). Noutro ponto, a crítica se faz pela possível vagueza dos termos relacionados a cultura e ao genocídio cultural, como foi abordada na própria criação da Convenção. (NAÇÕES..., 2001). Existe neste sentido a ideia de que esta abertura poderia abrir margem para diversas formas de genocídio relativo a grupos particulares, contudo, deve ser ponderado que o gênero do crime já engloba a extensão das espécies da conduta. (OLIVEIRA, 2016, p. 61). Tal situação se verifica no julgamento do Caso Krstić pelo Tribunal Internacional para a ex-Iugoslávia, confira-se:

> 580. A Câmara de Julgamento está ciente de que deve interpretar a Convenção em consideração ao princípio de *nullum crimen sine lege*. Portanto, reconhece que, apesar dos desenvolvimentos recentes, o direito internacional consuetudinário limita a definição de genocídio àqueles atos que buscam a destruição física ou biológica de todo ou parte do grupo. Portanto, uma iniciativa que ataca apenas as características culturais ou sociológicas de um grupo humano para aniquilar esses elementos que dão a esse grupo sua própria identidade distinta do resto da comunidade não se enquadra na definição de genocídio. (NAÇÕES..., 2001, tradução nossa)

Noutro ponto, importante ressaltar que a Corte Internacional de Justiça no julgamento sobre a Aplicação da Convenção para a Prevenção e Repressão do Crime de Genocídio (Bósnia Herzegovina v. Sérvia e Montenegro), referendou o estabelecido no caso Krstić. Neste caso, concordou que apesar de não ser aplicável o Genocídio Cultural, as destruições da propriedade cultural e religiosa se demonstram como indício do Genocídio.

Apesar das dificuldades encontradas, foi verificada uma hipótese alternativa, na qual os elementos do genocídio cultural eventualmente são aplicados no caso concreto, ainda que sob o conceito geral de Genocídio. Então, a pesquisa findou com a investigação das alternativas utilizadas pelas cortes internacionais para responsabilizar o Estado e seus agentes pela destruição do patrimônio cultural. Foram considerados na pesquisa os tribunais com as decisões mais relevantes para o tema, que resultou na escolha da jurisprudência do Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia, Corte Internacional de Justiça, Corte Interamericana de Direitos Humanos e Tribunal Penal Internacional. Após a análise da jurisprudência e seleção de casos, foram possíveis algumas conclusões.

CONCLUSÃO

Contatou-se que a jurisprudência não traz o respaldo necessários para classificar a destruição do patrimônio cultural como crime de genocídio autônomo. Todavia, existem interpretações alternativas na jurisprudência das cortes internacionais. O Tribunal Penal Internacional para a ex-Iugoslávia constituiu inicialmente a jurisprudência para responsabilização dos crimes pela destruição do patrimônio cultural. Por negar a possibilidade de aplicação do genocídio cultural, este entendimento acabou sendo ecoado nos outros tribunais em momentos posteriores.

Contudo, é visível a existência de uma preocupação com o elemento cultural do genocídio, de modo que, o tribunal constituiu um entendimento pelo escalonamento dos crimes relacionados a destruição cultural. Assim, definiu o crime de guerra pela destruição de patrimônio cultural como crime de perseguição, e nos casos de agravamento da perseguição, como um indício da prática de genocídio. Na Corte Internacional de Justiça é observada uma reafirmação da posição legalista quanto a impossibilidade de interpretação extensiva do crime de genocídio e demonstra uma limitação na responsabilização dos Estados.

A Corte Interamericana de Direitos Humanos adota uma posição legalista com relação ao genocídio, uma vez que afastou a competência para julgar a aplicação de normas alheias ao sistema interamericano de proteção dos direitos humanos. Ainda assim, isto não obstou os julgamentos de vários massacres pela corte, principalmente ao fazer uso da responsabilidade agravado do Estado pelas condutas. Por outro lado, a corte é esta posiciona além das divisas europeias, o que permite um paralelo interessante quanto ao seu entendimento do patrimônio cultural sob a ótica interamericana. Existe uma grande atuação no sentido de proteger minorias, e além disso, é clara a importância dada ao patrimônio cultural. Neste tribunal, as questões culturais são vistas em pé de igualdade com outros direitos humanos, situação que fica clara quando a jurisprudência associa a importância da identidade cultural a importância da vida.

O Tribunal Penal Internacional, foi responsável pela primeira condenação exclusiva pela destruição do patrimônio cultural no âmbito internacional, no caso Al-Mahdi, motivo pelo qual a análise se ateve a este caso. Na acusação por crime de guerra de atacar intencionalmente o patrimônio cultural, foi relevante a consideração como patrimônio mundial das edificações, vindo a considerar o crime um crime de gravidade significativa. A

análise permitiu verificar uma proximidade com a corte penal para a ex-Iugoslávia, tendo em vista a preocupação com as relações do patrimônio cultural e seu reconhecimento internacional.

Por fim, cabe destacar que a destruição do patrimônio cultural é um tema relevante no cenário internacional, e que sua prática deve ser enfrentada. Apesar da existência se um sistema legal de proteção, sua eficácia possui limitações, de modo que merece atenção da academia quanto a estas limitações e possibilidades. Ainda que o genocídio cultural não se mostre resolutivo neste momento, deve haver uma busca no sentido de efetivar a responsabilização do Estado e dos seus agentes pela destruição do patrimônio cultural.

REFERÊNCIAS

LEMKIN, Raphael. **Axis Rule in Occupied Europe**: Laws of Occupation, Analysis of Government and Proposals for Redress. Washington, D.C.: Carnegie Endowment for International Peace, 1944. Disponível em: https://is.gd/3uMUoy. Acesso em: 22 maio 2020.

LUCK, Edward C. **Cultural Genocide and the Protection of Cultural Heritage**. Los Angeles: J. Paul Getty Trust, 2018.

OLIVEIRA, Flávio Emanoel Rangel de. A possibilidade de tipificação do genocídio cultural como crime pelo direito penal internacional. In: SILVA, A. H. L.; CASTRO, T. C.; NOVENA, N. P. (org.). **Segurança internacional, velhos e novos atores**. Anais do III Congresso Internacional de Relações Internacionais de Pernambuco. Recife, 2016.

ONU. Assembleia Geral**. Convenção para a prevenção e a repressão do crime de Genocídio** (1948). Disponível em: https://is.gd/k8otRU. Acesso em: 22 maio 2020.

ONU. Assembleia Geral. **Resolução 96 (I)**, 11 dez. 1946. Disponível em: https://undocs.org/en/A/RES/96(I). Acesso em: 22 maio 2020.

ONU. Corte Internacional de Justiça. **Aplicação da Convenção para a prevenção e repressão ao crime de Genocídio (Bósnia Herzegovina contra Sérvia e Montenegro)**. Julgamento. I.C.J. reports 2007, 26 fev. 2007. Disponível em: https://is.gd/CKB0pl. Acesso em: 23 abr. 2020.

ONU. **Draft convention on prevention and punishment of the crime of genocide**, documento nº e/ac.25/15, 19 maio 1948. Disponível em: https://is.gd/onhTZV. Acesso em: 22 maio 2020.

ONU. Tribunal Penal Internacional para a Ex-Iuguslávia. Câmara de julgamento. Julgamento e sentença. **Promotoria contra Radislav Krstić**, caso nº IT-98-33-T, 02 fev. 2001. Disponível em: https://is.gd/x6efIE. Acesso em: 19 mar. 2020.

UNITAR. **Satellite-based Damage Assessment to Cultural Heritage Sites in Syria.** Geneva: Unitar, 2014. Disponível em: http://www.unitar.org. Acesso em: 19 set. 2018.

IX Encontro Internacional de Direitos Culturais
9th International Meeting on Cultural Rights
Direitos Culturais: Impactos da Pandemia
Cultural Rights: Impacts of the Pandemic
05 A 09 DE OUTUBRO
ISSN-e 23169982

AS *LIVES* COMO INSTRUMENTO DE SALVAGUARDA DA CAPOEIRA NO CEARÁ

LIVES AS INSTRUMENT CAPOEIRA SAFEGUARD IN CEARÁ

Joel Alves Bezerra[88]
José Olímpio Ferreira Neto[89]
Robson Carlos da Silva[90]

RESUMO

Essa pesquisa de natureza qualitativa teve o objetivo de analisar o papel das *Lives*, promovidas pelos capoeiristas cearenses, no período de distanciamento social, causado pela pandemia do COVID-19, como um instrumento de salvaguarda da Capoeira no Ceará. Para isso, buscou-se suporte na memória, por meio de contato virtual, sob um olhar (Net)etnográfico. O IPHAN-CE colaborou na divulgação dessas ações, assim, foi consultado a planilha disponível pela instituição, no intuito de averiguar o teor, quantidade e periodicidade que essas atividades são oferecidas. Como resultado, verificou-se que, em grande parte, abordam temas relacionados às memórias históricas da Capoeira do Ceará. Assim, pode-se dizer que realiza a salvaguarda de saberes, deixando registrado no meio virtual fragmentos dessa história, compondo um mosaico, disponível ao acesso dos interessados. Ao final desse trabalho, conclui-se que as *lives* seguem e colaboram para a manutenção do bem cultural, permitindo o fluxo de saberes, fazeres e forma de expressão.

Palavras-chaves: Capoeira. Salvaguarda. Pandemia.

ABSTRACT

This qualitative research aims to analyze the role of Lives, promoted by capoeiristas from Ceará, in the period of social detachment, caused by the pandemic of COVID-19, as a safeguard instrument to Capoeira in Ceará. In order to achieve the research objective, virtual contact, supported by memory under an (Net)ethnographic perspective, was fundamental. The IPHAN-CE collaborated in the dissemination of these actions, so the

[88] Capoeirista. Mestrando no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Humanidades da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB). Membro do Núcleo de Pesquisa em História, Cultural, Sociedade e História da Educação Brasileira da Universidade Estadual do Piauí (NUPHEB/UESPI). E-mail: joel.alvesbezerra@gmail.com.

[89] Mestre de Capoeira, professor e advogado. Mestrando pelo Programa de Mestrado Profissional em Ensino e Formação Docente em associação UNILAB e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Direitos Culturais da Universidade de Fortaleza. Membro do NUPHEB/UESPI. E-mail: jolimpioneto@hotmail.com.

[90] Mestre de Capoeira. Professor da UESPI. Doutor em História da Educação Brasileira pelo Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará (FACED/UFC). Coordenador do NUPHEB/UESPI. E-mail: robsonuespi64@gmail.com.

spreadsheet available by the institution was consulted, in order to ascertain the content, quantity and periodicity that these activities are offered. As a result, it was found that, in large part, the themes are related to the historical memories of Capoeira cearense. Thus, it can be said that it saves knowledge, registering fragments of this history in the virtual environment, composing a mosaic, available to people. At the end of this work, it is concluded that the lives collaborate for the maintenance of the cultural heritage, allowing the flow of knowledge and actions and forms of expression.

Key-words: Capoeira. Safeguard. Pandemic.

INTRODUÇÃO

No final do ano de 2019, o primeiro caso do COVID-19, o Novo Corona Vírus, foi reportado em Wuhan, na província de Hubei, localizada na República Popular da China, que teria surgido em um mercado de venda de animais e frutos do mar frescos (WUHAN..., 2020). Em janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde - OMS declarou que o surto provocado pelo COVID-19 se constitui em uma emergência de saúde pública de importância internacional, e em março do mesmo ano, caracterizou-se como uma pandemia. Trata-se de uma doença respiratória que chegou a vários países do mundo, inclusive no Brasil (OPAS, 2020). O Ceará chegou a ser um dos estados brasileiros mais atingidos pela doença, sobretudo a capital Fortaleza (MORTES…, 2020).

Harvey (2020) destaca que as autoridades públicas e os sistemas de saúde do mundo foram apanhados despreparados, com carência de funcionários e de estrutura inadequada para conter essa crise, uma herança da política neoliberal para o setor público, mesmo diante de ameaças e avisos anteriores, tais como a SARS e o Ebola. Nesse cenário, no qual os sistemas de saúde colapsados e com estrutura precária em vários países, aliados à rápida transmissão por via comunitária, dirigiram as autoridades, baseada na orientação de especialistas na área da saúde, a optarem pelo distanciamento social como forma de conter a transmissão, a partir de decretos que limitaram o trânsito das pessoas, como foi o caso do Ceará.

Dessa forma, apenas os serviços essenciais passaram a funcionar e as demais atividades suspensas com estabelecimentos fechados, tais como bares, cinemas, teatros, escolas, universidades entre outros. Nesse contexto, os capoeiristas cearenses tiveram que reinventar suas atividades. Passou a ser recorrente, no meio virtual, ações promovendo *Lives* com palestras, estudos, treinos, shows, jogos competitivos, *workshops* entre outras atividades. O Grupo de Trabalho da Salvaguarda da Capoeira no Ceará, a partir de discussões e da provocação de alguns de seus membros na plataforma WhatsApp do grupo, propôs à Superintendência do Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional no Ceará - IPHAN-CE a divulgação dessas ações, assim, o instituto acatando a sugestão do Grupo de

Trabalho confeccionou uma planilha em Excel, denominada AGENDA DE LIVES DA CAPOEIRA DO CEARÁ, onde alimenta e disponibiliza a programação dessas ações.

Assim, esse trabalho analisou o papel das *Lives*, promovidas pelos capoeiristas cearenses, no período de distanciamento social, causado pela pandemia do COVID-19, como um instrumento de salvaguarda da Capoeira no Ceará. A salvaguarda é a fase do apoio e fomento, oriunda da ação do registro da Roda de Capoeira e do Ofício dos Mestres de Capoeira, realizado em 2008.

METODOLOGIA

Para o desenvolvimento desse trabalho, optou-se por uma pesquisa de natureza qualitativa com suporte na memória, por meio de contato virtual, sob um olhar (Net)etnográfico. Então, buscou-se suporte bibliográfico que, conforme Lakatos e Marconi (1991), engloba o uso de vários tipos de fontes publicadas que são pertinentes ao tema. Pode-se indicar entre elas, publicações avulsas, revistas, livros, jornais, monografia, artigos acadêmicos além de meios de mídia e audiovisuais. Assim, buscou-se dar notícia do contexto hodierno causado pela pandemia, bem como investigar na literatura existente sobre Capoeira, fundamento para a análise de sua prática no meio virtual.

Durante a imersão (Net)etnográfica, teve-se o intuito de averiguar, por meio de visita às páginas de capoeiristas e grupos, além de consulta à planilha AGENDA DE LIVES DA CAPOEIRA DO CEARÁ, disponibilizada pelo IPHAN-CE para divulgação das ações, o teor, a quantidade e a periodicidade que essas atividades são oferecidas para, subsequente, análise, tentando identificar sua real possibilidade para a salvaguarda da Capoeira no Ceará. Apontamos que no caso da AGENDA, disponibilizada pelo IPHAN, foram registradas 163 atividades, assim distribuídas nos meses de maio, junho e julho: 94, 34 e 35 ações, respectivamente.

Esse caminho se mostrou inovador, além de adequado ao contexto atual, pois o ambiente virtual se apresentou como ferramenta viável para a realização da pesquisa (AVELINO; SOUSA; SILVA, 2015).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, o conceito de Salvaguarda vem expresso no artigo 2º, nos seguintes termos:

> Entende-se por ‘salvaguarda’ as medidas que visam garantir a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, tais como a identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão – essencialmente por meio da educação formal e não-formal – e revitalização deste patrimônio em seus diversos aspectos (UNESCO, 2003).

Observa-se, pelo presente exposto, medidas que colaboram para a manutenção do bem cultural. Assim, pode-se entender que a promoção de ações, como *Lives* que permitem o fluxo dos saberes, sobretudo durante o período de distanciamento social, foi fundamental para a manutenção das atividades, exercendo assim um papel social relevante diante do banzo causado pela situação pandêmica.

Em 2007, foi publicado o *Dossiê intitulado Inventário para Registro e Salvaguarda da Capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil*. A partir da leitura crítica desse documento, Ferreira Neto e Cunha Filho (2017) compreendem que o inventário pode ser um instrumento de conhecimento com função suplementar ou antecedente a outros institutos, mas, podendo atuar com função própria, por meio do diálogo entre os agentes do Estado e os articuladores dos bens culturais. Assim, foi realizado um estudo prévio, por meio do inventário, utilizado como uma metodologia de identificação, entre os anos de 2006 e 2007, pelo IPHAN com participação de capoeiristas-pesquisadores, buscando identificar os principais elementos que indicam a Capoeira como uma prática cultural brasileira (IPHAN, 2017).Seu texto busca reconstituir brevemente a história da capoeira e descrever sua prática, cultura material e rituais.

Um arranjo que pretende justificar sua importância como bem cultural, a partir da documentação escrita e dos relatos dos mestres que continuam em atividade (BRASIL, 2007, p. 10). Ele atende ao que pede o artigo 8º. No citado documento constam ainda os objetivos para o Plano de Salvaguarda da Capoeira, entre eles, a necessidade de criar mecanismos que facilitariam o ensino da capoeira em espaços públicos. Pode-se dizer que a Internet é um meio público, embora virtual, democratizado e de acesso a todos. Atendendo, então, essa demanda parcialmente, pois a iniciativa partiu dos próprios capoeiristas. Resta saber, se as políticas culturais encetadas diante do contexto hodierno, contemplarão os capoeiristas como um articulador cultural.

Vieira (2020) narra que, semanas antes do início da crise, debateu sobre o ensino da Capoeira pela *Internet*, em grupos de *WhatsApp*, destacando que não há um entendimento pacífico sobre o tema. Cursos virtuais de Capoeira já era uma realidade possível, no entanto, essas iniciativas sofrem muitas críticas dos mestres mais tradicionais. Nesse novo contexto pandêmico, as aulas virtuais mostraram-se necessárias. Não é um ambiente, totalmente novo para o capoeirista, pois é preciso destacar que muitos capoeiristas fazem uso do estudo de jogos e cantigas por meio de vários suportes de informação, entre eles, a *Internet*, por meio de várias plataformas de compartilhamento de dados, tais como *YouTube* e *Spotify*.

Dialogando com Castells (2018, p. 115), entendemos que as *Lives* demandadas pelos capoeiristas se inserem no conceito de comunas culturais, de natureza cultural e territorial, ao carregarem traços de reação a tendências sociais impostas, constituírem-se em identidades defensivas que servem de refúgio e são fontes de solidariedade "contra o mundo externo hostil", além de serem edificadas culturalmente, em torno de valores e códigos específicos de autoidentificação.

Como resultado, verificou-se que, em grande parte, abordam temas relacionados às memórias históricas da Capoeira do Ceará. Assim, pode-se dizer que realiza a salvaguarda de saberes, deixando registrado no meio virtual fragmentos dessa história, compondo um mosaico, disponível ao acesso dos interessados.

CONCLUSÃO

Ao final desse trabalho, conclui-se que as *lives*, muito embora ainda restritas às fronteiras das iniciativas particulares dos capoeiristas, seguem e colaboram para a manutenção do bem cultural, permitindo o fluxo de saberes e constituindo-se enquanto *lócus* de resistência cultural.

Dado ao grande número de ações promovidas para os capoeiristas, no período da pandemia do coronavírus, se faz necessário novos levantamentos e a análise do material apresentado, a fim de colher as percepções dos agentes envolvidos (mediadores, debatedores e público em geral), na perspectiva da contribuição das *lives* para o processo de salvaguarda da capoeira no Ceará.

REFERÊNCIAS

AVELINO, Ysnaira Pollyanna Damasceno; SOUSA, Anna Caroline Silva Costa; SILVA, Robson Carlos da. A Capoeira como aparelhagem social de visibilidade do negro: identidade e ascensão social. *In*: MIRANDA, José da Cruz Bispo de; SILVA, Robson Carlos da (org.). **Entre o Derreter e o Enferrujar**: os desafios da educação e da formação profissional. Fortaleza: EdUECE, 2015.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. 9. ed. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

FERREIRA NETO, José Olímpio; CUNHA FILHO, Francisco Humberto. A Participação da Comunidade na proteção do Patrimônio Cultural: o Inventário. *In*: VI Encontro Internacional de Direitos Culturais, 2017, Fortaleza. **Anais…**

IPHAN. **Dossiê**: Inventário para Registro e Salvaguarda da Capoeira como Patrimônio Cultural do Brasil. Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossi%C3%AA_capoeira.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2020.

IPHAN. **Cartilha Salvaguarda da Roda de Capoeira e do Ofício dos Mestres de Capoeira**: Apoio e Fomento. Brasília: IPHAN, 2017. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Cartilha_salvaguarda_capoeira.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2020.

IPHAN. Com programação de lives, capoeiristas do Ceará movimentam agenda cultural. 08 de maio de 2020. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/ce/noticias/detalhes/5676/com-programacao-de-lives-capoeiristas-do-ceara-movimentam-agenda-cultural>. Acesso em 10 ago. 2020.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M de A. **Fundamentos de metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 1991.

UNESCO. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. 2003.

HARVEY, David. Política Anticapitalista em tempo de COVID-19. *In*: BADIOU, Alain; BIHR, Alain; DAVIS, Mike; HARVEY, David; ZIBECHI, Raúl; ŽIŽEK, Slavoj. **Coronavírus e a luta de classes**. Terra sem Amos: Brasil, 2020.

ORGANIZAÇÃO PANAMERICANA DE SAÚDE (OPAS). Folha informativa – COVID-19 (doença causada pelo novo coronavírus). 2020. Disponível em: <https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875>. Acesso em: 08 jul. 2020.

MORTES por Covid-19 no Ceará chega a 42; estado tem 1.268 casos. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/04/08/mortes-por-covid-19-no-ceara-chegam-a-42-estado-tem-1268-casos.ghtml>. Acesso em: 08 jul. 2020.

VIEIRA, Luiz Renato. **Capoeira, Salvaguarda e Confinamento**. Disponível em: <https://berimblog.com.br/2020/04/03/capoeira-confinamento-e-salvaguarda/>.

Acesso em: 03 jul. 2020.

WUHAN, onde surgiu o novo coronavírus, é exemplo de ‘esperança’, diz OMS. 20 de março de 2020. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/mundo/wuhan-onde-surgiu-o-novo-coronavirus-e-exemplo-de-esperanca-diz-oms/>. Acesso em: 08 jul. 2020.

IX Encontro Internacional de Direitos Culturais
9th International Meeting on Cultural Rights
Direitos Culturais: Impactos da Pandemia
Cultural Rights: Impacts of the Pandemic
05 A 09 DE OUTUBRO
ISSN-e 23169982

AS RELAÇÕES FEDERATIVAS ATINENTES AO AMPARO À CULTURA DURANTE PANDEMIA DE COVID-19

THE FEDERATIVE RELATIONS ACCORDING TO THE SUPPORT OF CULTURE DURING THE COVID-19 PANDEMIC

Bianca mota do Nascimento Brasil Muniz[91]

RESUMO

O presente artigo busca expor os principais aspectos das relações federativas brasileiras, disciplinadas pela Constituição Federal de 1988, as quais, como será discorrido, são essenciais para a constante necessidade de ratificação dos valores democráticos, através da prerrogativa dos entes federais de exercerem a autonomia política, financeira e administrativa. O cerne da discussão se concentrará em como essas relações estão sendo orquestradas pela União, estados e municípios para combater os impactos negativos da pandemia de covid-19 no setor cultural. Além disso, será salientada a importância da continuidade dessas relações, inclusive, em um momento pós-pandêmico, sobretudo, como forma de suprir a crise gerada pelo déficit financeiro gerado pela necessidade do isolamento social.

Palavras-chave: Relações federativas. Cultura. Pandemia. Impactos.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

This article seeks to expose the main aspects of Brazilian federative relations, disciplined by the Federal Constitution of 1988, which, as will be discussed, essential for the constant need to ratify democratic values, through the prerogative of federal entities to exercise political autonomy, financial and administrative. The discussion will focus on how these relationships are being orchestrated by the Union, states and municipalities to combat the negative impacts of the covid-19 pandemic on the cultural sector. In addition, the importance of the continuity of these relations will be point, even in a

[91] Graduanda em Direito pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Membro do grupo de Estudos e Pesquisas em Direitos Culturais.

post-pandemic moment, above all, as a way to supply the crisis generated by the financial deficit generated by the need for social isolation.

Keywords: Federative relations. Culture. Pandemic. Impacts.

INTRODUÇÃO

No tocante ao período vivido atualmente, é certo de que as consequências trazidas pela pandemia, impactam diretamente nos mais diversos vieses sociais, dentre eles, o âmbito da cultura. Urge, por conseguinte, a atribuição de tarefas entre os entes federativos, União estados-membros, Distrito Federal (o qual, possui tipificação híbrida) e Municípios, a fim de evitar grandes crises nos setores mais afetados. Nesse sentido, deve-se discutir acerca das medidas que já vem sendo efetivadas em amparo ao exercício dos direitos culturais e do auxílio aos, de certo modo, mais afetados pela estratégias de combate ao coronavírus asseguradas pelos estados, artistas e trabalhadores da área. Como será debatido, cabe aos estados-membros e aos municípios decidirem acerca das medidas direcionadas aos interesses e particularidades de cada região.

A carência do amparo estatal ao setor da cultura se demonstra a partir da ideia das práticas culturais como um dos fatores de movimentação da economia, assim como, voltando-se para o momento da pandemia de covid-19, o manuseio à permanência da população em casa. Para tanto, cabe um estudo acerca de como são orquestradas as relações entre os entes da federação brasileira, a fim de contornar graves impactos ao âmbito cultural.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada apresenta-se com abordagem do tema de viés qualitativo, com procedimento técnico bibliográfico, com utilização dos resultados de maneira pura e, por fim, de objetivos exploratórios.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A respeito da organização político-administrativa e a divisão do poder, tem-se que o Brasil adotou a república, como forma de governo, o presidencialismo, como sistema de governo e a federação, como forma de Estado (BULOS, 2014, p. 922). A *federação*, por conseguinte, constitui uma modelo de distribuição do poder, a qual tem por finalidade

disciplinar as competências constitucionais dos entes federados, intitulados por União, Estados, Distrito Federal e Municípios (CF, arts.1º e 18).

A Carta Magna de 1988 delimitou o princípio federativo como cláusula pétrea (CF, art.60, § 4°, I), sendo assim, não é possível que sua abolição seja objeto de deliberação a proposta de emenda constitucional. Além disso, a descentralização do poder político e financeiro possibilitou o surgimento do federalismo tridimensional, com o Município, a partir de então, como um membro autônomo do pacto federativo.

O Estado Federal concretiza-se na reunião de entidades autônomas, não soberanas, as quais se integram através de um vínculo indissolúvel, devendo coexistir de forma pacífica e harmônica. Há, portanto o não direito de secessão, fato que impede os entes federados de realizarem atos segregatórios (BULOS, 2014, p. 925). Todos as entidades federativas se encontram no mesmo patamar hierárquico, nesse sentido, cada unidade detém autonomia (CF, art.18, *caput*) nos termos constitucionais (TAVARES, 2012, p.1100).

A Constituição de 1988 inovou ao permitir que as antigas formas de federalismo – dual e de integração – fossem substituídas pelo federalismo cooperativo de viés democrático. Sobre o tema, Augusto Zimmermann (2005, p.58) atesta, em sua obra "Teoria do Federalismo Democrático":

> O federalismo cooperativo democrático, por sua vez, é aquele formado no consentimento e não através da imposição. Nele, o poder é estabelecido em correlação com os valores democráticos de governo, onde o cidadão pode efetivamente exercitar, em distintos graus e esferas, o seu direito fundamental de participação e controle do poder político (...)

Há a categórica necessidade de que os mecanismos de cooperação entre os entes federados atuem sempre de maneira razoável e delimitada, em exemplo está a arrecadação de recursos, a qual deve obedecer a repartição de competências constitucionais e, de forma salutar, proporcionar o bem-estar social. Dada a tendência descentralizadora do pacto federativo brasileiro (TAVARES,2012,p.113), de formação centrífuga, tem-se a realidade de transferências constitucionais da União para os estados-membros municípios, através do Tesouro Nacional, de forma assegurar o equilíbrio sócio-econômico entre os Estados, não obstante, cabe a cada entidade da Federação, nos limites do seu interesse, decidir acerca de matérias que compõem o seu eixo de atuação, bem como efetivar políticas sociais em suporte aos anseios populacionais.

Tal perspectiva pode ser bem analisada no que diz respeito ao cenário pandêmico atual, visto que a União tem efetivado transferências voluntárias aos Estados e Municípios, promovendo, assim, recursos para que governadores e prefeitos possam garantir os serviços de combate à propagação do novo coronavírus, assim como realizar medidas públicas de auxílio social.

A cultura sofreu vários impactos devido à pandemia de covid-19, fato que se comprova com dados do Data SIM, realizado em março de 2020, os quais demonstraram que mais de 8 mil shows e apresentações foram cancelados ou adiados em 21 estados do país. Desse modo, os espetáculos musicais foram transferidos para as telas dos celulares, através das chamadas *lives*, nas redes sociais, nas quais muitos artistas, inclusive, angariam fundos para caridade. Museus com exposições online também estão se adaptando à nova realidade.

Ademais, cultos religiosos também estão sendo transmitidos via internet, fato que, além de contribuir para a não proliferação do vírus, ainda possibilita que a população esteja em contato com sua respectiva fé. Percebe-se que os impactos da pandemia no que concerne ao setor cultural se demonstra de forma ainda mais assídua na chamada "cultura de rua", bem como nas comunidades que administram práticas culturais, visto que são os setores com menor investimento. Outra problemática intrínseca ao efeitos da pandemia na cultura é o fechamento de patrimônios históricos, como os teatros, ao passo que enfraquece o apoio financeiro à artistas e instituições culturais

A Secretaria da Cultura do Estado do Ceará (SECULT), publicou em abril de 2020, um edital do Festival de Cultura "Dendicasa": Arte de Casa para o mundo, com objetivo de fomentar os conteúdos artísticos para divulgação em plataformas midiáticas, fato que vem a demonstrar a necessidade da adoção de medidas que venham a contornar o momento escasso para as práticas culturais, movimentando, por conseguinte, a economia artística e incentivando os profissionais da área durante o período de isolamento social. O edital do evento conta com investimento do Fundo Estadual de Cultura (FEC) DE R$1 milhão para seleção de 400 projetos. Vale ressaltar que um dos objetivos do plano estadual de cultura, promovido pela SECULT, é de incentivar a participação dos municípios na tarefa de fortalecer a cultura do Estado. Desse modo, a relação entre estados e municípios, nesse caso, vem a ser mister no que concerne à democratização dos meios para oferecer à sociedade o acesso aos recursos culturais.

Segundo dados da Confederação Nacional de Municípios (CNN, 2020), ao menos 17 estados das cinco regiões do país adotaram medidas para reduzir os impactos negativos produzidos pela pandemia no setor cultural, fato que se torna motivo para o impulso simétrico que deve ser implantado, por conseguinte, pelos municípios, direcionando os recursos aos artistas e instituições culturais locais. Vale ressaltar que, à luz do princípio da predominância do interesse, é competência do Município (CF, art.30, I) "legislar sobre assuntos de interesse local" (BRANCO, 2009, p.872).

A Lei 14.071/2020, conhecida como Lei Aldir Blanc, foi sancionada em junho de 2020, a qual busca promover ações emergenciais voltadas para área cultural, através da liberação de R$ 3 bilhões para estados e municípios, com recursos advindos, em maioria, do Fundo Nacional da Cultura (FNC). O auxílio emergencial prevê a instituição de renda mensal aos trabalhadores da cultura, subsídio mensal para manutenção de espaços artísticos e culturais, inclusive organizações culturais comunitárias e criação de editais vinculados ao setor cultural como forma de desenvolvimento de produções e manifestações culturais, primordialmente, através das redes sociais.

Através do repasse federal, estados e municípios, mediante os fundos estaduais e municipais, bem como a partir da implementação de agendas culturais, devem administrar o auxílio ao setor cultural, buscando, sobretudo, suprir a escassez de recursos dos trabalhadores e artistas, de modo a, efetivamente, minar as dificuldades trazidas pelo período de isolamento social no que concerne, tanto ao exercício dos direitos culturais, como a manutenção dos valores trazidos pela prática da cultura em sociedade, demonstrados tão essenciais em tempos de pandemia.

CONCLUSÃO

As relações federativas são, ordinariamente, essenciais para, de forma à assegurar a imperatividade dos dispositivos constitucionais, distribuir o poder político, financeiro e administrativo, fortalecendo os princípios democráticos e os valores sociais também consagrados pelo texto da Constituição. Não obstante, o momento árduo vivido com o isolamento social trouxe a imperiosidade das relações entre os entes federados em prol do amparo à cultura.

A União deve, mediante as transferências voluntárias que já vem ocorrendo durante a pandemia, seguir buscando, enquanto durar a crise econômica voltada ao setor cultural,

auxiliar estados e municípios através dos recursos. A Lei Aldir Blanc se coloca, atualmente, como o maior recurso disponibilizado aos estados e municípios para que, assim, através de suas respectivas secretarias e fundos, possam implementar políticas auxiliares à parcela populacional que vive através do setor cultural, além de manter o funcionamento, ainda que remoto, das instituições culturais.

REFERÊNCIAS

BULOS, Uadi Lammêgo. **Curso de Direito Constitucional**. 8.ed. São Paulo: Saraiva, 2014.

CNN, Confederação Nacional de Municípios. **Estados adotam medidas para apoiar setor cultural durante a pandemia, confira:** https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/estados-adotam-medidas-para-apoiar-o-setor-cultural-durante-a-pandemia-confira Acesso em: 29 de julho de 2020.

MENDES, Gilmar Ferreira. **Curso de Direito Constitucional.** Gilmar Ferreira Mendes, Inocêncio Mátires Coelho, Paulo Gustavo Gonet Branco.4.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

SECULT, Secretaria de Cultura do Ceará. **Edital Festival Cultura Dendicasa: inscrições seguem até sexta, 10/04:** https://www.secult.ce.gov.br/2020/04/08/edital-festival-cultura-dendicasa-inscricoes-seguem-ate-sexta-10-4/ Acesso em: 26 de julho de 2020.

SIM, São Paulo. **Quais são os impactos da pandemia no mercado da música no Brasil?** https://mailchi.mp/0091b2c20376/covid19_impacto_musica_brasil Acesso em: 29 de julho de 2020.

TAVARES, André Ramos. **Curso de Direito Constitucional**.10.ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

ZIMMERMANN, Augusto. **Teoria geral do federalismo democrático.** 2ª ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2005**.**

IX Encontro Internacional de Direitos Culturais
9th International Meeting on Cultural Rights
Direitos Culturais: Impactos da Pandemia
Cultural Rights: Impacts of the Pandemic
05 A 09 DE OUTUBRO
ISSN-e 23169982

"CULTURA DENDICASA": HÁ ACESSO À CULTURA PELA INTERNET DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19 NO CEARÁ?

"CULTURA DENDICASA": IS THERE DIGITAL ACCESS TO CULTURE DURING THE COVID-19 PANDEMIC IN CEARÁ?

Lethicia Pinheiro Machado[92]

Beathriz Garcia Candido Florêncio[93]

RESUMO

A presente pesquisa busca responder o seguinte problema de pesquisa: o acesso à internet é um obstáculo para a efetivação do direito fundamental de acesso à cultura por meio do portal "Cultura Dendicasa" durante a pandemia de COVID-19 no Ceará? Realizou-se pesquisa bibliográfica para abordar os direitos culturais como direitos fundamentais e as dificuldades de acesso à cultura durante a pandemia de COVID-19, bem como os objetivos e funcionamento do programa "Cultura Dendicasa Arte de Casa para o Mundo". Foi realizada pesquisa quantitativa com base em dados secundários apresentados pela CGI.br nas pesquisas TIC domicílios 2019 e TIC cultura 2019, além de pesquisa do IBGE denominada Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua de 2019. Concluiu-se que o acesso à internet pode ser um dos obstáculos para efetivação do direito fundamental de acesso à cultura por meio do portal "Cultura Dendicasa", principalmente para as classes de baixa renda, a falta de formação digital e de incentivo à utilização dos programas digitais e presenciais de cultura dificultam maior democratização do acesso à cultura durante o isolamento social.

92 Mestranda em Direito Constitucional na Universidade Federal do Ceará (UFC). Pós-graduanda em Direito e Processo penal (UNI7). Pesquisadora voluntária do Projeto Pesquisa Empírica em Direito - PROPED (PROBIC/UNIFOR). Orcid: https://orcid.org/0000-0003-4992-5111. E-mail: lethiciapinheiromachado@hotmail.com

93 Graduanda em Direito pela Universidade de Fortaleza. Pesquisadora voluntária do Projeto de Pesquisa Empírica em Direito – PROPED (Cnpq/UNIFOR). Monitora da disciplina de Direito Processual Civil III. E-mail: beathriz_1881@hotmail.com.

Palavras chaves: Acesso à Cultura; COVID-19; Cultura Dendicasa; Acesso à internet; Estado do Ceará.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

This research seeks to answer the following research problem: is access to the internet an obstacle to the realization of the fundamental right of access to culture through the "Cultura Dendicasa" portal during the COVID-19 pandemic in Ceará? Bibliographic research was carried out to study cultural rights as fundamental rights and difficulties in accessing culture during the COVID-19 pandemic, as the objectives and functioning of the program “Cultura Dendicasa Arte de Casa para o Mundo”. A quantitative methodology was used with secondary data presented by CGI.br in the “TIC domicílios 2019” and “TIC cultura 2019”, in addition to an IBGE survey called “Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua de 2019”. It is concluded that internet access may be one of the obstacles to the realization of the fundamental right of access to culture through the “Cultura Dendicasa” portal mainly for low-income classes, the lack of digital training and the incentive to use digital programs and presential culture hinder greater democratization of access to culture during social isolation.

Keywords: Access to culture; COVID-19; Cultura Dendicasa; Internet access; State of Ceará.

INTRODUÇÃO

A pesquisa busca responder o seguinte problema de pesquisa: o acesso à internet é um obstáculo para a efetivação do direito fundamental de acesso à cultura por meio do portal "Cultura Dendicasa" durante a pandemia de COVID-19 no Ceará? Uma das medidas adotadas para o enfrentamento da doença no Ceará foi o isolamento social, o qual, dentre outras consequências, limita o acesso à cultura da população. Em razão das dificuldades enfrentadas nesse contexto, o acesso à cultura apresenta especial importância como meio de amenizar os medos e angústias do período. Em atenção a isto, o Governo do Ceará criou o portal “Cultura Dendicasa" para viabilizar o acesso à cultura no período de isolamento.

Para tratar sobre o tema e responder ao problema de pesquisa, o trabalho aborda em sequência: o direito de acesso à cultura como direito fundamental e as dificuldades para sua efetivação durante a pandemia de COVID-19, os objetivos e o funcionamento da ação “Cultura Dendicasa” e a análise de dados que tratam do acesso à internet no Ceará. O trabalho adota, portanto, metodologia qualitativa, cujo referencial teórico é composto por Cunha Filho (2000), Pinto (2009) e Seixas (2020), por exemplo, e quantitativa, por meio de dados secundários disponibilizados por pesquisas do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A relevância da pesquisa decorre da necessidade de compreender como o direito de acesso à cultura deve ser garantido mesmo diante do isolamento social. Além disso, apresenta dados e reflexões que podem provocar novos questionamentos, bem como o desenvolvimento de políticas públicas para aperfeiçoar as medidas já realizadas de garantia e continuidade da cultura no Ceará.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada é de abordagem qualitativa com elementos quantitativos. Utiliza-se revisão bibliográfica cujas fontes são artigos científicos, livros e teses sobre os assuntos investigados, assim como informações que constam em sítios eletrônicos oficiais do Governo do Estado do Ceará. Adota-se também pesquisa quantitativa por meio de estudo de dados secundários apresentados pelo CGI.br nas pesquisas TIC (tecnologias de informação e comunicação) domicílios 2019 e TIC cultura 2019, além de pesquisa do IBGE denominada Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua de 2019.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No Direito brasileiro cultura é tudo aquilo produzido pelas pessoas e que o ordenamento jurídico protege, que esteja ligado às artes, à memória coletiva e ao repasse dos saberes, e, em conjunto, busque a dignidade humana de forma geral e também individual (CUNHA FILHO, 2004). Os direitos culturais passam a ser considerados fundamentais quando previstos diretamente no capítulo da Constituição Federal de 1988 que prevê os direitos e garantias fundamentais ou quando, embora não previstos no texto constitucional, estão relacionados aos princípios que fundamentam a existência dos direitos fundamentais (CUNHA FILHO, 2000).

O direito de acesso à cultura está previsto no texto constitucional e pode ser abordado em três áreas. A primeira está relacionada à formação cultural que se liga ao direito à educação e ao ensino. A segunda, interligada à fruição cultural, se relaciona ao acesso às várias formas de manifestação cultural e patrimônio cultural. A última diz respeito à necessidade de distribuição equitativa dos direitos culturais, a fim de que todos tenham acesso da forma mais democrática possível (PINTO, 2009).

Tais direitos vêm enfrentando dificuldades excepcionais para que sejam garantidos integralmente e de forma equilibrada a todas as pessoas, em virtude da necessidade de isolamento social decorrente da pandemia de COVID-19. Segundo Seixas (2020) em decorrência do financiamento de medidas de enfrentamento ao COVID-19, as políticas públicas que buscam garantir de forma permanente os direitos culturais estão reduzidas ou são inexistentes. Em grande parte dos casos estão sendo realizadas ações de caráter imediatista, preferindo-se a promoção de eventos de arte e de entretenimento que não apresentam planos de continuidade, através de plataformas digitais.

Apesar dessas dificuldades, a Secretaria de Cultura do Estado do Ceará o publicou o "I Edital Cultura Dendicasa: Festival Arte de casa para o mundo". O projeto objetiva amenizar os impactos na cultura do Estado advindos das medidas de isolamento social, a fim de garantir o direito de acesso à cultura por meio de plataformas digitais. A medida visa o fomento da atividade econômica artística, considerando que muitos dos profissionais no Estado exercem seu trabalho de forma informal e necessitam de apoio para manutenção durante o atual período (CEARÁ, 2020).

O programa "Cultura Dendicasa" tem o intuito de promover a sustentabilidade de profissionais da cultura no Ceará e fomentar a manutenção e disponibilidade de produção cultural e artística no estado. Foi investido R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) na ação. Foram selecionados 400 profissionais de 51 municípios do estado, sendo exigido que 50% dos aprovados no edital fossem do interior do estado. Dentre os selecionados também foi considerada cota de acessibilidade relacionada às pessoas portadoras deficiência (CEARÁ, 2020).

Os conteúdos culturais que visam garantir o direito fundamental de acesso à cultura a todos pelo meio digital estão sendo disponibilizados no site oficial do "Cultura Dendicasa" e são divididos na plataforma em: arte e cultura digital, artes integradas, artes visuais, audiovisual, circo, cultura alimentar, cultura afrobrasileira, cultura indígena, cultura popular, dança, fotografia, humor, literatura, moda e design, música, produção cultural e teatro. Normalmente o conteúdo é transmitido por meio de vídeo, sendo também disponibilizadas opções de podcasts (CEARÁ, 2020).

Diante desse cenário de necessidade de garantia do direito de acesso à cultura em meio ao isolamento social, como propôs o Governo do Estado do Ceará com o programa "Cultura

Dendicasa", cabe mencionar outra dificuldade que pode impedir a garantia desse direito: o acesso à internet para possibilitar de forma ampla a fruição por parte da população cearense do conteúdo oferecido através do site oficial do projeto. Outra questão que deve ser abordada é o interesse das pessoas pelas programações culturais digitais e qual público que o projeto pode atingir, a fim de que seja investigado se apenas o acesso à internet pode limitar a adesão ao Programa "Cultura Dendicasa".

De acordo com a pesquisa TIC domicílios 2019, o principal meio de acesso à internet no país é o telefone celular, pois este é o equipamento mais presente nos domicílios que possibilita o acesso. A utilização do celular é evidenciada principalmente entre as classes C e D, e E que usaram, respectivamente, o celular de forma exclusiva para isso em percentual de 61% e 85%. O acesso à internet nas classes A e B foi igual ou superior à 95% de utilização em ambas. Já nas classes C, D e E o percentual de domicílios com o acesso é menor, sendo, respectivamente, de 80% e 50% (CGI.br, 2019a).

A mais recente Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua desenvolvida pelo IBGE com base no último trimestre de 2018 apresenta dados acerca do acesso à internet no Ceará. De acordo com a pesquisa, 68,9% dos domicílios do Ceará havia utilização da internet e 72,5% das pessoas acima de 10 anos possuía telefone móvel celular para uso pessoal. A utilização da internet no estado foi maior entre as pessoas que detinham trabalho, pois 76,5% dos participantes que tinha ocupação usaram internet no período estudado. Em contrapartida, apenas 53% das pessoas sem ocupação tiveram acesso à internet (IBGE, 2020).

A partir dos dados apresentados do Ceará, bem como os nacionais, é possível inferir que a questão econômica é fator que influencia o acesso à internet e consequentemente o acesso à cultura, uma vez que classes mais vulneráveis, conforme pesquisa nacional, tiveram menor percentual de acessos e meios mais limitados, restringindo-se, na maior parte, ao uso do celular para garantia do lazer e cultura. Além disso, outro fator que reafirma importância da renda para o acesso aos meios digitais são os dados que afirmam que quem detinha ocupação no Estado do Ceará utilizou mais a internet. Esse fator é agravado pela redução da renda de muitas pessoas durante a pandemia de COVID-19. Apesar disso, ao analisar os dados do IBGE, os dois maiores motivos para não utilização da internet entre as pessoas que não utilizaram de qualquer forma internet no período estudado foram, respectivamente, não

saber utilizar a internet (45,3%) e a falta de interesse em utilizar a internet (32,2%), sendo a questão financeira o indicador de apenas 13,1% (IBGE, 2020).

Por fim, outro fator que pode dificultar o acesso à cultura está relacionado aos dados nacionais da TIC cultura 2019. A CGI.br (2019b) demonstra que é baixa a procura por atividades culturais como teatro, biblioteca, museus e exposições na internet para comparecimento presencial, o que representa parcela considerável de desinteresse dos participantes, e mesmo no meio digital ainda há pouca disponibilização de recursos audiovisuais, arquivos e visitas pelo meio on-line. O grupo que mais acessa programações culturais presenciais e digitais é composto por jovens das classes A e B que tem maior poder econômico.

Assim, faz-se necessária maior disponibilização e formação acerca do uso da internet aos grupos mais vulneráveis e o incentivo a práticas culturais digitais, como o programa "Cultura Dendicasa", para viabilizar maior democratização do acesso à cultura durante períodos de isolamento social.

CONCLUSÃO

Em resposta ao problema de pesquisa formulado, conclui-se que o acesso à internet pode ser um dos obstáculos para efetivação do direito fundamental de acesso à cultura por meio do portal "Cultura Dendicasa", principalmente para as classes de baixa renda, especificamente as pessoas que não tenham ocupação ou remuneração durante a pandemia de COVID-19 no Ceará. Entretanto, não só a questão econômica impede o acesso à cultura, mas também a falta de formação digital e de incentivo à utilização dos programas digitais e presenciais de cultura que dificultam maior democratização do acesso à cultura durante o isolamento social.

Apesar de importante a ação do Governo do Estado do Ceará que possibilita a sustentabilidade de profissionais culturais no período de crise e promove a continuidade de produções culturais regionais, é necessário que haja a promoção também de inclusão e formação digital, bem como de incentivo à participação de programas culturais digitais que valorizam a cultura regional, como o "Cultura Dendicasa". Por fim, a pesquisa é relevante por apresentar dados quantitativos que demonstram que a problemática vai além da desigualdade econômica, pois em grande parte o acesso à cultura é inviabilizado pelo fato do direito à educação, especificamente a digital, não estar sendo garantido a todos, dificultando

o interesse e o conhecimento de como ter garantido o direito de acesso à cultura durante a pandemia de COVID-19.

REFERÊNCIAS

CEARÁ. Secretaria de Cultura. **Cultura Dendicasa Arte de Casa para o Mundo**. 2020. Disponível em: https://culturadendicasa.secult.ce.gov.br/. Acesso em: 20 de jul. 2020.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL – CGI.br. **Cultura e tecnologias no Brasil: Um estudo sobre as práticas culturais da população e o uso das tecnologias da informação e comunicação**. 2019a Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/1/tic_cultura_2018_livro_eletronico.pdf. Acesso em: 25 de jul. 2020.

COMITÊ GESTOR DA INTERNET NO BRASIL – CGI.br. **Pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nos domicílios brasileiros: TIC Domicílios 2018**. 2019b São Paulo: CGI.br Disponível em: https://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/12225320191028-tic_dom_2018_livro_eletronico.pdf. Acesso em: 25 de jul. 2020.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. **Cultura e democracia na Constituição Federal de 1988: representação de interesses e sua aplicação ao Programa Nacional de Apoio à Cultura**. 2004. Tese (Doutor em Direito) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2004.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. **Direitos culturais como direitos fundamentais no ordenamento jurídico brasileiro**. Brasília: Brasília Jurídica, 2000.

INSTITUO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNAD Contínua. 2019**, 2020. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/17270-pnad-continua.html?=&t=downloads. Acesso em: 24 de jul. 2020.

PINTO, Eduardo Régis de Castro. **Princípios culturais na Constituição Federal de 1988**. 2009. Dissertação (Mestre em Direito Constitucional) – Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2009.

SEIXAS, Antônio. O patrimônio cultural em tempos de pandemia: o direito à cultura para além da arte e do entretenimento. **Revista da SJRJ**, v. 24, n. 48, mar/jun. 2020, p. 24-58.

IX Encontro Internacional de Direitos Culturais
9th International Meeting on Cultural Rights
Direitos Culturais: Impactos da Pandemia
Cultural Rights: Impacts of the Pandemic
05 A 09 DE OUTUBRO
ISSN-e 23169982

DILAPIDAÇÃO IMATERIAL: A DEGRADAÇÃO DA CULTURA INDÍGENA EM MEIO À PANDEMIA

IMMATERIAL DILAPIDATION: THE DEGRADATION OF INDIGENOUS CULTURE DURING PANDEMIC

Bruno Cavalcanti Rocha [94]
João Gabriel Dias Arruda Vieira Dantas [95]
Lucas Gabriel Costa do Nascimento [96]

RESUMO

A partir do que se entende, histórico e juridicamente fundamentado, pelo conceito de patrimônio cultural imaterial, analisa-se, primeiramente, a inserção da cultura indígena em sua definição, bem como seu papel basilar à identidade brasileira. Em seguida, aborda-se a postura negacionista do Governo Federal frente à pandemia de Covid-19, tanto em seu aspecto geral quanto direcionado ao mencionado grupo, já há tanto vulnerável. Por fim, pontua-se ser ela fator potencializador não apenas de uma afronta sistemática aos direitos dos povos indígenas, como também ao próprio dever estatal de prezar pela proteção ao patrimônio cultural imaterial a eles estritamente conectado.

Palavras-chave: Brasil. Pandemia. Patrimônio Cultural Imaterial. Povos Indígenas.

ABSTRACT

Based on the historical and juridical understanding of intangible cultural heritage, firstly the insertion of indigenous culture in its definition such as its role to brasilian identity is analyzed. Then, the way that the negationist stance of the Federal Government in face of the Covid-19 pandemic affects this mentioned group is demonstrated thus considered to be a potentializing factor not only to a systematic affront to the rights of indigenous peoples, but also to the statal duty to protect the intangible cultural heritage strictly connected to them.

Keywords: Brazil. Indigenous Peoples. Intangible Cultural Heritage. Pandemic.

[94] Graduando em Direito pela Universidade Federal da Paraíba. http://lattes.cnpq.br/3987277534158021. Email: brunocavalcantirocha99@gmail.com.

[95] Graduando em Direito pela Universidade Federal da Paraíba. http://lattes.cnpq.br/4695169760128246. E-mail: joaodavd@gmail.com.

[96] Graduando em Direito pela Universidade Federal da Paraíba. Email: lucasgbrcosta@gmail.com.

INTRODUÇÃO

De acordo com o último Censo realizado pelo IBGE sobre a situação indígena no país, o Brasil é lar de quase 900 mil indígenas distribuídos em 305 etnias e falantes de 274 idiomas distintos (IBGE, 2010). A diversidade de composições tribais implica, consequentemente, a congregação de diferentes núcleos culturais e a expressão de seus elementos por meio de uma miríade de formas distintas, consubstanciadas na acepção material e imaterial do que se entende por patrimônio cultural.

Atendo-nos às propriedades do patrimônio cultural imaterial, o presente estudo se compromete a, de início, oferecer a compreensão do conceito, o histórico por detrás de sua formação, assim como a maneira pela qual a cultura indígena do Brasil nele se enquadra. Ato contínuo, tratar-se-á de como o posicionamento do Governo Federal diante da pandemia de Covid-19 agrava a vulnerabilidade das tribos e, sobretudo, de seu significado cultural, gerando grande perda à nação por inteira.

METODOLOGIA

A metodologia utilizada se baseou na abordagem indireta de pesquisa bibliográfica, fundamentada em revisão de literatura especializada sobre o tema, assim como no vasto conteúdo de material jornalístico afim, veiculado pela mídia geral e pelos canais de informação do Poder Público.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1 O PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL E A QUESTÃO INDÍGENA

Durante considerável período restrita apenas ao tangível e ao palpável, a devida compreensão acerca do quão abrangentes são as expressões culturais humanas somente foi ampliada em 1985, com a Declaração do México (UNESCO, 1985), representando evolução do pensamento jurídico-social e expandindo a ideia de patrimônio para além do conceito material ao contemplar, também, os bens imateriais e intangíveis. Inaugurava-se, assim, a chamada terceira fase protetiva do patrimônio cultural (SANTANA; OLIVEIRA, 2005).

Sendo referência às nações, no Brasil, guiou o artigo 216 da Constituição Federal de 1988, que abrange a natureza mista dos bens culturais, “portadores de referência à identidade,

à nação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira", incluindo no rol de bens destinados à tutela do Estado as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas e os espaços afins, destinados às manifestações artístico-culturais coletivas (SILVA apud SAAB; GUTIERREZ, 2018).

Acrescente-se que o documento internacional supramencionado, além de outros posteriores, culminou para o que, hoje, temos como o mais amplo conceito de "patrimônio cultural imaterial", trazido pela Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, da qual o Brasil é signatário (SILVA, 2007). Seu artigo 2° expõe, *in litteris*:

> Entende-se por "patrimônio cultural imaterial" as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana. Para os fins da presente Convenção, será levado em conta apenas o patrimônio cultural imaterial que seja compatível com os instrumentos internacionais de direitos humanos existentes e com os imperativos de respeito mútuo entre comunidades, grupos e indivíduos, e do desenvolvimento sustentável (UNESCO, 2003).

Isso posto, todo agrupamento humano está propenso a herdar, construir e legar patrimônio cultural, seja em sua acepção material ou imaterial. Dentre os muitos grupos que formam esse cenário, destacamos a cultura indígena e a herança por ela mantida, também constituintes da identidade da nação brasileira, por tantas cores formada.

Não se restringindo apenas a seu *habitat*, a expressão da cultura indígena integra a totalidade do patrimônio cultural brasileiro e nele se reflete de diversas formas, desde o amplo uso de expressões linguísticas próprias (seja compondo os dialetos característicos da região Norte ou figurando os nomes de bens públicos), até a assimilação das artes no geral e culinárias típicas. Ainda assim, durante todo o processo histórico de formação do país, tal arcabouço cultural manteve-se sob ameaça e, não obstante os tímidos avanços obtidos por meio do reconhecimento de seus direitos pela Carta de 1988, frequentemente volta a ser assombrado por posturas políticas que guardam vínculos com o passado.

2 A POSTURA BRASILEIRA DIANTE DA PANDEMIA: MEDIDAS GOVERNAMENTAIS RELATIVAS À POPULAÇÃO INDÍGENA

A fala na reunião ministerial de 22 de abril de 2020 do até então Ministro da Educação, Abraham Weintraub, sobre o ódio ao termo “povos indígenas” reflete bem a agenda anti-indigenista do governo, que cumpre à risca suas promessas eleitoreiras de desmonte dos órgãos de fiscalização ambiental e de proteção dos referidos povos. Isso posto, destaque-se que as falhas e omissões do Estado brasileiro no combate à pandemia deram ao Brasil a vexatória vice liderança nas estatísticas de países com maior número de casos e maior número de óbitos causados pelo novo Coronavírus (EL PAÍS, 2020), fato este que, por razões sociais, históricas, econômicas e logísticas, atinge drasticamente também à população indígena.

Evidencia-se, conforme análise da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) e do Instituto de Pesquisa da Amazônia (IPAM), as taxas de mortalidade e de infecção pela Covid-19 entre os indígenas, respectivamente, 150% e 84% maiores do que suas médias nacionais (O GLOBO, 2020). Há de se ressaltar, ainda, a subnotificação de seus casos mediante dados oficiais, tendo em vista que, como registrado no último boletim epidemiológico da Secretaria Especial da Saúde Indígena (SESAI), até 29 de julho foram contabilizados 15.013 casos e 276 óbitos, enquanto que no mais recente levantamento independente feito pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib), atualizados na mesma data, foram 19.773 os casos confirmados e 590 indígenas mortos pela doença, tendo esta atingindo 145 povos.

Após questionamentos por parte do Ministério Público Federal (MPF), o Ministério da Saúde elaborou, em 17 de março, o Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo Coronavírus em Povos Indígenas, duramente criticado pelas entidades desses povos, posto que “além de formulado sem qualquer participação dos povos indígenas [...] é absolutamente vago, sem medidas concretas, e não vem sendo operacionalizado de forma minimamente adequada” (STF, 2020).

Diante de sua insuficiência, o Ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), determinou, em julgamento da ADPF nº 709, ajuizada pela Apib e outros seis partidos políticos, que o Governo Federal adote uma série de providências para fins de conter o avanço da Covid-19 na população indígena, dentre elas: criação de barreiras sanitárias; retiradas dos invasores das terras indígenas; acessibilidade aos serviços do Subsistema

Indígena de Saúde a todos os indígenas aldeados, independentemente da homologação ou não de suas reservas; e a elaboração e monitoramento com a participação das comunidades indígenas de um Plano de Enfrentamento da COVID-19 para os Povos Indígenas Brasileiros.

No mesmo dia, foi sancionada a Lei nº 14.021, de 7 de julho de 2020 estabelecendo o Plano Emergencial para Enfrentamento à Covid-19 nos Territórios Indígenas, contando, contudo, com graves vetos relativos à obrigatoriedade de fornecimento de água potável, materiais de higiene e distribuição gratuita de alimentos às aldeias; a facilitação do acesso ao auxílio emergencial; a liberação de verba emergencial à saúde indígena; a elaboração de materiais informativos sobre a doença; entre outros (SENADO NOTÍCIAS, 2020).

3 UMA DETERIORAÇÃO MULTIFACETADA: CONSEQUÊNCIAS DA POSTURA DO GOVERNO FEDERAL

De antemão, tornam-se nítidas todas as nuances que permitem afirmar ser a postura do Poder Público intensamente incondizente aos direitos dos povos indígenas legalmente previstos. A indevida conduta estatal diante da pandemia permite que tal contexto intensifique uma indiferença institucional que transparece pela violação de inúmeras previsões da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto do Índio, de 1973.

Pelo conteúdo do artigo 5º do último diploma legislativo ao qual se fez menção, estabelece-se serem aplicados aos índios ou silvícolas aquelas normas contidas nos artigos 145 e 146 da Constituição Federal, referentes à nacionalidade e à cidadania (BRASIL, 1973). Em assim sendo, o inegável *status* de cidadãos aos sujeitos componentes de tais povos não poderia representar outro efeito prático imediato que não lhes atribuir os variados direitos sociais (CARVALHO, 2004), dentre os quais, o direito à saúde. Ademais, faça-se menção aos cruciais preceitos relativos à devida manutenção das terras de suas populações elencados ao longo do *caput* e parágrafos do art. 231, CF/88, notadamente também inobservados pelas medidas governamentais mal sucedidas e insatisfatórias.

Não obstante, sob uma outra perspectiva, conforme abordagem anterior, igualmente crucial à devida consecução das finalidades da República Federativa do Brasil, encontra-se o dever de salvaguardar pela memória coletiva, elemento imprescindível à identificação do

patrimônio cultural. Dessarte, quando situamos o patrimônio cultural imaterial no âmbito indígena, temos uma manifestação que lhes é própria e conserva sua identidade étnica, assegurando a existência de seus grupos. Uma vez que essa população possui uma tradição pautada principalmente pela oralidade e transmissão de saber por pessoa a pessoa, o seu viver já constitui cultura (AGUILERA URQUIZA; NASCIMENTO, 2013).

De tal maneira, evidencia-se que o desprezo pelas medidas que o contexto pandêmico urgentemente demanda, sobretudo no que diz respeito a um grupo que historicamente requer atenção *sui generis* em questões a ele atreladas, extrapola em muito "mero" dano momentâneo e presente. Muito pelo contrário, importa mencionar que o "ser" indígena, configurando-se enquanto relevante elemento da memória histórica do Brasil, mostra-se como uma de suas variadas faces, de modo que, quando um jaz ameaçado, o outro também se mostra comprometido.

CONCLUSÃO

Diante da situação descrita, as incessantes falhas do Governo Federal brasileiro em suas medidas de enfrentamento à pandemia no que tange às populações indígenas evidenciam que, dada a já abordada e inegável relação destas com o que constitui o patrimônio cultural imaterial nacional, este último se encontra igualmente em face de eminente e irremediável degradação.

Isso posto, lamentavelmente, importa destacar que, persistindo tamanha má gestão por parte do Poder Público, a pandemia provocada pelo Coronavírus pode resultar em graves e irreparáveis danos não "apenas" às tribos indígenas em sua acepção momentânea, mas também a seu legado geracional que em muito transpõe uma cultura isoladamente considerada. Em verdade, esta carrega consigo elementos significativos a toda a nação brasileira, a quem tanto parece custar reconhece-la e valoriza-la pelos olhos do zelo e da estima.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA SENADO. **Bolsonaro sanciona com vetos lei para proteger indígenas durante pandemia**. 8 jul. 2020. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2020/07/08/bolsonaro-sanciona-com-vetos-lei-para-proteger-indigenas-durante-pandemia>. Acesso em: 28 jul. 2020.

AGUILERA URQUIZA, Antonio H.; NASCIMENTO, Adir Casaro. **Povos indígenas e as questões da territorialidade**. In: AGUILERA URQUIZA, Antonio H. (Org.). Culturas e história dos povos indígenas em mato Grosso do Sul. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2013.

APIB. **Panorama Geral da COVID-19.** [2020]. 1 gráfico. Disponível em: <http://emergenciaindigena.apib.info/dados_covid19/> Acesso em: 20 jul. 2020.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

ICOMOS. Conferência Mundial Sobre as Políticas Culturais. México. 1985. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Declaracao%20do%20Mexico%201985.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2020.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Boletim Epidemiológico da SESAI**. Disponível em:<https://saudeindigena.saude.gov.br/corona>. Acesso em: 29 jul. 2020.

_____. **Plano de Contingência Nacional para Infecção Humana pelo novo Coronavírus (COVID-19) em Povos Indígenas**. Brasília, Março de 2020. Disponível em: <http://docs.bvsalud.org/biblioref/2020/04/1095139/plano_de_contingencia_da_saude_indigena_preliminar.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2020.

NOGUEIRA, Daniela Saab. GUTIERREZ, José Paulo. **Apontamentos acerca do patrimônio cultural imaterial indígena no ordenamento jurídico**. Revista DIREITO UFMS. Campo Grande, v.4, n.2, p.142-159, jul/dez. 2018.

OLIVEIRA, Joana. Brasil salta de quinto a segundo país com mais mortos por coronavírus no mundo em duas semanas. **El País**. São Paulo, 12 jun. 2020. Disponível em:<https://brasil.elpais.com/brasil/2020-06-13/brasil-salta-de-quinto-a-segundo-pais-com-mais-mortos-por-coronavirus-no-mundo-em-duas-semanas.html>. Acesso em: 28 jul. 2020.

SANTANA, Luciano Rocha. OLIVEIRA, Thiago Pires. **O patrimônio cultural imaterial das populações tradicionais e sua tutela pelo direito ambiental**. In: 9° Congresso Internacional de Direito Ambiental, 9, 2005, São Paulo, SP. Anais: Paisagem, Natureza e Direito. São Paulo: Instituto O Direito Por Um Planeta Verde, 2v, 2005, p. 217-237.

SETUBAL, Yasmin. Covid-19: Taxa de mortalidade entre os indígenas da Amazônia Legal é 150% maior do que a média nacional, aponta estudo. **O Globo**. 22 jun. 2020. Disponível em:<https://oglobo.globo.com/sociedade/covid-19-taxa-de-mortalidade-entre-os-indigenas-da-amazonia-legal-150-maior-do-que-media-nacional-aponta-estudo-24492819>. Acesso em: 29 jul. 2020.

SILVA, Daisy Rafaela da. **A tutela do Patrimônio Cultural Imaterial no Direito Ambiental Brasileiro**. Dissertação de Mestrado em Direito. Santos: Universidade Metropolitana de Santos, 2007a.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 709/2020.** Disponível em:<https://www.jota.info/wp-content/uploads/2020/06/adpf-apib-compressed.pdf>. Acesso em: 29 jul. 2020.

UNESCO. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial**. Paris. 2003. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/ConvencaoSalvaguarda.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2020.

VIVAS, Fernanda; FALCÃO, Márcio. Barroso manda governo adotar medidas para evitar morte de indígenas por coronavírus. **G1**. 8 jul. 2020. Disponível em:<https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/07/08/barroso-determina-medidas-que-governo-deve-adotar-para-evitar-morte-de-indigenas-por-coronavirus.ghtml>. Acesso em: 28 jul. 2020.

IX Encontro Internacional de Direitos Culturais
9th International Meeting on Cultural Rights
Direitos Culturais: Impactos da Pandemia
Cultural Rights: Impacts of the Pandemic
05 A 09 DE OUTUBRO
ISSN-e 23169982

ENSINO JURÍDICO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NAS PÓS-GRADUAÇÕES *STRICTO-SENSU* EM DIREITO NO BRASIL

I LEGAL EDUCATION OF CULTURAL HERITAGE IN STRICTO-SENSU GRADUATES IN LAW IN BRAZIL: MASTERS

Autoras: Claudia Borgheti[97] e Luana de Carvalho Silva [98]

RESUMO

O presente trabalho visa analisar o "estado da arte" do ensino jurídico sobre o Patrimônio Cultural em Pós-Graduações *Stricto Sensu* no Brasil. Trata-se de uma pesquisa em início, que visa a elaboração de uma dissertação de mestrado vinculada ao Grupo de Estudos PODE: Patrimônio Cultural, Direito, Desenvolvimento e Inovação. O objetivo é realizar um mapeamento dos Programas de Pós-Graduação que ofereçam disciplinas em seus currículos cujos conteúdos versem sobre questões de Patrimônio Cultural e/ou Direitos Culturais. Para tanto, está sendo realizado um levantamento junto aos cursos de mestrado em Direito, acadêmicos e profissionais, dos currículos aplicados. O trabalho metodologicamente sustenta-se por meio de pesquisas bibliográficas e da análise do discurso. A partir deste levantamento, uma discussão sobre a disciplinaridade e interdisciplinaridade dos conteúdos curriculares nas Pós-Graduações jurídicas é pertinente, em especial, apoiada pelos estudos sobre o Patrimônio Cultural e os Direitos Culturais.

Palavras - Chaves: Ensino Jurídico. Patrimônio e Direito Cultural. Currículo. Universidades Públicas e Privadas.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

The present work aims to analyze the "state of the art" of teaching the law on Cultural Heritage in Stricto Sensu Postgraduate courses in Brazil. This is an initial research, which aims to prepare a master's dissertation linked to the PODE Study Group: Cultural Heritage, Law, Development and Innovation. The objective is to map Postgraduate Programs that offer subjects in their curricula whose contents deal with issues of Cultural Heritage and / or Cultural Rights. To this end, a survey is being carried out with the Masters of Law courses, academic and professional, of the applied curricula. The

[97]Possui graduação em Ciências- Licenciatura Plena pela UPF. Graduação em Direito pela UNISINOS. Pós-graduação em Direito do Trabalho e Processual do Trabalho pela UNIASSELVI/Verbo Jurídico. Atualmente atua como advogada. É mestranda no curso de Pós- Graduação Stricto Sensu da UNIVILLE-SC, intitulado Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade.

[98] Professora do Curso de Graduação e Pós-Graduação em Direito e do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da Universidade da Região de Joinville- UNIVILLE. É Pós-Doutora em Direito pela Universidade de Coimbra e Centro de Estudos em Direitos Humanos - Ius Gentium Conimbrigae - na área de Democracia e Direitos Humanos (2013), com Mestrado (2008) e Doutorado em Direito do Estado pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal do Paraná (2012).

methodological work is supported by bibliographic research and discourse analysis. Based on this survey, a discussion on the disciplinary and interdisciplinary nature of the curricular content in Postgraduate Law courses is relevant, in particular, supported by studies on Cultural Heritage and Cultural.

Keywords: Legal Education. Heritage and Cultural Law. Curriculum. Public and Private Universities.

INTRODUÇÃO

A presente comunicação pretende realizar um levantamento da atual conjuntura do ensino do Patrimônio Cultural e dos Direitos Culturais em nível das Pós-Graduações em Direito, especificamente em Cursos de Mestrado de Universidades Públicas e Privadas do Brasil, no período de 2010 a 2020. O objetivo é problematizar como o ensino jurídico pode impactar na formação e na consolidação do campo da pesquisa do Patrimônio Cultural e dos Direitos Culturais nos cursos jurídicos no país.

Nesse sentido, a questão central desta comunicação é apresentar as bases de uma futura pesquisa exploratória sobre os currículos das Pós-Graduações em Direito do Brasil que no período estudado oportunizam conteúdos relacionados com o Patrimônio Cultural e os Direitos Culturais. Isso se mostra relevante, em face de uma das funções da Pós-graduação no Brasil estar relacionada com a formação de professores para lecionar em cursos de Graduação, preconizado pelo Parecer CFE 977 de 1965, conhecido como o "marco legal de definição da Pós-Graduação Stricto Sensu no Brasil.

Deste modo, convém ressaltar, de acordo com a síntese atualizada do Parecer que consta no site da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES (2020, p.1) que:

> São três os objetivos práticos que justificam a necessidade do oferecimento de mestrados e doutorados eficientes e de alta qualidade:
>
> 1.formação de professorado competente que possa atender a demanda no ensino básico e superior garantindo, ao mesmo tempo, a constante melhoria da qualidade;
>
> 2.estimular o desenvolvimento da pesquisa científica por meio da preparação adequada de pesquisadores;
>
> 3.assegurar o treinamento eficaz de técnicos e trabalhadores intelectuais do mais alto padrão para fazer face às necessidades do desenvolvimento nacional em todos os setores.

Em consonância com este parecer está o documento da CAPES , Orientações para Avaliação para Proposta de Cursos Novos (2016), que aponta as diretrizes para a proposição de novo curso (Mestrado) na área do Direito e reitera que a proposição de novo curso "deve observar os seguintes parâmetros: a) em todos os âmbitos da atividade própria da pós-graduação–pesquisa, orientação e ensino [...] o propósito precípuo de sua especialidade , a saber, formar bons docentes e pesquisadores".

Este resumo constitui-se em um trabalho inicial que visa à produção de uma dissertação de mestrado no intuito de fazer mapeamento dos Programas de Pós-Graduações que ofereçam disciplinas em seus currículos cujos conteúdos versem sobre questões de Patrimônio Cultural e/ou Direitos Culturais.

Convém notar, outrossim, que o Patrimônio Cultural e os Direitos Culturais permeiam não somente cotidiano dos cidadãos, como também na conjuntura atual é foco de estudo em diversos cursos de Pós-graduação *Stricto Sensu* nas universidades públicas e particulares do Brasil. Isso ocorre em convergência com a Constituição Federal de 1988, que, em seu artigo 215 preconiza "que o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais" (CFB,2020 p.170). É o que a doutrina chama de princípio da cidadania cultural. O § 1º do mesmo artigo estipula que o Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros entes participantes do processo civilizatório nacional. Ademais, conforme § 2º, a lei determinará e a definição de datas comemorativas de alta relevância para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

Por sua vez, a definição de patrimônio cultural brasileiro está inserida na normativa constitucional no seu artigo 16:

> Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem:
> I- as formas de expressão;
>
> II- os modos de criar, fazer e viver [...] (CFB, 2020, p.170-171)

Este artigo da Constituição Federal define que um dos significados da inserção destes conceitos tem como atributo não apenas ser um avanço jurídico, no sentido de inovação, mas apresenta um novo paradigma, pois consolida o uso do termo patrimônio cultural, gerando novas formas de proteção como o registro e o inventário, proporcionando a inovação.

Outro direito cultural previsto no artigo 216 § 3° inciso "d" e relevante para o objeto de pesquisa em questão, refere-se ao fato de a Constituição definir que "a lei estabelecerá incentivos para a produção e o conhecimento de bens e valores culturais", o que tem sido assegurado por meio da Lei Rouanet e outros mecanismos e instrumentos de incentivo.

A Constituição Federal de 1988 somente passou a prever de forma expressa um plano nacional de cultura nos moldes do estabelecido para a educação com a Emenda Constitucional nº 48/2005, sob a justificativa de que a cultura é elemento definidor da identidade nacional, além de ser também vetor indispensável ao desenvolvimento socioeconômico do país.

Na contemporaneidade, o Brasil passa por um complicado momento de bipartição social, econômica, sanitária e de polarização política. Indubitável é que os direitos culturais são constitucionalizados, por isso são direitos fundamentais, mas passam por um estado de precarização. Posta assim, a questão é de se dizer que os sistemas culturais servem como um grande e significativo ativo, porque quando tudo falha, o que dá sustentação à civilização são os sistemas culturais, porque são direitos humanos e possuem a função social de possibilitar a promoção da dignidade humana e da justiça social.

Desta forma, para que haja efetividade no exercício da cidadania cultural de modo livre e ético, é relevante a investigação de como os cursos de pós-graduações abordam esse tema em seus currículos, no sentido de constituí-los como um elemento de valor. O ensino do direito cultural e da valorização do patrimônio cultural garante aos mestrandos, que são os agentes de ensinos dos cursos de graduação, o conhecimento adequado para que possam transmitir aos seus graduandos a compreensão de que eles são os verdadeiros sujeitos de direito.

No Projeto de Pesquisa, objetiva-se traçar um diagnóstico em nível macro sobre o ensino jurídico do patrimônio cultural nas pós-graduações *stricto-sensu* em direito no Brasil: Mestrado. A investigação abrangerá todo o território nacional, contemplando universidades públicas e privadas. No Brasil, o universo dos programas de pós-graduação na área do Direito é vasto, a CAPES (2020a) registra 109 (cento e nove) Mestrados Acadêmicos e 20

Acadêmicos de Pós-graduação *strictu sensu* na área do Direito, totalizando 129 cursos que serão investigados.

METODOLOGIA

A metodologia proposta é a análise de natureza qualitativa do discurso dos conteúdos curriculares das disciplinas, e, também será trabalhado com a pesquisa bibliográfica e documental.

Insta, ainda, observar que se buscarão palavras-chaves e expressões dentro das disciplinas ofertadas pelos programas, fazendo algumas distinções em categorias que poderão ser criadas de antemão, tais como: Cultura e Direitos Culturais na dimensão filosófica e antropológica; Direitos Culturais como Direitos Humanos e Fundamentais; Direitos Culturais, Memória, Patrimônio Cultural Imaterial e Preservação de Saberes do Patrimônio.

Num primeiro momento, será utilizado, principalmente, o banco de dados da própria CAPES, que reúne informações fornecidas pelos programas de pós-graduação *stricto-sensu* em Direito para efeitos de sua avaliação. Contudo, também será pesquisado nos sites das próprias instituições e será realizada uma entrevista com coordenadores dos referidos programas.

Como haverá de se verificar, algumas questões aparecerão quando iniciado o levantamento nos programas de Mestrado em Direito das universidades públicas e privadas, e forem definidas as categorizações. A relevância da análise do discurso está em questionar os sentidos determinados em diversas formas de produção, que poderão ser verbais ou não verbais, necessitando que sua tangibilidade produza significados para a interpretação, podendo essa ter interface com séries textuais (orais ou escritas) ou imagens (gráficos).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na atual conjuntura brasileira, o currículo, implementado no final do século XVI, tornou-se um elemento de poder, como bem afirma Veiga-Neto (1998,p.145):

> Sem exagero pode-se dizer que o currículo funcionou como o principal artefato escolar envolvido com a fabricação do sujeito moderno. Como parte importante da *episteme* da ordem e da representação, a máquina currículo foi uma das condições de possibilidade para essa forma moderna de *ser* e de *estar no mundo* que se estabeleceu a partir do renascentista.

A análise do currículo possibilita pesquisas de compreensão do patrimônio cultural e dos direitos culturais compreendidos como sendo aqueles relacionados às artes, ao fluxo de saberes e à memória coletiva. O currículo garante a seus detentores a aprendizagem e o uso do passado, intervenção proativa na atualidade, almejando à dignidade humana. Em virtude destas considerações surge a indagação: Como o currículo pode ser instrumento de poder nas relações entre o Direito e o Patrimônio Cultural?

De que maneira a interdisciplinaridade está inserida nos currículos dos cursos de pós-graduação *stricto sensu*, na área de Direito, e de que modo sua inserção se apresenta na formação do aluno, contribuindo para a resolução de problemas da realidade humana que envolvem sua relação com o patrimônio Cultural e o Direito Cultural ?

CONCLUSÃO

Em vista de tudo o que foi exposto, salienta-se que esta é ainda é uma pesquisa em andamento, e que não há conclusões no momento, apenas hipóteses a serem percorridas. A principal contribuição deste mapeamento é possibilitar a compreensão de como pode ser promovida a capilarização do ensino do patrimônio cultural e dos direitos culturais nas Pós-Graduações *Stricito-Sensu* em Direito no Brasil.

Deste modo, é necessário discutir o currículo, a disciplinaridade e seus imbricamentos. Como o currículo será elemento de análise, cumpre examinar como ele se revela como instrumento de discurso do poder refletido nos comportamentos adotados em programas de pós-graduações de Direito. Com referência nas teorias de Foucault (1986, 2005, 2006, 2007, 2008, 2010), é possível reconhecer o currículo e o conhecimento como instrumentos de poder presentes nas universidades públicas e privadas, pois o conhecimento é um elemento de poder, assim, no currículo são definidos os conteúdos , mais politicamente ativos e que mobilizam mais força, incluindo poderes institucionais, de pesquisa, de verba, de capital simbólico, do “senso comum douto”.

Posta assim, a questão é de se dizer que também é de extrema relevância o estudo sobre a disciplinaridade e a interdisciplinaridade dos conteúdos curriculares referentes ao Patrimônio Cultural nos cursos de pós-graduação *stricto sensu* em Mestrado em Direito no Brasil, a fim de investigar se a interdisciplinaridade pode ser um meio de organização do conhecimento, se ela é um método de trabalho no currículo do Direito e na ciência em geral e como pode ser desenvolvido o trabalho científico.

Em virtude destes apontamentos o Patrimônio Cultural e os Direitos Culturais podem oportunizar a discussão da interdisciplinaridade no interior de uma área que preserva um capital disciplinar (poder curricular muito grande) e nisso reside a importância do mapeamento do ensino jurídico destes conteúdos nas Pós-Graduações *Stricto-Sensu*.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federativa de 1998**. Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal,1998.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parecer CES/CFE n. 977, de 3 de dezembro de 1965**. Disponível em:<http://capes.gov.br/images/stories/download/avaliacao/avaliacaon/Parecer-977-1965.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2020.

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento do Nível Superior. **Mestrado e doutorado:** o que são? Disponível em:<https://capes.gov.br/avaliacao/sobre-a-avaliacao/mestrado-e-doutorado-o-que-sao>. Acesso em: 28 jul.2020.

_____**Requisitos para a Apresentação de Cursos Novos (APCN**)-2016. Área de avaliação Direito, Brasília, 2016, p.3, Disponível em: <https://capes.gov.br/images/documentos/Documentos_de_area_2017/26_DIRE_docarea_2016.pdf>. Acesso em:30 jul.2020.

FOUCAULT**,** Michael**. Vigiar e punir:** nascimento da prisão. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____ **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.

_____. Poder e saber**.** In: MOTTA, M. B. (Org.). **Ditos e escritos IV**. Michel Foucault: estratégias do poder-saber. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006

_____**As palavras e as coisas**. 9. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

_____**A ordem do discurso**. 16. ed. São Paulo: Loyola, 2008.

_____ **Microfísica do poder**. São Paulo: Graal, 2010.

VEIGA-NETO, Alfredo. Crise da modernidade e inovações curriculares: da disciplina para o controle**.** In: **Anais do XIV Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino**. Trajetórias e processos de ensinar e aprender: sujeitos, currículos e culturas. Porto Alegre: PUC/RS, 2008, p. 35-58.

IX Encontro Internacional de Direitos Culturais
9th International Meeting on Cultural Rights
Direitos Culturais: Impactos da Pandemia
Cultural Rights: Impacts of the Pandemic
05 A 09 DE OUTUBRO
ISSN-e 23169982

INTERCULTURALIDADE E JUSTIÇA INDÍGENA NO EQUADOR: um olhar sobre o caso *La Cocha*

INTERCULTURALIDAD Y JUSTICIA INDÍGENA EN ECUADOR: una mirada al caso de La Cocha

Amanda Oliveira de Sousa[99]
Diana Melissa Ferreira Alves Diniz[100]
Magna Rodrigues Oliveira[101]

RESUMO

O presente estudo objetiva investigar a noção de interculturalidade no plano da experiência constitucional equatoriana, a problematizando através da análise do caso da comunidade indígena *La Cocha* (2010). Trata-se de um trabalho histórico-jurídico, orientado pelo método dialético e que fez uso preponderante da pesquisa bibliográfica. Discute-se como a interculturalidade é um conceito contraposto a uma ordem jurídica monista que não reconhece a diversidade regional, étnica e racial. Em seguida, se debate como tal noção foi apropriada pela Constituição do Equador de 2008, com foco no reconhecimento da autonomia da justiça indígena. Após, trata-se do conflito entre a interculturalidade ideal e o que ocorre na prática, ao se analisar o caso *La Cocha*, no qual a justiça indígena e a justiça ordinária entraram em atrito. Ao fim, verifica-se que ainda persiste um distanciamento entre norma constitucional e realidade, identificando-se, nesta última, resistências da ordem jurídica hegemônica ao aprendizado intercultural.

Palavras-chave: Interculturalidade. Equador. Justiça Indígena. *La Cocha.*

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

Este estudio tiene como objetivo investigar la noción de interculturalidad en la experiencia constitucional ecuatoriana, problematizándola a través del análisis del caso de la comunidad indígena La Cocha (2010). Se trata de uno estudio histórico-jurídico, guiado por el método dialéctico y en lo que predomina la investigación bibliográfica. Se analiza cómo la interculturalidad es un concepto opuesto a un orden jurídica monista que no reconoce la diversidad regional, étnica y racial. A continuación, se debate cómo se apropió este concepto la Constitución del Ecuador de 2008, centrándose en el reconocimiento de la autonomía de la justicia indígena. Luego, se trata el conflicto entre la interculturalidad ideal y lo que está sucediendo en la práctica, cuando se analiza el caso de La Cocha, en el que la justicia indígena y la justicia ordinaria entraron en fricción. Al final, se puede ver que todavía existe una distancia entre las normas constitucionales y la realidad, identificando en esta última la resistencia del ordenamiento jurídico hegemónico al aprendizaje intercultural.

[99] Mestranda em Direito pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Especialista em Direito Constitucional pela Universidade Regional do Cariri (URCA). E-mail: oliveiraamanda482@gmail.com.

[100] Mestranda em Direito pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Especialista em Direito Penal e Criminologia pela Universidade Regional do Cariri (URCA). E-mail: dinizmelissa_prof@outlook.com.

[101] Mestranda em Direito pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA). Especialista em Direito do Consumidor pela Universidade Cândido Mendes (UCAM). E-mail: magrodriguesoliv@gmail.com.

Palabras clave: Interculturalidad. Ecuador. Justicia indígena. La Cocha.

INTRODUÇÃO

Os conflitos socioculturais, desde a colonização, cingiram-se à margem do constitucionalismo, o que leva a contradições quanto à real efetivação dos direitos fundamentais dentro da concentração jurisdicional do direito ordinário estatal. O quadro de apatia política quanto a diversidade cultural se enfraqueceu ante os levantes populares das comunidades tradicionais, como os povos indígenas. Nesta senda, alguns poderes constituintes perceberam a necessidade de vislumbrar outra concepção de justiça, baseada no valor da interculturalidade, normatizando a escuta dialógica entre o sistema jurídico estatal e a justiça indígena. Assim, o presente trabalho se pretende a traduzir tais tensões culturais, de modo a compreender a efetividade de normas dialógicas e interculturais, ante a sua aplicação por uma cultura hegemonicamente dominante, através do caso equatoriano da comunidade *La Cocha* (2010).

METODOLOGIA

O estudo, de natureza essencialmente jurídico-histórica, foi desenvolvido através do raciocínio dialético e construído recorrendo-se ao estudo de dispositivos da Constituição do Equador (2008) a fontes secundárias (bibliográficas), sendo nortes teóricos estudos como os de Boaventura de Sousa Santos e Ramiro Ávila Santamaría. Dentro dessas bases metodológicas, elaborou-se o estudo de caso ora proposto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A cultura, que significa “cultivar”, está intrinsicamente ligada ao processo de cultivo da construção da identidade humana, pautada no sentimento de pertença entre indivíduos que se tornam, na grande maioria, semelhantes dentro da própria organização das relações sociais. Nessa construção do “Eu”, o filósofo Emmanuel Lévinas aborda que é preciso considerar a participação do “Outro” como determinante nesse processo, permitindo uma disponibilidade individual da existência para a entrada daquele que é diferente, o que resulta no exercício da alteridade (LÉVINAS, 1993).

A positivação dos Direitos Humanos em 1948, que representa um marco jurídico internacional quanto as necessidades humanas no contexto da dignidade, foi celebrada nos moldes da cultura ocidental hegemônica, o que acabou impronunciando culturas dos povos tradicionais, como a das comunidades indígenas. Assim, tal priorização das liberdades

individuais, em face dos direitos coletivos e culturais, difere de outras vertentes sobre dignidade humana, como a centralidade do equilíbrio entre natureza e humanidade, a qual representa apenas uma parte de um todo transcendente (OLIVEIRA, 2019).

Nesse ínterim, a inteculturalidade, termo que representa o diálogo entre a diversidade de culturas, vem se tornando um debate frequente nas ciências humanas, sobretudo, quando há um conflito sociocultural que coloca em xeque a legitimidade do discurso universal dos direitos humanos. Conforme preconiza Boaventura de Sousa Santos, todas as culturas são necessariamente incompletas, porque se assim não fossem, não haveria a diversidade cultural, mas a existência de uma só cultura. Desse modo, o autor traz a hermenêutica diatópica como um método de diálogo intercultural, ao buscar o intercâmbio entre as culturas, a fim de que haja a compreensão gradativa de suas incompletudes (SANTOS, 2003).

Todavia, o que se observa no âmbito prático é a marginalização do conhecimento não-científico das culturas subordinadas pela colonização, sobretudo, das comunidades indígenas, as quais tiveram as suas necessidades silenciadas pelo direito ordinário estatal, ainda que existente o seu próprio sistema de justiça. Nesta senda, Boaventura discute a existência de um "homicídio de um conhecimento local", observando a imposição, pela hegemonia eurocêntrica, de uma série de direitos e deveres às comunidades distintas quanto aos seus processos de identidade cultural. (SANTOS, 2006, p. 86).

Nessa perspectiva, surge o pluralismo jurídico como alternativa crítica ao sistema neoliberalista da norma estatal, o qual vem se mostrado inadequado para atender efetivamente os conflitos socioculturais. Segundo dialoga Wolkmer, a abertura para a juridicidade múltipla é urgente e necessária para a emancipação dos direitos fundamentais e da igualdade substancial, devendo levar em consideração os princípios e regras exteriores ao direito estatal, como os saberes ancestrais e costumeiros (WOLKMER, 2001).

Em matriz constitucional, a interculturalidade ganhou maior notoriedade na experiência equatoriana de refundação das bases do Estado. Tal experiência se expressou em meio a um processo de manifestação da vontade das classes populares junto às instâncias de poder político. Passa-se a se falar sob a perspectiva de um constitucionalismo transformador, construído "*desde abajo*", e diametralmente oposto ao padrão do constitucionalismo clássico europeu que, tradicionalmente, inviabiliza diferenças de ordem étnica e cultural e se impõe como homogêneo, com instituições centralizadas e dotadas de uma coercitividade indiferente

à diversidade regional e que não reconhece outras formas de organização social que não as desenhadas pelo colonialismo (SANTOS, 2014).

Em um cenário marcado pelo insucesso de políticas neoliberais, pela descrença com as instituições e por levantes indígenas e outras articulações sociais, em um desenrolar de acontecimentos, foi aprovada, por consulta popular, da Constituinte de 2007-2008. Nela, em um espaço de mobilização de pautas que levantaram a necessidade de uma reforma institucional contra hegemônica, se formulou a Constituição de Montecristi (MALDONADO, 2019).

A interculturalidade, estampada no preâmbulo e logo no artigo 1º do texto constitucional (Estado intercultural), é um fundamento que atravessa toda a Constituição e condiciona a leitura de todos os demais dispositivos, significando: o reconhecimento dos aspectos coloniais e de diversidade que demarcam a história do país; a necessidade de um intercâmbio que promova a aprendizagem intercultural e; a capacidade de modificar a realidade através desses diálogos (SANTAMARÍA, 2016).

É lido sob o aspecto da interculturalidade que pode ser interpretado o reconhecimento da autonomia da justiça indígena, com suas tradições encentrais próprias de administração de conflitos. Formalmente, a Constituição equatoriana, em seu art. 171, garante o exercício de funções jurisdicionais pelos povos e nacionalidades indígenas, sem que isso conflite com a Constituição ou com direitos humanos consagrados em documentos internacionais (ECUADOR, 2008). A prática, porém, não necessariamente converge com o plano da norma.

É o que pontua Santos (2012) quando destaca que, enquanto a Constituição prescreve um espectro de *convivialidad* (um tipo ideal de relacionamento no qual justiça indígena e justiça ordinária convivem harmonicamente, se respeitam e agregam contribuições uma da outra), a realidade materializa-se de forma bem mais conflituosa. Aqui, se observarão essas tensões a partir da análise do caso *La Cocha*.

É preciso lembrar que o reconhecimento jurídico da interculturalidade cria obrigações e desafios que vão além da alusão aos princípios e requer atribuição de sentidos político e histórico às instituições. Trata-se de um processo de diálogo por meio da relação horizontal entre culturas, com a eliminação de dualismos e hierarquias. É nesse panorama que a justiça

indígena tem muito a ensinar a justiça ordinária, pois mostra possibilidades que podem contribuir para descolonizar o imaginário e a práxis dominantes (SANTAMARÍA, 2016).

Em 2010, a comunidade indígena *kichuwa "La Cocha",* situada na província de Cotopaxi, região da Serra Central do Equador, vivenciou um caso emblemático que contou com resolução nas duas esferas, a indígena e a estatal, havendo pronunciamento da Corte Constitucional sobre o ocorrido. Durante as celebrações de uma festa comunitária, deu-se uma discussão entre um homem e cinco jovens da comunidade Guantopolo. Horas mais tarde, encontrou-se o cadáver do homem no parque da comunidade.

As autoridades indígenas logo se reuniram para resolver o caso, convocando a assembleia e a comunidade. O julgamento contou com cerca de cinco mil pessoas, que discutiram e ofereceram sugestões, condenando os jovens. O procedimento durou cerca de dez horas e foi registrado em ata. As sanções consistiram indenizar a família da vítima, não frequentar festas comunitárias por dois anos, dar uma volta em praça pública nus e carregando uma pedra, pedir perdão à família e à assembleia, tomar banho com água de urtiga por 40 minutos e receber conselhos dos dirigentes, além de prestar serviços comunitários por cinco anos (SANTAMARÍA, 2016).

Ocorre que os meios de comunicação passaram a divulgar notícias sensacionalistas projetando uma ideia de selvageria da justiça indígena, fazendo todo o país se mobilizar. As autoridades estatais, diante disso, "resgataram" os jovens, que foram presos e processados penalmente, processando também os chefes indígenas por sequestro e maus tratos contra aqueles. Embora tenha havido julgamento do homicídio pela justiça indígena, a justiça estatal reclamou a competência. Os acusados ficaram presos preventivamente e tiveram sua liberdade provisória negada diante da alegação de que poderiam fugir (SANTAMARÍA, 2016).

Percebe-se que, enquanto a justiça ordinária é pautada pelo cárcere, pelo delito e pelo criminoso, a justiça indígena trata o delito como uma tristeza, como um problema de toda a comunidade e o criminoso enquanto um enfermo. É, assim, integradora, comunitária e busca a restauração da harmonia e da paz. Na cultura indígena, o cárcere não faz sentido por violar a ideia de não ociosidade, além de provocar danos irreparáveis.

Após mudar de estratégia, a defesa dos acusados argumentou que eles não poderiam ser julgados pelas instituições do Estado, pois já haviam sido julgados pela comunidade, o que consistiria em duplo julgamento. A questão foi levada à Corte Constitucional do Equador

que, em julho de 2014, expediu a sentença N°113-14-SEP-CC. A decisão, entretanto, não reconheceu o *bis in idem*, permitiu o julgamento pela justiça ordinária e determinou que a partir dali todos os crimes contra a vida seriam de competência exclusiva da justiça ordinária. Considera-se, assim, que, ao retirar tal competência de comunidades e povos indígenas, a decisão consistiu em retrocesso quanto aos direitos desses povos e colocou dúvida os fundamentos da Constituição do Equador (RODRÍGUEZ, 2015).

CONCLUSÃO

Com base no exposto, percebeu-se que há uma cultura predominante, inclusive no que concerne aos direitos humanos. A solução para a hierarquização de culturas, entretanto, é encontrada no diálogo horizontal e se traduz pela perspectiva da interculturalidade. A experiência equatoriana, positivada na Constituição de Montecristi de 2008, teve grande importância ao legitimar o exercício de funções jurisdicionais pelos povos e nacionalidades indígenas, embora o Estado e as Instituições ainda tenham muito o que aprender. O caso La Cocha fornece um exemplo. A justiça indígena e a justiça ordinária foram aplicadas a um mesmo caso e a Corte Constitucional do país, com a sentença N°113-14-SEP-C, afastou a competência da primeira para julgar os crimes contra a vida. Assim, na realidade material, há uma resistência da ordem jurídica hegemônica ao aprendizado intercultural, o que coloca em dúvida os fundamentos das Constituições, notadamente o da interculturalidade.

REFERÊNCIAS

ECUADOR. **Constitución de la República del Ecuador**. Ciudad Alfaro/ Montecristi, 2008. Disponível em: http://www.stf.jus.br/repositorio/cms/portalStfInternacional/newsletterPortalInternacionalFoco/anexo/ConstituicaodoEquador.pdf. Acesso em: 20 jul. 2020.

LÉVINAS, Emmanuel. **Humanismo del otro hombre**. México: Siglo XXI Editore, 1993.

MALDONADO, E. Emiliano. Reflexões críticas sobre o processo constituinte equatoriano de montecristi (2007-2008). **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 9, n. 2, p. 128-149, ago. 2019. Disponível em: https://www.cienciasaude.uniceub.br/RBPP/article/view/6062. Acesso em: 20 jul. 2020.

OLIVEIRA, Magna Rodrigues. **A polifonia complexa dos Direitos Humanos: uma epistemologia contra-hegemônica na produção de saberes interculturais**. In: Congresso Internacional de Direitos Humanos de Coimbra (CIDH), 4, 2019, Coimbra, Portugal. Anais...Jundiaí/SP: Editora Fibras; Editora Brasílica; Edições Brasil, 2020, Volume 6, p.280-290.

RODRÍGUEZ, G. F. B., **Caso “La Cocha” un precedente negativo para el pluralismo**

jurídico en el Ecuador. 2015. 109 f. Tese. (Mestrado em Direito). Universidade Andina Simón Bolívar, Quito, 2015.

SANTAMARÍA, Ramiro Ávila. **El neoconstitucionalismo andino**. Quito: Universidad Simón Bolívar, 2016.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Por uma concepção multicultural de direitos humanos. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa (Org). **Reconhecer para libertar:** os caminhos do cosmopolitismo cultural. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A Gramática do Tempo:** para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Cuando los excluidos tienen Derecho: justicia indígena, plurinacionalidad e interculturalidad. *In*: SANTOS, Boaventura de Sousa; JIMÉNEZ, Agustín Grijalva (Eds.). **Justicia indígena, plurinacionalidad e interculturalidad en Ecuador**. Quito: Fundación Rosa Luxemburgo/Abya Yala, 2012, p. 13-50.

SANTOS, Boaventura de Sousa. La refundación del Estado en América Latina. *In*: CORAGGIO, José Luis; LAVILLE, Jean-Louis (Orgs.). **Reinventar la izquierda em el siglo XXI**: Hacia um diálogo Norte-Sur. Quito: Instituto de Altos Estudios Nacionales (IAEN), 2014, 299-315.

WOLKMER, Antonio Carlos. **Pluralismo jurídico:** fundamentos de uma nova cultura no Direito. 3ª ed. rev. e atual. São Paulo: Alfa Omega, 2001.

IX Encontro Internacional de Direitos Culturais
9th International Meeting on Cultural Rights
Direitos Culturais: Impactos da Pandemia
Cultural Rights: Impacts of the Pandemic
05 A 09 DE OUTUBRO
ISSN-e 23169982

OS FÓSSEIS COMO OBRAS DE ARTE: TRANSVERSALIDADE ENTRE DIREITO, PALEONTOLOGIA E ARTE

THE FOSSILS AS WORK OF ART: TRANSVERSALITY BETWEEN LAW, PALEONTOLOGY AND ART

Felipe Torres Vasconcelos[102]

RESUMO

O presente artigo discute a relação de transversalidade entre direito, paleontologia e arte, bem como analisa se os fósseis podem ser considerados, juridicamente, como obras de arte. Para alcançar esses objetivos, o artigo apresenta as normas constitucionais e legais a respeito da natureza jurídica dos fósseis no Brasil, demonstra a aproximação entre a paleontologia e museus, bem como traz considerações acerca do conceito de obra de arte. Durante o texto, discorre-se, ainda, acerca da influência dos fósseis e das descobertas da paleontologia na arte, utilizando as construções históricas da cidade de Girona, na Espanha, e o sítio paleontológico localizado na cidade de Sousa, Brasil, como exemplos.

Palavras-chave: Direito. Paleontologia. Fóssil. Arte.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

This present paper discusses the transversally relationship between law, paleontology and art, and also analyses if the fossils are considered juridically works of art. With these aims, this paper presents the constitutional and legal rules about the legal nature of fossils in Brazil, showing the approximation between paleontology and museums, and also makes considerations about the concept of work of art. This research also discourses about the influence of fossils and paleontological discoveries in the art, using the historical constructions located in the city of Girona, Spain, and the fossil site located in the city of Sousa, Brazil, as examples.

Key-words: Law. Paleontology. Fossil. Art.

INTRODUÇÃO

O presente artigo se propõe a discutir, juridicamente, a relação de transversalidade entre direito, paleontologia e arte. No Brasil, os estudos jurídicos dos fósseis e da arte ainda estão

[102] Mestrando em Direito Econômico pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Especialista em Direito aplicado ao Ministério Público Federal pela Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU). Graduado em Direito pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB).

em desenvolvimento, o que torna a pesquisa nessas áreas um terreno inovador a ser explorado pelos juristas brasileiros. O Direito da Arte, que corresponde ao ramo do direito que se propõe a dispor acerca de tudo que diz respeito ao artista e às obras de arte, ainda é uma área pouco explorada pelos juristas brasileiros. Os trabalhos jurídicos que tratam sobre o tema no Brasil utilizam, em boa parte, escritos estrangeiros como base bibliográfica de suas pesquisas, o que revela um déficit de produção nacional sobre a temática da arte e do direito (FRANCA FILHO; MEDEIROS, 2019, p. 567 e 581).

De outro lado, a produção legislativa acerca dos fósseis no Brasil ainda é deficitária, baseando-se em disposições do Código de Minas de 1967, que adota uma perspectiva patrimonial dos fósseis. Desde sua promulgação, o Código de Minas já previa a necessidade de elaboração de lei especial sobre o tratamento jurídico dos fósseis, a qual, passados mais de 50 anos, ainda não foi elaborada pelo Congresso Nacional. Posteriormente, a Constituição Federal de 1988 promoveu uma reaproximação entre os sítios paleontológicos e o patrimônio cultural brasileiro, garantindo a proteção dos fósseis como bens culturais.

Por serem fenômenos culturais que possuem a linguagem como matéria-prima, o direito e a arte se relacionam de múltiplas maneiras. Diante dessa transversalidade, didaticamente, é possível classificar o diálogo entre direito e arte em quatro grandes categorias: a) Direito como objeto da arte; b) a arte como objeto do direito; c) a arte como um direito; e d) o Direito como uma arte (FRANCA FILHO, 2015, p. 125). O presente trabalho realiza análise abrangendo a categoria da “arte como objeto do direito”, especificamente no que diz respeito ao conceito jurídico de obra de arte.

Dentre dessa realidade, o presente trabalho tem como objetivos tratar a respeito das relações transversais, ou seja, as influências recíprocas entre direito, paleontologia e arte, bem como verificar se os fósseis podem ser considerados, juridicamente, como obras de arte.

METODOLOGIA

Em relação à metodologia, o presente artigo possui objetivo metodológico exploratório, com técnica de levantamento de dados bibliográfica e documental. Com base na consulta a livros, artigos científicos, textos legais e outros documentos, o trabalho faz considerações qualitativas sobre as relações transversais entre direito, paleontologia e arte, bem como sobre o enquadramento jurídico dos fósseis como obras de arte.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A história da paleontologia como ciência apresenta como ponto de partida o livro On Fossil Objects, publicado em 28 de julho de 1565, pelo naturalista Conrad Gesner. O livro revela como o significado da palavra fóssil se alterou ao longo do tempo, pois Gesner e seus antecessores tratavam o termo fóssil para descrever qualquer objeto ou material desenterrado. Assim, Gesner lida com o termo fóssil em sentido moderno, como marcas fossilizadas de organismos, mas em um contexto que também incluía uma grande variedade de minérios, cristais naturais e rochas úteis (RUDWICK, 1976, p. 17–18). Modernamente, os fósseis, conforme o Glossário Ilustrado do Serviço Geológico do Brasil (WINGE; TOMASSI, 2020), representam:

> Restos, geralmente de partes duras e resistentes como ossos e dentes, ou qualquer outro vestígio de ser vivo, como moldes, rastros, marcas preservadas, troncos de árvores silicificados, etc.. que indicam, se depositados in situ, a existência desse ser na época de deposição dos sedimentos que deram origem à rocha que os contém.

Por sua vez, de acordo com o mesmo Glossário, a paleontologia consiste no ramo da ciência que, integrando conhecimentos geológicos e biológicos, tem como enfoque o estudo dos fósseis (WINGE, 2020).

Sob o aspecto jurídico, o primeiro diploma legislativo a tratar dos fósseis no Brasil foi o Decreto-Lei nº 4.146 de 1942, o qual dispõe que os depósitos fossilíferos são de propriedade da Nação. Cerca de vinte e cinco anos mais tarde, o Código de Minas (Decreto-Lei nº 227 de 1967) tratou dos fósseis sob uma perspectiva minerária e econômica, dispondo no seu Artigo 4º que: "considera-se jazida toda massa individualizada de substância mineral ou fóssil, aflorando à superficie ou existente no interior da terra, e que tenha valor econômico; e mina, a jazida em lavra, ainda que suspensa." O Código de Minas ainda previu, no seu Artigo 10, inciso II, que deveria ser elaborada lei especial para tratar das substâncias minerais ou fósseis de interesse arqueológico. Todavia, essa lei especial nunca foi elaborada pelo Congresso Nacional.

No âmbito internacional, a Convenção sobre as Medidas a serem Adotadas para Proibir e impedir a Importação, Exportação e Transportação e Transferência de Propriedade Ilícitas dos Bens Culturais de 1970, promulgada pelo Brasil por meio do Decreto nº 72.312 de 1973, rompe a concepção patrimonial dos fósseis, e considera como bens culturais a categoria dos objetos de interesse paleontológico.

Seguindo a normativa internacional, a Constituição Federal de 1988 supera a perspectiva mineral e econômica, passando a dispor sobre os fósseis também sob uma perspectiva cultural, elencando os sítios de valor paleontológico como patrimônio cultural brasileiro no seu Artigo 216. Todavia, a perspectiva minerária e econômica dos fósseis não é esquecida pela Constituição Federal, que classifica como bens da União, no Artigo 20, inciso IX, os recursos minerais, inclusive os do subsolo. Nessa medida, os fósseis seriam bens pertencentes à União.

Essa natureza jurídica variável faz com que os fósseis possam ser considerados *(i)* como patrimônio histórico e, por conseguinte, equiparados às obras de arte construídas pelo homem; *(ii)* como objeto de estudo da paleontologia, servindo como instrumentos para estudo da história e evolução da vida na terra; além de poderem ser vistos *(iii)* como bem ou riqueza geológica, sendo utilizados para detectar mudanças climáticas, ou até mesmo *(iv)* como resíduos minerais sob um aspecto econômico (ABAIDE, 2009, p. 38–39).

A origem natural, geológica, ou mineral dos bens de interesse paleontológico não afasta a sua natureza cultural e de valor histórico. A acepção de cultura utilizada pelo direito, a qual é, em regra, produto de classificação dada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)[103], permite concluir que a cultura tem como pilares, a história e a ciência, de forma que os fósseis também podem ser caracterizados como objetos culturais. A simbiose das situações jurídicas dos fósseis sob o aspecto histórico, cultural, geológico e mineral pode ser observada com precisão na argamassa das construções históricas em Girona, na Espanha, que utiliza fósseis em sua constituição (ABAIDE, 2009, p. 171–172).

Sobre a caracterização dos fósseis como objetos de arte, o Sistema Harmonizado da Organização Mundial do Comércio (OMC) inclui as coleções ou peças paleontológicas como trabalhos de arte, ou peças de coleções de antiguidade (SALA, 2013, p. 22–23). Outro elemento que aponta para a aproximação entre fósseis e arte é a importância dos museus para o desenvolvimento da paleontologia. Os museus sempre foram uma área fundamental para o estudo da história natural, de forma que, sem o estabelecimento da tradição dos museus de

[103] Nessa lógica, o Artigo 1º da Convenção Relativa à Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural de 1972, promulgada pelo Brasil por meio do Decreto nº 80.987 de 1977, divide o patrimônio cultural em três categorias: monumentos, conjuntos ou sítios, com valor excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência.

preservar fósseis, seria difícil de imaginar como a ciência da paleontologia poderia ter surgido e se desenvolvido (RUDWICK, 1976, p. 32–33).

Feitas essas considerações, chegamos agora na árdua tarefa de apresentar um conceito para obra de arte, categoria notadamente aberta. Nesse sentido, devemos ter em mente que a arte, vista como mercadoria nas sociedades capitalistas, consiste em um produto, originado a partir de atividade criadora de agentes sobre a matéria ou ideias. Até mesmo a ausência de intervenção direta do artista na matéria prima pode significar um agir artístico (MASCARO, 2015, p. 22)[104].

Por ser decorrência de um agir artístico, as obras de arte são protegidas pelos direitos autorais. O rol exemplificativo das obras protegidas pelos direitos do autor no Brasil é elencado no Artigo 7º da Lei nº 9.610 de 1998, cujo inciso XIII, expressamente prevê a proteção das "coletâneas ou compilações, antologias, enciclopédias, dicionários, bases de dados e outras obras, que, por sua seleção, organização ou disposição de seu conteúdo, constituam uma criação intelectual". Portanto, a legislação expressamente atribui a proteção autoral a qualquer obra, cuja seleção, organização ou disposição configurem uma criação intelectual.

Feitas essas considerações, percebe-se que, sob a perspectiva do direito da arte, os fósseis não seriam, *a priori*, objetos de arte, pois, na sua gênese, não há necessariamente a participação humana de forma ativa ou passiva, como elemento essencial para que possam ser definidos como obras de arte. Nada impede, no entanto, que os fósseis se transformem em obras de arte, na medida em que se tornem objeto da ação artística humana por intervenção direta ou pela simples seleção ou coleção de objetos fósseis.

A cidade de Sousa, no Estado da Paraíba, Brasil, representa um exemplo prático da influência da paleontologia na arte e na cultura. Há cerca de 100 anos, o geólogo Luciano Jacques de Moraes localizou as primeiras trilhas de pegadas de dinossauros em Sousa (CARVALHO; LEONARDI, 2002). Como resultado do trabalho de Luciano Jacques e outros pesquisadores e da divulgação dos meios de comunicação acerca da existência e

[104] Sobre a intervenção artística na matéria prima, convém lembrar a revolução que Marcel Duchamp provocou ao apresentar suas obras *readymade* ou esculturas já prontas. Destaca-se dentre essas obras o trabalho conhecido como "Fonte" de 1917, que consistia em um urinol com a posição alterada e uma assinatura do pseudônimo R. Mutt. A partir de Duchamp, o agir artístico de escolher um objeto poderia torná-lo uma obra de arte (PIRES, 2013, p. 202).

importância das pegadas fossilizadas de dinossauros, percebeu-se uma mudança na percepção da população de Sousa acerca da relevância desses achados científicos. Essa assimilação influenciou as atividades sociais, esportivas e do comércio local que passaram a utilizar os símbolos das pegadas e dos dinossauros (CARVALHO; FERNANDES, 2007, p. 57). Como resultado dessa confluência entre arte e paleontologia, as ruas da cidade de Sousa foram tomadas por estátuas de Dinossauros, em boa parte produzidas pelo artista plástico Berg Almeida, que é conhecido na região como o "homem dos dinossauros" (ARTISTA, 2018).

CONCLUSÃO

O direito, a arte e a paleontologia são elementos que transitam dentro da realidade cultural, influenciando-se mutualmente, sendo de extrema relevância a realização de pesquisas jurídicas envolvendo a arte e os fósseis, por serem temas ainda em desenvolvimento no âmbito do direito. O direito regula e protege as obras de arte e os fósseis, que são os elementos de estudo da arte e da paleontologia, sendo que a obra de arte decorre de intervenção humana e os fósseis são resultados de um processo natural.

A fronteira entre arte e paleontologia, por meio do agir artístico, pode se confundir, na medida em que um fóssil, como matéria prima natural, pode se transformar em obra de arte. De acordo com a Constituição Federal de 1988 e com a Convenção de 1970 contra o tráfico ilícito de bens culturais, o fóssil é caracterizado como um bem cultural. Entretanto, embora possua natureza cultural, o fóssil não constitui, juridicamente, uma obra de arte, na medida em que se forma naturalmente, sem necessidade de intervenção humana. Ante o exposto, somente pelo agir artístico o fóssil pode se transformar em obra de arte.

REFERÊNCIAS

ABAIDE, Jerusa Prestes. **Fósseis: riqueza do subsolo ou bem ambiental?** 2. ed. Curitiba: Juruá, 2009.

ARTISTA é conhecido como "o homem dos dinossauros" pelas esculturas que faz, em Sousa. Reportagem de Eugênia Reis. **Bom Dia Paraíba**. Campina Grande: TV Paraíba, 27 dez. 2018. Programa Jornalístico. Disponível em: http://g1.globo.com/pb/paraiba/bom-dia-pb/videos/t/edicoes/v/artista-e-conhecido-como-o-homem-dos-dinossauros-pelas-esculturas-que-faz-em-sousa/7260174/. Acesso em: 19 jul. 2020.

CARVALHO, Ismar de Sousa; FERNANDES, Antonio Carlos Sequeira. **As pegadas de dinossauros da Bacia do Rio do Peixe: elementos de transformação cultural em Sousa,**

Paraíba - Brasil. In: Quinta Reunión Argentina de Icnología y Tercera Reunión de Icnología del Mercosur. Ushuaia: Laboratório de Geologia Andina, 2007. Disponível em: https://igeo.ufrj.br/inc/isc/7/7_23.pdf. Acesso em 19 jul. 2020.

CARVALHO, Ismar de Souza; LEONARDI, Giuseppe. O mais marcante registro de pegadas de dinossauros do Brasil. **Sítios Geológicos e Paleontológicos do Brasil**, v. 1, p. 101–111, 2002. Disponível em: http://sigep.cprm.gov.br/sitio026/sitio026.htm. Acesso em 19 jul. 2020.

FRANCA FILHO, Marcílio Toscano. O Belo e a Burocracia: a aquisição de obras de arte pela Administração Pública. In: MAMEDE, Gladston; FRANCA FILHO, Marcílio Toscano; RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz. (org.). **Direito da Arte**. São Paulo: Atlas, 2015. p. 117–145.

FRANCA FILHO, Marcílio Toscano; MEDEIROS, Diane Adelaide. O Direito da Arte no Brasil: uma cartografia bibliográfica. **Anais do VII CIDIL**, v. 1, p. 567–582, 2019.

MASCARO, Alysson Leandro. Sobre Direito e Arte. In: MAMEDE, Gladston; FRANCA FILHO, Marcílio Toscano; RODRIGUES JUNIOR, Otavio Luiz. (org.). **Direito da Arte**. São Paulo: Atlas, 2015. p. 17–25.

PIRES, Eric de Sousa. De Marcel a Duchamp: a transformação do artista em mito. **Revista Travessias**, v. 7, n. 1, p. 184–224, 2013. Disponível em: http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/8196/6240. Acesso em: 29 jul. 2020.

RUDWICK, Martin J. S. **The meaning of fossils**. 2. ed. New York: Science History Publications, 1976.

SALA, Cristina. **The Definition of Art in the Customs Law**. 2013. Dissertação (Master of Laws in International Trade Law) – Universidade de Turim, Turim, 2013.

WINGE, Manfredo. Paleontologia. In: WINGE, Manfredo (coord.) *et. al*. **Glossário do Serviço Geológico do Brasil**. Brasília: CPRM, 2020. Disponível em: http://sigep.cprm.gov.br/glossario/. Acesso em 23 jul. 2020.

WINGE, Manfredo; TOMASSI, H. Z. Fóssil. In: WINGE, Manfredo (coord.) *et. al*. **Glossário do Serviço Geológico do Brasil**. Brasília: CPRM, 2020. Disponível em: http://sigep.cprm.gov.br/glossario/. Acesso em 23 jul. 2020.

IX Encontro Internacional de Direitos Culturais
9th International Meeting on Cultural Rights
Direitos Culturais: Impactos da Pandemia
Cultural Rights: Impacts of the Pandemic
05 A 09 DE OUTUBRO
ISSN-e 23169982

PATRIMÔNIO CULTURAL E DESENVOLVIMENTO: AS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS DE SANTA CATARINA/BRASIL.

CULTURAL HERITAGE AND DEVELOPMENT: THE GEOGRAPHICAL INDICATIONS OF SANTA CATARINA/BRAZIL

Patrícia de Oliveira Areas[105]
Luana de Carvalho Silva Gusso[106]
Felipe Borborema Cunha Lima[107]

RESUMO

A presente comunicação é uma iniciativa de divulgação científica que visa problematizar a relação entre o patrimônio cultural, as possibilidades de seus usos econômicos com o desenvolvimento includente, sustentável e sustentado, capitalizado pelas Indicações Geográficas (IG). O campo desta pesquisa é o Estado de Santa Catarina, onde foram estudados e analisados os 02 registros de Indicações Geográficas concedidos até o ano de 2019: a Denominação de Origem (DO) "Bananas da Região de Corupá" (concedida em 2018 – processo INPI n. BR412016000003-6) e a Indicação de Procedência (IP) "Vales da Uva Goethe" (concedida em 2012 – processo INPI n. IG201009). O primeiro caso foi objeto de estudo do grupo entre os anos de 2017 a 2019 e o segundo, o do "Vales da Uva Goethe", é objeto de estudo desde o início de 2020. Nesse sentido, esta comunicação tem por objetivo debater: i. Os usos econômicos de bens culturais por meio de instrumentos de propriedade intelectual (que parte de usos exclusivos de bens intangíveis); ii As tensões entre patrimônio cultural e desenvolvimento econômico nos processos de IG; iii. A participação da comunidade nos referidos processos. A metodologia aplicada foi a revisão bibliográfica integrativa, em que foram apresentadas conclusões de diversas pesquisas já realizadas no âmbito do Grupo de Pesquisa. Como conclusão para este momento de comunicação acadêmica, foram identificados alguns dos riscos dos usos econômicos

[105] Doutora e Mestre em Direito pela UFSC. Professora do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade e do Curso de Direito da Univille- Joinville.

[106] Doutora e Mestre em Direito pela UFPR. Professora do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade e do Curso de Direito da Univille-Joinville.

[107] Doutor e Mestre em Turismo e Hotelaria pela Univali. Professor Colaborador do Programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade e Bolsista PNPD/Capes da Univille-Joinville.

(como a transformação do patrimônio cultural em mera *commodity*), mas também potencialidades e desafios no plano normativo e social para o desenvolvimento includente, sustentável e sustentado.

Palavras-chave: Patrimônio-Cultural, Indicações Geográficas, Desenvolvimento.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

This communication is a scientific dissemination initiative that aims to problematize the relationship between cultural heritage, the possibilities of its economic uses with inclusive, sustainable and sustained development, capitalized by Geographical Indications (IG). The field of this research is the State of Santa Catarina, where the 02 register of Geographical Indications granted until 2019 were studied and analyzed: the Protected Denomination of Origin (PDO) "Bananas da Região de Corupá" (granted in 2018 - process INPI No. BR412016000003-6) and the Protected Geographical Indication (PGI) "Vales da Uva Goethe" (granted in 2012 - process INPI No. IG201009). The first case was the object of study by the group between the years 2017 to 2019 and the second, that of "Valleys of Uva Goethe", has been the object of study since the beginning of 2020. In this sense, this communication aims to discuss: i . The economic uses of cultural goods through instruments of intellectual property (starting from exclusive uses of intangible goods); ii Tensions between cultural heritage and economic development in GI processes; iii. Community participation in these processes. The applied methodology was the integrative bibliographic review, in which conclusions of several researches already carried out within the scope of the Research Group were presented. As a conclusion for this moment of academic communication, some of the risks of economic uses were identified (such as the transformation of cultural heritage into a mere commodity), but also potentialities and challenges in the normative and social plan for inclusive, sustainable and sustained development.

INTRODUÇÃO

A presente comunicação é uma iniciativa de apresentação acadêmica do PODE, Grupo de Pesquisa em Patrimônio Cultural, Direito, Desenvolvimento e Inovação, cujo propósito é realizar investigações interdisciplinares que promovam, problematizem ou delineiem o entendimento das relações sociais e/ou jurídicas entre os indivíduos e/ou grupos com os bens e manifestações culturais.

Neste sentido, esta comunicação oportuniza o debate acadêmico que perpassa a relação entre o patrimônio cultural, usos econômicos e o desenvolvimento includente, sustentável e sustentado (SACHS, 2008), em especial, capitalizada pelas Indicações Geográficas (IG).

O campo de nossas pesquisas é o estado de Santa Catarina. Nele foram estudados e analisados os 02 registros de Indicações Geográficas concedidos até o ano de 2019: a Denominação de Origem (DO) "Bananas da Região de Corupá" (concedida em 2018 – processo INPI n. BR412016000003-6) e a Indicação de Procedência (IP) "Vales da Uva Goethe" (concedida em 2012 – processo INPI n. IG201009). O primeiro caso foi objeto de

estudo do grupo entre os anos de 2017 a 2019, resultando em dissertação de mestrado defendida e alguns trabalhos de extensão desde então. O segundo, o do "Vales da Uva Goethe" é objeto de estudo desde o início de 2020, apesar de alguns contatos anteriores com atores deste território.[108] É por meio destes estudos que se delineia as questões debatidas nesta comunicação:

i. Os usos econômicos de bens culturais por meio de instrumentos de propriedade intelectual (que parte de usos exclusivos de bens intangíveis);
ii. As tensões entre patrimônio cultural e desenvolvimento econômico nos processos de IG;
iii. A participação da comunidade nos referidos processos;

Espera-se, assim, com esta comunicação, levantar os principais pontos de reflexão e atenção, observados nos dois casos analisados, sobre os usos de bens culturais por meio da Indicação Geográfica, suas potencialidades e desafios para a comunidade e território envolvido.

METODOLOGIA

Visando atingir o objetivo da investigação, o percurso metodológico adotado foi a revisão bibliográfica integrativa adaptada. Para Broome (2000) uma das vantagens ao utilizar esta metodologia está na possibilidade de fornecer uma síntese da literatura e ampliar a compreensão das especificidades de uma temática e/ou de uma área de forma sistemática e ordenada.

Souza, Silva e Carvalho (2010) destacam também que este recurso metodológico é ideal para iniciar um estudo que objetive apresentar, de forma sucinta, semelhanças e diferenças presentes nos estudos de um determinado campo, além de ser uma estratégia que oportuniza uma revisão continuada da literatura e impulsiona um fluxo mais democrático dos conhecimentos produzidos. Cabe ressaltar que além desta, o método viabiliza que sejam adicionados os novos resultados encontrados e sua aplicabilidade prática.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Desde a primeira pesquisa desenvolvida a partir do ano de 2012, o Grupo PODE (que na época era chamado de Patrimônio cultural, inovação e desenvolvimento: gestão e proteção), tem entendido a Indicação Geográfica com um instrumento instigante e polêmico

[108] Apenas a título de conhecimento, em março de 2020 foi concedida a terceira Indicação Geográfica do Estado de Santa Catarina, a DO "Queijo Artesanal Serrano". (Processo INPI n. BR412017000006-3)

nos debates patrimoniais. Ao mesmo tempo que ela tem como efeito a exclusão, garantindo assim uma concentração do poder decisório sobre um bem cultural, também pode se tornar uma ferramenta de preservação do patrimônio cultural, dependendo de como é usada e, principalmente, quem participa do processo decisório.

O primeiro caso analisado foi o processo de solicitação da DO Bananas da Região de Corupá, por meio da dissertação de Lorena (2020), a partir da qual se buscou identificar quais os impactos que este processo de DO trouxe para a comunidade de Corupá, bem como quais potencialidades e desafios que a DO apresenta para a proteção e valorização do patrimônio cultural do Município. Para alcançar o objetivo fez-se uma adaptação do Modelo de Cunha Lima (2016) visando mapear a rede, descrever os arranjos produtivos e categorizar e sistematizar as transformações percebidas. Os resultados apontaram que houve uma articulação de parceiros internos e externos para a configuração do processo de DO (envolvendo atores dos setores públicos, privados, universidades, órgãos de fomento, associação de produtores, dentre outros). Ainda que não tenha sido possível verificar o impacto em receita para os produtores locais (considerando que ainda está em processo de implantação), o processo de DO conseguiu redinamizar arranjos produtivos que já existiam, fomentou novos, bem como sugeriu outras possibilidades, como o turismo comunitário, em virtude do envolvimento da comunidade em todo o processo. No aspecto sociocultural, os principais impactos foram: "o orgulho, a identidade e os já mencionados arranjos produtivos" (LORENA, 2020, p. 107). Lorena (2020) observou que com base na matriz de Desenvolvimento em Escala Local e Humana (DELH) (MAX-NEEF, 1993), a maioria das necessidades da população têm sido atendida, apesar dos pontos negativos e positivos próprios da própria atividade da bananicultura. Um ponto interessante foi o acréscimo de uma categoria de necessidade, que foi o da igualdade. O processo de DO e a redinamização dos arranjos produtivos proporcionou uma imagem mais valorizada do agricultor por seus conhecimentos tradicionais. Ademais, e dado maior destaque por Lorena (2020, p. 108), está a igualdade de gênero:

> [...] percebida no trabalho de artesanato realizado pelo grupo das Musas, mulheres que ganharam uma nova atividade além do trabalho no bananal, podendo contribuir na renda familiar, mas acima de tudo elevando a sua autoestima e empoderando-se, sendo responsáveis por um processo criativo e sustentável de aproveitamento da bananeira, a qual se transforma a partir do trabalho que une tradição e inovação.

Este caso ainda fomentou outros trabalhos e pesquisas. Um deles foi relacionado a gastronomia e como esta tem sido usada como elemento vinculante ao patrimônio cultural e as práticas tradicionais. Estratégias como eventos envolvendo pratos a partir da banana, como concurso de cucas de banana foram algumas das ações no processo para solicitação da DO Bananas da Região de Corupá. Estas ações também estão estreitamente relacionadas a ativação turística, além de outros possíveis roteiros turísticos como o artesanato e as caraterísticas naturais da região. (CUNHA-LIMA; AREAS, 2018). Outro envolveu a análise entre tradição e inovação na agricultura familiar, e como os ativos culturais podem ser ferramentas de geração de renda e desenvolvimento, reflexão possível a partir das experiências vivências e pesquisadas no caso da DO. A partir destas reflexões observa-se que não só porque é tradição deve ser mantida, tampouco qualquer inovação será o melhor caminho. O importante é que o processo decisório do que se mantém e o que se muda caiba a quem realmente vive e trabalha o patrimônio cultural a partir da agricultura familiar, e desde que seja ciente dos impactos que mudanças podem ocasionar a sua identidade, que é um fator a ser sopesado. Afinal a cultura é dinâmica, o que demonstra que toda tradição pode ter sido uma inovação que foi incorporado no cotidiano e sobreviveu ao teste do tempo, da cultura e das relações de poder existentes. (AREAS et al, 2018). Além da pesquisa de doutorado em andamento desde 2019 envolvendo o papel da comunicação social na valorização do patrimônio cultural a partir dos usos da DO no mercado, usando como base a análise de caso da DO Bananas da Região de Corupá.

No que tange a IP Vales da Uva Goethe, este é um trabalho ainda incipiente, mas que, conforme Hora (2019), o processo de inserção comunitária foi diferente, como fases de inclusão e exclusão territorial, além do forte protagonismo de atores do setor público até a concessão da primeira IG catarinense. Ainda conforme Hora (2019), não é possível afirmar que o processo de IP tenha gerado o processo de exclusão, ou se este é apenas reflexo de relações sociais já existentes, levantando um ponto muito importante que é participação comunitária nos processos de IG, os efeitos de exclusão da mesma, e de que forma isso pode impactar o patrimônio cultural. A partir deste contexto, está em desenvolvimento uma pesquisa no mestrado para identificar que caminhos podem ser criados a partir do turismo para promover a inserção e participação dos produtores e demais atores da comunidade na IP resultando efeitos positivos no orgulho, na identidade e no sentimento de pertencimento local de modo a fortalecer o patrimônio cultural.

CONCLUSÃO

Como relato final desta comunicação, nos três casos apontados, um ponto importante nesta relação entre patrimônio cultural, indicações geográficas e usos econômicos de bens culturais está justamente nos limites éticos destes usos e, principalmente, nas ferramentas que se tem de uma governança participativa. A cultura como recurso, conforme explica Yudice (2004), passa a ser uma nova episteme, próprio do desenvolvimento da sociedade. Assim, por que não usar a cultura como um recurso de cidadania cultural, garantindo direitos às comunidades que pertencem a tais práticas? Contudo, há que se tomar cuidando com qual é o objetivo último: maximização de lucros ou preservação dos vínculos identitários com o território. Os riscos dos usos econômicos dos bens culturais estão justamente na facilidade e tendências de serem transformados em meras mercadorias (*commodities*), o que pode proporcionar um esvaziamento simbólico do mesmo e, consequentemente, uma perda de valor, não só econômico, mas principalmente identitário. Assim, instrumentos normativos (seja na esfera privada associativista, seja na esfera pública legislativa e executiva) podem ser estratégicos para um desenvolvimento includente, sustentado e sustentável (SACHS, 2008).

REFERÊNCIAS

AREAS, P.O.; CUNHA-LIMA, F. B.; TAMANINE, A. M. B.; WONSPEHER, A. C. V. F.; GUSSO, L. C. S. Inovação e tradição na agricultura familiar: ativos culturais como gerador de renda e desenvolvimento. **Confêrencia Anprotec 2018**: Agro: negócio, tecnologia e inovação.

BRASIL. Instituto Nacional de Propriedade Industrial. **Processo n. IG201009. Indicação de Procedência Vales da Uva Goethe**. Registro em: 14 fev. 2012. Disponível em: https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/arquivos/status-pedidos/LISTACOMASINDICAESDEPROCEDNCIARECONHECIDAS.At23Jun2020.pdf. Acesso em: 30 jul. 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Propriedade Industrial. **Processo n. BR412016000003-6. Denominação de Origem Região de Corupá**. Registro em: 28 ago. 2018. Disponível em: https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/arquivos/status-pedidos/LISTACOMASDENOMINAESDEORIGEMRECONHECIDAS.At09Jun2020.pdf . Acesso em: 30 jul. 2020.

BROOME, M. E. Integrative Literature Reviews for the Development of Concepts. In: RODGERS, B. L. and KNAFL, K. A., (Orgs.), **Concept Development in Nursing**: foundations, techniques and applications. Philadelphia: W. B. Saunders Company, 2000.

CUNHA-LIMA, Felipe Borborema. **Projecto Querença*:*** redes e arranjos produtivos turísticos no desenvolvimento local e humano de Querença-Portugal. Tese. (Doutorado em Turismo e Hotelaria). Universidade do Vale do Itajaí. 2016. Disponível em: http://siaibib01.univali.br/pdf/Felipe%20Borborema%20Cunha%20Lima2016.pdf. Acesso em: 20. jul. 2019.

CUNHA-LIMA, F.B; AREAS, P.O. O processo de denominação de origem da Banana de Corupá-SC como experiência turístico-cultural. P. 217 – 245. In: LAVANDOSKI, J.;BRAMBILLA, A.; VANZELLA, E. **Alimentação e Cultura**: Alimentação e Turismo: oferta e segmentos turísticos. João Pessoa: Editora do CCTA, 2018.

HORA, G. B. **"Os dois lados da mesma moeda":** inclusão e exclusão territorial de vitivinicultores no contexto da Indicação Geográfica Vales da Uva Goethe / SC. Tese (doutorado). Universidade Federal de Santa Catarina. Centro Sócio-Econômico. Programa de Pós-graduação em Administração. Florianópolis, 2019.

LORENA, G. de. **Denominação de Origem e seus Efeitos no Fortalecimento do Patrimônio Cultural:** O Caso das Bananas de Corupá – SC. Dissertação (Mestrado). Universidade da Região de Joinville. Programa de Pós-graduação em Patrimônio cultural e sociedade. Joinville, 2015. Disponível em: https://www.univille.edu.br/account/mpcs/VirtualDisk.html/downloadDirect/2012201/Giseli_de_Lorena.pdf . Acesso em: 30 jul. 2020.

MAX-NEEF, Manfred. **Desarollo a Escala Humana:** conceptos, aplicaciones y algunas reflexiones. Montevideo: Nordan-Comunidad, 1993.

SACHS, I. **Desenvolvimento**: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SOUZA, M. T.; SILVA, M. D.; CARVALHO, R. **Revisão integrativa**: o que é e como fazer. Einstein, São Paulo, v. 8, n. 1, jan./mar. 2010.

IX Encontro Internacional de Direitos Culturais
9th International Meeting on Cultural Rights
Direitos Culturais: Impactos da Pandemia
Cultural Rights: Impacts of the Pandemic
05 A 09 DE OUTUBRO
ISSN-e 23169982

A IMPLEMENTAÇÃO DO PORTO SÃO LUÍS E O CORONAVÍRUS: A DUPLA REALIDADE COM A COMUNIDADE DO CAJUEIRO

LA IMPLEMENTACIÓN DE PORTO SÃO LUÍS Y EL CORONAVIRUS: LA DOBLE REALIDAD CON LA COMUNIDAD CAJUEIRO

Alexandre Moura Lima Neto [109]

Klautenys Dellene Guedes Cutrim [110]

RESUMO

A pandemia da Covid-19 revelou deficiências estruturais e desigualdades sociais. Nesta pesquisa especificamente, o olhar recai sobre a realidade de São Luís do Maranhão. Dentre as problemáticas, destaca-se a dificuldade em assegurar direitos humanos no enfretamento da crise sanitária às classes menos abastadas, especialmente os povos tradicionais. Nesse contexto, o embate à crise do coronavírus tem desvelado não somente a insuficiência do sistema de saúde ludovicense, mas as desigualdades oriundas da concentração de renda e o racismo estrutural, que fazem com que o nascer, o viver, o adoecer e o morrer da população sejam mediados por condições de miserabilidade, de privação de direitos, de moradia e emprego formal. Ademais, as deficiências nas políticas públicas revelam a face perversa da desigualdade social maranhense e a importância da preservação da Identidade Cultural contrastada com o discurso desenvolvimentista com a implementação do Porto Privado. Sem respostas às diversas tentativas de diálogo, emergiram conflitos entre empresas e moradores da Comunidade do Cajueiro, formada em sua maioria por quilombolas e ribeirinhos. A pesquisa tem objetivos descritivos e exploratórios, abordagem qualitativa, com fundamento na bibliografia de Santa'Ana Júnior (2017), Pacheco (2007), Ferretti (2008), Cunha Filho (2004), Pedro (2017), entre outros. Os resultados mostraram confrontos entre grupos empresariais e moradores da Comunidade investigada, ameaçados pelo avanço do capital e pelo Covid-19. Inferiu-se que os conflitos sociais eclodiram e houve judicialização desses, e apesar de favoráveis às empresas, os populares têm desenvolvido estratégias para enfrentamento, resistência e permanência no território.

Palavras-chave: Pandemia. Coronavírus. Comunidade Tradicional. Cajueiro. Judicialização de Conflitos.

RESUMEN

La pandemia de Covid-19 reveló deficiencias estructurales y desigualdades sociales. En esta investigación específicamente, la mirada recae en la realidad de São Luís do Maranhão. Entre los problemas, destacamos la dificultad de garantizar los derechos humanos frente a la crisis de salud de las clases menos pudientes, especialmente los pueblos tradicionales. En este contexto, el choque con la crisis del coronavirus ha revelado

[109] Mestrando em Cultura e Sociedade – UFMA. Professor do Curso de Direito do Instituto Maranhense de Ensino e Cultura (IMEC). Membro do Grupo de Pesquisa em Patrimônio Cultural – UFMA/CNPq.

[110] Professora Doutora, em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). É professora do Departamento de Turismo e Hotelaria da Universidade Federal do Maranhão – UFMA e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade (PGCULT/UFMA), na Linha de Pesquisa Cultura, Educação e Tecnologia.

no solo la insuficiencia del sistema de salud ludovicense, sino las desigualdades derivadas de la concentración de ingresos y el racismo estructural, que provocan el nacimiento, la vida, la enfermedad y la muerte de población a estar mediada por condiciones de pobreza, privación de derechos, vivienda y empleo formal. Además, las deficiencias en las políticas públicas revelan el rostro perverso de la desigualdad social de Maranhão y la importancia de preservar la Identidad Cultural contrastada con el discurso desarrollista con la implementación de Porto Privado. Sin respuestas a los diversos intentos de diálogo, surgieron conflictos entre empresas y vecinos de la Comunidad Cajueiro, formada mayoritariamente por quilombolas y ribereños. La investigación tiene objetivos descriptivos y exploratorios, un enfoque cualitativo, basado en la bibliografía de Santa'Ana Júnior (2017), Pacheco (2007), Ferretti (2008), Cunha Filho (2004), Pedro (2017), entre otros. Los resultados arrojaron enfrentamientos entre grupos empresariales y vecinos de la comunidad investigada, amenazados por el avance de capital y por Covid-19. Se infirió que estallaron conflictos sociales y hubo judicialización de estos, y aunque favorables a las empresas, los populares han desarrollado estrategias de afrontamiento, resistencia y permanencia en el territorio.
Palabras clave: Pandemia. Coronavirus. Comunidad tradicional. Árbol de anacardo. Judicialización de conflitos

INTRODUÇÃO

O estado do Maranhão, localizado no Nordeste do País, e pertencente à Amazônia Legal brasileira, rico em diversidade cultural e natural, vem sendo alvo de exploração de seus espaços desde o Brasil Colônia, quando por aqui atracavam barcos europeus, num emaranhado de franceses, portugueses e holandeses. Sua história ainda hoje gira em torno de rascunhos deixados por esses povos conjugados com aqueles que aqui já habitavam.

Considerando que o território maranhense possui grande potencial para instalação de portos, motivado por sua localização geográfica, a proximidade com o Canal do Panamá, a profundidade dos portos, etc. A implementação de grandes empreendimentos no Estado vem, ao longo de décadas, movimentando a economia regional, o que compromete, além do ecossistema, manguezais, rios, e avanço sobre a cultura e saberes das comunidades tradicionais do entorno da Ilha de São Luís.

Recentemente, foi autorizado a construção de mais um Terminal de Uso Privado (TUP), que será gerido pelas empresas privadas, do grupo WTorre, a *China Communications Construction Company* (CCCC) e a TUP PORTO SÃO LUÍS S. A, na Comunidade do Cajueiro, comunidade rural formada por povos tradicionais, ribeirinhos, povos da floresta, também conhecida como Vila Cajueiro ou Sítio Bom Jesus do Cajual, composta por cinco povoamentos: Parnauaçu, Andirobal, Guarimanduba, Cajueiro e Morro do Egito. E a partir da implementação, surgiram diversas problemáticas ambientais, sociopolíticas, culturais e disputas judiciais. Ademais, no conflito, a citada Comunidade vem sofrendo processos intimidatórios de deslocamento compulsório, ameaças que se estendem sob aspectos históricos, ambientais, culturais e religiosos, assim como vêm sendo ameaçados de perder

suas moradias onde vivem por mais de um século, e memórias de seus antepassados (PEDRO, 2017).

Diante dessa contextualização, o presente trabalho insere-se no campo dos Direitos Culturais, inerentes às artes, à memória coletiva e ao fluxo dos saberes, viveres e fazeres (CUNHA FILHO, 2004) no propósito de destacar a importância de se garantir o respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana. Versa ainda sobre as questões de inter-relação de proteção do patrimônio cultural e comunidades, quando os bens simbólicos passam a ser objetos de lutas sociais, fato salientado por Bourdieu (1989). Nesse diapasão, em 20 de novembro de 2015, fazendo uso de suas ancestralidades, a Comunidade do Cajueiro divulgou uma Carta Aberta, em Comissão de Representantes do Terreiro do Egito (2016), evidenciando a relevância do Terreiro, reivindicando o reconhecimento deste espaço como Patrimônio Cultural e Imaterial do Maranhão. Entretanto, somente em 2019, após o início das obras do Porto São Luís, a área foi reconhecida como patrimônio imaterial (MARANHÃO, 2019, n. p.) pelo próprio Governo do Estado, todavia tal fato, não impediu o andamento das obras de construção do TUP.

A empresa já desmatou babaçuais e manguezais, demoliu casas de moradores, e a cada dia avança de forma avassaladora sobre os fluxos de saberes, sobre a memória, sobre a identidade e sobre a cultura daquele povo, em clara afronta aos direitos culturais contidos na Constituição Federal de 1988 (CF/88). Nesses embates com empresários orientais, os populares encontraram no Terreiro do Egito, por meio de seus Orixás, Caboclos e Voduns (FERRETTI, 2008), importante ferramenta de luta para permanência nas terras, mantendo viva sua história a partir do reconhecimento do local, como espacialidade sagrada (SANT'ANA JÚNIOR, 2017).

As atrocidades perpetradas pelo capital chinês na Comunidade do Cajueiro, com a anuência do governo estadual, acontecem, guardadas as devidas proporções, de forma tão tirana quanto o desenvolvimento da COVID-19 no Estado, vez que moradores foram/estão sendo retirados do local, mesmo durante a pandemia. Registre-se, de oportuno, que dado o grande número de casos da crise sanitária no solo maranhense, São Luís foi a primeira cidade em que o Judiciário decretou *Lockdonw*, no intuito de conter os aumentos de mortes relacionadas ao vírus. E não obstante a cláusula pétrea da separação dos poderes, e embora se reconheça a urgência sanitária desencadeada pela pandemia da COVID-19, deve-se

ressaltar que “as políticas sanitárias são de responsabilidades do Poder Executivo, tendo em vista que as ações em saúde dependem de um feixe de informações que envolvem diferentes áreas do conhecimento e da realidade sociocultural da região a ser afetada” (RAMOS; ALVES; DELDUQUE, 2020, n. p.).

Ademais, no Maranhão, as medidas até agora implementadas pelo Governo no enfrentamento da Pandemia, mesmo após o *Lockdonw*, não alcançaram a maioria da população, sobretudo os moradores seculares do Cajueiro, que tradicionalmente não é alcançada por políticas sociais, por equipamentos de cultura e sequer por saneamento básico. Sobreleva-se ressaltar que o coronavírus não é uma entidade democrática. Pelo contrário, ela é uma doença que acomete principalmente as pessoas que são determinadas pela renda, pela idade, pelo gênero e pela raça, motivada por questões históricas, políticas e sociais estruturantes do Estado brasileiro. É partindo dessa assertiva que Boaventura de Sousa Santos discute sobre a quarentena ao Sul, partindo do princípio de que “toda quarentena é discriminatória”. (SANTOS, 2020, p. 15).

As promessas desenvolvimentistas, aniquilação de direito fundamentais, em razão da ofensa cultural e degradação ambiental, são temas ligados à implementação de grandes empreendimentos na tentativa de aniquilar a Comunidade Cajueiro. Nesse sentido: “[...] em troca da promessa de um futuro melhor, destruiu-se não só a natureza, mas meios de sobrevivência, a cultura, as tradições, as ligações familiares e de amizade e o próprio exercício de suas religiões, tanto para índios quanto para quilombolas”. (PACHECO, 2007, p. 1).

Pontue-se que a justificativa do Estado do Maranhão para a implementação do Porto São Luís na Comunidade do Cajueiro é basicamente a geração de empregos e “desenvolvimento local”, mas, em verdade, constitui-se em prática de racismo ambiental, onde as injustiças sociais e ambientais recaem de forma implacável sobre etnias e populações mais vulneráveis (PACHECO, 2007). Diante desse cenário, questiona-se: Até que ponto são válidos empreendimentos de tal expressividade? Os danos causados à Cultura e ao Meio Ambiente serão compensados pelo ideal desenvolvimentista do governo e dos chineses?

METODOLOGIA

Para a realização desta pesquisa, contou-se com uma revisão bibliográfica, relacionando-a interdisciplinarmente entre o Direito, Cultura e as teorias sobre Patrimônio Cultural. Como métodos de investigação, optou-se pela análise de documentos (documentos oficiais, processos judiciais, relatórios técnicos, legislações, *sites* etc.), e teve como *lócus* a Comunidade Cajueiro, e como *corpus* os referidos documentos legais, depoimentos dos populares, entre outros. Como aporte teórico, foram consideradas as discussões de Santa'Ana Júnior (2017), Bourdier (1989), Pacheco (2007), Ferretti (2008), Cunha Filho (2004), Santos (2020), Pedro (2017), Ramos, Alves e Delduque (2020), entre outros.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com a implementação do porto chinês, e diante da pandemia provocada pelo Coronavírus (SARS2 - CoV2), os problemas resultantes da segregação espacial e socioespacial maranhenses eclodiram, escancarando diversos problemas sociais, déficit de infraestrutura, insuficiência do sistema de saúde, seguridade, educação, moradia e emprego.

Destarte, permitir que implementação do Porto ocorra, da forma que ocorreu sem a produção de um inventário de varredura ou reconhecimento da matriz cultural e secular, sem o debate sobre as questões ambientais e deslocamentos compulsórios que ocorrem desde 2014, consiste em legitimar que um povo sobreviva sem sua memória, sem sua identidade, sem seu fluxo de saberes e cultura. Portanto, sucintamente, a construção da primeira parte do Porto São Luís pelos chineses causou alterações no meio ambiente, e provocaram fortes mudanças nas condições materiais de existência, no modo de vida da comunidade do Cajueiro, acarretando perdas ambientais (derrubadas de babaçuais, destruição dos manguezais, água de lastro, dentre outras), sociais e culturais, como a não utilização do Terreiro do Egito nos eventos afrodescendentes, além de potencializar todos os eventos causados pelo Covid-19, no atual momento global.

CONCLUSÃO

A pandemia desnudou as mazelas do Brasil, em especial de cidades como São Luís. O contexto evidenciou fragilidades estruturais, agigantadas pela má distribuição de renda, prestação de serviços públicos precária e ineficiente, sem saneamento básico, com moradias indignas que não permitem que a população consiga manter a higiene básica, quiçá manter

protocolos que reduzem os riscos de contaminação pelo coronavírus, necessitando do ativismo do Judiciário para decretar políticas sanitárias, no intuito de conter a contaminação e transmissão do vírus.

Considerando as assertivas discorridas, a responsabilidade sociocultural e ambiental deve ser entendida, planejada e executada como uma política pública de longo prazo, combinada com ações emergenciais, de pactuação de esforços interdisciplinares, como forma de assegurar o desenvolvimento e a subsistência que assegurem as populações tracionais, como a do Cajueiro, diante de um futuro numa cidade tão desigual e violenta como é a capital do Estado. E a inserção do Porto São Luís na Comunidade do Cajueiro deve, ainda, estar alinhada à ordem jurídica vigente e aos princípios da CF/88, tendo como ponto partida os impactos na sociedade e o meio ambiente.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF: **Diário Oficial da União**, 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 07 fev. 2020.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S/A, 1989.

COMISSÃO de Representantes do Terreiro do Egito. Pelo Terreiro do Egito e Território do Cajueiro. **Facebook**, 2016. Disponível em: https://mobile.facebook.com/595227063952511/photos/a.606717016136849/685094064965810/?type=3&_rdc=1&_rdr%3E. Acesso em: 05 maio 2020.

CUNHA FILHO, F. H. **Cultura e democracia na Constituição Federal de 1988**: a representação de interesses e sua aplicação ao Programa Nacional de Apoio à Cultura. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004.

FERRETTI, M. **A mina maranhense, seu desenvolvimento e suas relações com outras tradições afro-brasileiras.** GPMINA – Núcleo de Pesquisa Religião e Cultura Popular. 2008. Disponível em: https://repositorio.ufma.br/jspui/handle/1/281. Acesso em: 7 abr. 2020.

MARANHÃO. Terreiro do Egito, no Cajueiro, passa a ser Patrimônio Cultural e Imaterial do Maranhão. **SEIR**, 2019. Disponível em: https://igualdaderacial.ma.gov.br/terreiro-do-egito-no-cajueiro-passa-a-ser-patrimonio-cultural-e-imaterial-do-maranhao/. Acesso em: 12 maio 2020.

PACHECO, T. Desigualdade, injustiça ambiental e racismo: uma luta que transcende a cor. Rio de Janeiro: **Boletim da Rede Brasileira de Justiça Ambiental** 2/2007, 2007 (Artigo).

PEDRO, V. V. “Quem não pode com a formiga não assanha o cajueiro”: necropoder, margens e interstícios da judicialização do conflito socioambiental na Comunidade do Cajueiro, em São Luís - Maranhão. *In*: **VIII Jornada internacional de políticas públicas**, 2017, São Luís. Anais São Luís: PPGPP/UFMA, 2017. p.1-12. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo7/quemnaopodecomaformiganaoassanhaocajueiroviolenciamargenseintersticiosdajudiciali.pdf. Acesso em: 10 maio 2019.

RAMOS, E. M. B.; ALVES, S. M. C.; DELDUQUE, M. C. Decretação de lockdown pela via judicial: medida (des)necessária? **CADERNOS DE SAÚDE PÚBLICA**, v. 36, p. 1-4, 2020. Disponível em: http://cadernos.ensp.fiocruz.br/csp/artigo/1088/decretacao-de-lockdown-pela-via-judicial-medida-desnecessaria. Acesso em: 02 ago. 2020.

SANT’ANA JÚNIOR, H. A; SANTOS, D. S. Fé, território e luta: mobilização e resistência na comunidade tradicional do Cajueiro. *In*: **VIII Jornada Internacional De Políticas Públicas**, 8, 2017. Anais São Luís, 2017.

SANTOS, B. S. **A cruel pedagogia do vírus.** São Paulo: Boitempo, 2020.

IX Encontro Internacional de Direitos Culturais
9th International Meeting on Cultural Rights
Direitos Culturais: Impactos da Pandemia
Cultural Rights: Impacts of the Pandemic
05 A 09 DE OUTUBRO
ISSN-e 23169982

CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS NAS AULAS REMOTAS EM TEMPOS DE PANDEMIA

Allana Carolina de Castro Crisóstomo*
Matheus Carneiro Cardoso Da Fonseca*

RESUMO

Em 2020 o mundo foi afligido pela pandemia do novo coronavírus, batizado de COVID-19. Como forma de combater a grande incidência de propagação da doença, o governo brasileiro determinou que devam ser aplicadas práticas de isolamento social, dentre elas a suspensão das aulas presenciais, incluindo ensino fundamental, médio e superior, podendo ser aplicadas alternativamente o ensino na modalidade remota. Nesse panorama caótico e emergencial surge o seguinte problema: os professores em regime de aulas remotas detêm seus direitos autorais ao ministrar suas aulas em ambiente virtual? O presente artigo visa discutir o tema direito autoral aplicado aos professores de ensino à distância no contexto emergencial ocasionado pela pandemia. Concluindo que mesmo com as aulas sendo ministradas online, a alteração unilateral no contrato de prestação de serviços não cria uma cessão de direitos autorais, devendo os direitos de personalidade dos professores serem mantidos.

Palavras-chave: Aulas remotas. Covid-19. Direito Autoral.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

In 2020 the world was afflicted by the pandemic of the new coronavirus, called COVID-19. As a way of combating the high incidence of the spread of the disease, the Brazilian government determined that social isolation practices should be applied, including the suspension of face-to-face classes, including elementary, secondary and higher education, and teaching in the remote mode could be applied alternatively. . In this chaotic and emergency scenario, the following problem arises: do remote classroom teachers retain their copyright when teaching their classes in a virtual environment? This article aims to discuss the copyright issue applied to distance learning teachers in the emergency context caused by the pandemic. Concluding that even with the classes being taught online, the unilateral change in the service provision contract does not create an assignment of copyright, and the teachers' personality rights must be maintained.
Keywords: Online classes. Covid-19. Copyright

INTRODUÇÃO

Em dezembro de 2019, foi identificado na cidade de Wuhan localizada na China, o primeiro caso do novo coronavirus, assim chamado de COVID- 19. Com extrema brevidade, a infecção se espalhou pelo mundo e o número de casos novos e de mortes aumentarou de forma exponencial. Assim, em 11 de março de 2020 a Organização Mundial de Saúde[111], por

* Mestranda em Políticas Sociais e Cidadania pela Universidade Católica de Salvador. E-mail: allanacastro@hotmail.com.

* Mestrando em Políticas Sociais e Cidadania pela Universidade Católica de Salvador. E-mail:matheus.cardoso.adv@hotmail.com.

intermédio do seu presidente Tedros Adhanom Ghebreyesus declarou oficialmente a doença como pandemia. No Brasil a pandemia foi declarada pelo Ministério da Saúde na data de 20 de março de 2020, quando foi então confirmada a transmissão comunitária, significando que o foco inicial da doença nos pais não poderia mais ser identificado, gerando uma infecção em massa.

Desde então as autoridades Brasileiras buscaram formas de minimizar a propagação do vírus, determinando práticas de isolamento social, como quarentena e lockdown. Na área de educação, o Governo Federal, através do Ministério da Educação, publicou a portaria nº 343, de 17 de março de 2020, autorizando a substituição das disciplinas presenciais em cursos regulamente autorizados, por atividades letivas que utilizem recursos educacionais digitais, tecnologias de informação e comunicação por outros meios convencionais, por instituição de educação superior integrante do sistema federal de ensino[112].

Destarte, no estado da Bahia, o decreto de nº 19.586 de março de 2020[113], declarou a situação de emergência em todo território baiano, com a intenção de prevenção e enfrentamento da crise ocasionada pelo covid-19. Como parte das medidas adotadas, foram suspensas as aulas presenciais tanto da rede pública quanto da rede privada até a data de 31 de julho de 2020. Posteriormente, o MEC, em sua portaria nº 544, de 16 de junho de 2020, prorroga a suspensão das aulas presenciais até a data de 31/12/2020, gerando grande preocupação na comunidade academia, sobre a manutenção e a qualidade do ensino.

Neste contexto, as aulas remotas surgem como alternativa legal para a continuidade do ensino no país, colocando professores por detrás das câmeras, ensinando em ambiente online, com uma classe em ambiente virtual. Desde então, os alunos passaram a assistir as aulas remotamente de casa. Assim, diante do crescente aumento das aulas online, vieram à tona

---

[111] World Health Organization. WHO Director-General's opening remarks at the media briefing on COVID-19-11March 2020. Disponível em <https://www.who.int/dg/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020>. Acesso em 05/07/2020.

[112] Art. 1º Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>.Acesso em 06/07/2020

[113] Ratifica o Estado de Emergência em todo território baiano. Disponível em: http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/decreto-no-19586-de-27-de-marco-de-2020. Acesso em:06/07/2020

implicações acerca da propriedade autoral que permeia o direito de quem ministra as aulas online.

Surge então o problema a ser analisado: os professores em regime de aulas remotas detêm seus direitos autorais ao ministrar suas aulas em ambiente virtual, ou nesse caso, ocorrerá a cessão automática dos direitos a imagem e conteúdo intelectual?

O presente trabalho visa, portanto, discutir o tema direito autoral aplicado aos professores de ensino a distância no contexto emergencial ocasionado pela pandemia. Nesse liame, será abordada a hipótese de aulas ministradas remotamente e suas consequências quanto a alteração unilateral no contrato de prestação de serviços educacionais e cessão de direitos autorais, os quais devem ser respeitados.

No mais, diante da profunda relevância do tema e, visando pôr em evidência a discussão dos direitos de personalidade do professor ao ministrar aulas remotas, será possível realizar análise se há ou não a cessão unilateral de direitos autorais devido a mudança do ambiente acadêmico presencial para o ambiente virtual.

O direito Autoral foi consagrado inicialmente na Roma e Grécia onde surgiram grandes pensadores que lançaram base das ciências, dentre elas o Direito. De acordo com José Carlos Costa Netto:

Os gregos Sócrates e Platão, ou os romanos, como César e Cícero, os primeiros na qualidade de professores, o terceiro como político e o último, advogado, se consideravam e eram autores.

Nesse sentido, sabe-se ainda que o direito Romano foi essencial no que tange o direito autoral moderno. Há ainda estudos que afirmam que o plágio era uma atitude condenada em Roma já que os autores à época acreditavam com veemência da importância de suas artes.

Um dos ramos da ciência jurídica que, desde seus primórdios, e até na atualidade, sempre foi e é controvertido, pois lida basicamente com a imaterialidade característica da propriedade intelectual (GANDELMAN, 2007, p. 24).

O plágio tem etimologia na palavra desvio, no sentido de atravessar alguém que não produz ou compra mercadoria, mas que intermedia o negócio. No Brasil, o direito autoral foi

regulado primeiramente através da Lei nº 496 de 1898 Medeiros e Albuquerque, nome do autor que a originou e, posteriormente, com advento do Código de 1916 passou a ser devidamente regulada.

Ocorre que, diante dos inúmeros conflitos autorais provenientes da evolução dos meios de comunicação com o referido código civil, em 1973 surge a Lei nº 5.988/78 que posteriormente foi atualizada e consolidada para atual lei nº 9610/98.

De acordo com a disposição da lei de direito autoral, as obras intelectuais devem ser protegidas e, dentre elas, as obras literárias científicas conferências e obras de mesma natureza de criação intelectual[114].

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão bibliográfica baseada em publicações de cunho científico de entidades com criticidade, veracidade e relevância atualizadas na presente data de desenvolvimento deste artigo, bem como, da análise dos decretos relacionados com o tema e bibliografia acerca dos direitos autorais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Constituição Federal prevê em seu art. 5º "aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar".

[114] Art. 7º São obras intelectuais protegidas as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, conhecido ou que se invente no futuro, tais como:I - os textos de obras literárias, artísticas ou científicas;II - as conferências, alocuções, sermões e outras obras da mesma natureza;III - as obras dramáticas e dramático-musicais;IV - as obras coreográficas e pantomímicas, cuja execução cênica se fixe por escrito ou por outra qualquer forma;V - as composições musicais, tenham ou não letra;VI - as obras audiovisuais, sonorizadas ou não, inclusive as cinematográficas;VII - as obras fotográficas e as produzidas por qualquer processo análogo ao da fotografia;VIII - as obras de desenho, pintura, gravura, escultura, litografia e arte cinética;IX - as ilustrações, cartas geográficas e outras obras da mesma natureza;X - os projetos, esboços e obras plásticas concernentes à geografia, engenharia, topografia, arquitetura, paisagismo, cenografia e ciência;XI - as adaptações, traduções e outras transformações de obras originais, apresentadas como criação intelectual nova;XII - os programas de computador;XIII - as coletâneas ou compilações, antologias, enciclopédias, dicionários, bases de dados e outras obras, que, por sua seleção, organização ou disposição de seu conteúdo, constituam uma criação intelectual.

Nesse sentido, nota-se a garantia fundamental protegida e o princípio da dignidade da pessoa humana que é intransferível, indisponível, vitalícia e imprescritível, portanto, sem a prévia autorização do autor, sua imagem não poderá ser utilizada.

De acordo com Carlos Alberto Bittar:

> Imagem é o *direito que a pessoa possui sobre a sua forma plástica e seus respectivos componentes distintos (rosto, olhos, perfil, busto) que a individualizam no seio da coletividade. Incide, pois, sobre a conformação física da pessoa, compreendendo esse direito um conjunto de caracteres que a identifica no seio social. Por outras palavras, é o vínculo que une a pessoa a sua expressão externa, tomada no conjunto, ou em partes significativas (como a boca, os olhos, as pernas, como individualizadoras da pessoa). (BITTAR,* 1989, p. 87)

Diante do cenário atual e a fim de conter o avanço da COVID-19, que implicou na alteração das aulas presenciais para as aulas remotas, tornou-se necessário uma nova emissão de termo de cessão da imagem entre o professor e instituição de ensino como forma de proteção ao direito daquele que produziu o conteúdo.

De acordo com Guimarães (2020) o direito moral (artigo 24) é o direito vinculado à personalidade do autor e não pode ser cedido, transferido ou renunciado. Ele garante o direito do autor de reivindicar, a qualquer tempo, a autoria da obra e ter seu nome ou sinal vinculado sempre que a obra for utilizada. Já o patrimonial é referente a utilização financeira da obra intelectual e pode ser transferido ou cedido. (apud, HACKEROTT, 2020).

Sendo assim, o direito patrimonial do autor que é utilizado como fonte financeira sempre que sua obra for utilizada, deverá ocorrer por certo período limitado. Através de uma relação contratualmente formalizada a instituição poderá utilizar a imagem do professor sem que haja violação dos seus direitos.

Cumpre mencionar que a instituição de ensino deverá resguardar o direito de imagem dos professores, incluindo as aulas gravadas em ambiente virtual.

> As aulas e atividades a distância estão substituindo as aulas presenciais em caráter temporário e excepcional, de forma que sua utilização é limitada no tempo e no alcance, devendo atender apenas às turmas para as quais os professores lecionam e durante o período de suspensão das aulas presenciais. (JACOBS CONSUTORIA, 2020)

Desta forma, o direito de imagem dos professores estará resguardado juridicamente, impossibilitando que a instituição de ensino utilize de forma indevida a imagem e o conteúdo autoral do corpo docente sem a expressa autorização prévia.

CONCLUSÃO

Diante do caos social atualmente instalado devido a pandemia da COVID-19 e a drástica mudança na vida da sociedade, faz-se necessário a implementação de novas medidas a serem adotadas pelas instituições de ensino no sentido de garantir ao professor o direito à propriedade do conteúdo produzido.

Ademais, a possibilidade de realização das aulas remotas em substituição ao ambiente presencial, poderá ser mantido mesmo após estabilizada e controlada a propagação da doença, haja vista as facilidades e benefícios desse padrão de ensino amplamente atual. Entretanto, nota-se ainda pouco desenvolvido e insuficiente o campo de pesquisas e da legislação que tratem acerca dos direitos, propriedade intelectual e personalidade do professor que produz conteúdo de aulas remotas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Ratifica o Estado de Emergência em todo território baiano**. Bahia, BA, mar 2020. Disponivel em: <http://www.legislabahia.ba.gov.br/documentos/decreto-no-19586-de-27-de-marco-de-2020> Acesso em:06/07/2020.

BRASIL. Portaria nº 454 de 20 de março de 2020. **Declara, em todo o território nacional, o estado de transmissão comunitária do coronavírus (covid-19).** Brasilia, DF, mar 2020. Disponível em http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-454-de-20-de-marco-de-2020-249091587. Acesso em 02/07/2020.

BRASIL. Portaria nº 343, de 17 de março de 2020. Brasilia, DF, mar 2020. Dispõe sobre a **substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais.** Disponível em: <http://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-343-de-17-de-marco-de-2020-248564376>.Acesso em 06/07/2020

BRASIL. Decreto n° 19.586, **suspensão das aulas na rede estadual e a realização de eventos com mais de 50 pessoas em todo o território baiano**. Bahia, BA. Saeb, 2020. Disponível em http://www.saeb.ba.gov.br/2020/06/10156/Governo-do-Estado-prorroga-suspensao-das-aulas-e-eventos-na Bahia.html#:~:text=O%20decreto%20n%C2%B0%2019.586,o%20dia%2021%20de%20junho.&text=Tamb%C3%A9m%20ficam%20suspensas%20at%C3%A9%2021,%C3%B4nib

us%20interestaduais%20no%20territ%C3%B3rio%20baiano. Acesso em 23 de julho de 2020.

GANDELMAN, Henrique**. De Gutenberg à internet: direitos autorais na era digital.** Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record, 1997.

GUIMARÃES, Felipe. ITO, Giani. **Aulas Remotas e Direitos autorais. E agora?.** Aulas Remotas, 2020**.** Disponível em https://covid.sh.utfpr.edu.br/wp-content/uploads/2020/06/aulas-remotas-direitos-autoriais-e-agora.pdf. Acesso em 30.07.2020

HACKEROTT, N. A. T. **Quais os cuidados com direitos autorais durante a EaD**? 2020. Disponível em: hhttps://digital.fenalaw.com.br/especialistas/quaisos-cuidados-com-direitos-autorais-durante-eadi. Acesso em: 23 de julho de 2020.

NETTO, José Carlos Costa. **Direito Autoral no Brasil**. São Paulo: FTD. 1998.

O DIREITO de imagem dos docentes e discentes nas aulas remotas. 2020. Disponível em: https://www.jacobsconsultoria.com.br/post/o-direito-de-imagem-dos-docentes-e-discentes-nas-aulas-remotas. Acesso em: 28 de julho de 2020.

O DIREITO autoral: evolução e funcionalidade. 2020. Disponível em: https://ambitojuridico.com.br/cadernos/direito-civil/direito-autoral-evolucao-e-funcionalidade/. Acesso em: 28 de julho de 2020.

IX Encontro Internacional de Direitos Culturais
9th International Meeting on Cultural Rights
Direitos Culturais: Impactos da Pandemia
Cultural Rights: Impacts of the Pandemic
05 A 09 DE OUTUBRO
ISSN-e 23169982

DIREITO CONSTITUCIONAL, PRODUÇÃO CULTURAL E POESIA: DIÁLOGOS POSSÍVEIS EM TEMPOS DE PANDEMIA

DERECHO CONSTITUCIONAL, PRODUCCIÓN CULTURAL Y POESÍA: POSIBLES DIÁLOGOS EN TIEMPOS DE PANDEMIA

Jorge André Paulino da Silva[115]
André Oliveira da Silva[116]

RESUMO

Este trabalho trata de Direito Constitucional, Produção Cultural e Poesia. Objetivamos apresentar reflexões a partir de diálogos possíveis entre essas três categorias, as quais embasam nossas produções acadêmicas, profissionais e pessoais, especificamente a partir de nossa participação na Sociedade dos Poetas Por Vir (SPPV), coletivo ativista-poético piauiense. Recorremos à pesquisa bibliográfica (GIL, 2002), e à etnografia (CARIA, 2002). Os membros com maior atividade presencial da SPPV se encontram em diferentes Estados do Brasil. No atual contexto de pandemia de Covid-19, as aproximações físicas se tornam mais dificultosas. No entanto, vislumbramos que, embora sem diálogo material, concreto, as pessoas "sociopoetas" – e quem mais se permitir constituir a partir de racionalidades como as dessas pessoas – estão articuladas com as perspectivas que foram e são desenvolvidas nesse coletivo. E que essa articulação nos permitiu, permite e permitirá que continuemos a nos constituir enquanto acadêmicas, pessoas e profissionais. Resgatar a trajetória da Sociedade dos Poetas Por Vir, para além de fortalecer vínculos afetivos entre o grupo de amizades, pode nos auxiliar a lançar visões singulares sobre Direito, Produção Cultural e sobre Poesia.

Palavras-chave: Direito Constitucional. Produção Cultural. Poesia.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

Esta obra se ocupa del Derecho Constitucional, producción cultural y poesía. Nuestro objetivo es presentar reflexiones a partir de posibles diálogos entre estas tres categorías, que se basan en nuestras producciones académicas, profesionales y personales, concretamente de nuestra participación en la Sociedade de Poetas a Venir (SPPV), un colectivo activista-poético de Piauí. Utilizamos la investigación bibliográfica (GIL, 2002), y la etnografía (CARIA, 2002). Los miembros con la mayor actividad presencial del SPPV se encuentran en diferentes estados del Brasil. En el contexto actual de la pandemia Covid-19, los enfoques físicos se vuelven más difíciles. Sin embargo, prevemos que, aunque sin un diálogo material y concreto, las personas "socioppoéticas" y las que se dejan constituir a partir de racionalidades como las de estas personas, se articulan con las perspectivas que fueron y se desarrollan en este colectivo. Y que esta articulación nos ha permitido, nos permite y nos permitirá seguir constándonos como académicos, personas y profesionales. Rescatar la trayectoria

[115] Advogado, Comunicador Social, Produtor Cultural da Universidade Federal de Alagoas, Mestre em Sociologia pela Universidade Federal do Piauí. e membro do coletivo ativista-poético Sociedade dos Poetas Por Vir.

[116] Jornalista, Mestrando em Política Social pelo Programa de Pós-Graduação em Política Social da UnB e membro do coletivo ativista-poético Sociedade dos Poetas Por Vir.

de la Sociedad de Poetas a Venir, además de fortalecer los lazos afectivos entre el grupo de amistades, puede ayudarnos a lanzar visiones singulares sobre Derecho, Producción Cultural y Poesía.

Palabras-clave: Derecho Constitucional. Producción Cultural. Poesía.

INTRODUÇÃO

Este trabalho trata de Direito Constitucional, Produção Cultural e Poesia. Objetivamos apresentar reflexões a partir de diálogos possíveis entre essas três categorias, as quais embasam nossas produções acadêmicas, profissionais e pessoais, especificamente a partir de nossa participação na Sociedade dos Poetas Por Vir (SPPV). O coletivo, que se reivindica ativista-poético, foi fundado em 2006 no Piauí por Victor Marchel e André “Café” Oliveira, à época estudantes de Psicologia.

Häberle e Bofill (2015) materializam em texto uma conversa entre Poesia e Direito Constitucional, e serão ativados neste trabalho. Eles aduzem que “os Poetas fornecem doses suficientes de utopia que orientam o sentido da realidade constitucional" (HÄBERLE E BOFILL, 2015, p.9, tradução nossa). Avelar (2013), traz notas sobre produção e gestão cultural, e será mobilizado em nosso trabalho. E Cunha Filho (2018) discute sobre Teoria dos Direitos Culturais, e recorremos a ele para subsidiar nossas reflexões.

Diante do exposto, sigamos o fluxo da proposta.

METODOLOGIA

Para realizar este trabalho, recorremos à pesquisa bibliográfica, (GIL, 2002), baseados nas produções de Häberle e Bofill (2015), Avelar (2013) e Cunha Filho (2018), e à etnografia (CARIA, 2002). Segundo esse autor, a etnografia é entendida como metodologia de investigação que busca compreender o outro. Em diálogos teóricos com ele, entendemos a etnografia como situada na zona de fronteira entre a ciência consagrada e usos em diferentes disciplinas, voltada à construção – e não mera produção – de conhecimento.

Permitimo-nos até de chamar de autoetnografia, porque nos compreendemos enquanto sujeitos-objetos de pesquisa, e a partir de nossas vivências, estruturamos nossas reflexões.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Baseada nos eixos de permissão, produção, expressão, liberdade e coletividade, e com o propósito inicial de unir as discussões de filosofia e produções culturais, a Sociedade dos Poetas Por Vir (SPPV) apresenta como principal objetivo socializar e fazer circular produções de cultura de tantas pessoas quantas se permitam fazê-lo.

A SPPV começou a adquirir visibilidade com a criação de uma página virtual – *blog* – em dezembro de 2010[117]. Em 2011, vieram os saraus em praça pública no centro de Teresina, e no mesmo ano o ora autor entrou no coletivo. No mesmo período, começamos a investir no que intitulamos de formações ativistas poéticas. A primeira delas versou – ó, jogo de palavras ativo, em se tratando de coletivo de poetas! – sobre Ativismo Poético.

Realizados mais alguns saraus, fizemos outras intervenções poéticas pela cidade, como os "Gruda Poesia" e "Poesia Abusada". No "Gruda", escolhemos um bairro, rua ou localidade da cidade e saímos colando poesias, para oferecer nossas produções culturais às pessoas em suas trajetórias do cotidiano. Já o "Poesia Abusada" é uma intervenção nos ônibus coletivos de Teresina, oportunidade em que recitamos poesias, tocamos músicas e pedimos a contribuição financeira das pessoas no veículo para a próxima viagem. Abusada é um trocadilho, formado pela junção de "a" mais "busada", algo que quer significar "poesia veiculada por meio de ônibus", chamado em linguagem coloquial de "busão" ou "bus".

Em março de 2012, estreamos o programa "Gira Poesia", exibido às sextas-feiras na Rádio FM Universitária (96,7FM), vinculada à Universidade Federal do Piauí. Nesse espaço, trouxemos muitas e muitos artistas do Piauí, para que divulgassem os trabalhos que faziam. A proposta básica era a de socializar produções culturais e incentivar a divulgação de culturas, seguindo os objetivos do coletivo.

Contamos com seis quadros: "Rebeldia e Arte": geralmente, voltado para a discussão de alguma temática ligada a movimentos sociais ou a algum debate em voga na sociedade; "Autoral": no qual apresentamos artistas locais, geralmente ligados ao mundo da música; "Poemando": uma discussão bem informal sobre algum tema ligado à poesia; "Poeta Completo": apresentamos alguma pessoa "sociopoeta" (como denominamos os membros da

117 O blog pode ser conferido no endereço http://www.sociedadedospoetasporvir.blogspot.com. Até a elaboração deste trabalho, conta com mais de 6000 produções de poetas de mais de quatorze estados do Brasil e alguns do exterior, como México e Portugal.

Sociedade dos Poetas Por Vir) ou poetas em geral. Vale destacar que, para nós, poeta é todo aquele que expressa seus olhares sobre a realidade de modo não convencional; “Gruda Poesia”: um quadro para recitação de poesias; “Agenda Poética”: dicas de cultura para o final de semana em Teresina e região. O programa teve sua veiculação encerrada em 2015.

Nos fluxos das vivências, ocorre que os membros com maior atividade presencial atualmente se encontram em diferentes Estados do Brasil, de Norte a Sul. No atual contexto de pandemia de Covid-19, as aproximações físicas entre essas componentes do coletivo se tornam mais dificultosas, levando-nos a recorrer às tecnologias virtuais, como redes sociais, e os contatos continuam acontecendo.

O que nos move a debater o tema é vislumbrarmos que, embora sem diálogo material, concreto, as pessoas “sociopoetas” – e quem mais se permitir constituir a partir de racionalidades como as dessas pessoas – estão articuladas com as perspectivas que foram e são desenvolvidas a partir da Sociedade dos Poetas Por Vir. E que essa articulação nos permitiu, permite e permitirá que continuemos a nos constituir enquanto acadêmicas, pessoas e profissionais. Compreendemos que, a partir da Sociedade dos Poetas Por Vir e do pressuposto acima apontado, podemos discutir sobre Direito Constitucional, Produção Cultural e Poesia a nível de projeto de doutorado. Acreditamos ser esse um tema potente.

CONCLUSÃO

Enquanto elaborávamos este trabalho, estávamos em vídeo-chamada com nossas famílias de origem. As lágrimas foram inevitáveis: pela saudade, pela distância física, por esse período de pandemia de Covid-19 ao qual estamos enfrentando. No meio desse cenário, produzir vai nos mantendo conectadas umas com as outras, com as realidades, com a vida, com o Direito, com a Produção Cultural e a Poesia.

As reflexões aqui apresentadas nos mostram que resgatar a trajetória da Sociedade dos Poetas Por Vir com membros dela, as realizAÇÕES desse coletivo, para além de fortalecer vínculos afetivos entre o grupo de amizades, pode nos auxiliar a lançar visões singulares sobre as três categorias acima mencionadas.

Nutrimo-nos de doses de utopia, como apontam Häberle e Bofill (2015) e, se não pensamos em orientar a realidade da Constituição e do Direito Constitucional – mas podemos pensar, e de fato talvez o façamos enquanto coletivo – acreditamos na utopia de que toda pessoa pode ser (sócio)poeta. Isso nos (des)orienta. Cabe destacar que, segundo Cunha Filho (2018), liberdade e expressão estão presentes na normatividade constitucional cultural brasileira, assim como nas ações da Sociedade dos Poetas Por Vir. Ou seja: temos conexões que podem ser trabalhadas.

Ao tratar de Produção Cultural, Avelar (2013) caracteriza essa profissão como a de um agente que desempenha o papel de interface entre profissionais da cultura e demais segmentos nos processos de fazeres culturais. Assim o fazemos, enquanto "sociopoetas", membros da Sociedade dos Poetas Por Vir: estabelecemos relações com o Poder Público, com a sociedade civil, com o propósito de fazer a poesia, a cultura girar e gerar.

A Produção Cultural, que outrora fora em minúsculo, agora se torna profissão do autor do texto – profissão essa conhecida a partir da indicação do co-autor – e o pensamento é o de aplicar os conhecimentos construídos profissionalmente com as pessoas que há um bom tempo os acompanham nesta (r)existência.

É com a mistura ora apresentada que tencionamos concorrer a seleções de doutorado, e registrar em textos o que nos constitui enquanto seres no mundo. A Poesia Gira!

REFERÊNCIAS

AVELAR, Rômulo. **O Avesso da Cena**: notas sobre produção e gestão cultural. 3 ed. Belo Horizonte: Editora do Autor, 2013.

HÄBERLE, Peter; BOFILL, Hector. **Poesía y Derecho Constitucional**: una conversación. Peru: Tribunal Constitucional del Peru, Centro de Estudios Constitucionales, 2015.

CARIA Telmo H. **Introdução**: A construção etnográfica do conhecimento em Ciências Sociais: reflexividade e fronteiras. In: CARIA, Telmo H (org.). Experiência etnográfica em Ciências Sociais. Porto, Portugal: Edições Afrontamento, 2002, pp.9-20.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. **Teoria dos Direitos Culturais**: fundamentos e finalidades. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

IX Encontro Internacional de Direitos Culturais
9th International Meeting on Cultural Rights
Direitos Culturais: Impactos da Pandemia
Cultural Rights: Impacts of the Pandemic
05 A 09 DE OUTUBRO
ISSN-e 23169982

O AVANÇO DA INDÚSTRIA CULTURAL SOBRE A CULTURA POPULAR BRASILEIRA DURANTE A PANDEMIA

THE ADVANCEMENT OF THE CULTURAL INDUSTRY OVER BRAZILIAN POPULAR CULTURE DURING THE PANDEMIC

Ana Clara Carvalho Santos[118]
Thiago Anastácio Carcará[119]

RESUMO

A deflagração da pandemia ocasionada pelo COVID-19 provocou impactos reais no setor cultural, conforme se observa o cancelamento de sessões de cinema, peças teatrais, espetáculos, exposições, concertos e outras atividades socioculturais. Nesse viés, considerando ainda a tendência global de sobreposição cultural, faz-se mister proceder com uma pesquisa que analise mais estritamente os impactos causados à cultura popular brasileira, devido ao isolamento social. Ademais, pesquisa-se como e em que medida a cultura popular, intimamente ligada à tradições e contatos interpessoais, feita de forma orgânica, e historicamente neglicenciada, vem sendo ainda mais subjugada pela indústria cultural, durante a pandemia. Para tanto, desenvolver-se-á o estudo com base nos Direitos Culturais, preconizados na Constituição Federal de 1988, assim como também se verificará os princípios da participação popular e do pluralismo cultural. Com isso, buscar-se-á com o presente trabalho evidenciar a acentuação da sobreposição da cultura popular pelas grandes indústrias de mídia. Utilizando-se da revisão literária como metodologia, a presente pesquisa tenciona denunciar um sistema sócio-político excludente e assimétrico, o qual não possibilita a disseminação, difusão e acesso igualitário ao pluralismo cultural do Brasil, especialmente à cultura popular.

Palavras-chave: Cultura Popular. Sobreposição cultural. Pandemia. Direitos Culturais.

[118] Ana Clara Carvalho dos Santos é graduanda do curso de bacharelado em Direito pela Universidade Estadual do Piauí – Piripiri/PI – claraacarvalho.ana@gmail.com.

[119] Doutor e Mestre em Direito Constitucional pela UNIFOR. Professor Adjunto e Coordenador do Curso de direito da UESPI, Conselheiro Federal e presidente da comissão de direito à educação do Conselho Federal da OAB, sócio fundador do Instituto Brasileiro de Direitos Culturais, pesquisador do Grupo de Pesquisa em Direitos Culturais da UNIFOR, Conselheiro e Secretário Geral Adjunto do Conselho Municipal de Cultura de Teresina. Advogado e Consultor Jurídico.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

The outbreak of the pandemic caused by COVID-19 caused real impacts in the cultural sector, as observed in the cancellation of production of cinema, plays, shows, specifications, concerts and other socio-cultural activities. In this bias, considering also a global trend of cultural overlap, it is necessary to proceed with a research that analyzes more strictly the impacts caused to Brazilian popular culture, due to social isolation. In addition, research is being done on how and to what extent popular culture, closely linked to traditions and interpersonal contacts, made in an organic way, and historically neglected, has been further subjugated by the cultural industry during a pandemic. To this end, the study will be developed based on Cultural Rights, advocated in the Federal Constitution of 1988, as well as the principles of popular participation and cultural pluralism. With this, we will seek with the present work to evidence the accentuation of the overlap of popular culture by the great media industries. Using literary revision as a methodology, the present research intends to denounce an exclusionary and asymmetric socio-political system, which nicht enables the dissemination, diffusion and equal access to Brazil's cultural pluralism, especially.

Keywords: Popular Culture. Cultural overlap. Pandemic. Cultural Rights.

INTRODUÇÃO

Com as medidas de isolamento social recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para combater o avanço do Sars-Cov-2, percebeu-se uma reverberação negativa em todos os setores da sociedade, sendo o setor cultural um dos mais afetados pelo distanciamento societário. Para ilustrar, em termos quantitativos, segundo a Conferência Musical SIM São Paulo são mais de 8 mil eventos culturais cancelados em 21 estados do Brasil e um prejuízo estimado em cerca de 442 (quatrocentos e quarenta e dois) milhões de reais. Visto isso, percebe-se um cenário ainda mais desafiador para a disseminação e acesso à cultura, seja ela de origem nacional ou internacional.

Decerto é sabido que a cultura assim como outras áreas de políticas públicas, sofre com a carência de recursos financeiros e de uma gestão estatal efetiva, problemas esses ainda mais intensificados diante das inúmeras crises socioeconômicas ocasionadas pelo quadro pandêmico em que se vive.

Outrossim, mais estritamente, buscando-se analisar os impactos da pandemia à Cultura Popular brasileira é preciso, primordialmente, solucionar os questionamentos concernentes ao seu conceito, tarefa complexa, em parte, devido à diversidade e abrangência do tema. Para isso, traz-se texto da Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e a Cultura (UNESCO) que em um documento de 1989 diz:

> A cultura tradicional e popular é o conjunto de criações que emanam de uma comunidade cultural fundadas na tradição, expressadas por um grupo ou por indivíduos e que reconhecidamente respondem às expectativas da comunidade enquanto expressão de sua identidade cultural e social; as normas e os valores se transmitem oralmente, por imitação ou de outras maneiras. Suas formas compreendem, entre outras, a língua, a literatura, a música, a dança, os jogos, a mitologia, os ritos, os costumes, o artesanato, a arquitetura e outras artes." (UNESCO, 1989).

Consonantemente, para solucionar ainda mais a questão conceitual, traz-se o entendimento de Roger Chantier que em seu artigo "Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico", apresenta de uma forma um tanto esquemática dois modelos de abordagem e interpretação do conceito de cultura popular, brilhantemente escrevendo:

> O primeiro, no intuito de abolir toda forma de etnocentrismo cultural, concebe a cultura popular como um sistema simbólico coerente e autônomo, que funciona segundo uma lógica absolutamente alheia e irredutível à da cultura letrada. O segundo, preocupado em lembrar a existência das relações de dominação que organizam o mundo social, percebe a cultura popular em suas dependências e carências em relação à cultura dos dominantes. Temos, então, de um lado, uma cultura popular que constitui um mundo à parte, encerrado em si mesmo, independente, e, de outro, uma cultura popular inteiramente definida pela sua distância da legitimidade cultural da qual ela é privada. (CHARTIER, 1995, p.179).

Apresentadas tais abordagens, o presente trabalho irá se deter a análise da segunda interpretação conceitual de Roger Chantier, a qual se preocupa em evidenciar a dominação da cultura popular pela cultura dos dominantes, ou seja, buscar-se-á com isso evidenciar a sobreposição da cultura popular. Decerto, prática ainda mais acentuada com o isolamento social.

METODOLOGIA

O presente trabalho adota a revisão bibliográfica como metodologia, através de uma análise do referencial utilizado com uma reflexão critica sobre dados colacionados com recorte teórico e temporal restritos ao seu objetivo geral.

O estudo tomou por base um modelo descritivo-analítico, possível mediante a revisão de materiais científicos, como artigos, teses, publicações especializadas, revistas e tratados.

No tocante aos objetivos, o presente artigo tem funções sociais, as quais almejam disseminar a importância da valorização da cultura popular, assim como também salientar a necessidade de se propor políticas públicas para sua proteção e promoção. Além de acadêmicas, posto que anseia estudar a temática frente a uma situação alarmante, a qual vem causando graves crises socioeconômicas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O distanciamento social, recomendado pelos órgãos de saúde, mudou o cotidiano dos trabalhadores da cultura, assim, os cachês que recebiam em trabalhos informais, como apresentações em bares, teatros e praças cessaram, obrigando-nos a pensarem em formas alternativas para viver.

A cultura popular brasileira, como base do patrimônio cultura esteado no art. 216 da Constituição Federal, se constitui dos diversos modos de fazer e viver que são disseminados pelos grupos culturais espalhados pelo país, que fortificam a concepção multicultural.

A alternativa encontrada pelo setor cultural, seguindo a tendência da maioria dos setores que exigem trocas síncronas, foi a virtualização de suas produções. Dessa forma, as redes sociais foram o meio de vazão que os trabalhadores da cultura encontraram para disseminar suas apresentações. A exemplo dessa realidade tem-se o projeto "Cultura *Dendicasa*" idealizado pela Secretaria de Cultura (Secult) do Estado do Ceará, projeto esse importantíssimo que se inspirou e inspirou projetos semelhantes, mas que ainda se mostram insuficientes frente a tantas manifestações culturais existentes no Brasil, pais de proporções continentais.

Reforça-se que uns dos direitos alçados pelo constituinte no art. 215, §3º, II é o de produção, promoção e difusão de bens culturais, que deve ser considerado, na ótica de Robert Alexy (2011), um direito ativo em que o Estado deve efetivá-lo frente à diversidade de grupos culturais coexistentes no país.

Contudo, questiona-se até onde essa virtualização foi realmente utilizada pelas manifestações populares e se o acesso a esses meios de comunicação é meio viável para disseminar a cultura popular, a qual se configura justamente pelas trocas interpessoais entre os seres e de forma orgânica. Além disso, perquire-se a dominação das grandes indústrias culturais das redes sociais e se durante a pandemia causada pelo COVID-19 houve um aumento da aculturação em relação às manifestações populares.

Marcos Otávio Bezerra escreve no prefácio de "*Etnicidade e Mediação"* que:

> A coexistência de populações socioculturais diversas no interior das fronteiras dos estados nacionais constitui, contemporaneamente, um desafio político, econômico, intelectual e moral. Não pelo enriquecimento e ganhos mútuos que propicia (culturais, estéticos, gastronômicos, econômicos e de conhecimento, entre outros), mas pelas múltiplas e, lamentavelmente, crescentes formas de conflito emergentes entre elas. Conflitos cujas faces mais conhecidas estão associadas à concorrência por oportunidades de trabalho, ao acesso a serviços públicos, às disputas por territórios e às manifestações de violência religiosa, étnica e racial. (2015, p. 7)

E é exatamente sobre esse contexto que os Direitos Culturais, preconizados tanto na Declaração Universal de Direitos Humanos assim como no Texto Magno de 1988, fazem-se necessários, na medida em que se busca oportunizar meios a todas as manifestações culturais, sejam material ou imaterial; popular ou erudita.

Prelecionando melhor sobre o que vem a ser tais direitos e sua importância, vê-se o brilhantismo em forma de palavras do professor Humberto Cunha Filho (2000, p. 24), que diz:

> Direitos Culturais são aqueles afetos às artes, à memória coletiva e ao repasse de saberes, que asseguram a seus titulares o conhecimento e uso do passado, interferência ativa do presente e possibilidade de previsão e decisão de opções referentes ao futuro, visando sempre à dignidade da pessoa humana.

A justificativa para essa pesquisa, portanto, decorre da necessidade de se avultar a prática de aculturação já existente com a globalização e que pode se intensificar ainda mais com o pós-pandemia, caso não haja investimentos e gestão estatais que visem disseminar, promover e possibilitar o acesso democrático à cultura, como previsto no art. 215 da Constituição Federal, onde está positivada a função do Estado de garantir a todos os cidadãos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional.

Ao se observar a crescente utilizando das redes sociais e plataformas de streaming como meio de disseminação cultural, observa-se que a promoção e produção da cultura apresenta por obvio seu primeiro obstáculo, o tecnológico. No Brasil o acesso às tecnologias que possibilitem a produção cultural ainda a restrita a segmentos que possuem acesso a capital próprio, o que não é a realidade de todos os grupos culturais brasileiros.

Uma prova de tal argumento é a quantia de verba que serão repassadas pelo Governo Federal a Estados, Municípios e Distrito Federal através da Lei Aldir Blanc, que se estima ao final de 2020 tenha sido concluído, mas ainda sem muito efeito prático na efetivação de tais direitos tendo em vista a triste realidade de dados e indicadores precisos sobre grupos e espaço de cultura que o sistema nacional de cultura não conseguiu contemplar.

CONCLUSÃO

Consoante às dificuldades de sensibilização de Estados e municípios para a implantação correta do Sistema Nacional de Cultura, construção de indicadores e melhor segmentação dos setores culturais no país, a promoção, produção e difusão cultural de diversos grupos será prejudicada durante todo o período da pandemia, podendo ainda afetar o esfacelamento de memórias que, por pura falta de legislação e mecanismos jurídicos, e até mesmo sociais, de manutenção, fomento e proteção do patrimônio cultural.

Ademais, a grande parte das plataformas sociais utilizadas para efetivação desse direito durante a pandemia não privilegiam a democratização da difusão e sim a Indústria Cultural, o que nos permite refletir sobre os efeitos inarredáveis sobre a cultura popular, que há muito, tendo seu elo afeto direto com as memórias coletivas, tem sido particularmente afetada.

Neste interim, convém lembrar CANCLINI (2000) para quem “como construir sociedades com projetos democráticos compartilhados por todos sem que igualem todos, em que a desagregação se eleve à diversidade, e as desigualdades (entre 8 classes, etnias ou grupos) se reduzam a diferenças”. (p. 157).

Esse desafio constante da busca de efetivação e concretização de direitos fundamentais é afetado substancialmente na pandemia, o que é inegável. Contudo, as consequências da falta de efetivação de direitos, em especial na área da cultura, podem tornar mais difíceis uma realidade que já era distante no Brasil.

REFERÊNCIAS

ALEXY, Robert. **Teoria dos direitos fundamentais**. Tradução de Virgílio Afonso da Silva. 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2011.

CANCLINI, Nestor García. Culturas Híbridas. São Paulo, EDUSP, 3a Ed., 2000, p. 157.

CHARTIER, R. **Cultura popular: revisitando um conceito historiográfico.** Estudos Históricos, n. 16, p. 179, 1995.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. **Direitos Culturais como Direitos Fundamentais no Ordenamento Jurídico Brasileiro.** Brasília: Brasília Jurídica, 2000.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. **Cultura e democracia na Constituição Federal de 1988**: a representação de interesses e sua aplicação ao Programa Nacional de Apoio à Cultura. Rio de Janeiro: Letra Legal, 2004.

IKEDA. Alberto T. **Culturas populares no presente: fomento, salvaguarda e devoração.** Est. Av. vol.27 n.79 São Paulo 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S010340142013000300013&lng=en&nrm=iso&tlng=pt> Acesso em: 09 de ago. de 2020.

LOCATELLI. André; ABILA. Johnny. **É tempo de retomada do fazer cultural: pós-pandemia, o desafio à criatividade.** Sesc, São Paulo, 25 de jun. de 2020. Disponível em: < https://www.sescsp.org.br/online/artigo/14472_e+tempo+de+retomada+do+fazer+cultural+pospandemia+o+desafio+a+criatividade > Acesso em: 09 de ago. de 2020.

SOBOTA. Guilherme. Pesquisa aponta prejuízo de R$ 483 milhões ao mercado da música no brasil. **Estadão**. Disponível em: < https://cultura.estadao.com.br/noticias/musica,pesquisa-aponta-prejuizo-de-r-483-milhoes-no-mercado-da-musica-no-brasil,70003264135> Acesso em 11 de ago. de 2020.

STROPASOLAS, Pedro. **Como a pandemia atinge o mundo da cultura.** Brasil de Fato, 4 maio de 2020. Disponível em: < https://outraspalavras.net/outrasmidias/como-a-pandemia-atinge-o-mundo-da-cultura/ > Acesso em 11 de ago. de 2020.

UNESCO. **Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular.** 25° Reunião, 1989, Paris. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Recomendacao%20Paris%201989.pdf> Acesso em: 10 de ago. de 2020.

VALLE. Carlos G. O. do. **Etnicidade e Mediação.** Prefácio. In: BEZERRA. Marcos O. 1ª. ed. São Paulo, 2015, p. 7.

IX Encontro Internacional de Direitos Culturais
9th International Meeting on Cultural Rights
Direitos Culturais: Impactos da Pandemia
Cultural Rights: Impacts of the Pandemic
05 A 09 DE OUTUBRO
ISSN-e 23169982

O IMPACTO DA PANDEMIA DA COVID-19 NOS RITUAIS FUNERÁRIOS INDÍGENAS À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DA CORTE INTERAMERICANA

THE IMPACT OF THE COVID-19 PANDEMIC ON INDIGENOUS FUNERAL RITUALS IN THE LIGHT OF THE JURISPRUDENTED INTER-AMERICAN COURT

Ana Maria D´Ávila Lopes[*1]

Luis Haroldo Pereira dos Santos Junior[*2]

RESUMO

Não há sociedade no planeta que não tenha sido atingida pelos nefastos efeitos da pandemia da covid-19. Contudo, as sociedades historicamente vulneráveis têm se tornado ainda mais vulneráveis em decorrência da pandemia. É o caso dos povos indígenas, cujas fragilidades agudizaram-se não apenas por causa da doença em si, mas também como consequência das medidas sanitárias estatais que têm desconsiderado, por completo, os valores e as práticas culturais indígenas, a exemplo dos seus rituais funerários. Nesse contexto, o presente trabalho objetiva demonstrar a necessidade de reformular as políticas sanitárias brasileiras de modo a não vulnerar os direitos culturais dos povos indígenas, assegurados constitucionalmente e garantidos pela jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos. Para tal, foi realizada pesquisa na doutrina pátria e comparada, bem como na legislação nacional e na jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos relativa aos direitos dos

[*1] Mestre e Doutora em Direito Constitucional pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professora Titular do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq (PQ2). anadavilalopes@unifor.br

[*2] Mestrando em Estudos Estratégicos Internacionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) haroldojunioor@hotmail.com

indígenas, cujos resultados foram analisados a partir do método dedutivo. No final, concluiu-se que o Estado brasileiro vem desrespeitando os direitos culturais indígenas, ao estabelecer medidas sanitárias que desconsideram os rituais funerários intimamente ligados à identidade desses povos, sendo, portanto, passível de ser denunciado perante o Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

Palavras-chave: Pandemia. Covid-19. Indígenas. Rituais funerárias. Religiosidade

REESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

There is no society on the planet that has not been affected by the harmful effects of the covid-19 pandemic. However, historically vulnerable societies have become even more vulnerable as a result of the pandemic. This is the case of indigenous peoples, whose weaknesses have become more acute not only because of the disease itself, but also as a result of state sanitary measures that have completely disregarded indigenous cultural values and practices, such as their funerary rituals. In this context, the present study aims to demonstrate the need to reformulate Brazilian health policies so as not to violate the cultural rights of indigenous peoples, which are constitutionally guaranteed and guaranteed by the jurisprudence of the Inter-American Court of Human Rights, on indigenous rights, the results of which were analyzed using the deductive method. To this end, research was carried out on homeland and comparative doctrine, as well as on national legislation and the jurisprudence of the Inter-American Court of Human Rights. In the end, it was concluded that the Brazilian State has been disrespecting indigenous cultural rights, by establishing sanitary measures that completely disregard rituals closely linked to the identity of these peoples, being, therefore, liable to be denounced before the Inter-American Human Rights System.

Keywords: *Pandemic. Covid-19. Indigenous people. Funeral rituals. Religiosity*

INTRODUÇÃO

Os impactos provocados pela pandemia da covid-19 são inúmeros e têm atingido de forma ainda mais violenta os povos indígenas, em virtude da sua especial condição de vulnerabilidade. Essa situação pode ser claramente percebida no caso da proibição dos rituais funerários dos indígenas falecidos como consequência da covid-19, sob a alegação da necessidade de evitar a transmissão do vírus.

Acontece que, para muitos povos indígenas, os rituais funerários apresentam um significado intimamente ligado à construção da sua própria identidade cultural e, portanto, da sua existência como tais. Desse modo, a proibição, além de demonstrar um desconhecimento do simbolismo dessa prática cultural, vulnera os direitos humanos dos indígenas.

Nesse contexto, o objetivo do presente trabalho é demonstrar a necessidade de compatibilizar as políticas públicas sanitárias brasileiras contra a covid-19 e os direitos culturais dos povos indígenas, de modo a garantir, dentre outros, os rituais funerários desses povos. Dessa forma, inicialmente, serão analisadas as disposições sanitárias vigentes relativas ao enterro das pessoas vítimas da covid-19 para, posteriormente, abordar os rituais funerários indígenas, enquanto manifestação da identidade cultural desses povos, conforme já decidido pela Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Para tal, foi realizada pesquisa bibliográfica na doutrina pátria e comparada, bem como na legislação nacional e na jurisprudência interamericana, de modo a levantar os dados necessários para construir um arcabouço sólido que fundamente a nossa proposta.

Espera-se, assim, contribuir para que no Estado brasileiro a cultura indígena alcance a proteção que não apenas os dispositivos constitucionais garantem, mas também, as normas internacionais concretizadas na jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

METODOLOGIA

Para demonstrar a obrigação do Estado brasileiro de compatibilizar as atuais medidas sanitárias de combate à pandemia da covid-19 e os direitos culturais dos indígenas, a pesquisa iniciou-se com o levantamento bibliográfico sobre esses direitos na doutrina nacional e comparada, especialmente em autores como Bowby, Levy e Durkheim. Com esse mesmo foco, pesquisou-se a jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos sobre os direitos dos indígenas, a exemplo dos casos Yakye Axa vs. Paraguai e Caso Moiwana vs. Suriname, dando ênfase aos rituais funerários. Seguidamente, as normas sanitárias brasileiras federais e estaduais de combate à pandemia da covid-19 foram analisadas, buscando identificar as relativas ao tratamento dos corpos das vítimas mortais dessa doença. Finalmente, com o arcabouço doutrinário, jurisprudencial e legislativo construído, a partir de uma análise dedutiva dos dados levantados, redigiu-se o presente trabalho.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1 Medidas sanitárias contra a pandemia da covid-19: manejo dos cadáveres

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou a existência de uma pandemia da doença viral provocada pela covid-19. O vírus foi inicialmente identificado na cidade chinesa de Wuhan em dezembro de 2019 e, desde então, tem se alastrado pelo mundo todo. Embora a covid-19 não seja causada por um vírus potencialmente letal, a

facilidade da sua transmissão e o fato de 20% dos infectados precisarem de atendimento médico-hospitalar têm exigido dos governos a adoção de medidas excepcionais e urgentes para evitar o colapso dos seus sistemas de saúde, o que, em muitos países, não se tem conseguido, ceifando a vida de milhares de pessoas pela falta de adequado atendimento. Dentre as diversas medidas implementadas, a Agência Nacional Sanitária (ANVISA) publicou a Nota Técnica GVIMS/GGTES/ANVISA nº 4/2020, em 30 de janeiro de 2020, cuja última atualização foi em 8 de maio do mesmo ano (BRASIL, ANVISA, 2020), estabelecendo, no Anexo 5, que "durante os cuidados com o cadáver, só devem estar presentes no quarto/box ou área de corte (isolamento), os profissionais estritamente necessários [...]" (BRASIL, ANVISA, 2020, p. 90), devendo o cadáver ser transferido "em saco impermeável, à prova de vazamento e selado [...] para o necrotério do serviço" (BRASIL, ANVISA, 2020, p. 91).

Com base nessa norma, e diante do agravamento da pandemia, as secretarias estaduais de saúde elaboraram seus próprios protocolos com medidas ainda mais rigorosas. Assim, por exemplo, a Secretaria de Saúde do Estado do Ceará aprovou, em 27 de março de 2020, a Nota Técnica - Procedimentos Relacionados ao Óbito por Coronavírus (Covid-19) (BRASIL. CEARÁ, 2020), que proibiu "o velório em qualquer circunstância" (BRASIL. CEARÁ, 2020, p. 2), estabelecendo, ainda, que o cadáver fosse "acomodado em urna a ser lacrada antes da entrega aos familiares/responsáveis" (BRASIL. CEARÁ, 2020, p. 4).

Essas medidas, embora compreensíveis, impossibilitam os familiares e amigos dos falecidos de vivenciar o processo de luto, psicologicamente necessário para a superação de uma perda dessa natureza (BOWLBY, 1990).

No caso de alguns povos indígenas, impossibilita-se, também, a realização dos rituais funerários estreitamente ligados à sua identidade cultural. Assim, "Na cultura Yanomami, segundo a Hutukara, os indígenas fazem rituais funerários de seus mortos com a cremação dos ossos e ingestões de cinzas" (CORONAVÍRUS, 2020). Para alguns indígenas, essa proibição está "matando a espiritualidade" do povo, não sendo possível recuperar a alegria e superar a tristeza até que o ritual funerário seja realizado (O CORONAVÍRUS, 2020).

2 Proteção dos rituais funerários dos povos indígenas à luz da jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos

A religiosidade[120] é a atitude ou disponibilidade de acreditar em algo além do mundo material bem como de questionar sobre os mistérios existentes em torno da vida e da morte. Não há cultura humana sem histórico da prática de cultos e crenças.

Essa religiosidade encontra-se protegida por meio dos direitos de crença e de culto, previstos no artigo 5º, inciso IV, da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), bem como nos principais documentos internacionais, a exemplo do artigo 18 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948 (ONU, 1948) e da Convenção Americana de Direitos Humanos (CADH), de 1969 (OEA, 1969).

É com base na CADH, que a Corte Interamericana de Direitos Humanos tem se pronunciado mais de uma vez no sentido de reconhecer e proteger a religiosidade dos povos indígenas. Assim, no caso da Comunidade Indígena Yakye Axa vs. Paraguai, a CorteIDH entendeu que "A cultura dos membros das comunidades indígenas corresponde a uma forma de vida particular de ser, de ver e de atuar no mundo [...] mas também porque constituem um elemento integrante de sua cosmovisão, religiosidade e, deste modo, de sua identidade cultural" (CORTEIDH, 2005, §135).

De forma mais específica, em relação aos rituais funerários, o juiz Antonio Augusto Cançado Trindade, no seu voto no Caso Moiwana vs. Suriname, reconheceu a importância desses rituais para os indígenas:

> Según su cultura, permanecen aún atormentados por las circunstancias en que sucedieron las violentas muertes de sus seres queridos y por el hecho de que los fallecidos no tuvieron un entierro adecuado. Esta privación, que genera sufrimiento espiritual, ha durado casi veinte años, desde el momento de la masacre de 1986, en la que se vio comprometida la responsabilidad del estado, hasta ahora. Los N'djukas no han olvidado a sus muertos (CORTEIDH, 2005, §29).

Nesse caso, a CorteIDH determinou que o Estado do Suriname deveria encontrar os restos mortais dos indígenas assassinados e entregá-los à comunidade para que os falecidos pudessem ser honrados segundo os rituais desse povo.

---

[120] Essa religiosidade, entretanto, não necessariamente está vinculada à crença em uma deidade específica, conforme explica Durkheim (2014), mas evidencia uma preocupação com a transcendência do ser humano, com a "vida después de la vida" (RIVERA; MENENDÉZ, 2001, p. 21).

Para autores como Jacob T. Levy (1997), os Estados têm a obrigação de estabelecer exceções às leis que penalizam ou dificultam uma prática cultural, como forma de garantir a própria existência de um grupo minoritário.

As autoridades dos Estados com uma rica diversidade cultural, como o Brasil, devem elaborar suas normas em compasso com a proteção dessa diversidade, sob pena de serem denunciados perante tribunais internacionais, a exemplo da CorteIDH.

CONCLUSÃO

A gravidade da pandemia da covid-19V tem exigido a adoção de medidas rigorosas para seu combate. Contudo, apesar de se tratar de uma situação excepcional que reclama medidas urgentes, as autoridades públicas não devem ignorar a diversidade cultural da sociedade, devendo implementar medidas sanitárias em concordância com os valores e práticas culturais dos destinatários, de modo a garantir não apenas a saúde, mas também os outros direitos humanos, a exemplo dos culturais, especialmente quando do respeito destes direitos depende a própria existência de um grupo humano, como é o caso dos indígenas e seus rituais funerários.

REFERÊNCIAS

BOWLBY, John. **Apego e perda**. A natureza do vínculo. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BRASIL. CEARÁ. Secretaria de Saúde do Estado do Ceará. **Nota Técnica - Procedimentos Relacionados ao Óbito por Coronavírus (Covid-19),** de em 27 de março de 2020, Disponível em: https://www.saude.ce.gov.br/wp-content/uploads/sites/9/2020/02/Nota-Manejo-Obitos-COVID-19.pdf .Acesso em: 29 jul. 2020.

BRASIL. Agência Nacional Sanitária (ANVISA). **Nota Técnica GVIMS/GGTES/ANVISA nº 4/2020**, de 30 de janeiro de 2020. Disponível em: http://portal.anvisa.gov.br/documents/33852/271858/Nota+Técnica+n+04-2020+GVIMS-GGTES-ANVISA/ab598660-3de4-4f14-8e6f-b9341c196b28 . Acesso em: 28 jul. 2020.

CORONAVÍRUS: enterro de indígena sem ritual requer diálogo entre lideranças e o Ministério da Saúde, dizem especialista. **Amazonia Real**, 13 abr. 2020. Disponível em: https://amazoniareal.com.br/coronavirus-enterros-de-indigenas-sem-rituais-requer-dialogo-entre-liderancas-e-o-ministerio-da-saude-dizem-especialistas/. Acesso em: 2 ago. 2020.

CORTEIDH – CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Comunidad Indígena Yakye Axa vs. Paraguay**, Sentencia de 17 de junio de 2005. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_125_esp.pdf . Acesso em: 3 ago. 2020.

CORTEIDH – CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS. **Caso Comunidad de la Comunidad Moiwana vs. Suriname**, Sentencia de 15 de junio de 2005. Disponível em: https://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_124_esp1.pdf . Acesso em: 3 ago. 2020.

DURKHEIM, Émile. **As formas elementares de vida religiosa**. O sistema totêmico na Austrália. São Paulo: Martin Fontes, 2014.

LEVY, Jacob. Classifying cultural rights. In: SHAPIRO, Ian. KYMLICKA, Will. **Ethnicity and group rights**. New York: New York University Press, 1997, p. 22-66.

"O CORONAVÍRUS está quebrando a nossa crença", o luto imposto aos povos indígenas na pandemia. **El País**. 11 jul. 2020. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2020-07-11/o-coronavirus-esta-quebrando-a-nossa-crenca-o-luto-imposto-aos-povos-indigenas-na-pandemia.html. Acesso em: 23 jul. 2020.

OEA – ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **Convenção Americana de Direitos Humanos**, de 22 de novembro de 1969. Disponível em: https://www.cidh.oas.org/basicos/portugues/c.convencao_americana.htmAcesso em: 22 jul. 2019.

ONU – ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, 10 de dezembro de 1948. Disponível em: http://www.ohchr.org/EN/UDHR/Documents/UDHR_Translations/por.pdf Acesso em: 05 jul. 2020.

RIVERA, Ángel; MENÉNDEZ, Mario. **Las conductas simbólicas en el paleolítico. Un intento de comprensión y análisis desde el estructuralismo funciona***l*. Prehistoria y Arqueología, t. 4, 2001, p. 11-42. Disponible en: http://e-spacio.uned.es/fez/eserv/bibliuned:ETFSerieI-2011-7000/Documento.pdf Acceso en: 25 jul. 2018.

IX Encontro Internacional de Direitos Culturais
9th International Meeting on Cultural Rights
Direitos Culturais: Impactos da Pandemia
Cultural Rights: Impacts of the Pandemic
05 A 09 DE OUTUBRO
ISSN-e 23169982

O PAPEL DO NOVO CONSTITUCIONALISMO LATINO-AMERICANO NA INCLUSÃO CULTURAL DOS POVOS INDÍGENAS

THE ROLE OF THE NEW LATIN AMERICAN CONSTITUTIONALISM IN THE CULTURAL INCLUSION OF INDIGENOUS PEOPLES

Rafael Façanha Marques[121]

RESUMO

Este trabalho apresenta o Novo Constitucionalismo Latino-Americano que surgiu como uma alternativa ao Estado moderno fundado na matriz europeia, baseado em uma Constituição que representa uma nação única e um ordenamento jurídico que satisfaz uma sociedade uniforme. O modelo Europeu foi trazido e implantado na realidade latino-americana que é completamente diferente, baseada na origem pluralidade e na diversidade cultural. O Novo Constitucionalismo Latino-Americano inova na abordagem de questões ambientais, socioculturais, jurídicas e políticas. Olha para o passado pensando no presente e no futuro, objetivando construir uma sociedade que reconheça e valorize suas origens e a diversidade cultural e seu povo.

Palavras chave: Novo Constitucionalismo Latino-Americano, Povos indígenas, interculturalidade.

ABSTRACT

This work presents the New Latin American Constitutionalism that emerged as an alternative to the modern State founded on the European matrix, based on a Constitution that represents a single nation and a legal system that satisfies a uniform society. The European model was introduced and implemented in the Latin American reality that is completely different, based on plurality and cultural diversity. The New Latin American Constitutionalism innovates in addressing environmental, socio-cultural, legal and political issues. Look at the past thinking about the present and the future, aiming to build a society that recognizes and values its origins and cultural diversity and its people.

Keywords: New Latin American Constitutionalism, Indigenous peoples, interculturality.

[121] Advogado, Empresário do ramo de energia solar, pesquisador dos Direitos da Natureza e do Novo Constitucionalismo Latino-Americano.

INTRODUÇÃO

O Novo Constitucionalismo Latino-Americano consiste em um movimento que vem promovendo, a partir do giro ecocêntrico, uma verdadeira revolução paradigmática no direito. Questionando a forma como a humanidade se relaciona com a natureza, com os demais seres e com o planeta como um todo, resgata a cultura, os valores e o conhecimento dos povos indígenas originários e os incorpora ao texto constitucional.

O caráter inovador desse movimento se dá pelo fato de trazer, para dentro do texto constitucional, a forma holística de os povos indígenas originários virem o planeta como uma mãe, a mãe terra (Pachamama), e reconhecê-lo como um grande organismo vivo autorregulável e com uma relação de interdependência entre todos os seres, melhor dizendo, como uma grande comunidade indivisível que compartilha um destino comum, teoria cientificamente comprovada pelo cientista britânico James Lovelock (2010).

Quando falamos nesse novo constitucionalismo é imprescindível abordar a Constituição do Equador de 2008 e a Constituição da Bolívia de 2009, que inovaram ao tirar da marginalidade os povos indígenas originários, e ao inserir, no texto constitucional, a proposta do bem viver e os direitos da natureza, rompendo, assim, com o modelo europeu antropocêntrico que prevaleceu durante séculos em todo o planeta.

Esse movimento de integração da cultura dos povos originários contribuiu com importantes inovações jurídicas na inclusão dos povos indígenas e no trato dos direitos da natureza. A constituição do Equador passou a compreender a água como direito humano e como patrimônio comum. Outra impactante novidade jurídica decorre da possibilidade de a natureza (Pachamama) ser sujeito de direitos e não apenas objeto.

Nesse novo constitucionalismo, o ser humano deixa de figurar como senhorio e cede seu lugar de destaque para a vida em todas as suas formas. Tem como principais bandeiras a cultura do bem viver e o reconhecimento dos direitos da natureza, que implica uma nova forma de se relacionar com a natureza, para assegurar o bem-estar das pessoas, ao mesmo tempo que garante a sobrevivência das espécies e dos ecossistemas. Propõe assim, um contraponto ao atual modelo capitalista do viver melhor baseado no consumismo e no crescimento econômico infinito e a qualquer custo.

É uma grande oportunidade para o povo latino-americano se reconectar com suas origens e com o saber milenar dos povos tradicionais da região e promover um intercâmbio cultural que valorize a ética da sustentabilidade e uma relação harmônica do homem com a natureza.

Ao propor que entes da natureza, como rios, florestas e animais, sejam reconhecidos pelo sistema jurídico como sujeitos de direito e não apenas como um objeto de propriedade e de mercancia o Novo Constitucionalismo Latino-Americano nos dá uma oportunidade para repensar o modelo constitucional eurocêntrico até então dominante e refletir sobre a forma como nos relacionamos com os demais seres, com o meio ambiente e com o planeta como um todo.

Eduardo Gudynas (1999, pg. 101) lembra que "em diversos momentos históricos desta modernidade, como Renascimento, Iluminismo, Industrialização e Evolucionismo, a natureza foi trabalhada pela lógica racional e pelas diversas formas econômicas de apropriação e transformação a serviço do desenvolvimento humano".

As reflexões no âmbito da teoria constitucional são necessárias e numerosas, uma vez que as propostas desse novo modelo nos levam a uma superação de paradigmas. Alberto Acosta (2009, pg. 93) explica que, quando observamos a história da evolução da ampliação dos sujeitos de Direito, podemos constatar que cada tentativa de ampliação de direitos foi imediatamente contestada e até mesmo rechaçada pela sociedade da época. Para contextualizar, ele nos elenca vários exemplos históricos, como o da emancipação dos escravos que eram tidos como *res*, a extensão dos direitos civis aos afro-americanos, aos índios e às mulheres que, de início, foram recusadas por serem consideradas como absurdas.

Esperanza Martínez (2015) acrescenta que, com o passar do tempo, não só essas categorias tiveram seus direitos reconhecidos como também o espaço foi ampliado, incluindo-se ao rol os "sujeitos de Direito inanimados como as sociedades comerciais, as associações e as coletividades públicas, todas reconhecidas com personalidade jurídica".

O grande mérito do Novo Constitucionalismo Latino-Americano tem sido trazer todas essas questões ao debate e plantar a semente da mudança. Questionou o modelo jurídico, político e social estabelecidos e que era até então inquestionável, trouxe novos atores para o debate e possibilitou que o povo indígena fosse incluído nos debates e que sua cultura e seus conhecimentos fossem levados em consideração.

METODOLOGIA

Essa pesquisa foi de natureza básica estratégica com objetivo descritivo, usando abordagem qualitativa, método hipotético-dedutivo e procedimento bibliográfico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Uma das propostas centrais desse novo constitucionalismo é justamente apresentar-se como uma alternativa ao Estado moderno de matriz europeia, em que o Estado e a Constituição são a representação de um único povo organizado em uma nação, com um sistema jurídico padronizado que não se preocupa com a diversidade cultural e a pluralidade existente do elemento humano que a compõe.

Esse modelo constitucional de origem europeia se mostrou inadequado para a realidade de um país diverso como o Brasil, onde segundo dados do senso IBGE de 2010, conta com uma população indígena **de 896.917 mil pessoas organizados em mais de 230 etnias e falando 180 línguas distintas (IBGE, 2010).**

Antônio Carlos Wolkmer (2015) enfatiza a importância de integrar esses grupos nos debates sociais, políticos e jurídicos, pois eles cumprem a importante missão de manter vivo "o saber milenar dos povos originários da região, apresentando interações complexas e experiências plurais, que são, no cenário de impasse civilizatório que se vive, importante oportunidade para se encaminhar para a discussão intercultural, impulsionando uma Ética da Sustentabilidade, expressão da harmonia e da integração do homem com a natureza".

O constitucionalismo de matriz eurocêntrica inviabilizou diversas experiências e vivências no campo teórico, como o conhecimento negro, o conhecimento indígena, o conhecimento das comunidades tradicionais, uma vez que não faziam parte da realidade europeia. O novo constitucionalismo resgata esses conhecimentos e os coloca como centro de sua teoria.

CONCLUSÃO

As inovações desse novo modelo constitucional passam pela questão ambiental, sociocultural, jurídica e política. Ao olhar para o passado objetivando construir um futuro melhor, mais democrático e mais justo, resgata grupos sociais historicamente ignorados, excluídos e marginalizados.

Ao promover a inserção social dos povos indígenas, tratando-os como cidadãos, de igual para igual e os integrando aos debates, temos uma grande oportunidade de corrigir os erros do passado, reconhecer e incorporar conhecimentos milenares valiosos.

Nos países onde foi adotado, o Novo Constitucionalismo Latino-Americano vem contribuindo significativamente para uma mudança de paradigma na área ambiental e na inclusão social da comunidade indígena, proporcionando uma nova forma da humanidade se relaciona com a natureza, com os demais seres e com o planeta como um todo.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto. Los grandes cambios requieren de esfuerzos audaces. A manera de prólogo. In: ACOSTA, Alberto y MARTÍNEZ, Esperanza (Comps.) **Derechos de la Naturaleza**. El Futuro es Ahora. Quito: Abya Yala, 2009. p. 93.

BOLÍVIA. Congresso Nacional. **Constituição Política Do Estado Da Bolívia**. Disponível em: http://www.congreso.gov.bo/5biblioteca/index2.html?u=3&s=1. Acesso em 08 jun. de 2020.

EQUADOR. Assembléia Nacional. **Constitucion de La Republica del Ecuador**. Quito, 2008. Disponível em: http://www.asambleanacional.gov.ec/documentos/constitucion_de_ bolsillo.pdf. Acesso em 08 jun. 2020.

GYDINAS, Eduardo. Concepciones de la Naturaleza y Desarrollo en America Latina. In: **Persona y Sociedad**, 13 (1), Abril 1999, Santiago de Chile, p.101.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico 2010: População Indígena**. Rio de Janeiro. 20010. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9677&t=downloads. Acesso em: 29 jul. 2020.

LOVELOCK, James. **Gaia**: alerta final. Tradução de Jesus de Paula Assis e Vera de Paula Assis. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2010.

MARTÍNEZ, Esperanza. **Pachamama y Sumak Kawsai**. Disponível em: <http:www.sicsal.net/reflexiones/CentenarioProanhoEMartinez.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2015.

WOLKMER, Antonio Carlos; WOLKMER, Maria de Fátima S. **Repensando a Natureza e o Meio Ambiente na Teoria Constitucional da América Latina**. In.: Revista Novos Estudos Jurídicos, Nº 3, Vol. 19, Set-Dez. 2014. Disponível em: http://www6.univali.br/ seer/index.php/nej/article/view/6676. Acesso em: 31 jul. 2015.

IX Encontro Internacional de Direitos Culturais
9th International Meeting on Cultural Rights
Direitos Culturais: Impactos da Pandemia
Cultural Rights: Impacts of the Pandemic
05 A 09 DE OUTUBRO
ISSN-e 23169982

O RESGATE À CULTURA: A LEI 'ALDIR BLANC' E O IMPACTO DA PANDEMIA NO DIREITO CULTURAL BRASILEIRO

RESCUE TO CULTURE: THE LAW 'ALDIR BLANC' AND THE IMPACT OF THE PANDEMIC ON BRAZILIAN CULTURAL RIGHTS

Dibiss Cassimiro Ximenes[122], João Ricardo Holanda do Nascimento[123]

RESUMO

O Direito Cultural, instituto com aparato legal recente na legislação mundial, tem a sua efetivação em território brasileiro advinda da Constituição Federal de 1988. Nesse contexto, inúmeros foram os obstáculos posteriores à proteção de tal direito fundamental a uma sociedade, dentre eles a pandemia do Covid-19. Nesse contexto, surge a PL 1.075/2020, que busca garantir um auxílio mensal aos profissionais culturais que foram prejudicados com a pandemia. O presente trabalho tem o objetivo de analisar a disposição do direito cultural na legislação brasileira contemporânea, e, aliado a isso, o impacto da pandemia nos profissionais da categoria e a importância de um Projeto de Lei que vise proteger uma categoria desvalorizada no meio social. O método científico utilizado foi o dialético e o objetivo de estudo é o explicativo. Na pesquisa, foi utilizado o método teórico bibliográfico-documental. A análise resultou na constatação de que a lei Aldir Blanc promove o devido auxílio a um dos principais setores afetados pela pandemia, bem como promove um resgate a este que não obtém os devidos recursos governamentais. Conclui-se que o Direito Cultural é uma pauta ainda desconhecida e desvalorizada no meio social, mas a sua ascensão advém da legislação e de conquistas tais como a Lei Aldir Blanc, recentemente sancionada e fundamental para a sobrevivência da categoria cultural brasileira.

Palavras-chave: Auxílio. Direito Cultural. Direitos Humanos. Pandemia.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

Cultural Law, an institute with recent legal apparatus in world legislation, has its effectiveness in Brazilian territory arising from the Federal Constitution of 1988. In this context, there were countless obstacles later to the protection of such fundamental right to a society, among them the pandemic of the Covid-19. In this context, PL 1.075 / 2020 emerges, which seeks to guarantee monthly assistance to cultural professionals who were affected by the pandemic. This paper aims to analyze the disposition of cultural law in contemporary Brazilian legislation, and, allied to this, the impact of the pandemic on professionals in the category and the importance of a Bill that aims to protect a category devalued in the social environment. The scientific method used was the dialectic and the objective of the study is the explanatory. In the research, the bibliographic-documental theoretical method was used. The analysis resulted in the finding that the Aldir Blanc law promotes due assistance to one of the main sectors affected by the pandemic, as well as promotes a rescue to the one that does not obtain the appropriate government resources. It is concluded that Cultural Law is still an unknown and

[122] Autor. Acadêmico de Direito na Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Presidente da Liga Acadêmica de Direitos Humanos da Universidade Estadual Vale do Acaraú (LADH – UVA).

[123] Orientador. Mestre em Direito pelo Centro Universitário Christus.

undervalued agenda in the social environment, but its rise comes from legislation and achievements such as the Aldir Blanc Law, recently sanctioned and fundamental for the survival of the Brazilian cultural category.

Keywords: Aid. Cultural Law. Human rights. Pandemic.

INTRODUÇÃO

O Direito Cultural, importante mecanismo fundamental da sociedade, encontra sua positivação em textos tardios, quando equiparado a outros direitos fundamentais, tais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, datada de 1948, a qual afirma expressamente a existência do direito cultural e a importância deste. Trazendo para uma perspectiva nacional, o direito à cultura somente foi definitivamente reconhecido na Constituição Cidadã de 1988, o que acarreta uma ascensão ainda presente de tal instituto, uma vez que este ainda encontra obstáculos para se firmar e ter o seu valor reconhecido perante a sociedade.

Braga (2014) levanta o debate acerca da existência do Direito Cultural na Constituição Federal de 1988, a nossa principal fonte de garantias em termos de direitos humanos. A autora constrói a evolução histórica da cultura no meio social em um contexto jurídico e perpassa o conceito ultrapassado de cultura como lazer, afirmando a importância desta para a memória social e a sua devida importância para o desenvolvimento de uma sociedade.

Uma vez analisada a presença do Direito Cultural na legislação brasileira, será realizado um debate acerca da pandemia do COVID-19 e o referido impacto no setor cultural, que se encontra abalado e desprovido de recursos suficientes para a manutenção e difusão cultural afirmada pela legislação brasileira. Nesse contexto, surge o Projeto de Lei nº 1.075/20, conhecido como o PL ‘Aldir Blanc’, que garante um auxílio mensal para a renda dos profissionais e espaços culturais afetados diretamente pela pandemia, visto que esta impossibilitou o trabalho das pessoas que se encontram em uma maior vulnerabilidade social e obtinham a difusão cultural como única forma de renda.

O presente estudo visa trazer uma análise com o que foi disposto na Constituição de 1988, e como ela se reflete no governo, com o intuito de manter e difundir a cultura, tomando como pressuposto a Carta Magna, bem como a interlocução de pessoas diretamente afetadas pela pandemia, e de autores que tratam a importância do Direito Cultural na sociedade, afim de obter uma maior compreensão acerca da necessidade do referido Projeto de Lei e o que ele expõe na sociedade que ainda trata a cultura como algo relacionado efetivamente ao lazer, ignorando a sua complexidade e importância no cotidiano social.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa teórico-bibliográfica concentrada em torno das análises documentais acerca dos Direitos Humanos, particularmente do Direito à Cultura. Acerca do objeto em estudo faz-se necessário recorrer à Constituição Federal de 1988 em que se prezam os artigos fundamentais para a difusão do direito cultural. A partir desses dados, podemos compreender a realidade social em que se encontra o direito cultural brasileiro e analisar a efetividade de uma lei que visa socorrer uma categoria devidamente prejudicada à pandemia do COVID-19.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1 O DIREITO À CULTURA: UM BREVE CONTEXTO HISTÓRICO

A Cultura, um dos elementos essenciais à sociedade, obteve uma legislação tardia quando equiparada a outros direitos fundamentais, que obtiveram a sua efetivação com a positivação dos direitos considerados essenciais à condição humana, datados da Idade Moderna. Em seu contexto histórico, o Direito Cultural surge com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, em um cenário pós-guerra, que afirma expressamente a cultura como um elemento indispensável à dignidade humana:

> Todo ser humano, como membro da sociedade, tem direito à segurança social, à realização pelo esforço nacional, pela cooperação internacional e de acordo com a organização e recursos de cada Estado, dos direitos econômicos, sociais e culturais indispensáveis à sua dignidade e ao livre desenvolvimento da sua personalidade. (ONU, 1948, p. 12)

Em uma perspectiva nacional, o Direito à Cultura foi tratado vagamente nas Constituições de 1934 e 1937, sendo que tal direito somente obteve sua efetivação com a inclusão do capítulo “DA CULTURA” na Constituição da República Federativa Brasileira de 1988, a Constituição Cidadã, que leciona (BRASIL, 1988. P. 20): “art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais. ”

Dessa forma, o Direito Cultural se encontra presente e formalizado no Estado Brasileiro, apesar de inúmeras dificuldades governamentais, legais e sociais para a sua efetivação no meio social, o que pode ser resultado de uma generalização do conceito de

cultura, uma vez que a importância da cultura segue sendo observada. No entanto, com a afirmação do direito cultural na Carta Magna, a sociedade vem atribuindo mais valores ao significado de cultura e a importância desta para a manutenção do meio social.

A relação entre sociedade e Estado é fundamental para a valorização da cultura e deve ser estimulada. De acordo com Braga (2014, p.339):

> É prudente ressaltar que os cidadãos relacionam-se, e o Estado, como membro atuante dentro desse contexto social, está inserido de forma tal que pode e deve zelar pela construção da cidadania, e, consequentemente, proteger o legado cultural já deixado e estimular as manifestações e produções culturais que ainda virão.

Logo, trata-se de uma construção jurídico-social. A partir do momento que o direito se encontra amparado em uma norma de caráter supralegal, a sua inserção no meio social vai sendo construída no decorrer do tempo e com a afirmação por parte do Estado, valorizando, assim, a memória coletiva presente nas relações sociais.

2 A LEI ALDIR BLANC: O AUXÍLIO A UM SETOR ESQUECIDO

O Projeto de Lei nº 1.075/20[124] ou PL Aldir Blanc[125] foi proposto pelas deputadas Jandira Feghali (PCdoB) e Benedita da Silva (PT), com o intuito de cobrar do Estado Brasileiro uma solução emergencial para amparar economicamente os profissionais da categoria que se encontraram prejudicados com a pandemia do COVID-19, devido a impossibilidade de realizarem seus trabalhos, o que advém, assim, uma crise na renda familiar, principalmente quando a família não obtém outra fonte de renda, diversa da atividade cultural.

Nesse contexto, foi proposto um auxílio emergencial pecuniário de R$600 reais para os artistas que se enquadrarem nos requisitos para a obtenção do referido apoio mensal por parte do governo, com a finalidade de prover uma manutenção básica da renda familiar, sendo um total de R$ 3.600.000.000 a serem repartidos entre os entes federados. A pandemia

[124] O Projeto de Lei foi sancionado no dia 29/06/2020, e publicada no dia 10/07/2020, contemporâneo à realização dessa pesquisa.

[125] A lei homenageia Aldir Blanc, compositor e escritor brasileiro, autor de *O Bêbado e a Equilibrista (1978)*, que foi vítima do novo coronavírus, em maio de 2020.

do coronavírus tornou nítido o caráter de emergência dos artistas nacionais e a necessidade de o Estado Brasileiro proteger e estimular o setor cultural:

> A Administração Pública, então, deve conduzir o direcionamento do desenvolvimento cultural, por entender a importância que a cultura tem na formação e na evolução do seu povo e, acatando a Constituição Federal de 1988, respeitar os Direitos Culturais de forma a possibilitar sua ascensão dentre os ramos do Direito, propiciando a autonomia que lhe é devida. (BRAGA, 2014, p. 348)

Dessa forma, o direito cultural consegue uma nítida viabilização concorrente com direitos essenciais tais como: educação, saúde, assistência, moradia e etc. O legislativo brasileiro, ao reconhecer a necessidade de valorização da cultura como meio de renda, sobrevivência e dignidade humana, promove um debate acerca de algo invisibilizado e que não obtém fundo de recursos advindo do próprio governo, quando este se torna omisso quanto à questões básicas de difusão cultural, tais como a manutenção da Cinemateca[126], em São Paulo.

Nesse contexto, afirma Giordano de Castro (2020), artista impactado pela pandemia:

> É um setor que foi imediatamente prejudicado por tudo isso porque a premissa do fazer artístico está ligado muito ao fato de aglomerar, de encontro. Todo mundo teve que recorrer ao Auxílio Emergencial, mas esse auxílio encontrou uma série de impasses. No caso particular, meu e do grupo, ninguém conseguiu o auxílio por uma série de motivos cada um e a gente se viu extremamente perdido, porque a fonte de renda da gente, do grupo, de vários artistas – eu falo da gente mas eu to falando de uma classe muito grande – vem basicamente de bilheteria e do seu trabalho feito no dia a dia. Há um tempo a gente também vem sofrendo, também no âmbito federal e em outras esferas a falta de leis de apoio e de incentivo. (PE, Brasil de Fato, 2020, p. 01)

No que diz respeito à equiparação do direito cultural em frente a outros direitos previstos constitucionalmente, ele segue:

> É um setor que foi imediatamente prejudicado por tudo isso porque a premissa do fazer artístico está ligado muito ao fato de aglomerar, de encontro. Todo mundo teve que recorrer ao Auxílio Emergencial, mas esse auxílio encontrou uma série de impasses. No caso particular, meu e do grupo, ninguém conseguiu o auxílio por uma série de motivos cada um e a gente se viu extremamente perdido, porque a fonte de renda da gente, do grupo, de vários artistas – eu falo da gente mas eu to falando de uma classe muito grande – vem basicamente de bilheteria e do seu trabalho feito no dia a dia. Há um tempo a gente também vem sofrendo, também

[126] A Cinemateca é um importante acervo da cultura visual brasileira, localizada em São Paulo, e se encontra em crise financeira, uma vez desprovida de apoio do governo.

> no âmbito federal e em outras esferas a falta de leis de apoio e de incentivo. (PE, Brasil de Fato, 2020, p.01)

A oportunidade de fala por uma pessoa diretamente impactada pela crise oriunda da pandemia atual, demonstra a urgência em tratar do assunto e a importância da aprovação do Projeto de Lei, que irá efetivar o desenvolvimento cultural nacional.

CONCLUSÃO

Portanto, o direito à cultura ainda precisa de visibilidade na legislação brasileira e consequentemente a aplicação desta na sociedade, visto que a afirmação da existência de tal direito é o primeiro passo para a tomada de medidas que os entes federados precisam adotar para assegurar a difusão e manutenção da categoria artística. Em meio à pandemia do novo coronavírus (COVID-19), tal resgate à cultura torna-se necessário, uma vez que a cultura se torna um dos setores mais afetados pelas normas de isolamento social.

Conclui-se que a lei 14.017/20, recentemente sancionada, promove um debate acerca do significado de cultura no meio social, bem como a proteção ao direito cultural. Com a efetivação da lei Aldir Blanc, o direito à cultura promove igualdade, dignidade, dentre outros, bem como à manutenção da própria categoria de profissionais, ressignificando, assim, o conceito de Direito Cultural, uma vez que este deixa de ser considerado um lazer para o meio social, e passa a ser visibilizado como amparo, apoio, memória e sobrevivência humana. Perpassando o valor pecuniário elaborado, a referida lei salva vidas e promove a continuação de um objeto silenciado, mas fundamental ao nosso cotidiano: a cultura.

REFERÊNCIAS

BRAGA, Janine de Carvalho Ferreira; SALDANHA, B. S. . **O Direito Cultural como Elemento Emancipatório e Civilizatório e a Efetivação da Proteção do Patrimônio Cultural no Brasil**. 1ed.Florianópolis: CONPEDI, 2014, v. p. 330-350.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 02 jul. 2020.

BRASIL. **Atividade Legislativa: Projeto de Lei nº 1.075, de 2020**. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/142136>. Acesso em: 10 jul. 2020.

ONU, Assembleia Geral. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. UNIC / Rio / 005 - Agosto 2009. 1948. p. 12. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf> Acesso em: 08 jul. 2020.

PE, Brasil de Fato. **“A fome não espera”: artista comenta desafios de implantação da Lei Aldir Blanc**. Disponível em: <https://www.brasildefatope.com.br/2020/07/03/a-fome-nao-espera-artista-comenta-desafios-de-implantacao-da-lei-aldir-blanc>. Acesso em: 13 jul. 2020.

UOL, Observatório do Teatro. **Lei Aldir Blanc é sancionada pelo Palácio do Planalto; Prazo expirava amanhã**. Disponível em: <https://observatoriodoteatro.uol.com.br/noticias/lei-aldir-blanc-e-sancionada-pelo-palacio-do-planalto-prazo-expirava-amanha>. Acesso em: 01 jul. 2020.

IX Encontro Internacional de Direitos Culturais
9th International Meeting on Cultural Rights
Direitos Culturais: Impactos da Pandemia
Cultural Rights: Impacts of the Pandemic
05 A 09 DE OUTUBRO
ISSN-e 23169982

OS CONFLITOS SOCIOCULTUARAIS COM (FOCA) LIZAÇÃO NA NEGOCIAÇÃO: (META) COGNIÇÃO

THE RESOLUTION OF SOCIOCULTURAL CONFLICTS UNDER THE PRISM OF NEGOTIATION: (GOAL) COGNITION

Natália Santos Machado*

RESUMO

Este trabalho tem como objeto de estudo a negociação com destino a resolução de conflitos socioculturais. A partir do conhecimento das técnicas de negociação é possível que se compreenda os métodos de resolução de problemas a fim de que haja a criação de novos modelos mentais na busca da paz social em qualquer cenário, em especial, em tempos de crises familiares. Na primeira seção, fala-se, acerca das técnicas de negociação, sobretudo, a escuta ativa. Por outro lado, a Metacognição ajudará o ser humano na resolução de conflitos principalmente de si próprio. Por fim, é preciso repensar as ações humanas no âmbito familiar à luz de condutas humanitárias em conjunto com a quebra de paradigmas, desconstruindo, sobretudo, as ações agressivas. Portanto, as interações sociais em tempo de crise envolvem a comunicação verbal e a não verbal, todavia, é preciso verbalizar de forma pacífica, sem acusações ou julgamentos.

Palavras Chave: Negociação. Conflitos. Metacognição

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

This work has as object of study the negotiation with the resolution of sociocultural conflicts. From the knowledge of negotiation techniques it is possible to understand the methods of problem solving so that there is the creation of new mental models in the search for social peace in any scenario, especially in times of family crises. In the first section, we talk about the negotiation techniques, especially active listening. On the other hand, Metacognition will help human beings in resolving conflicts mainly of themselves. Finally, it is necessary to rethink human actions in the family sphere in the light of humanitarian conduct snags together with the breaking of paradigms, deconstructing, above all, aggressive actions. Therefore, social interactions in time of crisis involve verbal and nonverbal communication, however, it is necessary to verbalize peacefully, without accusations or judgments.

Keywords: Negotiation. Conflicts. Metacognition

INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa apresentar a negociação como mecanismo de resolução de conflitos em qualquer âmbito da vida do ser humano, em especial. A negociação faz parte da vida do ser humano e envolve a comunicação externalizada por meio da linguagem

* Advogada. Bacharel em Direito pela faculdade do vale do Itapecurú (2018), Pós-graduada em Direito Penal e Processo Penal pelo Centro de Ensino Superior Vale Parnaíba(2019), Pós-graduação em Direito Civil e Processo Civil pela Universidade Estadual do Piauí (2020), Pós-graduanda em Ciências Criminais pelo Centro Universitário Santo Augustinho (2020). E-mail: nataliamachadoadv@outlook.com.

verbal e não verbal. Nessa perspectiva, o rompimento de paradigmas mentais pauta-se na educação a fim de que uma nova linha de raciocínio cognitivo seja implementada.

A pesquisa se justifica no atual cenário social, em especial, no âmbito familiar, vale dizer, o egoísmo precisa ser desmistificado para o aprendizado de técnicas que valorizem a pessoa a fim de que haja a tomada de consciência do ser humano por meio da sua autorresponsabilidade. Com focalização na resolução de problemas por meio de atos humanísticos ao invés de ações egocêntricas porque estas não geram benefício para ninguém.

METODOLOGIA

O presente trabalho foi construído através de investigação bibliográfica com destino a construção do conhecimento descritivo-expositivo. A base de coleta de dados deu-se por meio de leituras de livros afim de descontruir a cultura de guerra embasada em atos violentos e, por sua vez, implementar novos modelos mentais com enfoque na cultura de paz. Os principais autores estudados foram: Santos (2017), Gikovatte (1943), Gandhi (2018) e Fonseca (2011). A pesquisa foi desenvolvida em duas seções: negociação como mecanismo de resolução de conflitos; (Meta) cognição: a construção de novos modelos mentais.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

2 NEGOCIAÇÃO COMO MECANISMO DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

A princípio, a negociação envolve o conhecimento de vários métodos científicos que poderão ser empregados em qualquer sistema. As técnicas apresentadas no trabalho poderão ajudar o ser humano a olhar para os conflitos no âmbito familiar por meio de uma postura humanística. Segundo Mazzuco (2020) “a negociação é uma discussão estratégica que resolve um impasse de uma maneira que todas as partes ficam satisfeitas”.

É preciso observar as partes como um todo, focalizando os interesses comuns e incomuns na busca de soluções a partir de uma situação de conflito. Segundo Santos (2017) o enfrentamento dos problemas socioculturais é extremamente complexo, em especial, quando há confusão do problema com a pessoa e “não raras vezes, o problema é a própria pessoa. Um bom negociador deve ser capaz de fazer a distinção entre os conflitos e as pessoas nele envolvidas” a partir de uma escuta empática, sem nenhum julgamento.

Allen (2017) diz que “um dos desafios fundamentais que a maioria das pessoas enfrentam nos desenvolvimentos dos pensamentos é a tendência a pensar e sentir egocentricamente. A vida do homem está profundamente focada nos seus próprios desejos, dores, pensamentos e sentimentos momentâneos”, o autoconhecimento é importante para que o indivíduo se desprenda de si para que não foque no egocentrismo, os conflitos socioculturais deverão estar pautados para além dos seus desejos, com enfoque nos do outro.

Ensina Santos (2017) as acusações em qualquer relação humana não são uma saída positiva para a resolução de conflitos “trata de perda de tempo e gasto inútil de energia. É importante tentar se colocar no lugar do outro e concentrando-se no objetivo a ser alcançado, buscando a construção de uma atmosfera favorável ao diálogo e assim haverá mais chances de um acordo”. O diálogo pacífico poderá acontecer em qualquer ambiente da vida da pessoa e a verbalização ocorrerá de maneira mais acertada sem acusações ou julgamentos acerca de qualquer postura comportamental. É preciso buscar os interesses das partes envolvidas no possível litígio “evitando disputas por posições. Deve-se entender o porquê daquele posicionamento, o que está por trás do que é afirmado”. Com a compreensão do motivo que enseja a divergência e que dificulte o consenso é possível que se chegue ao consenso.

Discorre Gandhi (2018) acerca da raiva “o seu avô surpreendeu o mundo ao responder à violência e ao ódio com amor e perdão”. Gandhi não conseguiu agir como o seu avô por conta de suas experiências de vida difíceis na infância. Mas, ele não estava satisfeito ao sentir raiva o

tempo todo “guardar rancor e fantasiar sobre vingança segundo Gandhi o deixaram mais fraco, não mais forte”. Gandi tinha uma fúria interior e precisava aprender a lidar com ela. É essencial aprender a lutar contra o preconceito ao invés de alimentar a raiva. Mesmo que as experiências de vida na infância de qualquer pessoa sejam tormentosas.

Diz Hellinger (2006) “o indignado se sente e se apresenta como se fosse um justiceiro. Ao contrário de uma pessoa que ama, ele não conhece compaixão nem medida” pois, apenas a exerce por meio de ações humanísticas, que estão pautadas na valorização da pessoa. Vale ressaltar, o subjetivismo é complexo porque cada sujeito tem sua unicidade, por isso, a análise de qualquer situação precisa ser observada conforme a individualidade da pessoa.

Preleciona Santos (2017) é essencial descobrir os interesses das pessoas, o que está por trás das posições dos seres humanos, que envolve a descoberta dos reais motivos que dificulta o acordo. Existe uma expressão chamada barganha posicional “os negociadores não renunciam a suas posições. Não se pode ignorar, contudo, o que move o ser humano são os seus interesses e um bom negociador deve buscar primeiro os motivos que levam as pessoas ao impasse, pois só então conseguirá superá-lo”. Com o diálogo aberto o negociador buscará entender o real motivo que poderá causar as brigas e discussões.

Gikovatte (2014) relata que “as mudanças ocorrerão quando a pessoa desenvolve certa maturidade emocional e a convicção clara de que os prejuízos futuros são quase inexoráveis”. É importante demonstrar os prejuízos futuros que o impasse causará, muitas vezes os conflitos se desenvolvem devido, por exemplo: as divergências de pensamentos culturais, o fator econômico, o vínculo afetivo rompido, a falta de controle emocional.

Afirma Santos (2017) que a escuta é um elemento chave para um bom negociador “muitas pessoas pensam que a escuta gera uma presunção de concordância ou fraqueza, o que não é verdade. Deve-se, assim, estimular que o outro fale. A escuta também ajudará a rebater os argumentos da outra parte”. Sem interrupções, julgamentos ou acusações. Assim, o escutar ativamente não gera uma presunção de concordância ou fraqueza, mas, sobretudo, é uma forma de tratar a pessoa de modo respeitoso.

Para ser um bom negociador é preciso ter um conhecimento amplo que não envolve apenas a teoria da negociação. Há três dimensões da negociação, quais, sejam: “emocional, conhecimento do objeto e técnicas de negociação. Um bom negociador deve dominar bem essas três searas do processo de negociação, tanto em relação a si próprio, quanto em relação ao outro

negociador". O domínio das emoções tanto de si como do outro ajudará no processo de negociação em conjunto com o conhecimento das técnicas de negociação.

Nesse sentido, a comunicação não se restringe em falar e escrever sua posição ou seu objetivo, dar-se-á, também por meio da ação, da reação e omissões. O homem se comunica também pela emoção, tom da voz, gestos, movimentos, pausas, silêncio e olhar.

Alves (1933) diz que a comunicação como afirmação da presença deverá ser externalizada com amor e o ser humano precisa ser perceptivo na fala, pois "quando se fala com amor, cada palavra que se diz é uma revelação daquele que fala". Um discurso humanizado é aquele que ouve mais e fale menos. E, sobretudo, age mais. Com demonstrações de interesse pelo outro lado e colocando-se no lugar do outro, por mais difícil que seja essa atitude, por outro lado, não basta saber que o outro pensa diferente. É importante compreender e tentar experimentar o sentimento e o ponto de vista do outro.

Indaga Gandhi (2004) que as divergências de opiniões não devem significar hostilidade. "Se fosse assim, Gandhi e sua mulher eram inimigos figadais. Pois, ele diz que não conhece duas pessoas no mundo que não tenham tido divergências de opinião ele diz que sempre procurou nutrir pelos que discordam dele o mesmo afeto que nutre pelos que são os mais queridos e vizinhos". O respeito aos limites do outro é de grande valia em conjunto no um ato de negociar pois é uma demonstração de interesse pelo sentimento do outro.

3 (META) COGNIÇÃO: A CONSTRUÇÃO DE NOVOS MODELOS MENTAIS

A princípio, a educação oportunizará o aprendizado de novos modelos mentais por meio da metacognição. Mas, a mudança de modelos mentais não é tarefa fácil, pois envolve a quebra de paradigmas socioculturais adquiridos da infância até a vida adulta, a evolução do ser humano está pautada no aprendizado constante e na desconstrução de antigos modelos mentais rumo a construção de um futuro melhor.

Em relação a construção e desconstrução de processo cognitivos, é preciso tecer que a propriedade de cada intervenção depende da natureza e complexidade do processo apresentado. Desse modo, Fonseca (2011) diz que é relevante as "combinações de instruções, modelagem, ensaio comportamental e feedback focados em ensinar os pais como lidar com problemas específicos", por exemplo: a agressão e a desobediência, bem como o treino de controle de eventos antecedentes e técnicas de manejo de problemas socioculturais.

Em continuidade, o processo educativo, em qualquer grau ou finalidade que seja encarado, envolve a potencialização das funções ou capacidades “cognitivas, pois são elas no seu todo que vão permitir ao indivíduo resolver problemas e equacionam as suas soluções adaptativas, bem como se constituem como pré-requisitos fundamentais à aquisição de novas informações sobre a natureza, a sociedade e a cultura” no meio em que o ser humano vive. Uma nova forma de repensar as ações no âmbito familiar é reconhecer que o ser humano poderá alterar o seu próprio comportamento e o do ambiente em que vive.

A educação e o treino cognitivo deverá ser amplo não só as “formas de pensamento analítico, dedutivo, rigoroso, convergente, formal e crítico, como formas de pensamento sintético, indutivo, expansivo, divergente, concreto e criativo, interligando-as de forma harmoniosa”. A mudança de mentalidade com destino a criação de novos modelos mentais envolve a compreensão do ser humano de forma interdisciplinar com o perfil cognitivo criativo afim de que se busque vários meios para a resolução de problemas familiares.

Para tanto, Fiorelli (2012) elenca que “a família pode exaurir o indivíduo levando-o a conflitar no trabalho e vice-versa”, o exaurimento dar-se-á por meio do esgotamento emocional, com emoções intensas, que poderá ocasionar conflitos no âmbito familiar, por exemplo: a falta de compreensão, a falta de apoio. Na resolução de conflitos as emoções da pessoa não devem ser negligenciadas, por meio da escuta ativa é possível se verifica se já houve a explosão emocional ou está na iminência de acontecer.

É preciso que haja a focalização em estratégias com enfoque na valorização da pessoa para que ela não reaja aos conflitos, utilizando a argumentação com bom humor “desde que empregado com critério e sensibilidade” para que não seja confundido com desinteresse o estado de bom humor. Cada ser humano tem a sua visão de mundo focada nos próprios valores, mas é preciso que haja a desmestificação da visão de mundo preconceituosa no seio familiar, sobretudo, com a criação de novos modelos mentais.

CONCLUSÃO

Pretendeu-se compreender com este trabalho uma nova visão de resolução de conflitos que envolve a negociação. Para a sua compreensão é preciso ter domínio de técnicas comportamentais, tais como: a escuta ativa, o não julgar, o não acusar e o autocontrole. Isto

envolve a criação de novos paradigmas mentais para tentar lidar com as próprias emoções e a de outra pessoa, pois não é tarefa fácil e é preciso de estudo interdisciplinar para que haja a mudança de mentalidade da pessoa. É relevante focar em várias metas– mudança de mentalidade a partir da construção de novos modelos mentais sedimentados na humanização.

Por fim, em meios aos conflitos socioculturais no âmbito familiar, a negociação ajudará o ser humano a lidar com os problemas que surgirem, no entanto, é preciso do autoconhecimento a fim de que a humanização esteja focalizada na construção de novos modelos mentais. E finalmente, a educação do presente e do futuro precisa estar pautada na aprendizagem de novos processos cognitivos, seja na família, na escola e na universidade. Com exercícios práticos das técnicas comportamentais citadas, é possível exercer a sensibilidade cognitiva de tentar se colocar no lugar do outro por mais que seja difícil.

REFERÊNCIAS

ALVES, Rubens. **A magia dos gestos poéticos**. 2ª. Ftd: São Paulo, 1933.

ALLEN, Steve D. **Domine sua mente**: como usar o pensamento crítico para pensar com clareza e evitar ser manipulado, CreateSpace. 1ªedição, 2017.

FONSECA, Vítor da**. Cognição, neuropsicologia e aprendizagem**: abordagem neuropsicológica e psicopedagógica. 5ed. Vozes: Rio de janeiro, 2011.

FIORELLI, José, MANGINI, Rosana. **Psicologia jurídica**. 4ªed. Atlas: São Paulo, 2012.

GIKOVATTE, Flávio. **A arte de viver bem**. Mg: São Paulo. 3ª edição, 1943a GIKOVATTE, Flávio. **Mudar**: caminhos para a transformação verdadeira. Mg: São Paulo, 2014b.

GANDHI, Mahatma. **A única revolução possível é dentro de nós**. Versão para eBook, eBooksBrasil.com, 2004a.

GANDHI, Arun. **A virtude da raiva**. 1ªed. Sextante: Rio de Janeiro, 2018.

HELLINGER, Bert; HOVEL, Gabriele ten. **Um lugar para os excluídos**: conversas sobre o caminho da vida. Atman: Minas Gerais, 2006a.

MAZZUCO, marina. **Negociação de sucesso**: dicas e técnicas, 2020. Disponível em:

https://saleshackers.com.br/author/marina-mazzuco/. Acesso em: 10 de ago.2020

SANTOS, Diogo, P. F. **Manual de negociação:** baseado na teoria de Havard. EAGU: Brasília, 2017b.

SARTRE, Jean P. **O que é subjetividade**. 1ª. Nova Fronteira: Rio de Janeiro, 2015.

WIELENSKA, Regina C. **Sobre comportamento e Cognição**: desafios, soluções e questionamentos. 1ed. v.29. Santo André: Esetec, 2009.

IX Encontro Internacional de Direitos Culturais
9th International Meeting on Cultural Rights
Direitos Culturais: Impactos da Pandemia
Cultural Rights: Impacts of the Pandemic
05 A 09 DE OUTUBRO
ISSN-e 23169982

PLANO MUNICIPAL DE CULTURA: ANÁLISE CRÍTICA DA LEGISLAÇÃO CULTURAL DE CRATO-CE

MUNICIPAL CULTURE PLAN: CRITICAL ANALYSIS OF CULTURAL LEGISLATION OF THE CITY OF CRATO-CE

Lidiane Laise Cosmo Costa[127]
Márcia Eduarda de Sousa Cavalcanti[128]
Maria Nátiley Nascimento Ribeiro[129]

RESUMO

O presente trabalho é parte da pesquisa *Análise dos Planos Municipais de Cultura do Triângulo Crajubar: um estudo comparado da legislação e política cultural na região do Cariri Cearense*, desenvolvida no âmbito do Observatório de Práticas e Políticas Culturais da Pró-reitoria de Cultura da Universidade Federal do Cariri - Procult - UFCA. Nesta investigação, quer-se analisar as políticas públicas culturais estabelecidas no âmbito do município de Crato - CE, a partir da atuação do Conselho Municipal de Cultura e do Plano Municipal de Cultura em referência ao nível de implantação. Para atingir tais objetivos, utiliza-se enquanto abordagem, do método indutivo, pois parte da análise individualizada disposta em cada eixo do Plano Municipal de Cultura para assim, concluir se houve ou não a devida implantação. Como método de procedimento, esta pesquisa é quali-quantitativa, pois engloba indicadores de qualidade e quantidade em relação ao nível de efetividade da política cultural, enquanto que a análise documental, auxilia no estudo jurídico do sistema municipal de cultura e permite a verificação comparativa com os sistemas municipais de cultura de Barbalha e Juazeiro do Norte. Por

[127] Graduanda em Jornalismo pela Universidade Federal do Cariri - UFCA. Bolsista do Observatório Cariri de Políticas e Práticas Culturais pela Pró-Reitoria de Cultura.

E-mail: lidianelaise@outlook.com

[128] Graduanda em Jornalismo pela Universidade Federal do Cariri - UFCA. Bolsista do Observatório Cariri de Políticas e Práticas Culturais e do Núcleo de Produção Cultural pela Pró-Reitoria de Cultura.

E-mail: dudacavalcanti00@gmail.com

[129] Graduanda em Jornalismo pela Universidade Federal do Cariri - UFCA. Voluntária do Observatório Cariri de Políticas e Práticas Culturais pela Pró-Reitoria de Cultura.

E-mail: natiley.ribeiro@gmail.com

último, esta análise possibilitará o levantamento de informações e detalhamento do desempenho assim como, compreender quais os possíveis fatores para a não execução ou atrasos das ações.

Palavras-chaves: Cultura. Planos Municipais de Cultura. Políticas Públicas de Cultura.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

The present work is part of the research Analysis of the Municipal Plans of Culture of the Crajubar Triangle: a comparative study of cultural legislation and policy in the Cariri Cearense region, developed within the Framework of the Observatory of Cultural Practices and Policies of the Pro-Rectory of Culture of the Federal University of Cariri - Procult - UFCA. In this investigation, it is intended to analyze the cultural public policies established within the municipality of Crato - CE, From the performance of the Municipal Council of Culture and the Municipal Culture Plan in reference to the level of implementation. To achieve these objectives, the inductive method is used as an approach, as part of the individualized analysis each axis of the Municipal Culture Plan in order to conclude whether or not there was a proper implementation.in relation to the level of effectiveness of cultural policy, while documentary analysis, assists in the legal study of the municipal culture system and allows comparative verification with municipal systems barbalha and Juazeiro do Norte. Finally, this analysis will make it possible to collect information and detail understand the possible factors for non-execution or delays of actions.

Keywords: Culture. Municipal Plans of Culture. Public Policies of Culture.

INTRODUÇÃO

O Plano Municipal de Cultura - PMC - é um dos cinco componentes obrigatórios na criação de um Sistema Municipal de Cultura - SMC - de uma cidade que, tendo como base os direitos culturais, objetiva a promoção do desenvolvimento humano, social e econômico; além do PMC, seus outros componentes são: Conferência Municipal de Cultura - CMC; Órgão Municipal de Cultura - OMC; Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC - e; o Sistema Municipal de Financiamento à Cultura - SMFC.

A cidade de Crato - CE, iniciou seu sistema cultural com a assinatura, em dezembro de 2014, do ***Acordo de Cooperação Federativa***, aderindo então ao Sistema Nacional de Cultura - SNC. Segundo Calabre (2006, p. 7), o SNC pretende ser uma grande rede de articulação entre sistemas municipal, estadual e federal, entidades e movimentos da sociedade civil, sistemas setoriais como o de museus ou de arquivos, estruturando mecanismos e processos que permitam o compartilhamento de informações, gestão e fomento, com participação social na definição e fiscalização das políticas.

Com o início de uma gestão mais cultural, logo foi publicado o Plano Municipal de Cultura do município. Nesta pesquisa, consideram-se informações e análises sobre o PMC do Crato a fim de obter uma visão das políticas culturais propostas e desenvolvidas pela então gestão municipal.

Seguindo o guia *Como fazer um plano de cultura*, do Ministério da Cultura - MinC (2013, p. 16), um plano de cultura deve abranger todas as formas e expressões de cultura, indo desde a dança, teatro, literatura e música às tradições populares, grupos indígenas, quilombolas e as diversas matrizes religiosas, pois só assim ocorrerá uma real promoção da diversidade cultural.

No Plano Municipal de Cultura do Crato, elaborado em 2013, a Secretaria de Cultura - Secult - desenvolveu um documento dividindo seus 61 projetos em 6 eixos, com proposições de ações que versam acerca de reformas e criação de infraestruturas, segmentos de música e artes tradicionais da região caririense, capacitação de novos profissionais, produção de conteúdos e eventos que abranjam os artistas independentes além da preservação da memória cultural cratense.

METODOLOGIA

A pesquisa partiu da análise do Plano Municipal de Cultura do município de Crato e da bibliografia específica sobre construção e desenvolvimento de Planos Municipais de Cultura, levando em consideração aspectos econômicos, sociais, culturais e o levantamento de notícias na mídia local, como forma de verificação do cumprimento de determinados projetos constantes no PMC de Crato.

Ademais, as informações também foram verificadas a partir do estudo dos seis eixos que compõem o PMC: Programa de modernização e capacitação profissional; Programa de reforma e revitalização dos equipamentos culturais; Programa de políticas públicas para a cultura e plano de apoio à produção artística e cultural; Programa de geração, preservação e difusão do conhecimento cultural; Programa memória cultural - pesquisa, registro e difusão do patrimônio material e imaterial e; Programa de produção, difusão e fruição de bens culturais.

O levantamento de informações acerca dos projetos da Secretaria da Cultura constantes em seu plano de cultura foi de fundamental importância para se obter os dados que confirmem ou não a efetividade das políticas públicas na legislação do Crato. É necessário enfatizar que todas as informações, até o presente momento, obtidas na pesquisa, foram feitas em meio a

pandemia do novo coronavírus (Covid-19), dentro do que o isolamento social permitiu que fosse exercido.

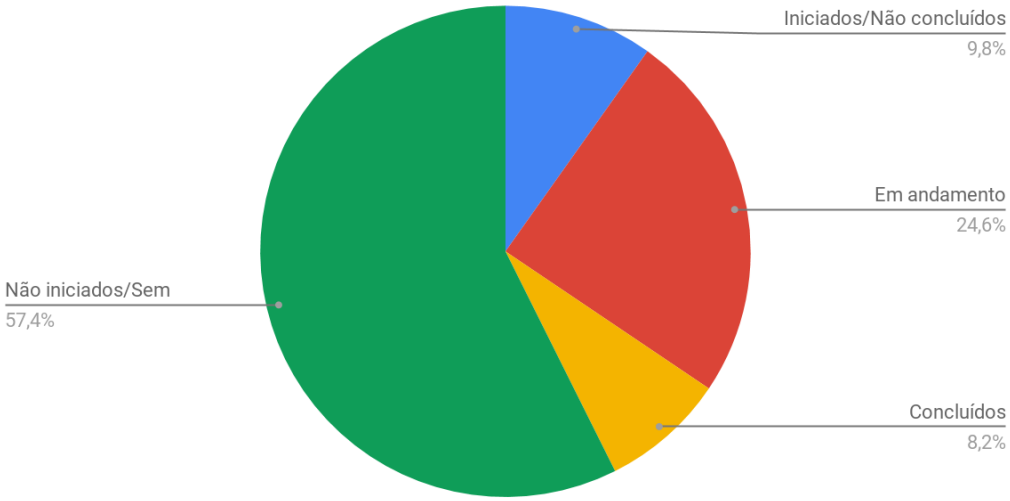
O estudo poderá promover um olhar mais analítico às futuras pesquisas e levantamentos realizados no âmbito do Observatório Cariri de Políticas e Práticas Culturais, como também ser usado enquanto comparativo entre as legislações das cidades de Barbalha e Juazeiro do Norte, contribuindo de forma direta para a pesquisa Análise dos Planos Municipais de Cultura do Triângulo Crajubar: um estudo comparado da legislação e política cultural na região do Cariri Cearense.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A construção do sistema cultural da cidade do Crato se compromete, em seu plano de cultura, a proteger, valorizar, difundir, restaurar e produzir ações que promovam, nos limites de seu território e mesmo em parcerias com outras cidades, a diversidade e as práticas culturais. Busca atender a classe artística-cultural não contemplada pelas políticas públicas já ultrapassadas, ao tentar se reinventar e propor novas ações que os ampare, voltando suas propostas para artistas independentes, espaços e eventos acessíveis à toda a população cratense, abrangendo todas as idades.

Após verificação em veículos de comunicação, notas divulgadas pela Secretaria de Cultura, editais municipais e estaduais, conclui-se que apenas cerca de 5, de todos 61 projetos existentes no seu PMC foram concluídos, tendo uma taxa de conclusão mínima de 8,2%. Criado em 2013, e aprovado pelo SNC em 2014, o plano de cultura do município cratense está a três anos de seu prazo de validade, e 56 de seus projetos ainda não foram concluídos, iniciados ou foram simplesmente esquecidos pela gestão municipal.

Figura 1 - Porcentagem de Efetividade dos Projetos do PMC de Crato



Fonte: Gráfico elaborado pelas autoras (2020).

Foi inviável, em diversos casos, a apuração de informações sobre o andamento das ações inseridas no plano. Não havia divulgação dos acontecimentos, impossibilitando sua confirmação e deixando em suspenso a circunstância de determinados projetos.

Observando cada eixo, foi possível notar qual deles obteve mais projetos finalizados. O eixo 2: Programa de reforma e revitalização dos equipamentos culturais, foi o mais beneficiado. Dos seus 13 projetos, 6 estão em andamento e 2 já foram concluídos. A explicação pode estar no fato do eixo 2 compreender reformas, construções e implantação de estruturas físicas, impactando visualmente, afirmando que existe equipamento cultural no município, uma vez que, segundo Patrícia Oliveira (2015 p.5), algumas pessoas tendem a entender a cultura como manifestações e atividades intelectuais e artísticas, enquanto outros julgam mais amplamente, ligando cultura a modos de viver, fazer e criar. Portanto, o eixo dos equipamentos culturais se mostra mais relevante, em comparação aos projetos dos outros eixos do PMC de Crato.

CONCLUSÃO

Os dados e as análises contidas neste trabalho apresentam a não realização dos projetos culturais previstos na legislação vigente no município de Crato, e que alguns projetos, mesmo após o fim do prazo de execução, continuam em andamento. Tais projetos devem seguir sendo observados e discutidos no decorrer da pesquisa.

Para que se tenha uma visão mais apurada da efetividade da política cultural do triângulo Crajubar, é preciso que os dados dos PMC de Barbalha e Juazeiro do Norte sejam analisados. Por fim, poderá ser traçado que tipo de projeto é mais levado em consideração nos outros dois municípios e comparar com o eixo privilegiado do Crato.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Cultura. Secretaria de Políticas Culturais. **Como fazer um plano de Cultura**. Brasília, DF: MinC, 2013. Disponível em: <http://portalsnc.cultura.gov.br/wp-content/uploads/sites/32/2018/04/Como-fazer-um-plano-de-cultura_espelhado.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2020.

CALABRE, Lia et al. **Oficinas do Sistema Nacional de Cultura.** Brasília, DF: MinC, 2006. Disponível em: <http://dhnet.org.br/tecidocultural/curso_acc/3/03_sistema_nacional_cultura_oficina.pdf>. Acesso em: 27 jul. 2020.

COSTA, Kátia Maria de Souza. **A Diversidade Cultural no Projeto de Apoio e Assistência Técnica à Elaboração de Planos Municipais de Cultura**. Repositório Institucional - UFBA/BA, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/25526>. Acesso em: 17 jul. 2020.

COSTA, Kátia Maria de Souza. **Planos municipais de cultura e sua importância para a diversidade cultural**. Revista Observatório da Diversidade Cultural, v. 1, n. 01, 2014. Disponível em: <http://www.observatoriodadiversidade.org.br/revista/edicao_001/Revista-ODC-001-06.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2020.

CRATO (Cidade). Secretaria da Cultura de Crato - CE. **Plano Municipal de Cultura - Crato.** Crato, 2013. Disponível em: <https://pt.calameo.com/read/0003074710175cff386ce>. Acesso em: 16 jul. 2020.

MATHIAS, Lucas. **Pesquisa qualitativa e quantitativa: qual é a melhor opção?.** MINDMINERS, 2016. Disponível em: <https://mindminers.com/blog/pesquisa-qualitativa-quantitativa/>. Acesso em: 20 jul. 2020.

OLIVEIRA, Patrícia. **A construção do Plano Municipal de Cultura de SP: algumas reflexões.** Centro de Estudos Latino-Americanos Sobre Cultura e Comunicação - USP/SP. 2015. Disponível em: <http://celacc.eca.usp.br/?q=pt-br/celacc-tcc/816/detalhe>. Acesso em: 19 jul. 2020.

ST4 - DIREITOS CULTURAIS E TRANSVERSALIDADES

AS CAPITUS DO SÉCULO XXI: O LUGAR DA MULHER EM TEMPOS DE PANDEMIA SOB A ANÁLISE DA OBRA DE MACHADO DE ASSIS

THE CAPITUS OF THE XXI CENTURY: THE PLACE OF WOMEN IN TIMES OF PANDEMIC ON THE ANALYSIS OF THE WORK OF MACHADO DE ASSIS

José Victor Ibiapina Cunha Morais[130]

Beatriz Frota Moreira[131]

RESUMO

O objetivo do presente estudo é responder ao seguinte problema de pesquisa: A representação feminina nos séculos XVIII e XIX tem correlação com o lugar da mulher moderna em um cenário de Pandemia? Para responder a este questionamento faz-se necessário compreender como a obra "Dom Casmurro" retratava a realidade da época, trazendo representações da elite e do relacionamento entre grupos sociais no Século XIX. O livro foi escolhido para demonstrar a capacidade da obra literária em apresentar os conflitos sociais de sua época, além de possibilitar a comparação entre o lugar que a mulher ocupava na época e seu lugar atual. A pesquisa possui abordagem qualitativa, mediante diálogo entre artigos científicos, e suporte em dados secundários disponibilizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública – FBSP. Conclui-se que, apesar dos direitos conquistados, muitas vezes estes não implicam em mudanças profundas na condição atual da mulher, percebendo-se que, na mesma ótica de Capitu, as mulheres do Século XXI continuam sofrendo com um estigma de inferioridade, pela misoginia provocadas pela falsa percepção de que o homem detém um papel de predominância nas relações sociais e familiares.

Palavras-chave: Dom Casmurro. Violência Doméstica. Pandemia Covid-19. Lugar da mulher.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

The objective of the present study is to answer the following research problem: Does female representation in the 18th and 19th centuries correlate with the place of modern women in the Pandemic scenario? To answer this question it's necessary to understand how the book "Dom Casmurro" portrayed the reality of the time, bringing representations of the elite and the relationship between social groups in the 19th century. The book was chosen to demonstrate the literary work's ability to present the social conflicts of its time, in addition to enabling the

[130] Possui graduação em Direito pela UNIFOR, Pós-graduando em Direito e Processo Penal pela UNI7; Pesquisador bolsista (PROBIC) na linha de pesquisa; Membro do grupo de pesquisa Corrupção, Processo e Justiça - A corrupção e o STF: Processos, Morosidade e (Im)punidade com ênfase na linha de pesquisa Corrupção, Processo e Justiça; Pesquisador visitante da Universidade de Fortaleza, membro do Projeto de Pesquisa Empírica em Direito - PROPED; Coordenador da 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Ceará.

[131] Graduanda em direito. Pesquisadora do Projeto Pesquisa Empírica em Direito (Probic/Unifor) – PROPED. Monitora institucional vinculada à Unifor (Promon/Unifor, 2019). Estagiária institucional da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Ceará (CGJ/CE, 2019). Estagiária Institucional da 3ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de Ceará. Lattes: http://lattes.cnpq.br/4737595729280826. / Orcid: https://orcid.org/0000-0002-3692-6572. / E-mail: beatrizfrotamoreira@gmail.com.

comparison between the place that women occupied at the time and their current place. The research has a qualitative approach, through dialogue between scientific articles, and support in secondary data made available by the "Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA" and the "Fórum Brasileiro de Segurança Pública - FBSP". It's concluded that despite the conquered rights, it's not often implied in profound changes in the current condition of women, realizing that, from the same perspective of Capitu, women of the 21st Century continue to suffer from an inferiority stigma caused by the false perception that man has a predominant role in social and family relationships.

Key-words: Dom Casmurro. Domestic Violence. Covid-19 Pandemic. Woman's Place.

INTRODUÇÃO

O objetivo do presente estudo é responder ao seguinte problema de pesquisa: A representação feminina nos séculos XVIII e XIX tem correlação com o lugar da mulher moderna em um cenário de Pandemia? O livro foi escolhido para demonstrar a capacidade da obra literária em apresentar os conflitos sociais de sua época, além de possibilitar a comparação entre o lugar que a mulher ocupava na época e seu lugar atual, permitindo a resposta ao problema de pesquisa apresentado. A realidade atual será estudada partir da arte, materializada na obra literária de Machado de Assis intitulada “Dom Casmurro”. O estudo abordará a história do livro, com enfoque na relação de Bento e Capitolina e em como esta personagem era descrita no livro. Posteriormente, será abordado a misoginia enfrentada pelas mulheres ao longo dos anos e sua lutas para eliminar a sua inferiorização e conquistar direitos. Por fim, será abordado o contexto de violência doméstica e o grande aumento dessa violência devido à pandemia do Covid-19.

O estudo possui relevância prática, pois conhecer a realidade dos problemas enfrentados pelas mulheres e perceber, que mesmo após séculos de luta, ainda é possível comparar o lugar da mulher do Século XIX com mulheres do Século XXI é imprescindível para a promoção de maior segurança e espaço de igualdade social. Além de possuir relevância teórica por contribuir para a bibliografia sobre o assunto em uma perspectiva inédita e atual.

METODOLOGIA

A pesquisa possui abordagem qualitativa com suporte em dados secundários. Será feita uma revisão de literatura com enfoque em artigos científicos e livros, também serão utilizados dados disponibilizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA e pelo Fórum

Brasileiro de Segurança Pública – FBSP para atestar o crescimento ou não dos indicadores de violência doméstica durante a pandemia do Covid-19.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A literatura traduz-se como uma manifestação cultural que deve ser protegida e incentivada na medida em que o autor retrata em sua obra as problemáticas da sua rotina e de seu imaginário (MACHADO; LINS; OLIVEIRA, 2017), a exemplo de Machado de Assis que traz para seus romances fictícios as realidades sociais. O estudo dos direitos culturais sob a ótica da literatua conduz à necessidade de sua compreensão que, para Humberto Cunha Filho (2000), são direitos "afetos às artes, à memória coletiva e ao repasse de saberes, que asseguram a seus titulares o conhecimento e uso do passado, interferência ativa no presente e possibilidade de previsão e decisão de opções referentes ao futuro".

De acordo com o artigo 216, IV da Constituição Federal constituem patrimônio cultural "as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais". Portanto, o artigo estuda a realidade atual a partir da arte, materializada na obra literária de Machado de Assis intitulada "Dom Casmurro".

O livro "Dom Casmurro" conta a história de vida de Bento Santiago, com enfoque em seu romance com Capitolina Pádua. A história é contada por ele e mostra Capitu como uma mulher dissimulada e controladora, enquanto Bento nutria inseguranças sobre si mesmo, o que, futuramente, levou-o a desconfiar de um adultério entre Capitu e seu melhor amigo Ezequiel Escobar (ASSIS, 2008). Bento representava a classe dominante no final do Século XIX, usando de práticas autoritárias para manter a dominação (LIMA; OLIVEIRA, 2019). Capitu vive em um período no qual as mulheres não possuíam criticidade de pensamentos, eram ensinadas a serem boas mães e esposas, ao mesmo tempo, com o início do capitalismo, algumas mulheres ultrapassaram o ambiente familiar para trabalhar. Capitu era uma mulher curiosa, forte e inteligente, que sempre buscava explicações e por esse motivo, também era definida como maliciosa, fingida e dissimulada (LIPORACI; COSTA, 2012).

Machado de Assis insere em suas obras pautas relevantes para a época, nesse sentido, o autor pretende "nos fazer observar com olhos desacostumados as relações sociais brasileiras" (COUTO, 2016). Sua obra demonstra a supremacia do homem rico e sua representação de poder sobre os personagens, em especial sobre sua mulher, a quem silencia e descreve sob uma perspectiva única. As incertezas levantadas mantêm a obra atual e geram debates sobre a condição inferiorizada da mulher na sociedade.

Segundo Beauvoir (2009) a prevalência do homem sobre a mulher existe desde a humanidade primitiva, mas começou com uma dicotomia daqueles(as) mais fortes, que atuavam como guerreiros e dos que não o faziam. Passado o tempo, os homens, por serem maioria dentre os guerreiros e estarem em patamar superior, mantiveram suas prerrogativas criando o domínio do masculino. Esse padrão se manteve, o que se observa em revoluções históricas, cujo escopo consistiu na reivindicação por igualdade de direitos entre os homens, uma vez que os direitos das mulheres não constavam em grandes reivindicações como o período iluminista e a Revolução Francesa, no século XVIII (MENUCI, 2018).

As mulheres tiveram seus intelectos e corpos objetificados, enquanto os homens eram considerados sujeito de direitos. Nessa perspectiva, normalizou-se a posse em face dos corpos das mulheres de modo a existir uma aceitação social quanto aos limites da violência cometidas às mulheres, tanto física quanto sexual contribuindo para a continuidade da submissão (SAFFIOTI, 2002). Beauvoir (2009) explica que "a humanidade é masculina, e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo", a mulher é considerada "o outro" do homem para torná-la objeto. Os ideais iluministas do Século XVIII serviram de base para a luta dos direitos da mulheres no fim do Século XIX e trouxeram mudanças ao papel da mulher na sociedade (PAIVA, 2017).

No Brasil, o Código Civil de 1916 considerava a mulher relativamente incapaz, necessitada de representação do pai ou marido e instituia o homem como chefe da família. Contudo, inobstante essa realidade, em 1962 as mulheres conquistaram a capacidade plena para tomar suas próprias decisões por meio do Estatuto da Mulher Casada. É perceptível que apesar das conquistas como o reconhecimento à capacidade, o direito ao sufrágio, dentre outros, ainda existe uma maior dificuldade para as mulheres de posicionarem-se nestes espaços, seja, por exemplo, em igualdade salarial ou cargos de poder. A imagem feminina é, muitas vezes, objetificada em prol dos desejos masculinos, principalmente nos meios de comunicação, o que também vem se modificando aos poucos em razão das lutas feministas (MACÊDO; ABREU; BARRETO, 2017). Por muitos séculos a mulher foi impedida de ser pessoa, existindo somente para suprir as expectativas e necessidades do homem.

Nesse contexto de dominação e objetificação emerge a violência doméstica que encontra na Lei Maria da Penha um amparo para a defesa das mulheres contra a violência e contribui para afastar o entendimento que este tipo de violência deve ser resolvido na esfera privada (ALVES; OLIVEIRA, 2017), trazendo institutos para auxiliarem as vítimas, como medidas

protetivas, delegacias especializadas, programas de enfrentamento à violência e centros de reabilitação de agressores. Com sua promulgação e aplicação, foi possível verificar em um primeiro momento, uma diminuição nos casos de homicídios de mulheres. Realidade que, contudo, nao se consolidou, na medida em que os números logo voltaram a crescer, com sensíveis decréscimos nos anos de 2015 e 2016 e considerável aumento no ano de 2017 (IPEA, 2019). Em média 48% das vítimas de violência não representam criminalmente seus agressores, pois muitos deles costumam ser ex-companheiros (47%) ou cônjuges (36%). A violência mais cometida é a psicológica (96,8%), seguida da violência física (73,7%), moral (67,4%), patrimonial (53,2%) e sexual (23,7%) (BRASIL, 2019), o que demonstra a dificuldade em combater a violência doméstica contra mulheres.

A pandemia[132] do virus da Covid-19 que implicou na necessidade de isolamento social no Brasil e no mundo, por configurar um patógeno de elevado ritmo de contaminação que ataca fortemente o sistema respiratório (ROTHAN; BYRAREDDY, 2020), provocou, de acordo com o último relatório de situação (S*ituation Report*) da "*World Health Organization"* (2020), em 24 de julho de 2020 mais de 15 milhões de casos confirmados e 628 mil 903 mortes no mundo. No Brasil são mais de dois milhões de casos confirmados no país e 85 mil mortes pela doença. A partir da necessidade do isolamento social, percebeu-se o aumento dos casos de violência doméstica contra a mulher, isto pode ter sido verificado em razão do confinamento compulsório de muitas mulheres com seus agressores (BRASIL, 2020).

No estado do Ceará, houve um acréscimo do número de homicídios contra mulheres em 64,9% em comparação com os meses de março e abril do ano de 2019, porém houve a diminuição de 1,5% de feminicídios. Foi atestado um crescimento de 27% nas denúncias para o "Ligue 180" – Central de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, entre o período de março e abril de 2019 para março e abril de 2020. O crescimento de ocorrências atendida pela Polícia Militar é de 44% em São Paulo no período de março de 2020, 33% no Acre em abril de 2020 e 5,2% no Rio de Janeiro em abril de 2020 (FBSP, 2020). Verifica-se que a violência doméstica é crescente no país mesmo antes da pandemia, porém, os números se agravam a partir da necessidade de isolamento social em diversos estados. Não obstante os diversos direitos conquistados pela mulheres entre os Séculos XIX e o presente momento ainda existe a forte influência da inferiorização da mulher, concretizado nos casos de violência doméstica que aumentaram a partir da pandemia do covid-19.

[132] Doença epidêmica amplamente difundida

CONCLUSÃO

Respondendo ao problema de pesquisa, percebe-se que apesar dos direitos conquistados pelas mulheres, essa igualdade e conquista de direitos muitas vezes não implica em mudanças profundas na sua condição atual, percebendo-se que, na mesma ótica de Capitu, as mulheres do Século XXI continuam sofrendo com um estigma de inferioridade provocadas pela falsa percepção de que o homem detém um papel de predominância nas relações sociais e familiares, implicando em uma situação objetificação da mulher, situação como visto, que provoca uma continuidade das situações de violência, ampliadas no período da pandemia da covid-19 que impõe a necessidade de isolamento social, crescimento considerável em comparação aos mesmos períodos do ano de 2019 e em períodos de pré isolamento social.

REFERÊNCIAS

ALVES, Williana Alexandre; OLIVEIRA, Maria Tereza de. **A Lei Maria da Penha e o Enfrentamento à violência Contra a Mulher.** In: AZEVEDO NETO, Cornélio Alves de; MARQUES, Deyvis de Oliveira (Org.). Leituras de direito: violência doméstica e familiar contra a mulher. Natal: TJRN, 2017. p. 49-71.

ASSIS, Machado de. **Dom Casmurro.** Rio de Janeiro: Mediafashion, 2008.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo.** 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BRASIL. **Painel Coronavírus.** 2020. Disponível em: https://covid.saude.gov.br/. Acesso em:25 jul 2020.

BRASIL. **Defensoria Pública divulga perfil de mulheres vítima de violência doméstica que buscaram assistência.** 2019. Disponível em: http://www.defensoria.ce.def.br/noticia/defensoria-publica-divulga-perfil-de-mulheres-vitima-de-violencia-domestica-que-buscaram-assistencia/. Acesso em: 24 jul 2020.

COUTO, Elvis Paulo. Roberto Schwarz e a Crítica Social na Literatura de Machado de Assis. **Revista Florestan Fernandes.** são Carlos, n 5. p.151-163. 2016.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. **Direitos Culturais como Direitos Fundamentais no Ordenamento Jurídico Brasileiro.** Brasília: Brasília Jurídica, 2000.

FBSP. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Violência doméstica durante a pandemia de Covid-19 – ed. 2.** 2020. Disponível em: https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2020/06/violencia-domestica-covid-19-ed02-v5.pdf. Acesso em: 20 jul 2020.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Atlas da Violência.** Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019.

LIMA, Marcelo Fernando de; OLIVEIRA, Eliane Basílio de. “O Senhor Conhece a Mulher que Possui”: dominação masculina em Dom Casmurro e S. Bernardo. **Revista Scripta Uniandrade.** Curitiba, v. 17, n. 2, p. 35-54, set. 2019.

LIPORACI, Francine Pires; COSTA, Sueli Silva Gorricho. Capitu, A Figura Feminina na Obra Dom Casmurro de Machado de Assis. **Revista Nucleus,** v. 9, n. 2, p. 387-496, out. 2012.

MACÊDO, Mirla Souza; ABREU, Ana Flavia Holanda de; BARRETO, Maria Rogelania Bezerra de Lima. **A Autonomia do Corpo Feminino em Conflito com a sua Objetificação.** In: CUNHA FILHO, Francisco Humberto (Org.). Partilhas culturais: processos, responsabilidades e frutos. 1 ed. Fortaleza: IBDCult, 2017. p. 867-893.

MACHADO, Lethicia Pinheiro; LINS, Mateus Rodrigues; OLIVEIRA, Vanessa Batista. **Uma Análise da Profissão “Escritor Fantasma” à Luz dos Direitos Autorais e da Jurisprudência Brasileira.** *In:* CUNHA FILHO, Francisco Humberto (Org.). Partilhas culturais: processos, responsabilidades e frutos. 1 ed. Fortaleza: IBDCult, 2017. p. 90-108.

MENUCI, Julia Monfardini. Movimento Sufragista e a Conquista do Voto Feminino no Brasil. **I Congresso Nacional de Biopolítica e Direitos Humanos.** Rio Grande do Sul. p. 1-13. jul. 2018.

PAIVA, Gleydson Felipe Duque de. Mulher e Trabalho: mais que independência financeira, conquista de espaços de igualdade. **Seminário Internacional Fazendo Gênero 11.** Florianópolis, p. 1-11, jul/ago. 2017.

ROTHAN, Hussin A.; BYRAREDDY, Siddappa N. The epidemiology and pathogenesis of coronavirus disease (COVID-19) outbreak. **Journal of autoimmunity**, p. 102433, 2020.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. Violência contra a mulher e violência doméstica. Gênero, democracia e sociedade brasileira. São Paulo: FCC; Ed, v. 34, 2002.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Coronavirus disease (COVID-19) Situation Report – 186.** Disponível em: https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200724-covid-19-sitrep-186.pdf?sfvrsn=4da7b586_2. Acesso em: 25 jul 2020

COMO SONHAR UM NOVO CORPO POLÍTICO PÓS-PANDEMIA POR INTERMÉDIO DA ARTE NO BRASIL?

HOW TO DREAM A NEW POST-PANDEMIC POLITICAL BODY THROUGH ART IN BRAZIL?

Lavitta Almeida Brito[133]

Ricardo Oliveira Rotondano[134]

RESUMO

Este escrito pretende explorar a fundamentação teórica, filosófica e política através de uma investigação sobre o papel da esperança como o facilitador de organização e a imaginação política como o atributo mais importante das classes oprimidas e subalternizadas em radicalizar o desejo por mudança. Mais precisamente, examinar em como libertar o espírito de mudança social por intermédio da arte e da cultura como força motriz para a atuação da esperança como ímpeto de condimento inescusável à experiência histórica em criar um novo corpo social e político pós-pandêmico. O resgate das ciências de espírito como alvo central em criar novos horizontes além do estabelecido e novas pulsões de vida.

Palavras-chave: Ciências do espírito. Cultura. Arte. Imaginação política. Democracia.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

This paper aims to explore the theoretical, philosophical and political foundation through an investigation of the role of hope as the facilitator of organization and political imagination as the most important attribute of the oppressed and subordinated classes in radicalizing the desire for change. More precisely, to examine how to liberate the spirit of social change through art and culture as a driving force for the operation of hope as an impetus for condescending the historical experience in creating a new post-pandemic social and political body. The rescue of the sciences of spirit as a central target in creating new horizons beyond the established and new drives of life.

[133] Graduanda em Direito pela Faculdade de Tecnologia e Ciências (UniFTC). Contato: lavittabrt@gmail.com

[134] Doutor em Direito pela Universidade Federal do Pará (UFPA). Mestre em Direito pela Universidade de Brasília (UnB). Advogado. Contato: rotondanor@gmail.com

Keywords: Spirit sciences. Culture. Art. Political imagination. Democracy.

INTRODUÇÃO

O *ethos* liberal contamina o tempo. O desnudamento das faces reais bárbaras durante a pandemia mundial demonstra a incontrovertível necessidade de rompimento com o modo antigo de viver. A vista disso, persistir em monumentos de cultura "pré-pandemia" é compactuar com o caos, por isso é inescusável desvelar o segredo da utopia que reside na arte de desentranhar novos imaginários mundos por meio de grandes olhos. Podemos ser pessimistas, desistir e ajudar a garantir que o pior ocorra. Ou podemos ser esperançosos, agarrar as oportunidades que certamente existem e, talvez, esperar fazer o mundo um lugar melhor. Na verdade não é bem uma escolha... (CHOMSKY, 2019).

A construção do imaginário social ocidental recente, pautada dentro de critérios de uma modernidade eurocêntrica que hipervaloriza o capital e objetifica os indivíduos, opõe-se a um modelo de vivência humano plural e igualitário. Os equívocos do passado são perpetuados no presente (HOBSBAWM, 1998), em um movimento cíclico – embora sob fundamentos e condicionantes diversificados. A hierarquização entre grupos de seres humanos, a negação de direitos e liberdades, a naturalização da miséria e pobreza, a adoção da violência como forma de resolução de conflitos: a conjuntura atual apresenta problemas em suspenso, aos quais a modernidade histórica não fora capaz de superar (SANTOS, 1999).

A globalização e o capitalismo produziram um cenário global de intensa exploração e domínio das sociedades periféricas, introduzindo uma visão de mundo pautada essencialmente pela competitividade. É justamente dessa forma que o egoísmo e a perversidade aparecem não mais como distorções da personalidade, tornando-se parte integrante do próprio sistema de vida humana (SANTOS, 2006). Forma-se um panorama de incessante disputa humana, no qual o outro é identificado como potencial oponente, ocasionando o extermínio da alteridade como prática de vivência. Fomenta-se, desse modo, o constante sentimento de *mixofobia* entre os seres humanos, a qual acaba se configurando como uma verdadeira política de Estado (RODRÍGUEZ,GARCÍA, 2014).

METODOLOGIA

O presente escrito tem como objetivo analisar as diversas possibilidades de fundamentos filosóficos e sociológicos que possam analisar como a arte e a cultura podem impulsionar um

novo sistema orgânico de alcance fático aos anseios sociais de consciência política pós-pandemia. Através dos métodos hipotético-indutivo, utilizando-se as técnicas de pesquisa histórica, cultural e bibliográfica, almeja-se problematizar se há ou haverá poesia em uma nação que nestes últimos tempos tem asseverado a volta da retórica da violência e da desumanidade.

Esse mesmo país será capaz de desenvolver uma arte que reenergize movimentos criadores do que pode vir-a-ser a pluralidade do mundo? Como esse conjunto social irá consolidar um Estado democrático de Direito e justiça sem sonho? Dessa forma, portanto, realizar-se-á uma pesquisa sobre uma versão alternativa de sociedade por meio da esperança viva como ato revolucionário. Por fim, promover-se-á, outrossim, uma discussão onírica no sentido de perceber que sem espaço do sonho, a vida vira pura miséria .[135](ALMEIDA; SILVA, 2020).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A crise é estrutural e se aprofunda. Para superá-la é preciso enfrentar o dogmatismo neoliberal e promover mudanças qualitativas, buscar novos paradigmas que possam iluminar um direito à existência de uma poética coletiva a fim de que possa contagiar o povo brasileiro. Para criar é preciso que haja sensibilização. A arte é o instrumento criativo da expressão inigualável da alma nova. A poesia nos proporciona documentos para uma fenomenologia da alma. É toda a alma que se entrega com o universo poético do poeta. E a língua dos poetas deve ser aprendida diretamente, precisamente como a linguagem das almas. O devaneio nos põe em estado de alma nascente (BACHELARD, 1986).

A história da humanidade não é estática, e tampouco linear. Configura-se na soma, contraposição, superposição, ou seja, no resultado de formas de parâmetros de se relacionar com o mundo. Os seres humanos utilizam da arte para compreender o dinâmico e libertar a possibilidade de constante recriação das relações humanas. O posicionamento do artístico, enquanto estético, também é ético: é a transformação da pulsão de vida em resistência para permitir uma fuga libertária do que se apresenta imutável.

Entretanto, a nova configuração do Brasil está baseada na linguagem violenta, soluções simplistas, noções anti-intelectualistas que são fortalecidas por uma cultura do medo,

[135] Entrevista com Silvio Almeida: "Sem espaço do sonho, a vida vira pura miséria". O jurista tratou, entre outros temas, da questão racial no Brasil e nos EUA e do papel do sistema de Justiça na reprodução das desigualdades.

insegurança e incerteza. Essa retórica endossa o surgimento de sociedades cada vez mais autoritárias, marcadas por desregulação do capital, desmantelamento do Estado de bem-estar e, consequentemente, o aumento da desigualdade social. O profundo desprezo pelas artes e pela cultura tem esvaziado as palavras de qualquer significado; a normalização da crueldade como forma de construir uma sociedade, por sua vez, passa a ser um cenário em evidência na contemporaneidade.

A produção técnico-operativa de um conhecimento moderno engessado, baseado em preceitos metodológicos rigorosos tendo o intuito de alcançar uma suposta verdade universal acerca de determinada temática (GIDDENS, 1991), acabou causando uma ruptura entre a produção do saber e o bem estar humano. A roupagem supostamente neutra e imparcial que atribuiu-se à ciência nestes últimos séculos relegou ao conhecimento proveniente das ciências humanas e sociais um patamar inferior, não científico. O esforço de separação entre o sujeito e o objeto acabou por produzir um saber científico dissociado do próprio ser humano e das suas necessidades sociais e emocionais.

Tendo como intuito efetuar o resgate de um conhecimento que se mostre efetivamente útil para o alcance da satisfação humana em sua plenitude, não apenas as suas necessidades materiais devem ser atendidas. Mais do que isso, a tarefa de buscar a produção de saberes que transpassem o modelo tecnicista-operativo, provocando o rompimento da hierarquia entre o conhecimento científico e o senso comum, perpassa pela (re)valorização das *ciências do espírito* (DILTHEY, 1980). Assim sendo, as artes e a cultura devem ser resgatadas e, de forma incisiva, propagadas como práticas de desenvolvimento da humanidade e de combate frente à apatia e à desesperança que assolam a sociedade.

CONCLUSÃO

O presente escrito acadêmico teve como objetivo analisar as diversas possibilidades de fundamentos filosóficos e sociológicos que possam analisar como a arte e a cultura podem impulsionar um novo sistema orgânico de alcance fático aos anseios sociais de consciência política pós-pandemia. Os setores da arte e da cultura necessitam lutar pela garantia do entusiasmo de transformar dramas individuais em coletivos, mobilizar para pressionar a criação

de novos espaços políticos e, consequentemente, fortalecendo a democracia e a diversidade cultural que traduz as identidades soberanas dos povos brasileiros.

Frente a um cenário de progressiva escassez de dignidade e de vida, identifica-se uma necessidade de reconfiguração do padrão científico dominante na contemporaneidade, em um movimento que busca estimular a construção de relações de alteridade sólidas e concretas. A desconstrução do panorama de exploração humana e de fomento da individualidade perpassa, de modo considerável, pela exaltação da criatividade humana, em um processo de estímulo à ludicidade como estratégia de multiplicação da esperança. O resgate do direito de sonhar é, nesse ínterim, um pressuposto inescusável para avançar num projeto de emancipação coletivo que alcance a satisfação das necessidades humanas, tanto materiais quanto psíquicas.

REFERÊNCIAS

BACHELARD, Gaston. **O direito de sonhar**. 2. ed. São Paulo: DIFIEL, 1986.

CHOMSKY, Noam. Por que tenho esperanças. Outras palavras, 15,jan.2019

DILTHEY, Wilhelm. **Introducción a las ciencias del espíritu**. Trad. Julián Marías. Madrid: Alianza Editorial, 1980.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

HOBSBAWM, Eric J.. **Sobre história**. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

RODRÍGUEZ-GARCÍA, Dan. La mixofobia como política de Estado en la Alemania Nazi. **Revista de Demografía Histórica**, v. XXXVII, n. II, pp. 117-146, segunda época 2014.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Porque é tão difícil construir uma teoria crítica? **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 54, pp. 197-215, jun. 1999.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização:** do pensamento único à consciência universal. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 2006.



INCENTIVOS À CULTURA CIRCENSE NO ESTADO DO CEARÁ DURANTE A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS

INCENTIVES TO CIRCENSE CULTURE IN THE STATE OF CEARÁ DURING THE CORONAVIRUS PANDEMIC

Amanda Rodrigues Lavôr[136]

RESUMO

A pesquisa pretende responder ao seguinte problema de pesquisa: existem incentivos à cultura circense durante à pandemia do Coronavírus no Estado do Ceará? O objetivo consiste em verificar quais são as políticas públicas aplicadas pelo Estado do Ceará no auxílio aos artistas circenses. Diante da pandemia do coronavírus, a situação só se intensificou, pois com o isolamento social os artistas dessa categoria não é estão conseguindo garantir a sobrevivência. Para a construção do estudo, uma pesquisa bibliográfica e documental com abordagem qualitativa se mostrou mais adequada. Conclui-se que existem formas de incentivo à cultura circense durante à pandemia do Coronavírus, tanto no âmbito nacional, quanto no local. A Lei Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020) abrange as atividades circenses e não existem restrições da abrangência da atividade circense em qualquer uma das linhas de recebimento, variando da necessidade e vantagem de artista ou espaço cultural. No estado do Ceará, o Edital "Cultura DendiCasa" também traz um investimento para artistas cearenses, incluindo os artistas de circo. Porém, o Estado do Ceará ainda não criou ações do setor público que cheguem aos coletivos circenses.

Palavras-chaves: Coronavírus, Atividade Circense, Lei Aldir Blanc, “Cultura DendiCasa".

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

The research intends to answer the following research problem: are there incentives for circus culture during the Coronavirus pandemic in the State of Ceará? The objective is to verify which are the public policies applied by the State of Ceará in assisting circus artists. In the face of the coronavirus pandemic, the situation only intensified, because with the social isolation the artists of this category are not managing to guarantee their survival. For the construction of the study, a bibliographic and documentary research with a qualitative approach proved to be more appropriate. It is concluded that there are ways to encourage circus culture during the Coronavirus pandemic, both nationally and locally. The Aldir Blanc Law (Law Nº. 14.017/2020) covers circus activities and there are no restrictions on the scope of circus activity on any of the receiving lines, varying the need and advantage of an artist or cultural space. In the state of Ceará, the Edital "Cultura DendiCasa" also brings an investment for artists from Ceará, including circus artists. However, the state has not yet created public sector actions that reach circus collectives. .

Keywords: Coronavírus, Circus activity, Aldir Blanc Law, “Cultura DendiCasa".

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende responder ao seguinte problema de pesquisa: existem incentivos à cultura circense durante à pandemia do Coronavírus no Estado do Ceará? Para responder ao referido problema, é necessário levantar questões sobre o amparo à atividade circense no Brasil e a situação atual dos circos diante da pandemia do coronavírus e verificar se existem incentivos se no Estado do Ceará que abranjam a atuação dos circos e se sirvam para manutenção de saberes circenses.

[136]Pós-graduanda em Direito Processual Civil (UNIFOR). Pesquisadora voluntária do Projeto Pesquisa Empírica em Direito – PROPED (Cnpq/UNIFOR). Advogada.

Mesmo sendo bastante presente no país, a atividade circense sofre bastante com o descaso estatal para a manutenção e o incentivo dos saberes circenses. Diante da pandemia do coronavírus, a situação só se intensificou, pois, com o isolamento social, os artistas dessa categoria não é estão conseguindo garantir a sobrevivência. Assim, é que se faz necessário verificar se existem incentivos à cultura circense durante à pandemia do Coronavírus no Estado do Ceará e quais são eles.

A pesquisa é relevante sob a perspectiva teórica porque oferece uma contribuição original e inédita sobre as formas de incentivo e manutenção da atividade circense no Estado do Ceará. A relevância prática se verifica na necessidade de amparar a atividade circense e os profissionais, do Estado, tanto no período da pandemia, como, mais ainda, na manutenção dos saberes e da arte circense.

METODOLOGIA

A pesquisa possui abordagem qualitativa, baseada na interpretação de normas e artigos especializados sobre o tema, pura quanto aos resultados e descritiva quanto à natureza. Para aprimorar o estudo, utilizou-se como fontes principais dados da Associação dos Proprietários Artistas e Escolas de Circo do Ceará (Apaece), do Conselho Estadual de Política Cultural do Ceará (CEPC) e da Lei nº 14.017/2020, bem como matérias jornalísticas para ilustrar o momento.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

01. O amparo à atividade circense no Brasil

A cultura circense sempre foi forte no Brasil, desde a chegada do primeiro grande circo ao país, o Circo Bragassi, em 1830 (FUNARTE, 2008, p. 02). O circo mantinha uma composição familiar e as tradições de saberes eram passadas pelas gerações (ALCOFORADO; ARRUDA, 2019, p. 758). A institucionalização da formação circense no Brasil se iniciou a partir da década de 1950, quando surgiram os primeiros institutos privados voltados para a montagem dos espetáculos (DUPRAT, 2014, p. 22).

Somente em 1975 foi criada a Fundação Nacional de Artes (Funarte), uma das primeiras iniciativas estatais para o incentivo das atividades artísticas, dentre elas a circense. Em 1978, a Academia Piolin de Artes Circenses foi fundada como um projeto de governo e originou a primeira escola circense da América Latina e tinha o propósito de instruir e profissionalizar os artistas circenses do país e desenvolver o circo como atividade artística e performática no Brasil.

Entretanto, a Academia Piolin fechou em 1983, por causa da falta de interesse governamental e da carência de aporte de recursos financeiros que garantiriam seu pleno funcionamento (FUNARTE, 2019, p. 02/03).

A atividade circense sofre bastante com o descaso estatal para o incentivo e a manutenção dos saberes circenses. A Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, instituiu o Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) e, no art. 9º, II, os circos são mencionados como projetos culturais e artísticos, para fins de aplicação de recursos do FICART, além de outros que venham a ser declarados pelo Ministério da Cultura (CUNHA FILHO, 2006, p. 77). Porém, o incentivo específico para a atividade circense só ocorreu ano de 2008. A Funarte lançou o Programa de Apoio ao Circo, constituído por três editais, que visavam estimular o reconhecimento dos repertórios tradicionais e o desenvolvimento das novas modalidades circenses (ALCOFORADO; ARRUDA, 2019, p. 757/758).

O Projeto de Lei nº 3.486, de 2019, apresentado pelo Deputado Tiririca, visa estabelecer a Política Nacional de Apoio ao Circo (PNAC), para oportunizar e resguardar a atividade circense no Brasil. Porém, o projeto ainda não foi aprovado e está em pauta na Comissão de Finanças e Tributação (BRASIL, 2019, *on line*). Diante da pandemia do novo coronavírus, que tem causado impacto em vários setores da sociedade, os circos brasileiros foram afetados diretamente, por não poderem receber público, e fecharam as portas.

02. A situação atual dos circos no Estado do Ceará

Artistas circenses de todo o Ceará são mais uma categoria impactada pelo isolamento social, providência proposta pelas autoridades sanitárias em combate à proliferação do novo coronavírus. Foi feito um levantamento pela Associação dos Proprietários Artistas e Escolas de Circo do Ceará (Apaece) sobre a situação e pelo menos 49 circos vêm enfrentando dificuldades de se sustentar no Ceará (APAECE, 2020, *on line*).

No entanto, o presidente da Apaece, Reginaldo Aparecido, destaca que o número deve ser bem maior, já que existem cerca de 70 circos cadastrados na associação. Ainda não há estimativa de quantos artistas estão sendo impactados, mas o presidente destaca que o número podia variar de 500 a quase 1.000 pessoas afetadas.

Diversos artistas se manifestaram, através do movimento "O Circo Pede Socorro", sobre a situação dos circos durante a pandemia do coronavírus, fazendo apelos para a sociedade e, principalmente, ao estado. A campanha é uma forma de alertar a população e as autoridades

para a realidade dos artistas circenses (DIÁRIO DO NORDESTE, 2020, *on line*). Por exemplo, Alexander Campelo, conhecido como Palhaço Fuxiquinho, fez uma súplica em suas redes sociais para a contribuição e auxílio ao circo, solicitando que os prefeitos das cidades onde existe circo, libere a energia, libere a água, e até mesmo cestas básicas, diante do momento difícil para todos os artistas (CAMPELO, 2020, *on line*). Também em uma rede social, o ator Marcos Frota gravou vídeo em que enfatiza às prefeituras que a cessão gratuita do terreno, da água e da luz pode significar a sobrevivência de muitas de famílias que dependem dos circos (FROTA, 2020, *on line*).

Segundo a produtora cultural do CEPC, Andréa Vasconcelos, é necessário que os poderes públicos municipais intercedam pela permanência das companhias circenses até que esse momento passe, auxiliando com o essencial, que são água e alimentação. Esses atos visam evitar o deslocamento de grupos nesses tempos pandemia e também garantir o mínimo de estrutura para que esses grupos possam sobreviver pelo período de crise (SECULT, 2020, *on line*).

Assim, diante da necessidade dos trabalhadores brasileiros e dos empreendimentos que atuam no setor cultural, que tanto sofrem com os efeitos da pandemia do Covid-19 e com a falta de recursos, foram criados projetos de incentivo e manutenção das atividades culturais, cabe verificar se a atividade circense está contemplada.

03. Existem formas de incentivo à cultura circense durante à pandemia do Coronavírus no Estado do Ceará?

No âmbito nacional foi criada a Lei Federal nº 14.017/2020, mais conhecida como Lei Aldir Blanc, que tem como finalidade principal estabelecer ajuda emergencial para artistas, coletivos e empresas que atuam no setor cultural e atravessam dificuldades financeiras durante a pandemia. O recurso total de R$ 3 bilhões será distribuído, de forma que 50% do valor sejam destinados aos estados e ao Distrito Federal, enquanto a outra metade será destinada aos municípios e ao DF.

Aos Estados, DF e Municípios compete o pagamento dos benefícios, a organização de editais, a distribuição dos recursos e o cadastramento dos beneficiados (BRASIL, 2020, *on line*). A Lei institui três linhas de ações emergenciais, nos quais os artistas e espaços artísticos são favorecidos, assim como determina ainda linhas de créditos para fomento das atividades culturais. Diante desse panorama da Lei, a atividade circense está amplamente abrangida

conforme art. 8º, IV, que compreende como espaços culturais todos aqueles organizados e mantidos por pessoas, organizações da sociedade civil, empresas culturais, organizações culturais comunitárias, cooperativas com finalidade cultural e instituições culturais, com ou sem fins lucrativos, que sejam dedicados a realizar atividades artísticas e culturais.

No âmbito estadual, segundo a Secretaria Estadual da Cultura (Secult-CE), o circo é uma das áreas contempladas pelo Edital "Cultura DendiCasa", que foi lançado no dia 27 de março de 2020, com investimento de R$ 1 milhão para artistas cearenses. Ao todo, serão selecionados até 400 projetos com o valor fixo de R$ 2500,00. O propósito é movimentar e não deixar a economia artística, criativa e cultural estagnar, no contexto do enfrentamento ao coronavírus (SECULT, 2020, *on line*).

Os órgãos públicos destacam iniciativas que tem o objetivo de auxiliar às comunidades. O Ministério Público do Estado do Ceará (MPCE) se reuniu com representantes das secretarias de Proteção Social (SPS) e da Cultura do Estado (Secult), visando desenvolver ações em favor da defesa da cidadania dos públicos em situação de vulnerabilidade, por meio do Grupo Especial de Combate à Pandemia do Coronavírus. Dentre os encaminhamentos da reunião, a SPS e a Secult garantiram verificar programas de assistência para apoiar os que estão em situação de maior vulnerabilidade (APAECE, 2020, *on line*). Enquanto as ações do setor público não chegam aos coletivos, as mobilizações da sociedade civil levam apoio e ajuda a eles.

CONCLUSÃO

Em resposta, conclui-se que existem formas de incentivo à cultura circense durante à pandemia do Coronavírus, tanto no âmbito nacional, quanto no local. A Lei Aldir Blanc (Lei nº 14.017/2020) abrange as atividades circenses e, verificando as três linhas de ações emergenciais, bem como as linhas de créditos para fomento em atividades culturais não existem restrições da abrangência da atividade circense em qualquer um dos recebimentos, dependendo da necessidade e vantagem de artista ou espaço cultural.

No estado do Ceará, o Edital "Cultura DendiCasa" também traz um investimento de R$ 1 milhão para artistas cearenses, incluindo os artistas de circo. Porém, mesmo com a criação do Grupo Especial de Combate à Pandemia do Novo Coronavírus, bem como as secretarias de Proteção Social (SPS) e da Cultura do Estado (Secult), o estado ainda não criou ações do setor público que cheguem aos coletivos circenses.

Diante do cenário em que vivem esses coletivos, é urgente que as ações dos órgãos públicos sejam colocadas em prática, incluindo de forma explícita as artes e atividades circenses como modalidades artísticas, auxiliando essa categoria durante esse momento difícil e mostrando a importância do circo para a fomentação da cultura, além de reafirmar tal instituição como uma forma de expressão artística.

REFERÊNCIAS

ALCOFORADO, Ana Rafaela Pessoa; ARRUDA, Julia Kind de. Direito e Circo: O contorcionismo da ausência de proteção intelectual da atividade circense, 2019. **Rede Brasileira Direito e Literatura**, v. 1, p. 751-765, set. 2019.

APAECE - Associação dos Proprietários, Artistas e Escolas de Circo do Ceará (Ceará). Circenses e indígenas do Ceará têm vulnerabilidade agravada na pandemia. **Apaece - Associação dos Proprietários, Artistas e Escolas de Circo do Ceará**, 2020. Disponível em: http://agenciaeconordeste.com.br/circenses-e-indigenas-do-ceara-tem-vulnerabilidade-agravada-na-pandemia/. Acesso em: 24 jul. 2020.

BRASIL. **Lei nº 14.017, de 29 de junho de 2020**. Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. [*S. l.*], 29 jun. 2020.

BRASIL. **Projeto de lei nº 3.486, de 12 de junho de 2019**. Institui a Política Nacional de Apoio ao Circo (PNAC). [*S. l.*], 12 jun. 2019. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2207726. Acesso em: 22 jul. 2020.

CAMPELO, Alexander. **VAMOS AJUDAR OS CIRCOS DO BRASIL. POR FAVOR AQUI FICA MEU APELO, AJUDE-NOS**. 2020. Instagram: @fuxiquinho. Disponível em: https://www.instagram.com/fuxiquinho/?hl=pt-br. Acesso em: 19 mar. 2020.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. O programa nacional de apoio à cultura como embrião do sistema nacional de cultura. **Pensar**, Fortaleza, v. 11, n. 1, p. 73-82, fev. 2006.

DIÁRIO DO NORDESTE (Ceará). Pelo menos 46 circos no CE têm dificuldades durante pandemia. **Diário do Nordeste**, [*S. l.*], p. 1-2, 29 mar. 2020. Disponível em: https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/metro/pelo-menos-46-circos-no-ce-tem-dificuldades-durante-pandemia-1.2228053. Acesso em: 27 jul. 2020.

DUPRAT, Rodrigo Mallet. **Realidades e particularidades da formação do profissional circense no Brasil**: rumo a uma formação técnica e superior. 2014. 345 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação Física, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/275076>. Acesso em: 24 ago. 2018.

FROTA, Marcos. **Estamos todos unidos!** 19 mar. 2020. Instagram: @marcosfrotacircoshow. Disponível em: https://www.instagram.com/p/B97LI_1Hfh-/?utm_source=ig_embed. Acesso em: 19 mar. 2020.

FUNARTE - Fundação Nacional de Artes (Ministério da Cultura). **Estatísticas**. [*S. l.*], 1 jan. 2008. Disponível em: https://www.funarte.gov.br/wp-content/uploads/2010/01/APOIO_CIRCO.pdf. Acesso em: 26 jul. 2020.

SECULT - Secretaria do Estado do Ceará (Ceará). Festival Cultura Dendicasa: Arte de Casa para o Mundo. *In*: SECULT - SECRATARIA DO ESTADO DO CEARÁ (Ceará). **I Edital Festival Cultura Dendicasa**. [*S. l.*], 16 jun. 2020. Disponível em: http://editais.cultura.ce.gov.br/2020/03/31/cultura-dendicasa/. Acesso em: 27 jul. 2020.



INSTRUMENTAL JURÍDICO DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL.

LEGAL INSTRUMENT FOR THE PROTECTION CULTURAL PATRIMONY.

Daiane de Queiroz[137]

[137] Advogada e Mestre pela Universidade de Fortaleza- UNIFOR. Email: daianequeiroz25304@gmail.com

Terezinha Antonia de Albuquerque Gomes[138]

RESUMO

O artigo expõe o instrumental administrativo de proteção do patrimônio cultural brasileiro. Concomitantemente problematiza a importância da participação popular para preservação desse patrimônio. Para tanto, analisa-se os institutos de direito administrativo, previstos no §3º do art. 216 da Constituição brasileira. Em relação à metodologia de trabalho, utiliza-se de pesquisa bibliográfica e documental, tendo por base leis, artigos científicos, doutrina e trabalhos acadêmicos, extraídos das plataformas digitais Ebscohost; Vlex e Scielo. Procede-se, ainda, a uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório. Por fim, verifica-se que a previsão constitucional quis assegurar a proteção do patrimônio cultural, sem perder de vista os mecanismos de resguardo da soberania e da cidadania, por meio da educação. Isso como forma de rememorar a história e a identidade dos distintos grupos formadores da sociedade brasileira, bem como a implementação desses princípios democráticos, por meio da ação conjunta da população, envolvendo Poder Público e a comunidade.

Palavras-chave: Patrimônio cultural; Educação; proteção; participação popular.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

The paper exposes the administrative instruments for the protection of Brazilian cultural heritage. At the same time, it problematizes the importance of popular participation to preserve its. To this end, talks of the instruments provided for in §3 of art. 216 of the Brazilian Constitution. Regarding the work methodology, bibliographic and documentary research is used, based on laws, scientific articles, doctrine and academic works, extracted from the digital platforms Ebscohost; Vlex and Scielo. The study is also exploratory qualitative. Finally, it is found that the constitutional provision wants to ensure the protection of cultural heritage, without losing sight of the mechanisms for safeguarding citizenship, through education. This as a way of remembering the history and identity of the different groups that form Brazilian society, as well as the implementation of democratic principles, through the joint action of the population, involving the Public Power and the community.

Key words: Cultural patrimony; education; protection; popular participation.

INTRODUÇÃO

A proteção dos bens culturais é uma forma de se memorar a história de um povo e de preservar sua identidade. Até o final do século XVIII, o que existia em relação a bens culturais móveis, como 'telas, estátuas, porcelanas, utilitárias (...) jóias, bronzes, tapeçarias...', eram coleções reais ou de particulares, com as quais a população não tinha contato.

Em relação aos imóveis, como 'palácios, castelos, mansões, pavilhões, conventos, mosteiros, igrejas, florestas...', já havia certa preocupação nesse sentido. Mas, por convicções filosóficas e políticas, muito também se perdeu na história (CAMARGO, 2004, p. 24). Apenas, no século XIX, como fruto mediato da Revolução Francesa de 1789, desenvolveu-se a preocupação com a preservação dos bens culturais.

Mais tardiamente, em 1931, com a Carta de Atenas (Grécia), consolidou-se esse intento. No documento, além da necessidade de cooperação técnica e moral, evidenciou-se a utilidade de uma documentação internacional, bem como o papel da Educação, no que diz respeito à preservação dos monumentos de valor histórico.

[138] Promotora de Justiça e Mestre pela Universidade de Fortaleza- UNIFOR..Email: terezinhagomes@gmail.com

Logo, no presente trabalho, serão expostos os principais mecanismos administrativos de preservação dos bens de valor histórico, artístico e cultural, no Brasil, bem como a importância da educação na conscientização da participação popular nesse processo.

Portanto, os objetivos consistem em analisar quais os instrumentos administrativos de proteção jurídica ao patrimônio cultural estão à disposição da população a fim de evitar ou reparar os danos causados aos bens culturais, no Brasil.

METODOLOGIA

Em relação à metodologia de trabalho, propõe-se uma pesquisa bibliográfica e documental, de caráter descritivo analítico, desenvolvido com base em artigos das bases Ebsco*host*, Scielo, Vlex e também retirados de livros, revistas e publicações impressas. A abordagem é primordialmente qualitativa e de natureza exploratória.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. OS MECANISMOS ADMINISTRATIVOS DE PROTEÇÃO DOS BENS CULTURAIS

A previsão do § 1º do art. 216, da Constituição Federal de 1988, estabelece que ‘o Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação’.

Percebe-se, assim, que a preservação resguardada constitucionalmente, no Brasil, alcança não somente a conservação, mas também a vedação ou limitação ao uso e até mesmo sua alienação, com vistas a impedir possível aniquilamento ou extinção do bem (SILVA; SARTORI, 2015, p. 04).

Os meios ordinários de proteção são os registros; os inventários; o zoneamento; a servidão; o tombamento (concepção tradicional) e a desapropriação. Há também as medidas de contenção de natureza administrativa, que estabelecem sanções como multas; restrição ou privação de bens e direitos.

1.1 O Registro e o Inventário

O Registro é um ato administrativo de proteção dos bens culturais, que individualiza aqueles de caráter imaterial. O Registro está regulamentado por meio do Dec. n. 3.551/2000. Nele estão

incluídas“ as práticas, representações, expressões, lugares, conhecimentos e técnicas que os grupos sociais reconhecem como parte integrante do seu patrimônio cultural”.

Tanto o Registro como o Inventário servem para, de forma mais ágil, descriminar e encontrar o local onde estão situados os bens que compõem o patrimônio cultural brasileiro. São úteis ainda para traçar metas públicas e evitar a comercialização ilegal de bens culturais (PAIVA, 2010, p.74). Apesar do inventário não possuir regulamentação infraconstitucional, por força do artigo 24 da Constituição Federal, estados e municípios podem legislar sobre a matéria na intenção de proteger referidos bens (DE CAMPOS, 2013, p.121).

1.2 O zoneamento

O Zoneamento é um mecanismo de proteção urbana realizado, a rigor, pelo Poder Público municipal, para fins de proteger a propriedade privada, que pode ter por fins questões de ordem industrial, ambiental ou urbanística.

1.3 A servidão

A servidão administrativa designa um ônus real imposto à coisa alheia, pelo Poder Público, que, no caso do patrimônio cultural, serve ao fim social de que são dotados esses bens imóveis. Nela não ocorre restrição ao direito de propriedade, mas ao proveito ou benefício de que goza o proprietário (PAIVA, 2010, p.83). Nesse caso, há previsão legal de indenização, pelos eventuais prejuízos causados (art. 40, do Dec-Lei 3.365/41).

1.4 O tombamento

O tombamento é além de uma interferência administrativa gratuita, pelo Poder Público, na propriedade, um instrumento que indica o valor cultural desse bem, assim afetado. Tanto o Poder Executivo como Legislativo podem proceder ao tombamento de bens da sua esfera de atuação (PAIVA, 2010, p.76).

Esse mecanismo veda a sua destruição, por parte do possuidor ou proprietário, que precisa de consentimento do ente estatal, caso queira proceder, inclusive, a qualquer restauração, no bem tombado (SILVA; SARTORI, 2015, p. 05).

1.5 A Desapropriação.

A desapropriação é a expropriação, pelo Poder Público, do bem do particular, que, em regra, será indenizado, pela perda do direito de propriedade, em favor da coletividade, nas situações de utilidade pública (Dec-Lei 3.365/41); de interesse social (Lei 4.132/62), ou para

realização de reforma agrária (CF/1988, arts. 184,185). Mas há situações em que esse mecanismo resulta de uma sanção imposta, por força da prática de ilícitos penais[139].

2. EDUCAÇÃO E PROTEÇÃO DOS BENS CULTURAIS

Com vistas à exploração do lazer e do turismo, em determinado momento histórico, (CAMARGO, 2004, p. 10), bem como em vista daqueles valores de identidade e memória, surge uma preocupação do homem mais dirigida à preservação do patrimônio cultural.

Esse intento pressupõe além da ação do Poder Público e de instituições privadas, a do próprio cidadão, que precisa ser educado acerca da importância da manutenção desses bens. A Carta de Atenas[140] de 1931 já orientava que os professores de crianças e adolescentes buscassem advertir seus alunos acerca do prejuízo decorrente da destruição dos monumentos e sobre a importância de preservação da história de toda a humanidade.

Pode-se citar como mecanismos de disseminação dessa idéia, a realização de reuniões, audiências públicas e aulas acerca dos direitos e deveres da comunidade para com o patrimônio cultural; a difusão por meio de panfletos, propagandas turísticas ou outros meios de comunicação (FRANÇA, 2006, p. 73).

2.1 Engajamento e co-responsabilidade social

Os Parâmetros Curriculares Nacionais estabeleceram dentre outros princípios, o da participação e da co-responsabilidade social, com vistas a permitir que as entidades estudantis possam realizar trabalhos que busquem desenvolver a liberdade e a independência responsável dos alunos, mediante ações de colaboração e engajamento social (BRASIL,1997, p. 16). Para tanto, o Ministério da Educação e Cultura- MEC incorporou assuntos transversais, dentro dessa perspectiva, de responsabilidade cidadã, para que se abordem assuntos como meio-ambiente e pluralidade cultural.

---

[139] Art. 243. As propriedades rurais e urbanas de qualquer região do País onde forem localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas ou a exploração de trabalho escravo na forma da lei serão expropriadas e destinadas à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei, observado, no que couber, o disposto no art. 5º (CF/88). Nesses casos, o inc. X, do art. 216-A da CF/88, prevê, a regra da participação e controle social, incluída pela Emenda Constitucional nº 71, de 2012.

[140] Carta de Atenas é um documento internacional, datado de 1933, assinado por grandes arquitetos e urbanistas i nternacionais do início do século XX, entre os quais se destaca Le Corbusier.

Essa perspectiva propõe a interação do indivíduo com os objetos culturais e faz com que o aluno abandone a conduta passiva de mero espectador para se tornar agente ativo. Isso porque ao estudar o assunto, ele desenvolve um espírito reflexivo em relação ao que é discutido, podendo intervir como cidadão.

2.2 Os Espaços de Preservação e os Interesses Conflitantes

O elastecimento da definição de patrimônio histórico para patrimônio cultural, durante o século XX, colaborou para o reconhecimento de bens antes tidos como menores, ou hierarquicamente inferiores, em razão da origem humilde e rudimentar ou, por não ser possível sua mensuração financeira, como no caso dos bens imateriais.

Da mesma forma, o art. 216- A da Constituição Federal, no seu inciso X, ao estabelecer como princípio norteador dessa preservação, a democratização dos processos decisórios com participação e controle social. Isso porque o ambiente ocupado pela população interessada também propicia interações sociais que auxiliam, naquele processo educacional de preservação da cultura.

Por outro lado, as modificações trazidas pelo desenvolvimento econômico, mesmo que planejado, podem gerar conflitos que precisam ser apaziguados. Daí, o conceito de mediação interligado ao de pacificação social, como mecanismo integrante do contexto ora estudado. (IPHAN, 2006, p. 24).

CONCLUSÃO

É indispensável que os entes públicos articulem a participação da comunidade, para conciliar desenvolvimento sustentável e proteção cultural, em quaisquer projetos urbanísticos, de forma que estes não estejam dissociados dos projetos de proteção e preservação dos bens culturais (IPHAN, 2006, p. 23).

Mas para isso, não se pode desconsiderar o papel preponderante da educação na conscientização acerca da importância de se resguardar o patrimônio cultural, já que a maior parte deste e dos mecanismos de proteção é ainda desconhecida da maior parte da população.

Isso, em especial, no que diz respeito à destruição de bens culturais, pois a educação é a única capaz de mitigar e conciliar interesses diante da ação dirigida às construções e às moradias urbanas, em razão da industrialização. Da mesma forma, aquela gerada pelo desenvolvimento do turismo e do lazer; pelo fracionamento das cidades em bairros, pela poluição sonora e ambiental; e por outros fatores (CAMARGO, 2004, p. 16).

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição Federal. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 5.out.1988. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: 05 nov.2019.

BRASIL. Decreto 3.551/2000. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 5.out.1988. Disponível em:< http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3551.htm>. Acesso em: 13 ago 2020.

CAMARGO, Haroldo Leitão. **Patrimônio Histórico e Cultural.** 2 ed. São Paulo: Aleph, 2004.

DE CAMPOS, Yussef Daibert Salomão. **O inventário como instrumento de preservação do patrimônio cultural:** adequações e usos (des) caracterizadores de seu fim. Revista CPC, São Paulo, n.16, p. 001-208, maio/out. 2013. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/cpc/article/download/68646/71224/. Acesso em: 13 ago 2020.

FRANÇA, V. M. R.N. **A Instituição de um Monumento Natural como Instrumento Complementar de Proteção da Serra dos Cristais.** Belo Horizonte, 2015. Originalmente apresentado como dissertação de mestrado, Escola Superior Dom Helder Câmara, 2015.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Educação Patrimonial.** Históricos, Conceitos e Processos. Brasília, DF, 2014.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Carta de Atenas**. Nov de 1933. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Atenas%201933.pdf>. Acesso em: 30 nov.2019.

PAIVA, Carlos Magno de Souza. **O Regime Jurídico do bem jurídico edificado no Brasil.** Ouro Preto: Ed. UFOP, 2010.

SILVA, Fernando Fernandes da; SARTORI, Marcelo Vanzella. A desapropriação e a proteção dos bens culturais no Direito Brasileiro. **Revista Eletrônica Direito e Política**, Programa de Pós- Graduação Stricto Sensu em Ciência Jurídica da UNIVALI, Itajaí, v.10, n.1, edição especial de 2015. Disponível em: <http: www.univali.br/direitoepolitica> - ISSN 1980-7791.

SILVA, José Afonso da. **Ordenação Constitucional da Cultura**. São Paulo: Malheiros, 2001, p.155-173.

SOARES, Anuene Dias. Delitos contra o Patrimônio Cultural: insuficiências normativas brasileiras e espanholas. In: **A Conservação do Patrimônio Cultural Brasileiro** - Teoria e Prática. Olinda, PE: Centro de Estudos Avançados da Conservação Integrada (CECI). Disponível em: http:< portalperiodicos.unoesc.edu.br>. Acesso em 27 nov.2019.

SOARES, A.L.R.; OOSTERBEEK, E. P. Educação Patrimonial: Um Exemplo de Teoria e Prática na Gestão do Patrimônio Cultural Brasileiro.In: **Patrimônio Cultural, Direito e Meio Ambiente**: Educação Contextualizada, Arqueologia e Diversidade (vol. III). Criciúma, SC : EDIUNESC, 2018.



O PARADOXO ENTRE AS MÍDIAS SOCIAIS E A ECONOMIA CRIATIVA CEARENSE DURANTE A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS

THE PARADOX BETWEEN SOCIAL MEDIA AND THE CREATIVE ECONOMY OF CEARÁ DURING THE CORONAVIRUS PANDEMIC

Amanda Rodrigues Lavôr[141]

[141]Pós-graduanda em Direito Processual Civil (UNIFOR). Pesquisadora voluntária do Projeto Pesquisa Empírica em Direito – PROPED (Cnpq/UNIFOR). Advogada.

Marina Castelo Branco Leite Jucá[142]

RESUMO

A pesquisa visa responder os seguintes problemas: Há um embate entre o consumo das mídias sociais e a economia criativa cearense durante a pandemia do Coronavírus no Ceará? As mídias sociais podem ser incentivos para a economia criativa cearense durante a pandemia do Coronavírus? Ante às medidas de isolamento social os artistas precisaram reformular seus trabalhos, ao mesmo passo em que o consumo das mídias sociais cresceu bastante evidenciando uma nova maneira de capitalização de renda. A metodologia é quali-quantitativa, com base em dados secundários e revisão bibliográfica. Conclui-se que as instituições culturais estão incentivando a economia criativa nos espaços virtuais, mas há um embate entre esses dois fatores, pois muitos profissionais culturais não possuem visibilidade suficiente dificultando sua estabilidade financeira.

Palavras-chaves: Coronavírus. Mídias Sociais. Economia Criativa.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

The research intends to answer the following researchs problem:Is there a clash between the consumption of social media and Creative Economy of Ceará? Can social media be an incentive for Ceará's creative economy during the Coronavirus pandemic? In the face of social isolation measures, artists had to reformulate their work, while the consumption of social media grew quite, showing a new way of capitalizing income. The methodology is qualitative and quantitative, based on secondary data and bibliographic review. It is concluded that the cultural institutions are encouraging the creative economy on virtual environments, but there is a clash between these two factors, because many cultural professionals do not have sufficient visibility, hindering their financial stability.

Keywords: Coronavírus. Social Medias. Creative Economy

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende responder ao seguinte problema de pesquisa: há um embate entre o consumo das mídias sociais e a Economia Criativa? As mídias podem servir de incentivo à indústria cultural cearense durante a pandemia do coronavírus? Quais as possibilidades dos artistas durante a crise? O primeiro capítulo versa sobre os meios que os profissionais artísticos estão utilizando para darem continuidade ao seu trabalho e garantirem sua renda. O segundo capítulo trata do consumo das mídias sociais por meio do exame de dados do ComScore. O terceiro capítulo investiga se a relação entre a Economia Criativa e mídias sociais é possível ou se há um obstáculo a ser superado.

[142] Graduanda em Direito (UNIFOR). Monitora voluntária da disciplina de Direito Civil I- Parte Geral, da UNIFOR. Pesquisadora bolsista do PROPED, vinculado ao curso de Direito da UNIFOR.

No Brasil, a Economia Criativa foi institucionalizada tardiamente no início do Século XXI. Em 2015, em contramão da tendência mundial, o Poder Público extinguiu a Secretaria do Ministério da Cultura, o que denota as dificuldades que os trabalhadores artísticos vivenciam no País (ANJO, GUEDES, 2020). Com as medidas de combate ao vírus, a situação trabalhista desses indivíduos se agravou ainda mais, eles precisaram se reinventar. Apesar das facilidades dos ambientes virtuais, há grandes desigualdades entre os artistas já consolidados na indústria e os artistas menores, o que inviabiliza suas produções e o seu desenvolvimento, causando uma desvalorização cultural local, na maioria das vezes. A metodologia utilizada se baseia na pesquisa exploratória e em um estudo quali-quanti, com dados secundários e apoio em revisão de literatura. O tema é relevante porque a identificação das novas possibilidades trabalhistas que os artistas têm é importante para a amenização dos impactos financeiros das medidas de isolamento social e permite a elaboração de iniciativas específicas para amparar os eixos mais comprometidos pela pandemia.

METODOLOGIA

Pesquisa exploratória e quali-quantitativa, uma vez que a resposta ao problema de pesquisa depende dos dados coletados para identificar se as mídias sociais digitais podem ser uma ferramenta para a economia criativa cearense no período de pandemia. A análise qualitativa se apoia nos dados sobre o consumo das mídias sociais durante a pandemia pela plataforma ComScore.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

01. DA ECONOMIA CRIATIVA CEARENSE PARA CRIATIVIDADE NA CRISE

De acordo com pesquisa feita pelo IBGE em 2019, no ano de 2018, o setor cultural empregava 52 milhões de brasileiros e, conforme o FIRJAN (2019), gerou aproximadamente 2,6% do PIB nacional em 2017. No Estado do Ceará, por exemplo, a indústria criativa representa 1,8% da economia local com 4.912 empresas e 19 mil indivíduos atuando nos setores criativos (PREFEITURA DE FORTALEZA, 2019), ocupando a oitava posição no ranking nacional de participação da atividade artística no mercado. Entretanto, no âmbito da remuneração média mensal desses profissionais, o estado aparece em último lugar, o que consolida a ideia de que muitos dos trabalhadores criativos cearenses são informais e detém situações instáveis de trabalho (FIRJAN, 2014).

Frente à pandemia do coronavírus, os artistas precisaram se reinventar, visto que eles dependem de público e aglomerações, o que foi inviabilizado com as medidas de isolamento social (DECRETO). Alguns desses profissionais que já possuem carreiras consolidadas estão utilizando amplamente dos ambientes virtuais como forma de capitalizar sua renda e estão obtendo êxito. No entanto, os trabalhadores artísticos cearenses menores que já apresentavam instabilidades em suas atividades profissionais não estão tendo o mesmo sucesso. Visando auxiliar os artistas mais vulneráveis, os próprios profissionais culturais se organizaram e fizeram a produção independente do "Festival Quarentena" que foi composto por lives nos ambientes virtuais com a apresentação dos artistas e objetivava a arrecadação de renda e a promoção do trabalho de artistas menos conhecidos. (HOLANDA E LIMA, 2020).

Além dessas medidas, o Fórum Cearense de Teatro e o movimento #TodosPelaCulturaCE redigiram cartas exigindo e propondo soluções à SECULT, à SECULTFOR e ao MPCE. Ante as reivindicações, o Governo do Estado do Ceará investiu em programas culturais com o fito de amparar os artistas afetados pela pandemia e promover suas produções. Dentre as iniciativas, destacam-se o "Festival Cultura DendiCasa: Arte de Casa para o Mundo", com financiamento de R$ 1 milhão de reais, o "XXII Edital Ceará Junino", com verbas de R$ 3 milhões de reais e o "Edital Cultural Infância 2020, com investimento de R$ 1,5 milhão de reais (DIÁRIO DO NORDESTE, 2020).

02. O CONSUMO DAS MÍDIAS SOCIAIS

Diante do crescimento da utilização das mídias sociais durante o período de quarentena, a plataforma *ComScore* promoveu uma pesquisa baseada nas mudanças da audiência brasileira nas plataformas digitais durante a pandemia do coronavírus. Inicialmente, foram analisados dados referentes às ações (curtidas, compartilhamento, comentários e *retweets*); ao conteúdo; às ações por post e aos *shares* (número total de vezes que as postagens foram compartilhadas ou retweetadas no *Facebook* e *Twitter*) das mídias sociais do *instagram, facebook e twitter* do Governo, entre os dias 1 a 18 de cada mês do primeiro trimestre de 2020. Constatou-se um aumento exponencial em todas as categorias. As ações de março cresceram em 80% em relação às de janeiro; o conteúdo e as ações por post 34% e os *shares* destacaram-se com um aumento de 175% (COMSCORE, 2020a).

Posteriormente, a empresa analisou o número de visitas nos espaços virtuais dos setores dos games, das informações, das mídias sociais, do conteúdo familiar e jovem, do entretenimento e das viagens, entre o período de 9 a 15 de março, em relação a 16 a 22 de março. O número de visitas dos ambientes dos games aumentou em cerca de 20%; no que tange às informações e ao conteúdo familiar e jovem, ocorreu os maiores engajamentos, aumentando em ambos aproximadamente 43%; as mídias sociais cresceram em 26%; o entretenimento em 23% e o setor das viagens foi o único que apresentou um declínio de cerca de 26% (COMSCORE, 2020b).

Em um panorama geral, é possível aferir que o consumo das mídias sociais cresceu de maneira nítida, se apresentando como uma potencializadora de capitalização de renda. No entanto, apesar da facilidade e acessibilidade dos ambientes virtuais, há um paradoxo entre o crescimento exorbitante de acessos às mídias sociais e a drástica redução da verba dos artistas locais menos reconhecidos, como no caso dos artistas cearenses. Percebe-se os privilégios entre aqueles que já possuem carreiras e reconhecimento firmados e aqueles profissionais menores que estão adaptando seus trabalhos às mídias sociais.

03. HÁ UM EMBATE ENTRE O CONSUMO DAS MÍDIAS SOCIAIS E A ECONOMIA CRIATIVA CEARENSE DURANTE A PANDEMIA DO CORONAVÍRUS?

Um dos aspectos positivos que as mídias sociais apresentam é a democratização do conteúdo. Conforme foi denotado na pesquisa feita pela ComScore, o consumo das plataformas digitais está crescendo possibilitando que diversos indivíduos se transformem em produtores de conteúdo. A exposição “Tarsila Popular” no MASP incentivou os visitantes a publicarem fotografias na exibição com *hashtag #tarsilapopular* culminando em um recorde de visitações, a partir desses dados é possível aferir que a união entre o ambiente virtual e o físico pode ser bem sucedida (CAMURÇA *et al,* 2020).

Apesar das facilidades que as mídias sociais proporcionam àqueles que passaram a utilizá-las como alternativa frente às medidas de isolamento social, a monetização nesse cenário ainda é muito difícil. No *Youtube*, para que um usuário capitalize renda é necessário que o seu canal tenha mais de mil inscritos e mais de quatro mil horas assistidas nos últimos doze meses,

entretanto apenas 15% dos membros atingem mil visualizações e cerca de 40% não conseguem sequer 100 (INSIGHTSAMBA, 2018). No *Facebook*, a monetização também é complexa sendo necessário que a página tenha mais de dez mil inscritos e mais de 30 (trinta) mil visualizações nos últimos 2 meses (FACEBOOK, 2019). Muitos dos artistas cearenses que se adaptaram ao meio virtual ainda enfrentam severas dificuldades financeiras, uma vez que, apesar do aumento do consumo de setores típicos da economia criativa, como os de entretenimento e familiar e jovem, o não reconhecimento e as dificuldades para a monetização inviabilizam a capitalização de renda desses indivíduos. Observa-se que as redes sociais oferecem amplas possibilidades, entretanto o engajamento artístico ainda é baixo.

CONCLUSÃO

Em resposta, conclui-se que há um embate entre o consumo das mídias sociais e a economia criativa já que, apesar das amplas possibilidades que o ambiente virtual proporciona, a monetização e a promoção da imagem de artistas menores muitas vezes são inviabilizadas por mecanismos das próprias redes sociais ou por outros indivíduos já consolidados no mercado das artes.

Não obstante aos aspectos negativos, as iniciativas públicas e privadas estão incentivando a Economia Criativa por meio das mídias sociais, como o “Projeto Dendicasa”, por exemplo. Foi possível aferir que o Governo e o setor de informações apresentaram um crescimento no consumo de suas mídias sociais, uma das soluções viáveis economicamente poderia ser o compartilhamento de artistas menores nas redes sociais desses órgãos como forma de incentivar a cultura e viabilizar e auxiliar o trabalho dos profissionais culturais. As mídias podem servir de incentivo à indústria cultural cearense durante a pandemia do coronavírus. O estudo oferece respostas de médio alcance, sendo imprescindível para solucionar a situação problemática trazida pelo texto a continuidade de investigações nesse sentido, uma vez que a pesquisa é um processo contínuo.

REFERÊNCIAS

ANJO, José Ademir da Silva; GUEDES, Arthur Gabriel Rocha. **Políticas Culturais no Setor Audiovisual: Uma Análise do Plano Espírito Santo Criativo.** *In:* Congresso Brasileiro de Estudos Organizacionais 2020. Disponível em: <https://biblioteca.incaper.es.gov.br/digital/bitstream/123456789/4012/1/politicas-culturais-audiovisual-rocha.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020

CAMURÇA, Wagneriana Lima Temóteo; COSTA, Natália Pinto; MAURÍCIO, Mateus Natanael Targino. **Arte ou marketing:** a arte e o patrimônio digital em tempos de redes sociais. in: VIII Encontro Internacional de Direitos Culturais. Disponível em: <https://www.academia.edu/41019401/_ARTE_OU_MARKETING_A_ARTE_E_O_PATRIM%C3%94NIO_DIGITAL_EM_TEMPOS_DE_REDES_SOCIAIS_>. Acesso em: 23 jul. 2020.

COMSCORE. **Consumo das redes sociais no Brasil durante a pandemia de Coronavírus.** 2020a. Disponível em: <https://www.comscore.com/por/Insights/Blog/Consumo-das-redes-sociais-no-Brasil-durante-a-pandemia-de-Coronavirus>. Acesso em: 21 jul. 2020.

COMSCORE. **Consumo de mídia durante a pandemia de coronavirus no Brasil.** 2020b. Disponível em: <https://www.comscore.com/por/Insights/Blog/Consumo-de-midia-durante-a-pandemia-de-coronavirus-no-Brasil>. Acesso em: 21 jul. 2020.

DIÁRIO DO NORDESTE. **Governo do Estado cria edital voltado para cultura cearense com investimento de R$1 milhão**. 2020. Disponível em: <https://diariodonordeste.verdesmares.com.br/verso/governo-do-estado-cria-edital-voltado-para-cultura-cearense-com-investimento-de-r-1-milhao-1.2226040>. Acesso em: 16 jul. 2020

FACEBOOK. **Facebook lança anúncios em vídeos no Brasil.** 2019. Disponível em: <https://about.fb.com/br/news/2019/02/facebook-lanca-anuncios-em-videos-no-brasil/> Acesso em: 23 jul. 2020

FIRJAN. **Economia Criativa:** Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil. 2019.Disponível em: <https://www.firjan.com.br/EconomiaCriativa/downloads/MapeamentoIndustriaCriativa.pdf>. Acesso em: 16 jul.2020

FIRJAN. **Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil.** 2014.Disponível em: <https://www.firjan.com.br/EconomiaCriativa/downloads/MapeamentoIndustriaCriativa-Firjan2014.pdf>. Acesso em: 20 jul.2020

HOLANDA, Neto; LIMA, Valesca. **Movimentos e ações político-culturais do Brasil em**

IBGE. **Síntese de indicadores sociais uma análise das condições de vida da população brasileira**. 2019. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101678.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2020

INSIGHTSAMBA. **Como pessoas e empresas produzem e distribuem seus vídeos na internet**. 2018. Disponível em: <https://cdn2.hubspot.net/hubfs/4559537/Como%20pessoas%20e%20empresas%20produzem%20e%20divulgam%20seus%20v%C3%ADdeos%20na%20internet-1.pdf?utm_campaign=Material%20-%20%5Bebook%5D%20Como%20pessoas%20e%20empresas%20produzem%20e%20divulgam%20seus%20v%C3%ADdeos&utm_source=hs_automation&utm_medium=email&utm_content=63975611&_hsenc=p2ANqtz-9NfBkcKnC6R_UkcPAnIz3rh8Zi84fYmrtnFe-Ikc2OHvsC6Vdfjc2qh09n1WxUPbe7YsknEsGhIWJlcR4xlQAonzugkigG1BuhPWaCSfoFUJbs19w&_hsmi=63975611>. Acesso em: 23 jul. 2020.

PREFEITURA DE FORTALEZA. **Fortaleza 2040**. 2019. Disponível em: <http://fortaleza2040.fortaleza.ce.gov.br/site/assets/files/eixos/5_Economia-Criativa.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2020.

tempos de pandemia do Covid-19. **Journal of the Royal Society Interface.** Inglaterra, v.12, n.1, p.333 – 338, julho 2020.

IX Encontro Internacional de Direitos Culturais
9th International Meeting on Cultural Rights
Direitos Culturais: Impactos da Pandemia
Cultural Rights: Impacts of the Pandemic
05 A 09 DE OUTUBRO
ISSN-e 23169982

OS RASTROS DA PANDEMIA NA BUSCA PELA CULTURA DURANTE E APÓS A QUARENTENA

PANDEM`S TRACK IN THE SEARCH FOR CULTURE DURING AND AFTER SOCIAL ISOLATION.

Artur Kennedy Aragão Paiva[143]

[143] Graduado em Direito pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Especialista em Direito Empresarial e Advocacia Empresarial pela Rede de Ensino Luiz Flávio Gomes (LFG). Mestrando em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Professor da Faculdade Luciano Feijão (FLF). Coordenador do Lex Machina, Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Direito Digital e Direitos Culturais da Faculdade Luciano Feijão (FLF). Presidente da Comissão de Direitos Culturais da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Ceará, Subsecção Sobral. Sócio fundador do escritório Paiva & Osterno - Advocacia. E-mail: arturpaiva.adv@hotmail.com

Antônio Germano Sousa Costa[144]
Marcos Augusto Ximenes Filho[145]

RESUMO

A pandemia causada pelo COVID-19 teve como consequência a decretação de estado de calamidade em todo o mundo, afetando áreas como economia e política, alcançando, também, a área da cultura. Entre vários danos que a pandemia causou, o presente trabalho adentra a questão do mantimento de museus no Brasil durante esse período, as dificuldades variam entre falta de incentivo do Governo Federal para que as atividades, na medida do possível, possam ser perpetuadas, até a perca de funcionários e engajados no funcionamento, e como efeito, a não existência de planejamento para a reabertura após a pandemia, pois docentes e educadores não tem mais participação nas atividades. O intuito do trabalho é apresentar e discutir sobre as dificuldades e ponderar a respeito de soluções.

Palavras-chave: Pandemia. Museus. Cultura.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

The pandemic caused by COVID-19 (Coronavirus) resulted in the declaration of a state of calamity worldwide, affecting areas such as economics and politics, also reaching the area of culture. Among the various damages that the pandemic caused, the present work addresses the issue of maintaining museums in Brazil during this period, the difficulties vary between the lack of incentive from the Federal Government so that activities, as far as possible, can be perpetuated until the loss of employees and engaged in operation, and as a result, the lack of planning for reopening after the pandemic, as teachers and educators no longer participate in activities. The purpose of the work is to present and discuss the difficulties and ponder about solutions.

Keywords: Pandemic. Museums. Culture.

INTRODUÇÃO

A pandemia causada pelo vírus Sars-CoV-2, popularmente conhecido como Coronavírus, causou estado de calamidade no mundo inteiro e todas as áreas da economia foram afetadas, a longo ou a curto prazo. Com a área cultural não foi diferente, os danos mais visíveis causados encontram-se no âmbito de shows ou festivais musicais e do cinema, com estreias de filmes, adiados para o ano que vem, em sua maioria.

Com museus e galerias de arte o padrão se repete, porém, mais agravado que em outras áreas. A UNESCO estima que 90% dos museus estão totalmente parados e que 13% desses não

[144] Graduando em Direito pela Faculdade Luciano Feijão (FLF). Membro do Lex Machina, Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Direito Digital e Direitos Culturais da Faculdade Luciano Feijão (FLF). E-mail: antonio-germano@hotmail.com.

[145] Graduando em Direito pela Faculdade Luciano Feijão (FLF). Membro do Lex Machina, Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Direito Digital e Direitos Culturais da Faculdade Luciano Feijão (FLF). E-mail: mfaximenes2015@gmail.com.

voltaram logo após o afrouxamento total das medidas preventivas. Mesmo que existam exposições online, a estimativa é que apenas 5% dos museus obtêm capacidade para esse feito.

O mais alarmante, porém, é a falta de incentivo governamental para o mantimento dos museus, em âmbito mundial e em especial no Brasil, é necessário que as autoridades competentes se importem e criem políticas de proteção e incentivo a cultura, para que seja reduzidos, ao mínimo possível, os danos nas exposições culturais.

METODOLOGIA

Do ponto de vista metodológico, optou-se pelo método hipotético-dedutivo, partindo do problema formulado, passando pela formulação de hipóteses e um processo de inferência dedutiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao redor do mundo, a pandemia vivida no presente momento, expôs o descuido que há com museus, não importando seu reconhecimento, nas áreas mais simples. Giselle Beiguelman, artista e professora da FAU-USP, afirma que a cultura é umas das principais áreas afetadas pelo surto de COVID-19, em uma entrevista ao Jornal USP ela declara:

> Atinge também o teatro, o cinema e toda cadeia produtiva das artes e da cultura. É preciso entender que esses setores não correspondem à imagem idealizada que se tem dos artistas como pessoas inspiradas que flutuam no mundo a partir de grandes ideias. Esse trabalho artístico e cultural envolve dinâmicas e logísticas próprias e uma infinidade de profissionais, ligados à educação e a especialidades técnicas que fazem esse setor funcionar.

Desmistificando a ideia de que apenas artistas são responsáveis pela estrutura cultural da sociedade, na citação anterior pode-se notar que muito mais está envolvido nessa área. Em museus existe a necessidade de pessoas para cuidar de arquivamento, administração, educadores para coordenar as exposições e incentivo monetário para a concretização das mesmas.

Recente levantamento feito pela UNESCO aponta índices alarmantes sobre o funcionamento de museus no mundo:

> Mesmo com as exposições online, os museus do mundo inteiro foram fortemente impactados pela pandemia de coronavírus. Conforme um levantamento realizado pela UNESCO e pelo Conselho Internacional de Museus (Icom, em inglês), 90% das instituições culturais fecharam as portas com a quarentena e quase 13% podem não reabrir mesmo após o período de isolamento.

É fato que grande parte desses números deve-se a pandemia mundial. Porém, mesmo com as formas de reinventar as exposições, a falta de inventivo fica escancarada, caso contassem com apoio significativamente maior do governo, esse prejuízo cultural seria amplamente reduzido.

Em âmbito Nacional, fala-se em crise na cultura a muito tempo, mesmo antes da pandemia. Desde a transformação do ministério da cultura para secretaria no Ministério de turismo, muito se fala em descaso no mantimento de museus, com o incentivo por projeto reduzido e declarações de funcionários que não recebem desde outubro de 2019, o surto de Sars-CoV-2 trouxe ainda mais as claras dificuldades encaradas pelos museus.

Estima-se que 35 instituições tiveram baixas em seu corpo de educadores, algumas ficando apenas com um quinto do que antes contavam, demais funcionários, calcula-se que 147 instituições no país tiveram baixas. Com isso, podemos entender a grande dificuldade que é fazer exposições online ou adquirir meios para a reabertura dos museus.

Em âmbito internacional, em Washington e Nova York, EUA, assim como na Holanda, prejuízos advindos de vários roubos e saques a grandes museus foram contabilizados. Ladrões sempre existiram, porém, as exposições foram confiadas apenas a alarmes de segurança e uma equipe muito reduzida, se não inexistente, de seguranças. A vigilância desses locais deveria ser tida como serviço essencial, dada a importância e possibilidade de cuidados para o distanciamento no local. A falta de responsabilidade culminou em desfalques milionários, como o roubo de obras originais de Vincent Van Gogh.

Com as considerações anteriores, o isolamento social agravou dificuldades em todas as áreas econômicas, em vários setores culturais. Contudo, museus, especialmente no Brasil, que há tempos sofriam com a falta de incentivo, têm tido dificuldades que se alastrarão após o fim da pandemia, por tempo indeterminado.

É mister que novas políticas de proteção a cultura têm que ser elaboradas, com vigência próxima, não apenas para esse período, mas para perdurar por tempo depois da quarentena. Além de repensado o incentivo disponibilizado para a cultura, também com vigência para após o surto de COVID-19, porém, com urgência para esse período, especialmente para museus.

A tomar como exemplo o Estado Espírito Santo, que remediou um incentivo cultural especial para esse período, voltado a municípios do interior do Estado, uma ação salutar, mas com pouca eficácia para museus. Dezessete estados brasileiros apresentaram projetos de remediação a cultura desde abril, nas áreas de música, artes cênicas, literatura, audiovisual, artes visuais e gastronomia, nada se fala em museus.

Como modelo, também, podemos pegar a artista Luiza Adas, que criou uma página na rede social instagram, chamada museu do isolamento. A página conta com quase mil fotos e setenta e sete mil seguidores e foi feita para que diferentes artistas possam expor, de forma online, as obras que fizeram na quarentena. O projeto é independente e além de promover o acesso à cultura tem ajudado na promoção de artista que passam por dificuldades enquanto não conseguem trabalhos de exposição em locais físicos.

Com mais incentivos, as ações acima tratadas como exemplo se multiplicam durante p período de isolamento e ajudam os artistas e as galerias/museus, tornando a reabertura dos mesmo após a quarentena mais simples e palpável, tendo em vista que o incentivo pode ser usado para a organização e pagamento de funcionários quando o funcionamento das exposições normalizar.

CONCLUSÃO

A procura de novos funcionários vai atrasar bastante a volta dos museus, considerando que serão desenvolvidos novos projetos, novos planejamentos, outros artistas, educadores que precisarão se adaptar e o trabalho que era feito será todo refeito ou apenas descartado. Com mais incentivo é possível manter os funcionários, mediar exposições online e obter um planejamento próximo e com medidas de proteção, gerando cuidado com os apreciadores e possibilitando a reabertura em algum dos últimos graus de reabertura. O Governo tem participação crucial, sem sua ajuda não será possível.

REFERÊNCIAS

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS. **Estados adotam medidas para apoiar o setor cultural durante a pandemia, confira**. Agência CMN de notícias, 07 de maio de 2020. Seção de Comunicação. Disponível em: https://www.cnm.org.br/comunicacao/noticias/estados-adotam-medidas-para-apoiar-o-setor-cultural-durante-a-pandemia-confira. Acesso em 22 de julho de 2020.

FIAROTTI, Gustavo. PAMPLONA, Nicola. **Semana Termina com Centenas de Demissões em Redes de Museus e Teatros**. Folha de São Paulo, 25 de maio de 2020. Seção Teatro.

Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/05/semana-termina-com-centenas-de-demissoes-em-redes-de-museus-e-teatro.shtml. Acesso em 19 de julho de 2020.

KIYOMURA, Leila. **A Cultura é Uma das Principais Vítimas do COVID-19**. Jornal da USP, São Paulo, 01 de junho de 2020. Seção Rádio USP. Disponível em: https://jornal.usp.br/radio-usp/a-cultura-e-umas-das-principais-vitimas-da-covid-19/. Acesso em 12 de julho de 2020.

MOYNIHAN, Colin. **Pandemia de Coronavirus aumenta risco de furto em museus agora fechados**. Folha de São Paulo, 12 de abril de 2020. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2020/04/pandemia-de-coronavirus-aumenta-risco-de-furtos-em-museus-durante-o-confinamento.shtml. Acesso em: 19 de julho de 2020.

OLIVEIRA, Giovanna. **13% Dos Museus Do Mundo Podem Não Reabrir Após A Pandemia, Diz Estudo**. Casa Vogue, 28 de maio de 2020. Seção Lazer e Cultura. Disponível em: https://casavogue.globo.com/LazerCultura/Arte/noticia/2020/05/13-dos-museus-do-mundo-podem-nao-reabrir-apos-pandemia-diz-estudo.html. Acesso em: 12 de julho de 2020.

IX Encontro Internacional de Direitos Culturais
9th International Meeting on Cultural Rights
Direitos Culturais: Impactos da Pandemia
Cultural Rights: Impacts of the Pandemic
05 A 09 DE OUTUBRO
ISSN-e 23169982

PRODUÇÃO CULTURAL EM TEMPOS DE PANDEMIA: DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO A CULTURA OU MARKETING?

CULTURAL PRODUCTION IN PANDEMIC TIMES: DEMOCRATIZING ACCESS TO CULTURE OR MARKETING?

Natália Pinto Costa [146]
Mateus Natanael Targino Maurício[147].

RESUMO

A internet e as redes sociais já se encontravam presentes na vida dos brasileiros, porém com o advento da pandemia de Covid-19 e o isolamento social, esta presença se aprofundou de maneira bastante clara, buscou-se analisar boas iniciativas de uso de plataformas online, utilizando especificamente o caso do Museu da Pessoa, este que é totalmente colaborativo e online que se encontra ativo desde 1991, após esta análise passou-se a questionar a forma como se expandiu a utilização de plataformas digitais, tais como Youtube, Facebook e Instagram para a realização de *lives* em razão do contexto pandêmico da COVID-19 e como algo que inicialmente poderia ser utilizado como um amplificador de expansão do espaço cultural, pode-se tornar apenas uma estratégia publicitária.

Palavras chaves: Produção Cultural. Pandemia de Covid-19. Museu da Pessoa. Lives em redes sociais. Publicidade.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

The internet and social networks were already present in the lives of Brazilians, however, with the advent of the Covid-19 pandemic and social isolation, this presence has deepened in a very clear way, seeking to analyze good initiatives for the use of online platforms, specifically using the case of the Museu da Pessoa, which is fully collaborative and online and has been active since 1991, after this analysis, it started to question how the use of digital platforms, such as Youtube, Facebook, expanded and Instagram for the realization of lives due to the pandemic context of COVID-19 and as something that initially

[146]Graduada em Direito pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR), Advogada, Pós graduada em Direito e Processo Penal pelo Centro Universitário Unicristhus.

[147] Graduado em Direito pela Universidade de Fortaleza(UNIFOR), advogado, Pós graduado em Direito e Processo Penal pelo Centro Universitário Unicristhus

could be used as an amplifier for the expansion of the cultural space, it can become just an advertising strategy.

Keywords: Cultural Production. Covid-19 pandemic. Museum of the Person. Lives on social networks. Publicity.

INTRODUÇÃO

Neste trabalho se pretende discutir questões relativas à remodelação de acesso à arte, cultura com o advento da internet, em particular descrever as novas roupagens que museus têm assumido dentro do mundo online, citando explicitamente a experiência do Museu da Pessoa que se encontra ativo desde 1991, apontando ainda como outras iniciativas que surgiram com a pandemia da COVID-19 e que podem se tornar paradigmas de modelo de "ser museu". Depois se discutirá a realização das "lives" em plataformas de redes sociais como uma boa iniciativa para ajudar a democratizar o acesso ao mundo artístico/cultural, alcançando milhões de visualizações em tempos de pandemia de Covid-19 com o isolamento social, no entanto é preciso observar o fenômeno da publicidade e do marketing, cada vez mais presentes nestas lives, cuidando para que estas não virem meras peças de propaganda apenas com o intuito de aumentar as vendas das empresas patrocinadoras.

METODOLOGIA

Para atingir os objetivos do referido trabalho, optou-se por realizar a pesquisa do tipo bibliográfica, interdisciplinar e empírica, na tentativa de interligar diversas áreas do saber, tais como o direito cultural, educação patrimonial, marketing, entre outras. Assim, buscou-se por meio de artigos e estudos de casos demonstrar a possibilidade de interação e criação de plataformas on-line para acesso a democratização da cultura, e analisar a relação entre as lives realizadas em redes sociais e a publicidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1.1 Novas formas de "ser" museu: olhares para além do espaço físico.

Segundo dados do Data Reportal (2020,online) apenas no Brasil em Janeiro de 2020 existiam 150.4 milhões de pessoas com acesso a internet e que o número de usuários cresceu em 8.5 milhões entre 2019 até a data da pesquisa, este aumento gira em torno de 6%. Ou seja, não se pode negar que a internet e as redes sociais, bem como demais plataformas digitais são quase parte integrante da rotina de uma parcela da população mundial, e no que se refere aos brasileiros não é diferente. O espaço digital já era a realidade no cotidiano de várias pessoas, sejam na utilização de aplicativos de mensagens instantâneas, como redes sociais, programas

de *streaming,* entre outros, porém, com a pandemia mundial da COVID-19, que obriga os brasileiros a ficarem em isolamento social desde meados de março de 2020 e o que antes era para alguns apenas espaços de lazer ou forma alternativa de interação social, tornou-se quase uma modalidade obrigatória para a comunicação com o mundo para além de suas "paredes".

Nestas readaptações para o mundo online, vários setores foram atingidos, entre eles o cultural, cantores tiveram que pensar novas formas de transmitir seus shows, assim como teatros, a televisão teve que repensar formas de criar conteúdos sem aglomeração e respeitando o isolamento ao mesmo tempo e tudo isto também tem um reflexo na forma como consumimos conteúdos e apreciamos a arte de maneira geral: músicas, livros, museu, entre outros, entretanto, o que para alguns se tornou uma necessidade de migração para mundo "online" em razão do contexto pandêmico. Para outros já era assim desde o seu nascimento e é aqui que se fala de um museu Brasileiro que desde 1991 funciona de forma *online*[148], apesar de ter sua sede em São Paulo, e este é o: Museu da pessoa. Este museu virtual é totalmente colaborativo e tem como principal escopo valorizar memórias, preservar histórias, acreditando que cada indivíduo é um patrimônio e que todos podem deixar uma herança cultural, o que corrobora com a ideia de que patrimônio não é um lugar físico, sendo algo apenas material, abrindo espaço para amplificação das dimensões imateriais do patrimônio, é preciso identificar estas múltiplas de referencias culturais (MAGALHÃES, apud FALCÃO In: LEITE, 2017, p.25).

Retornando a questão de patrimônio cultural dividindo entre material e imaterial, é importante ressaltar que a Constituição Federal de 1988, em seus artigos 215 e 216, já tinha realizado esta ampliação em reconhecer a existência de bens culturais de natureza material e imaterial, tendo diversas legislações que abordam esta temática, tais como o decreto n° 3.551 de 2000, elaborado pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) que instituiu alguns patrimônios desta natureza imaterial, tais como: registro de saberes, registro de celebrações, registro de formas de expressão, por meio de manifestações literárias, musicais, lúdicas, registro de lugares também.

Voltando o olhar novamente para o Museu da Pessoa em si, este tem uma plataforma própria que conta com um acervo bastante diverso, pois, qualquer pessoa pode contribuir conhecer e até mesmo ajudar na manutenção do acervo, conta ainda com diversos voluntários

[148] Aqui se ressalta que o museu sempre funcionou de forma online, porém, sabe-se que a expansão e o aprimoramento da internet foram mudando conforme os anos, anteriormente, havia a gravação em CD-Roms temáticos e que eram distribuídos dispostos em quiosques multimídias. (WORCMAN, s.d)

que revisam as histórias, que enviam fotografias, que transcrevem as entrevistas e atividades semelhantes, valorizando conceitos como o de memória social, sendo uma ferramenta de transformação social e uma modalidade de estabelecer coesão e identidade de um grupo com um recorte social específico (WORCMAN, s.d).

Notam-se alguns pontos importantes do Museu da Pessoa, em como é possível à construção coletiva para espaços plurais, em como se pode deixar de serem apenas objetos da história e tornam-se sujeitos também, isto visto que qualquer pessoa pode contar sua história e assim virar um "patrimônio do museu", o que pode contribuir diretamente com a promoção da diversidade cultural imaterial, diminuindo distância e amplificando o que prevê o PNPI - Programa Nacional do Patrimônio Imaterial do IPHAN (2000), além de produzir conhecimentos para as gerações futuras por uma perspectiva em que cada história de vida contada possibilita ver a experiência sob um prisma de um recorte de classe, raça, gênero, entre outras óticas que atravessam a vida daquele que será entrevistado, logo, se tem referências culturais distintas com todos esses recortes.

E com a disponibilização de todo esse conteúdo online gerido por voluntários, pode-se também pontuar considerar que aumentará o número de produtores de conteúdos e educadores de patrimônio colaborando na preservação de memórias coletivas, mostrando que apesar de nem tudo pode ser classificado como museu, tudo poderá se tornar "musealisável".

Registram-se pontos positivos da internet nesta experiência em específico, pois, sabe-se que antes do isolamento social, os museus físicos passavam por crises, além de existir uma dificuldade para educadores e educadoras culturais em razão de toda a informalidade da profissão (SILVA, 2017), utiliza-se, portanto, o Museu da pessoa como paradigma para pensar formas de interagir e criar arte, valorizando o patrimônio imaterial, que são as histórias de vida retratadas pelo o museu. Entretanto, não se pode esquecer que dentro do mundo online, existe também o fenômeno da monetização, do capitalismo digital, que captura a democracia em redes, o que não poderia ser diferente no aspecto cultural também. A seguir irá se realizar um contraponto de como é necessário criar mecanismos para que o espaço para a manifestação cultural não se torne apenas um mural de "propagandas" para isto, se utilizará das *lives* que foram amplificadas no período de isolamento social.

1.2 A monetização da cultura: o caso das *lives* em redes sociais

É preciso destacar que as redes sociais mais usadas no mundo, como Youtube e Instagram, são, antes de tudo, são companhias mundiais que lucram bilhões de dólares, tendo

inclusive forte presença no mercado de ações, nas bolsas de valores mais importantes do mundo, portanto, não se tratam de empresas destinadas ao fomento do mundo artístico/cultural, mas sim, tem o intuito de lucrar explorando os cliques dos seus usuários.

Assim, na pandemia de COVID-19 surgiram as “lives”, principalmente com natureza musical, em que artistas passam horas cantando suas músicas na frente de câmeras que transmitem ao vivo para plataformas como Youtube e Instagram gerando muitas visualizações. A iniciativa é interessantíssima, visto que leva cultura musical a um sem número de pessoas, de maneira gratuita, que não teriam oportunidades de ir aqueles shows se estes fossem realizados de maneira presencial. O problema é que essas lives, que surgiram de maneira espontânea, apenas com a intenção de levar a música dos cantores para os seus fãs, isolados por conta da pandemia, foram se transformando em grandes eventos de marketing, patrocinados por várias marcas, a ponto de surgir um termo para definir tais eventos: “live marketing”, que é definido por Silvana Torres (2020, online), sócia e presidente da agência de publicidade Mark Up como:

> “uma nomenclatura que fala muito mais com o consumidor, mais coerente ao que está acontecendo com a ferramenta, que é o ao vivo, interação, real time, experiência. É emoção, relacionamento, é um conjunto de ações que são utilizadas para gerar mais interação com os seus públicos, de modo que esse engajamento proporcione fidelização à marca e, consequentemente, mais vendas”.

Ademais, uma pesquisa da MindMiners, empresa de tecnologia especializada em pesquisa digital, feita a pedido da CNN Brasil, e que foi realizada com 500 pessoas, de todas as regiões do país e classes sociais distintas, nos dias 13 e 14 de abril de 2020, apontou que 53,1% daqueles que assistiram a alguma live tiveram a curiosidade de consumir algum produto, conforme gráfico abaixo:

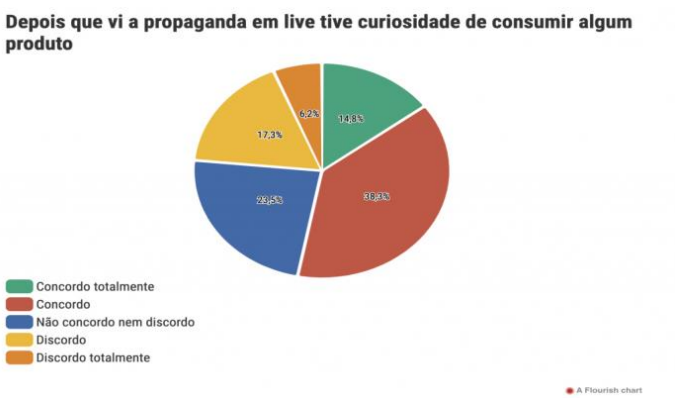


Gráfico 1: Reação após a exposição de marketing em lives.

Não há nenhum erro em permitir que os artistas ganhem dinheiro através de patrocínios de empresas, peças publicitárias, etc, até porque estes têm que pagar suas contas e também os seus colaboradores que dependem de seus empregos, no entanto é necessário observar os conteúdos gerados, uma vez que o risco de deformar um instrumento que poderia ser utilizado como um amplificador de expansão do espaço cultural para apenas uma estratégia publicitária é real.

CONCLUSÃO

Os patrimônios assim como as memórias não se restringem apenas aqueles que são reconhecidos pelo poder público e espaços físicos, dessa forma, este trabalho utilizou o conceito de patrimônio imaterial e relatou à experiência de museus online, usando o caso específico do Museu da pessoa, para mostra que o espaço cibernético pode ser uma plataforma que poderá democratizar o acesso à cultura e principalmente uma forma de coletiva de construir espaços plurais. Por fim, conclui-se que o espaço online também tem pontos negativos, é preciso cuidar para que iniciativas promissoras, com o condão de democratizar o acesso a shows musicais online, as "lives", não se transformem em meras peças de propaganda e marketing. Não se trata de impedir o ganho de dinheiro através destas plataformas, até porque os artistas, e as equipes destes, tem que ser remunerados, mas sim das próprias plataformas criarem mecanismos que resguardem o conteúdo artístico e cultural.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Decreto 3.551, de 04 de Agosto de 2000. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Decreto%20n%C2%BA%203_551%20de%2004%20de%20agosto%20de%202000.pdf. Acesso em 23. Jul. 2020.

DATA REPORT. Digital 2020, Disponível em: <https://datareportal.com/reports/digital-2020-brazil> acesso em 23. jul.2020

INSTITUTO MUSEU DA PESSOA.NET. Diário para o Futuro. Disponível em: https://museudapessoa.org/diario-para-o-futuro/> Acesso em 23 de Jul.2020.

LEITE, João de Souza (Org). Aloisio Magalhães: bens culturais do Brasil um desenho projetivo para a nação. Rio de Janeiro (RJ): Bazar do Tempo, 2017.

LIMA, Luís. Lives musicais são 'caminho sem volta' na relação entre marcas e consumidores. Disponível em: https://www.cnnbrasil.com.br/business/2020/04/17/lives-musicais-sao-caminho-sem-volta-na-relacao-entre-marcas-e-consumidores. Acesso em: 24 jul. 2020.

OS SERTANEJOS no afã das lives marketing. IESB- Centro Universitário Teoria e práticas juntas, 2020. Disponível em: https://www.iesb.br/institucional/noticia/os-sertanejos-no-afa-das-lives-marketing. Acesso em: 24 jul. 2020.

SILVA, Cintia Maria da. Mediador cultural: profissionalização e precarização das condições de trabalho. 2017 Dissertação - Instituto de Artes da Universidade Estadual Paulista. São Paulo, 2017.

WORCMAN, Karen. Como histórias de vida mostram cidades invisíveis. http://www.museudapessoa.net/blogs/memorias/karen_artigo_coreia_portugues.pdf.s.d.

IX Encontro Internacional de Direitos Culturais
9th International Meeting on Cultural Rights
Direitos Culturais: Impactos da Pandemia
Cultural Rights: Impacts of the Pandemic
05 A 09 DE OUTUBRO
ISSN-e 23169982

SECRETARIA DA CULTURA DO ESTADO DO CEARÁ (SECULT) E O APOIO ÀS QUADRILHAS JUNINAS EM PERÍODO DE COVID-19

STATE SECRETARIAT FOR CULTURE OF CEARÁ (SECULT) AND THE SUPPORT TO "QUADRILHAS JUNINAS" IN PERIOD OF COVID-19

Ana Beatriz de Mendonça Barroso[149]

[149]Mestranda em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Graduada em Direito pela UNIFOR. Integrante do Grupo de Pesquisa Núcleo de Estudos sobre Direito do Trabalho e da Seguridade Social

Beatriz Frota Moreira[150]

RESUMO

O objetivo do presente estudo é responder ao seguinte problema de pesquisa: Quais as medidas, como ações e/ou políticas promovidas pela Secretaria da Cultura do Estado do Ceará (Secult) para fortalecer e apoiar as quadrilhas juninas do Ceará em período de COVID-19? Para responder a essa questão faz-se necessário entender os conceitos de cultura e patrimônio imaterial, além da tradição das quadrilhas juninas. O estudo parte do pressuposto que é dever do Estado a proteção e fomento da cultura. O método adequado possui abordagens qualitativa, mediante diálogo entre artigos, resumos expandidos, tese e notícias jornalísticas. Ainda, consta presente a coleta de dados primários fornecidos a partir da solicitação de informação para a SECULT. Conclui-se que a SECULT não implantou nenhuma política de fomento ou incentivo às quadrilhas juninas Cearenses desde o início do isolamento social e do cancelamento do XXII Edital Ceará Junino 2020, mas se pretende desenvolver uma política de fomento abordando as culturas em geral, possibilitando o enfraquecimento do movimento junino.

Direitos Culturais. Quadrilhas Juninas. Fomento à cultura. Cultura Nordestina. Pandemia Covid-19.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

The objective of the present study is to answer the following research problem: What are the measures, such as actions and/or policies promoted by the State Secretariat for Culture of Ceará - SECULT to support the "quadrilhas juninas" of Ceará in the period of COVID-19? To answer this question it's necessary to understand the concept of culture and the intangible cultural patrimony, besides the tradition of the "quadrilhas juninas". The study assumes that is the duty of the State to protect and promote culture. The appropriate method has qualitative approaches through dialogue between articles, expanded abstracts, thesis, and journalistic news. Also, there is the collection of primary data provided from the request for information to SECULT.. It's concluded that the SECULT hasn't implemented policies to promote or encourage the "quadrilhas juninas" in Ceará since the beginning of social isolation and the cancellation of the "XXII Edital Ceará Junino 2020", but it is intended to develop a promotion policy addressing cultures in general, enabling the weakening the movement of "quadrilhas juninas".

Culture Rights. *Quadrilhas Juninas*. Fomentation of Culture. Northeastern Culture. Covid-19 Pandemic.

INTRODUÇÃO

A festa junina surgiu através da tradição católica desde o século IV de festejar os santos do mês de Junho, Santo Antônio, São João e São Pedro. A quadrilha, patrimônio cultural imaterial representativo das festas juninas no Brasil, é uma dança advinda da Inglaterra e adotada pela França que chegou ao Brasil no Século XIX por intermédio dos portugueses e se modificou e popularizou no decorrer dos anos (ALBUQUERQUE, *et al*, 2020).

O conceito de cultura é bastante vasto e diversificado, não sendo possível limitar a cultura em uma definição única (PINTO, 2009). Entretanto, Ochoa Gautier (2003) assimila três dimensões das quais parecem se irradiar as demais: cultura como cotidiano, cultura como campo comunicativo e cultura como manifestação artística concreta. Para Humberto Cunha

- NEDTS promovido na UNIFOR. Pesquisadora voluntária do Projeto Processo Civil e Proteção da Pessoa nas Relações Privadas - PROCIP (Cnpq/UNIFOR) (2018-2019) Pesquisadora voluntária do Projeto Pesquisa Empírica em Direito (PROBIC/UNIFOR). (2019-2020). Advogada. E-mail: beatrizmendoncca07@gmail.com/ beatrizmendoncca@edu.unifor.br / Orcid: https://orcid.org/0000-0002-6021-4903

[150]Graduanda em Direito pela Universidade de Fortaleza. Pesquisadora do Projeto Pesquisa Empírica em Direito (Probic/Unifor), vinculado ao curso de Direito da UNIFOR. Monitora institucional vinculada à Unifor (Promon/Unifor, 2019). Estagiária Institucional da 3ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado de Ceará. Lattes: http://lattes.cnpq.br/4737595729280826. / Orcid: https://orcid.org/0000-0002-3692-6572/E-mail:beatrizfrotamoreira@gmail.com.

Filho (2000), direitos culturais são aqueles que perpassam os elementos temporais de passado, presente e futuro, sendo "afetos às artes, à memória coletiva e ao repasse de saberes, que asseguram a seus titulares o conhecimento e uso do passado, interferência ativa no presente e possibilidade de previsão e decisão de opções referentes ao futuro".

Segundo a Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial, feita pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) em 2003, patrimônio cultural imaterial significa "práticas, representações, expressões, conhecimentos e aptidões [...] – que as comunidades, os grupos e, sendo o caso, os indivíduos reconheçam como fazendo parte integrante do seu património cultural", manifestando-se como "Práticas sociais, rituais e eventos festivos", dentre outros (UNESCO, 2003). Esse patrimônio pode ser também considerado como "uma manifestação cultural que têm práticas, expressões, objetos, artefatos e lugares próprios, com a participação da comunidade" e pode ser protegido a partir do registro de bens culturais de natureza imaterial (AQUINO; QUEIROZ, 2019).

Percebe-se que as festas juninas e as quadrilhas que as compõem fazem parte do patrimônio cultural imaterial brasileiro, sendo portanto objeto de salvaguarda e fomento por parte dos Estados que aderiram à Convenção, como o Brasil. E, segundo o Decreto n° 3.551 de 4 de agosto de 2000, deve instituir políticas de inventário, referenciamento e valorização do patrimônio cultural de natureza imaterial (UNESCO, 2003; BRASIL, 2000).

METODOLOGIA

A metodologia possui abordagem qualitativa e quantitativa. No aspecto qualitativo, faz-se um estudo bibliográfico e documental, por meio de artigos científicos, como os trabalhos do professor Humberto Cunha Filho, e resumos expandidos de anais de eventos com suporte em dados secundários da Secretaria de Cultura do Estado do Ceará (SECULT). Além destes, foram obtidos outras respostas pela solicitação de informação encaminhada para a SECULT baseada no direito fundamental de acesso à informação e em conformidade com os princípios básicos da administração pública tutelados pela Lei nº 12.527/11.

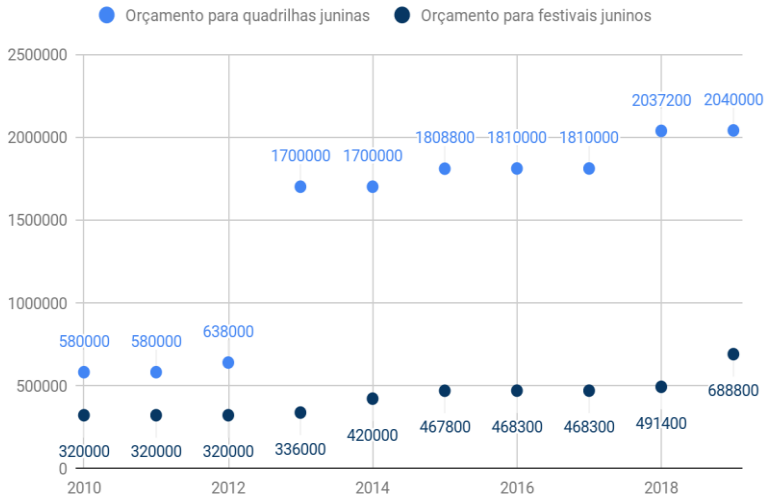
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os festivais de quadrilha junina são manifestações seculares das festividades de São João no estado do Ceará no mês de junho, no entanto, as quadrilhas estão em constante preparação para os festivais. As providências quanto coreógrafos e costureiras, por exemplo, são tomadas assim que se encerra a temporada junina (BARROSO, 2015). A Federação das Quadrilhas Juninas do Ceará (FEQUAJUCE), Pessoa Jurídica de Direito Privado, fundada em 1990, tem o objetivo de "preservação da cultura e movimento junino do Ceará, através da construção de modelos de desenvolvimento social, sendo isenta de quaisquer preconceitos ou discriminações" (MAPA CULTURAL DE FORTALEZA, "s.a", *on line*).

De acordo com pedido de informações enviados para a SECULT o Mapeamento das Quadrilhas Juninas do Ceará, realizado no período de 17 de fevereiro a 31 de maio de 2020, resultou em 75 cadastros e não reflete o número de quadrilhas juninas em funcionamento, motivo pelo qual será realizado novo mapeamento, sem data específica até o momento.

A SECULT possui como política do fomento à expressão cultural da quadrilha junina o edital "Ceará Junino" realizado desde o ano de 1999, chegando à sua XXI edição no ano de 2019. O seu objetivo é "selecionar e apoiar a realização de iniciativas destinadas à promoção, preservação e difusão das tradições regionais cearenses voltadas para as manifestações próprias do ciclo junino" (SECULT, 2020a). Apesar da iniciativa possuir vinte e uma edições concluídas, somente a partir do ano de 2010, a SECULT manteve os editais disponibilizados no site oficial (https://www.secult.ce.gov.br/), possibilitando a consulta da organização do evento e orçamentária.

Gráfico 1: Evolução orçamentária para grupos e festivais juninos contemplados pelos editais "Ceará Junino" (2010-2019).



FONTE: SECULT. Elaboração própria.

Percebe-se que ao longo dos anos o projeto "Ceará Junino" cresceu consideravelmente, aumentando o fomento à cultura do Ceará e auxiliando a manutenção das tradições juninas. Além do apoio individual possibilitado aos grupos juninos, os editais também previam apoio financeiro ao festival quadrilha junina o qual, a partir de 2014, não só beneficia projetos individuais como possui premiação para os três primeiros lugares.

Em 2015 foi criado o "Campeonato Estadual Festejo Ceará Junino" com premiações do 1º ao 21º lugares participantes, subdivididos em 7.000 reais (1º lugar), 6.000 reais (2º lugar), 5.000 reais (3º lugar), 4.000 reais (4º lugar), 3.000 reais (5º lugar) e 1.500 reais (6º ao 21º lugar). No ano de 2018 começaram a ser contempladas as "quadrilhas juninas da diversidade" que são "oriundas de comunidades rurais, assentamentos, grupos de terceira idade, grupos de pessoas com deficiência, comunidades quilombolas e escolas públicas" (SECULT, 2018). Essas quadrilhas possuem menor investimento, sendo eles nove mil e oitocentos reais para quatorze quadrilhas no ano de 2018 e dez mil reais para quatorze quadrilhas no ano de 2019.

Apesar de perceber um crescente fomento da cultura em relação às festas e quadrilhas juninas, além da preocupação em incentivar quadrilhas menores, faz-se necessário observar que o Edital XXII Ceará Junino 2020 foi cancelado, em 20 de abril de 2020, em razão da pandemia do Covid-19. Desse modo 128 quadrilhas juninas não receberão o auxílio ao qual estão acostumadas ou os prêmios ofertados pelos festivais juninos (SECULT, 2020b).

O Edital XXII do Ceará Junino de 2020 possuía um orçamento total de três milhões quatorze mil e oitocentos reais (SECULT, 2020a), orçamento este que ainda não possui destinação. Com isso, foi encaminhada uma solicitação de informações à SECULT acerca das

iniciativas de fomento às quadrilha juninas do Ceará em tempos de isolamento social através do Portal de Transparência do Estado do Ceará em 14/07/2020 e respondido em 16/07/2020.

A SECULT informou que “a política de editais da Secretaria da Cultura é quase em sua totalidade financiada através do Fundo Estadual de Cultura cujo recurso é oriundo de renúncia fiscal” e em razão da pandemia do Covid-19 e do estado de calamidade da saúde pública, os recursos diminuíram consideravelmente. Com a aprovação da Lei n° 14.017, conhecida como lei emergencial da cultura, a SECULT busca “contribuir com a regulamentação e definição do fluxo operacional deste recurso que será repassado pelo Governo Federal”. Quanto às atividades de fomento às quadrilhas juninas em período de isolamento social, informou-se a pretensão de lançamento de edital para “favorecer o maior número possível de expressões da cultura tradicional popular do Estado do Ceará, dentre elas o movimento junino”.

O presidente da quadrilha Nação Nordestina, Jhone Barros, afirmou em entrevista que caso a SECULT abra edital para todas as manifestações culturais o movimento junino ficará prejudicado por ser a categoria mais fraca (GLOBO, 2020). Após aproximadamente três meses do cancelamento do Edital Ceará Junino a SECULT ainda não elaborou um plano de fomento e incentivo financeiro ao movimento cultural do Estado do Ceará, especialmente às quadrilhas juninas. Mas se planejou a abertura de edital geral para movimentos culturais que, para o presidente da quadrilha junina Nação Nordestina, não auxiliará o movimento junino.

CONCLUSÃO

Respondendo ao problema de pesquisa, a Secretaria da Cultura do Estado do Ceará não implementou, até o momento, nenhuma política de fomento ou incentivo às quadrilhas juninas do Estado do Ceará desde o início do isolamento social e do cancelamento do XXII Edital Ceará Junino 2020. Constatou-se a pretensão de lançamento de edital pela SECULT para auxílio das expressões da cultura tradicional. Contudo, há o temor da insuficiência deste auxílio como apoio ao movimento junino, principalmente pela pretensão de elaboração de edital para movimentos culturais gerais, corroborando para a fraqueza do movimento junino.

O estudo possui relevância prática pois conhecer a realidade dos problemas dos movimentos juninos e seus efeitos a partir do ponto de vista de participantes do movimento pode ser uma informação imprescindível para a promoção do movimento junino, como patrimônio cultural, de maneira efetiva, a fim de proporcionar real auxílio à continuidade do movimento. Além de possuir relevância teórica por contribuir para a bibliografia sobre direitos culturais em uma perspectiva inédita e focada na cultura regional nordestina.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, José Gicelmo Melo; FREITAS, Anabela Cardoso; SILVA, Márcio Felipe da Rocha e; PAULA, Gilvana Costa Rocha; SILVA, Silvia Maria Paula; SOUSA, Luzia Mary Silva. As Quadrilha Juninas e o São João em Sergipe. **Revista Psicologia e saberes.** Maceió, v. 9, n. 14, jan. 2020.

AQUINO, Caroline Batista C.; QUEIROZ, Luiz Felipe Zilli. **Os Direitos Culturais na Proteção do Patrimônio Cultural Imaterial do Município de São Borja/RS.** *In:* CUNHA FILHO, Francisco Humberto. (Org.). A Tutela do Patrimônio Cultural: identidade e diversidade. Fortaleza : IBDCult, 2019. p. 235-258.

BRASIL. **Lei n° 3.551, de 4 de agosto de 2000.** Brasília, DF, Senado, 2000.

BARROSO, Hayeska Costa. Mercadores da Tradição: os usos da tradição nas quadrilhas juninas do Ceará. **Revista Políticas Públicas & Cidades**, Belo Horizonte, v.3, n.3, p.42–63, set/dez, 2015.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. **Direitos Culturais como Direitos Fundamentais no Ordenamento Jurídico Brasileiro.** Brasília: Brasília Jurídica, 2000.

GAUTIER, Ana Maria Ochoa. **Indicadores Culturais para Tempos de Desencanto**. *In:* Políticas Culturais para o Desenvolvimento: uma base de dados para a cultura. Brasília: UNESCO, Brasil, 2003.

GLOBO. **Após cancelamento do Ceará Junino 2020, Secretaria da Cultura estuda criar premiação para quadrilhas.** 2020. Disponível em: https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2020/04/22/secretaria-da-cultura-estuda-criar-premiacao-para-quadrilhas-apos-cancelamento-do-ceara-junino-2020.ghtml. Acesso em: 17 jul. 2020.

MAPA CULTURAL DE FORTALEZA. sem ano. Disponível em: https://mapacultural.fortaleza.ce.gov.br/agente/17511. Acesso em: 19 jul 2020.

PINTO, Eduardo Régis Girão de Castro. **Princípios Culturais na Constituição Federal de 1988.** 2009. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Direito. Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2009.

SECULT. **XXII Edital Ceará Junino 2020.** 2020a. Disponível em: https://mapacultural.secult.ce.gov.br/files/opportunity/1593/xxii_edital_ceara_junino_2020.pdf. Acesso em: 09 jul. 2020.

SECULT. **Cancelamento do XXII Edital Ceará Junino.** 2020b. Disponível em: https://mapacultural.secult.ce.gov.br/files/opportunity/1593/comunicado_sobre_xxii__edital_cear%C3%81_junino_-_2020.pdf. Acesso em: 09 jul. 2020.

SECULT. **XX Edital Ceará Junino 2018.** 2018. Disponível em: https://mapacultural.secult.ce.gov.br/files/project/934/xx-edital-ceara-junino-2018.pdf. Acesso em: 09 jul. 2020.

UNESCO. **Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.** 2003. Disponível em: https://patrimonioculturalimaterial.org/multimedia/ficheiros/Documentos/UNESCO2003.pdf. Acesso em: 08 jul. 2020.

IX Encontro Internacional de Direitos Culturais
9th International Meeting on Cultural Rights
Direitos Culturais: Impactos da Pandemia
Cultural Rights: Impacts of the Pandemic
05 A 09 DE OUTUBRO
ISSN-e 23169982

SOB OS ENTULHOS DO CASTELO DO PLÁCIDO: NARRATIVA DEMOLITÓRIA E APELO MODERNIZADOR EM FORTALEZA.

UNDER THE RUBBISH OF PLACIDO'S CASTLE: DEMOLITORY NARRATIVE AND MODERNIZED APPEAL IN FORTALEZA.

Vládia Marques Monteiro[151]
Rafael Lamera Giesta Cabral[152]

RESUMO

A presente pesquisa intenta analisar o caso da demolição do Castelo do Plácido, ocorrida na década de 1970 na cidade de Fortaleza- CE. A construção do prédio (datada em 1921) replicava outra edificação de estilo europeu. Porém, não ocorreu proteção cultural do bem e este acabou sendo destruído para o soerguimento de um supermercado, apesar de outra loja do mesmo grupo empresarial ter sido inaugurado próximo ao local onde o Castelo estava erguido. Tratava-se do intuito modernizador da cidade. À guisa da análise documental de jornais da época dos eventos, redesenhou-se encadeamento de eventos históricos para investigação, a fim de verificar as deflagrações jurídicas delas e implicações hodiernas ao seio comunitário. A maior parte dos dados documentais coletados foram obtidos através do banco de dados do periódico "O Povo", embora não se omita o fato de que outros especialistas foram consultados informalmente. Entretanto, a cronologia dos fatos está esboçada nos jornais, como confirmação da sucessão histórica dos acontecimentos. No local onde hoje se situa o Castelo do Plácido encontra-se uma praça, tendo em vista que o objetivo de transformar a edificação em supermercado nunca saiu do projeto. Para a elaboração do presente trabalho utilizou-se o método hipotético-dedutivo, combinada com as técnicas de análise documental e revisão de literatura.

Palavras-Chave: Castelo do Plácido. Patrimônio Cultural. Memória Coletiva. Fortaleza.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

This research intends to analyze the Placido's castle demolition, which occurred in1970's in Fortaleza-CE. The building (which took place in 1921) replicated another European-style edification. However, it was not offered cultural protection and it ended up being destroyed because there're a promise: a construction of a supermarket. The research verificated that another magazine of the same business group was opened next where the Castle was built. It was the modernized appeal to the city. As a documentary analysis of newspapers at the time of the events, a chain of historical events for research was redesigned, their legal outbreaks and current implications for the community were verified. Most of the documentary data collected was obtained through the database of the journal "O Povo", although anothers specialists were consulted informally. However, the chronology of the facts is outlined in the newspapers, as confirmation of the historical succession of events. At the place where Placido's

[151]Advogada, graduada em Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC), membro do DiGiCULT (Grupo de Estudos e Pesquisas em Direito Digital e Direitos Culturais) e mestranda em Direito pela Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA-RN).

[152] Doutor em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília (UnB). Professor de História do Direito na Universidade Federal Rural do Semi-árido (UFERSA). Editor-Chefe da Revista Jurídica da UFERSA

Castle was located, nowadays there're a square. The objective of transforming the building into a supermarket never happened. For the preparation of this work, the hypothetical-deductive method was used, combined with the techniques of document analysis and literature review.

Key-Words: Placido's Castle. Cultural Heritage. Colective memory. Fortaleza.

INTRODUÇÃO

Em 1921, conforme Nobre (2012), no bairro chamado de Outeiro, hodiernamente conhecido como Aldeota, na capital alencarina, foi construído um prédio em formato de castelo que serviu de residência do magnata Plácido de Carvalho e de sua esposa Pierina Rossi. O casal viveu nessa residência até pouco antes do falecimento do mencionado comerciante na década de 1930. Fruto de um amor, notadamente, monumental - em diálogo com a terminologia adotada pelo patrimônio cultural como passíveis de proteção tais exemplares, representativos da memória coletiva - a aludida edificação foi legada à viúva, embora com os comedimentos jurídicos referentes às cláusulas de inalienabilidade e de imprescritibilidade (O POVO, 1935). O tempo transcorreu, Pierina Rossi casou-se novamente e veio a falecer em 1958 (O POVO, 1958). O espólio de Pierina Rossi, após dezesseis anos do falecimento dela resolve alienar o Castelo e os rumores de sua demolição foram anunciados (O POVO, 1974a).

O repasse comercial do Castelo ocorreu para o grupo empresarial Romcy (O POVO, 1974a). Ocorre que, não obstante a demolição do prédio sem proteção jurídica cultural atinente a que faria *jus* tendo em vista a importância histórica e sua excepcional beleza arquitetônica (BRASIL, 1937), os compradores já tinham inaugurado outro supermercado em 1975 nas imediações, cerca de dois quilômetros nos termos de Azevedo (2015, *apud* Azevedo, 2001, p. 338). Dois lapsos temporais importantes foram vislumbrados, quais sejam: o primeiro referente ao período largo entre 1921 e 1974. O outro período corresponde a 1974 -1981, cuja análise do presente trabalho irá se debruçar.

METODOLOGIA

Para a elaboração do presente trabalho utilizou-se o método hipotético-dedutivo, combinada com as técnicas de análise documental e de revisão de literatura. Foram coletadas reportagens jornalísticas junto ao periódico alencarino "O Povo" com vistas ao melhor entendimento da sequência dos fatos, embora se tenha clareza que a exploração realizada não esgotou a complexidade de todos os temas que eventualmente sobrevenham a partir do problema de pesquisa. Nesse ponto, o trabalho também se enquadraria como pesquisa exploratória. Houve escuta informal de profissionais especializados entre imprecisos anos de 2015-2016. Utilizou-se igualmente aportes teóricos acerca do direito ao patrimônio cultural e ao direito à cidade tendo em vista que a população cearense como um todo perdeu o referencial cultural (memória coletiva) com a demolição do Castelo, diante inclusive da falta de construção

do supermercado esperado e sobre essa hipótese de perda de um bem de importância patrimonial que recai a hipótese de violação ao direito à cidade.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Após analisar o conteúdo das reportagens mencionadas no introito do presente trabalho, observou-se que o primeiro lapso temporal (1921-1974) mencionado diz respeito a um período alargado de cinquenta e três anos, tendo sido um período em que se intercalou usos e desusos sucessivos do bem patrimonial de relevância histórico-cultural.

O ínterim contém importantes eventos históricos (como a criação no âmbito nacional do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, SPHAN/IPHAN em 1937)[153] e legislativos (como a vigência de cinco Constituições 1891, 1934, 1937, 1946 e 1967), as quais previram o direito de acesso à cultura, inclusive a Constituição Imperial[154]. Observou-se que embora existente influxo de continuidade constitucional, em todos os momentos o amparo à cultura foi um traço indelével.

Nesse mesmo sentido, ao tempo da demolição o Decreto-Lei nº 25 de 1937 já estava em vigor, figurando como normatividade aplicável na esfera federal e também introjetada nos âmbitos estaduais, como na Lei nº9.109 de 30 de julho de 1968. Segundo essa legislação o Poder Público estadual cearense dispunha de instrumentos jurídicos para proteção do bem imobiliário, embora conflite com o pensamento apresentado por seu Secretário e pelo órgão cultural (O POVO, 1974a; 1974b).

O segundo lapso temporal (1974 – 1981) alberga além da destruição do Castelo, transações comerciais incompletas, construção de uma praça no lugar onde o edifício estava situado e apresenta intervalo de sete anos. Conforme Azevedo (2015, p.37) a queda do Castelo se consubstanciou em "[..] ataques à falta de sensibilidade de nossa gente pelas coisas do

[153]Para conferência da trajetória do Instituto Nacional do Patrimônio Histórico Nacional (IPHAN) observe-se o portal eletrônico do aludido instituto. Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872 > Acesso em: 10/08/2020

[154]Cronologicamente o direito de acesso aos bens de relevância cultural estava insculpido nos artigos 35, 2º c/c art.72 §26 da Constituição de 1891; art. 148 da Constituição de 1934; art. 128 e 134 da Constituição de 1937; art. 173, 174 e 175 da Constituição de 1967; art. 171 e 172 da Constituição Federal de 1967.

passado, notadamente as ligadas à cultura, e de acentuar que nem o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) [...]" (AZEVEDO, 2015, p.37)

O referido grupo comercial possuía relevante poderio econômico e seus negócios estavam se expandindo na capital cearense.[155] Esse entendimento deflui da circunstância de que em 1975 o Grupo Romcy inaugurou outro supermercado a cerca de 1,5 km do Castelo do Plácido, o que corrobora com a inauguração de outro hipermercado nas proximidades do Castelo. (AZEVEDO, 2001, p.307).

De acordo ainda com Azevedo (2001) a cidade de Fortaleza experimentava uma busca por modernização. Os hipermercados fazem parte de um conjunto de empreendimentos que estavam sendo erguidos na cidade, a exemplo do seu primeiro *shopping center* (AZEVEDO, 2001, p.303).

Em face dos acontecimentos acima delineados remanesce a contraditoriedade de que o Castelo do Plácido tenha sido negociado com o Estado do Ceará pelo Grupo Romcy em face de dívidas (NOBRE, 2012), uma vez que o referido grupo comercial tinha inaugurado um hipermercado em 1975 a cerca de 1,5km do terreno onde se situava a edificação.

Dessa forma, percebe-se que sete anos após a demolição do Castelo do Plácido, o Poder Público cearense ergue o Centro de Artesanato Luiza Távora, que hodiernamente abriga uma praça onde ainda sobrevivem pequenos palacetes em torno da mesma, reminiscentes do período histórico mencionado e onde se situam órgãos do governo do Estado do Ceará, como o gabinete da primeira-dama do Estado.

Após a análise do encadeamento dos fatos mencionados verificou-se sua compatibilidade com a noção de direito à cidade, entabulada por Henri Lefebvre em 1968. Para Lefebvre (2001a) o acesso à totalidade dos equipamentos urbanos no seio social representa o direito mencionado, inclusive o direito ao lazer que dialoga intrinsecamente com a ideia de acesso à cultura.

Caso o prédio tivesse sido protegido por sua relevância cultural, inclusive merecendo registro em Livro de Tombo, toda a coletividade teria sido contemplada com sua preservação.

[155] Segundo O POVO (1972) o grupo Romcy figurava como forte grupo econômico, razão pela qual se infere seu objetivo de implantar na cidade, por exemplo, a primeira loja de departamentos das regiões norte e nordeste a utilizar computadores.

Essa inteligibilidade dialoga com o anseio de moradores e habitantes da cidade que interagiam com referido bem imobiliário (DIÁRIO DO NORDESTE, 2017). Conforme Alfonsin (2019, p. 218) o direito à cidade no plano internacional apenas ocorreu em 2017 com sua presença na Agenda Habitat III. A seguir transpusemos a trajetória histórica do direito à cidade, conforme a autora:

	1968	1988	2001	2002
Plano Internacional	Lefebvre lança o livro "Direito à cidade" em Paris			Carta mundial pelo Direito à Cidade é lançada no Fórum Social Mundial
Plano Nacional		Constituição de 1988 inclui capítulo sobre Política Urbana	Estatuto da Cidade	

Fonte: Alfonsín (2019, p.218)

CONCLUSÃO

Não obstante existisse à época da demolição do Castelo do Plácido normatividade que protegesse o patrimônio cultural imobiliário, ela não foi capaz de evitar sua demolição. A história de amor que subjaz a proteção do Castelo, além das formas excêntricas e originais para os padrões alencarinos (um castelo europeu no subtrópico) por si mesmo já tencionaria a proteção jurídica, em contraponto ao argumento do órgão estadual cultural de que se tratava de uma réplica de um castelo europeu e que inexistia importância a ser conferida juridicamente (O POVO, 1974a).

Outro ponto que merece destaque: a inobservância do direito de toda a coletividade de relacionar-se com o prédio, tendo em vista que a transação comercial não se efetivou, tendo apenas após o lapso temporal de sete anos de latência em entulhos o Poder Público ter providenciado uso público ao terreno: uma praça, cujos bangalôs são atualmente a memória viva de uma tessitura histórica incompleta.

Dessa forma, de acordo com o encadeamento dos fatos verificou-se que inexistiu proteção ao Castelo do Plácido e inocorreu violação a direito cultural, visto que não houve interesse em

sua preservação. Ademais, foram desrespeitadas cláusulas de inalienabilidade e imprescritibilidade inicialmente conferidas ao bem imobiliário em face da alienação do terreno para a construção de um supermercado, o qual não foi sequer erguido.

A altivez no esforço modernizador da cidade foi outra nuance observada o que dialoga com o entendimento de Lefebvre (2001b, p.164) acerca da cidade não ser um ambiente estático e incólume aos objetivos do capital sendo, por conseguinte, o território o *locus* onde se estabelecem reproduções das relações inerentes a esse modo de produção, tendo em vista que também no âmbito territorial são travadas as disputas que visam sustentar a hegemonia e manutenção do referido sistema econômico capitalista. No caso em exame verificou-se a contraditoriedade entre os detentores dos capitais (Grupo Romcy e Espólio de Pierina Rossi) e o restante da coletividade no compromisso de zelar pela memória coletiva da cidade.

REFERÊNCIAS

ALFONSIN, Betânia. **Repercussões da Nova Agenda Urbana no Direito Público e Privado no Brasil e na América Latina: o Papel do Direito à Cidade.** *In* Curso de Direito à Cidade: Teoria e Prática. Orgs. Enzo Bello e René José Keller. 2ªEd. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019, p. 217 - 230.

AZEVEDO, Sânzio de. **Aldeota.** Fortaleza: Secultor, 2015. 80p.

AZEVEDO. Miguel Ângelo de. **Cronologia ilustrada de Fortaleza – Roteiro para um turismo histórico e cultural.** Fortaleza. Edições UFC, 2001.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brazil de 1891**. Rio de Janeiro-RJ. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm > Acesso em: 25/03/2020.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 1934**. Rio de Janeiro-RJ. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm > Acesso em: 25/03/2020 >

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil, de 10 de novembro de 1937**. Rio de Janeiro-RJ. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm > Acesso em: 25/03/2020

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946**. Rio de Janeiro-RJ. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm > Acesso em: 25/03/2020

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1967**. Brasília –DF. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao67.htm > Acesso em: 19 jan. 2020.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Brasília-DF. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm > Acesso em: 7 dez. 2020.

CEARÁ. Diário Oficial do Estado do Ceará de 02 de agosto de 1968. **Lei nº 9.109 de 30 de julho de 1968.** Dispõe sobre a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico do Ceará.

DIÁRIO DO NORDESTE. **Praça Luiza Távora abrigou castelo**. 20 de novembro de 2.017. Disponível em: < http://plus.diariodonordeste.com.br/praca-luiza-tavora-abrigoucastelo/#intro > Acesso em: 19 jan 2020.

INSTITUTO NACIONAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. (IPHAN). **O IPHAN.** Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/872 > Acesso em: 10/08/2020

NOBRE, Leila. **Palácio Plácido de Carvalho: uma prova de amor!** Blogger. Ano: 2.012. Disponível em < http://www.fortalezanobre.com.br/2012/01/palacio-placido-de-carvalho-uma-prova.html > Acesso em: 11 jan 2020.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001a.

LEFEBVRE, Henri. **A cidade do capital**. Rio de Janeiro: DP&A, 2001b.

O POVO. **"O testamento do cel. Plácido de Carvalho"**. Data: 8 de junho de 1935.

O POVO. **"Convite-Missa Pierina Rossi Hinko. 7º Dia".** Data: 16 de dezembro de 1958

O POVO. **"Romcy parte na frente. 1ª Loja de departamentos no norte nordeste a funcionar com computador".** Data: 15 de julho de 1972.

O POVO. **"Vão demolir o Castelo do Plácido."** Data: 12 de fevereiro de 1974. (1974a)

O POVO. **"Começa a queda do Castelo do Plácido".** Data: 14 de fevereiro de 1974. (1974b)

O POVO. **"Ruínas e cinzas do Castelo fantástico".** 2º Caderno, p. 11. Data: 14 de fevereiro de 1974. (1974c)

VIRTUALIZAÇÃO DAS MANIFESTAÇÕES ARTÍSTICAS EM TEMPOS DE ISOLAMENTO SOCIAL

VIRTUALIZATION OF ARTISTIC EXPRESSIONS IN TIMES OF SOCIAL ISOLATION

Artur Kennedy Aragão Paiva[156]
Raissa Carly Fernandes Macêdo Osterno[157]
Luiz Henrique Lopes Rodrigues[158]

RESUMO

Na transição do ano de 2019 para o ano de 2020, o mundo testemunhou a disseminação pandêmica da doença respiratória aguda denominada COVID-19, causada por coronavírus. Em poucos meses, a propagação que se iniciou na cidade de Wuhan, na China, atingiu centenas de países, em todos os continentes, evidenciando a gravidade da patologia, notadamente pela facilidade de contágio. No Brasil, o primeiro caso de infeção pela COVID-19 é confirmado no dia 26 de fevereiro de 2020. Desde então, o índice de contágio nacional cresce exponencialmente. Da mesma forma que nos demais países, a atividade artístico-cultural brasileira sofre grande impacto, notadamente pela suspensão dos espetáculos, exposições, festivais, fechamento de teatros e casas de show, etc. Em busca de alternativas para manutenção de suas atividades, prejudicadas pelas instruções de distanciamento social, produtores culturais, artistas e profissionais do setor cultural intensificaram o uso de ferramentas de comunicação cibernética, notadamente por meio de lives nas redes sociais (e.g. Instagram e Facebook) e nas plataformas de streaming (e.g. YouTube), promovendo a virtualização das manifestações artísticas. O presente resumo pretende analisar de que forma as novas tecnologias podem potencializar o processo de virtualização das manifestações artísticas e viabilizar a concretização do dever constitucional do Estado brasileiro em promover o fomento à produção cultural.

Palavras-chave: Direitos culturais. Virtualização. COVID-19. Coronavírus. Digital.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

In the transition from 2019 to 2020, the world witnessed the pandemic spread of the acute respiratory disease called COVID-19, caused by coronavirus. In a few months, the spread that started in the city of Wuhan, in China, reached hundreds of countries, in all the continents, showing the seriousness of the pathology, notably due to the ease of contagion. In Brazil, the first case of infection by COVID-19 is confirmed on February 26, 2020. Since then, the national contagion index has grown exponentially. In the same way as in other countries, Brazilian artistic and cultural activity suffers a great impact, notably due to the suspension of shows, exhibitions, festivals, closing of theaters and concert halls, etc. In search of alternatives to maintain their activities, hampered by instructions on social distance, cultural producers, artists and professionals in the cultural sector intensified the use of cybernetic communication tools, notably through lives on social networks (eg Instagram and Facebook) and on streaming

[156] Graduado em Direito pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Especialista em Direito Empresarial e Advocacia Empresarial pela Rede de Ensino Luiz Flávio Gomes (LFG). Mestrando em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Professor da Faculdade Luciano Feijão (FLF). Coordenador do Lex Machina, Grupo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Direito Digital e Direitos Culturais da Faculdade Luciano Feijão (FLF). Presidente da Comissão de Direitos Culturais da Ordem dos Advogados do Brasil, Seccional do Ceará, Subsecção Sobral. Sócio fundador do escritório Paiva & Osterno - Advocacia. E-mail: arturpaiva.adv@hotmail.com.

[157] Graduada em Direito pela Universidade Estadual Vale do Acaraú (UVA). Especialista em Especialização em Direito e Processo Previdenciário pelo Instituto de Ensino Superior de Fortaleza (IESF). Mestra em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Sócia fundadora do escritório Paiva & Osterno - Advocacia. E-mail: raissaosterno@yahoo.com.br.

[158] Graduando em Direito na Faculdade Luciano Feijão (FLF). Membro do Lex Machina, Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Direito Digital e Direitos Culturais da Faculdade Luciano Feijão (FLF). E-mail: luizlopes100@gmail.com.

platforms (eg YouTube), promoting the virtualization of artistic manifestations. The present summary intends to analyze how the new technologies can enhance the virtualization process of artistic manifestations and make possible the fulfillment of the constitutional duty of the Brazilian State in promoting the promotion of cultural production.

Keywords: Cultural rights. Virtualization. COVID-19. Coronavirus. Digital.

INTRODUÇÃO

Na transição do ano de 2019 para o ano de 2020, o mundo testemunhou a disseminação pandêmica da doença respiratória aguda denominada COVID-19, causada por coronavírus. Em poucos meses, a propagação que se iniciou na cidade de Wuhan, na China, atingiu centenas de países, em todos os continentes, evidenciando a gravidade da patologia, notadamente pela facilidade de contágio.

Como medidas de contenção, foram decretadas quarentenas, isolamentos sociais e, em alguns locais, lockdown, modalidade de confinamento mais rígido. Em que pese a justificativa sanitária para tais providências, tem-se que as mesmas provocam um grande impacto negativo na economia, no geral, e de maneira particular, sobre as atividades artístico-culturais, cuja exposição e performance geralmente se realiza em espaços com grande concentração de pessoas.

Da mesma forma que nos demais países, a atividade artístico-cultural brasileira sofreu grande impacto, notadamente pela suspensão dos espetáculos, exposições, festivais, fechamento de teatros e casas de show, etc. Em busca de alternativas para manutenção de suas atividades, prejudicadas pelas instruções de distanciamento social, produtores culturais, artistas e profissionais do setor cultural intensificaram o uso de ferramentas de comunicação cibernética, notadamente por meio de lives nas redes sociais (e.g. Instagram e Facebook) e nas plataformas de streaming (e.g. YouTube), promovendo a virtualização das manifestações artísticas.

Ante o referido cenário, alguns entes federativos brasileiros publicaram normas e editais com vistas a minimizar o impacto econômico negativo do isolamento social sobre as manifestações artísticas, como por exemplo: a) a nível nacional: a Lei nº 14.017/2020 (denominada Lei Aldir Blanc, que dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural, enquanto as medidas de isolamento ou quarentena estiverem vigentes, de acordo com a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020); b) a nível estadual: o edital publicado pelo Estado do Ceará intitulado “Festival Cultura DendiCasa” (disponibilizando parcela do recurso do Fundo Estadual da Cultura para projetos artístico-culturais adaptados em uma programação digital).

Com enfoque no cotejo dos direitos de acesso à cultura e fomento à produção cultural, prescritos na Constituição brasileira de 1988, com o impulso da virtualização das manifestações artísticas durante a quarentena da COVID-19, formula-se o seguinte questionamento: de que forma as novas tecnologias podem potencializar o processo de virtualização das manifestações artísticas e viabilizar a concretização do dever constitucional do Estado brasileiro em promover o fomento à produção cultural?

METODOLOGIA

Para responder à problemática proposta, foi desenvolvida a presente pesquisa científica, a qual pode ser classificada: a) quanto à natureza: básica, pois objetiva gerar conhecimentos novos úteis no âmbito da ciência jurídica; b) quanto aos objetivos: exploratória, uma vez que intenta proporcionar mais informações sobre o alcance do dever constitucional do Estado brasileiro quanto à promoção do acesso à cultura; c) quanto aos procedimentos técnicos: bibliográfica e documental, pois construída com base no cotejo teórico de doutrinadores de Direito Constitucional com a análise da virtualização apresentada por Pierre Lévy, além da análise do ornamento jurídico brasileiro, editais e projetos de lei sobre o assunto; d) quanto à forma de abordagem do problema: qualitativa, uma vez que os dados coletados serão descritos, analisados e interpretados, sem pretensão de quantificação do fenômeno.

Do ponto de vista metodológico, optou-se pelo método hipotético-dedutivo, partindo do problema formulado, passando pela formulação de hipóteses e um processo de inferência dedutiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No âmbito internacional, os direitos culturais são sistematizados pela primeira vez nos arts. XXII e XXVII da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948. Em face de tal positivação, os direitos culturais são concebidos como espécie do gênero direitos humanos, detentores, portanto, de um caráter universal (CANOTILHO et al, 2013, p. 1980).

Posteriormente, com vistas a corroborar o caráter impositivo da Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, firmou-se o Pacto de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais em 1966, o qual “atribui aos Estados o dever de garantir os direitos definidos na Declaração de 1948” (CANOTILHO et al, 2013, p. 1980). O Brasil ratificou os termos do referido pacto por

meio de Carta de Adesão depositada em 24 de janeiro de 1992, resultando na publicação do Decreto nº 591, de 6 de julho de 1992 (BRASIL, 1992).

Além do compromisso internacional assumido pelo Brasil através dos referidos ordenamentos internacionais, com a promulgação da Constituição Federal em 5 de outubro de 1988, erigiu-se, no âmbito nacional, a denominada "Ordem Constitucional da Cultura", compreendida como o conjunto de dispositivos atinentes à temática cultural e consubstanciadoras de direitos de direitos sociais relativos à educação e à cultura (SILVA, 2015, p. 315).

Em face da intensificação da atividade cultural do homem, surgiu a necessidade do Estado de intervir na seara cultural, notadamente quanto à regulamentação das relações de cultura, criação de oportunidades culturais, prestação de serviços públicos culturais, etc. Nesse sentido, José Afonso da Silva afirma que o "direito à cultura é um direito constitucional que exige ação positiva do Estado, cuja realização efetiva postula uma política cultural oficial" (SILVA, 2005, p. 802).

Assim, quando o constituinte prescreve no art. 23, V que a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios devem "proporcionar os meios de acesso à cultura, à educação, à ciência, à tecnologia, à pesquisa e à inovação" (BRASIL, 1988), significa que o estado deve criar condições materiais de acesso aos direitos, consubstanciando uma competência-dever imposta àquelas entidades públicas (SILVA, 2005, p. 274).

O art. 215 da CF/88 estabelece que "O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais" (BRASIL, 1988). Acerca da expressão "manifestações culturais" constante no referido dispositivo, José Afonso da Silva assevera que as mesmas "consistem na exteriorização dos fatos e atividades culturais: exposições, concertos, mostras, exibições, etc" (SILVA, 2005, p. 804).

Conjugando-se as normas internacionais e constitucionais brasileiras atinentes aos direitos culturais, resta axiomático o seu caráter universal, do que decorre, ademais, o dever do Estado de buscar meios para efetivação e salvaguarda de tais direitos, notadamente aqueles relacionados ao fomento à produção cultural, profundamente afetados em momentos de isolamento social.

Ao abordar os aspectos ontológicos da virtualização, Pierre Lévy apresenta uma perspectiva bastante peculiar sobre o tema, compreendendo o virtual como um modo de ser particular, mais precisamente, um modo ser no outro. Ademais, o autor considera que a virtualização constitui a essência do movimento do "devir outro", relacionando-se com o processo de hominização (LÉVY, 2009, pp. 11-12).

Na construção de sua definição, Lévy faz um cotejo da etimologia e da acepção da filosofia escolástica sobre a ideia de virtual. Do ponto de vista etimológico, a palavra deriva do latim virtualis, que por sua vez deriva de virtus, que significa força/potência. Na perspectiva da filosofia escolástica, o virtual é compreendido como aquilo que existe em potência e não em ato (LÉVY, 2009, p. 15).

Diferentemente da tradição filosófica, de acordo com Pierre Lévy, o virtual não se opõe ao real, mas sim ao atual. Desenvolvendo seu raciocínio, concebe a atualização como sendo "a solução de um problema, uma solução que não estava contida previamente no enunciado. É criação, invenção de uma forma a partir de uma configuração dinâmica de forças e finalidades" (LÉVY, 2009, pp. 16-17).

Longe de considerar o fenômeno da virtualização como algo estritamente relacionado com o universo cibernético, Pierre Lévy aponta quatro vetores de virtualização anteriores à informatização, quais sejam: a imaginação, a memória, o conhecimento e a religião (LÉVY, 2009, p. 20).

Nesse particular, observa-se a intersecção da teoria de Lévy com o núcleo temático da minha reflexão científica. Pela premissa do autor francês, de que os sistemas de comunicação servem de impulso à virtualização do corpo, compreendo que as ferramentas de transmissão síncronas das lives das redes sociais (e.g. Instagram e Facebook) e das plataformas de streaming (e.g. YouTube), são meios de virtualização, tanto da projeção das performances artísticas, como da percepção da plateia, promovendo-se o que Pierre Lévy denomina de heterogênese do humano.

CONCLUSÃO

Em face do impasse gerado pela pandemia do Coronavírus, as novas tecnologias do ciberespaço, notadamente as redes sociais, servem como relevante ferramenta para o fomento às manifestações artísticas, cuja performance pública foi profundamente impactada pelo

isolamento social, através da virtualização. Assim, o Estado brasileiro pode e deve analisar tal circunstância como alternativa ao cumprimento do seu dever constitucional de promover o fomento à produção cultural.

REFERÊNCIAS

BARROSO, Luís Roberto. **Curso de direito constitucional contemporâneo:** os conceitos fundamentais e a construção do novo modelo. 8. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 26 jun. 2020.

BRASIL. **Decreto legislativo nº 6, de 20 de março de 2020.** Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/portaria/DLG6-2020.htm. Acesso em: 26 jun. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 591, de 6 de julho de 1992**. Atos Internacionais. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais. Promulgação. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0591.htm. Acesso: 26 jun. 2020.

CANOTILHO, J. J. Gomes; MENDES, Gilmar F.; SARLET, Ingo W.; STRECK, Lenio L. (Coords.). **Comentários à Constituição do Brasil**. São Paulo: Saraiva/Almeida, 2013.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. **Direitos culturais como direitos fundamentais no ordenamento jurídico brasileiro**. Brasília Jurídica, 2000.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. **Teoria dos direitos culturais:** Fundamentos e finalidades. São Paulo: Edições Sesc, 2018.

LÉVY, Pierre. **O que é virtual?** Tradução de Paulo Neves. São Paulo: 34, 2009.

MENDES, Gilmar Ferreira. **Curso de direito constitucional**. 12. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**, de 10 de dezembro de 1948. Disponível em: https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf. Acesso em: 26 jun. 2020.

SILVA, José Afonso da. **Comentário Contextual à Constituição**. São Paulo: Malheiros, 2005.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. 38ª Ed. São Paulo: Malheiros, 2015.

IX Encontro Internacional de Direitos Culturais
9th International Meeting on Cultural Rights
Direitos Culturais: Impactos da Pandemia
Cultural Rights: Impacts of the Pandemic
05 A 09 DE OUTUBRO
ISSN-e 23169982

A CONSTITUIÇÃO FEDERAL BRASILEIRA E O MEIO AMBIENTE CULTURAL ENQUANTO DIREITO FUNDAMENTAL

THE BRAZILIAN FEDERAL CONSTITUTION AND THE CULTURAL ENVIRONMENT AS A FUNDAMENTAL RIGHT

Daniel Moura Borges[159]

RESUMO

O presente resumo estendido pretende analisar o tratamento que a constituição federal de 1988 conferiu ao meio ambiente cultural, dando um destaque para a sua vocação enquanto direito fundamental a ser tutelado pelo ordenamento jurídico brasileiro. Após a análise dos principais aspectos relacionados ao tema, chegou-se à conclusão de que o patrimônio cultural brasileiro está incluído na categoria de bem ambiental, devendo a sua proteção ganhar o mesmo *status* conferido aos demais direitos fundamentais, uma vez que é imperativo a existência de um direito ao patrimônio cultural equilibrado. Sendo assim, a sua defesa pode ser aplicada de imediato, independentemente de regulamentação, uma vez que é norma autoexecutável (*self-executing*).

Meio Ambiente Cultural; Constituição Federal; Direito Fundamental; Patrimônio Cultural

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

The present expanded summary intends to analyze the treatment that the Federal Constitution of 1988 gave to the cultural environment, highlighting its vocation as a fundamental right to be protected by the Brazilian legal system. After the analysis of the main aspects related to the theme, it was concluded that the Brazilian cultural heritage is included in the category of environmental legal assests, and its protection should gain the same status conferred to the other fundamental rights, since it is imperative the existence of a right to balanced cultural heritage. Therefore, its defense can be applied immediately, regardless of regulation, since it is a self-executing rule.

Cultural Environment; Federal Constitution; Fundamental right; Cultural heritage

INTRODUÇÃO

Pensar no meio ambiente natural induz a uma construção imagética cercada, usualmente, de verde, mas essa imagem inicial, como ocorre comumente, não corresponde à realidade, ao menos não a toda ela, apenas a uma parte. De semelhante maneira, remete-se à cor cinza as construções deflagradas pelo homem no que se refere à urbanização, pois essa imagem vincula-se ao cimento, ao concreto e aos elementos por ele criados e introduzidos no meio ambiente natural, transformando-o. Dessa maneira, o meio ambiente como um todo passa a ser a junção entre o constructo natural e a inventividade humana.

[159] Doutorando e mestre em Direito pela Universidade Federal da Bahia – UFBA. Especialista em Direito do Estado pela Faculdade Baiana de Direito e Gestão.

Dessa maneira, o presente resumo estendido pretende analisar se a proteção constitucional conferida ao meio ambiente deve ser interpretada de forma ampla, incluindo, também, o meio ambiente cultural, uma vez que ele pode vir a ser considerado um bem jurídico do tipo bem ambiental. Após essa análise, verificar-se-á se o direito fundamental ao meio ambiente equilibrado também abarca o meio ambiente cultural

METODOLOGIA

No tocante ao direcionamento metodológico desta composição, lançar-se-á mão do raciocínio Dedutivo. Em relação à tipologia de pesquisa, valer-se-á de uma abordagem de cunho qualitativo, de natureza aplicada, de propósito exploratório e procedimento bibliográfico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A doutrina jurídica contemporânea entende que, no tocante meio ambiente, há quatro categorias que dialogam entre sim, quais sejam: o meio ambiente natural; o meio ambiente artificial; o meio ambiente cultural; e o meio ambiente do trabalho, incluindo alguns autores, também, o meio ambiente digital (FIORILLO, 2020). E quanto à sua proteção, percebe-se uma preocupação especial do legislador constituinte, quando se verifica o artigo 225 da Constituição Federal (1988) que dispõe o seguinte: “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 1988).

Essa preocupação reflete, além da atenção conferida ao próprio meio ambiente, a concepção de que o equilíbrio desse espaço é imprescindível à saúde do ser humano, para que possa gozar dos demais direitos que lhes são essenciais, como, por exemplo, a vida, a liberdade e o acesso à cultura. Logo, o próprio direito ao meio ambiente equilibrado deve ser alçado à categoria de direto fundamental. Essa parece ter sido a opção do legislador (SILVA, 2004, p.58).

Além do art. 225, é relevante para a análise em curso a observância dos artigos 215 e 216 da Carta Magna, os quais se debruçam sobre o patrimônio cultural brasileiro; em especial, o artigo 215 que afirma ser obrigação do Estado garantir a todos “o pleno exercício dos direitos

culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais" (BRASIL, 1988).

Com base nessa inferência legislativa, mostra-se perceptível a preocupação especial do legislador constituinte ao trazer o acesso à cultura como direito fundamental dos brasileiros, declarando sua essencialidade e, por conseguinte, a garantia à proteção do patrimônio cultural, uma vez que este seria o reflexo da definição do Brasil enquanto nação (SILVA NETO, 2018).

Nessa esteia, o artigo 216 afirma que o patrimônio cultural brasileiro é constituído pelos "bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira", destacando entre esses bens, em seu inciso V, "os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico" (BRASIL, 1988). Sendo assim, tanto os bens de natureza material, quanto os imateriais mereceram uma atenção especial, pois foi reconhecida a importância de ambos enquanto elementos formadores da civilização brasileira.

A positivação feita no texto das cartas constitucionais tem um impacto direto no tratamento jurídico dado aos bens em um determinado ordenamento, sobretudo no que tange à regulação de sua titularidade. Assim, no caso brasileiro, pode-se dividir os bens em três categorias, quais sejam: o bem particular; o bem público; e o bem ambiental (FIORILLO; FERREIRA, 2018, p.33).

O bem particular é aquele mais simples de distinguir, pois a sua titularidade pertence a um indivíduo, seja uma pessoa natural ou uma pessoa jurídica. Logo, o interesse público tem menor expressão nessa categoria de bens.

A distinção entre o bem público e o bem ambiental apresenta-se como mais complexa, pois ambos os termos são comumente utilizados de forma indistinta. Enquanto o bem público é aquele cuja titularidade pertence ao Estado; o bem ambiental é aquele que, por ser de interesse difuso, possui titularidade transindividual, ou seja, o interesse da manutenção de um meio ambiente equilibrado é de todos, indistintamente. Com base nisso, infere-se que o bem ambiental não pode ser confundido com o público, posto que a sua titularidade não é do Estado, mas sim de todos, de forma simultânea, e, por isso se diz transindividual.

Ressalte-se que essa acepção foi uma inovação trazida pela constituição de 1988, já que as constituições pretéritas traziam os bens ambientais como propriedade do Estado, devendo os seus "recursos" ser utilizados para atingir os interesses estatais.

Quando a Constituição afirma que o meio ambiente é um bem de uso comum do povo, retira-se do Estado a sua titularidade e, de forma inequívoca, a atribui ao povo brasileiro. Uma vez que essa titularidade não pode ser exercida individualmente, pois o seu interesse é difuso, a titularidade transindividual se impõe, o que garante a sua defesa enquanto direito fundamental de terceira geração (SILVA,2002).

Ao tratar do meio ambiente, é importante, portanto, ter em mente a acepção ampla que o termo traz; assim, em lato sensu, são compreendidas quatro espécies, quais sejam: o meio ambiente natural, o meio ambiente artificial, o meio ambiente do trabalho e o meio ambiente cultural.

O patrimônio cultural, portanto, é uma espécie da categoria "bem ambiental", devendo recair sobre ele todo o arcabouço protetivo dedicado ao meio ambiente, sendo, "[...] impossível isolar o patrimônio como um elemento abstrato de todo o espaço, de todo o nosso ambiente." (SOUCY, 1996, p.150).

Nesse sentido, não se admite mais a bipartição entre cultura e natureza (GORDILHO, 2011). A luta pela proteção da natureza, motivada pela degradação ambiental causada pela ação humana, fez com que o conceito de cultura se integrasse a ela, criando a compreensão do termo meio ambiente cultural (COSTA, 2011, p.10), uma vez que "A proteção jurídica do patrimônio cultural brasileiro, enquanto direito fundamental de terceira geração, é matéria expressamente prevista no texto constitucional (art. 216)." (BRASIL, 2017, p.1)

Concomitantemente à elevação da proteção do patrimônio cultural à categoria de norma constitucional, sobretudo com a eficácia imediata (self-executing) dos direitos fundamentais, percebeu-se a continuidade dessa proteção em nível infraconstitucional, buscando, de forma mais efetiva, preservar o meio ambiente e proporcionar eventual responsabilização daqueles que, eventualmente, venham violar a integridade do patrimônio cultural brasileiro (SALES, 2004, p.165).

CONCLUSÃO

A proteção ao meio ambiente cultural decorre da noção de que os patrimônios histórico e arquitetônico correspondem a vívida relação do ser humano com o meio no qual está inserido. Preservar esse registro é, portanto, resguardar a identidade coletiva do homem, visto que há uma espécie de marcação psicológica de várias gerações gravitando em torno dos símbolos criados e que caracterizam a cultura. São as discriminações contidas nessa simbologia que caracterizam uma cultura, estando "[...] expressas em costumes, crenças e leis e formam os papéis sociais que recebem o recém-nascido e permanecem à sua disposição como caminhos de desenvolvimento para a sua personalidade." (BYINGTON, 1987, p.36).

É justamente por conta disso que a Constituição Federal em vigor optou por incluir o patrimônio cultural na proteção conferida ao meio ambiente, pois, se ele influencia diretamente na formação do indivíduo, não poderia deixar de ser considerado um bem ambiental. Sendo assim, fica demonstrado a necessidade de reconhecimento do direito fundamental ao meio ambiente cultural equilibrado.

É importante que se tenha em mente a perspectiva de que o ambiente equilibrado só poderá trazer qualidade de vida se todas as vertentes do que se considera meio ambiente forem observadas (FRENCH, 2010, p.51). Não se pode restringir essa proteção ao ambiente natural e artificial, tampouco apenas ao natural. Diante da visão de um ser humano dotado de cultura e natureza, a interação que esse indivíduo social realizará em um espaço também será cultural, especialmente no sentido das intervenções que ele mesmo produz no meio ambiente natural. Constrói-se aí um meio cultural que abrange as alterações artificiais que trazem uma representação dessa cultura humana, servindo de registro de sua passagem na Terra.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em . Acesso em: 06 abr. 2020.

BYINGTON, Carlos. **Desenvolvimento da Personalidade**: símbolos e arquétipos. São Paulo: Ática, 1987.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. **Curso de Direito Ambiental Brasileiro**. 20.ed. São Paulo. Saraiva, 2020.

FIORILLO, Celso Antonio Pacheco; FERREIRA, Renata Marques. **Tutela Jurídica do Patrimônio Cultural Brasileiro em Face do Direito Ambiental Constitucional**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

FRENCH, Duncan. Sustainable Development. In: FITZMAURICE, Malgosia; ONG, David M.; MERKOURIS, Panos (orgs.). **Research Handbook on International Environmental Law**. Cheltenham: EE, 2010.

GORDILHO, Heron José de Santana. **Direito Ambiental Pós-Moderno**. Curitiba. Juruá, 2011.

SILVA, José Afonso da. **Direito Ambiental Constitucional**. 5.ed. São Paulo, Malheiros, 2004.

SILVA, Vasco Pereira da. **Verde Cor de Direito**: lições de direito do ambiente. Coimbra: Almedina, 2002.

SOUCY, Claude. Le patrimoine, ou l'avers de l'aménagement? In: **Les Annales de la recherche urbaine. Patrimoine et modernité**. n.72, pp. 144-153, 1996. Disponível em: . Acesso em: 17 jan. 2020.

BRASIL. **Supremo Tribunal Federal**. 17/11/2017 Plenário. Ag. Reg. na Ação Cível Originária 1.966 Amazonas. Relator: Min. Luiz Fux. Disponível em: < http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=14120682>. Acesso em: 28 jan. 2020.

IX Encontro Internacional de Direitos Culturais
9th International Meeting on Cultural Rights
Direitos Culturais: Impactos da Pandemia
Cultural Rights: Impacts of the Pandemic
05 A 09 DE OUTUBRO
ISSN-e 23169982

A CULTURA COMO UM DIREITO NA CIDADE DO RECIFE (1955 – 1964)

CULTURE AS A RIGHT IN THE CITY OF RECIFE (1955 - 1964)

Rosana Maria dos Santos[160]

RESUMO

O artigo tem como objetivo analisar e problematizar a criação do Departamento de Documentação e Cultura e a sua importância para o desenvolvimento das politicas públicas voltadas para o fomento da cultura e educação na cidade do Recife nas décadas de 1950 e 1960. As atividades culturais fomentadas pelo Departamento trouxeram profundas modificações na vida cultural e social na cidade do Recife. Foi na década de 1950 , que os primeiros passos em direção ao processo de politização da cultura e da educação começam a andar a passos curtos. A necessidade de criar políticas públicas trouxe transformações significativas para que as camadas populares pudessem contribuir e usufruir de projetos que visavam democratizar a cultura e a educação na capital Pernambuco.

Palavras - chave: Cultura, Recife, Departamento de Documentação e Cultura.

ABSTRACT

The article aims to analyze and problematize the creation of the Documentation and Culture Department and its importance for the development of public policies aimed at fostering culture and education in the city of Recife in the 1950s and 1960s. The cultural activities fostered by the Department brought profound changes in cultural and social life in the city of Recife. It was in the 1950s that the first steps towards the process of politicizing culture and education began to take short steps. The need to create public policies brought significant changes so that the popular strata could contribute and enjoy projects that aimed to democratize culture and education in the capital Pernambuco.

Keywords: Culture, Recife, Department of Documentation and Culture

INTRODUÇÃO

O século XX foi marcado por uma forte mudança paisagística, econômica e social na cidade do Recife**.** No final do século XIX, a capital pernambucana era um dos principais centros de comercialização do país. Sua importância se estendia nas áreas político-administrativa, financeira e cultural. Esse desenvolvimento começou a atrair um grande contingente populacional, em busca de trabalho e melhores condições de vida.

[160] Doutoranda em História Social pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE).E-mail: rosanamaria.history@gmail.com.

O aumento populacional do Recife trouxe receio para as elites locais. Muitos homens e mulheres, em busca de melhores condições de vida e de renda, foram atraídos pelo "progresso", mas, ao chegarem na capital, eles eram vistos pelos mais favorecidos economicamente como pessoas que possuíam comportamentos considerados fora dos padrões de civilidade (disciplina, ordem e trabalho) que se tentava impor aos moradores da cidade.[161]

A modernização trouxe para a cidade grandes empresas, como a London e a Brazilian St. Ry. Consequentemente, essa industrialização resultou na chegada de mão de obra, principalmente de Ingleses que chegaram para trabalhar nas fábricas. Com isso, houve a necessidade de criação de locais onde esses trabalhadores pudessem realizar seus encontros, assim como também houve a criação de um ambiente em que as práticas culturais servissem como uma distinção social.

Segundo o historiador Raimundo Arrais (1998), esses espaços de lazer causavam uma grande sedução sobre as camadas populares. Por isso, torna-se comum a construção de grades em praças e jardins do Recife, que tinham por objetivo excluir os populares de certos lugares públicos, deixando bem claro até que ponto a exclusão social foi latente na urbe. As camadas pobres do Recife sofreram as mais diversas e variadas formas de controle. Essas tentativas de controle sobre as camadas populares eram pautadas em ações repressivas e coercivas, porém essas medidas foram incapazes de domesticar e disciplinar os corpos (ARRAIS, 1998).

A modernização implementada nas primeiras décadas do século XX alterou não apenas a aparência física da cidade, ela trouxe também intensas mudanças nos padrões de convivência dos seus habitantes. As novas regras e normas de convívio impostas por grupos pertencentes às elites implicavam no controle e na repressão de uma série de manifestações e práticas tradicionais, principalmente as que estavam ligadas às camadas populares. No entanto, padrões de comportamento e convivência social nos espaços de lazer e divertimento geraram momentos de conflitos e tensões, mas igualmente abriram possibilidades de trocas, apropriações e

[161] Na década de 1910, o governo de Dantas Barreto trouxe propostas modernizadoras para o Estado. O seu governo foi marcado por uma maior articulação com os trabalhadores urbanos e por um forte discurso de progresso. Em 1926, o governo de Sérgio Loreto reformulou os serviços de saúde e higiene, a sua gestão foi marcada pelo lema: "urbanizar, civilizar e modernizar". As elites dominantes buscavam fomentar, a todo o momento, a necessidade de um projeto modernizador, pois só o progresso seria capaz de eliminar as feições colônias do Recife. A capital pernambucana era marcada por contrastes visíveis: a cidade do progresso x a mucambópolis. PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. **O Recife: história de uma cidade**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 2000, fascículo 07, p.49-50.

adaptações culturais entre os desiguais. As elites brigavam para dominar os espaços públicos, sobretudo, as ruas, porém não conseguiram controlar definitivamente esses lugares nem afastar os populares delas. A população recifense, principalmente os menos favorecidos economicamente, utilizavam os diversos espaços da cidade para o seu divertimento (COUCEIRO, 2003).

Nesse contexto, enquanto o sistema politico e social estivesse sustentado por princípios de desigualdade e exclusão, as politicas culturais e educacionais estariam a serviço da dominação econômica e politica das classes abastardas. Fazia-se necessário refletir sobre a relação de dirigentes e dirigidos. No entanto, para transformar essa relação, marcada pelo autoritarismo das elites, era preciso rever a distribuição desigual dos saberes, tanto no plano cultural quanto educacional.

Foram nas décadas de 1950- 1960, que os primeiros passos em direção ao processo de politização da cultura e da educação começam a andar a passos curtos. A necessidade de criar políticas públicas trouxe transformações significativas para que as camadas populares pudessem contribuir e usufruir de projetos que visavam democratizar a cultura e a educação.[162]

A criação do Departamento de Documentação e Cultura

O Departamento de Documentação e Cultura (DDC) era uma repartição Municipal, subordinada ao prefeito da capital pernambucana. O Departamento originou-se da transformação da Diretoria de Documentação e Cultura, que substituiu a Diretoria de Estatística e Propaganda e Turismo (DEPT). A nova Diretoria era uma ponte por meio da qual o poder público desenvolvia as atividades que considerasse culturais para cidade do Recife. A Diretoria era dirigida por Manuel de Souza Barros, que também foi diretor da Diretoria de Estatística, Propaganda e Turismo (MORROQUIM, 2013).

[162] Os anos de 1950 e 1960 foram marcados pela ascensão de duas lideranças políticas com características democrática e progressista, assim ficaram conhecidos os governos de Pelópidas Silveira e Miguel Arraes, ambos com perfil ideológico de esquerda, muito diferente de todos que já tinham governado o Recife e Pernambuco até então. Esses políticos nasceram da Frente do Recife (movimento político que unificava democratas, progressistas, trabalhistas, socialistas e comunistas). Eram Governos que, pela primeira vez, atuavam junto às massas (periféricas na cidade do Recife, no caso de Pelópidas e camponeses explorados nas regiões produtoras de cana de açúcar, no caso de Arraes).

Em 1953, durante a reforma administrativa determinada pelo prefeito José do Rego Maciel, a Diretoria passou a denominar-se Departamento de Documentação e Cultura.[163] As atividades do Departamento sofreram vultosas mudanças, tanto nos seus serviços como na sua estrutura. Além disso, o Departamento passou a ser integrado por uma divisão: de documentação e divulgação, que ficou responsável pelos serviços de arquivo, fototeca, filmoteca, publicidade, turismo e divulgação. Também era de responsabilidade do Departamento promover a cultura e recreação no Recife, que tinha por finalidade proporcionar à população filmes, bibliotecas, discotecas, sessões de teatro e música. O Departamento ainda contava com setores de comunicação, estatística, pessoal e material, cujo principal interesse era promover tudo que englobasse a parte cultural do Recife.[164]

Os programas culturais desenvolvidos pelo DDC eram: a criação de bibliotecas populares em bairros com grande concentração de pessoas pobres; a biblioteca ambulante, que circulava pelos subúrbios do Recife; as discotecas, onde era possível ter acesso a músicas eruditas e da cultura local; apresentação de concertos musicais e peças teatrais para o povo, na maioria das vezes em praça pública e o cinema popular. Todas essas atividades culturais trouxeram profundas modificações na vida cultural e social na cidade do Recife.

As atividades realizadas pelo Departamento de Documentação e Cultura e pelos órgãos que o antecederam, visando o desenvolvimento da prática cultural dos recifenses, notadamente daqueles pertencentes às camadas mais pobres da sociedade, se por um lado demonstra a importância do papel do Estado frente à consecução do exercício da cidadania, por outro revela os efeitos negativos das mudanças ocorridas com a troca dos governantes.

METODOLOGIA

A metodologia que foi utilizada foram: fontes secundárias e jornais. As fontes secundárias (livros) nos permitirão fazer uma discussão bibliográfica sobre o período estudado

[163]José do Rego Maciel foi prefeito do Recife de 1953 até 1955. Sua gestão foi marcada por obras voltadas para a Educação. Instalou a biblioteca popular de Afogados em edifício considerado moderno na época, além de criar a primeira biblioteca ambulante. Organizou o 1º Congresso Brasileiro de Biblioteconomia, fundando o referido curso. PREFEITURA DA CIDADE DO RECIFE. Prefeitos. Disponível em: http://www2.recife.pe.gov.br. Acesso em 19 de outubro de 2019.

[164] Segundo o Jornal Diário da Noite de 1953, o Departamento de Documentação e Cultura era um órgão especializado em cuidar da cultura do povo recifense. O DDC foi um órgão especializado em cultura, o pioneiro do país a promover cultura para o povo. Diário da Noite, Recife, 21 de mar. 1953, p.3.

e entender o processo de urbanização nacional e local (FAUSTO, 1995; SINGER, 1980; COUCEIRO 2003; TEIXEIRA, 2007).

Já os periódicos Folha da Manhã, Diário da Noite, Jornal do Commercio e Diario de Pernambuco pesquisados nos meses de janeiro até dezembro (1955-1964), tiveram um papel fundamental neste trabalho. Os periódicos nos permitiram adentrar no cotidiano da cidade do Recife, nos possibilitando analisar as suas práticas e as politicas de fomento à cultura e à educação.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Estudar políticas públicas no âmbito cultural voltadas para educação de setores populares, que até o século XIX eram excluídos das politicas educacionais do governo significa ao mesmo tempo um desafio e uma imensa necessidade, já que a referida temática perpassa por aspectos políticos, os quais, dependendo do posicionamento ideológico do grupo que está na condução da gestão pública, podem ser ou não voltados ao atendimento da necessidade da população menos assistida socialmente e economicamente.

É preciso analisar também até que ponto a presença dos populares nas ruas assistindo filmes, peças de teatro, frequentando bibliotecas públicas e visitando exposições de artes incomodavam as elites. As ruas e os bairros do Recife durante as apresentações promovidas pelo DDC transformavam-se. A rua, geometricamente definida por seu urbanismo, é transformada pelos moradores. O Bourdieu define essa mudança urbanísticas praticada pelos populares, como “habitus”. Para ele essas transformações constitui um sistema de fatores e elementos que relacionam a realidade externa com os hábitos individuais, construindo assim grupos de indivíduos com características peculiares, lutando por posições dentro de seus campos (BOURDIEU, 1996).

Nessa época, os que viviam pelas ruas do Recife, eram vistos como desocupados, homens que praticavam a “vadiagem”. Para Nobert Elias, nas civilizações ocidentais modernas, ocorreu um processo que resultou na transformação das condutas, onde estes precisavam ser moldados. A esta transformação o sociólogo denominou de “processo civilizador”. Assim, viver nas ruas dos centros urbanos e praticar atos desordeiros em que não controlam os impulsos, são considerados, assim, incivilizados (ELIAS, 1993).

CONCLUSÃO

O DDC, enquanto formulador e implementador de políticas públicas voltadas ao acesso à educação através da cultura oportunizou aos moradores do Recife um encontro com a própria identidade de ser humano. Até o final do século XIX essas pessoas sequer poderiam usufruir dos bens públicos de uso comum do povo, como as praças e parques, cujo ingresso era limitado por grades, de sorte que apenas os privilegiados poderiam deles apropriar-se.

Ressalta-se, contudo, que esse papel desempenhado pelo Departamento não é apenas fruto da vontade dos governantes, posto que a garantia de promoção e de proteção da cultura encontrava respaldo na Constituição brasileira de 1946, conforme preceitua seu art. 174: "O amparo à cultura é dever do Estado." Essa obrigação imposta ao poder público pela norma maior, vinculada a necessidade de implementação de políticas culturais.

REFERÊNCIAS

ARRAIS, Raimundo. **Recife, culturas e Confrontos**. Natal: EDUFRN, 1998.

BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Papirus Editora, 1996.

COUCEIRO, Sylvia Costa**. Artes de viver a cidade**: conflitos e convivências nos espaços de diversão e prazer do Recife nos anos de 1920. Recife, tese de Doutorado em história. UFPE, 2003.

ELIAS, N. **O processo civilizador:** Formação do Estado e Civilização. Rio de janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993. v. II.

FAUSTO, Boris. **A revolução de 1930. História e historiografia**. 4a edição. São Paulo: Brasiliense, 1976.

MORROQUIM, Dirceu S.M. História de um navio holandês (1939): antecipações do turismo em Pernambuco. In CASTRO, Celso; GUIMARÃES, Valéria Lima; MAGALHÃES Aline Montenegro. **Histórias do Turismo no Brasil**. Rio de Janeiro: FGV, 2013, p.197-209.

SINGER, Paul . **Economia política da urbanização**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1980

TEIXEIRA, Flávio Weinstein. **O Movimento e a Linha**: presença do Teatro de Estudantes e do gráfico amador no Recife (1946 -1964). Recife: Editora Universitária da UFPE, 2007.

IX Encontro Internacional de Direitos Culturais
9th International Meeting on Cultural Rights
Direitos Culturais: Impactos da Pandemia
Cultural Rights: Impacts of the Pandemic
05 A 09 DE OUTUBRO
ISSN-e 23169982

AVALIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS NA CIDADE DE CURITIBA EM RELAÇÃO AOS BLOCOS DE CARNAVAL ENTRE OS ANOS DE 2012 E 2020

ÉVALUATION DES POLITIQUES CULTURELLES PUBLIQUES DE LA VILLE DE CURITIBA EN RELATION AVEC LES BLOCS CARNAVALESQUES ENTRE LES ANNÉES 2012 ET 2020

Carolina de Castro Wanderley[165]

Valéria Kotacho Lopes[166]

RESUMO

As políticas públicas de cultura são focos da administração pública contemporânea, na medida em que se traduzem como ferramentas para o exercício democrático da cidadania e para o desenvolvimento sustentável das comunidades. As políticas que perpassam as realidades culturais dos espaços, notadamente no Brasil, se revestem de múltiplas possibilidades de efetivação da cidadania, além de possuir ainda o viés simbólico e a dimensão econômica, conforme tratado pelo extinto Ministério da Cultura do Brasil, desde as primeiras décadas do século XXI. A presente pesquisa almeja investigar as políticas públicas em cultura na cidade de Curitiba, especialmente voltadas aos blocos carnavalescos que se manifestam durante o chamado pré carnaval (período entre o primeiro sábado de janeiro até última sexta-feira que antecede o carnaval) e o carnaval na capital paranaense. Com base na análise histórica e comparativa, limitada aos de 2012 a 2020.

Palavras Chave: políticas culturais, direitos culturais, carnaval, bloco carnavalesco.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

Les politiques culturelles publiques sont au cœur de l'administration publique contemporaine, dans la mesure où elles se traduisent par des outils pour l'exercice démocratique de la citoyenneté et pour le développement durable

[165] Advogada e consultora em direitos culturais e propriedade intelectual, especialista em Direito Corporativo pelo Ibmec e em Direito Civil pela PUC-PR. Docente em cursos de pós graduação na disciplina de Direito de Imagem (UTP) e em Responsabilidade Social em Projetos Culturais, Direitos Autorais e Leis de Incentivo à Cultura. Produtora cultural, integrante do Coletivo Coragem Observatório de Políticas Culturais do Paraná, coordenadora técnica do Grupo de Estudos sobre Patrimônio Imaterial da Sociedade Espiritualista Edmundo Ferro, Terreiro do Pai Maneco.

[166] Advogada. Graduada em Direito pela Universidade Federal do Paraná. Especialista em Políticas Públicas e Justiça de Gênero pelo Conselho Latinoamericano de Ciências Sociais (CLACSO). Graduação em andamento em Filosofia pela Universidade Federal do Paraná.

des communautés. Les politiques qui imprègnent les réalités culturelles des espaces, notamment au Brésil, ont de multiples possibilités de citoyenneté effective, en plus d'avoir toujours l'aspect symbolique et la dimension économique, telles que traitées par le ministère de la Culture du Brésil éteint depuis les premières décennies. du 21e siècle.

Cette recherche vise à enquêter sur les politiques publiques en matière de culture dans la ville de Curitiba, visant en particulier les blocs carnavalesques qui se manifestent pendant le soi-disant pré-carnaval (période entre le premier samedi de janvier et le dernier vendredi avant le carnaval) et le carnaval de capitale du Paraná. Sur la base d'analyses historiques et comparatives, limitées à celles de 2012 à 2020.

Mots clés: politiques culturelles, droits culturels, carnaval, carnaval.

INTRODUÇÃO

A cultura é base do ser humano. Ser cultural é ser inserido socialmente, capaz de modificação da realidade, além de explorador de capacidades internas que somente o animal homem possui. Desde a Declaração dos Direitos Humanos de 1948, a sociedade vem se organizando no sentido de garantir que o exercício cultural seja efetivo a todos.

O "ser humano cultural" possui muitas faces de abordagem: saberes, sabores, sons, rimas, tradições orais e escritas, modos de rezar e, como não poderia ser olvidado, modos de comemorar. A festa e a comemoração, desde o mais antigos primórdios humanos, são das formas mais autênticas de seu reconhecimento cultural.

Neste especial, o carnaval é uma festa que oportuniza análise profícua no que atine aos aspectos de efetivação do exercício dos direitos culturais. Envolvidos artistas formais da cadeia cultural e foliões das mais diversas origens, a convulsão dionisíaca proporciona uma experiência corpórea da diversidade cultural e oportuniza, entre perucas e máscaras, entre serpentinas e alfaias, entre surdos e confetes, um ambiente de tolerância e de exercício de ocupação urbana. Curitiba, a despeito de sua aparência sisuda e pouco malemolente, sob uma máscara majoritariamente branca, cis, heterossexual e cristã, tem carnaval. O diverso em Curitiba é sistematicamente escondido ao longo do ano, mas no período do carnaval não há mais o que possa escamotear a diversidade.

Neste sentido momento, em que blocos de carnaval invadem as ruas de Curitiba, a cada ano em maior número, e em que escolas de samba aprimoram suas agremiações e apresentam espetáculos primorosos, cabe uma atenta observação das políticas públicas municipais atinentes ao carnaval desenvolvidas dos anos 2012 a 2020, onde uma guinada momesca foi promovida por blocos e escolas de samba. Em outras palavras: a prefeitura colocou seu bloco na rua ou preferiu se fantasiar de conservadorismo? E as medidas propostas pela Prefeitura Municipal de

Curitiba, através de sua Fundação Cultural, agregaram valor cidadão e sócio-econômico aos festejos?

METODOLOGIA

Pretende-se apresentar um trabalho de pesquisa descritiva, que observe as políticas públicas de cultura de Curitiba em relação ao carnaval entre os anos de 2012 e 2020, sob o método comparativo e histórico, haja vista a necessidade de compreender aproximadamente as iniciativas públicas culturais de outras cidades em determinados recortes históricos. Quanto ao seu procedimento, buscar-se-á a pesquisa bibliográfica, legal e documental, além da observação direta das políticas públicas realizadas, através de entrevistas com gestores públicos de cultura, coletivos e organizadores de blocos de carnaval, diretores de escolas de samba e com representantes da população e com empreendedores culturais locais. As respectivas análises serão organizados em forma de um artigo científico.

RESULTADOS EE DISCUSSÕES

Na primeira década dos anos 2000, uma graça linguística costumava ilustrar menções a respeito do carnaval na cidade de Curitiba: “Quer pular o carnaval? Vai para Curitiba! Lá não tem carnaval e você pula a festa inteira, descansa e logo volta à rotina!” Ainda que atualmente muitas pessoas protestem pelo seu fim, o carnaval existe em Curitiba desde o século XIX. E tem nuances interessantes.

Em 2012 uma situação específica marcou o carnaval de Curitiba. Até então adstrito a singelos desfiles de valorosas escolas de samba com baixo orçamento e poucos blocos de rua com reduzido número de integrantes, quase sempre advindos dos extratos menos favorecidos da sociedade, entre os anos 2000 e 2010 observou uma crescente adesão da população aos blocos e às escolas de samba. Numa oportunidade inédita de organização de associações, coletivos e agremiações, aliada à ocupação festiva dos espaços públicos, uma agremiação denominada "Bloco Garibaldis e Sacis" representou este renascimento do carnaval de Curitiba. Até então a legislação municipal pertinente a eventos de grande porte, Lei Municipal

10.906/2003, jamais obrigara os festejos à submissão de pedidos de alvará para a Comissão de Grandes Eventos de Curitiba.

Ocorre que no início do mês de fevereiro de 2012 uma saída do bloco Garibaldis e Sacis conseguiu reunir a inédita marca de aproximadamente quinze mil pessoas no Centro Histórico de Curitiba, o Largo da Ordem. Sem que o poder público municipal e que as forças de segurança pública estaduais tivessem vistas, preparo ou planejamento para o acompanhamento seguro e pacífico de manifestações culturais multitudinárias em espaços públicos, aquele dia ficou marcado por uma atuação violenta da Polícia Militar do Paraná em repressão a pequenos grupos.

O incidente implicou no surgimento de uma mentalidade de repressão mais intensa ao Carnaval de Curitiba por parte da elite e do poder público municipal.

Ocorre que, conforme disse Caetano Veloso em seu Um Frevo Novo, *a praça Castro Alves é do povo como o céu é do avião, um frevo novo, eu quero um frevo novo, todo mundo na praça e muita gente sem graça no salão.* E o folião da fria e soturna Curitiba não aceitou pendurar novamente a fantasia no armário! Em um exemplo de organização da sociedade civil, os blocos foram aumentando. As escolas de samba, da mesma forma, foram se aprimorando e especializando e, aqui destaca-se o ponto de mutação do processo todo, cobrando organizadamente do poder público municipal o diálogo e as propostas de incentivo.

Entre 2013 e 2016 a Superintendência da Fundação Cultural de Curitiba criou convênios com a iniciativa privada para patrocínio direto de estruturas, som, seguranças e banheiros, além da limpeza da cidade, num exercício de cidadania e de efetivação dos Direitos Culturais consignados no artigo 215 e seguintes da Constituição Federal. Após 2017, as iniciativas voltaram a ser limitadas.

O carnaval de rua de Curitiba segue com sua dimensão simbólica. A dimensão cidadã do carnaval em Curitiba existe também: são cerca de trinta blocos de carnaval em Curitiba, entre pautas feministas, LGBTI+, negros e negras, blocos familiares com presença de crianças e idosos, iniciativas em bairros afastados do centro da cidade, blocos irreverentes, blocos de rock e outras manifestações culturais paralelas. E a dimensão econômica, que existe e resiste, em uma complexa rede de fornecedores de serviços e produtos, uma legião de pessoas e empresas que trabalham, geram receita, impostos, empregos e alegria, ainda que restem anônimos, sem um mapeamento oficial. Uma prova, derradeira, que quem é da Lira, não pode negar!

CONCLUSÃO

A pesquisa e as reflexões desenvolvidas implicaram num mapeamento das medidas de incentivo e estrutura ao Carnaval de Curitiba entre os anos 2012 e 2020. Observaram que legalmente os editais de suporte às escolas de samba existem desde antes do recorte histórico traçado, mas que iniciativas de suporte e incentivo a blocos só ocorreram em 2019, ou seja, sete anos após os incidentes de violência que marcaram fortemente a necessidade de atuação e mais, planejamento público para efetivação dos Direitos Culturais envolvidos com os festejos carnavalescos.

Além disso, o estudo desenvolvido demonstrou que atualmente as dimensões da cultura, quais sejam simbólica, cidadã e econômica, se afirmam na continuidade do Carnaval de Curitiba, trazido nos ombros ladeira acima pelos blocos e escolas de samba da cidade, a despeito da incipiente atuação do poder público.

Conclui-se que inexiste qualquer planejamento ou legislação específica que contemple o direito a brincar o carnaval como um Direito Cultural na cidade examinada, mas que a economia é aquecida no período e que os blocos de carnaval continuam a filtrar a realidade social de forma efetiva e eficaz pelas lentes coloridas de óculos de chicharrão.

REFERÊNCIAS

COELHO, Teixeira. **O que é indústria cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1998.

CONSTITUIÇÃO da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

CUNHA Filho, Francisco Humberto. **Os direitos culturais como direitos fundamentais no ordenamento jurídico brasileiro** . Brasília: Brasília Jurídica, 2000.

GARRIDO, Julio. **Uma rua chamada carnaval.** Curitiba: Máquina de Escrever, 2018.

LAAKSONEN, Annamari. **O direito de ter acesso à cultura e dela participar como características fundamentais dos direitos culturais** in Revista Observatório Itaú Cultural /

MAES, Jessica. **Pré-carnaval em Curitiba: bloco Garibaldis e Sacis arrasta multidão há 20 anos.** Jornal Gazeta do Povo. Curitiba: 22 jan 2019. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/curitiba/pre-carnaval-em-curitiba-bloco-garibaldis-e-

sacis-arrasta-multidao-ha-20-anos-94h62vnle4uhywlz4g61wywuk/>. Acesso em: 16 ago 2020.

MEYER-BISCH, Patrice et al (org). GOLDBERG, Ana et al (trad.). **Afirmar os direitos culturais: comentários à declaração de Friburg.** São Paulo: Iluminuras, 2014. p. 12. OIC – n. 11 (jan./abr. 2011) – São Paulo, SP: Itaú Cultural, 2011.

SOARES, Inês Virginia Prado. **Direito ao (do) patrimônio cultural brasileiro.** Belo Horizonte: Fórum, 2009.

WANDERLEY, Carolina de Castro. **É hora de se modernizar.** Jornal Gazeta do Povo. Curitiba, 06 fev 2012. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida>-e-cidadania/e-hora-de-se-modernizar-73l8yow8zlybvkb259ifbqr7y/> Acesso em: 16 ago 2020.

IX Encontro Internacional de Direitos Culturais
9th International Meeting on Cultural Rights
Direitos Culturais: Impactos da Pandemia
Cultural Rights: Impacts of the Pandemic
05 A 09 DE OUTUBRO
ISSN-e 23169982

INCIDÊNCIA INFANTIL NO CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURAL DE SALVADOR – QUESTÕES DE REPRESENTAÇÃO

Child incidence in the municipal Council of Salvador Cultural Policies - representation challenges

Isabela Fernanda Azevedo Silveira[167]
Maria Isabel Carvalho Vasconcellos[168]

RESUMO

O presente trabalho apresenta resultados parciais de pesquisa em curso, assumindo como campo empírico os documentos elaborados no âmbito da Secretaria de Cultura e Turismo de Salvador, Bahia, por meio da Fundação Gregório de Mattos, para observar a incidência das infâncias nas políticas públicas de cultura locais. Adotando-se como fonte primária as atas do Conselho Municipal de Política Cultural - CMPC no quadriênio 2016-2019, pretende-se mensurar a presença das agendas infantis na formulação de políticas públicas concebidas no âmbito de instituições participativas, problematizando aspectos de sub-representação e apagamento pela formatação própria desses espaços, que não preveem ou mesmo vetam a participação de sujeitos de 00 a 12 anos por completo. Adota-se como metodologia o estudo da léxica dos membros do CMPC, a partir da contagem e análise de oito diferentes referentes que apontam para não-adultos em geral e crianças em particular. Se documentos registram o processo de maturação de conceitos de um corpo social, é possível identificar qual tem sido a percepção dessa gestão participativa, na figura de seus representantes, no que concerne à relevância da arte e da cultura na construção de mecanismos que visem à promoção, valorização e reconhecimento das subjetividades infantis no município, numa perspectiva de defesa dos Direitos Culturais desses sujeitos.
Cidadania; Infância; Gestão Participativa

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

The present article presents partial results of research in progress, adopting as empirical field the documents of the Secretariat of Culture and Tourism of Salvador, Bahia, through the Gregório de Mattos Foundation, to observe the incidence of childhood in public policies of culture locations. With the minutes of the Municipal Council for Cultural Policy - CMPC in the 2016-2019 four-year period as the primary source, the article intends to measure the presence of children's agencies in the formulation of public policies designed within the scope of participatory institutions, problematizing aspects of underrepresentation and erasure by the proper formatting of these spaces of civil society participation, which do not foresee or even veto the participation of subjects from 0 to 12 years old. With analysis of the lexicon of CMPC members, eight different referents point to non-adults in general and children in particular. If documents register the maturation of concepts of a social body, they enable the identification of the perception of this participative management, in the figure of its representatives, with regard to the relevance of art and culture in the construction of mechanisms aimed at promoting, valuing and recognition of children's subjectivities in the municipality, in a perspective of defending the Cultural Rights of these subjects.

[167]Doutoranda do Programa de Pós Graduação Multidisciplinar em Cultura e Sociedade da Universidade Federal da Bahia (UFBA). E-mail: isabela.silveira@gmail.com

[168]Bacharel em Humanidades com ênfase em Políticas e Gestão da Cultura e graduanda em Administração, ambos pela Universidade Federal da Bahia (UFBA); Bacharel em Serviço Social pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL) E-mail: bel_l3@hotmail.com

Citizenship; Childhood; Participative management

INTRODUÇÃO

A Convenção dos Direitos da Criança, adotada na assembleia geral da ONU de 20 de novembro de 1989, é o documento mais aceito na história universal. Nele, pela primeira vez em nível internacional, as crianças são assumidas como sujeitos plenos de direitos inalienáveis e a dignidade de *todos os membros da família humana* (ONU, 1989) é colocada como propósito fundamental na política dos mais de 190 países que o ratificaram, dentre eles o Brasil. A partir de então, a perspectiva da proteção das crianças supera amplamente o simples direito à provisão (de alimento, saúde, educação, segurança, etc.), reforçando a ideia de que os Estados devem implementar junto às crianças tanto direitos econômicos e sociais quanto culturais, sublinhando a dimensão subjetiva como igualmente estruturante da pessoa humana.

Assume-se aqui o conceito de instituições participativas de Avritzer (2009) como "formas diferenciadas de incorporação de cidadãos e associações da sociedade civil na deliberação sobre políticas", mediando a participação política entre cidadãos e Estado.

> Essas formas de participação política são consideradas instituições por envolverem conjuntos de normas e procedimentos que estruturam a ação social e política (POWELL e DIMAGGIO, 1991; HELMKE e LEVITSKI, 2006), tal como instituições políticas mais tradicionais (eleições, casas legislativas etc.). Além disso, instituições participativas, (...) proporcionam a vocalização de demandas, discussão pública e formação de acordos a partir da contribuição de cidadãos e grupos organizados da sociedade. (AVRITZER, 2010, p. 565)

Pensando como nos últimos 20 anos isso se apresenta como estruturante do panorama político de determinados setores da sociedade, é interessante observar como o processo de redemocratização trouxe a possibilidade de ecoar vozes muito pouco audíveis no território brasileiro nos séculos anteriores.

No entanto, por conta das especificidades imanentes à própria categoria social que configuram, certos agrupamentos populacionais ficam de fora da tão desejada construção coletiva das políticas de nosso país, e sobre as crianças se localiza parte significativa desse processo. Sendo a participação um expediente essencial para conquista do *direito a ter direitos* de camadas inteiras da população, a configuração das instituições existentes impede sobremaneira sua presença na cena pública, e isso se reflete nas pautas que lhes impactam diretamente.

As crianças[169] constituem, certamente, a categoria social mais prejudicada pelas formas de construção de cidadania orientada pelas premissas da Modernidade, no que nos diz Sarmento: "A modernidade estabeleceu uma norma da infância, em larga medida definida pela negatividade constituinte: a criança não trabalha, não tem acesso directo ao mercado, não se casa, não vota nem é eleita, não toma decisões relevantes, não é punível por crimes." (DELGADO; MULLER, 2006). Ficando de fora ampla e estruturalmente das mais variadas formas de participação social disponíveis, para que as crianças pudessem agenciar, construir e defender seus direitos de cidadania, elas terminaram por depender exclusivamente de uma categoria social diferente da sua: os adultos.

A questão que se impõe sobre essa configuração da construção da cidadania infantil é muito menos voltada para a indicação de que sejam estendidos a elas os mesmos direitos de participação, mas capturar a influência dessa forma prioritária de incidência sobre os apagamentos das crianças nas políticas públicas – ou no prejuízo da implementação destas, seja em termos quantitativos ou qualitativos.

METODOLOGIA

Consta aqui uma reflexão acerca da incidência de agendas infantis no âmbito de instituições participativas que atuem na perspectiva da defesa e positivação de Direitos Culturais. Para tanto, estão colocadas análises de 40 atas de um universo de 44 reuniões, entre ordinárias e extraordinárias, realizadas pelo Conselho Municipal de Política Cultural de Salvador, Bahia, em suas duas primeiras formações, englobando os anos de 2016, 2017, 2018 e 2019. A escolha deste lócus não se dá por acaso: constituído por meio da Lei 8551/2014, que institui o Sistema Municipal de Cultura na capital baiana, o CMPC é um órgão colegiado com competências de acompanhamento, proposição e fiscalização das políticas culturais do município, atuando durante mandatos bienais por meio de eleição para sociedade civil e indicação para poder público. Sua composição é majoritariamente de membros da sociedade civil, ocupante de 20 cadeiras titulares com seus respectivos suplentes, distribuídos entre dez

[169] Pela legislação brasileira, considera-se criança a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente aquela entre 12 e 18 anos incompletos.

diferentes setores artístico-culturais[170] e cinco macrorregiões da cidade. Já as dez cadeiras titulares ocupadas pelo poder público, e seus respectivos suplentes, estão distribuídas por instâncias estratégicas, como secretarias, órgãos de fiscalização e o próprio órgão gestor – a FGM.

A partir da adoção de oito diferentes termos que apontam para não-adultos em geral e crianças em particular, assumem-se as atas desse órgão como representativas de um processo de validação dos direitos culturais de sujeitos de 00 a 12 anos. Os termos adotados são: criança(s); infantil(is); infância; aluno(s); menor(es); estudante(s); infanto-juvenil(juvenis); infância e juventude. A partir da citação de cada uma dessas palavras, foram analisados os contextos de surgimento e teores das colocações, verificando se a aparição do termo se referia a: nova **proposta** de ação, como projetos, editais, destinação de recursos ou similares; **solicitação** de apoio, suporte, financiamento ou similares para iniciativas já em execução pela sociedade civil ou poder público; **comentário** crítico ou analítico sobre a situação desses sujeitos, a realidade da cultura no município ou na cena cultural brasileira de forma ampla.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em 40 reuniões, entre ordinárias e extraordinárias, entre 2016 e 2019, os oito termos de referência adotados como ferramenta de análise somados apareceram um total de 128 vezes. Dessas citações, cerca de 100 utilizações tinham como campo referente léxico a infância e/ou a criança propriamente ditas, equivalendo a 78% das incidências. Nas demais aparições, as palavras faziam referências a pessoas de outras faixas etárias (estudantes) ou utilizada como adjetivo para comparação (menor/es que), ou utilizações outras.

A título de comparação, outros 11 termos foram adotados como balizadores, a fim de delimitar a dimensão do universo de análise, apresentando incidência significativamente superior aos termos de referência à infância. São eles: agente(s), agentes culturais: 77 menções; artista(s): 300 menções; classe, classe artística, classe cultural: 27 menções; empreendedores, empreendedor, empresários, empresariado: 14 menções; grupo(s): 238 menções; grupos de trabalho: seis menções; mestre(s), mestra(s): 82 menções; músico(s): 36 menções; produtor(a), produtores: 46 menções; proponente(s): 40 menções; trabalhador, trabalhadores: oito menções. Deste modo, o léxico de referência a sujeitos de categorias sociais outras que não crianças e/ou

[170] A saber: Artes visuais; Audiovisual; Circo; Culturas Identitárias e Inclusivas; Cultura Popular; Dança; Literatura; Música; Patrimônio Material e Imaterial; Teatro.

adolescentes perfez, ao longo desses 40 encontros, 874 menções, representando cerca de oito vezes o total mobilizado pelas agendas e temáticas infantis.

Compreendendo que, pelo perfil próprio da categoria social a que pertencem, às crianças é vetada a participação como proponentes de atividades culturais de caráter público e/ou que se utilizem de recursos públicos como titulares, cabe-lhes, portanto, o lugar de destinatárias de políticas dessa natureza. Voltando-se ao teor das menções que assumem a infância e as crianças como referentes, para fins de defesa, positivação, efetivação, validação, execução ou ampliação dos direitos culturais de sujeitos de 00 a 12 anos no município de Salvador, Bahia, resulta-se na seguinte distribuição: das 100 utilizações dos termos adotados, aproximadamente 85% tinham caráter de comentário. Menos de 10% delas eram propostas de ações/projetos/programas e incipientes 5% eram solicitações de apoio para iniciativas já existentes.

Ultrapassando o universo do CMPC e suas discussões em plenária, na pesquisa em curso foram adotados outros critérios de análise da presença de agendas infantis no contexto das políticas públicas conduzidas pela Secretaria de Cultura e Turismo do município, a saber: existência de projetos e/ou ações prioritárias para público infantil propostas pelo CMPC; editais específicos para cultura da infância; existência de fundo específico para Cultura Infância; presença de analistas/técnicos com especialização do público infantil em comissões de editais. Todos os quatro critérios adotados resultaram em zero, com nenhuma ação ou atividade sendo realizada nos contextos citados.

CONCLUSÃO

"Indubitavelmente, há uma complexidade política na relação de participação e representação que muitos autores tentam responder teoricamente que interferem na eficácia e efetividade da atuação dos conselhos públicos." (SOUZA, 2018, p.181). Se as crianças não se representam em instituições participativas, quem então representaria as crianças, validando a eficácia do corolário de documentos como Convenção dos Direitos da Criança, ECA e mesmo a Constituição Federal em seu artigo 227º, que prevê crianças e adolescentes como prioridades absolutas?

Ainda que a produção de novas estratégias e construção de diferentes ferramentas de participação social venha ocupando a cena pública dos países de regime democrático nas últimas décadas, resultando em importantes avanços para diversificação de vozes e agentes engajados na construção e acompanhamento de políticas, às crianças ainda é negado o direito

de acesso a praticamente[171] todas as instituições participativas, inclusive em contextos que as têm como destinatárias de programas e ações. Com o CMPC de Salvador, observa-se um significativo apagamento desta categoria social, com nenhum programa, projeto ou ação a ela destinado ao longo dos quatro anos de análise. Em linhas gerais, esse panorama demonstra como, a despeito dos avanços recentes na perspectiva de tornar as crianças sujeitos titulares de direitos, ainda existe a percepção social de que os não-adultos são cidadãos de segunda classe, submetidos integralmente a decisões, quereres e mesmo equívocos de uma categoria outra, voltada prioritariamente para suas próprias agendas.

> A atenção indispensável aos factores de heterogeneidade não pode, porém, ocultar aquilo que, para além das diferenças, contribui para considerar a infância como uma categoria social. (...) Há factores sociais específicos, isto é, transversais à posição de classe, ao género, à etnia ou à cultura, que permitem pensar a infância como uma construção social, que se distingue dos outros grupos e categorias sociais, e que a caracterizam como um "grupo minoritário", isto é com um status social inferior por relação com os grupos dominantes, e, portanto, com uma situação de exclusão da participação plena na vida social. (QVORTRUP, 1991 apud SARMENTO, M.J; PINTO, M.; 1997, s.p.)

O que ocorre com o CMPC não se restringe, obviamente, ao âmbito municipal ou mesmo cultural, mas dá a ver a dimensão da exclusão de crianças até mesmo em espaços que franqueiam tentativas concretas para conquista e fortalecimento de direitos de cidadania. Posto isso, é importante ampliar o debate sobre as formas de participação cidadã de grupos e setores que são historicamente invisibilizados na cena pública, inclusive com esforços coletivos para desenvolvimento de tecnologias sociais que possam tornar os direitos de cidadania mais e mais universais.

REFERÊNCIAS

AVRITZER, Leonardo. Instituições Participativas e Políticas Públicas no Brasil: características e evolução nas últimas duas décadas. In: **Brasil em Desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas.** Brasília: IPEA, 2010. p. 565-585.

BRASIL. **Constituição (1988): Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília: Presidência da República, 1988.

[171] Alguns setores, como a Assistência Social e mesmo a Cultura, por exemplo, realizaram conferências pontuais com participação de crianças, respectivamente na 10ª conferência nacional e na IVª estadual da Bahia.

CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICAS CULTURAIS. Site: http://www.cmpc.salvador.ba.gov.br/. Acesso em 05 de agosto de 2020

DELGADO, Ana Cristina Coll; MULLER, Fernanda. Infâncias, tempos e espaços: um diálogo com Manuel Jacinto Sarmento. IN: **Currículo sem Fronteiras**, 2006. V. 6, nº 1, p.15-24. Disponível em: http://www.curriculosemfronteiras.org/vol6iss1articles/sarmento.pdf. Acesso em: 18 out. 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos da Criança.** Genebra: 1989. Disponível em: http://uni.cf/2z1akSi. Acesso em: 9 out. 2017.

SARMENTO, Manuel Jacinto; PINTO, Manuel. As crianças e a infância: definindo conceitos, delimitando o campo. In: PINTO, Manuel; SARMENTO, Manuel Jacinto (coord.). **As crianças: contextos e identidades**. Braga: Universidade do Minho, 1997. não paginada.

SARMENTO, Manuel; GOUVEA, Maria Cristina Soares de (org.) **Estudos da infância – educação e práticas sociais** – 2ª. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009. 277 p.

SOUZA, Giane Maria. **Experiências conselhistas no Brasil: cultura, política e participação social.** IN: Direitos Culturais. CUNHA FILHO, Francisco Humberto; BOTELHO, Isaura; SEVERINO, José Roberto (org.) Salvador: EDUFBA, 2018.

IX Encontro Internacional de Direitos Culturais
9th International Meeting on Cultural Rights
Direitos Culturais: Impactos da Pandemia
Cultural Rights: Impacts of the Pandemic
05 A 09 DE OUTUBRO
ISSN-e 23169982

. JANELAS CASA COR: ABERTURA PARA INOVAÇÃO, CULTURA E REPASSE DE SABERES EM TEMPOS DE PANDEMIA

JANELAS CASA COR: OPENING TO INNOVATION, CULTURE AND DISSEMINATION OF KNOWLEDGE IN PANDEMIC TIMES

Marcelo Dias Ponte1[172]

RESUMO

A cidade de Fortaleza receberá nos próximos meses mais uma edição do evento Casa Cor Ceará. Diante de um período onde inúmeros eventos de natureza pública e privada foram cancelados em decorrência da impossibilidade de aglomeração, o agora denominado "Janelas Casa Cor" apresenta-se, em tempos de pandemia de uma forma absolutamente inovadora. De natureza eminentemente privada, contando com o apoio de entidades governamentais, o Janelas Casa Cor é exemplo de inovação, responsabilidade social e repasse de saberes. Ao invés de ser mais um dos eventos sujeito ao cancelamento, o mesmo apresenta-se maneira gratuita, permitindo o acesso da populção à visitação dos espaços projetados por arquitetos, urbanistas e designers em containers com parede de vidro. Estes profissionais possuem a missão não somente de criar os espaços escolhidos, mas adequá-los a uma nova maneira de viver. Desse modo, o evento representa um verdadeiro fluxo de saberes e experiências entre a sociedade, os profissionais envolvidos com o apoio do Município e governo do Estado, fomentando dentro do âmbito da arquitetura uma verdadeira manifestação cultural.

Palavras chave: Janelas Casa Cor; Repasse de saberes; Pandemia, Inovação

RESUMO

In the next months, the city of Fortaleza will host another edition of the Casa Cor Ceará event. Faced with a period in which numerous events of a public and private nature were canceled due to the impossibility of agglomeration, the now called "Janelas Casa Cor" presents itself, in times of pandemic, in an absolutely innovative way. Eminently private in nature, with the support of government entities, Janelas Casa Cor is an example of innovation, social responsibility and transfer of knowledge. Instead of being one of the events subject to cancellation, it is presented free of charge, allowing the population access to visit spaces designed by architects, urban planners and designers in containers with glass walls. These professionals have the mission not only to create the chosen spaces, but to adapt them to a new way of living. In this way, the event represents a true flow of knowledge and experiences between

[172] Advogado, Especialista em Direito Processual Civil. Mestre em Direito Constitucional. Doutor em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza. Professor da Universidade de Fortaleza.

society, the professionals involved with the support of the Municipality and the State Government, promoting within the realm of architecture a true cultural manifestation.

Key Words: Janelas Casa Cor; Transfer of knowlegde; Panndemics; Innovation

INTRODUÇÃO

No ano de 2019, Fortaleza a cidade de Fortaleza foi escolhida para integrar a rede de cidades criativas da Organização das Nações Unidas para Educação Ciência e Cultura (UNESCO), funcionando como um verdadeiro laboratório de ideias e práticas inovadoras, trazendo contribuições concretas para o cumprimento dos objetivos de desenvolvimento sustentável da agenda 2030 das Nações Unidas. (NAÇÕES UNIDAS, 2019).

Dentro dessa perspectiva, o município de Fortaleza desponta de maneira vanguarda em nível nacional, ao prestar apoio a evento que, embora de natureza privada, caminha paralelamente no mesmo propósito de ideais práticas inovadoras: o JANELAS CASA COR, que acontecerá na cidade de Fortaleza entre 15 de outubro a 15 de novembro de 2020. (CASA COR,2020)

A mostra é uma edição diferenciada já tradicional evento consagrado nacionalmente e que também conta com edições em outros países, marcada pela criação e exposição de espaços de residenciais por parte de arquitetos, urbanistas, designers e paisagistas de renome local e nacional.

METODOLOGIA

A proposta do presente trabalho é de pesquisa bibliográfica dentre obras literárias como livros e periódicos científicos relativos aos direitos culturais e de responsabilidade social. De igual modo, foram consultados sítios de internet referentes ao evento objeto de estudo, bem como outros informativos necessários para dar sustentáculo à pesquisa feita, que é de natureza exploratória.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tradicionalmente, o CASA COR é um evento de natureza iminentemente privada realizada em espações privados, mediante cobrança de ingressos para visitação dos espaços. O evento teve início com suas edições no Ceará em 1999, sempre sendo formatada em espécies de imóveis, como casas, prédios que possuem alguma relevância histórica para a cidade, a

exemplo do que aconteceu no antigo Museu Casa da Indústria, localizado no centro de Fortaleza , em frente ao Passeio Público e no casarão que pertenceu ao Barão de Camocim.

Em tempos de pandemia decorrente do surto causado pelo Covid-19, muitos eventos públicos e privados foram cancelados, dada a impossibilidade de sua realização face aos decretos governamentais dos entes da federação que, preservando a saúde e o bem estar dos cidadãos, impediram a aglomeração de pessoas para evitar a transmissão do virus.

Qual não foi a surpresa do evento mencionado neste artigo que, sem se furtar ao atendimento das normas de biossegurança, desponta com a inovadora mostra, desta vez denominada JANELAS CASA COR para, nesta edição, manter a regularidade do evento, porém, oferecendo-o dentro de uma nova perspectiva. A primeira delas detectada é a responsabilidade social, a qual consideramos a mais relevante. Segundo FEIJÓ (2012, p 155), a maneira como as empresas realizam seus negócios define sua maior ou menor responsabilidade social empresarial.

O evento será realizado nesta edição em espaço público: a orla da Avenida Beira Mar da cidade de Fortaleza, onde 10 containers serão internamente projetados pelos arquitetos e paisagistas com espaços de cômodos residenciais com parede envidraçada disponíveis à visitação gratuita pela população que poderá, dentro do período do evento, visualizá-los ao transitar pelo calçadão, bem como realizar visita virtual mediante *QR Code* disponibilizados em cada um dos dez containers expostos nas proximidades da Estátua de Iracema.

Além da responsabilidade social, cumpre destacar a proposta inicial dos organizadores do evento é refletir sobre a casa no período pós pandemia, com destaque ainda para o próprio espaço do container como espaço de moradia. Não restam dúvidas que o período de pandemia que ainda hoje vivenciamos têm provocado um despertar de um novo estilo de viver e de morar.

Praticamente toda a população mundial teve de enfrentar os inúmeros desafios que a pandemia causou em suas vidas. A resiliência, definida como a tendência natural para se recuperar ou superar com facilidade os problemas que aparecem (CASA COR, 2020). Desse modo, vê-se uma instituição privada, que sempre realizou o evento de forma restrita que, na ânsia de dar continuidade ao tradicional evento, não mediu esforços para em parceria com o poder público, vencer os desafios e realizar a citada mostra, apesar de todas as adversidades que a conjuntura oferece.

De igual modo, os profissionais executores dos espaços nos containers farão exibição num evento em espaço público e gratuito, proporcionando além de uma maior visibilidade da população à mostra que se transforma numa verdadeira mostra artística e cultural dada a capacidade criativa dos profissionais incumbidos em, dentro de espaços físicos específicos exercerem sua capacidade criativa e desafiadora para transmitir aos expectadores uma nova forma de morar e de utilização dos espaços. Nesse momento em que profissionais apresentam sua veia artística na elaboração de espaços residenciais, com a utilização materiais, adereços, objetos de arte, para exibi-los aos visitantes, reflete um verdadeiro repasse de saberes, uma vez que, naquela criação é transmitida à sociedade uma nova proposta de morar para o futuro pós pandemia. Desse modo, constata-se a presença de um viés atrelado aos direitos culturais face a esse repasse de saberes que se dará entre profissionais e a sociedade que visitará o evento, tendo ainda como coadjuvante, o município que, além de apoiar o evento, permite a realização do mesmo em espaço público, tornando-o mais democrático.

Nos dizeres de CUNHA FILHO, 2018, p.28), direitos culturais são aqueles relacionados às artes, à memória coletiva e ao fluxo de saberes que asseguram a seus titulares o conhecimento e uso do passado, interferência ativa no presente e possibilidade de previsão e decisão referentes ao futuro, visando sempre à dignidade da pessoa humana. O citado autor ainda nos ensina que, ao encontrarmos um direito em que esses elementos estejam presentes, embora um em maior escala que os demais, está-se diante de um direito cultural. O citado autor, em outra de suas obras relativas ao tema, nos ensina ao dizer que o ambiente democrático, necessariamente construído sob estas bases, enseja não somente a difusão do saber, mas seu aprimoramento, pois o submete à constante crítica e instigação, que funcionam como propulsores da descoberta e construção de novas perspectivas. CUNHA FILHO, (2004, p.48).

Por derradeiro, sabe-se que o período de pandemia tem sido bastante delicado e que, para preservação da saúde da população o acesso aos eventos de natureza cultural foram mitigados. De acordo com PONTE e SOARES FILHO (2017, p.539) diante do maior período democrático de nossa história, encontramo-nos diante de uma Constituição que, comparada a todas, deu maior relevo à questão da cultura. O curioso é que mesmo diante de um direito fundamental e social que é a saúde, que diretamente relaciona-se com o direito à vida, o JANELAS CASA COR, aparece como uma oportunidade de garantir os direitos culturais face ao repasse de saberes sem entrar em choque com os direitos fundamentais que estão sendo protegidos pelos entidades governamentais através das políticas de confinamento.

CONCLUSÃO

Diante da temática proposta ora apresentada, conclui-se que a proposta apresentada por meio do evento JANELA SCASA COR configura-se, dentro desse período de pandemia como uma inovadora forma de inovação , responsabilidade sociais e mantença do fluxo de saberes, garantindo à sociedade a permanência de direitos culturais por parte da sociedade fortalezense.

REFERÊNCIAS

CASA COR ABRIL. Disponível em https://casacor.abril.com.br/noticias/primeiras-imagens-do-janelas-casacor-em-brasilia-sao-divulgadas/. Acesso em 10 de agosto de 2020

CASA COR ABRIL. Disponível em < https://casacor.abril.com.br/noticias/janelas-casacor-data-e-elenco-da-mostra-no-ceara-sao-confirmados/ > Acesso em 10 de agosto de 2020.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. Cultura e Democracia na Constituição Federal de 1988. Rio de Janeiro, Letra Legal, 2004.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto Cunha. Teoria dos Direitos Culturais. Fundamentos e finalidades.

FEIJÓ, Alexandro Rahbani Aragão Feijó. In POMPEU, Gina Vidal, CARVALHO, Nathalie. Direitos humanos, econômicos e a responsabilidade social das empresas. Florianópolis, Conceito, 2012.

NAÇÕES UNIDAS . Disponível em < https://nacoesunidas.org/belo-horizonte-e-fortaleza-entram-na-lista-da-rede-de-cidades-criativas-da-unesco/> Acesso em 10 de agosto de 2020.

PONTE, Marcelo Dias e SOARES FILHO, Sidney. Cultura e federalismo na trajetória constitucional brasileira. Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM, v.12, n.2/ 2017 p. 517-544).

IX Encontro Internacional de Direitos Culturais
9th International Meeting on Cultural Rights
Direitos Culturais: Impactos da Pandemia
Cultural Rights: Impacts of the Pandemic
05 A 09 DE OUTUBRO
ISSN-e 23169982

O DIREITO CULTURAL À ALIMENTAÇÃO E OS IMPACTOS DA PANDEMIA

THE CULTURAL RIGHT TO FOOD AND THE IMPACTS OF THE PANDEMIC

Renata Lucia Marques[173]

RESUMO

O presente artigo trata do direito à alimentação, especialmente na sua dimensão cultural que diz respeito aos saberes que se manifestam nos costumes alimentares e que compõem o patrimônio cultural alimentar e traz reflexões sobre os efeitos da pandemia sob este panorama. Assim, busca indicar o aspecto de valorização dos saberes para que um povo reconheça sua(s) identidade(s) em um contexto de resgate, reforço e manutenção de bens culturais, do passado ou somente hoje reconhecidos, necessários para o futuro, ainda que diante de um cenário complexo como o desafio que se apresenta neste momento histórico imposto pela disseminação mundial da doença COVID-19, causada pelo coronavírus.

Palavras-chave: Direito fundamental à alimentação. Direito cultural. Segurança alimentar.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

This paper deals with the right to food, especially its cultural dimension, wich are the knowledge that is manifested in food habits and that make up the cultural food heritage and brings reflections on the effects of the pandemic under this panorama. Thus, it seeks to indicate the aspect of valuing knowledge so that a people recognizes their identity, forms a context of rescue, reinforcement and maintenance of cultural assets, from the past or only today recognized, necessary for the future, even if faced with a complex scenario such as the challenge that presents itself at this historic moment imposed by the worldwide spread of the COVID-19 disease, caused by the coronavirus.

Key-words: Fundamental right to food. Cultural law. Food safety.

INTRODUÇÃO

Este trabalho buscará analisar o direito à alimentação em sua dimensão cultural - os saberes que se manifestam nos costumes alimentares e que são considerados bens culturais imateriais - diante de um cenário pandêmico, o qual, no Brasil, acrescido pela realidade histórica de desigualdades sociais, pobreza,

[173] Advogada graduada pela UFPR.

desnutrição e fome, traz em si a evidente dificuldade para continuidade de acesso da população vulnerável a esses bens essenciais.

METODOLOGIA

A metodologia adotada consiste na revisão bibliográfica em livros, teses, dissertações e periódicos que tratam dos temas objeto da presente pesquisa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Sendo um país com dimensões territoriais continentais, além de fruto de uma intensa imigração de povos, temos que o Brasil se trata de uma nação multicultural em que uma das conexões mais comum, ou mais permanente e natural desde a pré-história (CASCUDO, 2011, p. 339), é aquela feita através da alimentação, assim como das técnicas culinárias e dos processos sociais que fazem a criação dos hábitos alimentares e pratos nacionais.

Segundo Cunha Filho (2018, p. 20-21)

> Deve-se advertir, de início, que "cultura" é um termo polissêmico, utilizado em diferentes contextos e com diferentes significados, às vezes até mesmo contrários ou contraditórios. Entretanto, não se pretende, a partir do ponto de vista a ser adotado, delimitar um entendimento único ou estabelecer uma expropriação da posse difusa e popular da palavra, mas apenas nortear uma compreensão de cultura que interesse ao mundo do direito.

A partir disso, temos que a abordagem em relação ao direito à alimentação sob o viés da cultura alimentar envolve elemento de identidade de indivíduos e grupos de forma a influenciar escolhas, preservar tradições, até mesmo oprimir ou libertar (ALVES FILHO, 2015, p. 75), eis que a história da alimentação se confunde com a história da humanidade. Do mesmo modo, traz em si a ideia de diversificação multicultural conforme a experiência nacional, em especial a partir de 1988, englobando várias questões que, embora periféricas, merecem ser observadas, como o amplo espaço territorial, a soberania nacional e a valorização da dignidade dos povos tradicionais (CUREAU E SOARES, 2015. p. 211).

Como um elemento identificador, o direito à alimentação possui ainda aspectos sociais para além da cultura, como questões nutricionais e de segurança e soberania alimentar, demandando uma complexa abordagem pela federação.

A respeito da soberania alimentar traz o Ministério da Saúde (2013, p. 24) que

> (...) se refere ao direito dos povos de decidir seu próprio sistema alimentar e de produzir alimentos saudáveis e culturalmente adequados, acessíveis, de forma sustentável e ecológica, colocando aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentares, acima das exigências de mercado.

Destarte, pertinente o estudo do tema para que o localizemos como direito fundamental, com o devido estudo constitucional para que seja possível seu exercício pela coletividade, uma vez que se trata de uma das formas para a efetivação da dignidade da pessoa humana. Conforme Siqueira (2013, 6-7)

> A alimentação não deve ser compreendida como mero ato de comer, mas também como um ato social e um ato cultural singularmente humanos, com rituais próprios de cada grupo, ligando-se ao contexto coletivo em que se insere, alimentar-se vai muito além de simplesmente saciar a fome: "embora não pareça, uma singela refeição possui uma enorme dimensão social e cultural"

Também vale o destaque de que o direito fundamental à alimentação se organiza como um direito de segunda dimensão, ou seja, direito social. Conforme estabelecido, tais direitos possuem carga positiva em relação ao Estado, de modo a exigir sua atuação enquanto promotor de bem-estar social. De acordo com o Ministério da Saúde (2013, p.51),

> Com relação ao conhecimento da situação alimentar e nutricional, o Brasil conta, atualmente, com os sistemas de informação de saúde e, em especial, o SISVAN, bem como pesquisas periódicas de base populacional nacional e local. Nesse aspecto, é importante que essas fontes de informação sejam mantidas e fortalecidas e que a documentação do diagnóstico alimentar e nutricional da população brasileira seja realizada por regiões, estados, grupos populacionais, etnias, raças/cores, gêneros, escolaridade, entre outros recortes que permitam visualizar a determinação social do fenômeno

Ressalta-se, assim, a necessidade de adoção de políticas públicas, portanto, com práticas de inclusão e respeito ao patrimônio cultural alimentar, seja pelos alimentos escolhidos como pela elaboração e técnica para os preparos, mesmo em momentos de crise.

De fato, podemos exemplificar a rejeição histórica aos grãos de soja por parte da população assistida através de programas sociais, muito embora seja um dos principais produtos de exportação nacional (CONTREAS e GARCIA, 2011, p. 12). Ainda, em 2017 houve o anúncio do programa Alimento para Todos pelo Governador de São Paulo, João Dória, no qual haveria a distribuição de um composto de alimentos liofilizados com base em produtos já sem condições de serem comercializados. Foi amplamente criticado por nutricionistas e chamado de "ração humana". A iniciativa foi posteriormente encerrada.

Sob uma perspectiva estritamente histórica, entretanto, reconhecidamente crises alimentares modificaram hábitos dos povos, com emprego de criatividade pela extrema necessidade e, por exemplo, alguns pratos que hoje são culturais na Itália – como o macarrão com molho de tomate e a polenta – foram frutos de crises de fome no século XVII e resultado da introdução de plantas americanas com alta produtividade (MONTANARI, 2013, p. 175). O historiador italiano Massimo Montanari (2013, p.41) analisa que

> a invenção não nasce apenas do luxo e do poder, mas também da necessidade e da pobreza – e esse é, no fundo, o fascínio da história alimentar: descobrir como os homens, com o trabalho e com a fantasia, procuraram transformar as mordidas da fome e as angústias da penúria em potenciais oportunidades de prazer.

A ser destacado, por fim, a possibilidade de minimização dos efeitos extremos da pandemia com o emprego de condutas como, por exemplo, a reforma agrária e a prática da agroecologia, a discussão pelo direito ambiental da relação entre soberania nacional e organismos geneticamente modificados, o

tratamento pelo direito tributário dos possíveis incentivos/isenções aos pequenos produtores e agricultores familiares ou a produtos tradicionais, as possibilidades do direito urbanístico refletidas em projetos de implantação de hortas comunitárias urbanas em terrenos ociosos - conforme Lei nº 15.300/2018, recentemente aprovada no Município de Curitiba, que autoriza a ocupação de espaços públicos e privados para o desenvolvimento de atividades de agricultura urbana -, e, no direito à saúde, o resgate de uso de plantas medicinais em comunidades indígenas – outrora observada no programa Mais Médicos.

CONCLUSÃO

Tendo em vista que o direito à alimentação é direito fundamental e social de segunda dimensão, é possível concluir pela necessidade de adoção de condutas positivas através de políticas públicas que garantam a eficiência dos programas governamentais, com aceitação da população envolvida, para que a preservação alimentar enquanto tradição cultural caminhe conjuntamente com outras áreas simbióticas da alimentação humana.

REFERÊNCIAS

ALVES FILHO, Ivan. **Cozinha brasileira: (com recheio de história)** / Ivan Alves Filho e Roberto Di Giovanni. Rio de Janeiro: Revan, 2000. 2ªed, 2015.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História da alimentação no Brasil**. 4ª ed. São Paulo: Global, 2011.

CONTRERAS, Jesus e GARCIA, Mabel. **Alimentação, sociedade e cultura.** Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011.

CUNHA FILHO, Francisco Humberto. **Teoria dos direitos culturais: fundamentos e finalidades**. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2018.

MONTANARI, Massimo. **Comida como cultura.** São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2013.

Ministério da Saúde. **Política Nacional de Alimentação e Nutrição** / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica.Básica. – 1. ed., 1. reimpr. – Brasília : Ministério da Saúde, 2013.

SIQUEIRA, Dirceu Pereira**. A dimensão cultural do direito fundamental à alimentação**. Birigui: Boreal, 2013.

SOUZA FILHO, Carlos Frederico Marés de. **Bens Culturais e proteção jurídica**. Porto Alegre: UE/Porto Alegre, 1997.

VALENTE, Flávio Luiz Schieck. **Direito humano à alimentação: desafios e conquistas.** São Paulo: Cortez, 2002.

OS JOGOS COMO BENS CULTURAIS: BREVES APONTAMENTOS SOBRE A IMPORTÂNCIA DOS JOGOS PATRIMONIAIS PARA A ECONOMIA CRIATIVA[174]

GAMES AS CULTURAL ASSETS: BRIEF APPOINTMENTS ABOUT THE IMPORTANCE OF HERITAGE GAMES IN THE CREATIVE ECONOMY

Albano Francisco Schmidt[175]

Bárbara Cristina Berger[176]

RESUMO

O presente artigo busca estabelecer o que é bem cultural e como, a partir dessa noção, se pode encaixar os jogos analógicos como bens patrimoniais. Explora o jogo de tabuleiro sobre duas diferentes óticas: como um bem material, de propriedade privada e valor comercial; e como uma herança cultural que atravessa gerações. Por meio do arcabouço teórico da análise econômica do direito, discute o espaço dos jogos analógicos dentro do campo do patrimônio cultural, em contato ainda com o campo original dos jogos e suas repercussões jurídicas, especialmente após a Constituição Federal brasileira de 1988. O método de trabalho explora os dados disponíveis na ABRINC e em plataformas como Kickstarter, almejando mensurar o tamanho de sua importância econômica, jogando luzes sobre a questão da economia criativa e seu desenvolvimento.

PALAVRAS-CHAVE: Bens culturais; Patrimônio cultural; Jogos de tabuleiro; economia criativa.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

This article seeks to establish what is very cultural and how, from this notion, analog games can be fit as heritage goods. It explores the board game from two different perspectives: as a material asset, privately owned and of commercial value; and as a cultural heritage spanning generations. Through the theoretical framework of economic analysis of law, it discusses the space of analog games within the field of cultural heritage, in contact with the original field of games and their legal repercussions, especially after the Brazilian Federal Constitution of 1988. The method of This work explores the data available at ABRINC and on platforms such as Kickstarter, aiming

[174] Os autores agradecem o suporte imprescindível da CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior para os estudos realizados no presente artigo. Investir em educação e pesquisa é, em primeira e última análise, investir no futuro do Brasil.

[175] Doutorando no programa de Pós-Graduação em Patrimônio Cultural e Sociedade da UNIVILLE. Mestre em Direito pela PUC/PR. Professor da graduação em Direito da UNISOCIESC. Advogado. Jogador. E-mail para contato: albano_s@terra.com.br.

[176] Acadêmica do curso de Direito da UNISOCIESC. Jogadora. E-mail para contato: barbara.berger@hotmail.com.

to measure the size of its economic, shedding light on the issue of the creative economy and its development.

KEY WORDS: Cultural assets; Cultural heritage; Board games; creative economy.

INTRODUÇÃO

O presente artigo debate a posição dos jogos analógicos como bens culturais dentro da economia criativa, analisado sob a ótica da análise econômica do direito, buscando o diálogo interdisciplinar entre os campos do patrimônio cultural, dos jogos e do Direito.

Uma das indagações centrais da pesquisa foi o porquê de os jogos analógicos trilharem um caminho diferente dos outros produtos analógicos que foram substituídos pela sua versão digital. Ao contrário de boa parte dos itens analógicos, como o vinil, os jogos de tabuleiro não foram obliterados pela sua competição digital: os números apontam que eles percorreram um outro caminho, de crescimento lento, porém constante, demonstrando uma resiliência ímpar dentro do segmento de jogos e entretenimento.

Os diferentes comportamentos das indústrias analógicas em meio a digitalização foram detidamente estudados por Sax (2017), na obra "A revanche do analógico", termo que também usa para expressar toda a ressureição das modalidades artesanais de produção de bens e serviços a partir da segunda década dos anos 2000.

A indústria dos jogos analógicos teve seu ápice nos anos 1980, especialmente com jogos mais casuais e familiares, além do desenvolvimento de jogos de interpretação de papéis – RPG, até o advento dos videogames. Nesse momento, houve um declive em sua procura e produção. Contudo, hodiernamente os jogos de tabuleiro estão vivendo uma terceira era de expansão (era de bronze, considerando-se os jogos clássicos da metade do século XX como era de ouro e o final do mesmo século como a era de prata).

METODOLOGIA

O trabalho se utilizou de uma pesquisa exploratória qualitativa. Por meio de documentação indireta de livros e artigos que debatem o fenômeno dos jogos culturais, assim como uma análise dos últimos dados econômicos publicados sobre a indústria de jogos analógicos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os jogos são produtos diretos da cultura. São bens culturais materiais com implicâncias imateriais. Eles constroem memórias, laços afetivos, moldam respostas de reação e possibilitam a construção de conhecimentos, de maneira menos formal e mais interativa do que formas tradicionais de ensino-aprendizagem. Mas o que são bens culturais? Os bens culturais podem ser entendidos como um verdadeiro "atravessamento entre o mundo do Direito, o mundo da vida e o mundo da cultura" (ALEXANDRINO, 2009, p. 12).

Essa convergência de direitos em valores culturais começou a ser reconhecida juridicamente em 1874, através da Declaração de Bruxelas. Esse reconhecimento das obras de arte e monumentos históricos como propriedade privada iniciou uma discussão sobre valorização da cultura e a carga valorativa que apresentam. Pires (1994) identifica que essa carga é atribuída no duplo processo identitário e de fruição. O valor cultural histórico que o patrimônio apresenta ou apresentou para identidade da sociedade em que está estabelecido cria um valor intrínseco e insubstituível que merece ser protegido – por isso, também, se opta por grifar Patrimônio Cultural em letras maiúsculas, uma vez que representa uma série de elementos que vão muito além do seu aspecto material.

Em sintonia com os outros países, o Brasil desenvolveu a sua própria legislação sobre o Patrimônio Cultural, recodificada especialmente a partir da Constituição Federal de 1988, que definiu o que são os bens culturais, estabeleceu normas de proteção a estes e destacou a sua importância.

A complexidade dos bens culturais ultrapassa seus três aspectos extrínsecos: a) materialidade; b) valor; c) proprietário. Uma vez entendida a amplitude dos bens culturais e sua independência, a discussão proposta é como os jogos se encaixam na ótica dos bens cultuais e qual sua influência na economia. Sob uma lógica jurídica, os bens culturais se referem a um Patrimônio Cultural protegido; todavia, no seu sentido mais básico, bem cultural é tudo aquilo que é produzido pela cultura (CARSALADE, 2016).

Ademais, é difícil encontrar alguém que não tenha uma memória nítida de estar sentado em uma mesa jogando, seja quando era criança ou mesmo em durante grande parte da sua vida adulta. A cultura do jogo de tabuleiro é uma herança cultural, ainda notavelmente presente na nossa sociedade. Uma pesquisa de Kim (2019), identificou que a *database* do Board Game Geek - BGG, o maior site sobre jogos de tabuleiro do mundo, é a maior dentre todas as outras plataformas online de discussão da indústria criativa. É

maior até mesmo do que a Steam, MovieLens, e Amazon – as gigantes dos jogos digitais. Seus usuários têm os maiores números de interações dentro de uma comunidade temática, como se pode aferir dos dados colacionados abaixo:

Table 3. Statistics of datasets.

Datasets	#users	#items	#interactions	avg.inter./user	avg.inter./item	Sparsity
ML 1M	6022	3043	999,154	165.25	327.03	94.57%
ML 20M	138,493	18,345	19,984,024	144.30	1089.34	99.21%
Beauty	22,363	12,101	198,502	8.88	16.40	99.93%
Video Games	108,063	31,390	21,105,584	9.54	21.72	99.38%
Steam	62,944	9198	5,132,610	81.54	558.01	99.11%
BGG	388,413	87,208	47,351,708	121.91	542.97	99.86%

Maiores fóruns de discussão temática do mundo (KIM, 2019. p. 5).

Devido ao caráter exploratório e inicial da pesquisa proposta, não se tem informações seguras do tamanho do mercado de jogos de tabuleiro no Brasil. O levantamento da ABRINC – Associação brasileira de brinquedos (2019), revelou que o setor de jogos analógicos representou 9,7% das vendas de brinquedos em 2018, um número constante desde 2010, conforme a tabela que segue:

VENDAS POR LINHAS E CANAIS

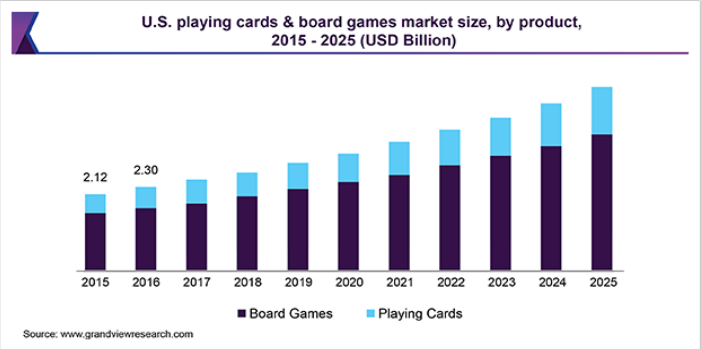
Unid.: (%)

LINHA DE BRINQUEDOS	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
Veículos (carrinhos, motos, pistas)	11,2%	13,7%	14,2%	15,5%	14,2%	15,1%	15,5%	16,7%
Reprodução mundo real (jogos de panela, móveis, kit mecânico)	8,9%	7,7%	9,9%	9,1%	9,5%	10,2%	9,1%	8,5%
Blocos de construção (encaixe para montagem de estruturas)	3,9%	3,8%	4,5%	3,9%	4,1%	3,6%	5,1%	4,9%
Bonecas e bonecos em geral e seus acessórios	17,5%	16,2%	18,1%	19,2%	19,7%	18,7%	18,9%	19,2%
Puericultura (mordedores, chocalho, móbile)	8,5%	7,8%	8,1%	7,9%	6,3%	6,1%	6,2%	6,8%
Jogos (tabuleiro, cartas, figuras, memória)	9,4%	10,5%	9,8%	8,6%	10,2%	8,9%	9,1%	9,7%
Pelúcia	5,2%	6,1%	5,0%	4,5%	4,7%	4,1%	4,3%	3,6%
Madeira	7,4%	7,2%	4,4%	5,2%	5,1%	3,6%	2,9%	2,5%
Eletrônicos e áudio-visuais (tablets e laptops de brinquedo, perguntas e respostas, videogames)	2,4%	2,8%	4,1%	3,7%	4,7%	4,2%	4,0%	3,7%
Esportivo (patins, patinete, triciclo e veículos a pedal ou elétricos, bicicletas, lançadores de água)	8,7%	10,0%	10,1%	9,4%	9,8%	12,0%	13,5%	12,1%
Fantasias (roupas de personagens ou mitos, acessórios como unha postiça, maquiagem de brinquedo, aplique de cabelo)	2,4%	2,9%	3,4%	3,9%	3,8%	1,4%	1,9%	1,8%
Outros	14,6%	11,3%	8,5%	9,1%	7,9%	12,0%	9,5%	10,5%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%

ABRINC, 2019. Vendas por linhas e canais – brinquedos.

Em 2018 o faturamento total no ramo de brinquedos foi de R$ 6,871 bilhões, logo apenas o mercado de jogos analógicos representa um mercado de aproximadamente R$ 665 milhões. Mas porque os jogos analógicos voltaram a crescer? Segundo Sax (2017, p. 111) a "cultura popular se apaixonou pela cultura 'geek' na década passada" e pela primeira vez ser *nerd* significa "ser legal". Nos últimos anos o foco se deslocou para a tecnologia – e a indústria criativa como um todo.

Essa parte da economia criativa conhecida como o setor do hobby teve um grande aumento nos últimos anos. A venda dos jogos analógicos na América do Norte mais que dobrou desde 2008, derivado de um crescimento expressivo de dois dígitos ano após ano (SAX, 2017). De acordo com *Grand View Research* o mercado de jogos analógicos foi avaliado mundialmente em 11.95 bilhões de dólares em 2018, conforme se depreende dos dados delineados na sequência:

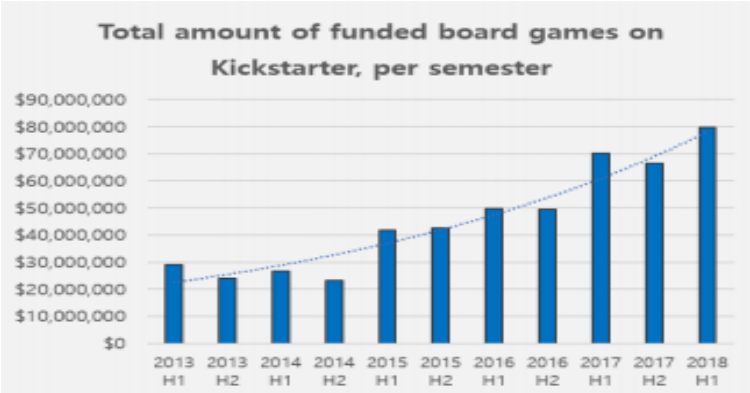


GRAND VIEW RESEARCH (2018). Mercado americano de jogos de cartas e tabuleiro.

No Brasil, Yuri Fang (fundador da Galápagos Jogos, em São Paulo) acredita no potencial de crescimento do mercado, e com motivos, pois foi um crescimento de 250% em cinco anos. O faturamento da empresa teve um salto de 2 milhões para 16 milhões de reais em quatro anos (FOLHA DE SÃO PAULO, 2018), segundo uma entrevista concedida para o jornal A Folha de São Paulo na matéria.

É importante ressaltar os influxos existentes entre o mercado de financiamentos coletivos e os jogos analógicos. Nos últimos anos plataformas como a Kickstarter, nos

Estados Unidos, e Catarse, no Brasil, foram bastante relevantes para a publicação de jogos independentes, como pode ser analisado no gráfico que segue:



(KIM, 2019. p. 2) Total de jogos financiados no *Kickstarter* por semestre.

A situação se repete no Brasil, através da Catarse que é a primeira plataforma de financiamento coletivo nacional, fundada em 2011, já tendo auxiliado 12.944 projetos a saírem do papel, com uma arrecadação total de R$129 milhões (CATARSE, 2020).

CONCLUSÃO

Nesse resumo buscou-se debater a inegável importância dos jogos analógicos dentro da cultura. Para isso iniciou-se uma análise do que é o Patrimônio Cultural, como o jogo se encaixa como bem cultural e qual a sua relevância econômica. Uma vez que o debate foi iniciado se tornou possível analisar a economia criativa e a importância dos jogos analógicos dentro dela, nesse fenômeno processual-cultural, econômico-identitário-histórico.

Os jogos de tabuleiro são uma herança cultural, um bem patrimonial, com um lugar substancial não apenas na cultura de várias gerações quanto também na economia criativa.

REFERÊNCIAS

ABRINC. **Relatório anual.** 2019.

ALEXANDRINO, José de Melo**. O conceito de bem cultural.** Disponível em: <http://icjp.pt/sites/default/files/media/565-466.pdf> Acesso em: 10 jul, 2020.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, **1988.**

CARSALADE, F. L. **Urbanismo e significação do Patrimônio Cultural**. Óculo - Revista de Patrimônio Cultural, v. 1, p. 56-56, 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Empresas recriam jogos de tabuleiro e crescem dez vezes em cinco anos**. Publicada em 03/12/2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mpme/2018/12/empresas-recriam-jogos-de-tabuleiro-e-crescem-dez-vezes-em-cinco-anos.shtml>. Acesso em: 10 jul, 2020.

GRANDVIEW RESEARCH. **US card and board games market**. Disponível em: <https://www.grandviewresearch.com/industry-analysis/playing-cards-board-games-market>. Acesso em: 4 jul, 2020.

KIM, JaeWon et al. **Sequential Recommendations on Board-Game Platforms.** Symmetry, v. 12, n. 2, p. 210, 2020.

PIRES, Maria Coeli Simões. **Da proteção ao Patrimônio Cultural.** Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

SAX, David. **A vingança dos analógicos: porque os objetos de verdade ainda são importantes.** Editora Rocco, 2017

SCHMIDT, A.; GUSSO, L.; CARELLI, M. **O patrimônio cultural e os jogos: uma revisão de literatura para a possível criação da categoria de "jogos funcionais".** Revista Confluências, Editora da Universidade da Região de Joinville, 2020.

IX Encontro Internacional de Direitos Culturais
9th International Meeting on Cultural Rights
Direitos Culturais: Impactos da Pandemia
Cultural Rights: Impacts of the Pandemic
05 A 09 DE OUTUBRO
ISSN-e 23169982

PROJETO "LITERATURA EM FOCO" COMO POLÍTICA CULTURAL DE FOMENTO À LEITURA DURANTE A PANDEMIA DO COVID-19

"LITERATURA EM FOCO" PROJECT AS A CULTURAL POLICY TO PROMOTE READING DURING COVID-19 PANDEMIC

Eduardo Régis Girão de Castro Pinto*
Karla Soraya da Costa Felipe*

RESUMO

Com base nas relações jurídicas e fluxos de saberes, especificamente direitos culturais e transversalidades, o estudo busca responder o seguinte problema de pesquisa: As diretrizes da Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE) foram contempladas pelo projeto "Literatura em Foco" durante as medidas sanitárias de enfrentamento da pandemia do Covid-19? O trabalho aborda temas como a contextualização, políticas públicas culturais de acesso ao livro e fomento à leitura e o projeto "Literatura em Foco", promovido pela Biblioteca Pública Dolor Barreira. A pesquisa tem abordagem qualitativa, com base em artigos, resumos expandidos publicados em anais de eventos, bem como notícias jornalísticas. Conclui-se que o projeto "Literatura em Foco" contemplou as diretrizes da PNLE no que toca à universalização do direito ao acesso ao livro, à leitura, à literatura e às bibliotecas, o reconhecimento da leitura e da escrita como um direito, o fortalecimento do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e a articulação com as demais políticas de estímulo à leitura, ao conhecimento, às tecnologias e ao desenvolvimento educacional, cultural e social do País.

Palavras-chaves: "Literatura em Foco". Política cultural. Fomento à leitura. Covid-19.

RESUMO EM LÍNGUA ESTRANGEIRA

Based on the legal relations and knowledge flows, specifically cultural rights and transversalities, the study aims to answer the following research problem: The guidelines of the National Reading and Writing Policy (NRWP) were contemplated by "Literatura em Foco" Project during the sanitary measures to face Covid-19 pandemic? The work face various issues such as the contextualization, access to books public cultural policies and encouragement for reading and "Literatura em Foco" Project, promoted by Dolor Barreira Public Library. The research has a qualitative approach, based on papers, expanded abstracts published in proceedings, as well as journalistic articles. It is concluded that "Literatura em Foco" Project contemplated the NRWP guidelines regarding the universalization of the right to access books, reading, literature and libraries, the recognition of reading and writing as a right, the strengthening of the National System of Public Libraries and the articulation with the other policies to encourage reading, knowledge, technologies and the educational, cultural and social development of the country.
Keywords: "Literatura em Foco". Cultural policy. Promotion of reading. Covid-19.

---

*Doutorando em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza (2018). Possui graduação em Direito pela Universidade de Fortaleza (1999) e mestrado em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza (2009). Professor de direito civil, na graduação e na pós-graduação lato sensu da Universidade de Fortaleza (UNIFOR), foi assessor de desembargador da 2a Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará. Assessor Jurídico da Corregedoria-

Geral de Justiça do Estado do Ceará. Foi Coordenador do Projeto de Pesquisa Processo Civil e Proteção da Pessoa nas Relações Privadas - PROCIP (Cnpq/UNIFOR).
* Graduanda em Direito, monitora institucional da disciplina Direito do Consumidor, pesquisadora voluntária do Projeto Pesquisa Empírica em Direito do Centro de Ciências Jurídicas e membro do projeto de extensão Resgate Familiar do Programa Cidadania Ativa, todos vinculados à Universidade de Fortaleza (UNIFOR).

INTRODUÇÃO

O presente trabalho, pautado nas relações jurídicas atinentes aos fluxos de saberes, especificamente direitos culturais e transversalidades, tem como objetivo responder ao seguinte problema de pesquisa: As diretrizes da Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE) foram contempladas pelo projeto "Literatura em Foco" durante as medidas sanitárias de enfrentamento da pandemia do Covid-19?

Os acontecimentos que marcaram o setor cultural desde a extinção do Ministério da Cultura, em janeiro de 2019, até a suspensão das atividades artísticas e culturais presenciais em virtude da pandemia do coronavírus, em 2020, fizeram com que os produtores culturais tivessem seus trabalhos prejudicados, seja pelos cortes no orçamento ou interrupção de atividades. Foi necessária a reinvenção de projetos para adequação aos tempos de isolamento social, no qual a presença física teve de ser substituída pelos meios de comunicação, fazendo com que o setor cultural desenvolvesse meios atípicos de propagação da cultura, como as *lives*, por exemplo.

O estudo realiza a contextualização e, em seguida, aborda políticas públicas culturais de acesso ao livro e fomento a leitura. Ao final, propõe a resposta ao problema de pesquisa formulado, com base no projeto "Literatura em Foco", promovido pela Biblioteca Pública Dolor Barreira. A abordagem é qualitativa, baseada em artigos científicos, resumos expandidos publicados em anais de eventos e notícias jornalísticas, bem como estudo do projeto "Literatura em Foco". A pesquisa é relevante, haja vista a necessidade de criação de políticas públicas culturais voltadas ao fomento à leitura e o possível estímulo estatal para o desenvolvimento de outros projetos.

METODOLOGIA

Para o presente estudo, a abordagem é qualitativa, com base em artigos científicos, resumos expandidos publicados em anais de eventos, notícias jornalísticas, utilizando como exemplo o projeto "Literatura em Foco", promovido pela Biblioteca Pública Municipal Dolor Barreira, situada em Fortaleza, Ceará.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. Contextualização

A agenda governamental brasileira tem deixado uma considerável lacuna de atenção ao patrimônio cultural, reconhecimento e valorização de bens culturais, especialmente os de natureza imaterial. (IBDCult, 2020). Com a pandemia do Covid-19, as atividades artísticas e culturais presenciais foram interrompidas, de modo a cumprir as recomendações sanitárias de isolamento social propostas pelo Ministério da Saúde para evitar a propagação do coronavírus, fazendo com que o setor cultural, normalmente dependente da presença física do público e da reunião de pessoas, fosse ainda mais prejudicado (EL PAÍS, 2020).

Apenas a partir da aprovação da Lei nº 14.017/2020 - Lei Aldir Blanc, ações emergenciais foram estabelecidas para o setor cultural durante o estado de calamidade pública vivenciado, com a destinação pela União do valor de R$ 3.000.000.000,00 (três bilhões de reais) aos Estados, Distrito Federal e Municípios para aplicação no setor (BRASIL, 2020).

2. Políticas públicas culturais: acesso ao livro e fomento à leitura

De acordo com Brasil (2013), as políticas públicas definem a obrigação de o Estado proporcionar o exercício de direitos. No que toca à cultura, em seção própria, sob a égide da Constituição Federal de 1988, faz-se necessário ações estatais positivas para a concretização da garantia constitucional dos direitos culturais.

Assim, conforme Cunha Filho (2017), as políticas públicas de cultura, além de ferramentas indispensáveis para a efetividade dos direitos culturais, se apresentam como elo entre a cidadania e as novas realidades, de modo a possibilitarem a criação de novos direitos culturais.

Por meio da Lei nº 10.753/2003, que instituiu o Plano Nacional do Livro, este passou a ser considerado um importante bem cultural, com valor social e histórico, pois, à medida em que é compreendido como “lugar de memória e de poder, a democratização dos livros e da leitura constitui uma ação importante para a inclusão social bem como a

inserção e construção de identidades coletivas" (SILVA, 2013, p. 3). Além disso, nos termos do artigo 1º, da referida Lei nº 10.753/2003, a Política Nacional do Livro tem como diretrizes, dentre outras, "assegurar ao cidadão o pleno exercício do direito de acesso e uso do livro", "fomentar e apoiar a produção, a edição, a difusão, a distribuição e a comercialização do livro", "estimular a produção intelectual dos escritores e autores brasileiros, tanto de obras científicas como culturais" e "promover e incentivar o hábito da leitura" (BRASIL, 2003).

Na mesma linha, estão as diretrizes da Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE), instituídas por meio da Lei nº 13.696/2018, cujo objetivo é "a promoção do livro, da leitura, da escrita, da literatura e das bibliotecas de acesso público no Brasil":

> I - a universalização do direito ao acesso ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas; II - o reconhecimento da leitura e da escrita como um direito, a fim de possibilitar a todos, inclusive por meio de políticas de estímulo à leitura, as condições para exercer plenamente a cidadania, para viver uma vida digna e para contribuir com a construção de uma sociedade mais justa; III - o fortalecimento do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), no âmbito do Sistema Nacional de Cultura (SNC);
> IV - a articulação com as demais políticas de estímulo à leitura, ao conhecimento, às tecnologias e ao desenvolvimento educacional, cultural e social do País, especialmente com a Política Nacional do Livro, instituída pela Lei nº 10.753, de 30 de outubro de 2003; V - o reconhecimento das cadeias criativa, produtiva, distributiva e mediadora do livro, da leitura, da escrita, da literatura e das bibliotecas como integrantes fundamentais e dinamizadoras da economia criativa (BRASIL, 2018).

Dessa forma, o acesso ao livro e o fomento à leitura se apresentam como importantes instrumentos para a concretização da cidadania e garantia de direitos culturais, dada a desigualdade de acesso ainda existente. Para mudar essa realidade, faz-se necessário políticas públicas culturais voltadas ao acesso ao livro e fomento à leitura, como a apresentada a seguir.

3. Projeto "Literatura em Foco"

O projeto "Literatura em Foco" existia antes da pandemia do Covid-19, com periodicidade mensal e formato presencial no prédio da Biblioteca Pública Municipal Dolor Barreira, com o objetivo de promover a leitura. Todavia, com a suspensão das atividades presenciais para evitar a propagação do coronavírus, o projeto iniciou uma versão *online* para manutenção das atividades, a partir de uma versão virtual durante os meses de maio e junho de 2020 (O POVO, 2020).

De acordo com Cunha Filho (2004, p. 51-52), o repasse de saberes, como diferencial do homem, gera o crescimento das ideias, de modo que para sua difusão não é necessário apenas tecnologia, mas “um ambiente de liberdade e igualdade”, ou seja, democrático, passível de crítica e instigação, que sejam “propulsores da descoberta e construção de novas perspectivas”.

Assim, o projeto “Literatura em Foco – Edição Virtual” foi realizado nos meses de maio e junho de 2020, todas as quartas-feiras, no horário de 9h, em formato de *lives* desenvolvidas por Eduardo Pereira (diretor da Biblioteca Pública Dolor Barreira e idealizador do projeto), e transmitidas nos perfis públicos da Secretaria Municipal de Cultura de Fortaleza (Secultfor) nas redes sociais *Facebook* e *Instagram* (FORTALEZA, 2020).

Nas *lives* do projeto foram trabalhados os seguintes temas: “Lewis Carrol e sua Alice no País das Maravilhas”, “A narrativa seca e crua de Rubem Fonseca”, “Gonçalo Junior e a habilidade da boa pesquisa”, “O cheiro do Ralo, de Lourenço Mutarelli”, “Identidade Perdida, de Philip K. Dick”, “Quintana de Bolso, de Mário Quintana” e “Fantasmagorias, de R. F. Lucchetti”. Todos os livros fazem parte do acervo da biblioteca e são disponíveis para locação.

O projeto, por meio da apresentação de obras e autores, tem o objetivo de fomentar a leitura e convidar o público a fazer sua própria interpretação do livro escolhido, utilizando as *lives* para instigar possíveis interpretações, não se limitando ao resumo da obra, de modo a despertar a curiosidade do possível leitor.

CONCLUSÃO

Conforme esse estudo, referente às relações jurídicas atinentes aos fluxos de saberes, especificamente direitos culturais e transversalidades, pode-se concluir que, em resposta ao problema de pesquisa formulado, o projeto “Literatura em Foco” contemplou as diretrizes da PNLE no que toca à universalização do direito ao acesso ao livro, à leitura, à literatura e às bibliotecas, o reconhecimento da leitura e da escrita como um direito, o fortalecimento do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas e a articulação com as demais políticas de estímulo à leitura, ao conhecimento, às tecnologias e ao desenvolvimento educacional, cultural e social do País.

Portanto, a pesquisa se mostra relevante diante da necessidade de criação de políticas públicas culturais voltadas ao fomento à leitura, além de servir como um possível estímulo estatal para o desenvolvimento de outros projetos, não só no Estado do Ceará, mas em uma perspectiva global.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, senado, 1988.

BRASIL, Fabíola. **Direitos Culturais como objeto de políticas públicas no Brasil**. In: II Encontro Internacional de Direitos Culturais, 2013, anais eletrônicos... Disponível em: http://www.direitosculturais.com.br/anais.php Acesso em: 25 jul. 2020

BRASIL. Lei nº 10.753 de 30 de outubro de 2003. Institui a Política Nacional do Livro, Brasília, DF, 30 out. 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2003/L10.753.htm Acesso em: 20 jul. 2020

BRASIL. Lei nº 13.696 de 12 de julho de 2018. Institui a Política Nacional de Leitura e Escrita, Brasília, DF, 12 jul. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/Lei/L13696.htm Acesso em: 20 jul. 2020

BRASIL. Lei nº 14.017 de 29 de junho de 2020. Dispõe sobre ações emergenciais destinadas ao setor cultural a serem adotadas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, Brasília, DF, 29 jun. 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2020/Lei/L14017.htm Acesso em: 20 jul. 2020

CUNHA FILHO, Humberto. Políticas públicas como Instrumental de Efetivação de Direitos Culturais. **Sequência**, Florianópolis, nov. 2017 Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/sequencia/article/view/2177-7055.2017v38n77p177/35705 Acesso em: 26 jul. 2020

CUNHA FILHO, Humberto. **Cultura e democracia na Constituição Federal de 1988: Representação de Interesses e sua Aplicação ao Programa Nacional de Apoio à Cultura**. 2004. 232p. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade Federal de Pernambuco, 2004.

EL PAÍS. **Pandemia gera 'cataclisma' na cultura, e artistas passam fome em meio à falta de políticas do Governo**, 2020. Disponível em: https://brasil.elpais.com/cultura/2020-05-30/pandemia-gera-cataclisma-na-cultura-e-

artistas-passam-fome-em-meio-a-falta-de-politicas-do-governo.html Acesso em: 22 jul. 2020

FORTALEZA. **Programação 9 a 13/06** – Secultfor, 2020. Disponível em: https://www.fortaleza.ce.gov.br/images/Cultura/Programa%C3%A7%C3%A3o_9_a_13.06_-_Secultfor.pdf Acesso em: 20 jul. 2020

IBDCult. Instituto Brasileiro de Direitos Culturais. PRAGMÁCIO, Mário. Blog Anti-Pragmático. **O cocô petrificado do presidente**. Disponível em: https://www.ibdcult.org/post/o-cocô-petrificado-do-presidente. Acesso em: 31 jul. 2020

O POVO. **Projeto de literatura da Biblioteca Dolor Barreira estreia versão online nesta quarta, 13**, 2020. Disponível em: https://www.opovo.com.br/vidaearte/2020/05/13/projeto-de-literatura-da-biblioteca-dolor-barreira-estreia-versao-online-nesta-quarta--13.html Acesso em: 20 jul. 2020

SILVA, Mariana. **Livro: breves considerações**. In: II Encontro Internacional de Direitos Culturais, 2013, anais eletrônicos... Disponível em: http://www.direitosculturais.com.br/anais.php Acesso em: 25 jul. 2020